JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do
Estado de Mato Grosso

Índice

Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 4
Consórcio Intermunicipal Portal da Amazônia 4
Prefeitura Municipal de Água Boa 5
Prefeitura Municipal de Alto Garças 11
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 28
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 31
Prefeitura Municipal de Apiacás 33
Prefeitura Municipal de Araguaiana 33
Prefeitura Municipal de Araguainha 33
Prefeitura Municipal de Araputanga 33
Prefeitura Municipal de Aripuanã 34
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 37
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 39
Prefeitura Municipal de Cáceres 39
Prefeitura Municipal de Campinápolis 42
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 43
Prefeitura Municipal de Campo Verde 44
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 45
Prefeitura Municipal de Canarana 46
Prefeitura Municipal de Carlinda 51
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 51
Prefeitura Municipal de Cláudia 52
Prefeitura Municipal de Colíder 56
Prefeitura Municipal de Colniza 62
Prefeitura Municipal de Confresa 72
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 74
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 79
Prefeitura Municipal de Curvelândia 79
Prefeitura Municipal de Diamantino 81
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 99
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 100
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 102
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 105
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 105
Prefeitura Municipal de Itiquira 107
Prefeitura Municipal de Jaciara 166
Prefeitura Municipal de Jangada 167
Prefeitura Municipal de Jauru 174
Prefeitura Municipal de Juara 185
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 192
Prefeitura Municipal de Luciara 193
Prefeitura Municipal de Marcelândia 201
Prefeitura Municipal de Matupá 201
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 202
Prefeitura Municipal de Nortelândia 205
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 207
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 216
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 225
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 229
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 230
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 230
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 232

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 233
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 234
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 234
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 235
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 238
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 251
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 252
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 255
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 255
Prefeitura Municipal de Paranatinga 256
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 258
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 259
Prefeitura Municipal de Poconé 271
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 272
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 273
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 285
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 287
Prefeitura Municipal de Poxoréu 310
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 314
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 314
Prefeitura Municipal de Rio Branco 314
Prefeitura Municipal de Rondolândia 315
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 326
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 331
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 332
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 334
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 334
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 335
Prefeitura Municipal de São José do Povo 335
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 339
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 339
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 340
Prefeitura Municipal de Sapezal 340
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 340
Prefeitura Municipal de Sinop 343
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 350
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 350
Prefeitura Municipal de Torixoréu 356
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 356
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 364

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

PORTARIA Nº. 09/2017 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA EXERCER AS FUNÇÕES DO CARGO DE GERENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO NO ÂMBITO DO CONSÓRCIO DO COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL.

WEMERSON ADÃO PRATA, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, no uso de suas atribuições legais, Considerando que a Assembleia Geral do Consórcio aprovou a Resolução Normativa Nº 031/2016 que Cria o Cargo em Comissão de GERENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, regulamentado pela Resolução Normativa Nº 32/2016, sob o regime celetista, não adquirindo a estabilidade a que se refere o art. 41 da Constituição Federal, com contribuição previdenciária para o regime geral (INSS). Conforme o que estabelece o Item I da Cláusula Quadragésima do Contrato Consórcio;

RESOLVE:

Art. 1º - **Nomear** o Senhor **JUACI MENDES DE SOUZA**, para exercer o cargo de GERENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Art. 2º - O candidato nomeado deverá tomar posse no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 3º - Em caso de impedimento para tomada de posse no prazo estabelecido no artigo anterior, deverá apresentar requerimento/justificativa para adiamento, desde que não ultrapasse o prazo de 30 dias concedido neste instrumento de convocação.

Parágrafo Único: O requerimento/justificativa a que se refere o caput do artigo será submetido à assessoria jurídica do Consórcio para emissão de parecer.

Art. 4º - Caso não tome posse dentro do prazo previsto, será considerado desistente.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, 27 de março de 2017.

WEMERSON ADÃO PRATA

Presidente do CIDESAT do Complexo Nascentes do Pantanal

Registre-se, Publique-se e Afixe-se.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PORTAL DA AMAZÔNIA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PORTAL DA AMAZÔNIA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, OBJETIVANDO A PRESTAÇÃO DE TRABALHOS TÉCNICOS NO SETOR DE CONTABILIDADE.

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PORTAL DA AMAZÔNIA, pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos, devidamente inscrito no CNPJ/MF nº 08.920.483/0001-54, com sede na Rua Espanha, Lote 08 – Bairro Jardim Europa - Colíder – MT – CEP: 78500-000, através do seu Presidente, Prefeito (a) Municipal **ERICO STEVAN GONÇALVES**, inscrito no CPF sob o n.º 003.944.799-55 e RG nº 5800341-7 SSP/PR, residente e domiciliado na Av. mato grosso, Nº 104, JD. Araguaia II – Guarantã do Norte-MT.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE, com sede à Rua das Oliveiras, Nº 135, Jardim Vitória, Estado de Mato Grosso, devidamente inscrita no CNPJ do MF sob o nº. 03.239.019/0001-83, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ERICO STEVAN GONÇALVES**, inscrito no CPF sob o n.º 003.944.799-55 e RG nº 5800341-7 SSP/PR, residente e domiciliado na Av. mato grosso, Nº 104, JD. Araguaia II – Guarantã do Norte-MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA - PREFEITURA

Disponibilizar o Contador Efetivo da Prefeitura para executar os serviços de contabilidade pública e ser responsável pelos movimentos contábeis no CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PORTAL DA AMAZÔNIA, conforme determinação do Tribunal de Contas do Estado de mato Grosso – TCE.

CLÁUSULA SEGUNDA – CONSÓRCIO – PORTAL DA AMAZÔNIA

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PORTAL DA AMAZÔNIA deverá proporcionar e oferecer boas condições de trabalho ao técnico Contador que prestará serviço em seu quadro.

CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA

O presente Termo terá a vigência correspondente ao ano civil, iniciando-se na data da sua assinatura até 31 de dezembro do ano 2018.

CLÁUSULA QUARTA - VALOR

Os serviços executados em decorrência do presente Termo não serão remunerados e serão classificados como de relevante valor social.

CLÁUSULA QUINTA - LOCAL

Os serviços serão executados na sede do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PORTAL DA AMAZÔNIA, nos dias a serem escolhidos pelo técnico contador que executará os serviços.

CLÁUSULA SEXTA – DO OBJETO E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Prestar serviços de contabilidade pública, tendo a devida responsabilidade técnica dos movimentos contábeis do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – PORTAL DA AMAZÔNIA, conforme determinou a egrégia Corte de Contas do Estado do Mato Grosso – TCE-MT.

Guarantã do Norte-MT, em 02 de janeiro de 2017.

ERICO STEVAN GONÇALVES

PREFEITO MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE-MT

PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PORTAL DA AMAZÔNIA

CRISTIANO NORBERTO DOS SANTOS

CONTADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

Testemunhas:

Humberto Paiva de Oliveira Arcélio Custódio da Costa Junior

CPF/MF: 679.590.243-91 CPF/MF: 048.984.701-30

PORTARIA 003/2017

PORTARIA 003/2017

O EXMO. PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PORTAL DA AMAZÔNIA SR. ÉRICO STEVAN GONÇALVES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear para exercer o Cargo de **ENGENHEIRO FLORESTAL**, do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Portal da Amazônia, a Sr.º **PEDRO AMON DE CARVALHO PEREIRA,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº. 21102007 SSP/MT e do CPF nº. 044.560.981-80.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Colider, Estado de Mato Grosso, em 06 de março de 2017.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

PRESIDENTE

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural deste Consórcio no período de 06/01/2017 à 09/05/2017.

PORTARIA 002/2017

PORTARIA 002/2017

O EXMO. PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PORTAL DA AMAZÔNIA SR. ÉRICO STEVAN GONÇALVES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear para exercer o Cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável Portal da Amazônia, o Sr.º **ARCÉLIO CUSTÓDIO DA COSTA JUNIOR,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº. 2465214-8 SSP/MT e do CPF nº. 048.984.701-30.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente, Colider, Estado de Mato Grosso, em 02 de março de 2017.

ÉRICO STEVAN GONÇALVES

PRESIDENTE

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural deste Consórcio no período de 02/03/2017 à 09/05/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

LEI COMPLEMENTAR Nº 108, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

(Projeto de Lei Complementar nº 118, de 02 de março de 2017, do Executivo).

Concede reajuste anual conforme Lei 11.738/2008 (Piso Nacional) aos Profissionais da Educação e dá outras providências.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 20 de março de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artº 1º - *Fica concedido aos profissionais da educação do município de Água Boa – MT abaixo e nas condições especificadas.*

*I – A incidir sobre os vencimentos de **7,64%** aos servidores regidos pela Lei Complementar nº 054/2011.*

II – De acordo com a Lei do Piso Nacional (11.738/2008) este reajuste retroage de 1º de Janeiro de 2017, porém a diferença salarial somente será paga aos profissionais conforme a Lei nº 054 de 2011, sendo que os contratados proporcionalmente a partir da data da contratação e para os novos concursados proporcionalmente a partir da data da posse.

III – As reposições da diferença salarial nos termos do inciso anterior serão pagas em apenas 01 (uma) parcela na forma, a saber:

A – A diferença relativa ao mês de janeiro e fevereiro, serão pagos em aproximadamente 30 (trinta) dias da promulgação desta lei, junto com os vencimentos mensais.

Art. 2 º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei são previstas na Lei de Diretrizes Orçamentarias (LDO) e são consignadas em dotações próprias de cada unidade administrativa, pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

Art. 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 22 de março de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

AGNALDO LANSONI

Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1331, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

(Projeto de Lei nº. 1363, de 13 de março de 2017 – do Executivo)

Autoriza a abertura de crédito adicional especial por superávit no valor de R$ 56.198,30 na forma que especifica.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e, faz saber que a Câmara Municipal em sessão de 20 de março de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no Orçamento 2017 no valor de R$ 56.198,30 (cinquenta e seis mil cento e noventa e oito reais e trinta centavos), na forma a saber:

Órgão: 06 Secretaria de Saúde

Unidade: 001– Saúde - FMS

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 122 – Administração Geral

Programa: 0218 – Gestão do SUS

Ação: 2045 – BL Gestão SUS – Manutenção das Atividades da Gestão do SUS

Elemento: 4.4.90.51 – Obras e Instalações

Valor: R$ 56.198,30

Fonte: 01.42 – Transferência de recursos sist. Único de saúde - SUS - estado

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 22 de março de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

FÁBIO TADEU WEILER

Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

LEI Nº 1330, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

(Projeto de Lei nº. 1362, de 13 de março de 2017 – do Executivo)

Modifica a Lei nº 1325/2017 que autoriza o a abertura de crédito adicional especial por superávit no valor de R$ 1.000.000,00, na forma que especifica.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e, faz saber que a Câmara Municipal em sessão de 20 de março de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no Orçamento 2017 no valor de R$ 1.000.000,00 (Hum milhão de reais), na forma a saber:

Órgão: 06 Secretaria de Saúde

Unidade: 001– Saúde-FMS

Função: 10- Saúde

Subfunção: 302- Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 0215- Atenção Médica e Alta Complexidade

Ação: 2032 BL MD Alta Complexidade- Contribuição ao Consorcio de Saúde

Elemento: 3.3.90.43 Subvenções Sociais

Valor: R$ 1.000.000,00

Cód Red: 641

Fonte: 14 Transferência SUS

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro referente à fonte de recursos abaixo relacionadas no valor de:

Elemento: 3.3.90.43 Subvenções Sociais..... R$ 1.000.000,00

Art. 3º - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a celebrar Convênio com o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia – CISMA, para repasse dos recursos financeiros oriundos desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ÁGUA BOA, aos 22 de março de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

FÁBIO TADEU WEILER

Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

LEI Nº 1332, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

(Projeto de Lei nº. 1364, de 13 de março de 2017 – do Executivo)

Autoriza a abertura de crédito adicional especial por superávit no valor de R$ 50.627,21 na forma que especifica.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e, faz saber que a Câmara Municipal em Sessão Extraordinária de 22 de março de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no Orçamento 2017 no valor de R$ 50.627,21 (cinquenta mil seiscentos e vinte e sete reais e vinte e um centavos), na forma a saber:

Órgão: 08 Secretaria de Desenvolvimento

Unidade: 001– Agricultura Pecuária e Meio Ambiente

Função: 20- Agricultura

Subfunção: 606 – Extensão Rural

Programa: 0225- Desenvolvimento Agropecuário

Ação: 2155 – Manutenção das Ativ de Suporte Agropecuário e Ambiental

Elemento: 3.3.90.30 – Material de Consumo

Valor: R$ 50.627,21

Fonte: 01.24 - Transferências de Convênios – Outros

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 22 de março de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

FÁBIO TADEU WEILER

Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

LEI Nº 1329, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

(Projeto de Lei nº 1349, de 02 de fevereiro de 2017, do Executivo)

AUTORIZA A CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE ÁREA PÚBLICA AO "CREA/MT – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO" – AUTARQUIA FEDERAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 20 de março de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o direito real de uso de uma área pública com área de 500 m2 (quinhentos metros quadrados), sendo o Lote nº 3 da Quadra 17 localizado no Bairro Operário á Autarquia Federal "***CREA/MT – CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE MATO GROSSO***" inscrita no CNPJ sob nº. 03.471.158/0001-38.

Art. 2º. O terreno a que se refere esta Lei tem os seguintes limites medidas e confrontações:

Frente: Rua 13 com 20 metros;

Fundo: Área remanescente da quadra com 20 metros;

Lado Direito: Rua 06 com 25 metros;

Lado Esquerdo: Área remanescente com 25 metros.

Art. 3º. São condições de manutenção da presente concessão, sob pena de revogação e reversão do imóvel ao patrimônio municipal:

I – O prazo para início das obras será de no máximo 12 meses, caso necessário mais prazo o mesmo deverá ser autorizado pela Câmara Municipal de Vereadores, após requerimento fundamentado da parte interessada, aprovado por decreto legislativo e, a partir da promulgação desta lei, o Alvará para construção deverá ser expedido imediatamente.

II – Após o início da construção das instalações da obra, será concedido um prazo de 12 (doze) meses para sua conclusão;

III – a manutenção das atividades da autarquia no imóvel, em condições que gerem desenvolvimento e cumprimento de sua função social;

IV – o atendimento à legislação municipal, estadual e federal.

Art. 4º. Fica proibida a locação, empréstimo, ou qualquer forma de entrega a terceiros, do imóvel, sem a anuência expressa do Município de Água Boa/MT, sob pena de revogação da concessão.

Art. 5º. O prazo da presente concessão terá validade de 30 (trinta) anos, podendo ser prorrogado, a critério das partes

Art. 6º. Todas as taxas, impostos e tributos incidentes sobre o imóvel, tais como IPTU, água, esgoto, energia elétrica, dentre outros, correrão às expensas da autarquia.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 22 de março de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

LEI Nº 1333, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

(Projeto de Lei nº. 1365, de 13 de março de 2017 – do Executivo)

Autoriza a abertura de crédito adicional especial por suplementação no valor de R$ 150.000,00, na forma que especifica.

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e, faz saber que a Câmara Municipal em Sessão Extraordinária de 22 de março de 2017, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial no Orçamento 2017 no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), na forma a saber:

Órgão: 08 Secretaria de Desenvolvimento

Unidade: 002– Industria Comercio e Turismo

Função: 20- Agricultura

Subfunção: 606 – Extensão Rural

Programa: 0225- Desenvolvimento Agropecuário

Ação: 1111 - Expovale

Elemento: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais

Valor: R$ 150.000,00

Fonte: 01.00 - Recursos Ordinários

Art. 2º - Servirá de recurso para cobertura do credito adicional de que trata o Art. 1º, na forma do Art. 43, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, onde créditos adicionais, autorizados em lei com as especificações, a saber:

Órgão: 09 Secretaria de Infraestrutura

Unidade: 001 – Serviços Urbanos

Função: 15 - Urbanismo

Subfunção: 451 – Infraestrutura Urbana

Programa: 0227 – Serviços Urbanos

Ação: 1178 – Urbanização e Iluminação da BR-158 – Travessia Urbana

Elemento: 4.4.90.51 – Obras e Instalações

Valor: R$ 150.000,00

Fonte: 01.24 – Transferências de Convênios – Outros

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 22 de março de 2017.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

FÁBIO TADEU WEILER

Secretário Municipal de Planejamento e Finanças

ERRATA

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT;

RESOLVE: I – Informar sobre correção dos Resultado das Provas Objetiva e Prática do Processo Seletivo Simplificado:

Onde se lê:

ANEXO I

CARGO	APOIO ADM EDUCACIONAL MOTORISTA	NÍVEL	MÉDIO	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	NÃO HOUVE INSCRITOS								

CARGO	APOIO ADM. EDUCACIONAL VIGIA	NÍVEL	MÉDIO	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Vanessa Eterna de Sousa Santana	07/09/1986	1783530-5 SSP MT				7,0	7,0	1º

CARGO	APOIO ADM. EDUCACIONAL VIGIA	NÍVEL	FUNDAMENTAL	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Roberto Carlos Junior Meneghetti	07/04/1993	32459781856 Título				8,0	8,0	1º
2	Orismar Vasconcelos Luz	11/04/1973	7487440 SSP MT				4,0	4,0	2º
3	Ailton Santos de Souza	13/02/1981	2363198-8 SSP MT				0,0	0,0	DESCLASSIFICADO
4	Divino Alves Pimentel	25/02/1958	0084408-0 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO

CARGO	APOIO ADM. EDUCACIONAL - TRIPÁ	NÍVEL	FUNDAMENTAL	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Sula Rebutsio Pemra	03/07/1981	46254 CTPS				4,0	4,0	1
2	Susana Rehare Adzowe Xavante	27/01/1986	23204109 SSP MT				3,0	3,0	2
3	Lucineia Pewiri o Wa Utomonhipaiwe	16/02/1992	2571617-4 SSP MT				3,0	3,0	3
4	Carina Re A O Tsinhatse'ebe Xavante	05/03/1990	2154345-3 SSP MT				2,0	2,0	4
5	Giodonete Penhowada'o Xavante	18/04/1994	2754530-0 SSP MT				2,0	2,0	5
6	Marciana Tsimnho Otseos Reio Tserene We	06/02/1993	2567110-3				0,0	0,0	DESCLASSIFICADA
7	Monica da Silva Paixão	15/04/1979	1573494-3 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADA
8	Vanderlina Moreira da Silva	03/11/1969	817209 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADA

9	Naiara Pereira de Souza	01/01/1979	1529543-0 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADA

CARGO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	NÍVEL	SUPERIOR	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Marcos Antônio Ferreira da Costa	09/04/1986	16258347 SSP MT				9,0	9,0	1º
2	Alexandre de Souza Tosta	24/03/1987	00139676-1 SSP MS				9,0	9,0	2º
3	Dermivaldo Caldeira de Moura	15/06/1966	1588944 SSP MT		0,5		6,0	6,5	3º
4	Paulo Norberto Santana	26/07/1987	4712038 SSP GO						4º

CARGO	PROFESSOR INSTRUTOR DE LIBRAS	NÍVEL	MÉDIO	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Ana Carolina Medeiros Morilo dos Santos	16/06/1991	21624143 SSP MT		0,5	5,0	3,0	8,5	1º
2	Akylla Priscila Evangelista Batista	10/06/1986	22117607-1SSP MS		1,0	1,0	4,0	6,0	2º
3	Aurelino Silva da Conceição	09/07/1987	1886040-0 SSP MT				N/C		DESCLASSIFICADO

CARGO	INSTRUTOR DE OFICINA DANÇA	NÍVEL	SUPERIOR	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Tener Baumgardt	03/07/1981	706046789-6 SSP RS				8,0	8,0	1º
	Aline Gonçalves Ferraz	01/02/1992	17920701 SSP MT				5,0	5,0	2º

CARGO	INSTRUTOR DE OFICINA DANÇA	NÍVEL	MÉDIO	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Tatiana Alves Pereira	27/06/1979	32009806-0 SSP MT				6,0	6,0	1º
2	Zilca Batista Leite Rodrigues	04/12/1982	4504471 SSP GO				6,0	6,0	2º
3	Douglas da Silva Thiessen	19/03/1996	20104790 SSP MT				6,0	6,0	3º

CARGO	INSTRUTOR DE OFICINA HIP-HOP	NÍVEL	MÉDIO	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Juliano Sirqueira	11/08/1982	1467886-1 SSP MT				2,0	6,0	1º

CARGO	INSTRUTOR DE OFICINA HIP-HOP	NÍVEL	FUNDAMENTAL	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Adelar Gomes Lima	14/06/1994	2181669-7 SSP MT				6,0	6,0	1º

CARGO	INSTRUTOR DE OFICINA MÚSICA	NÍVEL	MÉDIO	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Euripedes Honorio Martins Neto	08/07/1984	4471500 SSP MT				8,0	80	1º
2	Jádson Oliveira Silva	19/06/1985	4798633 SSP PA				1,0	1,0	2º

CARGO	INSTRUTOR DE OFICINA BALLET	NÍVEL	MÉDIO	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Andresa Rodovalho de Souza	14/10/1983	12433446 SSP MG				8,0	8,0	1º

CARGO	INSTRUTOR DE OFICINA CANTO	NÍVEL	SUPERIOR	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Alcione Fernanda Amendola Bordgnon Rego	27/05/1967	5309591 SSP MS				N/C	N/C	DESCLASSIFICADA
2	Railan Costa Oliveira	22/11/1991	2147924-0 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
3	Viviane Oliveira Lemos	19/07/1993	25574825 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADA

CARGO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (MASC)	NÍVEL	FUNDAMENTAL	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Gilson Rodrigues da Silva Filho	11/06/1993	8407627 SSP PE				6,0	6,0	1º
2	Cleberson José Neves da Costa	11/02/1997	2975537-9 SSP MT				6,0	6,0	2º
3	Jonathan Borges de Oliveira	07/06/1998	2754508-3 SSP MT				6,0	6,0	3º
4	Edmilson Figueiredo dos Santos	18/09/1965	2806974-9 SSP MT				5,0	5,0	4º
5	Jonatas da Silva Couto	24/05/1970	49.911 SSP MT				5,0	5,0	5º
6	Warlen Bruno Soares Aires	25/04/1995	2217607-1 SSP MT				5,0	5,0	6º
7	Paulo Cesar Leonardo da Silva Filho	22/08/1996	2223773 SSP MT				5,0	5,0	7º
8	Dhanylo da Silva Themoteo Leonardo	17/04/1994	2223349-0 SSP MT				5,0	5,0	8º
9	Gilson Soares da Silva	14/01/1982	1494885-0 SSP MT				4,0	4,0	9º
10	Lazaro de Souza Almeida	20/01/1982	1996743-8 SSP MT				4,0	4,0	10º
11	Gabriel Tadeu Ferreira Trindade Junior	16/07/1985	36919255-2 SSP SP				4,0	4,0	11º
12	Claudio José Alves de Souza	12/09/1974	810308 SSP MT				3,0	3,0	12º
13	Djean Soares Medrado	06/05/1983	1605917-4 SSP MT				3,0	3,0	13º
14	Cleitonmar Guntzel	09/08/1992	2237835-9 SSP MT				3,0	3,0	14º
15	Tharley Carvalho Soares	27/04/1998	2579941-0 SSP MT				3,0	3,0	15º
16	Manoel Antônio de Oliveira	27/01/1950	776451 SSP MT				2,0	2,0	16º
17	José Pulcena Rosa	19/01/1958	0442308-9 SSP MT				2,0	2,0	17º
18	João Soares Silva	15/12/1959	1193152 SSP MT				2,0	2,0	18º
19	Jorge Eckert	15/03/1965	3027121-5 SSP MT				2,0	2,0	19º
20	Wilson Alves Rocha	14/05/1971	4420752 SSP GO				2,0	2,0	20º
21	Jesus Neto Lopes de Almeida	08/09/1971	0915916-9 SSP MT				2,0	2,0	21º
22	Clezio Moreira Maia	28/04/1975	1023997-9 SSP MT				2,0	2,0	22º
23	Ruberval Pereira Aires	25/05/1979	2188233-9 SSP MT				2,0	2,0	23º
24	Wanderson Pereira dos Santos	30/10/1990	2149431-2 SSP MT				2,0	2,0	24º

25	Valdivino Bonifácio Bueno	02/06/1952	343.707 SSP MT				1,0	1,0	DESCLASSIFICADO
26	Divino Bezerra da Silva	25/12/1974	0991263-0 SSP MT				1,0	1,0	DESCLASSIFICADO
27	João Batista Pereira dos Santos	24/06/1981	1265064-1 SSP MT				1,0	1,0	DESCLASSIFICADO
28	Adriano Borges da Silva	29/02/1992	2301383-4 SSP MT				1,0	1,0	DESCLASSIFICADO
29	Sergio Cardoso Ruas	15/02/1956	964.396 SSP MT				1,0	1,0	DESCLASSIFICADO
30	Adão Alves Soares	18/10/1971	762964 SSP MT				1,0	1,0	DESCLASSIFICADO
31	Adriano das Neves	16/05/1981	1630879-4 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
32	Edmilson Pinheiro da Silva	05/09/1970	0733914-3 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
33	Eduardo Dias da Silva	26/07/1993	5929095 SSP GO				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
34	Fábio Ferreira Rezende	02/08/1977	1704652-1 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
35	Ítalo Ribeiro de Souza	01/09/1997	29863.808-1 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
36	Izaias Oliveira Silva	06/11/1987	2061396-2 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
37	Jonatas Almeida dos Santos	15/06/1993	2014302316 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
38	Pablo Guerra da Silva e Oliveira	17/02/1993	21206562 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
39	Weverton Fernandes de Almeida	07/09/1996	2676938-7 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
40	Willian Pereira dos Santos	20/11/1992	2121510-3 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO

Leia-se:

CARGO	APOIO ADM EDUCACIONAL MOTORISTA	NÍVEL	MÉDIO	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	NÃO HOUVE INSCRITOS								

CARGO	APOIO ADM. EDUCACIONAL VIGIA	NÍVEL	MÉDIO	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Vanessa Eterna de Sousa Santana	07/09/1986	1783530-5 SSP MT				7,0	7,0	1º

CARGO	APOIO ADM. EDUCACIONAL VIGIA	NÍVEL	FUNDAMENTAL	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Roberto Carlos Junior Meneghetti	07/04/1993	32459781856 Título				8,0	8,0	1º
2	Orismar Vasconcelos Luz	11/04/1973	7487440 SSP MT				4,0	4,0	2º
3	Ailton Santos de Souza	13/02/1981	2363198-8 SSP MT				0,0	0,0	DESCLASSIFICADO
4	Divino Alves Pimentel	25/02/1958	0084408-0 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO

CARGO	APOIO ADM. EDUCACIONAL - TRIPÁ	NÍVEL	FUNDAMENTAL	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Sula Rebutsio Pemra	03/07/1981	46254 CTPS				4,0	4,0	1
2	Susana Rehare Adzowe Xavante	27/01/1986	23204109 SSP MT				3,0	3,0	2
3	Lucineia Pewiri o Wa Utomonhipaiwe	16/02/1992	2571617-4 SSP MT				3,0	3,0	3
4	Carina Re A O Tsinhatse'ebe Xavante	05/03/1990	2154345-3 SSP MT				2,0	2,0	4
5	Giodonete Penhowada'o Xavante	18/04/1994	2754530-0 SSP MT				2,0	2,0	5
6	Marciana Tsimnho Otseos Reio Tserene We	06/02/1993	2567110-3				0,0	0,0	DESCLASSIFICADA
7	Monica da Silva Paixão	15/04/1979	1573494-3 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADA
8	Vanderlina Moreira da Silva	03/11/1969	817209 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADA
9	Naiara Pereira de Souza	01/01/1979	1529543-0 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADA

CARGO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA	NÍVEL	SUPERIOR	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Marcos Antônio Ferreira da Costa	09/04/1986	16258347 SSP MT				9,0	9,0	1º
2	Alexandre de Souza Tosta	24/03/1987	00139676-1 SSP MS				9,0	9,0	2º
3	Dermivaldo Caldeira de Moura	15/06/1966	1588944 SSP MT		0,5		6,0	6,5	3º
4	Paulo Norberto Santana	26/07/1987	4712038 SSP GO				6,0	6,0	4º

CARGO	PROFESSOR INSTRUTOR DE LIBRAS	NÍVEL	MÉDIO	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Ana Carolina Medeiros Morilo dos Santos	16/06/1991	21624143 SSP MT		0,5	5,0	3,0	8,5	1º
2	Akylla Priscila Evangelista Batista	10/06/1986	22117607-1SSP MS		1,0	1,0	4,0	6,0	2º
3	Aurelino Silva da Conceição	09/07/1987	1886040-0 SSP MT				N/C		DESCLASSIFICADO

CARGO	INSTRUTOR DE OFICINA DANÇA	NÍVEL	SUPERIOR	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Tener Baumgardt	03/07/1981	706046789-6 SSP RS				8,0	8,0	1º
	Aline Gonçalves Ferraz	01/02/1992	17920701 SSP MT				5,0	5,0	2º

CARGO	INSTRUTOR DE OFICINA DANÇA	NÍVEL	MÉDIO	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Tatiana Alves Pereira	27/06/1979	32009806-0 SSP MT				6,0	6,0	1º
2	Zilca Batista Leite Rodrigues	04/12/1982	4504471 SSP GO				6,0	6,0	2º
3	Douglas da Silva Thiessen	19/03/1996	20104790 SSP MT				6,0	6,0	3º

CARGO	INSTRUTOR DE OFICINA HIP-HOP	NÍVEL	MÉDIO	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Juliano Sirqueira	11/08/1982	1467886-1 SSP MT				2,0	6,0	1º

CARGO	INSTRUTOR DE OFICINA HIP-HOP	NÍVEL	FUNDAMENTAL	NOTA DA PROVA	NOTA	RESULTADO

Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Adelar Gomes Lima	14/06/1994	2181669-7 SSP MT				6,0	6,0	1º

CARGO	INSTRUTOR DE OFICINA MÚSICA	NÍVEL	MÉDIO	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Jádson Oliveira Silva	19/06/1985	4798633 SSP PA				8,0	80	1º
2	Euripedes Honorio Martins Neto	08/07/1984	4471500 SSP MT				1,0	1,0	2º

CARGO	INSTRUTOR DE OFICINA BALLET	NÍVEL	MÉDIO	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Andresa Rodovalho de Souza	14/10/1983	12433446 SSP MG				8,0	8,0	1º

CARGO	INSTRUTOR DE OFICINA CANTO	NÍVEL	SUPERIOR	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Alcione Fernanda Amendola Bordgnon Rego	27/05/1967	5309591 SSP MS				N/C	N/C	DESCLASSIFICADA
2	Railan Costa Oliveira	22/11/1991	2147924-0 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
3	Viviane Oliveira Lemos	19/07/1993	25574825 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADA

CARGO	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (MASC)	NÍVEL	FUNDAMENTAL	NOTA DA PROVA				NOTA	RESULTADO
Nº	NOME	DATA NASC	DOC RG	TITULOS	CURSOS	PRÁTICA	OBJETIVA		
1	Gilson Rodrigues da Silva Filho	11/06/1993	8407627 SSP PE				6,0	6,0	25º
2	Cleberson José Neves da Costa	11/02/1997	2975537-9 SSP MT				6,0	6,0	26º
3	Jonathan Borges de Oliveira	07/06/1998	2754508-3 SSP MT				6,0	6,0	27º
4	Edmilson Figueiredo dos Santos	18/09/1965	2806974-9 SSP MT				5,0	5,0	28º
5	Jonatas da Silva Couto	24/05/1970	49.911 SSP MT				5,0	5,0	29º
6	Warlen Bruno Soares Aires	25/04/1995	2217607-1 SSP MT				5,0	5,0	30º
7	Paulo Cesar Leonardo da Silva Filho	22/08/1996	2223773 SSP MT				5,0	5,0	31º
8	Dhanylo da Silva Themoteo Leonardo	17/04/1994	2223349-0 SSP MT				5,0	5,0	32º
9	Gilson Soares da Silva	14/01/1982	1494885-0 SSP MT				4,0	4,0	33º
10	Lazaro de Souza Almeida	20/01/1982	1996743-8 SSP MT				4,0	4,0	34º
11	Gabriel Tadeu Ferreira Trindade Junior	16/07/1985	36919255-2 SSP SP				4,0	4,0	35º
12	Claudio José Alves de Souza	12/09/1974	810308 SSP MT				3,0	3,0	36º
13	Djean Soares Medrado	06/05/1983	1605917-4 SSP MT				3,0	3,0	37º
14	Cleitonmar Guntzel	09/08/1992	2237835-9 SSP MT				3,0	3,0	38º
15	Tharley Carvalho Soares	27/04/1998	2579941-0 SSP MT				3,0	3,0	39º
16	Manoel Antônio de Oliveira	27/01/1950	776451 SSP MT				2,0	2,0	40º
17	José Pulcena Rosa	19/01/1958	0442308-9 SSP MT				2,0	2,0	41º
18	João Soares Silva	15/12/1959	1193152 SSP MT				2,0	2,0	42º
19	Jorge Eckert	15/03/1965	3027121-5 SSP MT				2,0	2,0	43º
20	Wilson Alves Rocha	14/05/1971	4420752 SSP GO				2,0	2,0	44º
21	Jesus Neto Lopes de Almeida	08/09/1971	0915916-9 SSP MT				2,0	2,0	45º
22	Clezio Moreira Maia	28/04/1975	1023997-9 SSP MT				2,0	2,0	46º
23	Ruberval Pereira Aires	25/05/1979	2188233-9 SSP MT				2,0	2,0	47º
24	Wanderson Pereira dos Santos	30/10/1990	2149431-2 SSP MT				2,0	2,0	48º
25	Valdivino Bonifácio Bueno	02/06/1952	343.707 SSP MT				1,0	1,0	DESCLASSIFICADO
26	Divino Bezerra da Silva	25/12/1974	0991263-0 SSP MT				1,0	1,0	DESCLASSIFICADO
27	João Batista Pereira dos Santos	24/06/1981	1265064-1 SSP MT				1,0	1,0	DESCLASSIFICADO
28	Adriano Borges da Silva	29/02/1992	2301383-4 SSP MT				1,0	1,0	DESCLASSIFICADO
29	Sergio Cardoso Ruas	15/02/1956	964.396 SSP MT				1,0	1,0	DESCLASSIFICADO
30	Adão Alves Soares	18/10/1971	762964 SSP MT				1,0	1,0	DESCLASSIFICADO
31	Adriano das Neves	16/05/1981	1630879-4 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
32	Edmilson Pinheiro da Silva	05/09/1970	0733914-3 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
33	Eduardo Dias da Silva	26/07/1993	5929095 SSP GO				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
34	Fábio Ferreira Rezende	02/08/1977	1704652-1 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
35	Ítalo Ribeiro de Souza	01/09/1997	29863.808-1 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
36	Izaias Oliveira Silva	06/11/1987	2061396-2 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
37	Jonatas Almeida dos Santos	15/06/1993	2014302316 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
38	Pablo Guerra da Silva e Oliveira	17/02/1993	21206562 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
39	Weverton Fernandes de Almeida	07/09/1996	2676938-7 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO
40	Willian Pereira dos Santos	20/11/1992	2121510-3 SSP MT				N/C	N/C	DESCLASSIFICADO

Água Boa, 20 de Março de 2017.

Catia Aparecida Gonçalves Tissiani

Presidente da Comissão do Processo

Seletivo Simplificado 001/2017

AVISO DE LICITAÇÃO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA MT.

AVISO DE LICITAÇÃO.

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designada através do Decreto torna público que fará realizar-se na sala de Licitações; a seguinte Licitação regida pela Lei nº. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº. 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preço nº. 003/2017.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de adequação e acesso a central de regulação, localizada no centro de saúde, no município de Água Boa-MT, no Município de Água Boa-MT; conforme especificações constantes no Edital e seus anexos.

REALIZAÇÃO: 13/04/2017.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min, horário local.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e do e-mail licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 27 de março de 2017.

Vera Lucia Fries

Presidente da Comissão de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

CONTABILIDADE
ANEXO DA RREO 1º BIMESTRE 2017

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**36.753.268,62**	**36.753.268,62**	**5.223.033,70**	**14,21**	**5.223.033,70**	**14,21**	**31.530.234,92**
RECEITAS CORRENTES	**36.753.268,62**	**36.753.268,62**	**5.223.033,70**	**14,21**	**5.223.033,70**	**14,21**	**31.530.234,92**
RECEITA TRIBUTARIA	3.478.091,94	3.478.091,94	451.790,32	12,99	451.790,32	12,99	3.026.301,62
IMPOSTOS	2.994.717,47	2.994.717,47	329.679,17	11,01	329.679,17	11,01	2.665.038,30
TAXAS	483.374,47	483.374,47	122.111,15	25,26	122.111,15	25,26	361.263,32
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	719.987,60	719.987,60	120.158,57	16,69	120.158,57	16,69	599.829,03
COSIP - CONTRIB.P/ O CUST.DO SERV. ILUM.PÚBLICA	719.987,60	719.987,60	120.158,57	16,69	120.158,57	16,69	599.829,03
RECEITA PATRIMONIAL	716.786,75	716.786,75	103.329,90	14,42	103.329,90	14,42	613.456,85
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	716.786,75	716.786,75	103.329,90	14,42	103.329,90	14,42	613.456,85
RECEITA DE SERVIÇOS	1.588.355,72	1.588.355,72	225.083,62	14,17	225.083,62	14,17	1.363.272,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	29.707.755,82	29.707.755,82	4.251.927,71	14,31	4.251.927,71	14,31	25.455.828,11
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	29.214.675,22	29.214.675,22	4.251.927,71	14,55	4.251.927,71	14,55	24.962.747,51
TRANSF. DE CONV.	493.080,60	493.080,60	0,00	0,00	0,00	0,00	493.080,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	542.290,79	542.290,79	70.743,58	13,05	70.743,58	13,05	471.547,21
MULTAS E JUROS DE MORA	243.925,53	243.925,53	17.951,96	7,36	17.951,96	7,36	225.973,57
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	17.393,43	17.393,43	0,00	0,00	0,00	0,00	17.393,43
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	247.230,99	247.230,99	47.563,62	19,24	47.563,62	19,24	199.667,37
RECEITAS DIVERSAS	33.740,84	33.740,84	5.228,00	15,49	5.228,00	15,49	28.512,84
RECEITAS DE CAPITAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**36.753.268,62**	**36.753.268,62**	**5.223.033,70**	**14,21**	**5.223.033,70**	**14,21**	**31.530.234,92**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**36.753.268,62**	**36.753.268,62**	**5.223.033,70**	**14,21**	**5.223.033,70**	**14,21**	**31.530.234,92**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	36.753.268,62	36.753.268,62	5.223.033,70	14,21	5.223.033,70	14,21	31.530.234,92
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Superávit Financeiro	—	0,00	—	—	0,00	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**36.753.268,62**	**36.753.268,62**	**6.680.258,27**	**6.680.258,27**	**30.073.010,35**	**3.404.160,14**	**3.404.160,14**	**33.349.108,48**	**3.103.736,04**
DESPESAS CORRENTES	**31.522.282,12**	**31.547.282,12**	**6.516.499,43**	**6.516.499,43**	**25.030.782,69**	**3.378.754,44**	**3.378.754,44**	**28.168.527,68**	**3.078.330,34**
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.705.669,55	14.805.669,55	2.422.139,49	2.422.139,49	12.383.530,06	2.422.139,49	2.422.139,49	12.383.530,06	2.215.667,34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.816.612,57	16.741.612,57	4.094.359,94	4.094.359,94	12.647.252,63	956.614,95	956.614,95	15.784.997,62	862.663,00
DESPESAS DE CAPITAL	**4.888.806,19**	**4.863.806,19**	**163.758,84**	**163.758,84**	**4.700.047,35**	**25.405,70**	**25.405,70**	**4.838.400,49**	**25.405,70**
INVESTIMENTOS	4.688.806,19	4.663.806,19	8.925,66	8.925,66	4.654.880,53	0,00	0,00	4.663.806,19	0,00
AMORTIZACAO DE DIVIDA	200.000,00	200.000,00	154.833,18	154.833,18	45.166,82	25.405,70	25.405,70	174.594,30	25.405,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**342.180,31**	**342.180,31**	**0,00**	**0,00**	**342.180,31**	**0,00**	**0,00**	**342.180,31**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGENCIA	342.180,31	342.180,31	0,00	0,00	342.180,31	0,00	0,00	342.180,31	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**36.753.268,62**	**36.753.268,62**	**6.680.258,27**	**6.680.258,27**	**30.073.010,35**	**3.404.160,14**	**3.404.160,14**	**33.349.108,48**	**3.103.736,04**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**36.753.268,62**	**36.753.268,62**	**6.680.258,27**	**6.680.258,27**	**30.073.010,35**	**3.404.160,14**	**3.404.160,14**	**33.349.108,48**	**3.103.736,04**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.818.873,56	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	36.753.268,62	36.753.268,62	6.680.258,27	6.680.258,27	—	3.404.160,14	5.223.033,70	—	3.103.736,04
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	36.753.268,62	36.753.268,62	6.680.258,27	6.680.258,27	100,00	30.073.010,35	3.404.160,14	3.404.160,14	100,00	33.349.108,48
Legislativa	1.800.000,00	1.800.000,00	123.870,39	123.870,39	1,85	1.676.129,61	101.857,69	101.857,69	2,99	1.698.142,31
Ação Legislativa	1.800.000,00	1.800.000,00	123.870,39	123.870,39	1,85	1.676.129,61	101.857,69	101.857,69	2,99	1.698.142,31
Administração	6.813.360,83	6.813.360,83	1.214.813,22	1.214.813,22	18,19	5.598.547,61	720.943,82	720.943,82	21,18	6.092.417,01
Administração Geral	3.384.920,00	3.384.920,00	640.370,36	640.370,36	9,59	2.744.549,64	388.589,48	388.589,48	11,42	2.996.330,52
Administração Financeira	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Administração de Receitas	1.286.000,00	1.286.000,00	345.107,44	345.107,44	5,17	940.892,56	142.446,08	142.446,08	4,18	1.143.553,92
Infra-Estrutura Urbana	1.985.790,83	1.985.790,83	229.335,42	229.335,42	3,43	1.756.455,41	189.908,26	189.908,26	5,58	1.795.882,57
Serviços Urbanos	111.400,00	111.400,00	0,00	0,00	0,00	111.400,00	0,00	0,00	0,00	111.400,00
Turismo	15.250,00	15.250,00	0,00	0,00	0,00	15.250,00	0,00	0,00	0,00	15.250,00
Segurança Pública	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00
Administração Geral	72.000,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00	0,00	0,00	0,00	72.000,00
Assistência Social	1.600.193,27	1.600.193,27	430.809,49	430.809,49	6,45	1.169.383,78	141.257,46	141.257,46	4,15	1.458.935,81
Administração Geral	209.740,00	209.740,00	28.386,74	28.386,74	0,42	181.353,26	24.220,74	24.220,74	0,71	185.519,26
Assistência ao Idoso	151.355,65	161.355,65	33.270,00	33.270,00	0,50	128.085,65	3.270,00	3.270,00	0,10	158.085,65
Assistência ao Portador de Deficiência	20.500,00	20.500,00	0,00	0,00	0,00	20.500,00	0,00	0,00	0,00	20.500,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	631.800,00	631.800,00	216.489,50	216.489,50	3,24	415.310,50	51.923,22	51.923,22	1,53	579.876,78
Assistência Comunitária	586.797,62	576.797,62	152.663,25	152.663,25	2,29	424.134,37	61.843,50	61.843,50	1,82	514.954,12
Saúde	8.508.947,32	8.508.947,32	2.110.882,37	2.110.882,37	31,60	6.398.064,95	1.072.340,69	1.072.340,69	31,50	7.436.606,63
Administração Geral	717.785,94	742.785,94	267.209,04	267.209,04	4,00	475.576,90	78.503,34	78.503,34	2,31	664.282,60
Atenção Básica	4.718.498,25	4.443.498,25	567.257,50	567.257,50	8,49	3.876.240,75	329.030,41	329.030,41	9,67	4.114.467,84
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.443.826,50	2.663.826,50	1.049.563,53	1.049.563,53	15,71	1.614.262,97	558.481,65	558.481,65	16,41	2.105.344,85
Suporte Profilático e Terapêutico	276.178,48	306.178,48	159.476,98	159.476,98	2,39	146.701,50	50.643,12	50.643,12	1,49	255.535,36
Vigilância Sanitária	153.517,09	153.517,09	31.956,02	31.956,02	0,48	121.561,07	24.239,52	24.239,52	0,71	129.277,57
Vigilância Epidemiológica	199.141,06	199.141,06	35.419,30	35.419,30	0,53	163.721,76	31.442,65	31.442,65	0,92	167.698,41
Trabalho	378.537,81	378.537,81	100.000,00	100.000,00	1,50	278.537,81	52.230,33	52.230,33	1,53	326.307,48
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	378.537,81	378.537,81	100.000,00	100.000,00	1,50	278.537,81	52.230,33	52.230,33	1,53	326.307,48
Educação	8.317.815,31	8.317.815,31	1.064.334,86	1.064.334,86	15,93	7.253.480,45	827.509,03	827.509,03	24,31	7.490.306,28
Administração Geral	365.654,31	365.654,31	31.848,30	31.848,30	0,48	333.806,01	17.029,77	17.029,77	0,50	348.624,54
Alimentação e Nutrição	277.149,69	277.149,69	35.288,67	35.288,67	0,53	241.861,02	34.175,16	34.175,16	1,00	242.974,53
Ensino Fundamental	3.822.687,92	3.822.687,92	607.315,52	607.315,52	9,09	3.215.372,40	426.138,46	426.138,46	12,52	3.396.549,46
Ensino Médio	133,33	133,33	0,00	0,00	0,00	133,33	0,00	0,00	0,00	133,33

Continua 1/3

Município de Alto Garças - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	36.753.268,62	36.753.268,62	6.680.258,27	6.680.258,27	100,00	30.073.010,35	3.404.160,14	3.404.160,14	100,00	33.349.108,48
Educação	8.317.815,31	8.317.815,31	1.064.334,86	1.064.334,86	15,93	7.253.480,45	827.509,03	827.509,03	24,31	7.490.306,28
Ensino Superior	120.000,00	120.000,00	18.000,00	18.000,00	0,27	102.000,00	9.000,00	9.000,00	0,26	111.000,00
Educação Infantil	3.732.190,06	3.732.190,06	371.882,37	371.882,37	5,57	3.360.307,69	341.165,64	341.165,64	10,02	3.391.024,42
Cultura	420.800,00	420.800,00	192.283,88	192.283,88	2,88	228.516,12	28.353,89	28.353,89	0,83	392.446,11
Difusão Cultural	420.800,00	420.800,00	192.283,88	192.283,88	2,88	228.516,12	28.353,89	28.353,89	0,83	392.446,11
Urbanismo	1.750.000,00	1.750.000,00	0,00	0,00	0,00	1.750.000,00	0,00	0,00	0,00	1.750.000,00
Infra-Estrutura Urbana	1.750.000,00	1.750.000,00	0,00	0,00	0,00	1.750.000,00	0,00	0,00	0,00	1.750.000,00
Saneamento	3.674.934,36	3.674.934,36	981.595,10	981.595,10	14,69	2.693.339,26	309.870,38	309.870,38	9,10	3.365.063,98
Administração Geral	1.587.100,00	1.587.100,00	486.367,12	486.367,12	7,28	1.100.732,88	179.362,31	179.362,31	5,27	1.407.737,69
Saneamento Básico Urbano	2.087.834,36	2.087.834,36	495.227,98	495.227,98	7,41	1.592.606,38	130.508,07	130.508,07	3,83	1.957.326,29
Gestão Ambiental	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	1,08	0,00	6.000,00	6.000,00	0,18	66.000,00
Controle Ambiental	72.000,00	72.000,00	72.000,00	72.000,00	1,08	0,00	6.000,00	6.000,00	0,18	66.000,00
Agricultura	22.000,00	22.000,00	1.095,00	1.095,00	0,02	20.905,00	0,00	0,00	0,00	22.000,00
Administração Geral	8.000,00	8.000,00	1.095,00	1.095,00	0,02	6.905,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Extensão Rural	14.000,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00	14.000,00
Energia	900.000,00	900.000,00	168.642,25	168.642,25	2,52	731.357,75	65.785,22	65.785,22	1,93	834.214,78
Energia Elétrica	900.000,00	900.000,00	168.642,25	168.642,25	2,52	731.357,75	65.785,22	65.785,22	1,93	834.214,78
Transporte	1.284.499,41	1.284.499,41	20.971,38	20.971,38	0,31	1.263.528,03	20.971,38	20.971,38	0,62	1.263.528,03
Infra-Estrutura Urbana	66.162,56	66.162,56	0,00	0,00	0,00	66.162,56	0,00	0,00	0,00	66.162,56
Transporte Rodoviário	1.218.336,85	1.218.336,85	20.971,38	20.971,38	0,31	1.197.365,47	20.971,38	20.971,38	0,62	1.197.365,47
Desporto e Lazer	596.000,00	596.000,00	44.127,15	44.127,15	0,66	551.872,85	31.634,55	31.634,55	0,93	564.365,45
Desporto Comunitário	596.000,00	596.000,00	44.127,15	44.127,15	0,66	551.872,85	31.634,55	31.634,55	0,93	564.365,45
Encargos Especiais	200.000,00	200.000,00	154.833,18	154.833,18	2,32	45.166,82	25.405,70	25.405,70	0,75	174.594,30
Serviço da Dívida Interna	200.000,00	200.000,00	154.833,18	154.833,18	2,32	45.166,82	25.405,70	25.405,70	0,75	174.594,30

Continua 2/3

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	(c) = (a-b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	36.753.268,62	36.753.268,62	6.680.258,27	6.680.258,27	100,00	30.073.010,35	3.404.160,14	3.404.160,14	100,00	33.349.108,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	342.180,31	342.180,31	0,00	0,00	0,00	342.180,31	0,00	0,00	0,00	342.180,31
TOTAL (III) = (I + II)	36.753.268,62	36.753.268,62	6.680.258,27	6.680.258,27	100,00	30.073.010,35	3.404.160,14	3.404.160,14	100,00	33.349.108,48

FONTE:

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
FEVEREIRO/2016 A JANEIRO/2017

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Set/2016	Out/2016	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**2.897.067,87**	**3.191.935,32**	**3.398.548,88**	**3.755.783,83**	**3.787.936,68**	**3.298.933,13**	**2.839.591,46**	**2.711.145,26**	**3.422.948,47**	**4.407.983,26**	**5.353.459,11**	**3.059.136,52**	**42.124.469,79**	**41.695.236,14**
RECEITA TRIBUTARIA	238.969,88	389.021,33	373.283,94	418.504,37	410.720,67	196.615,84	195.025,00	149.652,85	206.145,70	189.107,98	345.168,47	186.320,85	3.298.536,88	3.478.091,94
I.P.T.U.	9.521,80	25.908,45	89.296,27	176.130,06	188.639,56	4.572,09	2.570,69	4.906,76	3.500,09	2.955,03	17.950,94	3.403,40	529.355,14	544.790,45
I.R.R.F	33.523,90	31.706,52	32.992,77	43.851,87	47.182,26	38.593,64	47.835,47	49.105,76	58.914,02	49.826,29	91.581,76	35.098,16	560.212,42	443.458,21
I.S.S.	118.987,30	200.101,01	146.470,05	150.519,36	105.861,38	79.895,76	123.798,32	82.152,45	127.698,46	123.010,05	194.922,58	75.602,31	1.529.019,03	1.548.729,96
I.T.B.I.	13.648,59	42.707,37	75.556,02	30.706,49	54.199,36	46.860,67	5.450,43	2.213,92	3.170,96	3.416,44	31.044,31	17.000,71	325.975,27	457.738,85
Outras Receitas Tributárias	63.288,29	88.597,98	28.968,83	17.296,59	14.838,11	26.693,68	15.370,09	11.273,96	12.862,17	9.900,17	9.668,88	55.216,27	353.975,02	483.374,47
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	52.369,44	39.561,15	477,74	98.761,36	59.957,99	63.748,44	49.073,90	59.927,58	58.436,60	61.262,72	60.160,33	60.623,20	664.360,45	719.987,60
RECEITA PATRIMONIAL	56.890,22	66.094,15	62.035,69	69.588,90	75.428,66	74.371,42	81.067,05	70.663,91	62.592,17	59.811,09	74.624,93	51.522,31	804.690,50	716.786,75
RECEITA INDÚSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	103.115,11	170.325,76	135.328,57	114.744,85	138.792,00	127.516,55	143.722,45	129.224,10	133.318,43	145.423,56	145.736,09	100.948,88	1.588.196,35	1.588.355,72
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.407.965,90	2.459.180,05	2.757.208,63	3.007.845,19	3.051.146,81	2.779.469,99	2.325.040,40	2.258.234,80	2.887.552,43	3.924.819,77	4.691.215,86	2.626.107,64	35.175.787,47	34.649.723,34
Cota-Parte do F.P.M.	827.397,17	502.076,42	596.861,03	793.681,11	655.709,17	727.094,39	589.557,98	479.428,44	581.975,76	1.061.806,60	1.659.861,49	707.697,46	9.183.147,02	7.889.514,37
Cota-Parte do I.C.M.S.	873.820,48	1.044.734,36	1.127.552,78	1.091.424,01	1.286.597,85	1.178.325,47	919.357,66	1.081.445,56	952.094,19	1.750.421,24	1.259.687,55	1.236.801,04	13.802.262,19	13.908.107,92
Cota-Parte do I.P.V.A.	89.883,99	150.073,13	132.087,48	193.671,75	97.074,63	116.224,97	82.362,00	49.016,50	33.403,77	30.918,52	31.237,42	75.224,91	1.081.179,07	1.572.200,56
Cota-Parte do ITR.	4.862,39	14.706,68	1.969,09	11.770,46	5.190,45	2.962,52	1.425,97	11.183,90	655.942,05	110.896,65	93.485,69	71.548,26	985.944,11	1.515.000,00
Outras Transferências Correntes	306.280,10	447.282,05	569.607,02	539.130,43	731.441,91	416.007,81	412.093,12	345.677,28	407.995,38	468.638,92	1.184.494,49	204.506,31	6.033.154,82	5.348.786,76
Transferências da LC 61/1989	7.258,04	6.955,12	6.507,97	7.997,34	5.015,45	6.154,06	6.902,92	5.553,92	7.243,40	9.801,43	3.799,53	6.441,53	79.630,71	95.681,79
Transferências da LC 87/1996	5.161,11	5.161,11	5.161,11	5.161,11	5.161,11	5.161,11	5.161,11	5.161,11	5.161,11	5.161,11	5.161,11	5.018,76	61.790,97	61.933,29
Transferências do FUNDEB	293.302,62	288.191,18	317.462,15	365.008,98	264.956,24	327.539,66	308.179,64	280.768,09	243.736,77	487.175,30	453.488,58	318.869,37	3.948.678,58	4.258.498,65
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.757,32	67.752,88	70.214,31	46.339,16	51.890,55	57.210,89	45.662,66	43.442,02	74.903,14	27.558,14	36.553,43	33.613,64	592.898,14	542.290,79
DEDUÇÕES (II)	**360.224,96**	**343.350,25**	**372.726,21**	**419.141,56**	**409.946,53**	**355.614,09**	**319.572,86**	**325.246,98**	**445.715,28**	**591.840,73**	**533.717,31**	**419.257,97**	**4.896.354,73**	**4.941.967,52**
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	360.224,96	343.350,25	372.726,21	419.141,56	409.946,53	355.614,09	319.572,86	325.246,98	445.715,28	591.840,73	533.717,31	419.257,97	4.896.354,73	4.941.967,52
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**2.536.842,91**	**2.848.585,07**	**3.025.822,67**	**3.336.642,27**	**3.377.990,15**	**2.943.319,04**	**2.520.018,60**	**2.385.898,28**	**2.977.233,19**	**3.816.142,53**	**4.819.741,80**	**2.639.878,55**	**37.228.115,06**	**36.753.268,62**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Dez 2016 (B)	Em 28 Fev 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	439,84	439,84	439,84
DEDUÇÕES (II)	7.318.303,05	7.318.303,05	9.107.758,70
Disponibilidade de Caixa	7.316.597,26	7.316.597,26	9.104.603,17
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.553.601,02	7.553.601,02	9.487.346,28
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	237.003,76	237.003,76	382.743,11
Demais Haveres Financeiros	1.705,79	1.705,79	3.155,53
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV – V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Fev 2017 (VIc - VIa)
VALOR	**0,00**	**0,00**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**36.036.481,87**	**5.119.703,80**	**5.620.027,05**
Receita Tributária	3.478.091,94	451.790,32	421.760,34
I.P.T.U.	544.790,45	61.619,97	12.109,45
I.S.S.	1.548.729,96	168.718,21	224.478,08
I.T.B.I.	457.738,85	24.220,38	15.849,75
I.R.R.F.	443.458,21	75.120,61	63.749,81
Outras Receitas Tributárias	483.374,47	122.111,15	105.573,25
Receita de Contribuição	719.987,60	120.158,57	125.156,34
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	719.987,60	120.158,57	125.156,34
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	716.786,75	103.329,90	108.767,44
(-) Aplicações Financeiras	716.786,75	103.329,90	108.767,44
Transferências Correntes	29.707.755,82	4.251.927,71	4.828.996,04
F.P.M.	6.378.131,56	1.291.634,34	1.190.892,45
I.P.V.A	1.257.760,45	159.239,22	116.252,45
I.C.M.S.	11.126.486,34	1.559.579,50	2.079.150,17
Convênios	493.080,60	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	10.452.296,87	1.241.474,65	1.442.700,97
Demais Receitas Correntes	2.130.646,51	295.827,20	244.114,33
Dívida Ativa	247.230,99	47.563,62	36.030,35
Diversas Receitas Correntes	1.883.415,52	248.263,58	208.083,98
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Convênios	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**36.036.481,87**	**5.119.703,80**	**5.620.027,05**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**31.547.282,12**	**6.516.499,43**	**6.492.586,68**	**3.378.754,44**	**3.942.257,22**
Pessoal e Encargos Sociais	14.805.669,55	2.422.139,49	2.464.850,28	2.422.139,49	2.464.850,28
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	16.741.612,57	4.094.359,94	4.027.736,40	956.614,95	1.477.406,94
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	**31.547.282,12**	**6.516.499,43**	**6.492.586,68**	**3.378.754,44**	**3.942.257,22**
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	**4.863.806,19**	**163.758,84**	**1.071.865,33**	**25.405,70**	**184.274,69**
Investimentos	4.663.806,19	8.925,66	931.865,33	0,00	160.766,28
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	200.000,00	154.833,18	140.000,00	25.405,70	23.508,41
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	**4.663.806,19**	**8.925,66**	**931.865,33**	**0,00**	**160.766,28**

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	**342.180,31**	**-**	**-**	**-**	**-**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**36.553.268,62**	**6.525.425,09**	**7.424.452,01**	**3.378.754,44**	**4.103.023,50**
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-516.786,75**	**-1.405.721,29**	**-1.804.424,96**	**1.740.949,36**	**1.517.003,55**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**0,00**	**0,00**
Superávit Financeiro	-	-	-	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	237.003,76	154.684,75	-	82.319,01	69.935,36	623.216,98	57.635,93	57.635,93	-	635.516,41	717.835,42
EXECUTIVO	0,00	237.003,76	154.684,75	0,00	82.319,01	69.935,36	589.453,73	57.635,93	57.635,93	0,00	601.753,16	684.072,17
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	237.003,76	154.684,75	0,00	82.319,01	69.935,36	589.453,73	57.635,93	57.635,93	0,00	601.753,16	684.072,17
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.378,93	1.378,93	1.378,93	0,00	0,00	0,00
SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TU	0,00	800,34	800,34	0,00	0,00	0,00	5.185,70	0,00	0,00	0,00	5.185,70	5.185,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	101.920,62	85.874,42	0,00	16.046,20	0,00	139.240,46	0,00	0,00	0,00	139.240,46	155.286,66
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	912,73	912,73	0,00	0,00	0,00	9.040,00	0,00	0,00	0,00	9.040,00	9.040,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	8.612,42	812,42	0,00	7.800,00	0,00	8.274,55	0,00	0,00	0,00	8.274,55	16.074,55
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJ.	0,00	23.894,03	23.894,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E	0,00	100.223,62	41.750,81	0,00	58.472,81	0,00	423.409,82	56.257,00	56.257,00	0,00	367.152,82	425.625,63
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	640,00	640,00	0,00	0,00	69.935,36	2.924,27	0,00	0,00	0,00	72.859,63	72.859,63
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.763,25	0,00	0,00	0,00	33.763,25	33.763,25
CAMARA MUNICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.763,25	0,00	0,00	0,00	33.763,25	33.763,25
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	**0,00**	**237.003,76**	**154.684,75**	**0,00**	**82.319,01**	**69.935,36**	**623.216,98**	**57.635,93**	**57.635,93**	**0,00**	**635.516,41**	**717.835,42**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2016					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	237.003,76	154.684,75	-	82.319,01	69.935,36	623.216,98	57.635,93	57.635,93	-	635.516,41	717.835,42
EXECUTIVO	0,00	237.003,76	154.684,75	0,00	82.319,01	69.935,36	589.453,73	57.635,93	57.635,93	0,00	601.753,16	684.072,17
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	237.003,76	154.684,75	0,00	82.319,01	69.935,36	589.453,73	57.635,93	57.635,93	0,00	601.753,16	684.072,17
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.378,93	1.378,93	1.378,93	0,00	0,00	0,00
SECRET. MUN. DE ESPORTES, LAZER, CULT. E TU	0,00	800,34	800,34	0,00	0,00	0,00	5.185,70	0,00	0,00	0,00	5.185,70	5.185,70
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	0,00	101.920,62	85.874,42	0,00	16.046,20	0,00	139.240,46	0,00	0,00	0,00	139.240,46	155.286,66
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	912,73	912,73	0,00	0,00	0,00	9.040,00	0,00	0,00	0,00	9.040,00	9.040,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	8.612,42	812,42	0,00	7.800,00	0,00	8.274,55	0,00	0,00	0,00	8.274,55	16.074,55
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E PLANEJ.	0,00	23.894,03	23.894,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E	0,00	100.223,62	41.750,81	0,00	58.472,81	0,00	423.409,82	56.257,00	56.257,00	0,00	367.152,82	425.625,63
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	640,00	640,00	0,00	0,00	69.935,36	2.924,27	0,00	0,00	0,00	72.859,63	72.859,63
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.763,25	0,00	0,00	0,00	33.763,25	33.763,25
CAMARA MUNICIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	33.763,25	0,00	0,00	0,00	33.763,25	33.763,25
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	**0,00**	**237.003,76**	**154.684,75**	**0,00**	**82.319,01**	**69.935,36**	**623.216,98**	**57.635,93**	**57.635,93**	**0,00**	**635.516,41**	**717.835,42**

FONTE:

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	893.162,85	893.162,85	99.629,53	11,15
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	237.881,48	237.881,48	28.814,49	12,11
1.1.1- IPTU	141.876,48	141.876,48	16.021,18	11,29
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	96.005,00	96.005,00	12.793,31	13,33
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	119.012,10	119.012,10	6.297,30	5,29
1.2.1- ITBI	119.012,10	119.012,10	6.297,30	5,29
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	–	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	420.969,90	420.969,90	44.986,31	10,69
1.3.1- ISS	402.669,79	402.669,79	43.866,77	10,89
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	18.300,11	18.300,11	1.119,54	6,12
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	115.299,37	115.299,37	19.531,43	16,94
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	–	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	–	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	–	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.917.686,01	6.917.686,01	1.041.592,34	15,06
2.1- Cota-Parte FPM	2.257.925,87	2.257.925,87	426.885,13	18,91
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	1.998.497,60	1.998.497,60	426.885,13	21,36
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	–	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	259.428,27	259.428,27	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.816.108,06	3.816.108,06	534.935,75	14,02
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	16.102,66	16.102,66	2.609,76	16,21
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	24.877,27	24.877,27	2.450,13	9,85
2.5- Cota-Parte ITR	393.900,00	393.900,00	22.958,85	5,83
2.6- Cota-Parte IPVA	408.772,15	408.772,15	51.752,72	12,66
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	–	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	7.810.848,86	7.810.848,86	1.141.221,87	14,61
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	–	0,00	3.371,52	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	–	325.977,09	49,33	0,02
5.1- Transferências do Salário-Educação	–	0,00	0,00	0,00
5.2- Transferências Diretas - PDDE	–	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	136.649,69	136.649,69	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	12.473,20	12.473,20	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	176.854,20	176.854,20	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	–	0,00	49,33	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	493.080,60	493.080,60	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	493.080,60	493.080,60	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	–	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	–	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	243.139,81	243.139,81	64.898,50	26,69
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.062.197,50	1.062.197,50	68.319,35	6,43

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.941.967,52	4.941.967,52	772.281,18	15,63
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.511.382,81	1.511.382,81	322.908,51	21,37
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.781.621,58	2.781.621,58	389.894,81	14,02
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	12.386,66	12.386,66	2.007,50	16,21
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	19.136,36	19.136,36	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	303.000,00	303.000,00	17.660,62	5,83
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	314.440,11	314.440,11	39.809,74	12,66
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.316.997,30	4.316.997,30	654.338,57	15,16
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.258.498,65	4.258.498,65	649.290,01	15,25
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	–	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	58.498,65	58.498,65	5.048,56	8,63
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-683.468,87	-683.468,87	-122.991,17	18,00
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.304.180,00	1.304.180,00	197.150,62	15,12	197.150,62	15,12
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	1.304.180,00	1.304.180,00	197.150,62	15,12	197.150,62	15,12
14- OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.304.180,00	1.304.180,00	197.150,62	15,12	197.150,62	15,12

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	–
16.1 - FUNDEB 60%	–
16.2 - FUNDEB 40%	–
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
INDICADORES DO FUNDEB	
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	197.150,62
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério[1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	30,13
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	69,87

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 [2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	1.334.180,00	1.334.180,00	201.497,62	15,10	197.150,62	14,78
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.304.180,00	1.304.180,00	197.150,62	15,12	197.150,62	15,12
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	30.000,00	30.000,00	4.347,00	14,49	0,00	0,00
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	240.000,00	240.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	1.574.180,00	1.574.180,00	201.497,62	12,80	197.150,62	12,52

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-122.991,17
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)	5.048,56
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	–
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO [4]	–
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)	–
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)	-117.942,61
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (36))	315.093,23
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	27,61

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	192.006,00	192.006,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	3.972.374,99	3.972.374,99	602.517,70	15,17	467.970,65	11,78
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	4.164.380,99	4.164.380,99	602.517,70	14,47	467.970,65	11,24
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	5.738.560,99	5.738.560,99	804.015,32	14,01	665.121,27	11,59

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (j)
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	253.172,70	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	649.290,01	0,00
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	513.478,66	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	513.478,66	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	5.048,56	0,00
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	394.032,61	0,00
51- (+) Ajustes	466,05	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	466,05	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	394.498,66	0,00

FONTE:

[1] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[2] Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

[3] Caput do art. 212 da CF/1988

[4] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

[5] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

[6] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[7] Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) — R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO[1] (I)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	4.863.806,19	163.758,84	25.405,70	0,00	4.700.047,35
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	**4.863.806,19**	**163.758,84**	**25.405,70**	**0,00**	**4.700.047,35**
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	**-4.863.806,19**	**-163.758,84**	**-**	**-**	**-4.700.047,35**

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

2016 a 2090

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=("d" exercício anterior) + (c)
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00
2090	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 28/02/2017 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

Município de Alto Garças - MT

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO (c) = (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (Ib - (IIf + IIg)	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
Valor(III)	255,93	0,00	255,93

FONTE:

Município de Alto Garças - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	
NADA A DECLARAR				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
NADA A DECLARAR											

FONTE:

Alto Garças, 27/03/2017

CONTABILIDADE
EDITAL Nº 05/2017/GP/SFP

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento à legislação pertinente em vigor,

FAZ SABER a quem interessar possa, **QUE** em cumprimento à legislação pertinente em vigor, com especificidade para o que consta no art. 37 da Constituição da República, no art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, de 04 de maio de 2000(Lei de Responsabilidade Fiscal– LRF),e na Lei Orgânica do Município, no que couber, **que os Relatórios Resumido de Execução Orçamentária – RREO - 1º bimestre/2017,** estão à disposição nos murais do Poder Legislativo/Câmara Municipal e do Poder Executivo/ Prefeitura Municipal**,** a partir desta data, em cumprimento às exigências e formalidade legais vigentes que disciplinam a matéria.

Alto Garças, 27 de março de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 178, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Dar posse aos membros do Conselho Municipal da Habitação para o biênio 2017/2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município.**

Resolve:

Artigo 1º- Dar posse aos Conselheiros do Conselho Municipal da Habitação– para o Biênio 2017/2018, composta da seguinte forma:

CONSELHEIROS DA ESFERA GOVERNAMENTAL

1- SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER, CULTURA E TURISMO Titular: EDIVALDO APARECIDO LEME Suplente: CLEBER REZENDE DE NOVAIS 2- **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** Titular: SERRATE COSTA Suplente: ESLAINE GOMES DE CARVALHO **3- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** Titular: CLARICE MARIA BERTOTTI SILVA Suplente: MARIA ROSA BARBOSA

CONSELHEIROS DA ESFERA NÃO GOVERNAMENTAL

Representantes de Entidades de Usuários de Assistência Social

1- ROTARY CLUB DE ALTO GARÇAS Titular: MARCOS ALVES FALEIRO Suplente: EMÍDIO CRISÓSTOMO BARBOSA **2- SICREDI – SUL MT – UNIDADE DE ALTO GARÇAS** Titular: DENIZE FERREIRA NUNES Suplente: JOCIANE MARIA NOGUEIRA **3- SINDICATO PATRONAL RURAL/PARÓQUIA SÃO SEBASTIÃO** Titular: ELIÔNIS RESENDE MACHADO COSTA Suplente: ELIAS SIQUEIRA

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 23 de Março de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 177, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Dar posse a Diretoria do Conselho Municipal do Trabalho, para o triênio 2017/2019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º Dar posse a Diretoria do Conselho Municipal do Trabalho para o triênio 2017/2019, a ser composta da seguinte forma:

Presidente GEISICA SILVA POLÁSIO **Vice- Presidente** EUDA ALVES CALÇAS **1ª Secretário** FERNANDA SANTOS DOURADO RADMANN

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 23 de Março de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 176, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Dar posse aos conselheiros do Conselho Municipal do Trabalho, para o triênio 2017/2019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º Dar posse aos conselheiros do Conselho Municipal do Trabalho para o triênio 2017/2019, a ser composta da seguinte forma:

CONSELHEIROS DA ESFERA GOVERNAMENTAL

1- SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Titular: GEISICA SILVA POLÁSIO Suplente: EUDA ALVES CALÇAS **2- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FINANÇAS E SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER** Titular: CLÉBER REZENDE DE NOVAIS Suplente: FERNANDA SANTOS DOURADO RADMANN **3- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** Titular: IZABELLA CÂNDIDA RODRIGUES Suplente: OLECY BATISTA PEREIRA FREITAS **CONSELHEIROS DA ESFERA NÃO GOVERNAMENTAL**

Representantes de Entidades de Usuários de Assistência Social

4- ROTARY CLUB DE ALTO GARÇAS Titular: GUTEMBERG GOMES DE ABREU Suplente: JOAQUIM MIGUEL DOURADO **5- SICREDI – SUL – MT – UNIDADE DE ALTO GARÇAS** Titular: ÂNGELA MARCIA DA SILVA Suplente: DELLAYNE CRISTINA LEITE ANDRADE COSTA **6- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL GARÇAS** Titular: VANDERVALDO BEZERRA DE REZENDE Suplente: JESQUIANE SOUZA WEBER

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 27 de Março de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 179, DE 23 DE MARÇO DE 2017

Nomeia e dá posse a Diretoria do Conselho Municipal da Habitação, para o biênio 2017/2018 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso VI e X da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1.º Nomear e dar posse a Diretora e Membros do Conselho Municipal da Habitação, para o Biênio 2017/2018 composto da seguinte forma:

Presidente EDIVALDO APARECIDO LEME **VICE- PRESIDENTE** SERRATE COSTA **1ª SECRETÁRIO** CLARICE MARIA BERTOTTI SILVA

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 23 de Março de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças-MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 016 DE 23 DE MARÇO DE 2017

"Disciplina a pesquisa de preços e o tratamento de dados para a composição dos Preços de Referência e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, *especialmente as contidas no inciso do art. 71 da Lei Orgânica do Município e;*

CONSIDERANDO o princípio da eficiência previsto na Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Instrução Normativa nº 05/2014, de 27 de junho de 2014, editada pelo Governo Federal;

CONSIDERANDO o preconizado no inciso V do artigo 15 da Lei nº 8.666/1993;

CONSIDERANDO o Parecer nº 02/2012/GT359/DEPCONSU/PGF/AGU;

CONSIDERANDO os Acórdãos do TCU nº 2.531/2011-P; nº 4.561/2010 -1C; nº 3.068/2010 – Plenário; nº 2.943/2013 – P e nº 2.637/2015 – P;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

Parágrafo único. Subordinam-se ao disposto neste Decreto os órgãos da Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Alto Garças.

Art. 2º. Serão nomeados por Portaria Municipal específica os responsáveis pela elaboração das pesquisas de preços.

Art. 3º. A pesquisa de preços para a composição do Preço de Referência será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, observada a ordem de preferência:

I – preços registrados ou praticados em outros entes públicos;

II – pesquisa em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso;

III – pesquisa com fornecedores;

IV – outras fontes, desde que devidamente detalhadas e justificadas.

§1º. Em observância à ordem de preferência estabelecida nos incisos do caput, a utilização do parâmetro seguinte dependerá da impossibilidade, devidamente justificada, de utilização de parâmetro que o precede.

§2º. Serão admitidas referências em vigência, assim como aquelas vigentes nos últimos 180 dias a contar da pesquisa de preços. A adoção de prazo diferente ao estabelecido demandará justificativa fundamentada no processo, que leve em conta, especialmente, as condições objetivas do mercado fornecedor no momento da pesquisa de preços.

§3º. Nos casos previstos no inciso II deste artigo, serão desconsiderados preços promocionais e considerados os custos de frete.

Art. 4º. Deverá compor a *"cesta de preços"*, para a busca ao Preço de Referência, o máximo de fontes de referências disponíveis.

§1º. Excepcionalmente, e mediante justificativa do responsável pelo processo de orçamentação com a anuência do secretário da pasta, será admitida a pesquisa com menos de 03 (três) preços.

§2º. Exceção ao §1º desse artigo, é o caso previsto no inciso III do artigo 10 onde é aceita a pesquisa com menos de 03 (três) preços e não há necessidade de justificativa.

Art. 5º. Os comprovantes da pesquisa de preços poderão ser digitalizados em formato PDF e anexados em arquivo salvo em CD ao processo, desde que seja elaborado documento impresso descrevendo a metodologia empregada, as fontes obtidas e o nome dos respectivos arquivos digitalizados de comprovação, assinado pelo responsável pela pesquisa de preços.

§1º. Nos casos em que a fonte de referência está disponível para acesso público e pode ser recuperada em qualquer oportunidade, a informação não precisa ser impressa e anexada ao processo, bastando a indicação dos dados necessários para rastreamento, a exemplo do número da licitação e código da unidade compradora, sistema de compras onde está disponível, endereço eletrônico de onde a informação foi obtida.

§2º. Entende-se por fonte de referência os preços constantes de plataformas eletrônicas de compras públicas como o *Comprasnet*, publicações oficiais online, portais de transparência.

Art. 6º. Deverão ser observados sítios especializados quando da compra de:

I - veículos (***http://veiculos.fipe.org.br*** e ***www.webmotors.com.br***);

II - combustíveis (***http://www.anp.gov.br/preco***);

III - medicamentos e materiais ambulatoriais (***http://bps.saude.gov.br***).

Art. 7º. Somente quando não for possível obter preços referenciais nos sistemas oficiais é que a pesquisa pode se limitar a cotações de fornecedores.

Art. 8º. A pesquisa de preços com fornecedores levará em conta a seleção fundamentada de potenciais interessados, considerando a especialidade e a compatibilidade com o objeto e o volume da aquisição, sendo obrigatória a devida formalização (formulários preenchidos, pedidos realizados, respostas recebidas), podendo ser realizada:

I – presencialmente, mediante o preenchimento de formulário apropriado que indique o responsável pela coleta, o local, a data e a hora do procedimento, a descrição dos produtos verificados, e, sempre que possível, fotografias das respectivas etiquetas de preço com assinatura do responsável pela coleta;

II – solicitação de orçamento, com os pedidos realizados e as respostas recebidas;

III – por meio remoto, como e-mail, devendo constar o comprovante de e-mail encaminhado/ recebido;

IV – por telefone, desde que essa opção seja justificada no processo, assim como devidamente formalizada, informando os dados do responsável pela consulta, o número, data e a hora da ligação, o nome e CNPJ da empresa, nome do funcionário que forneceu o orçamento.

§1º. No caso de recebimento de orçamento por e-mail, o responsável pela pesquisa de preços deverá firmar declaração, sob sua responsabilidade, de que os orçamentos juntados aos autos correspondem aos anexos encaminhados por e-mail pelos fornecedores, corroborando assim a validade jurídica de tais documentos juntados aos autos.

§2º. Não terão validade os preços cotados de empresas que sejam vinculadas entre si.

Art. 9º. No caso de compras com muitos itens, a exemplo de medicamentos e gêneros alimentícios, poderá ser empregada metodologia na pesquisa de preços que leve em conta a relevância material, definida com base na aplicação da Curva ABC.

§1º. Para aplicação da Curva ABC é necessário realizar uma pesquisa preliminar de preços de referência, que pode ser feita com base em uma única fonte.

§2º. A pesquisa de preço de referência preliminar poderá também ser realizada pelo setor demandante, que anexará ao processo de solicitação de compra os elementos que comprovem a pesquisa preliminar r tais como e-mail ou fax recebido, orçamentos obtidos, página de Internet, publicações especializadas, fontes públicas consultadas.

§3º. O caráter preliminar dessa fase da pesquisa de preços não afasta o dever e a responsabilidade do setor demandante ou setor de compras, conforme o caso, pela coerência das estimativas informadas, exigindo juízo crítico acerca da credibilidade das referências obtidas.

Art. 10. Realizada a pesquisa preliminar de preços, o setor de compras deverá então aplicar a Curva ABC, onde serão classificados conforme abaixo especificado:

I - como **Grupo A**: os produtos que totalizarem entre 50% (cinquenta por cento) e 60% (sessenta por cento);

II - no **Grupo B**: os que somarem entre 30% (trinta por cento) e 40% (quarenta por cento);

III - como **Grupo C:** os que somarem entre 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento).

§1º. Aplicada a Curva ABC, os itens do grupo *"A"* receberão tratamento especial, mais rigoroso, com máxima amplitude de fontes pesquisadas e tratamento estatístico apropriado; enquanto o grupo *"B"* receberá tratamento intermediário e o grupo *"C"* será tratado de modo simplificado, sendo:

I – grupo A: no mínimo 05 (cinco) fontes de referência;

II – grupo B: no mínimo 03 (três) fontes de referência;

III – grupo C: no mínimo 02 (duas) fontes de referência;

§2º. Respeitada a classificação de prioridades estabelecidas pela Curva ABC, a pesquisa de preços coletará o máximo de fontes de referências disponíveis, devendo ser justificado o uso de um número inferior ao mínimo estabelecido pelo §1º deste artigo, especialmente no caso de itens do grupo *"A"*.

Art. 11. O tratamento das referências de preço obtidas adotará a MEDIANA como parâmetro estatístico do preço de referência.

§1º. Nos casos previstos no inciso III do §1º do artigo 10 será utilizada a MÉDIA.

Art. 12. A pesquisa de preços será realizada em, no máximo, 30 (trinta) dias a partir do recebimento da solicitação de compra com especificação adequada do objeto.

Art. 13. A pesquisa de preços terá validade de 06 (seis) meses a partir da sua conclusão, podendo ser utilizada em outras compras do mesmo objeto e compartilhada com outros órgãos públicos.

Parágrafo único. A validade da pesquisa dependerá de análise da volatilidade dos preços em função do tipo de produto ou variações significativas de mercado.

Art. 14. O disposto neste Decreto não se aplica aos processos administrativos já iniciados.

Art. 15. Este Decreto se aplica igualmente às compras por inexigibilidade, carona de Atas de Registro de Preços e compras diretas.

Art. 16. Excetuam-se deste Decreto a contratação de serviços ou obras, objetos com características próprias, que exigem metodologias, fontes e tratamento específicos para definição de preços de referência.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 23 de Março de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 015 DE 23 DE MARÇO DE 2017

"Designa a nova composição do Comitê de Coordenação e do Comitê Executivo para coordenação, discussão, avaliação, aprovação e execução das atividades necessárias à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme o Termo Aditivo de Execução Descentralizada no 04/2014 celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e Universidade Federal de Mato Grosso, assinado e publicado no Diário Oficial da União".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, especialmente as contidas no inciso do art. 71 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto na Lei Federal nº 11.445/2007 e a necessidade de se instituir comitês específicos para as atividades relacionadas à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

CONSIDERANDO a mudança de gestão administrativa decorrente do pleito eleitoral de 2016;

CONSIDERANDO que os membros do Comitê de Coordenação e do Comitê Executivo contidos no Decreto nº 111/2015 eram basicamente detentores de cargos comissionados da gestão antecessora [2013-2016], e que consequentemente foram exonerados ao final do mandato, gerando a necessidade de substituição;

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a nova composição do Comitê de Coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, a ser composta pelos seguintes membros:

MEMBROS DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO

a) Representantes do Poder Público Municipal:

1. – Claudinei Singolano – Prefeito Municipal

2. – Alline Klasener – Secretária Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano e Rural

3. – Gisele Denise Lima Singolano – Secretária Municipal de Assistência Social;

4. – Adelaide Aparecida Hermes Ribeiro – Secretária Municipal de Infraestrutura e Obras

b) Representantes do Poder Público Estadual e Federal:

1. – Representante do Núcleo Intersetorial de Coordenação Técnica – NICT da FUNASA;

2. – Representante do Estado da Secretaria de Cidades.

Parágrafo Único. São atribuições do Comitê de Coordenação ao que se refere o caput deste artigo: Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo; Analisar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

Art. 2º. Fica instituída a nova composição do Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, a ser composta pelos seguintes membros:

MEMBROS DO COMITÊ EXECUTIVO

a) Representantes do Município

1. – Luiz Gustavo Prante Zanon – Diretor do Departamento de Água, Esgoto e Limpeza Pública – DAE;

2. – Fernanda Batista Mendonça – Assistente Social;

3. – Euda Alves Calças – Gerente de Assistência Social;

4. – Edevaldo Pereira de Silva – Técnico em Química;

5. – Matheus Felipe Coutinho de Andrade – Gerente de Limpeza Pública;

6. – Jovelina Maria Barbosa – Coordenadora da Vigilância Sanitária;

7. – Jonas Roberto Dal Piva – Gerente de Infraestrutura;

8. – Cléber Rezende de Novais – Secretário Municipal de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo;

9. – Maria José Mendonça Cajango – Secretária Municipal de Educação.

Parágrafo Único. São atribuições específicas do Comitê Executivo a que se refere o caput deste artigo.

I – executar em conjunto com a equipe executora, as atividades previstas nas etapas de elaboração do Plano, apreciando e validando cada produto a ser entregue, submetendo-o à avaliação do Comitê de Coordenação;

II – observar os prazos indicados no cronograma de execução.

Art. 3º. A designação dos membros dos comitês previstos neste Decreto não importará em qualquer vantagem pecuniária ou acréscimo remuneratório, a qualquer título.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 111, de 09 de novembro de 2015.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças-MT, em 23 de Março de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
PORTARIA 125/2017 - FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA 125/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar o servidor, **Sr. JONAS BOTAN,** portador do RG n° **1925253-6 SSP/MT** e do CPF n° **032.253.241-83**, **CREA/MT 034430**, para exercer a função de **FISCAL DA EXECUÇÃO** das obras e contratos, abaixo relacionados:

CONTRATO 52/2016 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa CONSTRUTORA ALTO MONTE EIRELI - EPP, inscrita sob o CNPJ: **22.103.781/0001-82,** referente ao Processo Licitatório **Tomada de Preço n.º 005/2016, que tem por objeto Construção de UBS II na Rua Almirante Barroso, no Município de Alto Paraguai – MT;**

CONTRATO 90/014 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa **LIMA MURÇA & murça ltda – me**, inscrita sob o CNPJ: **16.885.249/0001-61,**referente ao Processo Licitatório **Tomada de Preço n.º 004/2014, que tem por objeto "REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE SAÚDE, LOCALIZADO NA RUA GETÚLIO VARGAS E CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UM POSTO DE SAÚDE NO DISTRITO DO TIRA SENTIDO – ZONA RURAL NO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI –MT"**

CONTRATO 84/014 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa **LIMA MURÇA & murça ltda – me**, inscrita sob o CNPJ:

16.885.249/0001-61,referente ao Processo Licitatório **Tomada de Preço n.º 002/2014, que tem por objeto "SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NA RUA MASCARENHAS DE MORAES , CENTRO NO MUNICIPIO DE ALTO PARAGUAI – MT"**

CONTRATO 44/016 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa VITISA CONSTRUTORA E INCORPORADORA, inscrita sob o CNPJ: **11.925.001-0001-63,**referente ao Processo Licitatório **Tomada de Preço n.º 002/2016, que tem por objeto "Construção de base física para implantação de agroindústria para processamento de mandioca no município de Alto Paraguai"**

CONTRATO 48/016 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa **RODOSERVICE CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, inscrita sob o CNPJ: **13.924.839-0001-68,**referente ao Processo Licitatório **Tomada de Preço n.º 008/2016, que tem por objeto "Pavimentação Asfáltica, Meio-Fio com Sarjeta, Sinalização Viária com Ciclofaixa e Calçadas , Área Pavimentada 4.321,44 m2, Passeio Publico 2.745,00 m2, na Avenida Almirante Barroso, no Município de Alto Paraguai"**

CONTRATO 58/016 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa **RODOSERVICE CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, inscrita sob o CNPJ: **13.924.839-0001-68,**referente ao Processo Licitatório **Tomada de Preço n.º 009/2016, que tem por objeto "Pavimentação Asfáltica, Drenagem Superficial de Águas Pluviais, Sinalização Viária e passeio em Vias Urbanas Rua Castelo Branco e Rua Fernando Correa da Costa, no Município de Alto Paraguai - MT"**

CONTRATO 59/016 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa **RODOSERVICE CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, inscrita sob o CNPJ: **13.924.839-0001-68,**referente ao Processo Licitatório **Tomada de Preço n.º 010/2016, que tem por objeto "Pavimentação Asfáltica, Drenagem Superficial de Águas Pluviais, Sinalização Viária e passeio em Vias Urbanas Avenida Getulio Vargas, no Município de Alto Paraguai - MT"**

CONTRATO 77/016 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa **RODOSERVICE CONSTRUÇÕES LTDA-ME**, inscrita sob o CNPJ: **13.924.839-0001-68,**referente ao Processo Licitatório **Tomada de Preço n.º 014/2016, que tem por objeto "Pavimentação Asfáltica, TSD Distrito de Tira Sentido, no Município de Alto Paraguai";**

CONTRATO 50/016 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa **BR PAVING CONTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - EPP**, inscrita sob o CNPJ: **15.264.721/0001-86,** referente ao Processo Licitatório **Tomada de Preço n.º 007/2016, que tem por objeto "Construção de Ponte em Concreto, sobre o Rio Fazenda Velha, Etapa I da Rodovia do Peixe, no Município de Alto Paraguai - MT";**

CONTRATO 61/2016 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa CONSTRUTORA ALTO MONTE EIRELI - EPP, inscrita sob o CNPJ: **22.103.781/0001-82,** referente ao Processo Licitatório **Tomada de Preço n.º 012/2016, que tem por objeto Construção de 02 (duas) Academias da Terceira Idade (ATI) no Município de Alto Paraguai – MT;**

CONTRATO 134/2012 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa **L.L.A.A CONSTRUTORA e Prestadora de Serviços LTDA ME**, inscrita sob o CNPJ: 03.320.410/0001-08;

CONTRATO 132/2012 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa **L.L.A.A CONSTRUTORA e Prestadora de Serviços LTDA ME**, inscrita sob o CNPJ: 03.320.410/0001-08;

CONTRATO 126/2012 celebrado entre a Prefeitura Municipal de Alto Paraguai e a empresa **NATIVA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA**, inscrita sob o CNPJ: **06.262.602/0001-01**, referente ao Processo Licitatório **Tomada de Preço n.º 005/2012, que tem por objeto Construção de uma creche-Programa Pró-Infância –Tipo B, no Município de Alto Paraguai – MT, conforme Planilha Orçamentária, TERMO DE COMPROMISSO – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO-FNDE-PAC 2-PROGRAMA PRÓ-INFÂNCIA-TIPO B**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor, com efeito retroativo a 25 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Publica-se;Registra-se;Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 17 de março de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

O Município de Alto Paraguai (MT), ente federativo inscrito no CNPJ sob n.º 03.648.532/0001-28, com sede à Avenida Presidente Médici, 470, bairro Bela Vista, neste ato representado por sua Prefeita DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES, portadora do RG n.º 08176490-4 (RJ) e do CPF 804.435.751-34, doravante denominada**CONTRATANTE** e a empresa RODOSERVICE CONSTRUÇÕES LTDA. Inscrita no CNPJ sob n.º 13. 924.839/0001-68, com sede à Avenida Don Orlando Chaves, 2.052, Bairro Cristo Rei, Várzea Grande (MT), neste ato representada por seu sócio ADNER RAFAEL DA SILVA SANTOS, portador do RG n.º 1.262.408-0 (MT), e do CPF 705.387.001-49, residente e domiciliado à Avenida Tancredo de Almeida Neves, 688, bairro Jardim Petrópolis, Cuiabá (MT), doravante denominada **CONTRATADA,** considerando os termos do OFICIO N.º 29/2017 DE/PREF, assinado pelo Engenheiro Civil JONAS BOTAN, CREA MT034430, que passa a fazer parte integrante deste TERMO, RESOLVEM, com fulcro no Artigo **art. 5º, § 6.º, da Lei 7.347/1985,** firmar este **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA,** conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Compromete-se a CONTRATANTE a efetuar os pagamentos pelos serviços já executados no exercício de 2016 e que se encontra com as medições aprovadas e atestadas pela administração municipal anterior, relativas aos **Contratos Administrativos 058 e 059/2016**;

CLÁUSULA SEGUNDA – Compromete-se a CONTRATANTE a realizar a drenagem necessária das águas pluviais que ficam acumuladas nas estacas 00, 05 e 06, conforme especificado nos **Relatórios de Visita Técnica n.º 05/2017 DE/PREF e n.º 06/2017 DE/PREF**, que passam a integrar este TERMO, através de Termo Aditivo Financeiro ao**Contrato Administrativo 058/2016** ou às suas expensas, o que for mais vantajoso para a administração pública;

CLÁUSULA TERCEIRA – Compromete-se a CONTRATADA a realizar os reparos necessários, previstos nos **Relatórios de Visita Técnica n.º 05/ 2017 DE/PREF e n.º 06/2017 DE/PREF,** tão logo executado os serviços de drenagem previstos na cláusula segunda estejam concluídos, relativos ao **CONTRATO 058/2016** e retomar imediatamente os serviços de reparos e conclusão relativos ao **CONTRATO 059/2016** que independem de providencias por parte da CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – O prazo para cumprimento das ações previstas neste **TAC** é de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de pagamento das medições dos **Contratos Administrativos 058 e 059/2016.**

CLÁUSULA QUINTA - O descumprimento do **TAC** implicará na execução do mesmo, podendo ser convertido o valor que faltará para a conclusão dos serviços em pecuniário que será utilizado para recontratação dos serviços e obras remanescentes, ressalvados as hipóteses de justa causa ou força maior devidamente apurada e comprovada

Este acordo produzirá efeitos legais depois de devidamente assinado e publicado.

Nada mais havendo, firmam o presente TAC em três vias de igual teor e forma.

Alto Paraguai, MT, 24 de março de 2017.

Maria Angela Cezimbra

Chefe de Projetos e Convênios

Tel. (65) 99252-2139

(65) 3396-1468

JURIDICO
III TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 146/2015

III TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 146/2015

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro **MARIA BONDESPACHO DOS SANTOS,** brasileira, portadora do RG nº 0726972-2 SSP/MT E CPF n. 569.690.401-78 , residente e domiciliado Rua Almirante Barroso, Bela Vista em Alto Paraguai - MT, **de comum acordo resolvem aditar e ajustar o contrato original, mediante as clausulas e condições a seguirem estabelecidas**

FINALIDADE E JUSTIFICATIVA

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas á execução dos trabalhos definidos e especificados na clausula primeira do contrato nº 146**/2015-** DO OBJETO, com fulcro na Lei Municipal 376/2014 que dispõe sobre a contratação temporária e Lei 8666/93 sendo perfeitamente possível realizar o aditamento do presente contrato, ressaltando que o serviço prestado pelo CONTRATADO (A) é de relevante necessidade, sendo essencial a sua continuidade, sendo imperioso aditivar o presente contrato para que se possa dar continuidade aos serviços oferecidos a população de Alto Paraguai – MT, INEXISTINDO SERVIDOR EFETIVO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO.

.

I – DO OBJETO

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar até a data de 31/05/2017 o prazo de vigência do contrato n. 146/2015**,** conforme justificativa apresentada pela **Sec. Mun. De Saúde** e amparo legal na Lei 8666/93 e legislação municipal correlata.

Parágrafo único. O presente termo aditivo poderá ter seu término antecipado se no curso do mesmo, for finalizado processo seletivo ou concurso público para preenchimento da vaga ora contratada, sem direitos rescisórios ao CONTRATADO.

II – DAS DEMAIS CLAÚSULAS

Todas as demais cláusulas e subclausulas do contrato em referência, ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

III– DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino/MT, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições as partes, através de seus representantes designados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias, de igual teor e forma para que produza os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Alto Paraguai – MT, 23 de março de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES	**MARIA BONDESPACHO DOS SANTOS**
PREFEITA MUNICIPAL	
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

-	
CPF:	CPF:

JURIDICO
I TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 041/2016

I TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO 041/2016

Por este instrumento particular de Contrato por PRAZO DETERMINADO que entre si fazem de um lado o Município de Alto Paraguai - MT, com sede administrativa nesta cidade, sita à Avenida Presidente Médice, n. 470, Bairro Bela Vista inscrito no CNPJ/MF n° 03.648..532/0001-28, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, de ora em diante denominada **CONTRATANTE** e de outro **MANOEL UBIRATAN DE ALMEIDA,** brasileiro, portador do RG nº 0741178-2 SSP/MT E CPF n. 571741301-78, HABILITAÇÃO AD 00050401921, residente e domiciliado na Rua Batista das Neves, Centro em Alto Paraguai - MT, **de comum acordo resolvem aditar e ajustar o contrato original, mediante as clausulas e condições a seguirem estabelecidas**

FINALIDADE E JUSTIFICATIVA

O presente termo aditivo tem por finalidade formalizar e disciplinar o relacionamento contratual, com vistas á execução dos trabalhos definidos e especificados na clausula primeira do contrato nº **041/2016-** DO OBJETO, com fulcro na Lei Municipal 376/2014 que dispõe sobre a contratação temporária e Lei 8666/93 sendo perfeitamente possível realizar o aditamento do presente contrato, ressaltando que o serviço prestado pelo CONTRATADO (A) é de relevante necessidade, sendo essencial a sua continuidade, sendo imperioso aditivar o presente contrato para que se possa dar continuidade aos serviços oferecidos a população de Alto Paraguai – MT, INEXISTINDO SERVIDOR EFETIVO PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATADO.

.

I – DO OBJETO

Pelo presente TERMO ADITIVO, as partes resolvem, de comum acordo, prorrogar até a data de 30/06/2017 o prazo de vigência do contrato n. 041/2016**,** conforme justificativa apresentada pela **Sec. Mun. De Saúde** e amparo legal na Lei 8666/93 e legislação municipal correlata.

Parágrafo único. O presente termo aditivo poderá ter seu término antecipado se no curso do mesmo, for finalizado processo seletivo ou concurso público para preenchimento da vaga ora contratada, sem direitos rescisórios ao CONTRATADO.

II – DAS DEMAIS CLAÚSULAS

Todas as demais cláusulas e subclausulas do contrato em referência, ficam inalteradas por este instrumento, pelo presente termo aditivo, ratificado.

III– DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Diamantino/MT, para dirimir qualquer dúvida oriunda da execução deste instrumento, com renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo com todas as cláusulas e condições as partes, através de seus representantes designados, firmam o presente termo aditivo, em 03 (três) vias, de igual teor e forma para que produza os efeitos legais, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Alto Paraguai – MT, 23 de março de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES	**MANOEL UBIRATAN DE ALMEIDA**
PREFEITA MUNICIPAL	
CONTRATANTE	CONTRATADO

Testemunhas:

-	
CPF:	CPF:

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 226/2017

PORTARIA 226/2017

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT., **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Exonerar o Sr. JOSÉ LOURENÇO DOS SANTOS,servidor público efetivo, portador do **RG N° 273.752SSP/MT, e do CPF n° 304.779. 481-20**, do cargo em comissão - Função Gratificada de **DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA intermediáriA – DAI – Encarregado de Oficina, junto a Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Saneamento.**

Art. 2º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrario.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Mun. de Alto Paraguai – MT, 17 de Março de 2017.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

JURIDICO
V TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 055/2015, EM CONFORMIDADE COM A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/ 2015 DO PREGÃO Nº 006/2015

V TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 055/2015,

em conformidade com a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2015 do PREGÃO Nº 006/2015

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI,** pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Cidade de Alto Paraguai, Comarca de Diamantino, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 03.648.532/000128, neste representada pela Prefeita Municipal a **Sra. DIANE VIEIRA DE V. ALVES.**

CONTRATADA: **M. A. CHAGAS E CIA LTDA - ME**, CNPJ 15.619.906/ 0001-66 nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por ITEM, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta **Ata de Registro de Preços n. 011/2015,** sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8. 666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, e em conformidade com as disposições a seguir, têm, entre si, justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo de prorrogação de prazo do contrato n.º 055/2015, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como objeto, de comum acordo, prorrogar até a data de 31/07/2017 o prazo de vigência do contrato n.055/2015, ou até que se encerre procedimento licitatório que deverá ser realizado nos próximos dias.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente termo aditivo decorre de autorização do Secretário-Geral de Administração da contratante, e encontra amparo legal no artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93 e artigo 57, II da Lei nº 8.666/93 e processo licitatório pregão presencial n. 006/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS.

1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Alto Paraguai, em 31 de Janeiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI DIANE VIEIRA DE V. ALVES **CONTRATANTE**	**M. A. CHAGAS E CIA LTDA - ME CONTRATADO**

TESTEMUNHAS:

Nome:_____ **CPF:**_____	**Nome** **CPF:** _____

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL – SRP 010/2017 – EDITAL RESUMIDO.

Registro de preços para futura contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARA E PROTETOR. Abertura às 07h30min (Horário de Mato Grosso) dia 07/04/2017. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e 13:00min às 17:00min, junto a Pregoeira ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br, ou solicitado pelo e-mail: licitacao@altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com a Pregoeira, em horário comercial, de Segunda a Sexta através dos fones 066-3496-1448/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 27 de março de 2017 – Michelle Arantes Mancine - Pregoeira

CONVÊNIO N.º 01/2017

CONVÊNIO N.º 01/2017 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI POR MEIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE ALTO TAQUARI/MT, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

O **MUNICÍPIO DE ALTO TAQUARI**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Groso, sita à Avenida Macário Subtil de Oliveira nº 848, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.362.680/0001-56, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, senhor **LAIRTO JOÃO SPERANDIO,** brasileiro casado, engenheiro agrônomo, residente e domiciliado nesta cidade de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, à Rua Marçal Batista, nº 905, centro **CONCEDENTE**, e a **DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE ALTO TAQUARI/MT**, neste ato representado pelo Senhor Delegado de Polícia **JOÃO FERREIRA BORGES FILHO**, brasileiro, servidor público, portador do documento de Identidade RG n.º 1688050 SSP/GO e inscrito no CPF/MF sob o n.º 475.973.721-91, lotado na Delegacia de Polícia Civil de Alto Taquari, localizada na Rua Francisco Mendes de Moraes, n.º 1491, centro, na cidade de Alto Taquari, estado de Mato Grosso, doravante denominado **CONVENENTE**, resolvem celebrar o presente Convênio de conformidade com

a Lei Municipal n.º 704/2012 e a Lei n.º 8.666/93, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

DO OBJETO

CLAUSULA PRIMEIRA – Este Convênio tem por objeto o repasse de verba para cobrir despesas com material de consumo e outros serviços de terceiros no valor de R$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais) mensais, visando dar apoio à prestação de serviços da polícia civil a este Município, ante seu caráter de utilidade pública.

DAS OBRIGAÇÕES

CLAUSULA SEGUNDA – São obrigações:

I – DA CONCEDENTE

I. Destinar à Delegacia de Polícia Civil deste Município de Alto Taquari, estado de Mato Grosso, a verba para despesas com material de consumo e serviços de terceiros, nos termos da Lei Municipal n.º 704, de 20 de dezembro de 2012.

II – DO CONVENENTE

I. Prestar serviços de segurança pública neste Município, conforme as atribuições da CONVENENTE, de maneira igualitária e satisfatória à toda a população.

DA VIGÊNCIA

CLAUSULA TERCEIRA – O presente convênio terá vigência a partir da data de 01 de março até 31 de dezembro de 2017.

DA RESPONSABILIDADE DOS PARTÍCIPES

CLAUSULA QUINTA - Este Convênio deverá ser executado, fielmente, pelos partícipes, de acordo com as clausulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo cada um pelas conseqüências de sua inexecução total ou parcial a que tiver dado causa.

DA PUBLICIDADE

CLAUSULA SEXTA – A publicidade dos atos praticados em função deste Convênio deverá restringir-se ao caráter informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

DA PUBLICAÇÃO

CLAUSULA SÉTIMA – Este Convênio, bem como os seus eventuais Termos Aditivos, serão publicados em extrato, no diário Oficial do Estado, que será providenciado pelo CONCEDENTE até o quinto dia útil do mês seguinte de sua assinatura, devendo esta ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a contar daquela data.

DA DENÚNCIA

CLAUSULA OITAVA – O presente Convênio poderá ser denunciado formalmente e expressamente, a qualquer momento, pelos partícipes, imputando-lhes, obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

DA EXECUÇÃO

CLAUSULA NONA – São executores do presente convênio:

a) - Como representante do Município, o Prefeito Municipal ou quem por ele for designado;

b) - Como representante da Delegacia de Polícia Civil, o Sr. Delegado de Polícia responsável ou quem por ele for designado.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLAUSULA DÉCIMA – As comunicações entre os CONVENENTES, inclusive reclamações, notificações e petições, sobre o presente Convênio, serão feitas por escrito e remetidas aos endereços constantes do preâmbulo deste Termo.

CLAUSULA DECIMA PRIMEIRA – É facultado aos partícipes denunciar ou rescindir este Convênio, a qualquer tempo, enviando notificação, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência, aos demais partícipes, sendo-lhes imputadas as responsabilidades pelas obrigações e creditados os benefícios no período em que este tenha vigido.

DO FORO

CLAUSULA DECIMA SEGUNDA – Fica eleito o foro da Comarca de Alto Taquari-MT, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da interpretação, aplicação ou execução deste Convênio, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante as testemunhas abaixo nomeadas.

Alto Taquari-MT, 01 de março de 2017.

Lairto João Sperandio

Prefeito Municipal

(Concedente)

João Ferreira Borges Filho

Delegado de Polícia Civil de Alto Taquari/MT

(Convenente)

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 011/2017 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: contratação de microempresa e/ou microempreendedor individual e empresa de pequeno porte para fornecimento de material de expediente para atender as diversas secretarias do município. Abertura às 07h00min (Horário de Mato Grosso) dia 10/04/2017. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07:30h às 11:30h e das 13:00h às 17:00h , junto a Pregoeira ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br, ou solicitado pelo email: licitacao@altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com a Pregoeira, em horário comercial, de Segunda a Sexta através dos fones 066-3496-1448/1471 ou (66) 98401-6381 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 27 de março de 2017 – Michelle Arantes Mancine - Pregoeira.

PORTARIA Nº. 082/2017

"Nomeia Comissão de Organização e fiscalização de Processo Seletivo Simplificado e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Lairto João Sperandio, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de criar a Comissão Organizadora, a fim de conferir apoio e transparência em todas as fases do Processo Seletivo Simplificado para Contratação Emergencial, que visa garantir a continuidade e o bom andamento dos serviços públicos essenciais,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear servidores para comporem a Comissão de Organização e fiscalização de Processo Seletivo Simplificado, para contratação emergencial em caráter temporário, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Alto taquari que será composta pelos seguintes servidores:

- ROSANGELA CARVALHO DE OLIVEIRA SANTOS

- ELIANA WORST;

- SILVANA LUCILIA MONTEIRO SAMPAIO

Art. 2º - A Comissão supra, deverá compor e promover todas as fases do Processo Seletivo a que se refere esta Portaria, acompanhando cada procedimento, bem como avaliando recursos interpostos e, também, casos omissos relativos ao processo.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Alto Taquari, 21 de Março de 2017.

Lairto João Sperandio

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
JUSTIFICATIVA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 003/2016

O candidato **VALMOR HOEFF D AGOSTINI** foi convocado no dia 22/02/2017 para ser contratado no cargo de Motorista, pelo Processo Seletivo Simplificado nº. 003/2016, porém não compareceu no prazo, conforme determina o Edital de Convocação 009/2017, no entanto, o convocado não tomou posse e nem justificou sua ausência ou inércia.

Apiacás-MT; 27 de Março de 2017.

MARIZETE ANDRETTA

Recursos Humanos

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 01/2017

Extrato do TERMO DE CESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL Nº 01/2017

CEDENTE: Município de Araguaiana – MT

CESSIONÁRIO: INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO – INDEA

Objeto: concessão de uso de Prédio Urbano, para desenvolvimento de atividades do INDEA – por 10 anos.

Data:0 2/01/2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 3º ADITIVO DO CONTRATO Nº 12/2015

Extrato do 3º Aditivo do Contrato Nº 12/2015

Contrato Nº 12/2015

Contratante: Município de Araguaiana – MT

Contratada: BENONES PEREIRA FILHO 86063626115

Objeto: Supressão de valores referente ao Segundo Aditivo do Contrato nº 12/2015 conforme solicitação do Fiscal de Contrato referente a **SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR AUTOMOTIVO DE ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO (TRANSPORTE ESCOLAR RURAL).**

Data: 10/01/2017

TRIBUTOS
TERMO DE DESISTÊNCIA

TERMO DE DESISTÊNCIA DE IMÓVEL CEDIDO

CESSIONÁRIO	**IMÓVEL**
RAIMUNDO NONATO	Lote: **03**
CPF : 515.257.631-72	Quadra: **17**
RG : 3468874 SSO/GO	Setor: **"Jardim Saveco"**

Cessionário de um imóvel localizado sob o nº 03 (Três) da Quadra nº 17 (Dezessete) do loteamento denominado "Jardim Saveco" conforme planta cadastral deste município através do **Termo de Cessão nº 02/2015** publicado no Diário Municipal no dia 30/12/2015 sob o nº 2383 na página 29, **DESISTE** em caráter definitivo do referido imóvel por motivos particulares.

Data: 24/03/2017	_____ *Assinatura do Cessionário*

TESTEMUNHAS

_____
Alaor Neto Gomes Reis
CPF nº 568.115.781-49

_____
Lidiana Elias Cesar Santos
CPF nº 021.337.601-64

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

RESOLUÇÃO Nº 002/CMAS/2017

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ARAGUAINHA - MT

RESOLUÇÃO Nº 002/CMAS/2017

Súmula: "Aprovar o Plano de Ação do Cofinanciamento Feas para o exercício de 2017 da Secretaria Municipal de Assistência Social de Araguainha -MT".

O Conselho Municipal de Assistência Social no uso de suas atribuições legais, em 24 de março de 2017 .

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Plano de Ação do Cofinanciamento Feas para o exercício de 2017 no valor de 32.266,50.

Art. 2º - O Plano de Ação é o instrumento de planejamento para fortalecer o serviço de proteção social básica, serviço de proteção social especial, benefícios eventuais e gestão SUAS firmados entre Governo Estadual e Fundo Municipal de Assistência Social.

Art.3º - Aprovamos, autorizamos e regularizamos Plano de Ação para o exercício de 2017.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor a partir desta data.

Registra – se, Publica-se e Cumpra-se.

Araguainha – MT 24 de março de 2017.

Vander Lucio Nunes de Jesus

Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

A Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, através da Pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 008/2017, cujo Objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Locação de Veículo Tipo Microonibus, para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde. Dia: 07/04/2016. Entrega dos Envelopes de Proposta de Preço, Habilitação e Credenciamento: Até às 07h30min (horário do Estado de Mato Grosso), do dia 07/04/2016. Edital Completo: Afixado à Rua Antenor Mamedes n.º 911, Centro, Araputanga/MT. CEP 78.260-000 e no site www.araputanga.mt.gov.br. Abertura do envelope Nº 01: Dia 07/04/2016, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com al-

terações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98) e Decreto Municipal nº 029/2010.

Araputanga/MT, 27 de Março de 2017.

LUCIANA LINA DE BARROS CHAVES

Pregoeira

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 027/2017

Contrato - nº 027/2017 - Data: 09/02/2017 – **Contratante:** Prefeitura Municipal de Araputanga MT - **Contratado (a):** CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA – CIEE - **Valor**: R$ 280.720,00 – **Objeto** - Este contrato estabelece Cooperação Recíproca entre as partes, visando o desenvolvimento de atividades para promoção da integração ao mercado de trabalho, de acordo com a Constituição Federal (Art. 203, Inciso III e Art. 214, Inciso IV), através da operacionalização de programas de Estágio de Estudantes – **Dotação Orçamentária**: ADMINISTRAÇÃO (078-1) 03.003.04.122.1015.2017-339039 Fonte 100, EDUCAÇÃO (146-2) 05.001.12.365.1002.2031-3.3.90.39 Fonte 101, (146-5) 05.001.12.365.1002.2031-3.3.90.39 Fonte 115, SAÚDE (769-1) 08.002.10.122.0001.2111-3.3.90.39 Fonte 100, AÇÃO SOCIAL (378-1) 098.002.08.244.1005.2079-3.3.90.39 Fonte 100 E AGRICULTURA (264-1) 07.002.18.541.1012.2051-3.3.90.39 FONTE 100 - **Vigência do Contrato**: 09/02/2017 à 31/12/2017 – **Fiscal do contrato**:Ovidio de Freitas Godoy - SEC. ADMINISTRAÇÃO E SEC. de Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Rural, Elenir Santos Ferreira – SEC. DE EDUCAÇÃO E CULTURA, Jussara Araújo Pereira – SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE E Valéria Ramos Neves Henrique –SEC. MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 3.073/2017

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 80.394,46 (OITENTA MIL TREZENTOS E NOVENTA E QUATRO REAIS E QUARENTA E SEIS CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1453 de 17 de março de 2017 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 80.394,46 (oitenta mil trezentos e noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
05.002.15.452.0007.2012 – Manutenção dos Serviços de Iluminação Pública			
3390.3000 – Material de Consumo	*03.17*	R$	80.394,46
TOTAL		**R$**	***80.394,46***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 24 dias de março de 2017

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 3.072/2017

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 96.533,78 (NOVENTA E SEIS MIL QUINHENTOS E TRINTA E TRÊS REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1455 de 17 de março de 2017 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 96.533,78 (noventa e seis mil quinhentos e trinta e três reais e setenta e oito centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
07.002.12.361.0013.2042 – Manutenção do Transporte Escolar			
3390.3000 – Material de Consumo	*03.22*	R$	96.533,78
TOTAL		**R$**	***96.533,78***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 24 dias de março de 2017

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças

MAT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇO Nº 013/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT, através de seu Pregoeiro nomeado pela Portaria 9.245/2017, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial/Registro de Preço, regido pela Lei 10.520/2002, Decreto Nº 7.892/2013, Decreto 8.250/2014, Decreto 8.538/2015, Decreto Municipal 1.392/2008 e subsidiada pela Lei 8.666/1993 e suas alterações. **Objeto: Registro de preço para a futura e eventual aquisição de materiais elétricos destinados a manutenção da iluminação pública desta Municipalidade.** Início da Sessão: **Dia 10/04/2017, às 08h00min (oito horas),** horário local, na sala do Setor de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido, alternativamente em via impressa, na Prefeitura Municipal de Aripuanã no horário de 07h00min as 11h00min e das 13h00min ás 17h00min ou através do endereço eletrônico licitacao@prefeituradearipuana.com.br. Maiores informações pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã-MT, 27 de Março de 2017.

Daniel Botoni

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 3.070/2017

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 44.298,81 (QUARENTA E QUATRO MIL DUZENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1454 de 17 de março de 2017 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 44. 298,81 (quarenta e quatro mil duzentos e noventa e oito reais e oitenta e um centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
07.002.12.365.0013.2026 – Manutenção do Aprendizado Infantil			
3390.3000 – Material de Consumo	*03.15*	R$	17. 298,81
4490.5100 – Obras e Instalações	*03.15*	R$	27. 000,00
TOTAL		**R$**	***44.298,81***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 24 dias de marco de 2017

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 3.075/2017

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORCAMENTARIA CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 7.887,41 (SETE MIL OITOCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E QUARENTA E UM CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1479 de 23 de março de 2017 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 7.887,41 (sete mil oitocentos e oitenta e sete reais e quarenta e um centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
08.004.17.512.0018.1070 – Construção e Ampliação Rede de Esgoto Sanitário			
4490.5100 – Obras e Instalações	*01.00*	R$	7. 887,41
TOTAL		**R$**	***7. 887,41***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldos orçamentários das seguintes dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
12.001.18.541.0030.2088 – Manutenção da Coleta Seletiva			
4490.5200 – Equipamento e Material Permanente	*01.00*	R$	7.887,41
TOTAL		**R$**	***7.887,41***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 24 de março de 2017

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 3.067/2017

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULACAO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 103.528,15 (CENTO E TRÊS MIL QUINHENTOS E VINTE E OITO REAIS E QUINZE CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei Orçamentária 1429 de 28 de novembro de 2016 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 103. 528,15 (cento e três mil quinhentos e vinte e oito reais e quinze centavos) nas funções programáticas e dotações orçamentárias correspondentes:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
03.001.04.131.0003.2004 – Divulgação dos Atos Administrativos			
3390.3000 – Material de Consumo	*01.00*	R$	1. 500,00
07.003.12.361.0013.2046 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 60%			
3190.1100 – Vencimentos e vantagens Fixas	*03.18*	R$	19. 528,15
10.001.20.601.0025.2073 – Fornecimento de Sementes e Mudas			
3390.3900 – Outros Serviços de terceiros – P. Jurídica	*01.00*	R$	2. 500,00
10.001.20.601.0025.2089 – Apoio e Assist. Tecnica a Agricultura Familiar			
3390.3000 – Material de Consumo	*01.00*	R$	45. 000,00
3390.3900 – Outros Serviços de terceiros – P. Jurídica	*01.00*	R$	35. 000,00
TOTAL		**R$**	***103. 528,15***

ARTIGO 2º Para cobertura dos créditos adicionais suplementares abertos no artigo anterior serão anulados saldos orçamentários das seguintes dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
03.001.04.131.0003.2004 – Divulgação dos Atos Administrativos			
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física	*01.00*	R$	1. 500,00
07.003.12.361.0013.2046 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 60%			
3191.1300 – Obrigações Patronais – FAPEMA	*03.18*	R$	175,62

07.003.12.365.0013.2030 – Ensino Infantil – FUNDEB 60 – Pré-Escola			
3191.1300 – Obrigações Patronais – FAPEMA	*03.18*	R$	2.066,26
07.003.12.365.0013.2031 – Ensino Infantil – FUNDEB 60			
3191.1300 – Obrigações Patronais – FAPEMA	*03.18*	R$	7.884,16
07.003.12.361.0013.2044 – Manutenção do Ensino Fundamental – FUNDEB 40%			
3191.1300 – Obrigações Patronais – FAPEMA	*03.19*	R$	9.402,11
10.001.20.601.0025.2073 – Fornecimento de Sementes e Mudas			
3390.3200 – Material de Distribuição Gratuita	*01.00*	R$	2.500,00
10.001.20.606.0026.2075 – Manutenção e Encargos da SEMDEC			
3390.3000 – Material de Consumo	*01.00*	R$	45.000,00
3390.3900 – Outros Serviços de terceiros – P. Jurídica	*01.00*	R$	35.000,00
TOTAL		**R$**	***103.528,15***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 22 dias de março de 2017

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 3.068/2017

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 323.653,34 (TREZENTOS E VINTE E TRÊS MIL SEISCENTOS E CINQÜENTA E TRÊS REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1457 de 17 de março de 2017 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 323.653,34 (trezentos e vinte e três mil seiscentos e cinqüenta e três reais e trinta e quatro centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		*VALOR*
09.002.10.305.0022.2072 – Man. Acoes da vigilância Epidem e Amb. – Bloco 03			
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	*03.14*	R$	124.000,00
3190.1300 – Obrigações Patronais – INSS	*03.14*	R$	18.150,00
3191.1300 – Obrigações Patronais – FAPEMA	*03.14*	R$	22.000,00
3390.1400 – Diárias	*03.14*	R$	10.000,00
3390.3000 – Material de Consumo	*03.14*	R$	51.653,34
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física	*03.14*	R$	55.850,00
3390.3900 – Outros Serviços de Terceiros – P. Jurídica	*03.14*	R$	30.000,00
4490.5200 – Equipamentos e Material Permanente	*03.14*	R$	12.000,00
TOTAL		**R$**	***323.563,34***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 24 dias de março de 2017

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 3.069/2017

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERAVIT FINANCEIRO DE EXERCICIO ANTERIOR CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 31.769,54 (TRINTA E UM MIL SETECENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E CINQÜENTA E QUATRO CENTAVOS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1456 de 17 de março de 2017 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 31.769,54 (trinta e um mil setecentos e sessenta e nove reais e cinqüenta e quatro centavos) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		*VALOR*
09.002.10.301.0020.2063 – Manutenção das Ações do PAB – BL 01			
3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	*03.14*	R$	27.352,40
3191.1300 – Obrigações Patronais – FAPEMA	*03.14*	R$	4.417,14
TOTAL		**R$**	***31.769,54***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 24 dias de marco de 2017

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 3.074/2017

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORCAMENTARIA CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1459 de 17 de março de 2017 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional especial no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
08.002.15.451.0017.2054 – Conservação de Ruas e Avenidas			
3390.3200 – Material de Distribuição Gratuita	*01.00*	R$	8.000,00
TOTAL		**R$**	***8.000,00***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldos orçamentários das seguintes dotações orçamentárias:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
08.002.15.451.0017.2054 – Conservação de Ruas e Avenidas			
3390.3000 – Material de Consumo	*01.00*	R$	8.000,00
TOTAL		**R$**	***8.000,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 24 dias de março de 2017

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças

MAT

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 3.071/2017

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 100.000,00 (CEM MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei 1458 de 17 de março de 2017 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento da Despesa	Fonte		VALOR
07.002.12.361.0013.1023 – Ampliação, Adequação e Reforma de Escolas			
4490.5100 – Obras e Instalações	*01.22*	R$	100.000,00
TOTAL		**R$**	***100.000,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 24 dias de marco de 2017

JONAS RODRIGUES DA SILVA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

DENEVAL RODRIGUES DA SILVA

Secretário Municipal de Finanças

MAT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.264/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78.390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

LEI MUNICIPAL Nº 2.264/2017

Dispõe sobre a Revisão Geral Anual da remuneração dos Servidores Públicos Municipais efetivos e contratados da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art.1º – A Revisão Geral Anual da remuneração dos Servidores Públicos Municipais efetivos e contratados, que trata o art. 37, X da Constituição Federal e art. 173, XI da Lei Orgânica Municipal, para o ano de 2017 será de 6,58% (seis inteiros e cinquenta e oito centésimos de por cento), com vigência a partir de 1º de março de 2017.

Parágrafo Único – O índice estabelecido no caput deste artigo, refere-se à recomposição do poder e compra do vencimento dos Servidores públicos, tendo por base o Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, apurado no período de janeiro/2016 a dezembro/2016, e incidirá sobre a folha de pagamento do mês de março de 2017.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de março de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 241/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78.390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

PORTARIA Nº 241/2017

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear a Sra. ANGELA MARIA DIAS DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de ENCARREGADO DE SERVIÇOS, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 17 de março de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.265/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

LEI MUNICIPAL Nº 2.265/2017

Dispõe sobre a Revisão Geral Anual da remuneração dos Servidores da Câmara Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art.1º – A Revisão Geral Anual da remuneração dos Servidores da Câmara Municipal de Barra do Bugres, abrangidos pela Resolução nº 003/2008, Lei Municipal nº 1.758/2008, Lei Municipal nº 1.796/2008, e alterações posteriores, será de 6,58% (seis inteiros e cinquenta e oito centésimos de por cento), com vigência a partir de 1º de março de 2017.

Parágrafo Único – O índice estabelecido no caput deste artigo, refere-se à recomposição do poder e compra do vencimento dos Servidores públicos, tendo como por base o Índice Nacional de Preço ao Consumidor – INPC, apurado no período de janeiro/2016 a dezembro/2016, e incidirá sobre a folha de pagamento do mês de março de 2017.

Art. 2º – Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de março de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CARTA CONVITE Nº. 001/2017

DATA DA ABERTURA: 05/04/2017 – 08h00min

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES**, Estado de Mato Grosso, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação (CPL), nomeada pela Portaria nº 003/2013, e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações e demais legislações aplicáveis, TORNA PÚBLICA a realização de Licitação na modalidade **CONVITE**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com finalidade de contratar o fornecimento de combustíveis, Óleos Lubrificantes filtros de óleo destinados ao abastecimento e conservação dos veículos da Câmara Municipal de Barra do Bugres-MT para o exercício de 2013. A retirada do edital poderá ser feita na sede do Poder Legislativo de Barra do Bugres, sita à Rua Belo Horizonte, 70, Centro, Barra do Bugres - MT, das 07h00min às 12h00min. Presidente CPL: Simônia Auxiliadora Arantes.

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 2.263/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

LEI MUNICIPAL Nº 2.263/2017

Que autoriza o Poder Executivo Municipal, conceder recolhimento especial de Taxas de Licenças de obras, Habite-se, Declarações e certidões, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Barra do Bugres, tendo em vista o que dispõe o artigo 59 da Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, nos termos do artigo 77 da Lei Orgânica Municipal, sanciona a seguinte lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder recolhimento especial das Taxas de Licenças de obras, Habite-se, Declarações e certidões para fins de regularização para averbação de construções que comprovem sua existência a mais de 05 (cinco) anos.

Art. 2º - O recolhimento especial será de 50% (cinquenta por cento) da taxa apurada com base nas tabelas do Código Tributário Vigente.

Art. 3º - Serão considerados aptos a usufruírem desse recolhimento especial:

I - os contribuintes que protocolarem seus projetos de regularização no prazo de 180 dias a partir da publicação desta lei, junto ao Departamento de Planejamento urbano e comprovarem através de documento que dê fé que a área residencial/comercial foi construída a mais 05(cinco) anos.

Parágrafo Único - São considerados documentos:

a) Extrato/fatura de energia elétrica;

b) Extrato/fatura de água;

c) Extrato/fatura telefone.

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

Art. 4º - Para a regularização prevista no artigo 1º. desta lei, o Poder Público dispensará algumas das limitações administrativas estabelecidas no Plano Diretor Municipal de Barra do Bugres e suas regulamentações específicas, bem como nos demais diplomas legais pertinentes, desde que:

I - tenham por finalidade a Inclusão Social dos beneficiários;

II - não cause danos ao meio ambiente e/ou patrimônio; cultural;

III - não afetem a ordem urbanística em geral;

IV - obedeçam aos requisitos mínimos de adequação.

Art. 5º - Os recolhimentos especiais tratados nesta lei se restringem excepcionalmente para o prazo estipulado, os contribuintes que não promoverem sua regularização dentro do prazo perdem automaticamente direito aos benefícios de que trata esta lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 27 de março de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE REVOGAÇÃO PE 003/2017

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) **–** Nº 003/2017

O Prefeito Municipal de Barra do Garças/MT torna público que fica **REVOGADO** Pregão Eletrônico (SRP) n.º 003/2017. Objeto: **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES, ELETRO-ELETRÔNICOS PARA ATENDER AS UBS (UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE) DESTA SECRETARIA DE SAÚDE ATRAVÉS DA EMENDA PARLAMENTAR 11930.883000/1140-09**, **em Respeito ao Interesse Público.** Demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Roberto Ângelo Farias (Prefeito Municipal), 27/03/2017.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

C O N V I T E

1ª A U D I Ê N C I A P Ú B L I C A

A Prefeitura Municipal de Barra do Garças, em atendimento à Constituição Federal/88, à Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e ao Plano de Governo, liderado pelo ***Prefeito ROBERTO ÂNGELO FARIAS***, CONVIDA a população Barragarcence para comparecerem na **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que será realizada no **Anfiteatro Fernando Peres de Farias, no dia 04 de abril de 2.017, das 08h30min às 11h30min**, tendo como objetivo a definição das METAS, AÇÕES, INDICATIVOS E PRIORIDADES do PLANO PLURIANUAL (PPA 2018/2021); da LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS (2018/2021) e da LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA-2018/2021).

Para a Prefeitura, sua participação é fundamental.

Mauro Gomes Piauí

Secretário Municipal de Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
BALANÇO GERAL-2016

BALANÇO GERAL-2016

EDITAL

A Senhora Diretora Luana Aparecida Ortega Piovesan, no uso de suas atribuições em cumprimento ao Artigo 31, § 3º da Constituição Federal, Artigo 209 da Constituição Estadual, comunica que as contas anuais do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres/MT (PREVI-CÁCERES), relativo ao Exercício Financeiro de 2016, encontram-se a disposição para apreciação dos cidadãos e institutos da Sociedade, os quais poderão questionar-lhes a legitimidade, no http://www.previcaceres.com.br/site/transparencia/.

Cáceres-MT, 27 de março de 2017.

LUANA APARECIDA ORTEGA PIOVESAN

Diretora Previ-Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 158 DE 24 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258 de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO os artigos 19, 20 e 21 da Lei Complementar nº 47, de 29 de setembro de 2003 e os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 48, de 05 de setembro de 2003;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 13670, de 24 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam Elevados o Nível e Classe dos servidores de carreira do Município de Cáceres, relacionados no anexo único da presente Portaria, em razão de nova habilitação específica alcançada e por tempo de serviços prestados, obedecendo aos critérios de promoção para cada Nível e Classe, no mês de **março/2017**.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta do Elemento de Despesa das respectivas Secretarias.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 23 de março de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 24.03.17.

NOME	CARGO		ADMISSÃO	DE CLASSE	P/CLASSE
				NIVEL	NIVEL
ANILCE RIBEIRO DA SILVA	Auxiliar Administrativo	Progressão de Classe	25/03/1996	G – IV	H – IV
FABIO GUSTAVO PEREIRA	Auxiliar Administrativo	Progressão de Classe	01/03/1999	F – IV	G – IV
CARLA KRUGER	Auxiliar Administrativo	Progressão de Classe	01/03/1999	F – IV	G – IV
ANILZE RIBEIRO DA SILVA	Auxiliar Administrativo	Progressão de Classe	29/03/1999	F – IV	G – IV
VANDERLY MUNIZ	Auxiliar Administrativo	Progressão de Classe	29/03/1999	F – III	G – III
ANADIRA BARROS LOPES	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	07/03/1996	G – III	H – III
MILTON FERREIRA DA CRUZ	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	19/03/1996	G – I	H – I
CICERA MARIA NOLASCO	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	20/03/1996	G – I	H – I
ANA BATISTA DA ROSA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	01/03/1999	F – II	G – II

MARIA SALETE DE MORAES	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	11/03/1999	F – II	G – II
EVANIL DE PAULA DOS REIS	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	11/03/1999	F – III	G – III
MANOEL JAIVONE	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	17/03/1999	F – II	G – II
ANA DA GUIA DE MORAES ALVARES	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	19/03/1999	F – II	G – II
DILZA DA SILVA CAMPOS	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	24/03/1999	F – II	G – II
ANA MARIA DA SILVA SANTOS	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	26/03/1999	F – II	G – II
LENIR RAMOS DA SILVA	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Classe	29/03/1999	F – II	G – II
VALDECI DANELICHEN	Auxiliar de Serviços Gerais	Progressão de Nível	21/10/2013	B – I	B – II
ANTONIO MONTEIRO DA COSTA	Guarda	Progressão de Classe	01/03/1996	G – I	H – I
ADENILSON RAMOS PEREIRA	Motorista	Progressão de Classe	01/03/1999	F – I	G – I
JOSE CONSTANTINO MENDES	Pedreiro	Progressão de Classe	01/03/1987	I – II	J – II
JOÃO BOSCO PINTO DE MIRANDA	Operador de Máquinas(P/G)	Progressão de Nível	14/06/1979	J – I	J – II
IRAN PEREIRA LEITE	Prof. Lic. em Letras (30Hs)	Progressão de Classe	01/03/1996	F – III	G – III
OLIVIA DE ANDRADE BONFIM	Prof. Lic. em Letras (30Hs)	Progressão de Classe	01/03/1996	G – IV	H – IV
ELISEU DE MARCHI	Prof. Lic. em Matemática(30Hs)	Progressão de Classe	15/03/1999	F – III	G – III
JOANA DARC DA SILVA MORAES	Profª. C/ Magistério	Progressão de Classe	01/03/1996	G – IV	H – IV
REGINA FERREIRA DE FRANÇA	Profª. C/ Magistério	Progressão de Classe	01/03/1996	G – IV	H – IV
EVA DA SILVA MENDES	Profª. C/ Magistério	Progressão de Classe	01/03/1996	G – IV	H – IV
MARIA APARECIDA FERNANDES DE SOUZA	Profª. C/ Magistério	Progressão de Classe	01/03/1996	G – IV	H – IV
OLINDA MARIA PEREIRA DE MARCHI	Profª. LIc. em Biologia (30Hs)	Progressão de Classe	01/03/1996	G – II	H – II
AUREA VILASBOAS	Profª. Lic.em Pedagogia(30Hs)	Progressão de Classe	01/03/1996	G – IV	H – IV
LEOVALDO CEBALHO LEITE	Profª. Lic.em Pedagogia(30Hs)	Progressão de Classe	01/03/1996	G – III	H – III
CELMA ALMEIDA DE OLIVEIRA	Profª. Lic.em Pedagogia(30Hs)	Progressão de Classe	01/03/1996	G – IV	H – IV
ELIANA DE FATIMA EVANGELISTA	Profª. Lic.em Pedagogia(30Hs)	Progressão de Classe	07/03/1996	G – IV	H – IV
MARCIA APARECIDA DE OLIVEIRA SILVA	Profª. Lic.em Pedagogia(30Hs)	Progressão de Classe	01/03/1996	G – IV	H – IV
MARINETE HURTADO DIONISIO	Profª. Lic.em Pedagogia(30Hs)	Progressão de Classe	01/03/1996	G – IV	H – IV
REINALDA CARNEIRO GUIMARAES DE LIMA	Profª. Lic.em Pedagogia(30Hs)	Progressão de Classe	01/03/1996	G – IV	H – IV

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO 04º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.° 085/2014-PGM

Assessoria Municipal de Convênios e Contratos de Repasse.

Extrato do 04º Termo Aditivo de Prazo e Valor do Contrato Administrativo n.° 085/2014-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: P1 ASSESSORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA – ME

Objeto: Aditar **O PRAZO** do Contrato Administrativo nº 85/2014-PGM, celebrado entre o Município de Cáceres através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS** e a empresa **P1 ASSESSORIA PÚBLICA E EMPRESARIAL LTDA-ME, para mais 12 (doze) meses** e o **VALOR TOTAL para mais R$ 276.361,09 (Duzentos e setenta e seis mil, trezentos e sessenta e um reais e nove centavos)**, conforme o índice apresentado no contrato o IGPM/FGV de 6,48% que foi aplicado na parcela mensal de 21.628,56 (Vinte e um mil, seiscentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos) para 23.030,09 (Vinte três mil, trinta reais e nove centavos), **SENDO QUE SERÁ EMPENHADO NESTE EXERCÍCIO DE 2017 O VALOR DE R$ 207.278,81** (Duzentos e sete mil, duzentos e setenta e oito reais e oitenta e um centavos) **RESTANDO UM SALDO DE R$ 69.082,28** (Sessenta e nove mil, oitenta e dois reais e vinte e oito centavos) **A SER EMPENHADO NO EXERCÍCIO DE 2018.**

Cáceres – MT, 27 de Março de 2017.

Valdeci Rodrigues da Costa

Secretaria Mun. De Obras e Serviços Urbanos

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 162 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 178 de 02 de janeiro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Remanejar a servidora **LUCINETE MARQUES SOUZA** – Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Educação para a Secretaria Municipal de Fazenda do Município, de Cáceres Estado de Mato Grosso, a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de março de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 27.03.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 159 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta nos Processos submetidos ao Protocolo Geral sob nº 41982 de 07 de dezembro de 2016 e nº 9057, de 23 de fevereiro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Remanejar os servidores abaixo relacionados, para a Secretaria Municipal de Educação, com efeitos a partir de 03 de abril de 2017.

Nome	Cargo	Lotada na Secretaria
Aparecida Sandra de Arruda e Silva	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria de Governo
Carlos Teodoro Espinosa Games	Motorista	Secretaria de Ação Social

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de março de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 27.03.17.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 160 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta nos Processos submetidos ao Protocolo Geral sob nº 1726 de 11 de janeiro de 2016 e nº 3977, de 25 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Remanejar os servidores abaixo relacionados, para a Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, com efeitos a partir de 03 de abril de 2017.

Nome	Cargo	Lotada na Secretaria
Helber Renato de Figueiredo Fialho	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria de Administração
Luiz Fernando Seba	Auxiliar de Serviços Gerais	Secretaria de Educação

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de março de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 27.03.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 163 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta submetido ao Protocolo Geral sob nº 7689 de 16 de janeiro de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Remanejar o servidor **EDSON DA SILVA RAMOS** – Auxiliar Administrativo, da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Lazer, para a Secretaria Municipal de Finanças do Município, de Cáceres Estado de Mato Grosso, a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 27 de março de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 27.03.17

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
AVISO DE EDITAL DE RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2017

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso por intermédio da Comissão Permanente de Licitação – CPL torna pública a retificação do edital para realização de licitação na modalidade Tomada de Preços visando àcontratação de empresa especializada em engenharia visando a construção da Unidade Básica de Saúde tipo 1 – UBS no Distrito de Santo Antônio do Caramujo, município de Cáceres-MT, com área de 376,00 metros quadrados, nesta cidade de Cáceres-MT, de acordo com, Projetos, Memorial Descritivo, Especificações Técnicas, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e pelas condições estabelecidas no Termo de Referência.

Despesas: R$ 1.168.651,81 (um milhão, cento e sessenta e oito mil, seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e um centavos), sendo: R$ 408.000,00 quatrocentos e oito mil reais) - recurso do Ministério da Saúde - proposta 11394626000114002, e R$ 760.651,81 (setecentos e sessenta mil, seiscentos e cinquenta e um reais e oitenta e um centavos) - (Contrapartida).

Fica retificado o Edital da T. P. 01/2017, bem como as Planilhas da referida obra.

Obs: Como a retificação das planilhas interfere na elaboração da proposta, será contado o prazo mínimo de 15 dias para a abertura do certame, a partir desta data.

Realização: 12 de abril de 2017 às 8:00, horário de Cuiabá

O Edital 01/2016, bem como o Edital Complementar e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Avenida Getúlio Vargas nº 1895 – C.O.C. – Vila Mariana, CEP: 78200-000 - Cáceres-MT, ou através do portal http://www.caceres.mt.gov.br/licitacao/. As planilhas deverão ser solicitadas pelo email cpl.caceres@gmail.com

Prefeitura de Cáceres, 27 de março de 2017.

Alice de Fátima Gonzaga Araujo

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE DATA E HORÁRIO-PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2017 - PROC.ADMINISTR/PROTOCOLO N°09/2017

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE DATA E HORÁRIO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 05/2017 - PROC.ADMINISTR/PROTOCOLO N°09/2017

PROMOTORA:**ÁGUAS DO PANTANAL–Serviços de Saneamento Ambiental de Cáceres-MT**

OBJETO: Pregão Eletrônico tendo por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de **Contratação de empresa para Aquisição de Máquina Envasadora e seladora de copos,** visando atender às demandas do Serviço de Saneamento Ambiental Águas do Pantanal de Cáceres-MT, conforme especificações detalhadas no item 3– DESCRIÇÃO DO OBJETO do Termo de Referência, parte integrante do Edital (Anexo

PLATAFORMA: **BLL-BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES** - www.bllcompras.org.br

*Onde se lê**: DATA de Abertura do Certame 09 de Abril de 2017, ás 9:30 horas, horário de Brasília DF***

*Leia- se **: DATA* de Abertura do Certame 10 de Abril de 2017, às 10:00 horas, horário de Brasília-DF**

OBSERVAÇÃO:

A pasta contendo o Edital norteador e seus Anexos poderão ser obtidos na Autarquia Municipal **ÁGUAS DO PANTANAL – Serviços de Saneamento Ambiental** de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em sua sede, localizada na Rua Voluntários da Pátria, nº 548 - Centro - CEP 78200-000 – Fones (65) 3223-6900 – 3223-6500, na cidade de CÁCERES-MT, ou baixada no site www.aguasdopantanal.eco.br**.**

*Obs: **As demais informações permanecem inalteradas.***

LOCAL E DATA:

Cáceres,27 de Março de 2017.

PAULO DONIZETE DA COSTA-Diretor Executivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 088/2015.

Contratante: Prefeitura Municipal de Campinápolis – MT.

Conrratada: FERNANDO DIDOMÊNICO COMÉRCIO – ME, CNPJ nº 08. 385.840/0001-21.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por finalidade a alteração da CLÁUSULA SEXTA**,** da validade do contrato, do contrato original firmado em 19 de agosto de 2015.

Vigência: 30/12/2016 a 29/12/2017.

Ratificação: Ficam ratificadas as demais cláusulas não mencionadas neste Termo Aditivo.

Assinam: Jeovan Faria, por parte da CONTRATANTE e Fernando Didomênico, por parte da CONTRATADA.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 2318 DE 01 DE ABRIL DE 2.014.

DECRETO N.º 2318 DE 01 DE ABRIL DE 2.014.

"DECLARA RETIFICAÇÃO DE MEDIDAS DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei n.º 6.766, de 19 de Dezembro de 1.979, e amparado pela Lei Orgânica do Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado a Retificação do lote n.º 01 quadra nº 151, matricula nº 2216 do CRI de Campinápolis-MT, Em virtude da Retificação referida do artigo 1º, o lote passara a ter as seguintes medidas abaixo:

Art. 2º - As alterações referidas no artigo anterior, assim caracterizaram de forma autônoma, a saber:

Lote nº 01 quadra nº 151 - Pela frente com a Avenida Benonico Jose Lourenço, medindo 32,90 metros; lado direito com o lote nº11, medindo 30,10 metros; lado esquerdo com a Rua Paranaíba, medindo 30,56 metros, e pelos fundos com o lote nº 02-A, medindo 33,28 metros, perfazendo a área total de **1.003,67m2 (Um mil, três metros e sessenta e sete centímetros quadrados)**

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis – MT, 01 de Abril de 2.014.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CITAÇÃO DE SERVIDOR

Processo Sindicância nº 011/2016

A Presidente da Comissão de Sindicância designada pelo Senhor Jeovan Faria, Prefeito Municipal de Campinápolis-MT, por meio da Portaria nº 6. 957, de 07 de novembro de 2016, publicada no jornal oficial eletrônico dos municípios do estado de mato grossodo (diariomunicipal.org/mt/amm. www.amm.org.br), no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 161 e 163 da Lei nº 8.112/90, **CITA**, pelo presente edital**, CÁSSIO DE JESUS PEDRA** – Operador de Máquina, lotado na Secretaria de Transporte**,** sob a matricula nº 2418 para que no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da publicação deste, comparecer na Sala do Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal de Campinápolis, situado na Av. Benone Jose Lourenco nº 2.170, onde se encontra situado a Comissão de Sindicância, a fim de depor no processo nº 011/2016 a que responde.

Campinápolis-MT, 27 de março de 2017.

MARILENE CORRÊA BORGES

Presidente

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 7158 DE 21 DE MARÇO DE 2017

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS-MT, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 001, de 13 de dezembro de 1993, com fundamento no art. 147, inciso I, e tendo em vista o que consta do processo nº. 003/2017.

RESOLVE:

ARQUIVAR o Processo de Sindicância nº 003/2016 em face do "Servidor **JOÃO GONÇALVES DA SILVA,** ocupante do cargo de médico**".**

Publique – se. Registre – se. Cumpre – se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis – MT, 21 de março de 2017

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 2352 DE 13 DE JUNHO DE 2.014.

DECRETO N.º 2352 DE 13 DE JUNHO DE 2.014.

"DECLARA RETIFICAÇÃO DE MEDIDAS DE LOTE URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei n.º 6.766, de 19 de Dezembro de 1.979, e amparado pela Lei Orgânica do Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado a Retificação do lote n.º 14 quadra nº 109, matricula nº 2293 do CRI de Campinápolis-MT, Em virtude da Retificação referida do artigo 1º, o lote passara a ter as seguintes medidas abaixo:

Art. 2º - As alterações referidas no artigo anterior, assim caracterizaram de forma autônoma, a saber:

Lote nº 14 quadra nº 109 - Pela frente com a Rua Erotides A. Lima, medindo 17,35 metros; lado direito com a Rua Geraldo Rodrigues Parreira, medindo 29,00 metros; lado esquerdo com o lote nº 15, medindo 29,60 metros, e pelos fundos com o lote nº 13, medindo 16,96 metros, perfazendo a área total de **502,64m2 (Quinhentos e dois metros e sessenta e quatro centímetros quadrados)**

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis – MT, 13 de Junho de 2.014.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 079/2016, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS E ALMEIDA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME.

Rescisão amigável do contrato nº 079/2016, firmado entre a Prefeitura Municipal de Campinápolis e Almeida Construções e Serviços LTDA-ME.

Pelo Presente instrumento público, a Prefeitura Municipal de Campinápolis-MT, com sede a avenida Benônico José Lourenço, nº 2170, setor União, inscrito no CNPJ sob o nº 00.965.152/0001-29 representado pelo Senhor **JEOVAN FARIA**, brasileiro, residente domiciliado à Rua 31 de Março, e a empresa **Almeida Construções e Serviços LTDA-ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.050.302/0001-89 estabelecida à rua O, nº 32 bairro Cohab Jaime Campos, CEP 78.118-550, em Várzea Grande – MT, legalmente aqui representado por seu Sócio Proprietário, Senhor **EDVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA**, brasileiro divorciado, comerciante, portador da cédula de identidade RG nº 528.702 SSP/MT e do CPF/MF nº 298.695.101-59, residente e domiciliado na rua O, nº 32 Bairro Cohab Jaime Campos, CEP 78.118-550, em Várzea Grande-MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL:

O presente termo de rescisão amigável tem por legal o artigo 78, e seus incisos da lei nº 8.666/93, de 21 junho de 1993, despachos e demais elementos constantes do processo administrativo nº 4085/2016, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

O presente termo tem por objeto a rescisão amigável do contrato nº 079/2016, cujo objeto é a "contratação de empresa do ramo de engenharia civil para execução de obras e serviços de engenharia na construção de bueiros e reforma de várias pontes de madeira nas estradas vicinais do município, celebrado em 15 de agosto de 2016".

CLÁUSULA TERCEIRA – DO DISTRATO:

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o contrato de que trata a cláusula primeira, nada mais tendo a reclamar, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO:

Este termo será publicado no Diário Oficial do Estado nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8666/93.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO:

Fica eleito o foro da circunscrição do município de Campinápolis – MT, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da execução deste termo, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Termo de Rescisão Contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que também assinam.

Campinápolis-MT, 22 de fevereiro de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

EDVALDO HENRIQUE DE ALMEIDA

RG nº 528.702 SSP/MT e do CPF nº 298.695.101-59

Almeida Construções e Serviços LTDA-ME

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE Nº 7165 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA DE Nº 7165 DE 24 DE MARÇO DE 2017.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA ***ALINE SILVA FERREIRA*** *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".*

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município.

RESOLVE I – Conceder "Licença Maternidade" a Servidora *ALINE SILVA FERREIRA* lotada junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, desta Prefeitura Municipal, exercendo o cargo de professor interino, classe "D" e nível "01", no período de 120 dias, no período de 24.03.2017 a 22.07.2017. II - Esta portaria entra em vigor na data de 24 de março de 2017.

III - Revogadas as disposições em contrário.

Publique – se. Registre-se e Cumpra - se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Campinápolis - MT, 24 de março de 2017.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO PP 30.2017

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO 030/2017

ABERTURA: 10 de abril de 2017.

CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 10 de abril de 2017 às 08:15 horas.

OBJETO: **Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de cursos de capacitação de condutores de veículos do transporte escolar, conforme Resolução CONTRAN nº168/2014 para atender as necessidades do município**.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 27 de março de 2017**.**

Leandro Nery Varaschin Pregoeiro

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº.001/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecís/MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CGC/MF nº. 24.772.287/0001-36, situada à Av. Mato Grosso, nº. 66-NE – Campo Novo do Parecís – MT, neste ato, representado pelo Departamento de Vigilância Sanitária Municipal, conforme abaixo assinado, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais, vem através desta **NOTIFICAR, os proprietários dos lotes relacionados a baixo, a efetuar a limpeza dos mesmos**, **no prazo de 72 horas a contar da data de publicação desta notificação,** pelo descumprimento no disposto no art. 37 da Lei Municipal nº. 08/89, que institui o "Código Administrativo do Município de Campo Novo do Parecis, e dá outras providências", bem como o art. 3º da Lei Municipal nº. 914/2002 que institui o Programa Municipal de Combate e Prevenção da dengue e outros vetores transmissores e dá outras providências:

Art. 37.*(...)*

Parágrafo Único *- Não é permitida a existência de terrenos cobertos de mato, pantanosos ou servindo de depósito de lixo dentro dos limites da cidade, vilas ou povoados.*

Art. 3º. *Aos munícipes e aos responsáveis pelos estabelecimentos públicos e privados em geral, compete adotar as medidas necessárias à manutenção de suas propriedades limpas, sem acumulo de lixo e materiais inservíveis, evitando condições que propiciem a instalação e a proliferação do vetor causador da dengue, ou seja, Aedes Aegypti e outros vetores que transmitem doenças.*

Considerando que os imóveis abaixo arrolados encontram-se cadastrados em seus respectivos nomes junto ao cadastro imobiliário desta municipalidade e considerando que os proprietários encontram-se em lugar incerto e não sabido, e que as tentativas de notificação pessoal restaram infrutíferas, publica-se o presente Edital de Notificação.

Transcorrido o prazo e não sendo atendida esta notificação pelo proprietário, implicará em lavratura de Auto de Infração, sujeito a multa de 5 (cinco) UFCNP e a Prefeitura Municipal executará os serviços de limpeza do imóvel objeto desta notificação, sendo que, a cobrança dos serviços será lançada em desfavor do proprietário do imóvel de acordo com a Lei Complementar 020/2008, tudo em conformidade com a Lei Municipal 914/2002 e 1.548/2013.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº.001/2017

Lei Municipal nº. 1.548/2013:

Art. 12. *O proprietário, possuidor ou qualquer ocupante de imóvel alvo de infração decorrente da inobservância desta lei, estará sujeito a penalidade de 5 (cinco) UFCNP, em caso de primeira autuação de infração.*

§1º. No caso de reincidência será a multa aplicada em dobro, cumulativamente, sem prejuízo da comunicação do fato à autoridade competente para a adoção das medidas penais cabíveis.

§2º. Os débitos inscritos em dívida ativa serão corrigidos monetariamente acrescidos de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

§3º. Fica expressamente proibida a concessão de descontos e anistias quando decorrente for de violação desta Lei.

Art. 13-A. Decorridas as 72 (setenta e duas) horas de aplicação da notificação, caso proprietário e/ou possuidor do imóvel não tenha regularizado a situação, o

Município de Campo Novo do Parecis fica obrigado a executar os serviços de limpeza e/ou eliminação de possíveis criadouros do mosquito Aedes Aegypti e de outros vetores transmissores de doenças.

Parágrafo único. Executados os serviços previstos no caput deste artigo, o Município de Campo Novo do Parecis lançara a cobrança aos contribuintes de acordo com o disposto na Lei Complementar 020/2008, incluindo-se os valores de multa, bem como o de prestação de serviços de limpeza.

LH.	NOT.	NOME	ENDEREÇO	QUD	LT	BAIRRO
001	007	José Wilson Pereira Lage.	Rua Andiroba	0013	010	Jardim Alvorada
002	008	Vagner Marcos Rhoden.	Rua Andiroba	0013	013	Jardim Alvorada
003	009	Doraci Mara Pereira	Rua Andiroba	0013	015	Jardim Alvorada
004	045	Vagnerson de Moura Sanches.	Avenida Brasil	0018	014	Jardim Alvorada
005	046	Leocir Mezzomo.	Avenida Brasil	0018	015	Jardim Alvorada
006	047	Bruno Vasconcelos Tavares	Avenida Brasil	0018	016	Jardim Alvorada
007	056	Sandra Terezinha Morette.	Avenida Jequitibá	0022	037	Jardim Alvorada
008	057	Florentino da Silva Oliveira.	Rua Guatambu	0022	038A	Jardim Alvorada
009	050	Maria Lucia Nascimento.	Rua Figueira	0023	016	Jardim Alvorada
010	002	José Francisco Duarte.	Rua Guatambu	0023	029	Jardim Alvorada
011	041	Edinaldo Ferreira Barbosa e Biella Windson de M. Santos.	Rua Mandacaru	0023	031	Jardim Alvorada
012	042	Alexandre Ferreira de Campos.	Rua Mandacaru	0023	032	Jardim Alvorada
013	043	Antonio Leide Jorge da Silva.	Rua Mandacaru	0023	033	Jardim Alvorada
014	035	Paulo Giovani Figueiredo.	Avenida Jequitibá	0048	006	Jardim Alvorada
015	036	Zulma Marques da Silva.	Avenida Jequitibá	0048	008	Jardim Alvorada
016	037	Semer Peloi.	Avenida Jequitibá	0048	010	Jardim Alvorada

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº.001/2017

017	079	Claudio Bende Rodrigês.	Rua Cerejeira	0032	0005	Jardim Alvorada
018	078	Celso João Londero.	Rua Cerejeira	0034	0016	Jardim Alvorada
019	062	Francisco de Moraes Teixeira.	Rua Mandacaru	0051	024	Jardim Alvorada
020	072	Polka Andrzejewski.	Avenida Andorinha	0003	020	Jardim Olenka
021	031	Aguinaldo Pereira Bracelar.	Rua Bem-Te-vi	0393	013	Jd. Das Palmeiras

Campo Novo do Parecís, 23 de março de 2017.

Atenciosamente,

Marcos Birck - Secretário Mun. de Saúde - Portaria nº.0016/2017Cirdirlei Felipe - Dir. Dpto de Vigilância Sanitária. - Portaria nº.0319/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 145/2016

Pregão nº. 056/2016.

Processo nº. 583/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE–MT.

CONTRATADO: E.U. BRITO - ME, inscrito no CNPJ sob n°. 07.678.947/0001-03.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam reajustados, como forma de garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, os valores registrados no **lote 21**, conforme abaixo:

LOTE 21

Item	Descrição	Valor unitário Adjudicado	Valor unitário atual de mercado
01	Copo plástico descartável 50 ml caixa com 5.000 unidades, **linha descartável PP.**	R$ 59,00	R$ 68,38

CLÁUSULA SEGUNDA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Município de Campo Verde valer-se-á de dotação orçamentária específica, indicada no momento de utilização da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço originária.

Campo Verde – MT, 27 de março de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Eduardo Uliano de Brito

E.U. DE BRITO - ME

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ERRATA DO EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO N° 004/2017

ERRATA DO EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO N° 004/2017, PUBLICADO NO DIA 15/03/2017.

ONDE SE LÊ:

Vigência: O prazo de vigência do presente instrumento será a partir da data de publicação até30/11/2017.

LEIA-SE:

Vigência: O prazo de vigência do presente instrumento será a partir da data de publicação até31/10/2017.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 005 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

RESOLUÇÃO Nº 005 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a Aprovação da Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

O CMAS - CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAMPO VERDE, no uso de suas atribuições legais, fundamentado **Lei Federal Nº 8.742/93, Alterada pela Lei 12.435/2011, Lei Municipal 2.206/2016 que dispõe sobre a Política Municipal de Assistência Social, na** reunião extraordinária Ata nº 051/2017 realizada no dia 20 de Março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° – Aprovar a retificação da Resolução nº 003/2017 para correção textual referente as Prestações de contas da Secretaria Municipal de Assistência Social, Proteção Básica, Proteção Especial, IGDSUAS, IGDPBF, FUPIS; e Programas BPC, ACESSUAS e Relatório de 2016 do recurso FEAS.

Art. 2º - Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogam-se as disposições em contrário.

Campo Verde, 27 de Março de 2017.

_____

ANGELICA MODESTO PINTO GUEDES

Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

PORTARIA N. 106/2017

PORTARIA N. 106/2017, de 27 de Março de 2017.

EXONERA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III, e XXX da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR o servidor público municipal **ARISTON MELQUIADES DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 796860, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 513.922.751-72, para exercer o cargo de **SUBPREFEITO DA REGIONAL DO DISTRITO DE PRIMAVERA DO FONTOURA**, deste município, nomeado pela Portaria nº. 045/2017, de 11 de Janeiro de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 27 de Março de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 001/2017 01

EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 001/2017 01

DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DO EDITAL 001/2017

O presidente da comissão organizadora do processo seletivo simplificado edital 001/2017, Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais torna público que houve alterações nas regras contidas no edital do 001/2017, conforme demonstrativo abaixo:

I) Alteração no Anexo I quadro de vagas - **Ensino Superior**:

Fica suprimido o item 07 do cargo de vagas para o ensino superior para o cargo de enfermeiro para cumprir sua jornada de trabalho na sede do município e Nasf. Os candidatos que se inscreveram para o cargo suprimido serão transferidos para o cargo de nº 08 enfermeiro que cumprirá sua jornada de trabalho no Distrito de Primavera do Fontoura.

II) Alteração no valor de Remuneração:

A remuneração do cargo de professor com licenciatura plena em pedagogia será de 1.724,10; a remuneração dos cargos de professor com licenciatura plena em linguagem, professor com licenciatura plena em ciências humanas e sociais e professor com licenciatura plena em ciências naturais e matemática será de 1.149,40.

,

Todas as informações contidas no edital original permanecerão inalteradas.

Canabrava do Norte/MT, em 27 de março de 2017.

Idevaldo de Paula Faria

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA 002/2016

Extrato do Primeiro Termo Aditivo a ata 002/2016; Ref: Prorrogação do Prazo de Vigência da Ata Original por mais 90 dias; Vigência: 27/03/2017 a 25/06/2017; Contratada: Centermédica Produtos Hospitalares ltda e Ret Farma Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares ltda - ME.; Data: 27/03/2017.

PORTARIA N. 105/2017

PORTARIA N. 105/2017, de 27 de Março de 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE PRESIDENTE DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CANABRAVA DO NORTE - SINDSERV, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, II e III, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Sra. **NILCELY RUFINO DA SILVA**, brasileira, casada, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 16668090, emitido por SJ/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 010.338.881-84, para exercer o cargo de **PRESIDENTE DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE CANABRAVA DO NORTE - SINDSERV**, deste município, permanecendo inalterada a remuneração do seu cargo de origem.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos financeiros a 02 de fevereiro de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 27 de Março de 2017.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 036/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 036/2017

Data:20/03/2017

Contratado: FOCO PAPELARIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS LTDA ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para PSFs e UBS do município de Canarana.

Valor: R$ 5.920,00 (cinco mil, novecentos e vinte reais)

Vigência: 31/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 042/2017

Data:20/03/2017

Contratado: HOSPITRONICA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para PSFs e UBS do município de Canarana.

Valor: R$ 244.380,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, trezentos e oitenta reais)

Vigência: 31/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 041/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 041/2017

Data:20/03/2017

Contratado: KM INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para PSFs e UBS do município de Canarana.

Valor: R$ 13.620,00 (treze mil, seiscentos e vinte reais)

Vigência: 31/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 035/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 035/2017

Data:20/03/2017

Contratado: RETFARMA DISTR. DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para PSFs e UBS do município de Canarana.

Valor: R$ 8.556,00 (oito mil, quinhentos e cinquenta e seis reais)

Vigência: 31/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017 REGISTRO DE PREÇOS

‘’ **COM LOTES DE PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP “**

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade **Pregão Presencial Nº 011/2017**, cujo objeto é o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de diversos materiais de construção para entrega diária e fracionada de acordo com as as necessidades das secretarias municipais de Canarana-MT** que a realização da sessão pública, anteriormente marcada para o dia **28/03/2017, às 08h30min**, fica **SUSPENSA *“SINE DIE”,*** até segundo aviso, para readequação do termo de referencia – anexo I do edital, onde existem itens com descrições incorretas, e , nos termos da Lei Federal nº 8.666/93, Art. 21, § 4º, haverá alteração na formalização das propostas**.**

Canarana-MT., 27 de Março de 2017.

EDINILCE PRUDENTE

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 047/2017

Data:20/03/2017

Contratado: D. E. SCHONHOLZER ME

Objeto: Aquisição gêneros alimentícios, material de limpeza e higiene e utensílios domésticos, para atender as secretarias municipais.

Valor: R$ 615.598,50 (seiscentos e quinze mil, quinhentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos)

Vigência: 31/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017

REGISTRO DE PREÇOS

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, torna público que o vencedor na sessão que se realizou na data de **27/03/2017** na modalidade de Pregão Presencial, menor preço por ítem foi: **COPLAN CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EIRELI - EPP., conforme ata.**

Canarana -MT, 27 de Março de 2017.

EDINILCE PRUDENTE

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 050/2017

Data:20/03/2017

Contratado: ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA - MEI

Objeto: Prestação de serviços de assessoria e consultoria em emissão de documentos de veículos junto ao DETRAN, CIRETRAN e demais órgãos competentes dos veículos pertencentes ao município de Canarana-MT

Valor: R$ 18.996,00 (dezoito mil, novecentos e noventa e seis reais)

Vigência: 31/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007/2017

PROCESSO: 014/2017

PREGÃO: 005/2017

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Administração

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: secretarias municipais de *saúde, assistencia social, obras, gabinete do prefeito, agricultura, finanças, esportes e educação.*

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para serviços de **manutenção/reparação preventiva, corretiva e congêneres** para atendimento da frota da prefeitura municipal de Canarana-MT.

FORNECEDOR: ALCIR R. D. COSTA - ME.

LOTES: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18

DESCONTO NO FORNECIMENTO DE PEÇAS (LOTES 10, 14, 15, 16 e 17): 10 %

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R$ 4.974.659,05 (quatro milhões, novecentos e setenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinco centavos)

DATA DA ATA: 02/03/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 040/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 040/2017

Data:20/03/2017

Contratado: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para PSFs e UBS do município de Canarana.

Valor: R$3.035,60 (três mil, trinta e cinco reais e sessenta centavos)

Vigência: 31/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2017

PROCESSO: 010/2017

PREGÃO: 003/2017

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Administração

ÓRGÃOS PARTICIPANTES: secretarias municipais de *saúde, assistencia social, obras, gabinete do prefeito, agricultura, finanças, esportes e educação.*

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: *Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de* peças originais E/ OU genuínas, para manutenção preventiva e corretiva da frota do Município de *Canarana-MT*

FORNECEDOR 01: TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI.

ITENS: 03, 04 e 05

DESCONTO ITEM 03: 70,00 %

DESCONTO ITEM 04: 70,00 %

DESCONTO ITEM 05: 70,00 %

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil reais)

FORNECEDOR 02: ALCIR R. D. COSTA - ME.

ITENS: 01, 02 e 06

DESCONTO ITEM 01: 51,50 %

DESCONTO ITEM 02: 55,00 %

DESCONTO ITEM 06: 30,00 %

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R$ 600.000,00 (seisentos mil reais reais)

FORNECEDOR 03: TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES LTDA-EPP.

ITEM: 07

DESCONTO ITEM 07: 57,90 %

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R$ 700.000,00 (setecentos mil reais)

DATA DA ATA: 14/02/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2017

PROCESSO: 014/2017

PREGÃO: 005/2017

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Educação

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: *Registro de preços para futura e eventual aquisição de* gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza e utensílios domésticos para atender as necessidades das escolas da rede pública municipal do Município de Canarana-M*T.*

FORNECEDOR: V. A. KALKMANN-EPP.

ITENS: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146,

147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R$ 1.002.569,60 (um milhão, dois mil, quinhentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos)

DATA DA ATA: 03/03/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2017

PROCESSO: 015/2017

PREGÃO: 006/2017

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Educação

VIGÊNCIA DA ATA: 12 (doze) meses após assinatura.

OBJETO: *Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de expediente para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Canarana –MT.*

FORNECEDOR: VLB UTILIDADES DO LAR LTDA - EPP.

ITENS: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31,32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59,60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73,74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87,88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140,141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150,151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167.

VALOR ESTIMADO PARA AQUISIÇÃO: R$ 382.432,60 (trezentos e oitenta e dois mil, quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta centavos)

DATA DA ATA: 03/03/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 039/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 039/2017

Data:20/03/2017

Contratado: CENTRAL VEICULOS COMERCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para PSFs e UBS do município de Canarana.

Valor: R$ 149.800,00 (cento e quarenta e nove mil e oitocentos reais)

Vigência: 31/12/2017

GABINETE
DECRETO N.º 2783/2017

De 24 de março de 2017.

Dispõe sobre a nomeação dos integrantes do Conselho Municipal de Assistência Social e dá providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe na Lei Municipal nº 1101/2013 de 05 de Novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Assistência Social, da seguinte forma:

I – **Representantes Governamentais:**

a) **Secretaria Municipal de Assistência Social**;

Titular: Thatiana Timo Carneiro dos Santos

Suplente: Liziana Wisch

b) **Secretaria Municipal de Educação e Cultura;**

Titular: Maria Estela Gomes da Silva

Suplente: Joaquim Valdevino Fabio

c) **Secretaria Municipal de Saúde;**

Titular: Cleivânia de Souza Oliveira

Suplente: Susana Almeida Cordeiro

d) **Secretaria Municipal de Agricultura;**

Titular: Cleyton Dias de Souza

Suplente: Luiz Fernando Tonini

e) **Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**;

Titular: Josiane de Oliveira Machado Porsch

Suplente: Silvane Alves da Silva

II – Representantes da Sociedade Civil Organizada:

a) Dois (2) usuários da Assistência Social;

Titular: Domingos Aurélio Alves de Abreu

Suplente: Kaila Daik de Araujo

Titular: Valdirene Jesus dos Santos

Suplente: Gislene Machado Muniz

b) Associações - Sociedade de Damas;

Titular: Luci Schmidt

Suplente: Vivien Leigh Brito Haas

c) Entidades e Organizações de Assistência Social - Pastoral da Criança;

Titular: Maria Dalva da Costa

Suplente: Maria Lucia Numeriano

d) Trabalhadores da Área de Assistência Social;

Titular: Maria Regina Fernandes Pereira

Suplente: Ana Cásia Alves Machado

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 2518/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, 24 de março de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº235/2017

De 22 de março de 2017.

Nomeia Servidor para Cargo em Comissão.

O Prefeito do Município de Canarana, Estado de Mato Grosso, Sr. Fábio Marcos Pereira de Farias, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear GUILHERME LEITE RODRIGUES, para exercer o cargo de PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO, cargo de Provimento em Comissão constante no Anexo I da Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002 e suas alterações.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana - MT, 22 de março de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 218/2017.

De 14 de Março de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º- Designar **LUIZ CARLOS OLIVEIRA**, servidor no cargo de medico clinico**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 008/2017 – Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para PSFs e UBS, para a Secretaria de Saude**, conforme consta nos autos do processo Pregão Presencial 001/2017.

Art. 2º- Nomear **JAIME ZILIOTTO**, servidor no cargo de medico clinico, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 14 de Março de 2017**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 043/2017

Data:20/03/2017

Contratado: JARAGUA MERCANTIL LTDA EPP

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para PSFs e UBS do município de Canarana.

Valor: R$ 69.855,00 (sessenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais)

Vigência: 31/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 219/2017.

De 14 de Março de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º- Designar **LIZIANA WISCH**, servidor no cargo de Assessora de Serviço Social**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 018/2017 – Aquisição de Cestas Básicas para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social** conforme consta nos autos do processo Pregão Presencial 008/2017.

Art. 2º- Nomear **MARIA REGINA FERNANDES**, servidor no cargo de Assistente Social, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 14 de Março de 2017**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO N.º 2784/2017

De 24 de março de 2017.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho de Acompanhamento e Instancia de Controle Social do Programa Bolsa Família.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, com base no que dispõe o Art. 66 da Lei Orgânica do Município e a Lei Municipal 667/2004 de 03 de dezembro de 2004.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros integrantes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família, da seguinte forma:

I – **Representantes Governamentais:**

a) **Secretaria Municipal de Assistência Social**;

Titular: Thatiana Timo Carneiro dos Santos

Suplente: Liziana Wisch

b) **Secretaria Municipal de Educação e Cultura;**

Titular: Maria Estela Gomes da Silva

Suplente: Joaquim Valdevino Fabio

c) **Secretaria Municipal de Saúde;**

Titular: Cleivânia de Souza Oliveira

Suplente: Susana Almeida Cordeiro

d) **Secretaria Municipal de Agricultura;**

Titular: Cleyton Dias de Souza

Suplente: Luiz Fernando Tonini

e) **Centro de Referência de Assistência Social - CRAS**;

Titular: Josiane de Oliveira Machado Porsch

Suplente: Silvane Alves da Silva

II – Representantes da Sociedade Civil Organizada:

a) Dois (2) usuários da Assistência Social;

Titular: Domingos Aurélio Alves de Abreu

Suplente: Kaila Daik de Araujo

Titular: Valdirene Jesus dos Santos

Suplente: Gislene Machado Muniz

b) Associações - Sociedade de Damas;

Titular: Luci Schmidt

Suplente: Vivien Leigh Brito Haas

c) Entidades e Organizações de Assistência Social - Pastoral da Criança;

Titular: Maria Dalva da Costa

Suplente: Maria Lucia Numeriano

d) Trabalhadores da Área de Assistência Social;

Titular: Maria Regina Fernandes Pereira

Suplente: Ana Cásia Alves Machado

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 2519/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, 24 de março de 2017.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 044/2017

Data:20/03/2017

Contratado: VALMIL COMERCIO E MEDICAMENTOS LTDA ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para PSFs e UBS do município de Canarana.

Valor: R$ 113.800,00 (centro e treze mil e oitocentos reais)

Vigência: 31/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 045/2017

Data:20/03/2017

Contratado: STERIS BRASIL SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para PSFs e UBS do município de Canarana.

Valor: R$ 109.200,00 (cento e nove mil e duzentos reais)

Vigência: 31/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 038/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 038/2017

Data:20/03/2017

Contratado: O. P. QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI ME

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para PSFs e UBS do município de Canarana.

Valor: R$ 28.250,40 (vinte e oito mil, duzentos e cinquenta reais e quarenta centavos)

Vigência: 31/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 046/2017

Data:20/03/2017

Contratado: D. E. SCHONHOLZER ME

Objeto: Aquisição cestas básicas para atender a Secretaria de Ação Social

Valor: R$ 102.420,00 (cento e dois mil e quatrocentos e vinte reais)

Vigência: 31/12/2018

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 220/2017.

De 14 de Março de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º- Designar **EZEQUIAS MAGALHAES DE LIMA**, servidor no cargo de Auxiliar de Tributos**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 023/2017 – Pregão nº 009/2017 – aquisição de gêneros alimentícios, material de higiene e limpeza e utensílios domésticos para atender as Secretarias no Município de Canarana-MT**., conforme medidas e coordenadas geográficas constantes nos autos.

Art. 2º- Nomear **EDILAINE LOPES DA COSTA**, servidor no cargo de Auxiliar de Administrativo, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 14 de Março de 2017**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 037/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Canarana- MT

Contrato: 037/2017

Data:20/03/2017

Contratado: L. P. COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA EPP

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para PSFs e UBS do município de Canarana.

Valor: R$ 7.470,00 (sete mil, quatrocentos e setenta reais)

Vigência: 31/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 129/2017.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE AFASTAMENTO PARA EXERCER ATIVIDADE EM ENTIDADE SINDICAL DE CLASSE, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido a servidora **IVONE LACERDA COSTA FERRI**, lotada na Secretaria Municipal de Educação/Cultura/Esporte e Lazer, **afastamento para exercer atividade em entidade sindical de classe**, com ônus para o Município, consoante determina o art. 59, inc. III, da Lei Municipal n.º 753/2013, a partir de 28/03/2017.

Art. 2º - O período de afastamento terá início em 28 (vinte oito) de março de 2017 com término em 31 (trinta e um) de dezembro de 2017.

Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 27 de março de 2017.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 01/2017

Dispõe sobre a nomeação da Equipe Técnica para atuar no levantamento e na sistematização de todos os dados e informações referentes ao plano municipal de educação Lei n° 884/2015, e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Educação de Carlinda, Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, considerando a necessidade de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação, Lei nº 884, de 02 de junho de 2015 e a Lei nº 13005 de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação,

Determina:

Art.1º - Fica nomeada a Equipe Técnica de Monitoramento do Plano Municipal de Educação - PME, sob a presidência do segundo indicado, composta pelos membros abaixo:

I. Marli Borges de Almeida – Coordenadora Pedagógica; II. Mario Toshio Kamazaki – Coordenador de Programas Educacionais; III. Elaine Batista da Costa – Técnico Administrativo IV. Marcos Valmir Weber – Coordenador de Transportes

Art.2º - São atribuições da Equipe Técnica de Monitoramento:

I. Atuar no levantamento e na sistematização de todos os dados e informações referentes ao Plano Municipal de Educação e seu contexto; II. Contribuir para a comissão desencadear suas proposições, respaldadas em fontes oficiais e em sintonia com o Poder Executivo; III. Organizar os documentos oficiais e de aprofundamento para consulta da comissão e interessados, tais como: PME, Leis, Portarias, Decretos, Relatórios, peças orçamentárias (LOA, LDO, PPA...), Plano de Ações Articuladas e outros; IV. Constituir instrumentos para coletar os dados que subsidiarão as produções das informações para o monitoramento e, posteriormente, os relatórios de avaliação garantindo fluidez e efetividade ao processo; V. Organizar o trabalho, distribuindo funções em consonância com os aspectos do PME em seu cotidiano, e, continuamente estudar o plano, monitorar as metas e as estratégias; VI. Identificar em quais situações o plano se enquadra, a saber: com metas elaboradas, utilizando indicadores e fontes sugestionadas pelo Ministério da Educação; metas elaboradas que dependem de indicadores e fontes próprias do município; metas elaboradas de modo genérico, não havendo possibilidade de estabelecer indicadores; VII. Utilizar a Ficha de Monitoramento do Plano Municipal de Educação, organizada em três etapas propostas de trabalho; VIII. Debater o conteúdo da ficha no interior do órgão da educação/secretaria de educação junto aos seus pares; IX. Encaminhar os registros de cada etapa ao Dirigente Municipal de Educação para validar o trabalho; X. Auxiliar na elaboração de Relatórios Anuais de Monitoramento;

Art. 3º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

Carlinda, 23 de março de 2017.

Maria das Dores da Costa

Secretária Municipal de Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS - DRH
PORTARIA N° 37/2017

Portaria nº 37/GP/2017 Em, 24 de Março de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E

CONCEDER – À Servidora Pública Municipal Efetiva **Sra. CARMEN LUCIA RODRIGUES,** portadora do RG nº 041191636, SSP/MT e inscrita no CPF nº 436.643.186-68, no cargo de Médica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 03 (Três) meses de Licença Prêmio, referente ao Qüinqüênio de 01/09/2011 a 01/09/2016, de acordo com o artigo 98 da Lei Municipal 581/91.

A Licença de que se trata a presente portaria terá inicio em 20/03/2017 e término em 20/06/2017, devendo a servidora apresentar-se ao trabalho em 21/06/2017.

Esta portaria entrou em vigor com efeitos retroativos a partir de 20/03/2017.

REGISTRADA

PUBLICADA

CUMPRA-SE

Chapada dos Guimarães-MT, 24 de Março de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 008/2017

DO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS DE SAÚDE (RSSS), PRODUZIDOS PELA CONTRATANTE, DOS GRUPOS "A E B" DEFINIDOS NA RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 358/2005 E RDC 306/2004 DA ANVISA, E DEMAIS LEGISLAÇÕES CONCERNENTES.

DO VALOR GLOBAL:5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

VIGENCIA: 180 (cento e oitenta) dias.

CONTRATANTE:THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA– PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATADO : WM SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA.

GABINETE
PORTARIA N° 30/2017.

PORTARIA N° 30/2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães – MT, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e;

Considerando a Portaria nº.: 576/2015 que nomeou os Membros da Comissão Municipal de Transporte Escolar;

Considerando a necessidade de substituição de alguns Membros da Comissão Municipal de Transporte Escolar, devido a desistência e necessidade de nomeação de novo membro por ocasião de término de mandato;

RESOLVE:

Artigo 1º. Ficam nomeados, por substituição, os seguintes membros titulares da Comissão Municipal de Transporte Escolar para completar o Biênio 2015/2017 que se encerrará em 22 de setembro de 2017:

Representante de Alunos: Uilian Jesuíno de Siqueira.

Representante dos Pais: Eliane Rodrigues Ribeiro.

Assessora Pedagógica: Edilene Garcia Belufi.

Representante dos Professores Estaduais: Nelzivan Ribeiro Marques de Lima.

Representante dos Professores Municipais: Silbene Maria Silva Alves.

Representante do Poder Executivo Municipal: Hellen Cristina Xavier Moreira.

Representante do Conselho do FUNDEB/PNATE: Ana Rodrigues de Amorim.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, ficando revogadas todas as disposições em contrário.

Artigo 3º. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 27 de março de 2017.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04/2017

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 13/2017)

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

Órgão Solicitante: SECRETARIAS MUNICIPAIS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS E MERENDA ESCOLAR, PARA PREPARO E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO COM RECURSOS PROVENIENTES DO FNDE/PNAE E AOS BENEFICIÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E OS PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

Data/Horário: 11/04/2017 às 09:30h (nove horas e trinta minutos) – Fuso Horário da Capital do Estado de Mato Grosso.

Informações/Contato: Setor de Licitações e Contratos/Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT - Telefone: (65) 3301-1570 - E-mail: licitachapada@gmail.com. Atendimento: 14:00 às 17:00hs. Ano: 2017.

Endereço para retirada do Edital: O Edital completo poderá ser retirado no site da Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, por meio do endereço: www.chapadadosguimaraes.mt.gov.br, no opção "Últimas Publicações de Documentos", ou diretamente no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Chapada dos . Guimarães/MT, no endereço: Rua Tiradentes, nº 166, Centro, Chapada dos Guimarães/MT.

Karla da Silva Miranda

Pregoeira Oficial

Visto:

Grasieli Wiesenhütter

Secretária Municipal de Administração

Chapada dos Guimarães/MT, 27 de março de 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N° 009/2017

DO OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL NA ZONA RURAL LOCALIZADO NO SÍTIO SANTO ANTÔNIO, ASSENTAMENTO JANGADA RONCADOR, NO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – MT.

DO VALOR GLOBAL:16.200,00 (cinco mil e quatrocentos reais)

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

CONTRATANTE:THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA– PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATADO : ANTÔNIO OLIVEIRA DA SILVA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2017

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Cláudia, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Cláudia, de um lado o **MUNICÍPIO DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.310.499/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Srº. ALTAMIR KURTEN, brasileiro, agente político, portador da Cédula de Identidade Nº 1815705 SSP/MT e inscrito no CPF: Nº 403.786.169-00, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **PETRUCCI & PETRUCCI LTDA**, inscrita no CNPJ sob o n.º 32. 987.802/0001-23, estabelecida a Avenida Gaspar Dutra, n.º. 594, Centro, cidade de Cláudia/MT, neste ato representada pelo Dr.º Juarez Petrucci, médico, portador do CIRG n.º 2036820-8 SSP/MT e CPF n.º 233.863. 129-34, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços no Município de CLÁUDIA e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2017**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8. 666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1. **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVI-**

ÇOS MÉDICOS HOSPITALARES, PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS E CONSULTAS CONFORME A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA/MT,conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência, sendo na oportunidade registrados os seguintes itens, quantidades e valores:

Nº	QUANT.	PROCEDIMENTOS	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	15	TRATAMENTO DE TRANSTORNOS DAS VIAS BILIARES E PANCREAS	270,38	4.055,70
02	60	TRATAMENTO DE AVC (ISQUEMICO / HEMORRAGICO AGUDO)	463,21	27.792,60
03	20	TRATAMENTO DE DOENÇAS DO FIGADO	416,39	8.327,80
04	20	TRATAMENTO DE CARDIOPATIA PULMONAR (COR PULMONALE)	623,26	12.465,20
05	70	TRATAMENTO DAS DOENÇAS CRONICAS DAS VIAS AEREAS INFERIORES	479,19	33.543,30
06	35	TRATAMENTO DE DESNUTRIÇÃO	446,78	15.637,30
07	25	TRATAMENTO DE DIABETE MELLITUS	360,80	9.020,00
08	85	TRATAMENTO DE DOENÇAS INFECCIOSAS GASTRO INTESTINAIS	324,90	27.616,50
09	10	TRATAMENTO DE ESTAFILOCOCCIAS	292,62	2.926,20
10	25	TRATAMENTO DE ESTREPTOCOCCIAS	292,62	7.315,50
11	30	TRATAMENTO DE DOENÇAS GLOMERULARES	331,54	9.946,20
12	80	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS DO APARELHO DIGESTIVO	347,15	27.772,00
13	10	TRATAMENTO DE INFARTO AGUDO DO MIOCARDIO	588,12	5.881,20
14	40	TRATAMENTO DE INSUFICIENCIA CARDIACA	699,46	27.978,40
15	40	TRATAMENTO DE DOENÇAS CARDIO VASCULAR	588,12	23.524,80
16	45	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS DO APARELHO RESPIRATORIO (IRA)	480,87	21.639,15
17	02	MEDIO QUEIMADO (HOSPITAL GERAL)	688,24	1.376,48
18	06	PEQUENO QUEIMADO	241,57	1.449,42
19	130	TRATAMENTO DE DOENÇAS RENAIS TUBULO-INTERSTICIAIS	347,95	45.233,50
20	05	TRATAMENTO CONSERVADOR DE OSTEOMIELITE AGUDA	347,74	1.738,70
21	20	PARTO NORMAL	490,09	9.801,80
22	130	TRATAMENTO DE PNEUMONIAS OU INFLUENZA (GRIPE)	582,42	75.714,60
23	20	TRATAMENTO DE OUTRAS DOENÇAS BACTERIANAS	865,91	17.318,20
24	15	TRATAMENTO TROMBOSE VENOSA PROFUNDA (Tromboflebites)	322,48	4.837,20
25	25	TTO DE EFEITOS DO CONTATO COM ANIMAL E PLANTAS VENENOSAS	199,33	4.983,25
26	10	TTO DE INTERCORRENCIA CLINICAS NA GRAVIDES	109,24	1.092,40
27	15	TTO DE ANEMIAS NUTRICIONAIS	233,85	3.507,75
28	50	TTO DE ARRITIMIAS	219,65	10.982,50
29	15	TTO DE POLIARTROPATIAS INFECCIOSAS INFLAMATORIAS	190,70	2.860,50
30	10	TTO DE OUTRAS INFECCOES AGUDA DAS VIAS AEREAS INFERIORES	187,13	1.871,30
31	05	TTO DE OUTRAS DOENCAS CAUSADAS POR VIRUS	157,99	789,95
32	20	TTO DE CALCULOSE RENAL	175,97	3.519,40
33	10	TTO DE CRISE HIPERTENSIVA	189,67	1.896,70
34	10	TTO DE DENGUE CLASSICA	287,76	2.877,60
35	10	TTO DE DOENCAS DE ESOFAGO ESTOMAGO E DUODENO	186,06	1.860,60
36	05	TTO DE HEPATITES VIRAIS	203,11	1.015,55
37	05	TTO DE INTOX OU ENVOLVIMENTO P/EXPOS/A MEDIC E SUBIST QUIMICA	136,95	684,75
38	02	TTO DE MALARIA	229,21	458,42
39	40	TTO TRAUMATISMOS ENVOLVENDO MULTIPLAS REGIOES	257,32	10.292,80
40	25	TTO TRAUMATISMOS DE LOCALIZACAO ESPECIFICADA OU NAO ESPECIFI	199,33	4.983,25
41	25	TTO DE DERMATITES E ECZEMAS (lesão infectada)	224,91	5.622,75
42	70	TRATAMENTO DE INTOXICAÇÃO ALIMENTAR	324,90	22.743,00
43	1.600	Consultas Normais Diuturnas, inclusive sábados, domingos e feriados, qualquer horário	100,00	160.000,00
44	30	Sutura pequena Simples	120,00	3.600,00
45	10	Sutura pequena Complexa	150,00	1.500,00
46	10	Sutura média Simples	150,00	1.500,00
47	30	Sutura média Complexa	200,00	6.000,00
48	20	Sutura grande Simples	250,00	5.000,00
49	30	Sutura grande Complexa	300,00	9.000,00
50	02	Sutura c/ tenorrafia (1 tendão)	280,00	560,00
51	02	Sutura c/ tenorrafia (2 tendões)	350,00	700,00
52	02	Amputação cirúrgica (3ª falange, dedo da mão/ pé, 1 unidade)	220,00	440,00
53	02	Amputação cirúrgica (3ª falange, dedo da mão/ pé, 2 unidades)	280,00	560,00
54	30	DRENAGEM ABCESSO	150,00	4.500,00
55	50	Aplicação medicação analgésico/anti-hemetico/anti-hespamodico	40,00	2.000,00
56	35	CURATIVO GRANDE	40,00	1.400,00
57	30	CURATIVO MEDIO	30,00	900,00
58	30	CURATIVO PEQUENO	20,00	600,00
59	02	CURETAGEM UTERINA POS ABORTO	1.400,00	2.800,00
60	05	EXERECE UNGUEAL UNILATERAL	100,00	500,00
61	05	IMOBILIZAÇAO-SEM REDUÇÃO FRATURA M.I	250,00	1.250,00
62	05	IMOBILIZAÇAO-SEM REDUÇÃO FRATURA M.S	150,00	750,00
63	120	INTERNAMENTO P/ OBS. CLINICA MENOR 24H SEM MED. HOSPITALAR	120,00	14.400,00
64	10	RETIRADA CORPO ESTRANHO-CONJUNTIVA OCULAR	100,00	1.000,00
65	15	RETIRADA CORPO ESTRANHO-FOSSA NASAL E CONDUTO AUDITIVO	150,00	2.250,00
66	05	RETIRADA CORPO ESTRANHO-INTRA ARTICULAR	300,00	1.500,00
67	05	RETIRADA CORPO ESTRANHO-INTRA MUSCULAR	250,00	1.250,00
68	15	RETIRADA CORPO ESTRANHO-SUBCUTANIO	150,00	2.250,00
69	02	CESARIANA	2.100,00	4.200,00
70	480	OXIGENIO M³	24,00	11.520,00
		TOTAL		**746.884,22**

TOTAL: R$ 746.884,22 (Setecentos e quarenta e seis mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e vinte e dois centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir da data de 27/03/2017 até 27/03/2018.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Cláudia não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os materiais referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2017,** que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1- Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias a partir da emissão da nota fiscal e prestação dos serviços.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os serviços/procedimentos serão prestados de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de Serviço.

4.2Os itens registrados através deste Pregão Presencial deverão ser prestados nas quantidades solicitadas, após solicitação da Secretaria responsável.

4.3 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.4 Os itens licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição da Prefeitura Municipal de Cláudia – MT.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Fornecer o objeto nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação;

5.2.4- Aceitar, nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de prestação de serviços decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- Os casos de inexecução total ou parcial, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento de cada ajuste representado pela nota de empenho, sujeitará a detentora da Ata às penalidades previstas no artigo 87 da Lei Federal nº 8.666/93, das quais destacam-se:

a) advertência;

b) Multa de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor do contrato;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o saldo do Contrato, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias na execução do objeto, com a consequente rescisão contratual;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, no caso da EMPRESA, injustificadamente, desistir do Contrato ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual;

e) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 2 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

7.2 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.3 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de

situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8. 666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 - Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30(trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "**PROMITENTE FORNECEDORA"**, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. Apresente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DOORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Cláudia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2017**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata: o edital do**PREGÃO PRESENCIAL nº 016/2017,** bem comoa proposta da empresa **PETRUCCI & PETRUCCI LTDA**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02, no que não colidir com a primeira e as demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Cláudia – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Cláudia – MT, 27 de Março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

Altamir Kurten

Prefeito Municipal

PETRUCCI & PETRUCCI LTDA

Juarez Petrucci/EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

1.	2.
Nome: Ademilson Custodio	Nome: Celir Coan
CPF: 968.570.051-68	CPF: 738.436.959-20
RG: 14464764 SSP/MT	RG: 42669245 SSP/PR

RECURSOS HUMANO
6º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS APROVADOS E CONVOCADOS DO TESTE SELETIVO 001/2017.

6º EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA PROVIMENTO DOS CARGOS APROVADOS E CONVOCADOS DO TESTE SELETIVO 001/2017.

Ficam convocados os Candidatos abaixo relacionados nessa Publicação de Investidura e Provimento do Cargo para apresentar-se Prefeitura Municipal de Cláudia-MT no prazo de 10 (dez) dias contados da publicação do ato de provimento.

Professor/ Classe B – Licenciatura Plena em Pedagogia: Assentamento Zumbi Dos Palmares.

COD.	NOME	PNE
130	Maria Nunes de Souza	N

Cláudia-MT, 27 de Março de 2017.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

CONSELHO
RESOLUÇÃO 02 DE 27 MARÇO DE 2017

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL CLÁUDIA- CMAS

Rua Castelo Branco - nº 1.201 - centro - CEP: 78540-000 - Claudia/MT

Fone (66) 3546-2143 - email- zenildetuppercriativa@outlook.com

—

Resolução 02 de 27 de Março de 2017.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Cláudia – CMAS, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 263 de 08 de Novembro de 1996, e considerando aprovação da Plenária.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar Reprogramação de saldo de recursos do Co-financiamento do Governo Estadual do FUNDO ESTADUAL ASSISTENCIA SOCIAL - FEAS exercício 2016, do Município de Cláudia – MT.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Cláudia – MT, 27 de Março de 2017.

Walmi Rodrigues

Presidente do Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2017 - REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE CILINDRO DE OXIGÊNIO (GÁS MEDICINAL), PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA – MT.**

A Prefeitura Municipal de Cláudia - MT torna público que, considerando impugnação apresentada por empresa interessada, com o acatamento das sugestões em razão do interesse público, bem como por interferir diretamente nas condições de participação do certame, fica prorrogado para o dia **11 de Abril de 2017, às 08h00min,** o recebimento das propostas para abertura do Pregão Presencial, para a aquisição supracitada. O Edital devidamente retificado poderá ser obtido junto à Secretaria de Administração, durante o horário de expediente e também estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, através do telefone (66) 3546-3100.

Cláudia - MT, 27 de Março de 2017.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2915/2017

Projeto de Lei nº. 006/2017

Autor: Poder Executivo

LEI Nº. 2915/2017

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR **NOBORU TOMIYOSHI**, Prefeito Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Especial no valor de até R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), destinado a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.

Artigo 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a acrescentar em seu Orçamento Programa 2017 a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 07 – Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico.		
Unidade: 003 – Departamento de Saneamento Básico.		
Função: 10 – Saúde		
SubFunção: 512 – Saneamento Básico Urbano.		
Programa: 0015 – Infraestrutura a Serviço do Desenvolvimento do Município		
Projeto: 1157 – Ação de Saneamento Básico - Resíduos Sólidos – F123		
Fonte de Recursos: 0123 – Transferências de Convênios - Saúde		
Natureza da Despesa:		
4490.52.00 – Equipamentos e Material Permanente	R$	800.000,00
TOTAL DA AÇÃO	**R$**	**800.000,00**

Artigo 3º O presente crédito adicional ampara-se nos artigos 40 e 43 da Lei nº. 4.320/64 de 17 de março de 1964, e os recursos utilizados são os previstos no inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei citada, ou seja, provenientes do excesso de arrecadação vinculada, nos termos e em conformidade com o Acórdão nº. 3.145/2.006 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Artigo 4º Os recursos utilizados para atender o presente crédito configurando o excesso de arrecadação vinculado serão aqueles originários do Termo Convenio nº. 0600/2013 Celebrado com o Ministério da Saúde, através da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Artigo 5º O Orçamento Geral do Município fica elevado em virtude da aprovação da presente Lei em mais R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais).

Artigo 6º Fica igualmente autorizado à atualização na Lei Municipal nº 2896/2016 - LDO 2017 e Lei Municipal nº 2693/2013 - PPA 2014/2017, as alterações orçamentárias descritas nos artigos desta lei.

Artigo 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder – MT, em 23 de Março de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2921/2017

Projeto de Lei nº. 014/2017

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº. 2921/2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA SOCIEDADE SAO VICENTE DE PAULO DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

O Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - *Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros mediante convênio à* **SOCIEDADE SAO VICENTE DE PAULO – COLIDER,** regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24. 670.614/0001-49, com sede a Av. Daury Riva, nº 1307, Setor Norte, Bairro Nossa Senhora da Guia, cidade de Colíder/MT.

Art. 2º - *O valor dos recursos financeiros a serem repassados é de até R$ 100.000,00 (Cem mil reais), pagos durante o exercício de 2017 diretamente à beneficiária, na forma do plano de trabalho a ser apresentado pela referida entidade e respectivo instrumento de convênio a ser celebrado entre as partes.*

Art. 3° - Os recursos financeiros que dispõe esta Lei serão destinados para ajuda de custo para o desenvolvimento de suas ações, aí compreendendo as despesas com manutenção de sua estrutura, conforme mencionado no Plano de Trabalho da entidade.

Art. 4º- Para atender despesas de que trata esta Lei, serão utilizados recursos provenientes de dotação orçamentária do exercício financeiro de 2017, vinculados à seguinte conta:

09-SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO

09.001.08-ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.001.08.244-ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA 09.001.08.244. 0026-PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - MUNICIPIO QUE ACOLHE E PROTEGE

09.001.08.244.0026.1 009-APOIO A INSTITUIÇÕES SOCIAIS E FILANTRÓPICAS

09.001.08.244.0026.1 009-335041.00.00 Contribuições

Art. 5º - A entidade beneficente do repasse de recursos de que trata esta lei deverá efetuar a prestação de contas pela utilização dos recursos financeiros recebidos mensalmente até o último dia útil do mês subseqüente ao mês correspondente à parcela recebida, sob pena, de suspensão imediata das transferências das demais parcelas vencidas, as quais ficarão retidas até a apresentação e aprovação da citada prestação de contas, nos termos da Instrução Normativa SCV Nº. 12 – Sistema de Convênios e Consórcios, aprovado através do Decreto Municipal Nº. 113- 2009 de 13 de novembro de 2.009.

Parágrafo único - A Prestação de Contas e demais Documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 6º - A execução do termo de convenio a ser celebrado será da data de assinatura, até 31 de Dezembro de 2017.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 23 DE MARÇO DE 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 039/2017

"Dispõe sobre o reajuste salarial aos aposentados e pensionista do PREVI – LIDER – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

A Diretora Executiva do ***PREVI-LIDER*** *- Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições.*

RESOLVE:

Art. 1º - Reajustar os proventos dos aposentados e pensionistas conforme Artigos Primeiro ao Artigo terceiro, da Lei n° 2913, de 21 de fevereiro de 2017, aos Aposentados e Pensionistas na carreira do Magistério, e demais profissionais da Educação, deste Regime Próprio de Previdência Social desta Prefeitura Municipal de Colíder, Estado de Mato Grosso, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme anexos I, II e III;.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Colíder – MT, 09 de março de 2017.

_____ MARIZA BERNADES DA SILVA Diretora Executiva HOMOLOGO: _____ NOBORU TOMIYOSHI Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2920/2017

Projeto de Lei nº. 013/2017

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº. 2920/2017

Dá nova redação ao artigo 14 da Lei nº. 2435/2011 que Dispõe sobre a Organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC – institui a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON, e institui o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDD, e dá outras providências.

NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei,

Art. 1º – O artigo 14 da Lei nº. 2435 de 04 de março de 2011 que Dispõe sobre alteração de artigo na Lei nº. 2435/2011 que Dispões sobre a Organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC – institui a Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor – PROCON, o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON, e institui o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos – FMDD, e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

***Art. 14** - O CONDECON será composto por representantes do Poder Público e entidades representativas de fornecedores e consumidores, assim discriminados:*

***I –** Coordenador Executivo do PROCON Municipal;*

***II –** Um representante da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;*

***III –** Um representante da Vigilância Sanitária Municipal;*

***IV –** Um representante da Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração;*

***V –** Um representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Assuntos Fundiários e Meio Ambiente;*

***VI –** Um representante do Poder Legislativo Municipal;*

***VII –** Um representante da Associação Comercial e Industrial do Município;*

***VIII –** Um representante da Secretaria Municipal de Industria, Comércio, Emprego, Renda, Cultura e Turismo;*

***IX –** Um representante da OAB;*

***§ 1º -** O Coordenador Executivo do PROCON Municipal é membro nato do CONDECON.*

Art.2º – Esta Lei entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder-MT, em 23 de março de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2017 - SRP.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Eletrônico nº 006/2017, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios, carnes, hortifrutigranjeiros, materiais de limpeza e utensílios, para a manutenção das diversas secretarias do município de Colider–MT. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESAS	ITENS	VLR. TOTAL
ATIVA COM. PROD. ALIM. LTDA ME	**08, 09, 10, 17, 22, 52, 53, 61, 94, 113, 132, 154, 187, 319 e 341**	R$ 202.330,73
BELAFORTE COMERCIAL LTDA ME	**38, 39, 41, 130, 138, 139, 167, 177, 182, 183, 184, 202, 204, 227, 228, 274 e 366**	R$ 21.559,10
COMERCIAL CARAPA SECOS E MOLHADOS LTDA	**83, 84, 99, 101, 118, 119, 120, 125, 127, 129, 131, 134, 135, 137, 140, 144, 149, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 166, 169, 181, 188, 192, 209, 211, 214, 215, 216, 217, 231, 233, 236, 239, 240, 241, 246, 254, 256, 257, 258, 259, 262, 263, 267, 273, 278, 283, 285, 290, 293, 294, 295, 298, 304, 305, 306, 324, 331, 332, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 346, 361 e 367**	R$ 399.453,59
E. L. ALVES – MERCADO – ME	**03, 04, 05, 16, 18, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 57, 91, 92, 96, 102, 121, 122, 123, 148, 210, 213, 218, 229, 234, 235, 238, 279, 281, 300, 309, 317 e 368**	R$ 242.459,92
FARMACIA SUPER POPULAR LTDA EPP	**12 e 291**	R$ 13.814,65
LAERCIO BATISTA DA SILVA ME	**74, 76, 90 e 252**	R$ 76.548,62
MERCADÃO DA LIMPEZA ME	**07, 11, 13, 15, 19, 30, 33, 50, 51, 56, 62, 63, 64, 65, 69, 105, 106, 117, 124, 128, 141, 143, 175, 195, 196, 197, 212, 219, 220, 230, 232, 242, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 255, 261, 265, 286, 289, 310, 312, 313, 314, 315, 316, 320, 321, 325, 327, 329, 330, 342, 343, 344, 348, 355 e 359**	R$ 230.671,37
MOREIRA COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA	**02, 14, 20, 21, 23, 24, 25, 28, 31, 32, 35, 36, 54, 55, 60, 67, 68, 70, 95, 103, 112, 126, 136, 146, 152, 153, 168, 178, 179, 180, 189, 194, 200, 203, 225, 266, 270, 271, 275, 276, 277, 284, 287, 292, 299, 302, 303, 307, 322, 323, 328, 333, 345, 349, 350, 351, 352, 356, 358, 365, 369, 370 e 371**	R$ 189.276,14
MULTISUL COM. DIST. LTDA EPP	**40, 260, 296, 311, 326, 354 e 364**	R$ 10.922,34
NUTRICENTER DIST. PROD. NUT. E HOSP. ME	**93, 115, 116, 170, 171, 172, 173, 174 e 176**	R$ 242.933,80
PALLADIUM IND. COM. E CONF. LTDA	**165, 185, 191, 226 e 318**	R$ 18.203,89
PETTERS GÁS COM. DE GÁS LTDA	**71 e 72**	R$ 149.438,00
R. C. GOES ME	**26, 27, 97, 98, 107, 108, 109, 110, 111, 142, 145, 147, 151, 190, 268, 301, 347 e 363**	R$ 15.270,12
VALMIR TEIXEIRA ALIMENTOS – ME	**34, 73, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 162, 221, 222, 223, 224, 269, 297 e 334**	R$ 255.827,06

A Ata Integral de Registro de Preços dos itens das empresas acima citadas se encontram à disposição dos interessados nos autos do referido processo licitatório na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider – sito na Travessa dos Parecis, 85 – Setor Leste – CEP 78.500-000 e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência)

Colider/MT, em 27 de Março de 2017.

VINÍCIUS BLOCK CAMERINI

Pregoeiro Oficial

Publique-se

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2919/2017

Projeto de Lei Nº 012/2017

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº. 2919/2017

"Dispõe sobre autorização legislativa para locação de imóvel e dá outras providências"

NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal de COLIDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo, no atendimento do interesse público, nos termos do artigo 121 da Lei Orgânica do município, autorizado a proceder a locação de imóvel para funcionamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Urbanismo.

Artigo 2º A locação de que trata o artigo anterior será por prazo determinado, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos e terá duração enquanto perdurar a necessidade da locação, sendo que o valor a ser pago será determinado conforme laudo de avaliação do imóvel a ser locado, cujos reajustes terão a periodicidade anual, devendo ser utilizados os índices editados oficialmente pelo governo federal para os reajustes de aluguéis.

§ único – o Valor da locação será estabelecido por uma comissão designada para esse fim que deverá buscar o imóvel que satisfaça o interesse público almejado e apresentar o valor compatível com o praticado no mercado.

Artigo 3º A locação de que trata esta lei fica dispensada da prévia realização de concorrência pública ou licitação em razão do relevante interesse público, devendo o processo de dispensa de licitação ser efetivado na forma prevista na Lei Federal nº 8.666/1993.

Artigo 4º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider-MT., em 23 de Março de 2.017

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.º 55/2017

"Dispõe sobre a revogação do benefício de Pensão por Morte em desfavor da Sra. Noemi Camila da Silva".

A Diretora Executiva do PREVI-LIDER, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Colíder, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais nos termos Art. 40, § 7º, II da Constituição Federal, com redação determinada pela EC n.º 41, de 19 de dezembro de 2003, Art. 7º, inciso "I" da Lei Municipal n. 2.361, de 08 de julho de 2010 com redação determinada pelo Art. 1º, inciso "I" da Lei Municipal n. 2.528/2011, de 10 de novembro de 2011, e ainda, o Art. 12, da Lei Municipal n. 2.361, de 08 de julho de 2010.

Resolve,

Art. 1º- Revogar o Benefício de Pensão Por Morte em desfavor da Sra. **Noemi Camila da Silva (filha)**, portadora do RG. n.º 1983772-0 SSP/MT e inscrita no CPF n.º 058.785.541-00 e Título Eleitoral n.º 0326.3310.1864, Zona 023, Seção 0001, por perda da qualidade de dependente superveniente em face ao instituidor previdenciário **Sr. João Aparecido da Silva**, portador do RG. n.º 0348860-8 SSP/MT, e CPF n.º 328.263.621-00 e Título Eleitoral n.º 006660821872, Zona 023, Seção 0009, conforme o processo do PREVI-LIDER n.º 0056/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 23 de março do corrente ano, revogada as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Colider /MT, 24 de março de 2017.

_____

Mariza Bernardes da Silva

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

_____

Noboru Tomiyoshi

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2924/2017

Projeto de Lei nº. 017/2017

Autor: Poder Executivo

LEI Nº. 2924/2017

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXILIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DA CASA DA SOPA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

NOBORU TOMIYOSHI, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte projeto de lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Auxílio Financeiro à **ASSOCIAÇÃO DA CASA DA SOPA,** com sede a Rua Borba Gato s/nº, Setor Oeste, Bairro Bom Jesus, CEP: 78. 500-000, Colíder-mt, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 14.792. 363/0001-11, no valor de **R$ 25.000,00** (vinte e cinco mil reais), a Titulo de Ajuda de Custo para o desenvolvimento das ações na área de defesa de direitos sociais, visando a distribuição de alimentação às pessoas em estado de vulnerabilidade social.

§ ÙNICO – O valor da ajuda de custo de que trata o *caput* deste artigo será efetivado em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, na importância de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), cada uma, a serem disponibilizadas entre os meses de março à dezembro de 2017.

Artigo 2º - O Apoio Financeiro de que trata o artigo anterior, correrá a conta da rubrica orçamentária:

ÓRGÃO: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO: 08 ASSISTENCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO: 244 ASSISTENCIA COMUNITÁRIA

PROGRAMA: 0026 POTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

AÇÃO: 1009 APOIO A INSTITUIÇÕES SOCIAIS E FILANTROPICAS

FONTE DE RECURSOS: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

NATUREZA DE DESPESA: 3350.41.00.00 Contribuições

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder – MT, em 23 de Março de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2923/2017

Projeto de Lei nº. 016/2017

Autor: Poder Executivo

LEI Nº. 2923/2017

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AUXILIO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO CATADORES MATERIAIS RECICLÁVEIS, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

NOBORU TOMIYOSHI, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação da Câmara Municipal de Vereadores, o seguinte projeto de lei:

Artigo 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder Auxílio Financeiro à **ASSOCIAÇÃO CATADORES MATERIAIS RECICLÁVEIS,** com sede na Comunidade Santa Luzia s/nº, Zona Rural, CEP: 78.500-000, Colíder-mt, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22. 030.213/0001-07, no valor de **R$ 25.000,00** (vinte e cinco mil reais), a Titulo de Ajuda de Custo para o desenvolvimento das ações na área de defesa de direitos sociais, visando a aquisição e distribuição de EPI – Equipamentos de proteção individual e demais materiais necessários à proteção e subsistência dos Associados.

§ ÙNICO – O valor da ajuda de custo de que trata o *caput* deste artigo será efetivado em 10 (dez) parcelas mensais e sucessivas, na importância de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), cada uma, a serem disponibilizadas entre os meses de março à dezembro de 2017.

Artigo 2º - O Apoio Financeiro de que trata o artigo anterior, correrá a conta da rubrica orçamentária:

ÓRGÃO: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 001 GABINETE DO SECRETÁRIO

FUNÇÃO: 08 ASSISTENCIA SOCIAL

SUBFUNÇÃO: 244 ASSISTENCIA COMUNITÁRIA

PROGRAMA: 0026 POTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

AÇÃO: 1009 APOIO A INSTITUIÇÕES SOCIAIS E FILANTROPICAS

FONTE DE RECURSOS: 0.1.00.000000 Recursos Ordinários

NATUREZA DE DESPESA: 3350.41.00.00 Contribuições

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colíder – MT, em 23 de Março de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2917/2017

Projeto de Lei Nº 008/2017

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº. 2917/2017

"Dispõe sobre autorização legislativa para locação de imóvel e dá outras providências"

NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal de COLIDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo, no atendimento do interesse público, nos termos do artigo 121 da Lei Orgânica do município, autorizado a proceder a locação de imóvel para funcionamento Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Artigo 2º A locação de que trata o artigo anterior será por prazo determinado, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos e terá duração enquanto perdurar a necessidade da locação, sendo que o valor a ser pago será determinado conforme laudo de avaliação do imóvel a ser locado, cujos reajustes terão a periodicidade anual, devendo serem utilizados os índices editados oficialmente pelo governo federal para os reajustes de aluguéis.

§ único – o Valor da locação será estabelecido por uma comissão designada para esse fim que deverá buscar o imóvel que satisfaça o interesse público almejado e apresentar o valor compatível com o praticado no mercado.

Artigo 3º A locação de que trata esta lei fica dispensada da prévia realização de concorrência pública ou licitação em razão do relevante interesse público, devendo o processo de dispensa de licitação ser efetivado na forma prevista na Lei Federal nº 8.666/1993.

Artigo 4º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider-MT., em 23 de Março de 2.017

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

LICITAÇÃO
ERRATA DE PORTARIA/SMPFA Nº.020/2017

ERRATA DA PORTARIA/SMPFA Nº. 020/2017, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLIDER-MT, PUBLICADA NO JORNAL OFICIAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO NO DIA 15.02. 2017.

Retifica :

Onde se lê Fiscal da Ata de Registro de Preços nº. 20/2016 leia-se Fiscal da Ata de Registro de Preços nº. 030/2016.

Colíder -MT 27 de Março de 2017.

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2922/2017

Projeto de Lei nº. 015/2017

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº. 2922/2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA GUARDA MIRIM DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - *Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros mediante convênio à* **GUARDA MIRIM DE COLIDER,** regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.359.843/0001-30, com sede na Av. Mal Deodoro Fonseca, 67, Colíder - MT, 78500-000.

Art. 2º - *O valor dos recursos financeiros a serem repassados é de* R$ 180. 000,00 (Cento e oitenta mil reais) pagos durante o exercício de 2017 diretamente à beneficiária, na forma do plano de trabalho a ser apresentado pela referida entidade e respectivo instrumento de convênio a ser celebrado entre as partes.

Art. 3° - Os recursos financeiros que dispõe esta Lei serão destinados para ajuda de custo para o desenvolvimento de suas ações, aí compreendendo as despesas com manutenção de sua estrutura.

Art. 4º- Para atender despesas de que trata esta Lei, serão utilizados recursos provenientes de dotação orçamentária do exercício financeiro de 2016, vinculados à seguinte conta:

09-SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL

09.001-GABINETE DO SECRETÁRIO

09.001.08-ASSISTÊNCIA SOCIAL

09.001.08.244-ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA 09.001.08.244.0026 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA MUNICIPIO QUE ACOLHE E PROTEGE

09.001.08.244.0026.1 009-APOIO A INSTITUIÇÕES SOCIAIS E FILANTRÓPICAS

09.001.08.244.0026.1 009-335041.00.00 Contribuições

Art. 5º - A entidade beneficente do repasse de recursos de que trata esta lei deverá efetuar a prestação de contas pela utilização dos recursos financeiros recebidos mensalmente até o último dia útil do mês subseqüente ao mês correspondente à parcela recebida, sob pena, de suspensão imediata das transferências das demais parcelas vencidas, as quais ficarão retidas até a apresentação e aprovação da citada prestação de contas, nos termos da Instrução Normativa SCV Nº. 12 – Sistema de Convênios e Consórcios, aprovado através do Decreto Municipal Nº. 113- 2009 de 13 de novembro de 2.009.

Parágrafo único - A Prestação de Contas e demais Documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 6º - A execução do termo de convenio a ser celebrado iniciará na data de assinatura, até 31 de Dezembro de 2017.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 23 DE MARÇO DE 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 05/2017 AO EDITAL Nº 02/2015 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Colíder - MT, Sr. **NOBORU TOMIYOSHI**, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público, nomeada pelo Decreto 072 /2015, de 20 de agosto de 2015, torna público o edital Complementar do Edital do Processo Seletivo Público 02/2015.

Art. 1º - Ficam **Convocados os aprovados** do Processo Seletivo Público nº. 02/2015, os candidatos abaixo relacionados, que deverão comparecer na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, situada na Avenida Dauri Riva nº. 211, Setor Norte, Centro, durante o **período de 28 de Março a 03 de Abril de 2017,** no horário das 7:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas, munidos dos seguintes documentos originais e **três cópias** legíveis, na ordem que se pede que serão retidas.

-Certificado, de conclusão de curso do Ensino Fundamental;

-Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE;

-Titulo de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

-Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

-Carteira de Identidade;

-Cadastro de Pessoa Física - CPF;

-Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

-Carteira de Trabalho;

-Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

-CNIS (retirado no INSS);

-Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

-Comprovante de residência, (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo);

-Conta corrente (**Banco Bradesco**);

-Carteira Nacional de Habilitação;

-Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

Originais:

-03 fotos 3x4 atual e colorida;

-Carteira de Trabalho;

-Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

-Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

-Atestado de Sanidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

-Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

-Declaração de Bens;

-Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

Art. 2º - O provimento do candidato no emprego fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima. A posse será realizada a partir do dia **04 de Abril de 2017**.

Art. 3º - O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido para esse fim facultará ao Poder executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.

Cargo : 004 - Agente Comunitário De Saúde - (PSF – Nova Galiléia

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
0030	TATIANE DA SILVA DIAS DUTRA	011	**Convocado**

Colíder /MT, 27 de Março de 2017.

NOBORU TOMIYOSHI EDRIANE CÁSSIA CARBONERA

Prefeito Municipal Secretária da Comissão

Colíder/MT Processo Seletivo Público nº 02/2015

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2916/2017

Projeto de Lei Nº 007/2017

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº. 2916/2017

"Dispõe sobre autorização legislativa para locação de imóvel e dá outras providências"

NOBORU TOMIYOSHI, Prefeito Municipal de COLIDER, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º Fica o Poder Executivo, no atendimento do interesse público, nos termos do artigo 121 da Lei Orgânica do município, autorizado a proceder a locação de imóvel para funcionamento da Casa Lar Santa Rita de Cássia.

Artigo 2º A locação de que trata o artigo anterior será por prazo determinado, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos e terá duração enquanto perdurar a necessidade da locação, sendo que o valor a ser pago será determinado conforme laudo de avaliação do imóvel a ser locado, cujos reajustes terão a periodicidade anual, devendo serem utilizados os índices editados oficialmente pelo governo federal para os reajustes de aluguéis.

§ único – o Valor da locação será estabelecido por uma comissão designada para esse fim que deverá buscar o imóvel que satisfaça o interesse público almejado e apresentar o valor compatível com o praticado no mercado.

Artigo 3º A locação de que trata esta lei fica dispensada da prévia realização de concorrência pública ou licitação em razão do relevante interesse público, devendo o processo de dispensa de licitação ser efetivado na forma prevista na Lei Federal nº 8.666/1993.

Artigo 4º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Artigo 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colider-MT., em 23 de Março de 2.017

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal de Colider-MT

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
LEI Nº. 2918/2017

Projeto de Lei nº. 011/2017

Autoria: Poder Executivo

LEI Nº. 2918/2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO DE REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA A APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

O Excelentíssimo Senhor **NOBORU TOMIYOSHI**, Prefeito Municipal de Colider, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - *Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros mediante convênio à* **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE EM COLIDER,** regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.301.167/0001-55, com sede a Rua Luiz Aldori Neves Fernandes nº. 739, Centro, em Colíder/MT.

Art. 2º - *O valor dos recursos financeiros a serem repassados é de R$ 150. 000,00 (cento e cinquenta mil reais) pagos durante o exercício de 2017 diretamente à beneficiária, na forma do plano de trabalho a ser apresentado pela referida entidade e respectivo instrumento de convênio a ser celebrado entre as partes.*

Art. 3° - Os recursos financeiros que dispõe esta Lei serão destinados para ajuda de custo para o desenvolvimento de suas ações, aí compreendendo as despesas com manutenção de sua estrutura, tais como energia elétrica, água e esgoto, telefone, alimentação, material de higiene, limpeza e de expediente, combustível, manutenção, reparo de veículos e outros.

Art. 4º Para atender as despesas de que trata esta Lei, serão utilizados recursos provenientes de dotação orçamentária do exercício financeiro de 2.017, vinculados à seguinte conta:

06-SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER

06.002-FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

06.002.12-EDUCAÇÃO

06.002.12.367-EDUCAÇÃO ESPECIAL

06.002.12.367.0018-EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE

06.002.12.367.0018.2.015-MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUC. ESPECIAL

06.002.12.367.0018.2.015 335043.00.00 SUBVENÇÕES SOCIAIS

Art. 5º A entidade beneficente do repasse de recursos de que trata esta lei deverá efetuar a prestação de contas pela utilização dos recursos financeiros recebidos mensalmente até o último dia útil do mês subseqüente ao mês correspondente à parcela recebida, sob pena, de suspensão imediata das transferências das demais parcelas vincendas, as quais ficarão retidas até a apresentação e aprovação da citada prestação de contas, nos termos da Instrução Normativa SCV Nº. 12 – Sistema de Convênios e Consórcios, aprovado através do Decreto Municipal Nº. 113- 2009 de 13 de novembro de 2.009.

Parágrafo único - A Prestação de Contas e demais Documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 6º - A execução do termo de convenio a ser celebrado iniciará na data de sua assinatura, até 31 de Dezembro de 2017.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLÍDER, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 23 DE MARÇO DE 2017.

NOBORU TOMIYOSHI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 219/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 219/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 6º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Concede **gratificação de 20%** (vinte por cento)**,** para Servidora **Eliane de Moraes Rebordões**, matrícula nº. 2025, efetiva no Cargo de Professora, 20 horas,para exercer a função de **Coordenador Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil Raio de Sol.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 203/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 203/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Concede **gratificação de 30%** (trinta por cento) sobre o vencimento base para o servidor público municipal **Edson da Silva Barbosa,** matricula nº. 1187, efetivo no Cargo de Agente de Saúde Ambiental, 40 horas, como Coordenador de Endemias e Fiscal de Focos de Dengue, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 15 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 15/03/2017 a 15/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 204/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 204/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° -Exonera **Clemente de Oliveira Brito,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 543826 SSP/RO e CPF n° 350.146.102-00, do cargo de **Chefe de Divisão,** v*inculado vinculada a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.*

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos a partir do dia 31 de março de 2017**, ficando revogada a portaria nº. 111/GP/2017, e demais disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 15 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 15/03/2017 a 15/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 190/GP/2017, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 190/GP/2017, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº. 500/2011 e suas alterações previstas na Lei Municipal nº. 676 de 20 de janeiro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1° - **Revogar** parcialmente o Artigo 1º. das portarias abaixo relacionadas, tão somente quanto as **gratificações de 50%** (cinqüenta por cento) concedidas aos seguintes servidores:

I – **Elvira Mund,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 298.271 SSP/RO e CPF n° 312.805.872-53, concedida mediante Portaria nº. 123/GP/2017.

II - **Francisco Borges dos Santos,** portador do RG nº. 605.174 SSP/RO e CPF 670.165.452-53, concedida mediante Portaria nº. 157/GP/2017.

III - **Ivo de Mattia,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 4.241.477-8 SSP/PR e CPF n° 242.102.182-00, concedida mediante Portaria nº. 125/GP/2017.

IV - **Joaquim Silas Tavares Fagundes Assis,** portador da Carteira de Identidade RG. nº. 497670 SSP/MT e CPF n°. 582.863.732-00, concedida mediante Portaria nº. 125/GP/2017, concedida mediante Portaria nº. 127/GP/2017.

V - **Jonasmar Rogoski,** portador da Carteira de Identidade RG. nº. 510.714.383-5 SSP/MT e CPF n°. 041.021.519-82, concedida mediante Portaria nº. 122/GP/2017.

VI - **Jose Antonio de Lima Silva,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 952220 SSP/MT e CPF n° 630.188.611-9, concedida mediante Portaria nº. 119/GP/2017.

VII - **Rita Schneider,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 1046128-01 SSP/MT e CPF n° 538.041.121-53, concedida mediante Portaria nº. 124/GP/2017.

VIII - **Vilmar de Oliveira Fernandes,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 4855960 SSP/SP e CPF n° 535.214.719-3, concedida mediante Portaria nº. 126/GP/2017.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,ficando revogadasas disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 01 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 01/03/2017 a 30/03/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 205/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 205/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° -Exonera **Edimar Batista Roseno,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 883174-85 SSP/CE e CPF n° 320.044.433-91, do cargo de **Chefe de Divisão**, vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos a partir do dia 31 de março de 2017**, ficando revogada a portaria nº. 085/GP/2017, e demais disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 15 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 15/03/2017 a 15/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 206/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 206/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° -Exonera **Jose Silva de Jesus,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 000680737 SSP/RO e CPF n° 012.461.881-20, do cargo de **Chefe de Divisão,** vinculado à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos a partir do dia 31 de março de 2017**, ficando revogada a portaria nº. 084/GP/2017, e demais disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 15 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 15/03/2017 a 15/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 207/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 207/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° -Exonera **Helena Oliveira,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 2996722-8 SSP/MT e CPF n° 700.821.972-53, do cargo de **Assessora de Divisão,** vinculada a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos a partir do dia 31 de março de 2017**, ficando revogada a portaria nº. 121/GP/2017, e demais disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 15 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 15/03/2017 a 15/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 208/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 208/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° -Exonera **Elisangela Alves dos Santos,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 697.688 SSP/RO e CPF n° 019.564.821-80, do cargo de **Chefe de Seção,** vinculado a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos a partir do dia 31 de março de 2017**, ficando revogada a portaria nº. 047/GP/2017, e demais disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 15 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 15/03/2017 a 15/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 209/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 209/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° -Exonera **Monica Machado Sousa,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 2406543-9 SSP/MT e CPF n° 051.838.451-90, do cargo de **Chefe de Seção,** vinculado à Secretaria Municipal de Trabalho, Emprego, Cidadania e Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos a partir do dia 31 de março de 2017**, ficando revogado o Decreto nº. 106/GP/PMC/2016, e demais disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 15 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 15/03/2017 a 15/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 210/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 210/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° -Exonera **Deuzilene Pichek de Souza,** portadora da Carteira de Identidade RG. nº 2424422-8 SSP/MT e CPF n° 047.939.871-25, do cargo de **Diretora de Departamento,** vinculado a Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **com efeitos a partir do dia 31 de março de 2017**, ficando revogada a portaria nº. 096/GP/2017, e demais disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 15 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 15/03/2017 a 15/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 189/GP/2017, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 189/GP/2017, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Concede **gratificação de 30%** (trinta porcento) sobre o vencimento basepara o servidor público municipal**Domingos Bielak, matricula nº 2016,efetivo no Cargo de Topógrafo, 40 horas, como responsável pela topografia, vinculado a Secretaria Municipal de Planejamento.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 01 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 01/03/2017 a 30/03/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 211/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 211/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 4º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Fica complementado o vencimento referente ao Cargo em exercício de **Coordenador Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil Raio de Sol,** da Servidora **Eliane de Moraes Rebordões**, matrícula nº. 2025, efetiva no Cargo de Professora, 20 horas,equiparando a carga horária de 40 horas semanais no nível e classe que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 212/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 212/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 4º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Fica complementado o vencimento referente ao Cargo em exercício de **Coordenador Escolar da Escola Municipal Bom Jesus,** do Servidor **Manoel Lima da Silva**, matrícula nº. 6500, efetivo no Cargo de Professor, 20 horas,equiparando a carga horária de 40 horas semanais no nível e classe que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 183/GP/2017, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 183/GP/2017, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Revoga em inteiro teor a Portaria nº. 170/GP/2017, que concedeu gratificação ao servidor público municipal**Moacir dos Santos,** *matricula n°* 3236, efetivo no cargo de Agente Fiscal Municipal.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 01 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 01/03/2017 a 30/03/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 213/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 213/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 4º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Fica complementado o vencimento referente ao Cargo em exercício de **Coordenador Escolar da Escola Municipal Bom Jesus,** da Servidora **Marizete Dede de Souza**, matrícula nº. 6521, efetiva no Cargo de Professora, 20 horas,equiparando a carga horária de 40 horas semanais no nível e classe que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 214/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 214/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 4º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Fica complementado o vencimento referente ao Cargo em exercício de **Coordenador Escolar da Escola Municipal Bom Jesus,** da Servidora **Solange Maria Chaves**, matrícula nº. 2075, efetiva no Cargo de Professora, 20 horas,equiparando a carga horária de 40 horas semanais no nível e classe que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO CHAMADA PUBLICA Nº 001/2017

PROCESSO: 16.720/2017

A Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 062/GP/2017 de 02/01/2017 torna público para conhecimento de todos os interessados, que com amparo na Lei Nº. 11.947/09 e subsidiariamente pela Lei nº 8.666 de 21/06/93 (com as alterações da Lei nº 8.883/94 e da Lei nº 9.648/98), o resultado da licitação Chamada Pública nº 001/2017, através de Dispensa de Licitação nº 006/2017, que trata da Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para uso na merenda escolar nas Escolas Municipais, Rural e Urbana de Ensino Fundamental, Educação Infantil, Creches Municipais, através de Chamada Pública. Sagrou – se vencedora a Cooperativa Agrícola Mista de Colniza CNPJ nº 05.996.891/0001-00, com valor total de R$ 201.625,00 (duzentos e um mil seiscentos e vinte e cinco reais).

Colniza/MT, 27 de Março de 2017.

Vânia Orben

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 215/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 215/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 4º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Fica complementado o vencimento referente ao Cargo em exercício de **Coordenador Escolar da Creche Municipal Jose Salvador Martins,** do Servidor **Paulinelli Bonetto da Silva**, matrícula nº. 6740, efetivo no Cargo de Professor, 20 horas,equiparando a carga horária de 40 horas semanais no nível e classe que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 216/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 216/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 4º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Fica complementado o vencimento referente ao Cargo em exercício de **Coordenador Escolar da Creche Municipal Jose Salvador Martins,** da Servidora **Gildete Cardoso Santos**, matrícula nº. 6493, efetiva no Cargo de Professora, 20 horas,equiparando a carga horária de 40 horas semanais no nível e classe que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 217/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 217/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 4º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Fica complementado o vencimento referente ao Cargo em exercício de **Coordenador Escolar da Escola Municipal Raquel de Queiroz,** da Servidora **Adina da Silva**, matrícula nº. 6653, efetiva no Cargo de Professora, 20 horas,equiparando a carga horária de 40 horas semanais no nível e classe que pertence dentro do quadro efetivo do Magistério.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 218/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 218/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 6º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Concede **gratificação de 20%** (vinte por cento)**,** para Servidora **Adina da Silva**, matrícula nº. 6653, efetiva no Cargo de Professora, 20 horas,para exercer a função de **Coordenador Escolar da Escola Municipal Raquel de Queiroz**.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 202/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 202/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Concede **gratificação de 30%** (trinta por cento) sobre o vencimento base para a servidora pública municipal **Leia Fabiano Zimmermnn,** matricula nº. 6540, efetiva no Cargo de Serviços Gerais, 40 horas, como responsável pelos Sistemas CNES/BPA/EACS-CAPSI SAI e Teste do Pezinho, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 15 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 15/03/2017 a 15/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 220/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 220/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 6º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Concede **gratificação de 20%** (vinte por cento)**,** para Servidora **Rita Lisboa Santos**, matrícula nº. 778, efetiva no Cargo de Professora, 40 horas,para exercer a função de **Coordenador Escolar da Creche Municipal Pequenos Passos.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 221/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 221/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 6º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Concede **gratificação de 20%** (vinte por cento)**,** para Servidor **Josevaldo Ramos de Lima**, matrícula nº.676, efetivo no Cargo de Professor, 40 horas,para exercer a função de **Coordenador Escolar da Escola Municipal Coração de Jesus.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 222/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 222/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 6º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Concede **gratificação de 20%** (vinte por cento)**,** para o Servidor **Paulinelli Bonetto da Silva**, matrícula nº. 6740, efetivo no Cargo de Professor, 20 horas,para exercer a função de **Coordenador Escolar da Creche Municipal Jose Salvador Martins.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 224/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 224/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 6º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Concede **gratificação de 20%** (vinte por cento)**,** para a Servidora **Marizete Dede de Souza**, matrícula nº. 6521, efetiva no Cargo de Professora, 20 horas,para exercer a função de **Coordenador Escolar da Escola Municipal Bom de Jesus.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 225/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 225/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 6º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Concede **gratificação de 20%** (vinte por cento)**,** para a Servidora **Solange Maria Chaves,** matrícula nº. 2075, efetiva no Cargo de Professora, 20 horas,para exercer a função de **Coordenador Escolar da Escola Municipal Bom de Jesus.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 226/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 226/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo

no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 6º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Concede **gratificação de 20%** (vinte por cento)**,** para o Servidor **Manoel Lima da Silva,** matrícula nº. 6500, efetivo no Cargo de Professor, 20 horas,para exercer a função de **Coordenador Escolar da Escola Municipal Bom Jesus.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 227/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 227/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 6º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Concede **gratificação de 20%** (vinte por cento)**,** para a Servidora **Ilma Karnitz,** matrícula nº. 670, efetiva no Cargo de Professora, 40 horas,para exercer a função de **Coordenador Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil Raio de Sol.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 223/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 223/GP/2017, DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e Artigo 6º da Lei Municipal nº. 502/2011;

RESOLVE:

Art. 1° -Concede **gratificação de 20%** (vinte por cento)**,** para a Servidora **Gildete Cardoso Santos**, matrícula nº. 6493, efetiva no Cargo de Professora, 20 horas,para exercer a função de **Coordenador Escolar da Creche Municipal Criança Feliz.**

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/03/2017 a 20/04/2017

LICITAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO TERMO DE REFERENCIA PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2017

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que esta retificando o termo de referencia do procedimento de **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 027/2017.** Cujo objeto é o *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UMA PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA (PÁ CARREGADEIRA) NOVA COM MOTOR A DIESEL CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 809076/2014/MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO/CAIXA E PROCESSO Nº 2628.1020178-64/2014/ CAIXA ECONÔMICA FEDERAL*, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

Onde se lê: Potencia líquida 130 HP**.**

Leia – sê: Potencia líquida mínima de 120 HP.

Permanecem as demais condições do Edital.

Colniza – MT, 27 de março de 2017.

Antonio Apolinário

Pregoeiro Oficial

CONTRATOS
CONTRATO Nº. 026/2017 - GENISIS ENGEHARIA E CONSULTORIA LTDA – ME

CONTRATO Nº. 026/2017

Origem: Processo Administrativo nº. 16.173/2017 e Processo Licitatório Pregão (SRP) Nº 012/2017, Processo administrativo de aquisição nº 16. 762/2017.

Partes: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT E GENISIS ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA – ME.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS COM LEVANTAMENTO GEORREFERENCIAMENTO E CONFECÇÃO DE MAPAS COM MEMORIAIS DESCRITIVOS LOTE NA ÁREA PERTENCENTE À PREFEITURA, ESTANDO ESTE DEVIDAMENTE ESPECIFICADO AO TERMO DE REFERENCIA DO PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO (SRP) Nº 012/2017.

Valor Global: R$ 189.696,00 (cento e oitenta e nove mil e seiscentos e noventa e seis reais).

Vigência: 08 (oito) meses iniciando em 09/03/2017.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 196/GP/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 196/GP/2017, DE 03 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° -Exonera **Jose Antonio de Lima Silva,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 952220 SSP/MT e CPF n° 630.188.611-91, do cargo de **Secretário Adjunto, vinculado ao Gabinete do Prefeito.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 03 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 03/03/2017 a 03/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 197/GP/2017, DE 04 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 197/GP/2017, DE 04 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° -Nomeia **Jose Antonio de Lima Silva,** portador da Carteira de Identidade RG. nº 952220 SSP/MT e CPF n° 630.188.611-91, para exercer o cargo de **Secretário Adjunto, vinculado a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 04 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 04/03/2017 a 04/04/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 192/GP/2017, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 192/GP/2017, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Municipal nº. 500/2011 e suas alterações previstas na Lei Municipal nº. 676 de 20 de janeiro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1° - Concede **gratificação de 30%** (trinta porcento) sobre o vencimento basepara a servidora pública municipal **Conceição Cameran Kopp,** matrícula nº. 16175, vinculada ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2° - Fica revogada a Portaria nº. 159/GP/2017, que **concedeu gratificação de 50%** (cinquenta por cento).

Art.3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 01 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 01/03/2017 a 30/03/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 191/GP/2017, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 191/GP/2017, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal e, na Lei Municipal nº. 500/2011 e suas alterações previstas na Lei Municipal nº. 676 de 20 de janeiro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1° - Concede **gratificação de 30%** (trinta porcento) sobre o vencimento basepara o servidor público municipal **Pedro Andrade Filho,** matrícula

nº. 16284, para o desempenho de atividades junto ao Departamento de compras da Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Fica revogada a Portaria nº. 129/GP/2017, que **concedeu gratificação de 50%** (cinquenta por cento).

Art.3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 01 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 01/03/2017 a 30/03/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 201/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 201/GP/2017, DE 15 DE MARÇO DE 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES, Prefeito Municipal de Colniza – MT, no uso de suas atribuições legais, consciente de seus deveres e com amparo no Inciso III do Artigo 80 da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1° - Concede **gratificação de 30%** (trinta por cento) sobre o vencimento base para a servidora pública municipal **Sandra Maria Barbosa da Silva,** matricula nº. 978, efetiva no Cargo de Agente de Saúde Ambiental, 40 horas, para o desempenho de atividades junto a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 01 de março de 2017, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 15 de março de 2017.

ESVANDIR ANTONIO MENDES

PREFEITO MUNICIPAL

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 15/03/2017 a 15/04/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 10/2016

Ref: Prorrogação do prazo de duração do contrato original por mais 12 meses; Vigência: 24/02/2017 a 23/02/2018; Contratado: E.V. dos Santos Comercio e Serviços da Construção EIRELI - ME; Data: 22/02/2017;

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 074/2017

DO OBJETO Aquisição de serviços de Borracharia para atender a demanda na Secretaria Municipal de Obras (FETHAB)

VIGÊNCIA: 21/03/2017 a 19/07/2017;

DO VALOR: R$ 4.504,96

DATA: Confresa, 21 de Março de 2.017;

ASSINANTES: Rônio Condão Barros Milhomem - Prefeitura Municipal de Confresa – **Contratado:** Luis Fernandes da Costa 54983770100

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO CPL Nº. 027/2017

DO OBJETO Aquisição de materiais, produtos de limpeza e utensílios para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação (salário educação);

VIGÊNCIA: 15/03/2017 a 13/07/2017;

DO VALOR: R$ 30.121,21

DATA: Confresa, 15 de Março de 2.017;

ASSINANTES: Rônio Condão Barros Milhomem - Prefeitura Municipal de Confresa – Contratado: R G da Paz EIRELI - ME;

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
TERMO DE POSSE Nº17/2017 -CONCURSO PÚBLICO 001/2015

TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO Nº. 17/2017

EMPOSSA A SERVIDORA PAMELA MICAELI DA SILVA OLIVEIRA, CONCURSO EDITAL Nº. 001/2015 E EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 01/2017.

Aos Vinte e Sete dias do mês de Março de 2017, a servidora, **Pamela Micaeli da Silva Oliveira**, inscrita na cédula de identidade RG nº. 2.540. 204-8 SSP/MT e CPF nº. 051.772.951-25 tomou posse no Concurso Público n° 01/2015 da Câmara Municipal de Confresa – MT, no cargo de **Auxiliar Legislativo**, com carga horária de 40 horas semanais e vencimento inicial de R$ 1.765,50 (mil e setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos) de acordo com Plano de Carreira da Câmara Municipal (PCCS) em cumprimento ao Edital de Convocação n° 01/2017 e Decreto Legislativo de nº 160/2017. A servidora declara que aceita as atribuições, os deveres e as responsabilidades do cargo supracitado, dizendo-se ciente dos deveres e obrigações constantes na Lei Orgânica Municipal, Regimento Interno, Leis Ordinárias, Resoluções, Decretos e Instruções Normativas que regulamentam o cargo, comprometendo – se em bem servir a Comunidade. O servidor está tomando posse para o exercício do cargo no Regime Estatutário e somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovado no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Confresa.

Pelo Senhor Presidente foi Homologado o presente Termo de Posse.

Gabinete da Presidência, Confresa – MT, 27 de Março de 2017.

Cristiano Lorscheiter Rocha Pamela Micaeli da Silva Oliveira

Presidente Auxiliar Legislativo

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2017

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedor do Pregão Presencial 21/2017, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEIS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE CARNES EMBUTIDOS E OUTROS** a Em-

presa: **RINALDO PINTO TEIXEIRA - ME**, no valor global de R$ 1.866. 952,28;

Confresa-MT, 27 de março de 2017.

Reginaldo da Silva Faria

Pregoeiro.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 159/2017 DE 23 DE MARÇO DE 2017 - NOMEACAO DE SERVIDOR PARA OCUPAR COMISSIONADO - CEZAR QUEIROZ DA SILVA

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Portaria 159/2017 de 23 de Março de 2017.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para exercer o cargo em comissão de Coordenador o Sr. CEZAR QUEIROZ DA SILVA, portador do CPF nº. 660.965.966-49

Art. 2º. Deverá o Departamento de Recursos Humanos proceder aos registros necessários referentes a presente nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,retroagindo seus efeitos desde 20/03/2017.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 23 de Março de 2017.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 66/ 2016

Ref: Prorrogação do prazo de duração do contrato original por mais 90 dias; Vigência: 22/02/2017 a 23/05/2017; Contratado: Lindomar Silva Borges - ME; Data: 20/02/2017;

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2017

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedor do Pregão Presencial 23/ 2017, cujo objeto é o Aquisição de Sistema de Ensino a ser utilizado em Processo Educacional dos Alunos da Rede Pública Municipal, incluindo Educação Infantil e Ensino Fundamental, o fornecimento de material didático, acesso e consulta via internet, assessoria técnica-pedagógica à professores e corpo técnico ligado ao Ensino Municipal, e ainda programa de avaliação a Empresa: Editora Positivo Ltda., no valor global de R$ 1.575. 708,60;

Confresa-MT, 23 de março de 2017.

Reginaldo da Silva Faria

Pregoeiro.

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedor do Pregão Presencial 22/ 2017, cujo objeto é o **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR** as Empresas: **E.V. WAGNER SERVIÇOS E TRANSPORTES - ME**, no valor global de R$ 61.456,00; **ADERSON JOSE PIRES DOS SANTOS 98869477134,** no valor global de R$ 40.000,00;

Confresa-MT, 27 de março de 2017.

Reginaldo da Silva Faria

Pregoeiro.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 65/ 2016

Ref: Prorrogação do prazo de duração do contrato original por mais 90 dias; Vigência: 22/02/2017 a 23/05/2017; Contratado: Guilherme Henrique Sandes Barbosa; Data: 20/02/2017;

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2017

A Prefeitura Municipal de Confresa-MT, por meio da **COMISSÃO PREGOEIRA**, torna público para conhecimento de todos os interessados, que se encontra-se instaurada a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo será o **MENOR PREÇO**.

DO OBJETO: Registro de Preços para possível e aquisição de materiais elétricos para iluminação pública.

DA SESSÃO DE ABERTURA: A entrega e abertura dos envelopes será realizada no dia 10 de abril de 2017, às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal de Confresa, Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Rua Mato Grosso nº 93, Centro, nesta cidade.

DA CONSULTA: O Edital e seus anexos estarão disponíveis para consulta na sala da Comissão Pregoeira na Sala de Licitações e Contratos, no endereço: Rua Mato Grosso nº 93, Centro, nesta cidade de Confresa-MT.

DA RETIRADA DO EDITAL: O Edital estará disponível para retirar no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818 ramal 33.

DAS INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Para esclarecimento de dúvidas ou informações complementares deverá ser utilizado o endereço eletrônico licitaconfresa@hotmail.com e/ou pelo telefone (66) 3564-1818 citando o nº do edital em questão.

Confresa-MT, 27 de Março de 2017.

Reginaldo da Silva Faria

Pregoeiro.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 64/ 2016

Ref: Prorrogação do prazo de duração do contrato original por mais 90 dias; Vigência: 22/02/2017 a 23/05/2017; Contratado: Naiara Suellen Fischer da Silva; Data: 20/02/2017;

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO CPL 11/ 2016

Ref: Prorrogação do prazo de duração do contrato original por mais 12 meses; Vigência: 24/02/2017 a 23/02/2018; Contratado: E.V. dos Santos Comercio e Serviços da Construção EIRELI - ME; Data: 22/02/2017;

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
DECRETO LEGISLATIVO Nº160/2017 - NOMEAÇÃO DA CANDIDATA CLASSIFICADA EM CONCURSO PÚBLICO

DECRETO LEGISLATIVO N° 160/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA CLASSIFICADA EM CADASTRO DE RESERVA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015, PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA.

O Presidente da Câmara Municipal de Confresa-MT, Sr. Cristiano Lorscheiter Rocha, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Concurso Público desta Câmara, nos termos do Edital Complementar n.º 023/2015 e no disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público n.º 001/2015, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Câmara, estabelecidos no Edital n.º 001/2015;

Considerando a homologação do mencionado concurso por meio do Decreto n.º 43/ 2015, de 15 de Dezembro de 2015;

Considerando a existência de vaga nesta Casa, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de Convocação de candidata Classificada em Cadastro de Reserva n.º 01/ 2017 e;

Considerando finalmente o disposto nas normas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Confresa, que regem o direito do trabalho;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada em caráter efetivo a candidata abaixo relacionada para exercer o respectivo cargo.

Parágrafo único. A candidata nomeada pela ordem de classificação e que atendeu os requisitos do Edital do Concurso Público é a seguinte:

Nome da Candidata	Cargo	Classificação
Pamela Micaeli da Silva Oliveira	Auxiliar Legislativo	3º lugar

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência, em 27 de Março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PREVIDENCIA
EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

O **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CONQUISTA D'OESTE – PREVI-CONQUISTA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 14.728.481/0001-60, com sede na Rua dos Oitis, neste ato representado por Hélio José Garcia Mendes, portador da Cédula de Identidade RG nº 3843125-7 SSP/SP e CPF nº 401.718.178-34, casado, residente e domiciliado em Conquista D'Oeste, Gestor do RPPS, no uso de suas atribuições legais, torna público o CREDENCIAMENTO de instituições prestadoras de serviços de gestão financeira em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, combinados com os artigos 27 a 30 e 34 a 37 da Lei nº 8.666/1993 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

1 DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem por objeto o credenciamento de Instituições Financeiras e Fundos de Investimentos que estejam autorizados, nos termos da Legislação em vigor, a atuar no Sistema Financeiro Nacional, com fiel observância das Normas que regulamentam as aplicações de recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS no Mercado Financeiro Nacional, em especial as estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e Ministério da Previdência Social – MPS.

1.2 O credenciamento de fundos de investimento, instituições administradoras e gestoras de fundos de investimento, instituições e pessoas naturais integrantes do sistema de distribuição junto ao RPPS, é requisito prévio para fins de alocação dos recursos vinculados ao RPPS, devendo observar o disposto neste ato e em seus anexos.

1.3 O objetivo da administração dos recursos financeiros do Fundo de Previdência é a maximização da rentabilidade de seus ativos, buscando constituir reservas suficientes para pagamento dos benefícios de seus participantes, levando em consideração os fatores de risco, segurança, solvência, liquidez e transparência, constituindo todos os esforços para o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial dentro dos parâmetros legais e em consonância com o estabelecido na Política Anual de Investimentos vigente do PREVI-CONQUISTA.

2 CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão ser credenciadas as instituições financeiras e fundos de investimentos devidamente autorizados a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, cuja finalidade e ramo de atuação estejam em consonância com o objeto deste Credenciamento.

2.2 A participação neste Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital.

2.3 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

a) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública;

b) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

c) Estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação, exceto quando na carteira de investimentos já existir aplicação financeira da instituição.

3 ETAPAS DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

Poderão requerer o Credenciamento junto ao RPPS quaisquer pessoas jurídicas ou naturais que atendam às condições exigidas no presente Edital, obedecidas as seguintes etapas:

3.1 PRIMEIRA ETAPA: HABILITAÇÃO

A Empresa que desejar participar do processo de credenciamento deverá apresentar os seguintes documentos:

3.1.1 Documentos Gerais:

a) Fornecer ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários;

b) Fornecer declaração na qual expressem que não efetuarão quaisquer retenções tributárias, dada a Imunidade Tributária dos Fundos Públicos de Previdência; Anexo I.

c) Apresentar declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em razão de infração grave considerada pela Autarquia ao Administrador, nos 05 (cinco) anos anteriores ao credenciamento; Anexo II.

d) Comprovação de atendimento à exigência de classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento;

e) Comprovação de filiação à ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ou ser aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento ou ao Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE.

3.1.2 Documentos Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subseqüentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembléia da última eleição da Diretoria, com os respectivos cadastros de pessoa física – CPF de seus atuais administradores;

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil e/ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

3.1.3 Documentos que Comprovem a Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade junto à Receita Federal do Brasil, por meio de Certidão Negativa de Débitos conjunta da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (Tributos Federais e Dívida Ativa da União);

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da instituição, na forma da lei, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou de Certidão de Não Contribuinte;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, por meio de Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias;

e) Prova de regularidade quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de Certidão de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

3.1.4 Documentos Referentes à Qualificação Técnica

a) Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo e que concorda com todas as condições deste Edital; Anexo III e IV.

b) Declaração da empresa informando que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras que entrarem em vigor posteriormente; Anexo V.

c) Declaração de cumprimento do artigo 7º inciso XXXIII da Constituição Federal e Lei nº 9.854/99 regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02, fornecida pela empresa e assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador; Anexo VI.

d) Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe; Anexo VII.

3.1.5 Em caso de Fundos de Investimentos:

a) Quando tratar-se de aplicação em Fundos de Investimentos, o credenciamento recairá também sobre a figura do gestor e do administrador do fundo, que deverá apresentar, além de toda a documentação solicitada neste edital:

a.1)-Histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;

a.2)-Volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como qualificação do corpo técnico e comprovação de segregação de atividades;

a.3)-Lâmina do fundo de investimento que possibilite a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

3.1.6 As Instituições Financeiras habilitadas a participar do Processo de Credenciamento poderão ser submetidas a uma série de quesitos e à apresentação de documentos relacionados às condições de segurança, rentabilidade, solvência, transparência e legalidade de sua constituição e dos produtos ofertados por elas.

3.1.6.1 Os quesitos e documentos supra mencionados serão submetidos à análise do Gestor do PREVI-CONQUISTA.

3.1.7 Será considerada não credenciada a Instituição Financeira que não apresentar quaisquer dos itens acima, ou apresentá-las com vícios, rasuras ou contrariando qualquer exigência contida neste Edital.

3.1.7.1 Adicionalmente aos documentos arrolados, deverão ser disponibilizadas pelo requerente as informações constantes do **Termo de Análise de Credenciamento de Instituição Administradora ou Gestora**, estabelecido no ANEXO VIII do presente instrumento.

3.1.8 Quando se tratar de fundos de investimento, o credenciamento previsto deverá ser realizado quanto ao gestor e ao administrador do fundo, devendo ser procedido o preenchimento do ANEXO IX para ambas as instituições.

3.1.8.1 O requerente do credenciamento deverá, ainda, disponibilizar as informações constantes do **Termo de Análise de Credenciamento de Fundo de Investimento**, estabelecido no ANEXO IX do presente instrumento, em relação a cada fundo de investimento.

3.1.9 Quando inseridas informações para fins de credenciamento de distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, nos termos do ANEXO VIII, deverá ser encaminhada cópia do contrato para distribuição e mediação do produto ofertado, além de comprovante da regularidade do agente ou instituição junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

3.1.10 Os documentos exigidos neste Edital serão apresentados em original ou cópia reprográfica autenticada.

3.1.11 Todas as certidões solicitadas deverão estar dentro de seu prazo de validade quando da apresentação do requerimento de credenciamento.

3.1.12 Apresentada a solicitação para credenciamento com toda a documentação exigida, a instituição declara, para todos os fins, a aceitação de todos os termos e condições expressos no presente Edital.

3.2 SEGUNDA ETAPA: QUALIFICAÇÃO

3.2.1 Serão habilitadas somente as instituições que atenderem integralmente o disposto no presente edital.

3.2.2 A documentação deverá ser apresentada, em 01 (uma) via, original e/ou cópia autenticada.

3.2.3 No documento em que o prazo de validade não esteja mencionado expressamente, será considerado o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua respectiva emissão.

3.2.4 Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação, estando sujeitos à verificação de autenticidade através de consulta online.

3.2.5 Os documentos de credenciamento serão analisados pelo Gestor do PREVI-CONQUISTA, que emitirá um Atestado de credenciamento (ANEXO X), e enviará à instituição credenciada por e-mail.

3.2.6. Em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos, em substituição aos documentos exigidos.

3.2.7 A aceitação dos documentos e informações da instituição requerente, a emissão de Termo de Análise de Credenciamento ou Atestado de Credenciamento não geram para o PREVI-CONQUISTA qualquer obrigação ou compromisso de realizar contratação ou alocação de recursos em veículos de investimento administrados, geridos ou distribuídos pela instituição ou agente credenciado.

4 ENTREGA DOS DOCUMENTOS

4.2 Os documentos deverão ser entregues na sede do PREVI-CONQUISTA, os quais serão protocolados, constituindo um processo administrativo;

4.3 A entrega dos documentos poderá acontecer a qualquer momento, uma vez que o credenciamento é um processo de inscrição permanentemente aberto e os julgamentos ocorrerão pelo Gestor do PREVI-CONQUISTA

5 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

5.2A Solicitação de Esclarecimentos ou Impugnação ao Edital poderá ser feita até 02 (dois) úteis da data fixada para o início do credenciamento previsto no preâmbulo, sendo que tais impugnações deverão ser manifestadas por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, na sede do RPPS.

5.3Não serão conhecidas as impugnações e os recursos meramente protelatórios ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela instituição financeira.

5.4Os recursos contra decisões do PREVI-CONQUISTA não terão efeito suspensivo. Caberá a ao Comitê de Investimento decidir sobre a petição no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

5.5O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6 DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

6.2O presente credenciamento terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de emissão do "Atestado de Credenciamento".

6.3A cada 12 (doze) meses a instituição credenciada deverá apresentar as documentações exigidas no credenciamento, para fins de atualização cadastral, devendo os mesmos serem protocolados na sede do RPPS em até 15 (quinze) dias antes do vencimento deste prazo.

6.4Os credenciados deverão manter sua regularidade fiscal e previdenciária atualizada junto ao RPPS.

7 DAS PENALIDADES

7.2Sem prejuízos das demais sanções previstas em lei, a credenciada ficará sujeita às penalidades impostas pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

8 DO DESCREDENCIAMENTO

8.2O PREVI-CONQUISTA poderá considerar descredenciado, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, a instituição ou fundo que:

a) Descumprir quaisquer das normas que regem os RPPS, bem como aos ditames da Resolução CMN nº. 3.922/2010 ou de normas emitidas pela CVM ou pelo BCB;

b) Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Regulamento de Credenciamento, ou infringir qualquer disposição contratada;

c) Descumprir quaisquer dos requisitos previstos neste instrumento;

d) Inclusão da instituição em Cadastro Nacional de Empresas Punidas, sob responsabilidade da Controladoria Geral da União – CGU, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013.

8.3Para o descredenciamento nos termos aqui previstos, será aberto processo administrativo, no qual serão assegurados à instituição interessada o contraditório e a ampla defesa.

8.4Na hipótese de descredenciamento o PREVI-CONQUISTA emitirá Termo próprio, independentemente de quaisquer sanções legais aplicáveis ao caso.

9 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.2O presente Edital e seus anexos estão disponíveis, na sede do PREVI-CONQUISTA.

9.3O credenciamento será cancelado em qualquer fase do processo seletivo, caso seja verificado o não cumprimento dos requisitos exigidos neste edital ou constatada a ocorrência de erro ou fraude na sua elaboração.

9.4Não existirá um número mínimo ou máximo de vagas para credenciamento, pois se trata da formação de um banco de credenciados para prestação de serviços para o RPPS.

9.5O credenciamento de Fundos de Investimentos e/ou Instituições Financeiras não estabelece obrigação ao PREVI-CONQUISTA em efetuar aplicação em fundo de investimentos destas instituições ou qualquer solicitação de prestação de serviços.

9.6As instituições financeiras são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes nos documentos apresentados.

9.7Toda a documentação ficará à disposição dos segurados e pensionistas para consulta.

10 ANEXOS

10.1 Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante:

a) Anexo I: Declaração de não retenções tributárias;

b) Anexo II: Declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

c) Anexo III: Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo;

d) Anexo IV: Declaração de anuência com as condições deste Edital;

e) Anexo V: Declaração de conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras posteriores;

f) Anexo VI: Declaração de cumprimento de requisitos legais

g) Anexo VII: Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe.

h) Anexo VIII: Termo de Análise de Credenciamento de Instituição Administradora ou Gestora;

i) Anexo IX: Termo de Análise de Credenciamento de Fundo de Investimento;

j) Anexo X: Atestado de credenciamento.

Conquista D'Oeste/MT, 27 de março de 2017.

Hélio José Garcia Mendes

Secretário Municipal de Administração

Gestor do RPPS

PREVIDENCIA
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS N.º 001-2017.

que fazem o Município de Conquista D' Oeste-MT e PREVI-CONQUISTA

PREÂMBULO

O **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - PREVI-CONQUISTA**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o n.º 14.728.481/0001-60, com sede administrativa na Avenida dos Oitis, nº 1200, Centro, na cidade de Conquista D' Oeste-MT, neste ato representado pelo Gestor do RPPS **HÉLIO JOSÉ GARCIA MENDES**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º **3843125-7 SSP/SP** e inscrito no CPF/MF sob o n.º 401.718.178-34, residente e domiciliado na Fazenda Vale do Sol, Zona Rural, no Município de Conquista D' Oeste - MT, doravante denominado **CONTRATANTE**, e **SOS-MEDICINA CLINICA E OCUPACIONAL LTDA – ME**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ nº 10.733.973-0001-93, com sede a Rua Pernambuco nº 937-B, Centro, em Pontes e Lacerda - MT, neste ato representada por seu sócio proprietário **FLÁVIO BRACALE,** brasileiro, casado, portador do RG

nº 0810500-6 SSP/MT e no CPF: 496.122.121-04, residente e domiciliado a Avenida Joaquim Gomes de Souza, nº 2344, Centro, em Pontes e Lacerda - MT, abaixo assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Médicos, baseado nas Leis Federais n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e n.º 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

É objeto do presente contrato a contratação de empresa da área de saúde para prestação de **serviços de perícia médica** das demandas de saúde ocupacional do Fundo Municipal de Previdência Social - Previ-Conquista, com avaliação e preenchimento de laudo médico, relatório pericial e prontuário de atendimento médico-pericial, para concessão de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e reavaliação de aposentadoria por invalidez aos funcionários vinculados e encaminhados pela Contratante.

CLÁUSULA SEGUNDA

DOS FUNDAMENTOS LEGAIS

O presente contrato é celebrado com base na Lei n.º 8666/93, dispensado de licitação em razão de seu valor conforme disposto no inciso II de seu Art. 24.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS SERVIÇOS

Faz parte do presente contrato a prestação dos serviços de perícia médica das demandas de saúde ocupacional do Fundo Municipal de Previdência Social – Previ-Conquista, aos servidores municipais vinculados, para concessão de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e reavaliação de aposentadoria por invalidez quando necessário, com preenchimento de laudo médico, relatório pericial e prontuário de atendimento médico-pericial fornecidos pelo Previ-Conquista, nos modelos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE/MT.

CLÁUSULA QUARTA

DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os médicos associados ou contratados da CONTRATADA prestarão serviços em consultórios profissionais próprios dentro do perímetro urbano do Município de Pontes e Lacerda - MT, em dias e horário comercial conforme necessidade da CONTRATANTE.

Parágrafo Único - As eventuais substituições do responsável pela prestação dos serviços aqui contratados deverão ser imediatamente comunicadas, por escrito, à CONTRATANTE, que analisará a conveniência ou não de manter os serviços ora contratados, podendo a mesma rever as condições deste Instrumento, para adequá-lo ao interesse público.

CLÁUSULA QUINTA

DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE acompanhará a execução do presente Contrato, avaliando a CONTRATADA através do Previ-Conquista, utilizando-se de procedimentos de supervisão indireta ou local, observando o cumprimento das Cláusulas e Condições estabelecidas neste Instrumento, bem como verificando o movimento das internações e de quaisquer outros dados pertinentes ao controle e avaliação dos serviços prestados e sob critérios definidos em normatização complementar, e ainda em casos específicos, determinar auditoria especializada.

5.2 A fiscalização do CONTRATO ficará a cargo da servidora MAYLA CLICIA DA SILVA FARIAS, Assistente Administrativo, portadora da cédula de identidade nº 25343521 expedida pela SEJSP/MT e do CPF nº 386.026. 898-88, lotada na Secretaria de Administração, nomeada através da Portaria 59/2017.

5.3 A fiscalização da execução dos serviços será exercida pela servidora nomeada na cláusula anterior, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do objeto do presente contrato. (art. 67 da Lei nº 8.666/93).

5.4 A CONTRATADA facilitará à CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos servidores da CONTRATANTE, designados para tal.

CLÁUSULA SEXTA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATANTE se obriga a:

I - fornecer ao beneficiário o ofício de encaminhamento, a fim de que o mesmo possa se valer dos serviços junto a CONTRATADA, a qual será apresentado na ocasião do atendimento;

II - pagar os serviços prestados nas formas e condições ajustadas neste instrumento;

III - informar previamente a CONTRATADA sobre toda e qualquer anormalidade e/ou mudança do sistema que possa influir no atendimento aos beneficiários;

IV - zelar para que os serviços ora contratados sejam executados com diligência e perfeição, cumprindo rigorosamente o estabelecido neste contrato, sem que, com isso, interfira na relação médico-paciente, bem como na conduta diagnóstica e/ou na proposta terapêutica adotadas pela CONTRATADA, desde que consentâneos com a ética e o saber científico preconizado na atualidade;

V - zelar para que a CONTRATADA atenda o beneficiário do Previ-Conquista dentro das normas impostas pelo exercício da profissão.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a:

I - atender aos beneficiários do Previ-Conquista, encaminhados pelo Contratante, com observância de suas necessidades, privilegiando os casos de emergência e/ou urgência;

II - atender os beneficiários do Previ-Conquista, encaminhados pelo Contratante, de acordo com as normas gerais editadas pelo Ministério da Saúde, Agência Nacional de Saúde Suplementar e Conselho Federal de Medicina;

III - observar com rigor os preceitos éticos editados pelo Conselho Federal de Medicina e constantes do Código de Ética Médica;

IV - notificar, por escrito, a CONTRATANTE sobre, eventual alteração no seu quadro de profissionais, bem como de sua razão social ou de seu controle acionário e de mudança em sua diretoria, contrato ou estatuto, enviando a CONTRATANTE, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de registro da alteração, cópia autenticada da Certidão da Junta Comercial e do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

V – Encaminhar as Notas Fiscais dos serviços prestados ao Previ-Conquista até o quinto dia útil do mês subseqüente a prestação dos serviços.

CLÁUSULA OITAVA

DO VALOR

O valor estimado deste contrato é de R$ 6.880,00.

O valor mensal estimado para este contrato se baseará nos serviços médicos de perícia efetivamente prestados pela CONTRATADA, obedecidos aos limites fixados pela CONTRATANTE, assim estabelecidos:

I. Atendimento Médico Especializado em Perícia para concessão de auxílio-doença, aposentadoria por invalidez e reavaliação de aposentado-

ria por invalidez, autorizados pela CONTRATANTE, através de Guia de Consulta, estabelecendo o valor unitário de R$ 160,00.

CLÁUSULA NONA

DA FORMA DE PAGAMENTO

o pagamento dos valores a que se refere à CLÁUSULA anterior será efetuado até o décimo dia útil ao mês subseqüente a prestação dos serviços, de acordo com a emissão e apresentação de Nota Fiscal, emitida pela CONTRATADA, em favor da CONTRATANTE, devidamente acompanhada de relação nominal e respectiva diagnósticos dos pacientes atendidos.

Caso haja atraso no pagamento das faturas, superior a 90 (noventa) dias, poderá a CONTRATADA suspender o atendimento, podendo esta suspensão perdurar até a regularização dos pagamentos pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA PRODUTIVIDADE

Os valores fixados na Cláusula Sétima não implicam em nenhuma previsão de crédito em favor da CONTRATADA, que somente fará jus aos valores correspondentes aos serviços previamente autorizados pela CONTRATANTE e efetivamente prestados pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA será responsabilizada judicialmente pelos danos causados aos beneficiários, ao Previ-Conquista e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticados por seus profissionais ou prepostos.

Parágrafo Único - O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato pelo Previ-Conquista não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DO CORPO CLÍNICO

Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do Corpo Clínico do estabelecimento da CONTRATADA;

Parágrafo Único - Para os efeitos deste contrato, considera-se profissional do Corpo Clínico do estabelecimento da CONTRATADA, o profissional da respectiva empresa ou contratado pela mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DA PROIBIÇÃO

Fica expressamente vedada a cobrança, pela CONTRATADA, de qualquer verba ou adicional, seja a que título for, dos pacientes encaminhados pela CONTRATANTE, sob pena de imediata rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS PENALIDADES

A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções administrativas, previstas na legislação em vigor:

I - Advertência escrita;

II - Suspensão temporária dos encaminhamentos de beneficiários às consultas;

III - Rescisão do Contrato;

Parágrafo Único - A imposição das penalidades previstas nesta cláusula, dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstância objetivas em que ele ocorreu, através de auditoria ou inspeção, dela notificando-se a CONTRATADA, assegurando-lhe ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DA VIGENCIA

O prazo de vigência deste contrato é até 21/06/2017 com início na data de sua assinatura**,** podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, representada pela Gestora do PREVI-CONQUISTA, nos termos do artigo 57, inciso II, da Lei 8666/93 e alterações.

Parágrafo único - A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre o interesse ou não na prorrogação deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

DA DOTAÇÃO

Para fazer face ao pagamento das despesas decorrentes deste contrato, a CONTRATANTE utilizar-se-á da seguinte dotação do orçamento vigente:

03	Secretaria de Administração
005	Previ-Conquista - Fundo Mun. de Previdência Social
09.122.0009.2010	Manut. Ativ. Essenc. e Enc. com a Previ-Conquista
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

DA RESCISÃO

Constituem motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento de quaisquer de suas cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referentes a Licitações e Contratos Administrativos;

§ 1º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente à Licitação e Contratos Administrativos;

§ 2º - Qualquer alteração ou modificação que importe em redução do quadro de profissionais, diminuindo a capacidade operativa da CONTRATADA, poderá ensejar a rescisão do presente Instrumento;

§ 3º - Os Contraentes têm o direito a denunciar deste Contrato mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias ficando, contudo, a CONTRATADA responsável pelo paciente sob seus cuidados até a efetivação de sua alta.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Pontes e Lacerda - MT, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas oriundas deste Contrato, que não puderem ser resolvidas pelas partes e pelo “Conselho Municipal de Saúde”.

E, por estarem justos acertados e de comum acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas signatárias.

Conquista D’ Oeste – MT, 03 de março de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - PREVI-CONQUISTA

CNPJ/MF N.º 14.728.481/0001-60

CONTRATANTE

HÉLIO JOSÉ GARCIA MENDES

Gestor do RPPS

SOS – MEDICINA CLINICA E OCUPACIONAL LTDA - ME

CNPJ n.º 10.733.973-0001/93

CONTRATADO

FLÁVIO BRACALE

Sócio Representante

TESTEMUNHAS:

_____ Marcelo Faustino de Oliveira

_____ Mayla Clicia da Silva Farias

CPF: 170.390.938-04 CPF: 386.026.898-88

PREVIDENCIA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N. 001/2017.

O **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CONQUISTA D'OESTE – PREVI-CONQUISTA**, com sede na Rua dos Oitis, nº 1.200, Centro, Conquista D'Oeste, torna público o presente edital para CREDENCIAMENTO de instituições financeiras, conforme autorização do Representante Legal do RPPS, pelo que segue:

FINALIDADE: prestação dos serviços de gestão financeira em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, com observância às condições estabelecidas neste Edital.

ABERTURA: às 07:00 horas do dia 28 de março de 2017.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO e os seus anexos poderão ser retirados na sede do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE CONQUISTA D'OESTE – PREVI-CONQUISTA a partir do dia 28 de março de 2017, das 07:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas. Para maiores informações entrar em contato telefônico através do número (65) 3265-1000

Conquista D'Oeste/MT, 27 de março de 2017.

Hélio José Garcia Mendes

Secretário Municipal de Administração

Gestor do RPPS

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 014/2017

JAIR KLASNER, PREFEITO DO MUNICIPIO DE COTRIGUAÇU, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 37, item II da Constituição Federal, e o disposto no artigo 24 da Lei Municipal nº 019/2005.

C O N V O C A:

Os abaixo relacionados, aprovados em Concurso Público 001/2016, que deverão comparecer no prazo de 30 (Trinta) dias, à contar desta data, na Prefeitura Municipal, no horário de 7:00h às 11:00h e das 13:00h as 17:00h, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei.

O não comparecimento do(a) interessado(a) no prazo de 30 (trinta) dias, à partir desta data, e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado(a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cotriguaçu – MT, em 27 de Março de 2017.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

DOS CONVOCADOS

Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO/CENTRO

LAUDINEI DOERNER

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

Fotocópia autenticada da certidão de nascimento ou casamento ou averbações, se houver;

Fotocópia autenticada da certidão de nascimento dos filhos, se tiver;

Fotocópia autenticada da Cédula de Identidade e CPF;

Cópia da Carteira de Trabalho e do Cartão de Cadastramento no PIS/PASEP;

Fotocópia autenticada do Título de Eleitor com o comprovante de votação na última eleição;

Fotocópia autenticada do Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa (se do sexo masculino);

Certidão Negativa Civil e Criminal; (retirar no Fórum ou no Site http://www.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegativa/) Declaração de que nunca foi demitido do serviço público por justa causa; (prefeitura fornece modelo)

Fotocópia autenticada do comprovante de Escolaridade exigido para o exercício do cargo e Registro no Órgão Competente.

Declaração de Bens e Direitos; (prefeitura fornece modelo da declaração);

Declaração de não acumulo ilegal de cargo; (prefeitura tem o modelo)

Fotocópia autenticada da CHN exigido para o exercício do cargo (quando necessário)

*Após a apresentação dos documentos relacionados, a prefeitura fará o agendamento para avaliação médica e psicológica.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 007/2017

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADA: DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA

CNPJ Nº 01.016.616/0001-13

OBJETO: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO ZERO KM AUTOMOTIVO, EM CARATER DE URGENCIA, PARA SER UTILIZADO NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CURVELÂNDIA – MT.

VALOR: R$ 39.000,00 (Trinta e Nove Mil Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 31/12/2017.

DATA DE ASSINATURA: 20/03/2017.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA, Sra. MARILETE CAMARGO GUSSON – Gerente Financeira, e Sr. FORTUNATO MOISÉS DE SOUZA - Gerente Administrativo.

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2017

A Prefeitura Municipal de Curvelândia-MT, através do Pregoeiro Oficial, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado Pregão Presencial nº 001/2017, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de medicamentos da REMUME – Relação Municipal de Medicamentos, para farmácia básica, cujo certame teve como vencedora a empresa: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELIME, inscrita no CNPJ: 03.250.803/0001-92, para os itens: 04 R$ 0,697; 07 R$ 0,957; 08 R$ 4,73; 13 R$ 0,057; 18 R$ 2,02; 45 R$ 0,32; 57 R$ 2,07; 63 R$ 0,094; 77 R$ 0,876; 78 R$ 0,11; 82 R$ 0,038; 92 R$ 0,42; 96 R$ 1,42; 110 R$ 0,15; 111 R$ 0,25; 113 R$ 1,52; 129 R$ 1,80; 143 R$ 0,28; 152 R$ 2,36; 154 R$ 0,12; 165 R$ 0,61; 172 R$ 1,76; 185 R$ 4,50; 187 R$ 0,80; 190 R$ 0,74; 195 R$ 5,82; 204 R$ 0,49; 213 R$ 1,44; 220 R$ 1,032; 221 R$ 0,14; 225 R$ 0,34, perfazendo o valor total do pregão em R$ 74. 838,50 (setenta e quatro mil e oitocentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), os demais itens foram desertos ou desclassificados pelo preço acima do estimado.

Curvelândia-MT, 27 de março de 2017.

Gustavo Alves do Carmo

Pregoeiro

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO Nº 007/2017 - ADESÃO Nº 002/2017 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2016 - PREGÃO ELETRONICO Nº 073/2016

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO N° 007/2017

ADESÃO Nº 002/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2016 DO PREGÃO ELETRONICO Nº 073/2016

HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: ADESÃO Nº 002/2017 À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2016 DO PREGÃO ELETRONICO Nº 073/2016 PARA AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE CURVELÂNDIA-MT. O Prefeito Municipal de CURVELÂNDIA – MT, no uso das atribuições e com fundamento nas leis 10.520/2001, 8.666/93 e Decreto Federal Nº 7.892/13, e manifestação positiva através de parecer da procuradoria jurídica deste Município, resolve, **HOMOLOGAR** Adesão a Ata de Registro de Preços na condição "CARONA" que consiste na **Aquisição de 03 (Três) Impressoras Multifuncional Laser Brother DCP L5652dn, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Educação e de Saúde do Município de Curvelândia - MT, OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2016 DO PREGÃO ELETRONICO Nº 073/2016 do Município de Cáceres - MT,** tendo como vencedora a Empresa MMC EQUIPAMENTOS REPROGRAFICOS LTDA - EPP – CNPJ Nº 03.885.780/0001-92. Determino que sejam adotadas as medidas cabíveis para a contratação da referida empresa. Curvelândia - MT, 27 de Março de 2017. **SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

GABINETE
RREO – ANEXO 5 (LRF, ART 53, INCISO III)

Município de DIAMANTINO - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	18.895.013,90	18.120.905,88	18.090.905,88
DEDUÇÕES (II)	18.871.430,68	6.898.792,75	5.479.707,16
Disponibilidade de Caixa Bruta	-23.583,22	6.944.480,91	5.563.462,67
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	23.583,22	45.688,16	83.755,51
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	18.895.013,90	11.222.113,13	12.611.198,72
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-18.871.430,68	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV – V)	**12.548.819,24**	**11.222.113,13**	**12.611.198,72**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2016 (C - A)
VALOR	**1.389.085,59**	**62.379,48**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 31 Ago 2016 (B)	Em 31 Out 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX – X)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

DIAMANTINO, 24/11/2016

DALVA VIEIRA DE BARROS	OSANIR FERREIRA NASCIMENTO	JUVIANO LINCOLN
Contadora CRC-MT 003 039 0-1	Sec Munic de Finanças	Prefeito Municipal

DALVA - RUA DES. J.P.F.MENDES,2341

GABINETE
RREO - ANEXO 1 (LRF, ART. 52, INCISO I, ALÍNEAS "A" E "B" DO INCISO II E § 1º)

Município de DIAMANTINO - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	**69.062.363,53**	**69.062.363,53**	**11.965.021,32**	**17,32**	**63.700.400,31**	**92,24**	**5.361.963,22**
RECEITAS CORRENTES	**58.941.835,54**	**58.941.835,54**	**11.779.232,98**	**19,98**	**61.838.072,24**	**104,91**	**-2.896.236,70**
RECEITA TRIBUTARIA	6.991.859,68	6.991.859,68	1.757.515,70	25,14	8.856.760,48	126,67	-1.864.900,80
IMPOSTOS	6.405.067,68	6.405.067,68	1.694.726,70	26,46	7.719.709,98	120,53	-1.314.642,30
TAXAS	586.792,00	586.792,00	62.789,00	10,70	1.137.050,50	193,77	-550.258,50
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	820.112,81	820.112,81	305.159,98	37,21	1.045.735,05	127,51	-225.622,24
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	820.112,81	820.112,81	305.159,98	37,21	1.045.735,05	127,51	-225.622,24
RECEITA PATRIMONIAL	402.000,00	402.000,00	104.892,54	26,09	661.254,48	164,49	-259.254,48
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	402.000,00	402.000,00	104.892,54	26,09	661.254,48	164,49	-259.254,48
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	48.556.988,05	48.556.988,05	9.398.555,14	19,36	49.134.894,45	101,19	-577.906,40
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	47.716.988,05	47.716.988,05	9.301.810,14	19,49	48.457.442,22	101,55	-740.454,17
TRANSF. DE CONV.	840.000,00	840.000,00	96.745,00	11,52	677.452,23	80,65	162.547,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.170.875,00	2.170.875,00	213.109,62	9,82	2.139.427,78	98,55	31.447,22
MULTAS E JUROS DE MORA	248.680,00	248.680,00	25.375,03	10,20	83.662,59	33,64	165.017,41
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	725.210,00	725.210,00	85.413,32	11,78	266.321,72	36,72	458.888,28
RECEITAS DIVERSAS	1.196.985,00	1.196.985,00	102.321,27	8,55	1.789.443,47	149,50	-592.458,47
RECEITAS DE CAPITAL	**10.120.527,99**	**10.120.527,99**	**185.788,34**	**1,84**	**1.862.328,07**	**18,40**	**8.258.199,92**
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	10.120.527,99	10.120.527,99	185.788,34	1,84	1.862.328,07	18,40	8.258.199,92
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	10.120.527,99	10.120.527,99	185.788,34	1,84	1.862.328,07	18,40	8.258.199,92
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	**69.062.363,53**	**69.062.363,53**	**11.965.021,32**	**17,32**	**63.700.400,31**	**92,24**	**5.361.963,22**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

DALVA - RUA DES. J.P.F.MENDES,2341

Município de DIAMANTINO - MT

Continuação 2/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	**69.062.363,53**	**69.062.363,53**	**11.965.021,32**	**17,32**	**63.700.400,31**	**92,24**	**5.361.963,22**
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	69.062.363,53	69.062.363,53	11.965.021,32	17,32	63.700.400,31	92,24	5.361.963,22
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	4.159.884,60	—	—	3.644.867,15	—	—
Superávit Financeiro	—	4.159.884,60	—	—	3.644.867,15	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	**65.747.026,53**	**70.556.911,13**	**11.701.861,01**	**64.219.241,05**	**6.337.670,08**	**12.769.160,17**	**58.177.184,77**	**12.379.726,36**	**58.115.809,76**
DESPESAS CORRENTES	**57.883.374,62**	**62.354.450,22**	**11.216.356,55**	**57.895.375,48**	**4.459.074,74**	**12.013.957,41**	**54.195.549,16**	**8.158.901,06**	**54.134.174,15**
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	32.619.596,78	35.905.417,29	6.829.060,11	33.488.392,98	2.417.024,31	6.787.346,57	32.784.304,90	3.121.112,39	32.722.929,89
JUROS E ENCARDGS DA DÍVIDA	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	25.243.777,84	26.449.032,93	4.387.296,44	24.406.982,50	2.042.050,43	5.226.610,84	21.411.244,26	5.037.788,67	21.411.244,26
DESPESAS DE CAPITAL	**6.920.340,00**	**7.259.149,00**	**485.504,46**	**6.323.865,57**	**935.283,43**	**755.202,76**	**3.981.635,61**	**3.277.513,39**	**3.981.635,61**
INVESTIMENTOS	5.424.140,00	5.766.949,00	485.504,46	5.489.757,55	277.191,45	725.202,76	3.177.527,59	2.589.421,41	3.177.527,59
AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	1.496.200,00	1.492.200,00	0,00	834.108,02	658.091,98	30.000,00	804.108,02	688.091,98	804.108,02
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	**943.311,91**	**943.311,91**	**0,00**	**0,00**	**943.311,91**	**0,00**	**0,00**	**943.311,91**	**0,00**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	943.311,91	943.311,91	0,00	0,00	943.311,91	0,00	0,00	943.311,91	0,00
RESERVA DO RPPS	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	**65.747.026,53**	**70.556.911,13**	**11.701.861,01**	**64.219.241,05**	**6.337.670,08**	**12.769.160,17**	**58.177.184,77**	**12.379.726,36**	**58.115.809,76**
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

DALVA - RUA DES. J.P.F.MENDES,2341

Município de DIAMANTINO - MT

Continuação 3/3

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	**65.747.026,53**	**70.556.911,13**	**11.701.861,01**	**64.219.241,05**	**6.337.670,08**	**12.769.160,17**	**58.177.184,77**	**12.379.726,36**	**58.115.809,76**
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	5.523.215,54	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	65.747.026,53	70.556.911,13	11.701.861,01	64.219.241,05	—	12.769.160,17	63.700.400,31	—	58.115.809,76

FONTE:

DIAMANTINO, 24/11/2016

DALVA VIEIRA DE BARROS	OSANIR FERREIRA NASCIMENTO	JUVIANO LINCOLN
Contadora CRC-MT 003 039 0-1	Sec Munic de Finanças	Prefeito Municipal

DALVA - RUA DES. J.P.F.MENDES,2341

GABINETE
RREO - ANEXO 6 (LRF, ART 53, INCISO III)

Município de DIAMANTINO - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**58.539.835,54**	**61.176.817,76**	**53.095.807,97**
Receita Tributária	6.991.859,68	8.856.760,48	8.122.465,96
I.P.T.U.	487.844,65	692.877,97	463.819,08
I.S.S.	3.155.541,21	4.251.828,37	2.880.735,68
I.T.B.I.	1.394.337,05	1.245.021,34	2.549.157,82
I.R.R.F.	1.367.344,77	1.529.982,30	1.178.997,03
Outras Receitas Tributárias	586.792,00	1.137.050,50	1.049.756,35
Receita de Contribuição	820.112,81	1.045.735,05	950.262,79
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	820.112,81	1.045.735,05	950.262,79
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	402.000,00	661.254,48	559.194,59
(-) Aplicações Financeiras	402.000,00	661.254,48	559.194,59
Transferências Correntes	48.556.988,05	49.134.894,45	41.848.337,97
F.P.M.	9.488.301,15	7.773.509,26	7.553.823,73
I.P.V.A	1.194.150,95	1.391.860,36	1.257.797,22
I.C.M.S.	19.192.387,63	19.084.650,82	17.139.084,39
Convênios	840.000,00	677.452,23	831.631,87
Outras Transferências Correntes	17.842.148,32	20.207.421,78	15.066.000,76
Demais Receitas Correntes	2.170.875,00	2.139.427,78	2.174.741,25
Dívida Ativa	725.210,00	266.321,72	342.509,66
Diversas Receitas Correntes	1.445.665,00	1.873.106,06	1.832.231,59
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**10.120.527,99**	**1.862.328,07**	**552.444,00**
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	10.120.527,99	1.862.328,07	552.444,00
Convênios	10.120.527,99	1.862.328,07	552.444,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**10.120.527,99**	**1.862.328,07**	**552.444,00**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**68.660.363,53**	**63.039.145,83**	**53.648.251,97**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**62.354.450,22**	**57.895.375,48**	**48.209.577,92**	**54.195.549,16**	**45.133.870,65**
Pessoal e Encargos Sociais	35.905.417,29	33.488.392,98	28.160.678,55	32.784.304,90	27.986.860,92
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	26.449.032,93	24.406.982,50	20.048.899,37	21.411.244,26	17.147.009,73
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	**62.354.450,22**	**57.895.375,48**	**48.209.577,92**	**54.195.549,16**	**45.133.870,65**
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	**7.259.149,00**	**6.323.865,57**	**6.014.588,57**	**3.981.635,61**	**3.650.942,11**
Investimentos	5.766.949,00	5.489.757,55	5.529.102,66	3.177.527,59	3.165.456,20
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.492.200,00	834.108,02	485.485,91	804.108,02	485.485,91
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	**5.766.949,00**	**5.489.757,55**	**5.529.102,66**	**3.177.527,59**	**3.165.456,20**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	**943.311,91**	**-**	**-**	**-**	**-**
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**69.064.711,13**	**63.385.133,03**	**53.738.680,58**	**57.373.076,75**	**48.299.326,85**

DALVA - RUA DES. J.P.F.MENDES,2341

Município de DIAMANTINO - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-404.347,60**	**-345.987,20**	**-90.428,61**	**5.666.069,08**	**5.348.925,12**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**-**	**3.644.867,15**	**0,00**
Superávit Financeiro	-	-	-	3.644.867,15	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	**0,00**

DIAMANTINO, 24/11/2016

DALVA VIEIRA DE BARROS	OSANIR FERREIRA NASCIMENTO	JUVIANO LINCOLN
Contadora CRC-MT 003 039 0-1	Sec Munic de Finanças	Prefeito Municipal

DALVA - RUA DES. J.P.F.MENDES,2341

GABINETE
LEI Nº 1.149/2017

Dispõe sobre a obrigatoriedade de hastear as bandeiras do Brasil, do Estado de Mato Grosso e do Município de Diamantino e cantar o Hino Nacional Brasileiro em todas as escolas municipais e particulares de Diamantino e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Faz saber que ela aprovou e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam obrigadas, por força da presente Lei, as escolas municipais e particulares estabelecidas no município de Diamantino o hasteamento das bandeiras do Brasil, do Estado de Mato Grosso e do município de Diamantino, bem como a execução do Hino Nacional Brasileiro.

Art. 2º - A cerimônia será um ato cívico, realizado uma vez por semana, antes do início das aulas e deverá ter a presença de todos os alunos do Ensino Fundamental, Ensino Médio, funcionários e professores da unidade escolar.

Parágrafo Único – Nos casos em que a escola dê preferência a determinado dia da semana para realização do ato cívico e coincidir com feriado, a cerimônia deverá acontecer no primeiro dia útil seguinte.

Art. 3º - As escolas deverão providenciar local próprio para hasteamento da bandeira.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Diamantino/MT, 20 de Março de 2017.

Eduardo Capistrano de Oliveira

Prefeito Municipal

GABINETE
RREO – ANEXO 3 (LRF, ART. 53, INCISO I)

Município de DIAMANTINO - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
NOVEMBRO/2015 A OUTUBRO/2016
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2016
	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	Mai/2016	Jun/2016	Jul/2016	Ago/2016	Set/2016	Out/2016	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	**6.461.862,05**	**8.690.244,02**	**7.612.661,28**	**5.781.501,85**	**5.749.341,02**	**6.592.635,11**	**8.064.380,58**	**9.078.732,25**	**7.008.561,95**	**6.014.619,54**	**5.728.740,32**	**7.726.828,26**	**84.510.108,23**	**66.833.798,66**
RECEITA TRIBUTARIA	613.393,44	1.895.595,98	686.463,15	973.483,75	833.527,43	974.743,97	675.328,20	1.068.773,85	988.068,39	898.856,04	993.409,63	764.106,07	11.365.749,90	6.991.859,68
I.P.T.U.	6.711,57	10.083,09	4.583,47	912,57	432,22	412,48	52.269,13	374.931,40	92.356,12	93.788,78	36.513,69	36.678,11	709.672,63	487.844,65
I.R.R.F	113.986,43	152.205,83	196.716,96	137.546,42	149.668,12	137.853,94	158.155,53	132.935,56	145.129,06	165.766,09	151.103,96	155.106,66	1.796.174,56	1.367.344,77
I.S.S.	389.408,31	543.317,48	255.689,63	295.989,12	452.868,11	496.051,81	407.230,43	369.589,50	663.360,87	483.342,96	392.804,34	434.901,60	5.184.554,16	3.155.541,21
I.T.B.I.	88.666,63	1.164.655,27	52.462,56	9.278,50	172.084,33	304.619,22	26.596,55	34.658,56	40.625,54	117.077,74	379.260,61	108.357,73	2.498.343,24	1.394.337,05
Outras Receitas Tributárias	14.620,50	25.334,31	177.010,53	529.757,14	58.474,65	35.806,52	31.076,56	156.658,83	46.596,80	38.880,47	33.727,03	29.061,97	1.177.005,31	586.792,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	99.421,63	87.855,25	115.750,03	97.935,33	100.348,55	0,00	204.145,75	117.248,90	105.146,51	0,00	0,00	305.159,98	1.233.011,93	820.112,81
RECEITA PATRIMONIAL	50.687,39	83.031,74	60.883,03	64.996,28	73.981,00	63.932,67	73.537,02	77.804,71	74.798,41	66.428,82	53.462,96	51.429,58	794.973,61	402.000,00
RECEITA INDÚSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	5.045.476,79	6.574.062,06	6.705.084,40	4.505.796,06	4.676.471,59	5.503.229,53	7.060.137,60	6.382.558,36	5.764.678,16	4.981.977,93	4.553.808,39	6.521.082,35	68.274.363,22	56.448.951,17
Cota-Parte do F.P.M.	910.409,70	1.539.442,76	991.827,50	1.241.095,73	753.114,62	895.291,53	1.190.521,65	983.563,74	1.090.641,60	884.336,96	719.142,63	872.963,65	12.072.352,07	11.860.376,44
Cota-Parte do I.C.M.S.	2.025.292,80	2.847.342,12	3.779.386,43	1.834.963,45	2.193.870,96	2.367.784,01	2.291.916,06	2.712.605,80	2.474.403,21	1.930.588,44	2.270.961,99	1.999.332,94	28.728.448,21	23.990.484,54
Cota-Parte do I.P.V.A.	31.836,78	52.163,81	100.575,93	164.322,86	253.861,14	265.828,17	300.760,54	193.530,94	168.391,53	149.186,41	79.412,05	63.955,39	1.823.825,55	1.492.688,69
Cota-Parte do ITR.	224.349,43	213.970,60	141.065,46	20.014,22	54.391,76	13.898,86	18.852,37	32.063,93	17.976,03	9.024,65	96.798,05	2.257.436,36	3.099.841,72	1.975.675,90
Outras Transferências Correntes	1.252.094,58	1.164.554,18	755.506,73	523.981,75	781.681,70	1.259.089,70	2.452.111,31	1.885.571,51	1.291.266,46	1.340.141,06	777.307,82	758.639,46	14.241.946,26	8.896.774,49
Transferências da LC 61/1989	15.592,44	0,00	0,00	84.475,23	13.519,76	12.821,66	15.963,27	9.580,90	11.971,58	0,00	0,00	37.636,28	201.561,12	200.397,99
Transferências da LC 87/1996	11.053,53	11.053,53	10.837,98	10.837,98	10.837,98	10.837,98	10.837,98	17,81	10.837,98	10.837,98	10.837,98	10.820,17	119.648,88	140.590,00
Transferências do FUNDEB	574.847,53	745.535,06	925.884,37	626.104,84	615.193,67	677.677,62	779.174,42	565.623,73	699.189,77	657.862,43	599.347,87	520.298,10	7.986.739,41	7.891.963,12
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	652.882,80	49.698,99	44.480,67	139.290,43	65.012,45	50.728,94	51.232,01	1.432.346,43	75.870,48	67.356,75	128.059,34	85.050,28	2.842.009,57	2.170.875,00
DEDUÇÕES (II)	**640.588,34**	**834.279,22**	**1.004.738,54**	**654.246,73**	**653.215,18**	**710.728,00**	**762.577,59**	**784.352,77**	**676.940,72**	**596.794,79**	**635.430,44**	**1.040.905,16**	**8.994.797,48**	**7.891.963,12**
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	640.588,34	834.279,22	1.004.738,54	654.246,73	653.215,18	710.728,00	762.577,59	784.352,77	676.940,72	596.794,79	635.430,44	1.040.905,16	8.994.797,48	7.891.963,12
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	**5.821.273,71**	**7.855.964,80**	**6.607.922,74**	**5.127.255,12**	**5.096.125,84**	**5.881.907,11**	**7.301.802,99**	**8.294.379,48**	**6.331.621,23**	**5.417.824,75**	**5.093.309,88**	**6.685.923,10**	**75.515.310,75**	**58.941.835,54**

FONTE:

DIAMANTINO, 24/11/2016

DALVA VIEIRA DE BARROS	OSANIR FERREIRA NASCIMENTO	JUVIANO LINCOLN
Contadora CRC-MT 003 039 0-1	Sec Munic de Finanças	Prefeito Municipal

DALVA - RUA DES. J.P.F.MENDES,2341

GABINETE
RREO - ANEXO 8 (LDB, ART. 72)

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72) — R$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.371.214,77	1.371.214,77	1.536.430,22	112,05
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.350,00	1.350,00	1.663,31	123,21
1.1.1- IPTU	_	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.350,00	1.350,00	1.663,31	123,21
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	_	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	_	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	_	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	70,00	70,00	1.506,32	2.151,89
1.2.1- ITBI	_	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	30,00	30,00	1.506,32	5.021,07
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	10,00	10,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	30,00	30,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	_	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.450,00	2.450,00	3.278,29	133,81
1.3.1- ISS	_	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	2.450,00	2.450,00	3.278,29	133,81
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	_	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	_	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	_	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.367.344,77	1.367.344,77	1.529.982,30	111,89
1.4.1- IRRF	1.367.344,77	1.367.344,77	1.529.982,30	111,89
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	_	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	_	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	_	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	_	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	_	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	_	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	_	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	_	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	_	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	_	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	39.459.815,57	39.459.815,57	37.977.201,37	96,24
2.1- Cota-Parte FPM	11.860.376,44	11.860.376,44	9.622.499,61	81,13
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.860.376,44	11.860.376,44	9.622.499,61	81,13
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	_	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	_	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	23.990.484,54	23.990.484,54	23.855.813,29	99,44
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	140.590,00	140.590,00	97.541,82	69,38
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	_	0,00	0,00	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	1.975.675,90	1.975.675,90	2.661.521,69	134,71
2.6- Cota-Parte IPVA	1.492.688,69	1.492.688,69	1.739.824,96	116,56
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	_	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	40.831.030,34	40.831.030,34	39.513.631,59	96,77

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	_	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	870.719,20	870.719,20	836.451,18	96,06
5.1- Transferências do Salário-Educação	389.490,20	389.490,20	435.006,01	111,69
5.2- Transferências Diretas - PDDE	450,00	450,00	1.590,00	353,33
5.3- Transferências Diretas - PNAE	348.588,00	348.588,00	289.754,80	83,12
5.4- Transferências Diretas - PNATE	110.191,00	110.191,00	110.100,37	99,92
5.5- Outras Transferências do FNDE	22.000,00	22.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	_	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	800.000,00	800.000,00	895.397,61	111,92
6.1- Transferências de Convênios	800.000,00	800.000,00	895.397,61	111,92
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	_	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	_	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	212.712,29	212.712,29	1.480.803,36	696,15
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.883.431,49	1.883.431,49	3.212.652,15	170,57

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	7.891.963,12	7.891.963,12	7.519.929,92	95,29
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.372.075,29	2.372.075,29	1.848.990,35	77,95
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	4.798.096,91	4.798.096,91	4.771.162,47	99,44
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	28.118,00	28.118,00	19.508,31	69,38
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	_	0,00	0,00	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	395.135,18	395.135,18	532.304,19	134,71
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	298.537,74	298.537,74	347.964,60	116,56
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	_	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	_	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	_	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-7.891.963,12	-7.891.963,12	-7.519.929,92	95,29
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

DALVA - RUA DES. J.P.F.MENDES,2341

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT

Continuação 2/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.922.889,44	6.370.690,44	6.367.568,72	99,95	6.200.544,64	97,33
13.1- Com Educação Infantil	2.000.000,00	2.732.896,00	2.731.871,13	99,96	2.666.874,47	97,58
13.2- Com Ensino Fundamental	2.922.889,44	3.637.794,44	3.635.697,59	99,94	3.533.670,17	97,14
14- OUTRAS DESPESAS	2.969.073,68	4.306.627,68	4.096.214,52	95,11	3.993.090,28	92,72
14.1- Com Educação Infantil	1.313.555,28	2.615.194,28	2.610.889,14	99,84	2.568.388,71	98,21
14.2- Com Ensino Fundamental	1.655.518,40	1.691.433,40	1.485.325,38	87,81	1.424.701,57	84,23
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.891.963,12	10.677.318,12	10.463.783,24	98,00	10.193.634,92	95,47

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	–
16.1 - FUNDEB 60%	–
16.2 - FUNDEB 40%	–
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
INDICADORES DO FUNDEB	
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	10.193.634,92
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério[1] (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	0,00
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	100,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 [2]	0,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)[3]	10.207.757,59	10.207.757,59	9.878.407,90	96,77

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	5.471.545,67	6.897.148,67	6.669.460,40	96,70	6.399.859,34	92,79
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	9.040.087,84	8.609.681,84	7.979.881,35	92,68	7.576.691,42	88,00
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.578.407,84	5.329.227,84	5.121.022,97	96,09	4.958.371,74	93,04
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	4.461.680,00	3.280.454,00	2.858.858,38	87,15	2.618.319,68	79,82
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	14.511.633,51	15.506.830,51	14.649.341,75	94,47	13.976.550,76	90,13

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-7.519.929,92
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	–
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	–
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	–
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)	–
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	-7.519.929,92
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	21.496.480,68
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	54,40

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	412.817,00	500.817,00	475.214,69	94,89	388.617,68	77,60
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.286.229,00	1.491.749,00	1.276.162,89	85,55	971.262,32	65,11
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.699.046,00	1.992.566,00	1.751.377,58	87,90	1.359.880,00	68,25
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	16.210.679,51	17.499.396,51	16.400.719,33	93,72	15.336.430,76	87,64

DALVA - RUA DES. J.P.F.MENDES,2341

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO - MT

Continuação 3/3

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	288.413,40	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	6.970.612,61	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	6.970.612,61	0,00
49.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	-6.682.199,21	0,00

DIAMANTINO, 24/11/2016

DALVA VIEIRA DE BARROS	OSANIR FERREIRA NASCIMENTO	JUVIANO LINCOLN
Contadora CRC-MT 003 039 0-1	Sec Munic de Finanças	Prefeito Municipal

FONTE:

[1] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

[2] Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."

[3] Caput do art. 212 da CF/1988

[4] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

[5] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

[6] Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

[7] Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

DALVA - RUA DES. J.P.F.MENDES,2341

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIALNº 005/2017, COM REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT, C.N.P.J. nº 03. 648.540/0001-74, com sede na Av. Joaquim Pereira Ferreira Mendes, 2341 - Jardim Eldorado, Diamantino - MT, CEP: 78400-000 Fone: (065) 3336-6400/6423, **TORNA PÚBLICO**, o resultado de procedimento licitatório, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL com REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo "**Menor Preço por Item**", tendo como objetivo **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANIPULAÇÃO DE FÓRMULAS (MEDICAMENTOS), PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUICIPIO DE DIAMANTINO-MT,** que se deu no dia 27/03/2017, sendo registrados os preços da empresa: **FERREIRA MENDES COMERCIO LTDA-ME, inscrita no CNPJ nº: 12.843.492/0001-66, que sagrou-se vencedora de todos os itens com o valor total de R$ 124.059,00 (cento e vinte e quatro mil e cinquenta e nove reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.**

Diamantino – MT, 27 de Março de 2017.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro

GABINETE
RREO – ANEXO 2 (LRF, ART. 52, INCISO II, ALÍNEA "C")

Município de DIAMANTINO - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	65.747.026,53	70.556.911,13	11.701.861,01	64.219.241,05	100,00	6.337.670,08	12.769.160,17	58.177.184,77	100,00	12.379.726,36
Administração	18.922.214,24	18.094.730,28	2.170.553,40	15.796.737,11	24,60	2.297.993,17	2.427.189,16	14.634.390,85	25,15	3.460.339,43
Administração Geral	12.026.174,49	12.324.516,79	1.771.335,65	11.940.369,66	18,59	384.147,13	1.917.113,65	11.086.064,63	19,06	1.238.452,16
Administração Financeira	6.840.435,75	5.766.109,49	399.217,75	3.852.967,45	6,00	1.913.142,04	510.075,51	3.544.926,22	6,09	2.221.183,27
Formação de Recursos Humanos	55.604,00	4.104,00	0,00	3.400,00	0,01	704,00	0,00	3.400,00	0,01	704,00
Assistência Social	5.114.740,00	4.323.483,96	994.084,08	3.618.354,78	5,63	705.129,18	1.040.669,14	3.452.212,67	5,93	871.271,29
Administração Geral	110.380,00	54.780,00	3.625,72	46.886,99	0,07	7.893,01	2.664,91	31.104,36	0,05	23.675,64
Assistência ao Idoso	99.540,00	99.540,00	13.035,64	73.983,39	0,12	25.556,61	16.073,21	72.639,60	0,12	26.900,40
Assistência ao Portador de Deficiência	350.000,00	312.000,00	52.000,00	260.000,00	0,40	52.000,00	52.000,00	260.000,00	0,45	52.000,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	334.650,00	359.450,00	86.324,47	251.833,62	0,39	107.616,38	59.346,48	205.045,66	0,35	154.404,34
Assistência Comunitária	4.155.170,00	3.416.713,96	813.926,25	2.905.360,78	4,52	511.353,18	868.537,54	2.815.719,05	4,84	600.994,91
Alimentação e Nutrição	65.000,00	81.000,00	25.172,00	80.290,00	0,13	710,00	42.047,00	67.704,00	0,12	13.296,00
Saúde	16.882.890,78	22.816.463,38	4.300.557,92	20.987.713,79	32,68	1.828.749,59	4.620.649,47	19.749.274,81	33,95	3.067.188,57
Administração Geral	949.310,00	1.685.878,00	269.063,24	1.620.901,49	2,52	64.976,51	313.745,16	1.437.190,84	2,47	248.687,16
Atenção Básica	5.815.680,78	8.380.907,78	1.591.530,21	8.142.764,98	12,68	238.142,80	1.695.619,40	7.646.003,78	13,14	734.904,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	8.528.000,00	10.809.970,60	2.131.927,75	9.418.854,87	14,67	1.391.115,73	2.291.376,42	8.967.074,45	15,41	1.842.896,15
Suporte Profilático e Terapêutico	620.000,00	714.180,00	64.733,32	678.027,78	1,06	36.152,22	111.830,90	646.322,18	1,11	67.857,82
Vigilância Sanitária	226.000,00	298.821,00	48.904,32	289.697,87	0,45	9.123,13	54.248,36	272.620,73	0,47	26.200,27
Vigilância Epidemiológica	743.900,00	926.706,00	194.399,08	837.466,80	1,30	89.239,20	153.829,23	780.062,83	1,34	146.643,17
Educação	16.866.865,51	17.611.042,51	3.509.216,17	16.486.620,77	25,67	1.124.421,74	3.270.103,19	15.408.518,54	26,49	2.202.523,97
Ensino Fundamental	10.782.633,84	10.485.347,84	2.128.865,18	9.617.612,02	14,98	867.735,82	1.876.025,58	8.846.877,01	15,21	1.638.470,83
Ensino Superior	439.796,00	67.486,00	0,00	60.639,80	0,09	6.846,20	7.284,52	46.826,14	0,08	20.659,86
Educação Infantil	5.626.545,67	7.050.348,67	1.378.888,31	6.803.930,19	10,59	246.418,48	1.386.065,37	6.511.839,31	11,19	538.509,36
Educação de Jovens e Adultos	16.590,00	6.560,00	1.462,68	4.438,76	0,01	2.121,24	727,72	2.976,08	0,01	3.583,92
Educação Especial	1.300,00	1.300,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00	0,00	0,00	0,00	1.300,00
Cultura	538.804,00	367.504,00	58.731,52	331.438,30	0,52	36.065,70	78.256,63	302.494,13	0,52	65.009,87
Administração Geral	58.000,00	43.000,00	700,00	37.533,49	0,06	5.466,51	5.632,80	37.533,49	0,06	5.466,51
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	93.820,00	13.320,00	199,70	11.559,49	0,02	1.760,51	199,70	11.559,49	0,02	1.760,51
Difusão Cultural	386.984,00	311.184,00	57.831,82	282.345,32	0,44	28.838,68	72.424,13	253.401,15	0,44	57.782,85
Urbanismo	2.835.220,00	5.322.990,00	397.733,55	5.246.369,09	8,17	76.620,91	819.430,10	3.112.915,33	5,35	2.210.074,67
Infra-Estrutura Urbana	2.195.220,00	3.695.530,00	226.699,78	3.683.100,66	5,74	12.429,34	527.724,02	2.240.055,43	3,85	1.455.474,57
Preservação e Conservação Ambiental	0,00	850.000,00	0,00	847.660,66	1,32	2.339,34	35.000,00	159.303,78	0,27	690.696,22
Energia Elétrica	640.000,00	777.460,00	171.033,77	715.607,77	1,11	61.852,23	256.706,08	713.556,12	1,23	63.903,88

Continua 1/2

DALVA - RUA DES. J.P.F.MENDES,2341

Município de DIAMANTINO - MT

Continuação 2/2

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	65.747.026,53	70.556.911,13	11.701.861,01	64.219.241,05	100,00	6.337.670,08	12.769.160,17	58.177.184,77	100,00	12.379.726,36
Saneamento	183.150,00	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00
Saneamento Básico Urbano	183.150,00	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00	0,00	0,00	0,00	150,00
Gestão Ambiental	228.850,00	4.860,00	4.189,74	4.189,74	0,01	670,26	1.396,58	1.396,58	0,00	3.463,42
Preservação e Conservação Ambiental	73.210,00	510,00	0,00	0,00	0,00	510,00	0,00	0,00	0,00	510,00
Controle Ambiental	120.640,00	4.350,00	4.189,74	4.189,74	0,01	160,26	1.396,58	1.396,58	0,00	2.953,42
Recursos Hídricos	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	515.000,00	136.700,00	-11.445,00	134.785,63	0,21	1.914,37	9.905,00	86.785,63	0,15	49.914,37
Administração Geral	175.000,00	35.000,00	0,00	33.731,08	0,05	1.268,92	0,00	33.731,08	0,06	1.268,92
Promoção da Produção Animal	60.000,00	48.000,00	0,00	48.000,00	0,07	0,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
Abastecimento	280.000,00	53.700,00	-11.445,00	53.054,55	0,08	645,45	9.905,00	53.054,55	0,09	645,45
Comércio e Serviços	140.320,00	49.320,00	0,00	48.513,60	0,08	806,40	10.780,80	43.123,20	0,07	6.196,80
Comercialização	50.000,00	49.000,00	0,00	48.513,60	0,08	486,40	10.780,80	43.123,20	0,07	5.876,80
Turismo	90.320,00	320,00	0,00	0,00	0,00	320,00	0,00	0,00	0,00	320,00
Transporte	436.480,00	115.750,00	2.459,68	114.535,10	0,18	1.214,90	64.838,26	64.838,26	0,11	50.911,74
Administração Geral	48.000,00	2.500,00	2.459,68	2.459,68	0,00	40,32	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Transporte Rodoviário	388.480,00	113.250,00	0,00	112.075,42	0,17	1.174,58	64.838,26	64.838,26	0,11	48.411,74
Desporto e Lazer	3.082.492,00	1.713.917,00	275.779,95	1.449.983,14	2,26	263.933,86	425.941,84	1.321.234,77	2,27	392.682,23
Desporto Comunitário	1.292.810,00	407.760,00	69.882,41	402.774,40	0,63	4.985,60	216.751,81	344.175,18	0,59	63.584,82
Lazer	1.789.682,00	1.306.157,00	205.897,54	1.047.208,74	1,63	258.948,26	209.190,03	977.059,59	1,68	329.097,41
TOTAL (III) = (I + II)	65.747.026,53	70.556.911,13	11.701.861,01	64.219.241,05	100,00	6.337.670,08	12.769.160,17	58.177.184,77	100,00	12.379.726,36

FONTE:

DIAMANTINO, 24/11/2016

DALVA VIEIRA DE BARROS	OSANIR FERREIRA NASCIMENTO	JUVIANO LINCOLN
Contadora CRC-MT 003 039 0-1	Sec Munic de Finanças	Prefeito Municipal

[1] Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

DALVA - RUA DES. J.P.F.MENDES,2341

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
LRF/2016 - 2º QUADRIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Diamantino - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 03932753000123
Exercício: 2016
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.056.943,28	0,00
Pessoal Ativo	2.056.943,28	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	2.056.943,28	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	75.455.107,01	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	2.056.943,28	2,73
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	4.527.306,42	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	4.300.941,10	5,70
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	4.074.575,78	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Documento gerado em 21/12/2016 09:01:06

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Diamantino - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 03932753000123
Exercício: 2016
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal								
	Exercício em que Excedeu o Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-a)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais									

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal
Câmara de Vereadores de Diamantino - MT (Poder Legislativo)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
CNPJ: 03932753000123
Exercício: 2016
Período de referência: 2º quadrimestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/08/2016
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

SETOR JURÍDICO
DECISÃO ADMINISTRATIVA

REFERÊNCIA: Pedido de prorrogação de prazo para cumprimento da Lei Municipal nº 1.071/2015

A empresa C. VALE – COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, inscrita no CNPJ sob o nº 77.863.223/0001-07, foi devidamente notificada por esta Administração Pública, no dia 25.02.2016, para que dê cumprimento à Lei Municipal nº 1.071/2015, executando em seu pátio obra de pavimentação ou, calçamento com blocos inter-travados ou blocos de pedra, no prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Por sua vez, dentro dos últimos 30 (trinta) dias de prazo, em 02.06.2016, a empresa realizou pedido de dilação do prazo insculpido na lei para 04 (quatro) anos, ao argumento de que para a execução das obras determinadas seria necessário um investimento financeiro muito grande.

Contudo, a solicitante não havia instruído seu requerimento com os documentos comprobatórios e, então, após provocada, apresentou, balanços patrimoniais e demonstrativos das sobras ou perdas de 2015 e 2016, assim como, orçamento detalhado, donde se extrai que o investimento atinge a monta de R$ 2.164.474,92 (dois milhões, cento e sessenta e quatro mil, quatrocentos e setenta e quatro reais, e noventa e dois centavos).

Pois bem,

A Lei Municipal nº 1.071/2015 não deixa dúvidas acerca do prazo para execução das obras de pavimentação ou, calçamento com blocos intertravados ou blocos de pedra, determinada pelo art. 1ª, *in verbis:*

***Artigo 1°** - As empresas estabelecidas no perímetro urbano do Município de Diamantino que exercem a atividade de movimentação de grãos e que possuírem pátios de manobras para carga, descarga ou estacionamento, ficam obrigadas a pavimenta-los, calça-los com bloco intertravados ou blocos de pedra.*

(...)

***Artigo 3°** - As empresas que esta Lei atinge, terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias após a respectiva notificação para cumprir com as exigências nela contidas.*

Nestes termos, considerando que a Administração Pública tem como princípio básico o da LEGALIDADE, isto é, agir conforme a lei permitir, na forma do art. 37, caput, da CF/88, não cabe ao Município elastecer prazo disposto em Lei Municipal.

Por outro lado, desde a notificação inicial, em 25.02.2016, já se passou prazo superior a 01 (um) ano, sem que a solicitante sequer tenha iniciado a obra.

Em que pese o valor do investimento necessário, verifica-se dos balanços patrimoniais a empresa solicitante que o exercício de 2016 fechou com Ativo Financeiro de R$ 541.487.795,44, saldo este suficiente para a execução da obra orçada em R$ 2.164.474,92.

Por essas razões, **decido pela aplicação da multa de 100 UPFD, prevista na alínea "a", art. 4º, da Lei Municipal em voga**, *verbis:*

Artigo 4o *– A empresa que não cumprir esta Lei, dentro do prazo estabelecido, sofrerá as seguintes sansões:*

a) – O não atendimento da notificação pela Empresa, gerará multa de equivalente a 100 UPFD – Unidade Padrão Fiscal de Diamantino;

b) – a reincidência acarretará multa em dobro;

Parágrafo Único *– A empresa que se tornar reincidente não terá seu alvará de funcionamento expedido, até que cumpra com o estabelecido no artigo 1º desta Lei.*

Determino a expedição de nova notificação com o prazo de 120 (cento e vinte) dias, para que a empresa cumpra com o determinado em lei, sob pena de restar caracterizada a REINCIDÊNCIA, na forma prevista na alínea "b", art. 4º, com a consequente aplicação da multa em dobro e cassação do alvará de funcionamento (Parágrafo Único, art. 4º).

Diamantino/MT, 22 de março de 2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004-2017

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT

DIAMANTINO - MT, DESEMBARGADOR J P F MENDES, Nº 2341, JARDIM ELDORADO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito,, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor,especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nr.: 00000008/2017
Modalidade Nr.: 00000004/2017
Modalidade: Pregão
Data da Adjudicação: 27/03/2017
Data da Homologação: 27/03/2017
Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE CONCRETO ARMADO, CALHAS DE CONCRETO, MEIO-FIO PREMOLDADO E BLOQUETES PARA ATENDER AS NECESSIDADE DO MUNICIPIO, EM RELAÇÃO A OBRAS E CONSTRUÇÃO E REFORMAS.

	Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação)	Unid.	Marca	Qtd.	Vlr. Unitário	Total
240 - EDILAINE GALLONETTO - ME						
	CALHAS					18.950,0000
39246	CALHA/CANALETA TIPO MEIA CANA CONCRETO SIMPLES D=50CM	UN - UNIDADE		200,0000	35,0000	7.000,0000
39247	CALHA/CANALETA TIPO MEIA CANA CONCRETO SIMPLES D=60 CM	UN - UNIDADE		200,0000	69,7500	13.950,0000
					Total Fornecedor:	20.950,0000
5616 - LUCIA HELENA SPAZAPAN & CIA LTDA ME						
	TUBOS DE CONCRETO					436.000,0000
19202	TUBO DE CONCRETO 40CM X 100CM CA I	UN - UNIDADE		400,0000	60,7000	24.280,0000
19203	TUBO DE CONCRETO 60CM X 100CM CA I	UN - UNIDADE		500,0000	107,0000	53.500,0000
19204	TUBO DE CONCRETO 80CM X 100CM CA I	UN - UNIDADE		500,0000	150,0000	75.000,0000
19205	TUBO DE CONCRETO 100CM X 100CM CA I	UN - UNIDADE		400,0000	223,0000	89.200,0000
19529	TUBO DE CONCRETO 120 CM X 100CM CA II	UN - UNIDADE		200,0000	288,6000	57.720,0000
19530	TUBO DE CONCRETO 150 CM X 100CM CA II	UN - UNIDADE		300,0000	435,0000	130.500,0000
39245	TUBO DE CONCRETO 30CM X 100CM CAI	UN - UNIDADE		200,0000	29,0000	5.800,0000
	BLOQUETE					152.000,0000
39248	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO TIPO RETANGULAR E=6CM (20CMX10CM)	UN - UNIDADE		50000,0000	0,7200	36.000,0000
39249	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO TIPO RETANGULAR E=8CM (20CMX10CM)	UN - UNIDADE		50000,0000	0,8800	44.000,0000
39250	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO TIPO OSSINHO E=6CM (25CMX15CM)	UN - UNIDADE		32000,0000	1,0500	33.600,0000
39251	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO TIPO OSSINHO E=8CM (25CMX15CM)	UN - UNIDADE		32000,0000	1,2000	38.400,0000
					Total Fornecedor:	588.000,0000
8739 - INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO J P LTDA - EPP						
	MEIO FIO					514.500,0000
19227	MEIO FIO PRE MOLDADO 1,00 X 0,30 X 0,15 M	UN - UNIDADE		15000,0000	34,3000	514.500,0000
					Total Fornecedor:	514.500,0000
					Total Geral:	1.123.450,0000

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO - MT

DIAMANTINO - MT, DESEMBARGADOR J P F MENDES, Nº 2341, JARDIM ELDORADO

DIAMANTINO, Segunda-feira, 27 de Março de 2017

_____

PREFEITO

GABINETE
RREO - ANEXO 7 (LRF, ART. 53, INCISO V)

Município de DIAMANTINO - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2016/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RP NÃO PROCESSADOS						
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)	Saldo Total (a+b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2015					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	22.028,94	1.554,28	1.202,72	-	22.380,50	1.805.608,40	3.377.476,13	3.084.216,21	3.084.216,21	-	2.098.868,32	2.121.248,82
EXECUTIVO	22.028,94	1.554,28	1.202,72	0,00	22.380,50	1.805.608,40	3.377.476,13	3.084.216,21	3.084.216,21	0,00	2.098.868,32	2.121.248,82
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	22.028,94	1.554,28	1.202,72	0,00	22.380,50	1.805.608,40	3.377.476,13	3.084.216,21	3.084.216,21	0,00	2.098.868,32	2.121.248,82
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.750,00	16.300,56	14.478,08	14.478,08	0,00	5.572,48	5.572,48
SEC MUN DE OBRAS VIAÇÃO E SERV PUBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.225,84	0,00	0,00	0,00	0,00	40.225,84	40.225,84
SEC MUNC DE ADMINISTRAÇÃO	3.529,16	0,00	0,00	0,00	3.529,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.529,16
SEC MUNIC AGRICULTURA IND.COM.E MEIO AMBI	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	274.208,79	221.281,08	252.175,68	252.175,68	0,00	243.314,19	243.314,19
SEC MUNIC DE ESPORTE LAZER E TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	567.081,40	351.992,28	283.261,95	283.261,95	0,00	635.811,73	635.811,73
SEC MUNIC DE FINANÇAS	7.595,00	0,00	0,00	0,00	7.595,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.595,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	82.053,31	81.829,51	81.829,51	0,00	223,80	223,80
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.431,93	0,00	26.431,93	26.431,93	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	0,00	104,50	104,50	0,00	0,00	0,00	27.408,47	9.014,63	9.014,63	0,00	18.393,84	18.393,84
SECRETARIA MUNI DE OBRAS VIAÇAO E SERV PU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.632,85	0,00	58.490,30	58.490,30	0,00	142,55	142,55
SECRETARIA MUNIC DE OBRAS VIAÇÃO E SERV P	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.280,99	1.038.240,84	206.172,57	206.172,57	0,00	947.349,26	947.349,26
SECRETARIA MUNIC DE SAUDE E VIGILANCIA SAN	10.904,78	1.177,18	825,62	0,00	11.256,34	704.417,24	365.881,79	941.746,57	941.746,57	0,00	128.552,46	139.808,80
SECRETARIA MUNIC EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	199,97	199,97	0,00	0,00	11.006,92	1.022.349,01	972.793,69	972.793,69	0,00	60.562,24	60.562,24
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	72,63	72,63	0,00	0,00	4.572,44	37.558,78	33.984,54	33.984,54	0,00	8.146,68	8.146,68
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	214.410,01	203.836,76	203.836,76	0,00	10.573,25	10.573,25
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II):	**22.028,94**	**1.554,28**	**1.202,72**	**0,00**	**22.380,50**	**1.805.608,40**	**3.377.476,13**	**3.084.216,21**	**3.084.216,21**	**0,00**	**2.098.868,32**	**2.121.248,82**

FONTE:

DIAMANTINO, 24/11/2016

DALVA VIEIRA DE BARROS	OSANIR FERREIRA NASCIMENTO	JUVIANO LINCOLN
Contadora CRC-MT 003 039 0-1	Sec Munic de Finanças	Prefeito Municipal

DALVA - RUA DES. J.P.F.MENDES,2341

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, LICITAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
DECRETO N.º 035/2017 DE 15 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSAIR JEREMIAS LOPES, Prefeito Municipal de Dom Aquino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Estadual 8.221 de 26/11/2004, 8.539 de 18/08/2006 e Decreto 8.187 de 10/10/2006 e a Lei Municipal 1.192 de 23/11/2009.

D E C R E T A:

ARTIGO 1º- Ficam nomeados os membros da Comissão Municipal de Habitação e seus suplentes, composto pelos representantes das entidades (usuários, trabalhadores, governo e prestadores de serviço), escolhidos democraticamente para esta Gestão 2017/2020.

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

ANSELMO FERREIRA SOUZA (Titular)

MÁRCIO ALMEIDA RODRIGUES (Suplente)

CONSELHO PAROQUIAL PASTORAL – CPP:

CELENIR APARECIDA COSTA MAGALHÃES (Titular)

ROSÁLIA AMORIM (Suplente)

CONSELHO DE PASTORES EVANGÉLICOS, OBREIROS E IGREJAS:

EDMUNDO KLINGER MAGALHÃES FILHO(Titular)

HEIDE RIBEIRO TORRES (Suplente)

UNIÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DE DOM AQUINO - UACDA:

EDMILSON BARBOSA DOS SANTOS (Titular)

EDILSON BATISTA DO CARMO (Suplente)

SINDICATO RURAL DE DOM AQUINO:

JOELSON DA CRUZ FIGUEIREDO (Titular)

ANA PAULA DA SILVA LIMA (Suplente)

EMPRESA MATOGROSSENSE DE PESQUISA E EXTENSÃO RURAL - EMPAER:

ELIZABETH MONÇÃO DE FRANÇA PESSOA (Titular)

PASCOAL LOPES DOS SANTOS (Suplente)

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL - LIONS CLUBE DE DOM AQUINO:

JOILSON ANTÔNIO SOUZA (Titular)

CARLOS ANTUNES (Suplente)

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL OAB/MT – SUBSEÇÃO DE JACIARA-MT.

MARISE SOARES GUIMARÃES DE SOUZA – OAB/MT 7846 (Titular)

FLÁVIA PENHA OLIVEIRA DIAS CARDOSO – OAB/MT 12617B (Suplente)

ARTIGO 2º - Através de processo democrático do voto entre os membros acima descritos foi eleita a seguinte Diretoria:

PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO

2º SECRETÁRIO

ARTIGO 3º - Este Decreto entra em vigor a partir desta data.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal em 15 de março de 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

Prefeito Municipal

Registrado na Chefia de Gabinete e publicado por afixação no local público e de costume, conforme Legislação em vigor.

Data Supra.

ALDIRENE SANTANA DO MONTE STEVANATO

Chefe de Gabinete

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

LEI MUNICIPAL N° 565/2017.

LEI MUNICIPAL N° 565/2017.

DATA: 22 DE MARÇO DE 2017.

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL FIRMAR CONTRATO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO TELES PIRESE DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Contrato de Rateio com o Consórcio Público de Saúde do Vale do Teles Pires, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n. 23.019.551/0001-00, com sede na Rua Castro Alves, 331, na Cidade de Sorriso - MT.

§ 1º O Contrato de Rateio que se refere o caput deste artigo, terá o valor de R$ 180.000,00 (Cento e Oitenta Mil Reais), a serem pagos em parcelas mensais, de acordo com as seguintes regras:

§ 2º R$ 46.800,00 (Quarenta e Seis Mil e Oitocentos Reais) corresponde ao valor de rateio que será pago em 12 (doze) parcelas fixas.

§ 3º R$ 91.200,00 (Noventa e Um Mil e Duzentos Reais) é o valor estimado para contratação de serviços médicos, que será pago conforme a utilização pelo município.

§ 4º R$ 42.000,00 (Quarenta e Dois Mil Reais) é o valor estimado para contratação dos serviços da casa de apoio, que será pago conforme a utilização pelo município.

§ 5º A primeira parcela será paga no quinto dia útil após a aprovação desta lei e as demais parcelas terão vencimento todo dia 10 dos meses subsequentes.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação da presente lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

06 – Secretaria Municipal de Saúde

001 – Gabinete do Secretário

10 – Saúde

302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

0033 – Promoção a saúde de qualidade

1076 – Apoio ao Consorcio Intermunicipal de saúde

3371.41.00.00.00- Contribuições - Consórcio

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 22 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 564/2017

LEI MUNICIPAL Nº 564/2017

DATA: 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO À ENTIDADE FILANTRÓPICA DO MUNICÍPIO-APAE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal conceder auxilio financeiro à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Feliz Natal–MT, valor total correspondente à R$ 38.400,00 (Trinta e oito mil e quatrocentos reais, a serem repassados em 12 parcelas de R$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais), para custeio parcial das despesas da Entidade relativas à material de consumo e contratação de serviços.

Art. 2º - A referida doação à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE **de Feliz Natal–MT**, somente será repassada mediante celebração de convênio, precedido da apresentação dos documentos constitutivos da Entidade conforme determina a Lei Civil.

Art. 3º - Para efeito de prestação de contas, deverão ser apresentados mensalmente, até o trigésimo dia do mês subsequente ao recebimento, os comprovantes das despesas realizadas com o valor doado, à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, cujas despesas não poderão ter destinação diversa da mencionada no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º - Os recursos orçamentáriospara atender esta Lei, encontram-se consignados no Orçamento vigente, na seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria Municipal de Assistência Social

01 – Gabinete do Secretário

08 - Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

0026 – Proteção Social Básica

1.009 – Apoio a Instituições Sociais e Filantrópicas

3.3.70.41.00.00.00 010 Contribuições

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos retroativos à 02 da Janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 22 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 563/2017

LEI MUNICIPAL Nº 563/2017

DATA: 22 DE FEVEREIRO DE 2017.

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS À ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE FELIZ NATAL – MT, SOB A FORMA DE CONTRIBUIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder recursos financeiros, sob a forma de contribuição, para a ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DE FELIZ NATAL – MT, associação sem fins lucrativos, devidamente registrada no 2º Serviço Registral e Notarial de Feliz Natal, sob o protocolo nº 137, Livro A, Registro 39, com sede na Rua Seara, nº 528-N, centro, na cidade de Feliz Natal – MT.

Parágrafo ÚNICO: O valor total correspondente à contribuição mencionada no *caput* deste artigo é de R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais), a serem repassados em 10 (dez) parcelas mensais de R$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais), para custeio do transporte dos Acadêmicos, pelo período de Março à Dezembro de 2017.

Art. 2º - O transporte a que se refere o Artigo 1º desta Lei será o trajeto de Feliz Natal até às Universidades e ou Faculdades estabelecidas na cidade de Sinop – MT.

Art. 3º - A referida doação à Associação dos Acadêmicos de Feliz Natal, somente será repassada mediante celebração de Convênio, precedido da apresentação dos documentos constitutivos da Entidade conforme determina a Lei Civil, bem como para efeito de prestação de contas, deverão ser apresentados mensalmente à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, os comprovantes das despesas realizadas com o valor doado, os quais não poderão ter destinação diversa da determinada no artigo 1º desta Lei.

Art. 4º- As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, prevista para o exercício de 2017:

04 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte

002 – Fundo Municipal de Educação

12 – Educação

363 – Ensino Profissional

0018 – Educação Básica de qualidade

1014 – Apoio ao Ensino Profissionalizante

337041.00.00 – Contribuições

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 22 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL N° 566/2017

LEI MUNICIPAL N° 566/2017

DATA: 22 DE MARÇO DE 2017

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONTRATAR SERVIDORES POR PRAZO DETERMINADO ATRAVÉS DE TESTE SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei **faz saber** que a **Câmara Municipal de Vereadores** aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar servidores por prazo determinado para os cargos previstos nesta Lei para o Exercício 2017.

§ 1° - Fica autorizado o prazo das contratações temporárias entre a data da homologação do Teste Seletivo e o dia 31 de Dezembro de 2017, conforme as necessidades do cargo.

§ 2° - As contratações autorizadas por esta Lei decorrem de interesse público, conforme facultam 37, IX da Constituição Federal, o Art. 24, incisos III e V da Lei Complementar Municipal nº 037/2015 de 19 de Agosto de 2015(Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos).

Art. 2° - Os cargos a serem contratados, as vagas e os salários mensais são os abaixo relacionados:

Código Cargo	Cargos	Da habilitação para admissão	Número de vagas	Salário Mensal
1	Agente de Serviços Gerais Nível I	Alfabetizado	12 - Urbana	959,20
2	Agente de Serviços Gerais Nível II	Alfabetizado	05 - Urbana	959,20
3	Auxiliar de Oficina	Ensino Fundamental Completo	02 - Urbana	1.205,77
4	Auxiliar de Secretaria	Ensino Médio Completo	03 - Urbana	1.039,97
5	Eletricista	Alfabetizado	01 - Urbana	1.446,31
6	Fisioterapeuta	Ensino Superior Completo com Registro no CREFITO	Cadastro Reserva	2.962,03
7	Fonoaudiólogo	Ensino Superior Completo com Registro no CREFONO	01 - Urbana	2.962,03
8	Monitor de Curso de Corte e Costura	Alfabetizado	01 - Urbana	1.039,97
9	Monitor de Esportes	Ensino Médio Completo com Técnico na Área	01 - Urbana	41,96 Hora/Aula

10	Monitor de Música	**Ensino Médio Completo com conhecimento e experiência comprovados na área de música**	01 - Urbana	2.090,38
11	Monitor Social Casa Lar	**Ensino Fundamental Completo**	02 - Urbana	1.246,96
12	**Motorista Nível I**	**Ensino Fundamental Incompleto com Carteira de Habilitação categoria D**	**02 – Urbana 02 - Rural**	**1.629,32**
13	Operador de Máquinas Nível II	**Alfabetizado com Carteira de Habilitação categoria B, C, D ou E**	01 – Urbana 01 - Rural	1.303,82
14	Operador de Máquinas Nível III	**Ensino Fundamental Incompleto com Carteira de Habilitação categoria B, C, D ou E**	2 - Urbana	1.629,32
15	Padeiro	**Ensino Fundamental Completo**	01 - Urbana	1.339,75
16	Pedreiro	**Alfabetizado**	01 - Urbano	1.589,93
17	Psicólogo	**Ensino Superior Completo com Registro no CRP**	01 - Urbana	2.813,72
18	**Técnico de Enfermagem**	**Ensino Médio Completo com Técnico na Área**	**03 – Urbana 01 - Rural**	**1.303,82**
19	Vigia	**Alfabetizado**	05 - Urbana	1.039,97

Art. 3º – Serão nomeados os candidatos habilitados para o cargo, seguindo a ordem de classificação do Teste Seletivo nº 001/2017.

Art. 4º - Além das vagas autorizadas pela presente lei, poderão ser criadas até três vezes como cadastro de reserva.

Art. 5º - As especificações e atribuições dos cargos a serem contratados são as constantes na Lei Municipal Complementar nº 42/2016 de 27 de outubro de 2016.

Art. 6º - Os contratos firmados em decorrência desta Lei terão vigência de 01 (um) ano podendo ser prorrogado em conformidade com a necessidade dos serviços pela Prefeitura Municipal por duas vezes de igual período.

Art. 7º - Os ocupantes dos cargos a serem preenchidos em decorrência da presente Lei, terão os direitos e deveres previstos na Lei Complementar Municipal nº 003/2007, de 05 de Julho de 2007 (Regime Jurídico Único), contudo, serão contratados pelo Regime Jurídico Administrativo e segurados/contribuintes do Regime de Previdência Geral do Instituto Nacional de Seguridade Social em conformidade com o Art. 40 § 13 da Constituição Federal.

Art. 8º - As despesas decorrentes das nomeações, após a seleção dos candidatos, serão suportadas com recursos próprios do Município de Feliz Natal-MT

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL, CENTRO ADMINISTRATIVO DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 22 DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2017.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

DECRETO N.º 696/2017

DECRETO N.º 696/2017

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego, e dá outras providências."

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados por meio do presente Decreto, os membros do Conselho Municipal de Trabalho e Emprego, conforme abaixo relacionado:

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Ketlin Tailini de Oliveira, portadora do RG nº 972.288.160 SSP/MT e CPF nº 069.850.689-14, residente e domiciliada Rua Capanema, nº 539, Centro.

Suplente: Raquel Puhl, da Silva, portadora do RG nº 6.154.173-0 SSP/PR e CPF nº 062.351.849-05, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, Centro.

Representante da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Kellen Garcia de Melo, portadora do RG nº 8.587.314-8, SSP/PR e CPF nº 050.352.469-73, residente e domiciliado a Rua Bahia, s/n, centro.

Suplente: Neiry Silva Freitas, portadora do RG nº 1149946-0, SSP/MT e CPF nº 826.102.901-87, residente e domiciliado a Rua Cascavel, Ap. 02, centro.

Representante da Secretaria Municipal de Finanças

Titular: Glória Ferreira da Silva Schulz, portadora do RG nº 1351933-6, SSP/MT e CPF nº 919.360.471-87, residente e domiciliada a Av. Brasil, 1358 , centro.

Suplente: Patrícia Fritschi Schenkel, portadora do RG nº 212220735-6 SESP/MT e CPF nº 075.787.329-43, residente e domiciliada, Rua Santa Catarina, SN, Centro.

Representantes do Departamento de Recursos Humanos

Titular: Julia Graciela Silva Siqueira, portadora do RG nº 1871607-5,

SSP/MT e CPF nº 044.866.581-67, residente e domiciliado a na comunidade de Nova Aliança.

Suplente: Cleusa Petrekic, portadora do RG nº 193.1227-0 SSP/MT e CPF nº 26.923.811-57, residente e domiciliada Rua Santo Antônio, Centro.

Representantes da Associação Comercial e Industrial - ACIG

Titular: Marciane Ines Sipp, portadora do RG nº 7.970.144-0 e CPF nº 035.107.259-48.

Suplente: Luana Aparecida da Silva, portadora do RG nº 2878397-5 e CPF nº 060.814.681-19.

Representantes do Sindicato Rural

Titular: Luiz Pedro Poletti Bier, portador do RG nº 8582796-0, SESP/PR e CPF nº 057.579.539-50, residente e domiciliado a Rua Paraná, s/n, centro.

Suplente: Neusa Cecília Wessner, portadora do RG nº 5934777-2, SSP/PR e CPF nº 943.967.879-87, residente e domiciliada a Rua Mato Grosso nº 1358, centro.

Sindicato dos Trabalhadores

Titular: Adelaide Dessbessel Lunkes, portadora do RG nº 097.1992-0 e CPF nº 604.332.131-91.

Suplente: Mariana Dominga Von Muhlen, portadora do RG nº 0488426-4, SSP/MT e CPF nº 008.771.541-47.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 387/2013.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 27 de março de 2017.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 697/2017

DECRETO N.º 697/2017

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal do Idoso, e dá outras providências."

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados por meio do presente Decreto, os membros do Conselho Municipal do Idoso, conforme abaixo relacionado:

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Luiz Carlos Santos Lopes, portador do RG nº 1116133-3 SJ/MT e CPF nº 765.341.201-78, residente e domiciliada Rua Paraná, Centro.

Suplente: Ketlin Tailini de Oliveira, portadora do RG nº 972.288.160 SSP/MT e CPF nº 069.850.689-14, residente e domiciliada Rua Capanema, nº 539, Centro.

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Ketlim Maiara Rochteschel, portadora do RG nº 1628186-1, SSP/MT e CPF nº 029.050.591-39, residente e domiciliado a Chácara Pufal, zona rural.

Suplente: Neiry Silva Freitas, portadora do RG nº 1149946-0, SSP/MT e CPF nº 826.102.901-87, residente e domiciliado a Rua Cascavel, Ap. 02, centro.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Samila Comunello, portadora do RG nº 18555926-3 SSP/MT e CPF nº 018.232.391-96, residente e domiciliada próximo a Chácara Cózer.

Suplente: Cintia Rodrigues Dias, portadora do RG nº 1281769-4 SSP/MT e CPF nº 901.912.341-68, residente e domiciliada à Rua Para S/N Centro.

Representantes da Associação Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE de Gaúcha do Norte.

Titular: Alaiz Paula da Silva Oliveira, portadora do RG nº 2045230-6, SSP/MT e CPF nº 030.185.361-42.

Suplente: Vanessa de Souza Wiebbelling, portadora do RG nº 2188470-6, SSP/MT e CPF nº 046.036.491-00, residente e domiciliada a Rua São Paulo, s/n, centro.

Representantes do Departamento de Tributos

Titular: Lucima Ribeiro da Silva, portadora do RG nº 2258110/2 SSP/GO e CPF nº 487.491.921-91, residente e domiciliada na Rua Ipê, S/N, Bairro Jardim Gramado.

Suplente: Guilherme Neto Biegelmeier, Portadora do RG nº 2398679-4 SSJP/MT e CPF nº 045.969.211-99.

Representantes do Departamento Contábil

Titular: Juliana Elizamara Grutka, portadora do RG nº 2398700-6 SSP/MT e CPF nº 045.969.361-10, residente e domiciliada na Zona Rural.

Suplente: Marcia Rubia da Silva; RG 001.039.386 SSP/MS e CPF: 009. 659.391-11.

Representantes da Associação dos Aposentados e Pensionistas

Titular: Gerte Wiedemann, portador do RG nº 758.091 SSP/MT, e CPF nº 056.236.269-04, residente e domiciliado à Rua Santa Catarina nº 958, Centro.

Suplente: Celita Menin Dal Piaz, portadora do RG: 273.0326-8 SSP/MT e CPF nº 018.232.391-96, residente e domiciliado na Zona Rural.

Representantes da Igreja Católica

Titular: Kati Kessler, portadora do RG nº 1628179-9 SSP/MT, e CPF nº 006.093.121-38, residente e domiciliada à Rua Goiás, Centro.

Suplente: Cleide Zemolin, portadora do RG nº 1082300292 SJSP/RS e CPF nº 002.854.080-40, residente e domiciliado na Rua Paraná, S/N Centro.

Representantes da Igreja de Deus no Brasil

Titular: Deise Cleciane Follmann, portadora do RG nº 1.282.30-1, SSP/MT, inscrita no CPF nº 964.622.561-68.

Suplente: Carmem Evani Bronstrup Junges, portadora do RG nº 2120621-0, SSP/MT e CPF nº 003.078.481-67, residente e domiciliada na Rua Curitiba, s/n, centro de Gaúcha do Norte/MT.

Representantes da Associação Comercial e Industrial de Gaúcha do Norte

Titular: Gustavo Henrique Mews, portador do RG nº 3086921255. SSP/RS, e CPF nº 035.888.301-62, residente e domiciliada à Rua Brasília, Centro.

Suplente: João Pereira Cervante, portador do RG nº 10010474 SEJUSP/RS e CPF nº 487.728.361-72, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais S/N Centro.

Art. 2º - O Conselho Municipal do Idoso, através de Regimento Interno, regulamentará forma de funcionamento do mesmo, tais como, atribuições e desempenho de seus membros; calendários de Reuniões e outros assuntos pertinentes ao bom funcionamento do respectivo conselho.

Art. 3º - Os membros do respectivo conselho não serão remunerados, exercerão a atividades como trabalho voluntário.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 605/2016.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 27 de março de 2017.

_____

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 698/2017

DECRETO N.º 698/2017

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e dá outras providências."

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados por meio do presente Decreto, os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme abaixo relacionado:

Representantes do Poder Executivo Municipal

Titular: Cleusa Petrekic, portadora do RG nº 193.1227-0 SSP/MT e CPF nº 26.923.811-57, residente e domiciliada Rua Santo Antônio, Centro.

Suplente: Julia Graciela Silva Siqueira, portadora do RG nº 1871607-5, SSP/MT e CPF nº 044.866.581-67, residente e domiciliado a na comunidade de Nova Aliança.

Titular: Lucima Ribeiro da Silva, portadora do RG nº 2258110/2 SSP/GO e CPF nº 487.491.921-91, residente e domiciliada a Rua Ipê, Bairro Jardim Gramado.

Suplente: Patrícia Fritschi Schenkel, portadora do RG nº 212220735-6 SESP/MT e CPF nº 075.787.329-43, residente e domiciliada, Rua Santa Catarina, SN, Centro.

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Neiry Silva Freitas, portadora do RG nº 1149946-0, SSP/MT e CPF nº 826.102.901-87, residente e domiciliado a Rua Cascavel, Ap. 02, centro.

Suplente: Jacqueline de Paula Silva, portadora do RG nº 001032192, SSP/MS e CPF nº 975.072.611-15, residente e domiciliada a Rua Mato Grosso, s/n, centro.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Rosiner Lobelein, portadora do RG nº 17876672 SSP/MT, CPF: 013.489.261-55, residente e domiciliada a Rua Piemonte, s/n, Jardin Itália I.

Suplente: Michele Pancotte, portadora do RG nº 5269896, SSP/SC e CPF nº 078.958.089-66, residente e domiciliada à Rua Milão, Jardim Itália.

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Joceli Friedrich, portadora do RG nº 351.7227-4 SSP/SC e CPF nº 933.712.929-91. Residente e domiciliada na Rua Bahia, Centro.

Suplente: Raquel Puhl, da Silva, portadora do RG nº 6.154.173-0 SSP/PR e CPF nº 062.351.849-05, residente e domiciliado na Rua Mato Grosso, Centro.

Representantes da Escola Estadual Gervásio Santos Costa

Titular: Maria Aparecida Matheus Ricardo, portador do RG nº 12822752 SJSP/MT e CPF nº 960.401.909-06, residente e domiciliada a Rua Brasília, s/n, centro.

Suplente: Adenise Alves da Silva, portadora do RG nº 19518072, SSP/MT e CPF nº 026.578.821-88, residente e domiciliado a Rua Toledo, s/n, Bairro Alvorada.

Representantes da Escola Municipal Bem Me Quer

Titular: Marli Flávia Schuck, portadora do RG nº 1282290-6 SSP/MT e CPF nº 766.951.821-91, residente e domiciliada na Rua Santa Catarina, nº 694, Centro.

Suplente: Elisiane Backes Funk, portadora do RG nº 1396577-8 SSP/MT e CPF nº 926552461-87, residente e domiciliada na ROD. MT 129 km 01, Distrito Industrial.

Representantes da Maçonaria Luzes do Xingu

Titular: Adriano Stoffel, portador do RG nº 971201 SSP/MT, e CPF nº 021.184.029-70, residente e domiciliado à Avenida 13 de Julho nº 539 Centro.

Suplente: Luiz Vitório da Silva, portadora do RG: 600941 SSP/MT e CPF nº 361.441.691-72, residente e domiciliado na Rua Santa Catarina, nº 694, Centro.

Representantes da Igreja Católica

Titular: Debora Luiz Mendonça, portadora do RG nº 2352019-1, SSP/MT e CPF: 054.715.611-12, residente e domiciliada a Rua Paraná, s/n, centro.

Suplente: Maria Taciele Coelho Sena, portadora do RG nº 4582257-2, SSP/GO e CPF nº 007.558.051-94, residente e domiciliada a Rua Bahia, s/n, centro.

Associação Comercial e Industrial de Gaúcha do Norte

Titular: Aline Michele Zimiani, portadora do RG: 001266647 SSP/MS e CPF: 004.139.301-57, residente e domiciliada a Rua Santa Catarina, s/n, Bairro Vila Nova.

Suplente: Divina Josimeire do Nascimento Bispo, portadora do RG: 1423944-2 SSP/MT e CPF nº 965.381.801-59, Rua Grapia, 349, Bairro Jardim Gramado.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 604/2016.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 27 de março de 2017.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 695/2017

DECRETO N.º 695/2017

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social, e dá outras providências."

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, com o objetivo de fortalecer e consolidar o controle social na Política Municipal de Assistência Social e,

Considerando as diretrizes do Conselho Nacional de Assistência Social, através da Resolução nº 237, de 14 de dezembro de 2006;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados por meio do presente Decreto, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), conforme abaixo relacionado:

Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Luiz Carlos Santos Lopes, portador do RG nº 1116133-3 SJ/MT e CPF nº 765.341.201-78, residente e domiciliada Rua Paraná, Centro.

Suplente: Ketlin Tailini de Oliveira, portadora do RG nº 972.288.160 SSP/MT e CPF nº 069.850.689-14, residente e domiciliada Rua Capanema, nº 539, Centro.

Representantes da Secretaria Municipal de Educação

Titular: Ketlim Maiara Rochteschel, portadora do RGnº 1628186-1, SSP/MT e CPF nº 029.050.591-39, residente e domiciliado a Chácara Pufal, zona rural.

Suplente: Neiry Silva Freitas, portadora do RG nº 1149946-0, SSP/MT e CPF nº 826.102.901-87, residente e domiciliado a Rua Cascavel, Ap. 02, centro.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Samila Comunello, portadora do RG nº 18555926-3 SSP/MT e CPF nº 018.232.391-96, residente e domiciliada próximo a Chácara Cózer.

Suplente: Cintia Rodrigues Dias, portadora do RG nº 1281769-4 SSP/MT e CPF nº 901.912.341-68, residente e domiciliada à Rua Para S/N Centro.

Representantes da Associação Pais e Amigos dos Excepcionais-APAE de Gaúcha do Norte.

Titular: Alaiz Paula da Silva Oliveira, portadora do RG nº 2045230-6, SSP/MT e CPF nº 030.185.361-42.

Suplente: Vanessa de Souza Wiebbelling, portadora do RG nº 2188470-6, SSP/MT e CPF nº 046.036.491-00, residente e domiciliada a Rua São Paulo, s/n, centro.

Representantes do Departamento de Tributos

Titular: Lucima Ribeiro da Silva, portadora do RG nº 2258110/2 SSP/GO e CPF nº 487.491.921-91, residente e domiciliada na Rua Ipê, S/N, Bairro Jardim Gramado.

Suplente: Guilherme Neto Biegelmeier, Portadora do RG nº 2398679-4 SSJP/MT e CPF nº 045.969.211-99.

Representantes do Departamento Contábil

Titular: Juliana Elizamara Grutka, portadora do RG nº 2398700-6 SSP/MT e CPF nº 045.969.361-10, residente e domiciliada na Zona Rural.

Suplente: Marcia Rubia da Silva; RG 001.039.386 SSP/MS e CPF: 009. 659.391-11.

Representantes da Associação dos Aposentados e Pensionistas

Titular: Gerte Wiedemann, portador do RG nº 758.091 SSP/MT, e CPF nº 056.236.269-04, residente e domiciliado à Rua Santa Catarina nº 958, Centro.

Suplente: Celita Menin Dal Piaz, portadora do RG: 273.0326-8 SSP/MT e CPF nº 018.232.391-96, residente e domiciliado na Zona Rural.

Representantes da Igreja Católica

Titular: Kati Kessler, portadora do RG nº 1628179-9 SSP/MT, e CPF nº 006.093.121-38, residente e domiciliada à Rua Goiás, Centro.

Suplente: Cleide Zemolin, portadora do RG nº 1082300292 SJSP/RS e CPF nº 002.854.080-40, residente e domiciliado na Rua Paraná, S/N Centro.

Representantes da Igreja de Deus no Brasil

Titular: Deise Cleciane Follmann, portadora do RG nº 1.282.30-1, SSP/MT, inscrita no CPF nº 964.622.561-68.

Suplente: Carmem Evani Bronstrup Junges, portadora do RG nº 2120621-0, SSP/MT e CPF nº 003.078.481-67, residente e domiciliada na Rua Curitiba, s/n, centro de Gaúcha do Norte/MT.

Representantes da Associação Comercial e Industrial de Gaúcha do Norte

Titular: Gustavo Henrique Mews, portador do RG nº 3086921255. SSP/RS, e CPF nº 035.888.301-62, residente e domiciliada à Rua Brasília, Centro.

Suplente: João Pereira Cervante, portador do RG nº 10010474 SEJUSP/RS e CPF nº 487.728.361-72, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais S/N Centro.

Art. 2º - O Conselho Municipal de Assistência Social, através de Regimento Interno, regulamentará forma de funcionamento do mesmo, tais como, atribuições e desempenho de seus membros; calendários de Reuniões e outros assuntos pertinentes ao bom funcionamento do respectivo conselho.

Art. 3º - Os membros do respectivo conselho não serão remunerados, exercerão a atividades como trabalho voluntário.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 606/2016.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 27 de março de 2017.

_____

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito do Município de Glória D´Oeste-MT, Senhor Paulo Remédio, no uso de suas atribuições legais, torna público a todos os munícipes interessados que realizará audiência pública no dia 04 de abril de 2017 (terça-feira), às 17:30 horas, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores para prestações de contas dos quadrimestres dos anos de 2015 e 2016.

Glória D´Oeste-MT, 27 de março de 2017.

Paulo Remédio

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Prefeito do Município de Glória D´Oeste-MT, Senhor Paulo Remédio, no uso de suas atribuições legais, torna público a todos os munícipes interessados que realizará audiência pública no dia 04 de abril de 2017 (terça-feira), às 18:15 horas, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores para apresentação e discussão do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício de 2017.

Glória D´Oeste-MT, 27 de março de 2017.

Paulo Remédio

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

CAMARA MUNICIPAL / RECEPÇÃO
PORTARIA Nº 022/2017

Portaria nº 022/2017

PEDRO ALESSANDRO ALVES DO NASCIMENTO, Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições conferidas por Lei;

Considerando o disposto nos Incisos de I a IV do Artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando o resultado do Concurso Público homologado através da Portaria nº 035/2016, de 20 de julho de 2016;

Considerando ainda, o preenchimento de todos os requisitos legais para sua posse no cargo para qual foi aprovada, constante no Edital do Concurso Público 001/2016.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada para o Cargo de **Técnico Legislativo,** a senhora **Daniela Gutierres Moreira**, portadora do RG nº 1516118-8 SSP/MT, e inscrita no CPF Nº 000.518.711-73, aprovada no Concurso Público nº 001/2016.

Art.2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se.

Câmara Municipal de Ipiranga do Norte-MT, em 27 de março de 2017.

_____

Pedro Alessandro Alves do Nascimento

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 014/2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE – MT

O Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte – MT, Estado de Mato Grosso, Sr. Pedro Ferronatto, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

Considerando ainda o Decreto Municipal nº 019/2017 e o **Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 e o atendimento da necessidade emergencial de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde - MT,**

RESOLVE :

Art. 1°. Convocar para a posse e entrada em exercício no respectivo cargo de interesse da Secretaria Municipal de Saúde, os candidatos aprovados dentro do número de vagas, conforme consta no Edital Complementar nº 004 ao Edital PSS nº 001/2017 e homologado através do Decreto nº 019/2017.

Art.2º. Os candidatos ora convocados na forma deste Edital devem comparecer ao Deptº. Pessoal, sito à Rua dos Girassóis, nº. 387 – Esq. Av. Fortaleza – Centro – CEP. 78578-000 Ipiranga do Norte – MT, no prazo de **10 (dez) dias** para a regularização de documentos pessoais **e mais 20 (vinte) dias para a posse** a contar da publicação ou afixação deste Edital, para as providências necessárias e cabíveis com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação dos respectivos locais de trabalho;

Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Art. 3º - O candidato convocado:

INSC	CANDIDATO	CARGO	PT	OC	RE
201	JOSE BELO VIANA	MEDICO	7,0	2º	OC

Art.4º. Para contratação os candidatos deveram apresentar fotocópia **autenticada em cartório** da documentação, que comprove o que segue abaixo:

1 – Cédula de Identidade;

2 – ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3 – Certidão de Casamento ou Nascimento;

4 – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

5 – Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

6 – Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7 – Comprovante de votação da última eleição que antecede a posse ou certidão de quitação eleitoral;

8 – Título de Eleitor;

9 – Atestado Médico Adicional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

10 – Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada;

11 – Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

12 – Comprovante de Escolaridade;

13 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

14 – Declaração de não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital;

15 – Cartão do PIS/PASEP (se houver);

16 – Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho;

17 – Comprovante de residência em nome do candidato ou declaração de residência;

18 – Declaração de bens.

19 – Cópia comprovante de freqüência escolar dos filhos menores de 14 anos; (se houver)

20 – 1 foto 3x4 recente;

21 – Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

22 – Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço publico;

23 – Conta Corrente no Banco do Brasil ou Sicredi;

24 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

25 - CNH

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 5º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 27 de março de 2017.

PEDRO FERRONATTO Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL / RECEPÇÃO
PORTARIA Nº 021/2017

Portaria nº 021/2017

O Sr. **Pedro Alessandro Alves do Nascimento**, Presidente da Câmara Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Antecipar o horário da Sessão do dia 24/04/2017 das 19h00min para as 8h00min.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, em 27 de março de 2017.

Pedro Alessandro Alves do Nascimento

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 064/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 064/2017.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Itiquira/MT, por sua unidade administrativa a Prefeitura Municipal de Itiquira, com sede na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311 – Centro, inscrita no CNPJ n.º 03.370. 251/0001-56 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HUMBERTO BORTOLINI**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade com RG. SSP/PR nº 4.392.099-5 e do CPF/MF n.º 352.935.601-82, residente e domiciliado na Av. Adelino de Souza Campos, nº 287 em ITIQUIRA - MT, designado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado **TATIANA DENISE SCHAKOFSKI,** Solteira, de nacionalidade Brasileira, Cargo de **MÉDICO PSF/HOSPITAL**, portador(a) da cédula de identidade RG 508011401-9 SJS/RSe do CPF n.º 011.865.750-00, residente e domiciliado(a) na Avenida Adelino de Souza Campos, nº 835 . Bairro: Centro**.** Município de Itiquira-MT, Estado de Mato Grosso, denominada **CONTRATADO(A)** que reger-se-á pelas cláusulas e condições adiante especificadas, fundamentadas na Legislação pertinente em vigor, e em especial no que consta no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com os artigos 52, incisos IV e X; 68, inciso VI da Lei Orgânica do município; com Lei Municipal nº 803/2013, Lei de Contratação Temporária nº 888/2015, Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016 e finalmente no que couber a Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, que disciplinam a formalização de contratos com a administração Pública, no que couber.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO DAS PARTES

Denominar-se-á, para os devidos e legais efeitos, ao MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT - Prefeitura Municipal – **CONTRATANTE**, e Senhor (a)**TATIANA DENISE SCHAKOFSKI– *CONTRATADO (A).***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A **CONTRATADO (A)** prestará ao **CONTRATANTE**, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **MÉDICO PSF/HOSPITAL-OURO BRANCO DO SUL,** devendo perfazer uma carga horária de40horas semanais.

Parágrafo Primeiro: A presente contratação (autorizada pela Lei nº 810/13), não constitui vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no inciso II, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

Os serviços objetos deste contrato serão executados pelo (a) **CONTRATADO(A)** ao **CONTRATANTE** no período de **um (01) ano**, a contar da data de convocação do contratado(a) podendo ser prorrogadopor igual período, de acordo com o interesse da administração. Aplica-se ao prazo contratual a disposição do artigo 3º, §§ 1º e 2º da Lei 888/15.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O preço ajustado para a prestação dos serviços objeto deste contrato corresponde ao valor-base do cargo constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2016, que será pago mensalmente ao(à) **CONTRATADO(A)**, por ocasião do pagamento dos serviços Públicos Municipais estatutários, em folha de pagamento para este fim destinado, com a emissão do respectivo demonstrativo de pagamento (Recibo de Salário/Pagamento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS FÉRIAS

As férias do(a) **CONTRATADO(A)** será concedida decorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício da função e proporcionais de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos para pagamento da prestação dos serviços objetos deste contrato correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o exercício em curso, suplementadas, se necessário, na forma da Lei, de acordo com a unidade orçamentária a que se refere a contratação no seguinte elemento de despesa:.

Unidade Orçamentária:

3190.04.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS SOCIAIS/TRIBUTOS

Os tributos/encargos sociais devidos pelo (a) **CONTRATADO(A)** pela execução deste contrato serão recolhidos pelo **CONTRATANTE**, mediante retenção na fonte por ocasião do pagamento da remuneração mensal, se for o caso, juntamente com a sua contrapartida, de acordo com a legislação vigente que disciplina a matéria, com especificidade para o disposto no Regime Geral de Previdência Social/RGPS.

CLÁUSULA OITAVA - DA EVENTUAL INADIMPLÊNCIA

A eventual inadimplência do (a) **CONTRATADO(A)** ou do **CONTRATANTE**, no cumprimento de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, será punida com uma multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor pactuado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) – automaticamente pelo término do prazo contratual, prescindindo qualquer outra formalidade;

b) - por iniciativa do contratado, que deverá comunicar o Contratante com a antecedência mínima de **trinta dias**, sob pena de aplicação de multa contratual.

c) - por iniciativa do contratante (Caso haja a extinção do serviço para o qual fora contratado, o contrato será rescindido mediante comunicação prévia ao contratado).

d) - por interesse da administração pública.

O contrato também será sumariamente rescindido pelo **CONTRATANTE**, sem que ao **CONTRATADO(A)** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o **CONTRATADO(A)** incidir em qualquer das faltas previstas no Regime Jurídico Administrativo (Lei nº 379/99), Lei Municipal nº 803/2013, bem como poderá ser rescindido para atender necessidades do Município.

Parágrafo Primeiro: **É motivo de rescisão da contratação, a ausência ao serviço por mais de três (3) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.**

Parágrafo Segundo: É também motivo de rescisão da contratação, a nomeação ou designação do contratado(a), ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo, ainda, quando não houver mais necessidades dos serviços.

CLÁSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Eventuais casos omissos, ou dúvidas surgidas em decorrência deste contrato, poderão ser equacionados entre o **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, e em havendo consenso, firmar-se-á Termo Aditivo entre as partes,

cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que passará a integrar necessária e obrigatoriamente este contrato, dele fazendo parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Itiquira, Estado de Mato Grosso para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja.

11.2. E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Itiquira/MT, 06 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE ITIQUIRA _____

HUMBERTO BORTOLINI TATIANA DENISE SCHAKOFSKI

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO(A)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1º_____ 2º_____

ELIANE NEUBERT LAURA CRISTINA DE OLIVEIRA

CPF:029.728.061-90 CPF: 936.752.671-72

PROCURADORIA JURIDICA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 056/2017.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Itiquira/MT, por sua unidade administrativa a Prefeitura Municipal de Itiquira, com sede na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311 – Centro, inscrita no CNPJ n.º 03.370. 251/0001-56 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HUMBERTO BORTOLINI**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade com RG. SSP/PR nº 4.392.099-5 e do CPF/MF n.º 352.935.601-82, residente e domiciliado na Av. Adelino de Souza Campos, nº 287 em ITIQUIRA - MT, designado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado **LUCIANA GUIMARAES SOBRINHO MARIANO,** casada, de nacionalidade Brasileira, Cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, portador(a) da cédula de identidade RG 2974444-0 SSP/MTe do CPF n.º 929.503.701-44, residente e domiciliado(a) na Rua Zenaide Avena de Oliveira Q- 29 L 03. Bairro: Ouro Branco do Sul**.** Município de Itiquira-mt, Estado de Mato Grosso, denominada **CONTRATADO(A)** que reger-se-á pelas cláusulas e condições adiante especificadas, fundamentadas na Legislação pertinente em vigor, e em especial no que consta no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com os artigos 52, incisos IV e X; 68, inciso VI da Lei Orgânica do município; com Lei Municipal nº 803/2013, Lei de Contratação Temporária nº 888/2015, Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016 e finalmente no que couber a Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, que disciplinam a formalização de contratos com a administração Pública, no que couber.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO DAS PARTES

Denominar-se-á, para os devidos e legais efeitos, ao MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT - Prefeitura Municipal – **CONTRATANTE**, e Senhor (a)**LUCIANA GUIMARAES SOBRINHO MARIANO– *CONTRATADO (A).***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A **CONTRATADO (A)** prestará ao **CONTRATANTE**, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM –OURO BRANCO DO SUL,** devendo perfazer uma carga horária de40horas semanais.

Parágrafo Primeiro: A presente contratação (autorizada pela Lei nº 810/13), não constitui vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no inciso II, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

Os serviços objetos deste contrato serão executados pelo (a) **CONTRATADO(A)** ao **CONTRATANTE** no período de **um (01) ano**, a contar da data de convocação do contratado(a) podendo ser prorrogadopor igual período, de acordo com o interesse da administração. Aplica-se ao prazo contratual a disposição do artigo 3º, §§ 1º e 2º da Lei 888/15.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O preço ajustado para a prestação dos serviços objeto deste contrato corresponde ao valor-base do cargo constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2016, que será pago mensalmente ao(à) **CONTRATADO(A)**, por ocasião do pagamento dos serviços Públicos Municipais estatutários, em folha de pagamento para este fim destinado, com a emissão do respectivo demonstrativo de pagamento (Recibo de Salário/Pagamento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS FÉRIAS

As férias do(a) **CONTRATADO(A)** será concedida decorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício da função e proporcionais de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos para pagamento da prestação dos serviços objetos deste contrato correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o exercício em curso, suplementadas, se necessário, na forma da Lei, de acordo com a unidade orçamentária a que se refere a contratação no seguinte elemento de despesa:.

Unidade Orçamentária:

3190.04.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS SOCIAIS/TRIBUTOS

Os tributos/encargos sociais devidos pelo (a) **CONTRATADO(A)** pela execução deste contrato serão recolhidos pelo **CONTRATANTE**, mediante retenção na fonte por ocasião do pagamento da remuneração mensal, se for o caso, juntamente com a sua contrapartida, de acordo com a legislação vigente que disciplina a matéria, com especificidade para o disposto no Regime Geral de Previdência Social/RGPS.

CLÁUSULA OITAVA - DA EVENTUAL INADIMPLÊNCIA

A eventual inadimplência do (a) **CONTRATADO(A)** ou do **CONTRATANTE**, no cumprimento de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, será punida com uma multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor pactuado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) – automaticamente pelo término do prazo contratual, prescindindo qualquer outra formalidade;

b) - por iniciativa do contratado, que deverá comunicar o Contratante com a antecedência mínima de **trinta dias**, sob pena de aplicação de multa contratual.

c) - por iniciativa do contratante (Caso haja a extinção do serviço para o qual fora contratado, o contrato será rescindido mediante comunicação prévia ao contratado).

d) - por interesse da administração pública.

O contrato também será sumariamente rescindido pelo **CONTRATANTE**, sem que ao **CONTRATADO(A)** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o **CONTRATADO(A)** incidir em qualquer das faltas previstas no Regime Jurídico Administrativo (Lei nº 379/99), Lei Municipal nº 803/2013, bem como poderá ser rescindido para atender necessidades do Município.

Parágrafo Primeiro: **É motivo de rescisão da contratação, a ausência ao serviço por mais de três (3) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.**

Parágrafo Segundo: É também motivo de rescisão da contratação, a nomeação ou designação do contratado(a), ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo, ainda, quando não houver mais necessidades dos serviços.

CLÁSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Eventuais casos omissos, ou dúvidas surgidas em decorrência deste contrato, poderão ser equacionados entre o **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, e em havendo consenso, firmar-se-á Termo Aditivo entre as partes, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que passará a integrar necessária e obrigatoriamente este contrato, dele fazendo parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Itiquira, Estado de Mato Grosso para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja.

11.2. E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Itiquira/MT, 01 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE ITIQUIRA _____

HUMBERTO BORTOLINI LUCIANA GUIMARAES SOBRINHO MARIANO

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO(A)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1º_____ 2º_____

LAURA CRISTINA DE OLIVEIRA ELIANE NEUBERT

CPF:936.752.671-72 CPF: 029.728.061-90

PROCURADORIA JURIDICA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 059/2017.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Itiquira/MT, por sua unidade administrativa a Prefeitura Municipal de Itiquira, com sede na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311 – Centro, inscrita no CNPJ n.º 03.370. 251/0001-56 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HUMBERTO BORTOLINI**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade com RG. SSP/PR nº 4.392.099-5 e do CPF/MF n.º 352.935.601-82, residente e domiciliado na Av. Adelino de Souza Campos, nº 287 em ITIQUIRA - MT, designado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado **GEISSY CAROLINA MAMORE DE FREITAS TUNES** Solteira, de nacionalidade Brasileira, Cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, portador(a) da cédula de identidade RG 1741718-0 SSP/MTe do CPF n.º 037.954. 091-60, residente e domiciliado(a) na Rua Anaides Alves Cabral nº s/n . Bairro: Sto Antoniol**.** Município de Itiquira-mt, Estado de Mato Grosso, denominada **CONTRATADO(A)** que reger-se-á pelas cláusulas e condições adiante especificadas, fundamentadas na Legislação pertinente em vigor, e em especial no que consta no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com os artigos 52, incisos IV e X; 68, inciso VI da Lei Orgânica do município; com Lei Municipal nº 803/2013, Lei de Contratação Temporária nº 888/2015, Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016 e finalmente no que couber a Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, que disciplinam a formalização de contratos com a administração Pública, no que couber.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO DAS PARTES

Denominar-se-á, para os devidos e legais efeitos, ao MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT - Prefeitura Municipal – **CONTRATANTE**, e Senhor (a)**GEISSY CAROLINA MAMORE DE FREITAS TUNES– *CONTRATADO (A).***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A **CONTRATADO (A)** prestará ao **CONTRATANTE**, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM -ITIQUIRA,** devendo perfazer uma carga horária de40horas semanais.

Parágrafo Primeiro: A presente contratação (autorizada pela Lei nº 810/13), não constitui vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no inciso II, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

Os serviços objetos deste contrato serão executados pelo (a) **CONTRATADO(A)** ao **CONTRATANTE** no período de **um (01) ano**, a contar da data de convocação do contratado(a) podendo ser prorrogadopor igual período, de acordo com o interesse da administração. Aplica-se ao prazo contratual a disposição do artigo 3º, §§ 1º e 2º da Lei 888/15.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O preço ajustado para a prestação dos serviços objeto deste contrato corresponde ao valor-base do cargo constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2016, que será pago mensalmente ao(à) **CONTRATADO(A)**, por ocasião do pagamento dos serviços Públicos Municipais estatutários, em folha de pagamento para este fim destinado, com a emissão do respectivo demonstrativo de pagamento (Recibo de Salário/Pagamento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS FÉRIAS

As férias do(a) **CONTRATADO(A)** será concedida decorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício da função e proporcionais de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos para pagamento da prestação dos serviços objetos deste contrato correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o exercício em curso, suplementadas, se necessário, na forma da Lei, de acordo com a unidade orçamentária a que se refere a contratação no seguinte elemento de despesa:.

Unidade Orçamentária:

3190.04.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS SOCIAIS/TRIBUTOS

Os tributos/encargos sociais devidos pelo (a) **CONTRATADO(A)** pela execução deste contrato serão recolhidos pelo **CONTRATANTE**, mediante retenção na fonte por ocasião do pagamento da remuneração mensal, se for o caso, juntamente com a sua contrapartida, de acordo com a legislação vigente que disciplina a matéria, com especificidade para o disposto no Regime Geral de Previdência Social/RGPS.

CLÁUSULA OITAVA - DA EVENTUAL INADIMPLÊNCIA

A eventual inadimplência do (a) **CONTRATADO(A)** ou do **CONTRATANTE**, no cumprimento de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, será punida com uma multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor pactuado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) – automaticamente pelo término do prazo contratual, prescindindo qualquer outra formalidade;

b) - por iniciativa do contratado, que deverá comunicar o Contratante com a antecedência mínima de **trinta dias**, sob pena de aplicação de multa contratual.

c) - por iniciativa do contratante (Caso haja a extinção do serviço para o qual fora contratado, o contrato será rescindido mediante comunicação prévia ao contratado).

d) - por interesse da administração pública.

O contrato também será sumariamente rescindido pelo **CONTRATANTE**, sem que ao **CONTRATADO(A)** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o **CONTRATADO(A)** incidir em qualquer das faltas previstas no Regime Jurídico Administrativo (Lei nº 379/99), Lei Municipal nº 803/2013, bem como poderá ser rescindido para atender necessidades do Município.

Parágrafo Primeiro: **É motivo de rescisão da contratação, a ausência ao serviço por mais de três (3) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.**

Parágrafo Segundo: É também motivo de rescisão da contratação, a nomeação ou designação do contratado(a), ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo, ainda, quando não houver mais necessidades dos serviços.

CLÁSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Eventuais casos omissos, ou dúvidas surgidas em decorrência deste contrato, poderão ser equacionados entre o **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, e em havendo consenso, firmar-se-á Termo Aditivo entre as partes, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que passará a integrar necessária e obrigatoriamente este contrato, dele fazendo parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Itiquira, Estado de Mato Grosso para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja.

11.2. E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Itiquira/MT, 03 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE ITIQUIRA _____

HUMBERTO BORTOLINI GEISSY CAROLINA MAMORE DE FREITAS TUNES

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO(A)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1º_____ **2º**_____

LAURA CRISTINA DE OLIVEIRA ELIANE NEUBERT

CPF:936.752.671-72 CPF: 029.728.061-90

PROCURADORIA JURIDICA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 061/2017.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Itiquira/MT, por sua unidade administrativa a Prefeitura Municipal de Itiquira, com sede na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311 – Centro, inscrita no CNPJ n.º 03.370.251/0001-56 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HUMBERTO BORTOLINI**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade com RG. SSP/PR nº 4.392.099-5 e do CPF/MF n.º 352.935.601-82, residente e domiciliado na Av. Adelino de Souza Campos, nº 287 em ITIQUIRA - MT, designado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado **LAURA REGINA MARTINS DUARTE,** Casada, de nacionalidade Brasileira, Cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, portador(a) da cédula de identidade RG 1483243-7 SESP/MTe do CPF n.º 000.909.531-42, residente e domiciliado(a) na Rua Interna Cm qd 18B, nº 02 . Bairro: Ouro Branco do Sul**.** Município de Rondonopolis-MT, Estado de Mato Grosso, denominada **CONTRATADO(A)** que reger-se-á pelas cláusulas e condições adiante especificadas, fundamentadas na Legislação pertinente em vigor, e em especial no que consta no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com os artigos 52, incisos IV e X; 68, inciso VI da Lei Orgânica do município; com Lei Municipal nº 803/2013, Lei de Contratação Temporária nº 888/2015, Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016 e finalmente no que couber a Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, que disciplinam a formalização de contratos com a administração Pública, no que couber.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO DAS PARTES

Denominar-se-á, para os devidos e legais efeitos, ao MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT - Prefeitura Municipal – **CONTRATANTE**, e Senhor (a)**LAURA REGINA MARTINS DUARTE– *CONTRATADO (A).***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A **CONTRATADO (A)** prestará ao **CONTRATANTE**, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM-OURO BRANCO DO SUL,** devendo perfazer uma carga horária de40horas semanais.

Parágrafo Primeiro: A presente contratação (autorizada pela Lei nº 810/13), não constitui vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no inciso II, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

Os serviços objetos deste contrato serão executados pelo (a) **CONTRATADO(A)** ao **CONTRATANTE** no período de **um (01) ano**, a contar da data de convocação do contratado(a) podendo ser prorrogadopor igual período, de acordo com o interesse da administração. Aplica-se ao prazo contratual a disposição do artigo 3º, §§ 1º e 2º da Lei 888/15.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O preço ajustado para a prestação dos serviços objeto deste contrato corresponde ao valor-base do cargo constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2016, que será pago mensalmente ao(à) **CONTRATADO(A)**, por ocasião do pagamento dos serviços Públicos Municipais estatutários, em folha de pagamento para este fim destinado, com a emissão do respectivo demonstrativo de pagamento (Recibo de Salário/Pagamento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS FÉRIAS

As férias do(a) **CONTRATADO(A)** será concedida decorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício da função e proporcionais de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos para pagamento da prestação dos serviços objetos deste contrato correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o exercício em curso, suplementadas, se necessário, na forma da Lei, de acordo com a unidade orçamentária a que se refere a contratação no seguinte elemento de despesa:.

Unidade Orçamentária:

3190.04.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS SOCIAIS/TRIBUTOS

Os tributos/encargos sociais devidos pelo (a) **CONTRATADO(A)** pela execução deste contrato serão recolhidos pelo **CONTRATANTE**, mediante re-

tenção na fonte por ocasião do pagamento da remuneração mensal, se for o caso, juntamente com a sua contrapartida, de acordo com a legislação vigente que disciplina a matéria, com especificidade para o disposto no Regime Geral de Previdência Social/RGPS.

CLÁUSULA OITAVA - DA EVENTUAL INADIMPLÊNCIA

A eventual inadimplência do (a) **CONTRATADO(A)** ou do **CONTRATANTE**, no cumprimento de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, será punida com uma multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor pactuado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) – automaticamente pelo término do prazo contratual, prescindindo qualquer outra formalidade;

b) - por iniciativa do contratado, que deverá comunicar o Contratante com a antecedência mínima de **trinta dias**, sob pena de aplicação de multa contratual.

c) - por iniciativa do contratante (Caso haja a extinção do serviço para o qual fora contratado, o contrato será rescindido mediante comunicação prévia ao contratado).

d) - por interesse da administração pública.

O contrato também será sumariamente rescindido pelo **CONTRATANTE**, sem que ao **CONTRATADO(A)** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o **CONTRATADO(A)** incidir em qualquer das faltas previstas no Regime Jurídico Administrativo (Lei nº 379/99), Lei Municipal nº 803/2013, bem como poderá ser rescindido para atender necessidades do Município.

Parágrafo Primeiro: **É motivo de rescisão da contratação, a ausência ao serviço por mais de três (3) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.**

Parágrafo Segundo: É também motivo de rescisão da contratação, a nomeação ou designação do contratado(a), ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo, ainda, quando não houver mais necessidades dos serviços.

CLÁSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Eventuais casos omissos, ou dúvidas surgidas em decorrência deste contrato, poderão ser equacionados entre o **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, e em havendo consenso, firmar-se-á Termo Aditivo entre as partes, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que passará a integrar necessária e obrigatoriamente este contrato, dele fazendo parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Itiquira, Estado de Mato Grosso para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja.

11.2. E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Itiquira/MT, 06 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE ITIQUIRA _____

HUMBERTO BORTOLINI LAURA REGINA MARTINS DUARTE

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO(A)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1º_____ **2º**_____

LAURA CRISTINA DE OLIVEIRA ELIANE NEUBERT

CPF:936.752.671-72 CPF: 029.728.061-90

PROCURADORIA JURIDICA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 062/2017.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Itiquira/MT, por sua unidade administrativa a Prefeitura Municipal de Itiquira, com sede na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311 – Centro, inscrita no CNPJ n.º 03.370. 251/0001-56 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HUMBERTO BORTOLINI**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade com RG. SSP/PR nº 4.392.099-5 e do CPF/MF n.º 352.935.601-82, residente e domiciliado na Av. Adelino de Souza Campos, nº 287 em ITIQUIRA - MT, designado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado **UARLA SAMARA GALDINO BATISTA,** Casada, de nacionalidade Brasileira, Cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, portador(a) da cédula de identidade RG 1692125-9 SEJSP/MTe do CPF n.º 023.483.611-32, residente e domiciliado(a) na Rua Elpidio Pereira da Silva, nº 122 . Bairro: Jardim Planalto**.** Município de Itiquira-MT, Estado de Mato Grosso, denominada **CONTRATADO(A)** que reger-se-á pelas cláusulas e condições adiante especificadas, fundamentadas na Legislação pertinente em vigor, e em especial no que consta no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com os artigos 52, incisos IV e X; 68, inciso VI da Lei Orgânica do município; com Lei Municipal nº 803/2013, Lei de Contratação Temporária nº 888/2015, Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016 e finalmente no que couber a Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, que disciplinam a formalização de contratos com a administração Pública, no que couber.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO DAS PARTES

Denominar-se-á, para os devidos e legais efeitos, ao MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT - Prefeitura Municipal – **CONTRATANTE**, e Senhor (a)**UARLA SAMARA GALDINO BATISTA– *CONTRATADO (A).***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A **CONTRATADO (A)** prestará ao **CONTRATANTE**, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **TÉCNICO EM ENFERMAGEM-ITIQUIRA,** devendo perfazer uma carga horária de40horas semanais.

Parágrafo Primeiro: A presente contratação (autorizada pela Lei nº 810/13), não constitui vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no inciso II, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

Os serviços objetos deste contrato serão executados pelo (a) **CONTRATADO(A)** ao **CONTRATANTE** no período de **um (01) ano**, a contar da data de convocação do contratado(a) podendo ser prorrogadopor igual período, de acordo com o interesse da administração. Aplica-se ao prazo contratual a disposição do artigo 3º, §§ 1º e 2º da Lei 888/15.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O preço ajustado para a prestação dos serviços objeto deste contrato corresponde ao valor-base do cargo constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2016, que será pago mensalmente ao(à) **CONTRATADO(A)**, por ocasião do pagamento dos serviços Públicos Municipais estatutários, em folha de pagamento para este fim destinado, com a emissão do respectivo demonstrativo de pagamento (Recibo de Salário/Pagamento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS FÉRIAS

As férias do(a) **CONTRATADO(A)** será concedida decorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício da função e proporcionais de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos para pagamento da prestação dos serviços objetos deste contrato correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o exercício em curso, suplementadas, se necessário, na forma da Lei, de acordo com a unidade orçamentária a que se refere a contratação no seguinte elemento de despesa:.

Unidade Orçamentária:

3190.04.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS SOCIAIS/TRIBUTOS

Os tributos/encargos sociais devidos pelo (a) **CONTRATADO(A)** pela execução deste contrato serão recolhidos pelo **CONTRATANTE**, mediante retenção na fonte por ocasião do pagamento da remuneração mensal, se for o caso, juntamente com a sua contrapartida, de acordo com a legislação vigente que disciplina a matéria, com especificidade para o disposto no Regime Geral de Previdência Social/RGPS.

CLÁUSULA OITAVA - DA EVENTUAL INADIMPLÊNCIA

A eventual inadimplência do (a) **CONTRATADO(A)** ou do **CONTRATANTE**, no cumprimento de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, será punida com uma multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor pactuado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) – automaticamente pelo término do prazo contratual, prescindindo qualquer outra formalidade;

b) - por iniciativa do contratado, que deverá comunicar o Contratante com a antecedência mínima de **trinta dias**, sob pena de aplicação de multa contratual.

c) - por iniciativa do contratante (Caso haja a extinção do serviço para o qual fora contratado, o contrato será rescindido mediante comunicação prévia ao contratado).

d) - por interesse da administração pública.

O contrato também será sumariamente rescindido pelo **CONTRATANTE**, sem que ao **CONTRATADO(A)** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o **CONTRATADO(A)** incidir em qualquer das faltas previstas no Regime Jurídico Administrativo (Lei nº 379/99), Lei Municipal nº 803/2013, bem como poderá ser rescindido para atender necessidades do Município.

Parágrafo Primeiro: **É motivo de rescisão da contratação, a ausência ao serviço por mais de três (3) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.**

Parágrafo Segundo: É também motivo de rescisão da contratação, a nomeação ou designação do contratado(a), ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo, ainda, quando não houver mais necessidades dos serviços.

CLÁSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Eventuais casos omissos, ou dúvidas surgidas em decorrência deste contrato, poderão ser equacionados entre o **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, e em havendo consenso, firmar-se-á Termo Aditivo entre as partes, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que passará a integrar necessária e obrigatoriamente este contrato, dele fazendo parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Itiquira, Estado de Mato Grosso para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja.

11.2. E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Itiquira/MT, 06 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE ITIQUIRA _____

HUMBERTO BORTOLINI UARLA SAMARA GALDINO BATISTA

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO(A)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1º_____ 2º_____

ELIANE NEUBERT LAURA CRISTINA DE OLIVEIRA

CPF:029.728.061-90 CPF: 936.752.671-72

PROCURADORIA JURIDICA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 063/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 063/2017.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Itiquira/MT, por sua unidade administrativa a Prefeitura Municipal de Itiquira, com sede na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311 – Centro, inscrita no CNPJ n.º 03.370. 251/0001-56 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HUMBERTO BORTOLINI**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade com RG. SSP/PR nº 4.392.099-5 e do CPF/MF n.º 352.935.601-82, residente e domiciliado na Av. Adelino de Souza Campos, nº 287 em ITIQUIRA - MT, designado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado **DAIANE CORTEZ,** Solteira, de nacionalidade Brasileira, Cargo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, portador(a) da cédula de identidade RG 1522065-6 SSP/MTe do CPF n.º 016.738.181-45, residente e domiciliado(a) na Rua José Ferreira de Caravlho, nº 745 . Bairro: Centro**.** Município de Itiquira-MT, Estado de Mato Grosso, denominada **CONTRATADO(A)** que reger-se-á pelas cláusulas e condições adiante especificadas, fundamentadas na Legislação pertinente em vigor, e em especial no que consta no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com os artigos 52, incisos IV e X; 68, inciso VI da Lei Orgânica do município; com Lei Municipal nº 803/2013, Lei de Contratação Temporária nº 888/2015, Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016 e finalmente no que couber a Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, que disciplinam a formalização de contratos com a administração Pública, no que couber.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO DAS PARTES

Denominar-se-á, para os devidos e legais efeitos, ao MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT - Prefeitura Municipal – **CONTRATANTE**, e Senhor (a)**DAIANE CORTEZ– *CONTRATADO (A).***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A **CONTRATADO (A)** prestará ao **CONTRATANTE**, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL-ITIQUIRA,** devendo perfazer uma carga horária de40horas semanais.

Parágrafo Primeiro: A presente contratação (autorizada pela Lei nº 810/13), não constitui vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no inciso II, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

Os serviços objetos deste contrato serão executados pelo (a) **CONTRATADO(A)** ao **CONTRATANTE** no período de **um (01) ano**, a contar da data de convocação do contratado(a) podendo ser prorrogadopor igual perío-

do, de acordo com o interesse da administração. Aplica-se ao prazo contratual a disposição do artigo 3º, §§ 1º e 2º da Lei 888/15.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O preço ajustado para a prestação dos serviços objeto deste contrato corresponde ao valor-base do cargo constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 004/2015, que será pago mensalmente ao(à) **CONTRATADO(A)**, por ocasião do pagamento dos serviços Públicos Municipais estatutários, em folha de pagamento para este fim destinado, com a emissão do respectivo demonstrativo de pagamento (Recibo de Salário/Pagamento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS FÉRIAS

As férias do(a) **CONTRATADO(A)** será concedida decorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício da função e proporcionais de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos para pagamento da prestação dos serviços objetos deste contrato correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o exercício em curso, suplementadas, se necessário, na forma da Lei, de acordo com a unidade orçamentária a que se refere a contratação no seguinte elemento de despesa:.

Unidade Orçamentária:

3190.04.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS SOCIAIS/TRIBUTOS

Os tributos/encargos sociais devidos pelo (a) **CONTRATADO(A)** pela execução deste contrato serão recolhidos pelo **CONTRATANTE**, mediante retenção na fonte por ocasião do pagamento da remuneração mensal, se for o caso, juntamente com a sua contrapartida, de acordo com a legislação vigente que disciplina a matéria, com especificidade para o disposto no Regime Geral de Previdência Social/RGPS.

CLÁUSULA OITAVA - DA EVENTUAL INADIMPLÊNCIA

A eventual inadimplência do (a) **CONTRATADO(A)** ou do **CONTRATANTE**, no cumprimento de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, será punida com uma multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor pactuado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) – automaticamente pelo término do prazo contratual, prescindindo qualquer outra formalidade;

b) - por iniciativa do contratado, que deverá comunicar o Contratante com a antecedência mínima de **trinta dias**, sob pena de aplicação de multa contratual.

c) - por iniciativa do contratante (Caso haja a extinção do serviço para o qual fora contratado, o contrato será rescindido mediante comunicação prévia ao contratado).

d) - por interesse da administração pública.

O contrato também será sumariamente rescindido pelo **CONTRATANTE**, sem que ao **CONTRATADO(A)** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o **CONTRATADO(A)** incidir em qualquer das faltas previstas no Regime Jurídico Administrativo (Lei nº 379/99), Lei Municipal nº 803/2013, bem como poderá ser rescindido para atender necessidades do Município.

Parágrafo Primeiro: **É motivo de rescisão da contratação, a ausência ao serviço por mais de três (3) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.**

Parágrafo Segundo: É também motivo de rescisão da contratação, a nomeação ou designação do contratado(a), ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo, ainda, quando não houver mais necessidades dos serviços.

CLÁSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Eventuais casos omissos, ou dúvidas surgidas em decorrência deste contrato, poderão ser equacionados entre o **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, e em havendo consenso, firmar-se-á Termo Aditivo entre as partes, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que passará a integrar necessária e obrigatoriamente este contrato, dele fazendo parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Itiquira, Estado de Mato Grosso para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja.

11.2. E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Itiquira/MT, 06 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE ITIQUIRA _____

HUMBERTO BORTOLINI DAIANE CORTEZ

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO(A)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1º_____ 2º_____

ELIANE NEUBERT LAURA CRISTINA DE OLIVEIRA

CPF:029.728.061-90 CPF: 936.752.671-72

PROCURADORIA JURIDICA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2017.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Itiquira/MT, por sua unidade administrativa a Prefeitura Municipal de Itiquira, com sede na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311 – Centro, inscrita no CNPJ n.º 03.370. 251/0001-56 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HUMBERTO BORTOLINI**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade com RG. SSP/PR nº 4.392.099-5 e do CPF/MF n.º 352.935.601-82, residente e domiciliado na Av. Adelino de Souza Campos, nº 287 em ITIQUIRA - MT, designado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado **ACLESIANA DE SOUZA SANTOS JOTA,** Casada, de nacionalidade Brasileira, Cargo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, portador(a) da cédula de identidade RG 2257236-8 SSP/MTe do CPF n.º 054.408. 141-24, residente e domiciliado(a) na Rua Das Garças, qd 24, nº 05 . Bairro: Ouro Branco do Sul**.** Município de Itiquira-MT, Estado de Mato Grosso, denominada **CONTRATADO(A)** que reger-se-á pelas cláusulas e condições adiante especificadas, fundamentadas na Legislação pertinente em vigor, e em especial no que consta no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com os artigos 52, incisos IV e X; 68, inciso VI da Lei Orgânica do município; com Lei Municipal nº 803/2013, Lei de Contratação Temporária nº 888/2015, Processo Seletivo Simplificado nº 004/ 2015 e finalmente no que couber a Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, que disciplinam a formalização de contratos com a administração Pública, no que couber.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO DAS PARTES

Denominar-se-á, para os devidos e legais efeitos, ao MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT - Prefeitura Municipal – **CONTRATANTE**, e Senhor (a)**ACLESIANA DE SOUZA SANTOS JOTA–** ***CONTRATADO (A).***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A **CONTRATADO (A)** prestará ao **CONTRATANTE**, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL-OURO BRANCO DO SUL,** devendo perfazer uma carga horária de40horas semanais.

Parágrafo Primeiro: A presente contratação (autorizada pela Lei nº 810/13), não constitui vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no inciso II, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

Os serviços objetos deste contrato serão executados pelo (a) **CONTRATADO(A)** ao **CONTRATANTE** no período de **um (01) ano**, a contar da data de convocação do contratado(a) podendo ser prorrogadopor igual período, de acordo com o interesse da administração. Aplica-se ao prazo contratual a disposição do artigo 3º, §§ 1º e 2º da Lei 888/15.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O preço ajustado para a prestação dos serviços objeto deste contrato corresponde ao valor-base do cargo constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 004/2015, que será pago mensalmente ao(à) **CONTRATADO(A)**, por ocasião do pagamento dos serviços Públicos Municipais estatutários, em folha de pagamento para este fim destinado, com a emissão do respectivo demonstrativo de pagamento (Recibo de Salário/Pagamento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS FÉRIAS

As férias do(a) **CONTRATADO(A)** será concedida decorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício da função e proporcionais de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos para pagamento da prestação dos serviços objetos deste contrato correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o exercício em curso, suplementadas, se necessário, na forma da Lei, de acordo com a unidade orçamentária a que se refere a contratação no seguinte elemento de despesa:.

Unidade Orçamentária:

3190.04.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS SOCIAIS/TRIBUTOS

Os tributos/encargos sociais devidos pelo (a) **CONTRATADO(A)** pela execução deste contrato serão recolhidos pelo **CONTRATANTE**, mediante retenção na fonte por ocasião do pagamento da remuneração mensal, se for o caso, juntamente com a sua contrapartida, de acordo com a legislação vigente que disciplina a matéria, com especificidade para o disposto no Regime Geral de Previdência Social/RGPS.

CLÁUSULA OITAVA - DA EVENTUAL INADIMPLÊNCIA

A eventual inadimplência do (a) **CONTRATADO(A)** ou do **CONTRATANTE**, no cumprimento de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, será punida com uma multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor pactuado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) – automaticamente pelo término do prazo contratual, prescindindo qualquer outra formalidade;

b) - por iniciativa do contratado, que deverá comunicar o Contratante com a antecedência mínima de **trinta dias**, sob pena de aplicação de multa contratual.

c) - por iniciativa do contratante (Caso haja a extinção do serviço para o qual fora contratado, o contrato será rescindido mediante comunicação prévia ao contratado).

d) - por interesse da administração pública.

O contrato também será sumariamente rescindido pelo **CONTRATANTE**, sem que ao **CONTRATADO(A)** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o **CONTRATADO(A)** incidir em qualquer das faltas previstas no Regime Jurídico Administrativo (Lei nº 379/99), Lei Municipal nº 803/2013, bem como poderá ser rescindido para atender necessidades do Município.

Parágrafo Primeiro: **É motivo de rescisão da contratação, a ausência ao serviço por mais de três (3) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.**

Parágrafo Segundo: É também motivo de rescisão da contratação, a nomeação ou designação do contratado(a), ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo, ainda, quando não houver mais necessidades dos serviços.

CLÁSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Eventuais casos omissos, ou dúvidas surgidas em decorrência deste contrato, poderão ser equacionados entre o **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, e em havendo consenso, firmar-se-á Termo Aditivo entre as partes, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que passará a integrar necessária e obrigatoriamente este contrato, dele fazendo parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Itiquira, Estado de Mato Grosso para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja.

11.2. E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Itiquira/MT, 08 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE ITIQUIRA _____

HUMBERTO BORTOLINI ACLESIANA DE SOUZA SANTOS JOTA

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO(A)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1º_____ 2º_____

ELIANE NEUBERT LAURA CRISTINA DE OLIVEIRA

CPF:029.728.061-90 CPF: 936.752.671-72

PROCURADORIA JURIDICA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2017.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Itiquira/MT, por sua unidade administrativa a Prefeitura Municipal de Itiquira, com sede na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311 – Centro, inscrita no CNPJ n.º 03.370.251/0001-56 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HUMBERTO BORTOLINI**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade com RG. SSP/PR nº 4.392.099-5 e do CPF/MF n.º 352.935.601-82, residente e domiciliado na Av. Adelino de Souza Campos, nº 287 em ITIQUIRA - MT, designado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado **ROSALI FERNANDES FERREIRA** Casada, de nacionalidade Brasileira, Cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, portador(a) da cédula de identidade RG 1522040-0 SSP/MTe do CPF n.º 016.956.981-00, residente e domiciliado(a) na Rua Joao Domingos Barreto nº 151 . Bairro: Jd Planaltol**.**

Município de Itiquira-mt, Estado de Mato Grosso, denominada **CONTRATADO(A)** que reger-se-á pelas cláusulas e condições adiante especificadas, fundamentadas na Legislação pertinente em vigor, e em especial no que consta no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com os artigos 52, incisos IV e X; 68, inciso VI da Lei Orgânica do município; com Lei Municipal nº 803/2013, Lei de Contratação Temporária nº 888/2015, Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016 e finalmente no que couber a Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, que disciplinam a formalização de contratos com a administração Pública, no que couber.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO DAS PARTES

Denominar-se-á, para os devidos e legais efeitos, ao MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT - Prefeitura Municipal – **CONTRATANTE**, e Senhor (a)**ROSALI FERNANDES FERREIRA– *CONTRATADO (A).***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A **CONTRATADO (A)** prestará ao **CONTRATANTE**, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM -ITIQUIRA,** devendo perfazer uma carga horária de40horas semanais.

Parágrafo Primeiro: A presente contratação (autorizada pela Lei nº 810/13), não constitui vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no inciso II, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

Os serviços objetos deste contrato serão executados pelo (a) **CONTRATADO(A)** ao **CONTRATANTE** no período de **um (01) ano**, a contar da data de convocação do contratado(a) podendo ser prorrogadopor igual período, de acordo com o interesse da administração. Aplica-se ao prazo contratual a disposição do artigo 3º, §§ 1º e 2º da Lei 888/15.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O preço ajustado para a prestação dos serviços objeto deste contrato corresponde ao valor-base do cargo constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2016, que será pago mensalmente ao(à) **CONTRATADO(A)**, por ocasião do pagamento dos serviços Públicos Municipais estatutários, em folha de pagamento para este fim destinado, com a emissão do respectivo demonstrativo de pagamento (Recibo de Salário/Pagamento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS FÉRIAS

As férias do(a) **CONTRATADO(A)** será concedida decorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício da função e proporcionais de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos para pagamento da prestação dos serviços objetos deste contrato correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o exercício em curso, suplementadas, se necessário, na forma da Lei, de acordo com a unidade orçamentária a que se refere a contratação no seguinte elemento de despesa:.

Unidade Orçamentária:

3190.04.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS SOCIAIS/TRIBUTOS

Os tributos/encargos sociais devidos pelo (a) **CONTRATADO(A)** pela execução deste contrato serão recolhidos pelo **CONTRATANTE**, mediante retenção na fonte por ocasião do pagamento da remuneração mensal, se for o caso, juntamente com a sua contrapartida, de acordo com a legislação vigente que disciplina a matéria, com especificidade para o disposto no Regime Geral de Previdência Social/RGPS.

CLÁUSULA OITAVA - DA EVENTUAL INADIMPLÊNCIA

A eventual inadimplência do (a) **CONTRATADO(A)** ou do **CONTRATANTE**, no cumprimento de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, será punida com uma multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor pactuado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) – automaticamente pelo término do prazo contratual, prescindindo qualquer outra formalidade;

b) - por iniciativa do contratado, que deverá comunicar o Contratante com a antecedência mínima de **trinta dias**, sob pena de aplicação de multa contratual.

c) - por iniciativa do contratante (Caso haja a extinção do serviço para o qual fora contratado, o contrato será rescindido mediante comunicação prévia ao contratado).

d) - por interesse da administração pública.

O contrato também será sumariamente rescindido pelo **CONTRATANTE**, sem que ao **CONTRATADO(A)** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o **CONTRATADO(A)** incidir em qualquer das faltas previstas no Regime Jurídico Administrativo (Lei nº 379/99), Lei Municipal nº 803/2013, bem como poderá ser rescindido para atender necessidades do Município.

Parágrafo Primeiro: **É motivo de rescisão da contratação, a ausência ao serviço por mais de três (3) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.**

Parágrafo Segundo: É também motivo de rescisão da contratação, a nomeação ou designação do contratado(a), ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo, ainda, quando não houver mais necessidades dos serviços.

CLÁSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Eventuais casos omissos, ou dúvidas surgidas em decorrência deste contrato, poderão ser equacionados entre o **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, e em havendo consenso, firmar-se-á Termo Aditivo entre as partes, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que passará a integrar necessária e obrigatoriamente este contrato, dele fazendo parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Itiquira, Estado de Mato Grosso para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja.

11.2. E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Itiquira/MT, 03 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE ITIQUIRA _____

HUMBERTO BORTOLINI ROSALI FERNANDES FERREIRA

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO(A)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1º_____ **2º**_____

LAURA CRISTINA DE OLIVEIRA ELIANE NEUBERT

CPF:936.752.671-72 CPF: 029.728.061-90

PROCURADORIA JURIDICA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2017.

(Professor(a))

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Itiquira/MT, por sua unidade administrativa a Prefeitura Municipal de Itiquira, com se de na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311 – Centro, inscrita no CNPJ n.º 03.370. 251/0001-56 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HUMBERTO BORTOLINI**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade com RG. SSP/PR nº 4.392.099-5 e do CPF/MF n.º 352.935.601-82, residente e domiciliado na Av. Adelino de Souza Campos, nº 287 em ITIQUIRA - MT, designado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado

ANTONIA PEREIRA RANGEL, Divorciada de nacionalidade brasileiro (a), Cargo de **PROFESSOR NÍVEL II-AREA DE CIENCIAS DA NATUREZA**, portador(a) da cédula de identidade RG. nº2079328-6/SSP/MTe do CPF n.º 870.447.491-00, residente e domiciliado(a) na Rua João Batista Vidotti,s/nº . Bairro: Centro. Município de Itiquira-MT, Estado de Mato Grosso, que reger-se-á pelas cláusulas e condições adiante especificadas, fundamentadas na Legislação pertinente em vigor, e em especial no que consta no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com os artigos 52, incisos IV e X; 68, inciso VI da Lei Orgânica do município; com Lei Municipal nº 803/2013, Lei de Contratação Temporária nº 888/2015, Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016 e finalmente no que couber a Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, que disciplinam a formalização de contratos com a administração Pública, no que couber.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO DAS PARTES

Denominar-se-á, para os devidos e legais efeitos, ao MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT - Prefeitura Municipal – **CONTRATANTE**, e Senhor (a)**ANTONINA PEREIA RANGEL– *CONTRATADO (A).***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A **CONTRATADO (A)** prestará ao **CONTRATANTE**, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II-AREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA-ITIQUIRA, devendo perfazer uma carga horária de 30 horas semanais.

Parágrafo Primeiro: A presente contratação (autorizada pela Lei nº 810/13), não constitui vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no inciso II, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

Os serviços objetos deste contrato serão executados pelo (a) **CONTRATADO(A)** ao **CONTRATANTE** no período de **COMPREENDIDO de** 09/03/2017 **a** 31/12/2017**, correspondente ao ano letivo fixado pelo calendário escolar, conforme previsto no artigo 6º da Lei nº 803/13**. Aplica-se ao prazo contratual a disposição do artigo 3º, §§ 1º e 2º da Lei 810/13.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O preço ajustado para a prestação dos serviços objeto deste contrato corresponde ao valor-base do cargo constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2016, que será pago mensalmente ao(à) **CONTRATADO(A)**, por ocasião do pagamento dos serviços Públicos Municipais estatutários, em folha de pagamento para este fim destinado, com a emissão do respectivo demonstrativo de pagamento (Recibo de Salário/Pagamento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS FÉRIAS

As férias do(a) **CONTRATADO(A)** será concedida decorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício da função e proporcionais na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos para pagamento da prestação dos serviços objetos deste contrato correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o exercício em curso, suplementadas, se necessário, na forma da Lei, de acordo com a unidade orçamentária a que se refere a contratação no seguinte elemento de despesa:.

Unidade Orçamentária:

3190.04.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS SOCIAIS/TRIBUTOS

Os tributos/encargos sociais devidos pelo (a) **CONTRATADO(A)** pela execução deste contrato serão recolhidos pelo **CONTRATANTE**, mediante retenção na fonte por ocasião do pagamento da remuneração mensal, se for o caso, juntamente com a sua contrapartida, de acordo com a legislação vigente que disciplina a matéria, com especificidade para o disposto no Regime Geral de Previdência Social/RGPS.

CLÁUSULA OITAVA - DA EVENTUAL INADIMPLÊNCIA

A eventual inadimplência do (a) **CONTRATADO(A)** ou do **CONTRATANTE**, no cumprimento de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, será punida com uma multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor pactuado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) – automaticamente pelo término do prazo contratual, prescindindo qualquer outra formalidade;

b) - por iniciativa do contratado, que deverá comunicar o Contratante com a antecedência mínima de **trinta dias**, sob pena de aplicação de multa contratual.

c) - por iniciativa do contratante (Caso haja a extinção do serviço para o qual fora contratado, o contrato será rescindido mediante comunicação prévia ao contratado).

d) - por interesse da administração pública.

O contrato também será sumariamente rescindido pelo **CONTRATANTE**, sem que ao **CONTRATADO(A)** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o **CONTRATADO(A)** incidir em qualquer das faltas previstas no Regime Jurídico Administrativo (Lei nº 379/99), Lei Municipal nº 803/2013, bem como poderá ser rescindido para atender necessidades do Município.

Parágrafo Primeiro: **É motivo de rescisão da contratação, a ausência ao serviço por mais de três (3) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.**

Parágrafo Segundo: É também motivo de rescisão da contratação, a nomeação ou designação do contratado(a), ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo, ainda, quando não houver mais necessidades dos serviços.

CLÁSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Eventuais casos omissos, ou dúvidas surgidas em decorrência deste contrato, poderão ser equacionados entre o **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, e em havendo consenso, firmar-se-á Termo Aditivo entre as partes, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que passará a integrar necessária e obrigatoriamente este contrato, dele fazendo parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Itiquira, Estado de Mato Grosso para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja.

11.2. E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Itiquira/MT, 09 de Março de 2017.

MUNICÍPIO DE ITIQUIRA _____

HUMBERTO BORTOLINI ANTONINA PEREIRA RANGEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE CONTRATADO(A)

TESTEMUNHAS:

1º_____ 2º_____

ELIANE NEUBERT LAURA CRISTINA DE OLIVEIRA

CPF:029.728.061-90 CPF: 936.752.671-72

PROCURADORIA JURIDICA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 067/2017.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Itiquira/MT, por sua unidade administrativa a Prefeitura Municipal de Itiquira, com sede na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311 – Centro, inscrita no CNPJ n.º 03.370. 251/0001-56 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HUMBERTO BORTOLINI**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade com RG. SSP/PR nº 4.392.099-5 e do CPF/MF n.º 352.935.601-82, residente e domiciliado na Av. Adelino de Souza Campos, nº 287 em ITIQUIRA - MT, designado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado **VALDECLEIA DURAN ALONSO,** Divorciada, de nacionalidade Brasileira, Cargo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, portador(a) da cédula de identidade RG 1184710-7 SESP/MTe do CPF n.º 010.323.241-98, residente e domiciliado(a) na Rua Fernando Correa da Costa, nº 361 . Bairro: Centro**.** Município de Itiquira-MT, Estado de Mato Grosso, denominada **CONTRATADO(A)** que reger-se-á pelas cláusulas e condições adiante especificadas, fundamentadas na Legislação pertinente em vigor, e em especial no que consta no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com os artigos 52, incisos IV e X; 68, inciso VI da Lei Orgânica do município; com Lei Municipal nº 803/2013, Lei de Contratação Temporária nº 888/2015, Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015 e finalmente no que couber a Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, que disciplinam a formalização de contratos com a administração Pública, no que couber.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO DAS PARTES

Denominar-se-á, para os devidos e legais efeitos, ao MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT - Prefeitura Municipal – **CONTRATANTE**, e Senhor (a)**VALDECLEIA DURAN ALONSO– *CONTRATADO (A).***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A **CONTRATADO (A)** prestará ao **CONTRATANTE**, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL-ITIQUIRA,** devendo perfazer uma carga horária de40horas semanais.

Parágrafo Primeiro: A presente contratação (autorizada pela Lei nº 810/13), não constitui vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no inciso II, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

Os serviços objetos deste contrato serão executados pelo (a) **CONTRATADO(A)** ao **CONTRATANTE** no período de **um (01) ano**, a contar da data de convocação do contratado(a) podendo ser prorrogadopor igual período, de acordo com o interesse da administração. Aplica-se ao prazo contratual a disposição do artigo 3º, §§ 1º e 2º da Lei 888/15.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O preço ajustado para a prestação dos serviços objeto deste contrato corresponde ao valor-base do cargo constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 004/2015, que será pago mensalmente ao(à) **CONTRATADO(A)**, por ocasião do pagamento dos serviços Públicos Municipais estatutários, em folha de pagamento para este fim destinado, com a emissão do respectivo demonstrativo de pagamento (Recibo de Salário/Pagamento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS FÉRIAS

As férias do(a) **CONTRATADO(A)** será concedida decorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício da função e proporcionais de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos para pagamento da prestação dos serviços objetos deste contrato correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o exercício em curso, suplementadas, se necessário, na forma da Lei, de acordo com a unidade orçamentária a que se refere a contratação no seguinte elemento de despesa:.

Unidade Orçamentária:

3190.04.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS SOCIAIS/TRIBUTOS

Os tributos/encargos sociais devidos pelo (a) **CONTRATADO(A)** pela execução deste contrato serão recolhidos pelo **CONTRATANTE**, mediante retenção na fonte por ocasião do pagamento da remuneração mensal, se for o caso, juntamente com a sua contrapartida, de acordo com a legislação vigente que disciplina a matéria, com especificidade para o disposto no Regime Geral de Previdência Social/RGPS.

CLÁUSULA OITAVA - DA EVENTUAL INADIMPLÊNCIA

A eventual inadimplência do (a) **CONTRATADO(A)** ou do **CONTRATANTE**, no cumprimento de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, será punida com uma multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor pactuado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) – automaticamente pelo término do prazo contratual, prescindindo qualquer outra formalidade;

b) - por iniciativa do contratado, que deverá comunicar o Contratante com a antecedência mínima de **trinta dias**, sob pena de aplicação de multa contratual.

c) - por iniciativa do contratante (Caso haja a extinção do serviço para o qual fora contratado, o contrato será rescindido mediante comunicação prévia ao contratado).

d) - por interesse da administração pública.

O contrato também será sumariamente rescindido pelo **CONTRATANTE**, sem que ao **CONTRATADO(A)** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o **CONTRATADO(A)** incidir em qualquer das faltas previstas no Regime Jurídico Administrativo (Lei nº 379/99), Lei Municipal nº 803/2013, bem como poderá ser rescindido para atender necessidades do Município.

Parágrafo Primeiro: **É motivo de rescisão da contratação, a ausência ao serviço por mais de três (3) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.**

Parágrafo Segundo: É também motivo de rescisão da contratação, a nomeação ou designação do contratado(a), ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo, ainda, quando não houver mais necessidades dos serviços.

CLÁSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Eventuais casos omissos, ou dúvidas surgidas em decorrência deste contrato, poderão ser equacionados entre o **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, e em havendo consenso, firmar-se-á Termo Aditivo entre as partes, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que passará a integrar necessária e obrigatoriamente este contrato, dele fazendo parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Itiquira, Estado de Mato Grosso para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja.

11.2. E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Itiquira/MT, 08 de Março de 2017.

MUNICÍPIO DE ITIQUIRA _____

HUMBERTO BORTOLINI VALDECLEIA DURAN ALONSO

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO(A)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1º_____ 2º_____

ELIANE NEUBERT LAURA CRISTINA DE OLIVEIRA

CPF:029.728.061-90 CPF: 936.752.671-72

PROCURADORIA JURIDICA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 068/2017.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Itiquira/MT, por sua unidade administrativa a Prefeitura Municipal de Itiquira, com sede na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311 – Centro, inscrita no CNPJ n.º 03.370. 251/0001-56 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HUMBERTO BORTOLINI**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade com RG. SSP/PR nº 4.392.099-5 e do CPF/MF n.º 352.935.601-82, residente e domiciliado na Av. Adelino de Souza Campos, nº 287 em ITIQUIRA - MT, designado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado **JOLISA OLIVEIRA DE ANDRADE,** Divorciada, de nacionalidade Brasileira, Cargo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, portador(a) da cédula de identidade RG 2079912-8 SESP/MTe do CPF n.º 058.998.721-60, residente e domiciliado(a) na Rua Poxoreo, nº 95 . Bairro: Poxoreo**.** Município de Itiquira-MT, Estado de Mato Grosso, denominada **CONTRATADO(A)** que reger-se-á pelas cláusulas e condições adiante especificadas, fundamentadas na Legislação pertinente em vigor, e em especial no que consta no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com os artigos 52, incisos IV e X; 68, inciso VI da Lei Orgânica do município; com Lei Municipal nº 803/2013, Lei de Contratação Temporária nº 888/2015, Processo Seletivo Simplificado nº 004/2015 e finalmente no que couber a Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, que disciplinam a formalização de contratos com a administração Pública, no que couber.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO DAS PARTES

Denominar-se-á, para os devidos e legais efeitos, ao MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT - Prefeitura Municipal – **CONTRATANTE**, e Senhor (a)**JOLISA OLIVEIRA DE ANDRADE– *CONTRATADO (A).***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A **CONTRATADO (A)** prestará ao **CONTRATANTE**, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL-ITIQUIRA,** devendo perfazer uma carga horária de40horas semanais.

Parágrafo Primeiro: A presente contratação (autorizada pela Lei nº 810/13), não constitui vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no inciso II, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

Os serviços objetos deste contrato serão executados pelo (a) **CONTRATADO(A)** ao **CONTRATANTE** no período de **um (01) ano**, a contar da data de convocação do contratado(a) podendo ser prorrogadopor igual período, de acordo com o interesse da administração. Aplica-se ao prazo contratual a disposição do artigo 3º, §§ 1º e 2º da Lei 888/15.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O preço ajustado para a prestação dos serviços objeto deste contrato corresponde ao valor-base do cargo constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 004/2015, que será pago mensalmente ao(à) **CONTRATADO(A)**, por ocasião do pagamento dos serviços Públicos Municipais estatutários, em folha de pagamento para este fim destinado, com a emissão do respectivo demonstrativo de pagamento (Recibo de Salário/Pagamento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS FÉRIAS

As férias do(a) **CONTRATADO(A)** será concedida decorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício da função e proporcionais de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos para pagamento da prestação dos serviços objetos deste contrato correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o exercício em curso, suplementadas, se necessário, na forma da Lei, de acordo com a unidade orçamentária a que se refere a contratação no seguinte elemento de despesa:.

Unidade Orçamentária:

3190.04.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS SOCIAIS/TRIBUTOS

Os tributos/encargos sociais devidos pelo (a) **CONTRATADO(A)** pela execução deste contrato serão recolhidos pelo **CONTRATANTE**, mediante retenção na fonte por ocasião do pagamento da remuneração mensal, se for o caso, juntamente com a sua contrapartida, de acordo com a legislação vigente que disciplina a matéria, com especificidade para o disposto no Regime Geral de Previdência Social/RGPS.

CLÁUSULA OITAVA - DA EVENTUAL INADIMPLÊNCIA

A eventual inadimplência do (a) **CONTRATADO(A)** ou do **CONTRATANTE**, no cumprimento de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, será punida com uma multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor pactuado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) – automaticamente pelo término do prazo contratual, prescindindo qualquer outra formalidade;

b) - por iniciativa do contratado, que deverá comunicar o Contratante com a antecedência mínima de **trinta dias**, sob pena de aplicação de multa contratual.

c) - por iniciativa do contratante (Caso haja a extinção do serviço para o qual fora contratado, o contrato será rescindido mediante comunicação prévia ao contratado).

d) - por interesse da administração pública.

O contrato também será sumariamente rescindido pelo **CONTRATANTE**, sem que ao **CONTRATADO(A)** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o **CONTRATADO(A)** incidir em qualquer das faltas previstas no Regime Jurídico Administrativo (Lei nº 379/99), Lei Municipal nº 803/2013, bem como poderá ser rescindido para atender necessidades do Município.

Parágrafo Primeiro: **É motivo de rescisão da contratação, a ausência ao serviço por mais de três (3) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.**

Parágrafo Segundo: É também motivo de rescisão da contratação, a nomeação ou designação do contratado(a), ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo, ainda, quando não houver mais necessidades dos serviços.

CLÁSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Eventuais casos omissos, ou dúvidas surgidas em decorrência deste contrato, poderão ser equacionados entre o **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, e em havendo consenso, firmar-se-á Termo Aditivo entre as partes, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que passará a integrar necessária e obrigatoriamente este contrato, dele fazendo parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Itiquira, Estado de Mato Grosso para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja.

11.2. E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Itiquira/MT, 08 de Março de 2017.

MUNICÍPIO DE ITIQUIRA _____

HUMBERTO BORTOLINI JOLISA OLIVEIRA DE ANDRADE

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO(A)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1º_____ **2º**_____

ELIANE NEUBERT LAURA CRISTINA DE OLIVEIRA

CPF:029.728.061-90 CPF: 936.752.671-72

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 21 DE 20 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 21 DE 20 DE MARÇO DE 2017.

Regulamenta a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFSE), Nota Fiscal de Serviços Avulsa (NFSA), Recibo Provisório de Serviço (RPS) no âmbito do Município de Itiquira/MT e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e em conformidade com Código Tributário Municipal – Lei nº 968 de 16 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO que o Poder Público Municipal deve adotar medidas tendentes à simplificação da ordem tributária, promovendo, inclusive, a redução de custos no cumprimento das obrigações fiscais, visando sempre promover a Justiça Fiscal com responsabilidade;

CONSIDERANDO a necessidade do Fisco Municipal atuar de forma integrada com o compartilhamento de informações, que viabilizará maior controle fiscal e de arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto estabelece as normas gerais da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica-NFSE, Nota Fiscal de Serviços Avulsa – NFSA e Recibo Provisório de Serviços -RPS, documentos gerados e armazenados eletronicamente em sistema próprio da Prefeitura Municipal de Itiquira-MT, bem como todos os procedimentos necessários para a utilização de documentos fiscais dos contribuintes do Município.

CAPÍTULO II

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA –NFSE

Art. 2º Fica regulamentada a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE, o documento eletrônico gerado e emitido pelo prestador de serviços, com armazenamento eletrônico em sistema próprio da Prefeitura do Município de Itiquira/MT.

§1º A emissão é obrigatória pelos prestadores de serviços inscritos no Cadastro Fiscal Mobiliário ou com atividade econômica no território do Município, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional, com o objetivo de documentar e registrar as operações relativas as prestações de serviços, de existência exclusivamente digital, com validade jurídica, utilizando mediante requisição enviada pelo contribuinte, devidamente identificado por usuário e senha autorizados.

§ 2º A geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE se dará através dos serviços informatizados disponibilizados pela Prefeitura do Município de Itiquira na Internet no endereço eletrônico "https://e-gov.betha.com.br/e-nota/login.faces" que estará disponível na página da Prefeitura no endereço http://www.itiquira.mt.gov.br ou via Web Services sendo vedada a utilização de outro meio não previsto neste Decreto.

§3º A emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE constitui-se em uma obrigação acessória de cumprimento obrigatório pelos contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, por ocasião da prestação de serviço.

Art. 3º Todos os contribuintes estabelecidos no Município estarão obrigados a emitirem Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE, e ficarão sujeitos aos dispositivos deste Decreto.

SEÇÃO I

DO CADASTRAMENTO E DA SOLICITAÇÃO DE ACESSO

Art. 4º Os contribuintes inscritos no Cadastro Fiscal Mobiliário deverão fazer o cadastramento e autorização para geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE, a qual deve ser requerida mediante o preenchimento da solicitação de acesso ao sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE, disponível no endereço eletrônico " https://e-gov.betha.com.br/e-nota/login.faces" que estará disponível na página da Prefeitura no endereço http://www.itiquira.mt.gov.br.

Art. 5º Após o preenchimento da solicitação de acesso, o interessado deverá imprimir o formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" que deverá ser encaminhado de forma física ou digital ao Fisco Municipal com os seguintes documentos:

I - cópia do contrato social atualizado;

II - cópia do cartão CNPJ atualizado;

III - cópia da inscrição estadual atualizada, quando for o caso;

IV - cópia do CPF do empresário ou dos sócios;

V - cópia do comprovante de endereço da empresa/contribuinte, quando for o caso;

VI – Cópia do CPF e RG do usuário habilitado;

VII - informar o tipo de enquadramento tributário da empresa.

Parágrafo único. A autoridade administrativa analisará os documentos constantes na solicitação, atualizará o Cadastro Fiscal Mobiliário e fará o deferimento da solicitação, conforme o caso.

Art. 6º Após a solicitação de acesso, em conformidade ao disposto neste Decreto e comprovação, pela Secretaria Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação, da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida será encaminhado, pessoalmente ou via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE.

§1º No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, o interessado na obtenção da senha será informado, via correio eletrônico (e-mail) no cadastramento, para, no prazo de até dez (10) dias, tomar as providências necessárias ao seu desbloqueio.

§ 2º Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior, sem que sejam tomadas as providências mencionadas, a solicitação de desbloqueio será automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover novo cadastramento.

Art. 7º A senha de acesso representa a assinatura eletrônica cadastrada, sendo pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor.

Art. 8º Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada estabelecimento prestador, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, desde que estejam em situação regular e ativa perante a Receita Federal, Estadual e Municipal.

Parágrafo único. A liberação de acesso concedida ao representante legal indicado no formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" conterá as seguintes funções:

I - habilitar ou desabilitar usuários do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE;

II - gerar, cancelar, imprimir notas fiscais eletrônicas, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros.

Art. 9º O detentor da senha de acesso será responsável por todos os atos praticados no sistema da nota fiscal eletrônica, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados que atuem em seu nome.

Art. 10. O acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE que conterá dados fiscais de interesse do Fisco Municipal, será realizado mediante a utilização de senha de acesso.

Art. 11. A senha de acesso prevista do artigo anterior será outorgada ao pelo Fisco Municipal, a qual conterá as seguintes funções:

I - habilitar e desabilitar usuários;

II - criar ou modificar perfis de utilização do sistema;

III - incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e do Fisco Municipal no portal da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE.

Art. 12. Aos funcionários do Fisco Municipal será permitido acesso ao sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE conforme o perfil habilitado, levando-se em consideração a função exercida.

SEÇÃO II

DA GERAÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Art. 13. A geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE, pelos contribuintes é indispensável em qualquer prestação de serviços, sejam para pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado ou público, interno ou externo, ainda que não haja incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

§ 1º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFSE deve ser emitida por meio da Internet no endereço eletrônico "https://e-gov.betha.com.br/e-nota/login.faces" disponibilizado no portal da Prefeitura www.itiquira.mt.gov.br, mediante a utilização de senha e *login* que serão fornecidos aos contribuintes.

§ 2º A emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE constitui confissão de dívida do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS incidente na operação, sujeitando-se à cobrança administrativa ou judicial em caso de falta ou insuficiência do recolhimento do imposto.

§ 3º Os tomadores de serviços devem confirmar a autenticidade da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE no endereço eletrônico "https://e-gov.betha.com.br/e-nota/login.faces", podendo, em caso de falsidades ou inexatidões, serem corresponsáveis pelo crédito tributário nos termos da lei.

Art. 14. A identificação do tomador de serviços será obrigatória quando a prestação do serviço estiver sendo executada, nos termos do Código Civil, Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, às pessoas:

I - naturais, capazes de exercer pessoalmente os atos da vida;

II - jurídicas, de direito público interno ou externo e de direito privado.

Art. 15. Não comporão a base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, os valores do fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, previstos nos subitens 7.02 e 7.05, sujeito a incidência do ICMS em conformidade com a Lei Complementar nº 116/2003 e 157/2016, e em conformidade com o art. 59 do Código Tributário Municipal devendo ser reduzido até 40% (quarenta por cento), destacando-se como dedução durante a geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE.

Art. 16. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE emitida, deverá ser impressa e entregue ao tomador de serviços no ato de sua emissão, podendo também ser enviada através de correio eletrônico ao tomador de serviços, ainda que a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE tenha sido gerada a partir do Recibo Provisório de Serviço - RPS.

Art. 17. Todos os serviços executados deverão constar na geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE, ainda que a prestação de serviço contemple mais de um subitem, não sendo permitido o agrupamento dos subitens.

Parágrafo único. Só poderão ser descritos vários serviços em uma mesma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE com a especificação exata do serviço conforme o item da Lista da Lei Complementar nº 116/2003 e 157/2016, e em conformidade com o Anexo II do Código Tributário Municipal e legislações municipais que venham a altera-lo, para o mesmo tomador de serviço.

Art. 18. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE conterá, entre outras, as seguintes informações:

I - itens de verificação e conferência dos dados constantes da nota, pelos tomadores de serviços, que comprovem sua validade e autenticidade;

II – registro automático das retenções obrigatórias dos substitutos tributários nomeados;

III – registro das retenções de tributos federais sob responsabilidade do contribuinte.

Art. 19. O contribuinte, ao emitir Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE, deverá fazê-la para todos os serviços prestados, de forma individualizada, de acordo com sua atividade.

Parágrafo único. O contribuinte, que devido a sua atividade, paralisar a sua empresa temporariamente, deverá comunicar a paralisação temporária das atividades à Secretaria Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação para suspensão das obrigações acessórias.

Art. 20. Quando o serviço executado pelo prestador referir-se a serviço de construção civil, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE deverá ser gerada de acordo com a obra executada.

Parágrafo único. Vedado que na mesma nota constarem dados referentes a mais de uma obra ou Anotação de Responsabilidade Técnica – ART emitida pelo órgão competente.

Art. 21. Quando da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE, o valor do imposto será sempre apurado conforme legislação em vigor, exceto nos seguintes casos:

I – quando a natureza da operação for tributada no Município e a exigibilidade estiver suspensa por decisão judicial ou administrativa, ou por Regime Especial de Tributação, Sociedade de Profissionais ou Estimativa, exceto nos casos de estimativa mínima, quando houver;

II – quando a operação for tributada fora do Município;

III – quando a operação for imune ou isenta, casos em que não será apurado;

IV – quando o contribuinte for optante pelo Simples Nacional, caso em que obedecerá a legislação específica.

Art. 22. O valor total dos serviços, retenções, deduções da base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, descontos e casos de suspensão da exigibilidade do crédito tributário será informado e calculado pelo próprio contribuinte, sendo de sua exclusiva responsabilidade a correta descrição destas informações.

Art. 23. Para realizar a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE é obrigatório informar a Natureza da Operação, conforme disposto nos incisos abaixo:

I - tributada no Município;

II - tributada fora do Município;

III - imune;

IV - isenta;

V - exigibilidade suspensa por decisão judicial;

VI - exigibilidade suspensa por procedimento administrativo;

VII – não incidência;

VIII – exportação.

SEÇÃO III

DA COMPOSIÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Art. 24. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE seguirá o modelo constante no Anexo I do presente Decreto, deverá conter, entre outras, as seguintes informações:

I - o Brasão do Município;

II - informações da Prefeitura;

III - nome da Secretaria responsável;

IV - o termo “Nota Fiscal de Serviço Eletrônica – NFSE”;

V – data e hora da emissão;

VI – número da nota;

VII – data do fato gerador do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS;

VIII - código verificação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE;

IX - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social; **b)** nome fantasia; **c)** endereço completo, com identificação de logradouro, número, bairro, município, Estado e CEP; **d)** telefone; **e)** "e-mail"; **f)** inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ; **g)** inscrição no Cadastro Fiscal Mobiliário; **h)** inscrição estadual, se for o caso.

X - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social; **b)** nome fantasia, quando for o caso; **c)** endereço completo, com identificação de logradouro, número, bairro, município, Estado e CEP; **d)** telefone; **e)** e-mail; **f)** CNPJ Pessoa Jurídica - CPF Pessoa Física.

XI - discriminação do(s) serviço(s) executado(s):

a) discrição do serviço; **b)** quantidade; **c)** valor do serviço; **d)** base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS; **e)** alíquota aplicada sobre a base de cálculo, ainda que o contribuinte seja optante pelo Simples Nacional ou de acordo com a Código Tributário Municipal vigente; **f)** valor do imposto; **g)** indicação de retenção na fonte, quando for o caso. **h)** valor total e o valor líquido da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE; **i)** subitem constante na lista de serviços da Lei Complementar nº 116/2003 e 157/2016, combinados com o Anexo II do Código Tributário do Município e descrição dos serviço(s) executado(s); **j)** valor das deduções e/ou descontos incondicionados;

XII – outras informações;

a) situação tributária; **b)** isenção ou imunidade relativas ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, quando for o caso; **c)** serviço não tributável pelo Município, nas hipóteses em que o imposto é devido no local da prestação, em conformidade com a lei complementar federal e municipal; **d)** retenção de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS na fonte; **e)** embasamento legal; **f)** empresas prestadoras de serviços com recolhimento mediante alíquota fixa, da expressão "empresa enquadrada no regime de alíquota fixa por profissional"; **g)** empresas enquadradas com base de cálculo por estimativa ou outra forma de tratamento tributário diferenciado; **h)** existência de decisão judicial suspendendo a exigibilidade do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.

XIII - o cadastro específico do INSS (CEI) e Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), quando o serviço executado referir-se a construção civil;

XIV – número e data do Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido, nos casos de sua substituição.

§ 1º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE conterá, no cabeçalho, as expressões "Prefeitura Municipal de Itiquira", "Secretaria Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação" e "Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE".

§ 2º O número da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE será gerado pelo sistema, em ordem crescente sequencial, e será específico para cada estabelecimento do prestador de serviços.

§ 3º O sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE permitirá o uso de logotipo da empresa prestadora dos serviços.

§ 4º A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE poderá ser assinada pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil contendo o CNPJ do estabelecimento do emitente ou o CPF do responsável.

Art. 25. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE deve ser emitida "on-line", por meio da Internet, no endereço eletrônico "https://e-gov.betha.com.br/e-nota/login.faces" que estará disponível na página da Prefeitura no endereço http://www.itiquira.mt.gov.br, somente pelos prestadores de serviços estabelecidos no Município, mediante a liberação de acesso.

Parágrafo único. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE poderá ser impressa em tantas vias quantas se fizerem necessárias, podendo inclusive ser enviada por correio eletrônico ("e-mail") ao tomador dos serviços.

Art. 26. As notas fiscais eletrônicas emitidas poderão ser consultadas e impressas, nos meios eletrônicos da Secretaria Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação.

SEÇÃO IV

DA CARTA DE CORREÇÃO ELETRÔNICA

Art. 27. A Carta de Correção Eletrônica – CC-e, destinada a corrigir erros de dados, sem implicar no cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE.

§ 1º A Carta de Correção Eletrônica – CC-e será disponibilizada no mesmo sistema do emissor da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE, e somente será permitida a utilização para sanar erros ocorridos na geração de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE que não estejam associados com:

a) As variáveis que determinam o valor do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, tais como: base de cálculo, alíquota, diferença de preço, quantidade, valor da operação ou prestação;

b) A correção de dados cadastrais que implique mudança do tomador do serviço;

c) A data de emissão ou de prestação do serviço.

§ 2º A Carta de Correção Eletrônica – CC-e poderá ser assinada digitalmente pelo emitente com assinatura digital certificada por entidade credenciada pela Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira - ICP-Brasil, contendo o nº do CNPJ ou CPF, a fim de garantir a autoria do documento digital.

§ 3º Havendo mais de uma Carta de Correção Eletrônica – CC-e para a mesma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE, o emitente deverá consolidar na última nota, todas as informações anteriormente retificadas.

§ 4º Não produzirá efeitos a regularização efetuada após o início de qualquer procedimento fiscal.

SEÇÃO V

DO CANCELAMENTO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Art. 28. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE poderá ser cancelada pelo emitente no prazo de 10 (dez) dias após sua emissão.

§1º Para o cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE, o contribuinte deve enviar um pedido de cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE ao no sistema web service, devidamente fundamentado, que após analisado e processado será retornado ao contribuinte a informação de cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE ou com as inconsistências encontradas no processamento do pedido que impediram o cancelamento solicitado.

§ 2º Após o prazo previsto no caput deste artigo, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE somente poderá ser cancelada mediante requerimento do interessado, enviado a Secretaria Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação.

§ 3º O requerimento deverá estar acompanhado de todos os documentos necessários para a justificação do pedido, sob pena de indeferimento imediato.

§ 4º O Secretário Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação que decidirá no prazo de 03 (três) dias, sobre o deferimento do mesmo.

§ 5º O cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE requerido com fundamento no § 1º deste artigo somente poderá ocorrer antes do pagamento do imposto devido.

SEÇÃO VI

DA SUBSTITUIÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Art. 29. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE poderá ser substituída pelo emitente antes do vencimento ou pagamento do imposto.

Parágrafo único. Após o vencimento ou pagamento do imposto, a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE somente poderá ser substituída por solicitação do contribuinte.

Art. 30. Quando se tratar de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE substitutiva, deverá constar o número da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE substituída.

CAPÍTULO III

DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS AVULSA - NFSA

Art. 31. Os contribuintes sujeitos ao pagamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, pelo preço dos serviços prestados, pessoas físicas ou jurídicas, que não realizarem com habitualidade operação de prestação de serviços, que não estando inscritos como contribuintes do imposto ou não estejam obrigados à emissão de documentos fiscais, e que dela venham a precisar, a Secretária Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação fornecerá Nota Fiscal de Serviços Avulsa - NFSA.

Art. 32. A Nota Fiscal de Serviços Avulsa - NFSA deverá ser solicitada pelo contribuinte ou seu procurador, de forma presencial ou via internet, à Secretaria Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação, que terá a responsabilidade de disponibilizá-la.

Parágrafo único. A Nota Fiscal de Serviços Avulsa - NFSA destina-se a especificar os serviços e respectivos preços, quando prestados pessoa física ou jurídica, sem estabelecimento no município ou em caráter emergencial.

Art. 33. A emissão da Nota Fiscal de Serviços Avulsa - NFSA fica condicionada ao prévio recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, referente ao serviço que constará na Nota Fiscal de Serviço, observando-se as alíquotas e demais definições contidas na legislação em vigor, relativas as operações realizadas.

Art. 34. A Nota Fiscal de Serviços Avulsa - NFSA seguirá o modelo constante no Anexo II do presente Decreto e deverá conter, entre outras, as seguintes informações:

I - o Brasão do Município;

II - informações da Prefeitura;

III - nome da Secretaria responsável;

IV - o termo “Nota Fiscal de Serviço Avulsa – NFSA”;

V – data e hora da emissão;

VI – número da nota;

VII - identificação do prestador de serviços, com:

a) nome ou razão social; **b)** nome fantasia, se for o caso; **c)** endereço completo, com identificação de logradouro, número, bairro, município, Estado e CEP; **d)** inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ou no Cadastro de Pessoa Fisica - CPF; **e)** inscrição estadual, se for o caso.

VIII - identificação do tomador de serviços, com:

a) nome ou razão social; **b)** nome fantasia, se for o caso; **c)** endereço completo, com identificação de logradouro, número, bairro, município, Estado e CEP; **d)** inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ ou no Cadastro de Pessoa Física - CPF; **e)** inscrição estadual, se for o caso.

IX - discriminação do(s) serviço(s) executado(s):

a) discrição do serviço; **b)** quantidade; **c)** valor do serviço; **d)** base de cálculo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS; **e)** alíquota aplicada sobre a base de cálculo; **f)** valor do imposto; **g)** valor total e o valor líquido da Nota Fiscal de Serviços Avulsa - NFSA; **h)** subitem constante na lista de serviços da Lei Complementar nº 116/2003 e 157/2016, combinados com o Anexo II do Código Tributário Municipal e descrição dos

serviço(s) executado(s); **i)** valor das deduções e/ou descontos incondicionados;

X – outras informações;

a) natureza da operação; **b)** o número do código da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), quando o serviço executado referir-se a construção civil; **c)** os dizeres: "ISS RECOLHIDO NO ATO DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL; DECLARO QUE A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS AVULSA ESTÁ DE ACORDO COM O SOLICITADO; ESTÁ NOTA SÓ É VÁLIDA ACOMPANHADA DO DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO MUNICIPAL – DAM CORRESPONDENTE".

CAPÍTULO IV

DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS -RPS

Art. 35. No caso de eventual impedimento da geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE, pelos contribuintes obrigados, este deverá emitir, em caráter provisório, um Recibo Provisório de Serviços - RPS, que deverá ser substituído pela geração de uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE, no prazo estabelecido no inciso II do § 3º do art. 87 do Código Tributário do Município.

§ 1º Entende-se por Recibo Provisório de Serviços - RPS, o documento fiscal impresso, manuscrito ou gerado eletronicamente, de cunho temporário, tendente a acobertar operações desprovidas da geração regular da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE, o qual deverá conter:

I - identificação do prestador dos serviços, contendo:

a) nome ou razão social;

b) endereço;

c) número do CPF ou CNPJ;

d) número no Cadastro Fiscal Mobiliário (CFM);

e) correio eletrônico (e-mail).

II - identificação do tomador dos serviços contendo:

a) nome ou razão social;

b) endereço; telefone;

c) número do CPF ou CNPJ;

d) número no Cadastro Fiscal Mobiliário (CFM), se inscrito;

e) correio eletrônico (e-mail).

III - numeração sequencial;

IV - série;

V - a descrição:

a) dos serviços prestados;

b) o preço do serviço;

c) enquadramento do serviço executado no item da lista de serviços;

d) alíquota aplicável;

e) valor do imposto, e se for o caso, da retenção na fonte.

VI - inserção no corpo do documento, da seguinte mensagem: "A OPERAÇÃO CONSTANTE NESTE DOCUMENTO, SERÁ CONVERTIDA EM NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS - NFSE NO PRAZO DE 10º (DÉCIMO) DIA DO MÊS SUBSEQUENTE A IMPRESSÃO, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE."

Art. 36. O Recibo Provisório de Serviços - RPS impresso seguirá o modelo descrito no Anexo III do presente Decreto e deverá ser previamente autorizado pelo Fisco Municipal, mediante solicitação do contribuinte.

§ 1º Os contribuintes poderão utilizar sistemas próprios de emissão de Recibo Provisório de Serviços - RPS, ficando desobrigados a seguir o modelo determinado no caput deste artigo, e poderão enviar eletronicamente os arquivos em lotes.

§ 2º O Recibo Provisório de Serviços - RPS deverá ser conter todas as informações necessárias à conversão do documento em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE, devendo ser emitido em 2 (duas) vias, sendo a 1ª via destinada ao tomador dos serviços e a 2ª via arquivada pelo contribuinte, a qual ficará à disposição do Fisco Municipal.

§ 3º O Recibo Provisório de Serviços - RPS deve ser emitido com a data da efetiva prestação dos serviços.

§ 4º A numeração do Recibo Provisório de Serviços - RPS deverá iniciar a partir do número 01, quando o contribuinte iniciar suas atividades, após a implantação da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE, sendo vedado repetir a numeração.

§ 5º Para quem já é emitente de nota fiscal convencional, o Recibo Provisório de Serviços - RPS deverá manter a sequência numérica do último documento fiscal emitido.

§ 6º Caso o estabelecimento tenha mais de 1 (um) equipamento emissor de Recibo Provisório de Serviços - RPS, a série deverá ser capaz de individualizar os equipamentos.

§ 7º Para operacionalizar o disposto neste artigo, a Secretaria da Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação disponibilizará o "layout" do sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE no portal eletrônico "https://e-gov.betha.com.br/e-nota/login.faces".

Art. 37. O Recibo Provisório de Serviços - RPS poderá ser utilizado nas seguintes hipóteses:

I - adoção pelo contribuinte de regimes especiais;

II - prestações de serviços efetuados fora do estabelecimento prestador;

III - impossibilidade de acesso à página eletrônica da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE;

IV - para operacionalizar a atividade em caso de excesso de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE;

V - prestadores de serviços que não disponham em seus estabelecimentos de acesso à rede mundial de computadores (internet).

SEÇÃO I

DA CONVERSÃO DO RECIBO PROVISÓRIO SERVIÇOS (RPS)

EM NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFSE)

Art. 38. A geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE a partir do Recibo Provisório de Serviços - RPS dar-se-á mediante a geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE na Internet, no endereço eletrônico "https://e-gov.betha.com.br/e-nota/login.faces" que estará disponível na página da Prefeitura no endereço http://www.itiquira.mt.gov.br ou alternativamente via *Web Services*, com o envio de arquivo contendo lotes de Recibo Provisório de Serviços - RPS para conversão em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE, indicando ao sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE o número e a série do Recibo Provisório de Serviços - RPS, e os demais dados necessários à geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE.

Parágrafo único. Cada Recibo Provisório de Serviços - RPS gerará uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE.

Art. 39. O prazo para a conversão do Recibo Provisório de Serviços - RPS por Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE dar-se-á em até 10 (décimo) dias do mês subsequente contados da data da prestação do serviço, não podendo ultrapassar o dia do vencimento do imposto no mês subsequente ao da sua prestação.

§ 1º A não conversão ou conversão fora do prazo do Recibo Provisório de Serviços - RPS em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE, sujeitará o

prestador de serviços às penalidades previstas no art. 93 do Código Tributário do Município vigente.

§ 2º Ainda que fora do prazo, sem validade, danificado ou cancelado, o Recibo Provisório de Serviços - RPS gerado deverá ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE, independentemente da penalidade prevista no Código Tributário Municipal, e armazenado pelo contribuinte pelo prazo prescricional para verificação pela administração tributária.

§ 3º A não conversão do Recibo Provisório de Serviços - RPS em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE será considerada como não emissão de nota fiscal e sujeita às sanções legais.

SEÇÃO II

DO ENVIO DE LOTES DE RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS (RPS)

Art. 40. O envio de lotes do Recibo Provisório de Serviços - RPS será feito no portal da Prefeitura ou via *Web Services* disponibilizados na Internet pela Prefeitura.

Art. 41. O arquivo contendo lotes de Recibo Provisório de Serviços - RPS estará no padrão XML (*Extensible Markup Language*) e o seu *layout* será especificado pelo Fisco Municipal.

§ 1º O arquivo a que se refere o *caput* deste artigo conterá um ou mais Recibo Provisório de Serviços - RPS.

§ 2º A numeração do lote é de responsabilidade do prestador do serviço, devendo ser única e distinta para cada um dos lotes.

Art. 42. Após o envio do arquivo contendo lotes de Recibo Provisório de Serviços - RPS, o sistema da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE irá fazer a recepção e processamento em lotes de Recibo Provisório de Serviços - RPS enviados, realizará a validação estrutural e de verificação de dados, processará os Recibo Provisório de Serviços - RPS e, considerando-se válido o lote, gerará as Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE, uma para cada Recibo Provisório de Serviços - RPS emitido.

§ 1º O resultado do processamento lotes poderá ser uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE correspondente ou a lista de erros encontrados no lote.

§ 2º Caso algum Recibo Provisório de Serviços - RPS do lote contenha informação considerada inválida, todo o lote será invalidado e as suas informações não serão armazenadas na base de dados da Secretaria Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação.

§ 3º É de responsabilidade do contribuinte a verificação de que o lote foi processado corretamente e, no caso de não processamento do lote, o contribuinte deverá realizar os ajustes necessários e submeter novamente o lote para processamento, até que o arquivo seja retificado, considera-se que o lote de Recibo Provisório de Serviços - RPS não foi enviado.

Art. 43. Um Recibo Provisório de Serviços - RPS convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE não poderá ser reenviado.

Parágrafo único. O reenvio será considerado informação errada e provocará a rejeição do lote.

SEÇÃO III

DO CANCELAMENTO DE RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS (RPS)

Art. 44. O Recibo Provisório de Serviços - RPS poderá ser enviado com o *status* cancelado e gerará uma Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE cancelada.

Parágrafo único. Havendo a necessidade de cancelar o Recibo Provisório de Serviços - RPS já convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE, o contribuinte deverá seguir os procedimentos determinados no art. 25 deste decreto.

CAPÍTULO V

DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

Art. 45. O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS referente à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE emitida deverá ser feito exclusivamente pela guia de recolhimento gerada através do sistema Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE, disponível na Internet, no endereço eletrônico "https://e-gov.betha.com.br/e-nota/login.faces" que estará disponível na página da Prefeitura no endereço http://www.itiquira.mt.gov.br.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não se aplica aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no Município, optantes pelo Simples Nacional instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, salvo disposição em contrário da legislação especifica.

Art. 46. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS correspondente aos serviços prestados, deverá ser recolhido até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, por meio de DAM, gerado e impresso através do endereço eletrônico do Município.

§1º O sistema permitirá, sem prejuízo do vencimento do imposto disposto no *caput*, a possibilidade do contribuinte emitir um DAM, por nota ou por grupo de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE.

§2º Caso o dia 10 (dez) recaia em dia não útil, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil seguinte.

CAPÍTULO VI

DA ESCRITURAÇÃO FISCAL DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA

Art. 47. As Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE, geradas pelo sistema Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE, disponível no endereço eletrônico "https://e-gov.betha.com.br/e-nota/login.faces" que estará disponível na página da Prefeitura no endereço http://www.itiquira.mt.gov.br, serão escrituradas no sistema de Livro Eletrônico automaticamente, devendo o contribuinte, conforme o caso, fazer o fechamento do movimento, emissão da guia de recolhimento e efetuar o pagamento do imposto nos termos da legislação.

CAPÍTULO VII

DOS CONTRIBUINTES OBRIGADOS

Art. 48. As pessoas jurídicas, prestadoras de serviços, contribuintes do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, ainda que optantes pelo regime previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, denominado Simples Nacional, independente da incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS sobre os serviços executados, inscritas no Cadastro Fiscal Mobiliário, emitirão a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFSE, utilizando-se da Tecnologia da Informação, mediante o uso da Certificação Digital, obtido através de Autoridade Certificadora da ICP-Brasil.

§ 1º As empresas que não possuem certificado digital e nem obrigatoriedade para o mesmo, deverão emitir as notas fiscais eletrônicas de serviço pelo site da Prefeitura Municipal de Itiquira.

§ 2º Os contribuintes referidos no *caput* deste artigo são aqueles enquadrados nos subitens da lista de serviços, tributáveis pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, constantes no Anexo II do Código Tributário Municipal vigente.

§ 3º A legislação e os manuais poderão ser obtidos através de *Download* no portal do Município na Internet, no endereço eletrônico "https://e-gov.betha.com.br/e-nota/login.faces" que estará disponível na página da Prefeitura no endereço http://www.itiquira.mt.gov.br.

Art. 49. É facultado o ingresso no sistema de geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE aos contribuintes enquadrados nas seguintes situações:

I – profissionais autônomos que tenham o recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS efetuado através de tributação fixa anual;

II – bancos e instituições financeiras autorizadas pelo BACEN;

III – contribuintes optantes pelo Regime Tributário do Simples Nacional qualificados como Micro Empreendedor Individual –MEI, quando prestar serviço para Pessoa Física;

IV - os que possuem Regime Especial de Tributação na forma do Código Tributário Municipal.

CAPÍTULO VIII

DOS SERVIÇOS DISPONÍVEIS NA INTERNET (*WEB SERVICES*)

Art. 50. Caberá ao decreto dispor sobre:

I - as funcionalidades e o funcionamento do *Web Services*;

II - o método de acesso e utilização pelos contribuintes;

III - o uso do certificado digital, emitido por Autoridade Certificadora (AC), credenciada pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), seu tipo e o momento em que o certificado digital será utilizado;

IV - o padrão de comunicação, *Layout* e conteúdo do arquivo *XML* (*Extensible Markup Language*) a ser utilizado na integração dos sistemas administrativos, instalados nas dependências dos contribuintes, com o sistemas que compõe o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS Eletrônico do Município Itiquira.

CAPÍTULO IX

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 51. Considera-se não emissão de documento fiscal, estando sujeito às sanções previstas no art. 93 do Código Tributário do Município, a não emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE, a não emissão do Recibo Provisório de Serviços - RPS ou a não substituição do Recibo Provisório de Serviços - RPS pela Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE.

Parágrafo único. A geração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE em substituição ao Recibo Provisório de Serviços - RPS, após o prazo contido neste Decreto, acarretará em sanções no art. 93 do Código Tributário Municipal.

Art. 52. Salvo as exceções expressas em lei, a não identificação do tomador de serviços estará sujeita as sanções previstas no art. 93 do Código Tributário Municipal, sendo considerado o ato omissão na declaração de dados.

Art. 53. Será considerada omissão de informações fiscais a não indicação na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE de serviço executado, a consolidação de serviços executados de subitens diversos em único subitem ou qualquer outra informação necessária a composição da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE, ainda que a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE seja gerada a partir do Recibo Provisório de Serviços - RPS, estando esta omissão sujeita às sanções previstas no art. 93 do Código Tributário Municipal.

Art. 54. A emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE, contendo informações de mais de uma obra, será considerada omissão de informações e estará sujeita as sanções previstas no art. 93 do Código Tributário Municipal vigente.

Art. 55. O documento fiscal de serviço emitido sem a observância ao disposto no Código Tributário do Município e a este decreto, por contribuinte obrigado a utilizar a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE, será considerado inidôneo e sujeitará o responsável às multas previstas na legislação tributária do Município para esse tipo de infração, sem prejuízo do pagamento do imposto incidente sobre o serviço.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 56. Sem prejuízo de outras imputações fiscais e penais, configura crime de estelionato e outras fraudes, bem como de falsidade ideológica, o uso indevido do sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE, tendente a acobertar operações de prestação de serviços inexistentes, com o objetivo de:

I - aumentar a renda para efeito de financiamentos e congêneres;

II - registrar despesas ou créditos indevidos de tributos federais, estaduais ou municipais.

Art. 57. Para efeito deste Decreto, entende-se por processo administrativo regular, todo aquele instaurado, via protocolo central pelo contribuinte, mediante pedido formal e fundamentado.

Parágrafo único. O processo administrativo referido neste artigo, somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 58. Na descrição dos serviços prestados, inclusive no caso da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE, o contribuinte deverá detalhar, com clareza, a natureza dos serviços prestados e o respectivo subitem da Lista de Serviços sujeitos à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS e, sendo o caso, identificar:

I – o bem e o contrato ou documento em que se ajustaram os serviços e eventuais medições vinculadas à Nota Fiscal;

II – o período da prestação do serviço;

III – o número do processo judicial ou administrativo que deferiu a suspensão da exigibilidade do imposto;

IV – a lei ou processo administrativo que concedeu a isenção;

V – o número do processo administrativo que reconheceu a imunidade;

VI – o número do código da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), junto ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), em se tratando de serviços sujeitos a estes controles;

VII – o número da matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI) e da obra, no caso de construção civil; e

§ 1º Nos documentos fiscais emitidos deverá constar, ainda, a descrição da informação do valor correspondente à totalidade dos tributos federais e municipais, cuja incidência influi na formação dos respectivos preços dos serviços, conforme disposto na Lei Federal nº 12.741, de 8 de dezembro de 2012.

§ 2º O destaque do imposto nos documentos fiscais constitui mera indicação de controle, exceto na hipótese de substituição tributária.

Art. 59. O sistema gerador da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE está programado para aplicar a alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS conforme a atividade principal constante no Cadastro Fiscal Mobiliário - CFM, em conformidade ao anexo II do Código Tributário Municipal vigente.

Art. 60. As Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE geradas, o Recibo Provisório de Serviços - RPS e demais documentos fiscais escriturados serão arquivados em meio digital, em banco de dados organizado e administrado pela Prefeitura, e estarão disponíveis para consulta aos contribuintes, pelo período decadencial e prescricional, conforme estabelecido no Código Tributário Nacional e Código Tributário Municipal vigente.

Art. 61. O contribuinte deverá manter em seus estabelecimentos, todos os documentos e informações fiscais, incluindo comprovantes de dedução da base de cálculo, protocolos de entrega e retenção na fonte, guias de recolhimento referente às Nota Fiscal de Serviços Eletrônica -NFSE geradas e demais documentos tributário, pelo prazo decadencial e prescricional, contados da data da sua geração e transmissão, devendo ser apresentadas ao Fisco Municipal quando solicitado.

Art. 62. A Secretaria Adjunta de Arrecadação poderá enviar aos contribuintes notificação preliminar, intimações, auto de infração, bem como, outros atos de comunicação por sistema eletrônico de dados.

Art. 63. Ficam fazendo parte integrante deste Decreto os Anexos I, II e III.

Art. 64. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 20 de 05 de abril de 2.012.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Edifício Sede do Poder Executivo, aos 20 de março de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELÊTRONICA – NFSE

ANEXO II

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS AVULSA - NFSA

ANEXO III

RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS - RPS

PROCURADORIA JURIDICA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 069/2017.

(Professor(a))

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Itiquira/MT, por sua unidade administrativa a Prefeitura Municipal de Itiquira, com se de na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311 – Centro, inscrita no CNPJ n.º 03.370. 251/0001-56 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HUMBERTO BORTOLINI**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade com RG. SSP/PR nº 4.392.099-5 e do CPF/MF n.º 352.935.601-82, residente e domiciliado na Av. Adelino de Souza Campos, nº 287 em ITIQUIRA - MT, designado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado

ANTONINA PEREIRA RANGEL, Divorciada de nacionalidade brasileiro (a), Cargo de **PROFESSOR NÍVEL II-AREA DE CIENCIAS DA NATUREZA**, portador(a) da cédula de identidade RG. nº2079328-6/SSP/MTe do CPF n.º 870.447.491-00, residente e domiciliado(a) na Rua João Batista Vidotti,s/nº . Bairro: Centro. Município de Itiquira-MT, Estado de Mato Grosso, que reger-se-á pelas cláusulas e condições adiante especificadas, fundamentadas na Legislação pertinente em vigor, e em especial no que consta no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com os artigos 52, incisos IV e X; 68, inciso VI da Lei Orgânica do município; com Lei Municipal nº 803/2013, Lei de Contratação Temporária nº 888/2015, Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016 e finalmente no que couber a Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, que disciplinam a formalização de contratos com a administração Pública, no que couber.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO DAS PARTES

Denominar-se-á, para os devidos e legais efeitos, ao MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT - Prefeitura Municipal – **CONTRATANTE**, e Senhor (a)**ANTONINA PEREIA RANGEL– *CONTRATADO (A).***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A **CONTRATADO (A)** prestará ao **CONTRATANTE**, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de PROFESSOR NÍVEL II-AREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA-ITIQUIRA, devendo perfazer uma carga horária de 30 horas semanais.

Parágrafo Primeiro: A presente contratação (autorizada pela Lei nº 810/13), não constitui vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no inciso II, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

Os serviços objetos deste contrato serão executados pelo (a) **CONTRATADO(A)** ao **CONTRATANTE** no período de **COMPREENDIDO de** 09/03/2017 **a** 31/12/2017**, correspondente ao ano letivo fixado pelo calendário escolar, conforme previsto no artigo 6º da Lei nº 803/13**. Aplica-se ao prazo contratual a disposição do artigo 3º, §§ 1º e 2º da Lei 810/13.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O preço ajustado para a prestação dos serviços objeto deste contrato corresponde ao valor-base do cargo constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2016, que será pago mensalmente ao(à) **CONTRATADO(A)**, por ocasião do pagamento dos serviços Públicos Municipais estatutários, em folha de pagamento para este fim destinado, com a emissão do respectivo demonstrativo de pagamento (Recibo de Salário/Pagamento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS FÉRIAS

As férias do(a) **CONTRATADO(A)** será concedida decorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício da função e proporcionais na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos para pagamento da prestação dos serviços objetos deste contrato correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o exercício em curso, suplementadas, se necessário, na forma da Lei, de acordo com a unidade orçamentária a que se refere a contratação no seguinte elemento de despesa:.

Unidade Orçamentária:

3190.04.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS SOCIAIS/TRIBUTOS

Os tributos/encargos sociais devidos pelo (a) **CONTRATADO(A)** pela execução deste contrato serão recolhidos pelo **CONTRATANTE**, mediante retenção na fonte por ocasião do pagamento da remuneração mensal, se for o caso, juntamente com a sua contrapartida, de acordo com a legislação vigente que disciplina a matéria, com especificidade para o disposto no Regime Geral de Previdência Social/RGPS.

CLÁUSULA OITAVA - DA EVENTUAL INADIMPLÊNCIA

A eventual inadimplência do (a) **CONTRATADO(A)** ou do **CONTRATANTE**, no cumprimento de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, será punida com uma multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor pactuado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) – automaticamente pelo término do prazo contratual, prescindindo qualquer outra formalidade;

b) - por iniciativa do contratado, que deverá comunicar o Contratante com a antecedência mínima de **trinta dias**, sob pena de aplicação de multa contratual.

c) - por iniciativa do contratante (Caso haja a extinção do serviço para o qual fora contratado, o contrato será rescindido mediante comunicação prévia ao contratado).

d) - por interesse da administração pública.

O contrato também será sumariamente rescindido pelo **CONTRATANTE**, sem que ao **CONTRATADO(A)** caiba qualquer reparação pecuniária, ex-

ceto os dias trabalhados até então, se o **CONTRATADO(A)** incidir em qualquer das faltas previstas no Regime Jurídico Administrativo (Lei nº 379/99), Lei Municipal nº 803/2013, bem como poderá ser rescindido para atender necessidades do Município.

Parágrafo Primeiro: **É motivo de rescisão da contratação, a ausência ao serviço por mais de três (3) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.**

Parágrafo Segundo: É também motivo de rescisão da contratação, a nomeação ou designação do contratado(a), ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo, ainda, quando não houver mais necessidades dos serviços.

CLÁSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Eventuais casos omissos, ou dúvidas surgidas em decorrência deste contrato, poderão ser equacionados entre o **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, e em havendo consenso, firmar-se-á Termo Aditivo entre as partes, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que passará a integrar necessária e obrigatoriamente este contrato, dele fazendo parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Itiquira, Estado de Mato Grosso para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja.

11.2. E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Itiquira/MT, 09 de Março de 2017.

MUNICÍPIO DE ITIQUIRA _____

HUMBERTO BORTOLINI ANTONINA PEREIRA RANGEL

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE CONTRATADO(A)

TESTEMUNHAS:

1º_____ 2º_____

ELIANE NEUBERT LAURA CRISTINA DE OLIVEIRA

CPF:029.728.061-90 CPF: 936.752.671-72

PROCURADORIA JURIDICA
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2017.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 057/2017.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Itiquira/MT, por sua unidade administrativa a Prefeitura Municipal de Itiquira, com sede na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311 – Centro, inscrita no CNPJ n.º 03.370. 251/0001-56 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor **HUMBERTO BORTOLINI**, brasileiro, empresário, portador da cédula de identidade com RG. SSP/PR nº 4.392.099-5 e do CPF/MF n.º 352.935.601-82, residente e domiciliado na Av. Adelino de Souza Campos, nº 287 em ITIQUIRA - MT, designado simplesmente **CONTRATANTE** e de outro lado **JAQUELINE PATRICIA TUNES SANTOS,** Solteira, de nacionalidade Brasileira, Cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, portador(a) da cédula de identidade RG 1741492-0 SSP/MTe do CPF n.º 021.210.251-62, residente e domiciliado(a) na Av: 13 de Maio nº 1092 . Bairro: Sto Antoniol**.** Município de Itiquira-mt, Estado de Mato Grosso, denominada **CONTRATADO(A)** que reger-se-á pelas cláusulas e condições adiante especificadas, fundamentadas na Legislação pertinente em vigor, e em especial no que consta no art. 37, inciso IX, da Constituição da República, combinado com os artigos 52, incisos IV e X; 68, inciso VI da Lei Orgânica do município; com Lei Municipal nº 803/2013, Lei de Contratação Temporária nº 888/2015, Processo Seletivo Simplificado nº 002/2016 e finalmente no que couber a Lei Federal nº 8.666/93, com as alterações introduzidas pela Lei nº 8.883/94, que disciplinam a formalização de contratos com a administração Pública, no que couber.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA DENOMINAÇÃO DAS PARTES

Denominar-se-á, para os devidos e legais efeitos, ao MUNICÍPIO DE ITIQUIRA-MT - Prefeitura Municipal – **CONTRATANTE**, e Senhor (a)**JAQUELINE PATRICIA TUNES SANTOS–** ***CONTRATADO (A).***

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A **CONTRATADO (A)** prestará ao **CONTRATANTE**, serviços por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM -ITIQUIRA,** devendo perfazer uma carga horária de40horas semanais.

Parágrafo Primeiro: A presente contratação (autorizada pela Lei nº 810/13), não constitui vínculo empregatício, em hipótese alguma, em função do disposto no inciso II, do artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil e não confere direitos nem expectativa de direito à efetivação no serviço público municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO

Os serviços objetos deste contrato serão executados pelo (a) **CONTRATADO(A)** ao **CONTRATANTE** no período de **um (01) ano**, a contar da data de convocação do contratado(a) podendo ser prorrogadopor igual período, de acordo com o interesse da administração. Aplica-se ao prazo contratual a disposição do artigo 3º, §§ 1º e 2º da Lei 888/15.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

O preço ajustado para a prestação dos serviços objeto deste contrato corresponde ao valor-base do cargo constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado 002/2016, que será pago mensalmente ao(à) **CONTRATADO(A)**, por ocasião do pagamento dos serviços Públicos Municipais estatutários, em folha de pagamento para este fim destinado, com a emissão do respectivo demonstrativo de pagamento (Recibo de Salário/Pagamento).

CLÁUSULA QUINTA - DAS FÉRIAS

As férias do(a) **CONTRATADO(A)** será concedida decorridos 12 (doze) meses de efetivo exercício da função e proporcionais de 1/12 (um doze avos) por mês trabalhado ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

CLÁUSULA SEXTA - DA INDICAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos para pagamento da prestação dos serviços objetos deste contrato correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias para o exercício em curso, suplementadas, se necessário, na forma da Lei, de acordo com a unidade orçamentária a que se refere a contratação no seguinte elemento de despesa:.

Unidade Orçamentária:

3190.04.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS ENCARGOS SOCIAIS/TRIBUTOS

Os tributos/encargos sociais devidos pelo (a) **CONTRATADO(A)** pela execução deste contrato serão recolhidos pelo **CONTRATANTE**, mediante retenção na fonte por ocasião do pagamento da remuneração mensal, se for o caso, juntamente com a sua contrapartida, de acordo com a legislação vigente que disciplina a matéria, com especificidade para o disposto no Regime Geral de Previdência Social/RGPS.

CLÁUSULA OITAVA - DA EVENTUAL INADIMPLÊNCIA

A eventual inadimplência do (a) **CONTRATADO(A)** ou do **CONTRATANTE**, no cumprimento de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas neste contrato, será punida com uma multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor pactuado.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

a) – automaticamente pelo término do prazo contratual, prescindindo qualquer outra formalidade;

b) - por iniciativa do contratado, que deverá comunicar o Contratante com a antecedência mínima de **trinta dias**, sob pena de aplicação de multa contratual.

c) - por iniciativa do contratante (Caso haja a extinção do serviço para o qual fora contratado, o contrato será rescindido mediante comunicação prévia ao contratado).

d) - por interesse da administração pública.

O contrato também será sumariamente rescindido pelo **CONTRATANTE**, sem que ao **CONTRATADO(A)** caiba qualquer reparação pecuniária, exceto os dias trabalhados até então, se o **CONTRATADO(A)** incidir em qualquer das faltas previstas no Regime Jurídico Administrativo (Lei nº 379/99), Lei Municipal nº 803/2013, bem como poderá ser rescindido para atender necessidades do Município.

Parágrafo Primeiro: **É motivo de rescisão da contratação, a ausência ao serviço por mais de três (3) dias úteis, consecutivos, sem motivo justificado.**

Parágrafo Segundo: É também motivo de rescisão da contratação, a nomeação ou designação do contratado(a), ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança em qualquer das esferas de governo, ainda, quando não houver mais necessidades dos serviços.

CLÁSULA DÉCIMA - DOS CASOS OMISSOS

Eventuais casos omissos, ou dúvidas surgidas em decorrência deste contrato, poderão ser equacionados entre o **CONTRATANTE** e o **CONTRATADO**, e em havendo consenso, firmar-se-á Termo Aditivo entre as partes, cumpridas as exigências e formalidades legais em vigor, que disciplinam a matéria e que passará a integrar necessária e obrigatoriamente este contrato, dele fazendo parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. As partes de comum acordo elegem o foro da Comarca de Itiquira, Estado de Mato Grosso para dirimir as dúvidas oriundas da execução do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por privilegiado que seja.

11.2. E por estarem assim justos e pactuados firmam o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Itiquira/MT, 01 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE ITIQUIRA _____

HUMBERTO BORTOLINI JAQUELINE PATRICIA TUNES SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATADO(A)

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:

1º_____ 2º_____

LAURA CRISTINA DE OLIVEIRA ELIANE NEUBERT

CPF:936.752.671-72 CPF: 029.728.061-90

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 20 DE 20 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 20 DE 20 DE MARÇO DE 2017.

Estabelece normas para fins de inclusão, alteração e exclusão de imóveis no Cadastro Fiscal Imobiliário do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e em conformidade com Código Tributário Municipal – Lei Municipal 968 de 16 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO que os institutos jurídicos que permitem tributar a propriedade imobiliária seguem as disposições constantes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que diplomou o novo Código Civil Brasileiro, em vigor a partir de 11 de janeiro de 2003;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 36 e 37 da Lei Municipal nº 968, de 16 de dezembro de 2016, que instituiu o Código Tributário Municipal vigente, em relação às normas gerais de direito tributário referente a inclusão, exclusão e alteração no Cadastro Fiscal Imobiliário;

CONSIDERANDO o que dispõe Instrução Normativa STB nº 001/2012, de 06 de Novembro de 2012 emitida pela Unidade Municipal de Controle Interno, que estabeleceu rotinas de trabalho para o cadastramento imobiliário e econômico do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos administrativos visando otimizar a prestação de serviços e dar mais eficiência ao sistema de controles relativos a gestão do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e taxas incidentes sobre o imóvel.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Serão inscritos no Cadastro Fiscal Imobiliário do Município de Itiquira, obrigatoriamente, todos os imóveis existentes na zona urbana, urbanizável e de expansão urbana do Município, como unidades imobiliárias, e os que venham a surgir por desmembramentos, desdobramento ou remembramentos, independentemente da sua categoria de uso ou da tributação sobre elas incidente, ainda que seus proprietários ou possuidores sejam beneficiados por imunidade ou isenção do IPTU - Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana e taxas incidentes sobre o imóvel.

§ 1º Os imóveis, para os efeitos tributários, são todos aqueles tidos como unidades imobiliárias autônomas, constituídos de terreno com ou sem edificação, que permitam uma ocupação ou utilização privativa ou pública, não importando pertencer a um ou mais proprietários ou qual a sua destinação.

§ 2º Para efeito de caracterização da unidade imobiliária, será considerada a situação de fato do imóvel, independentemente da descrição contida no respectivo título de propriedade, domínio ou posse.

Art. 2º A inscrição cadastral do imóvel será promovida:

I – pelo proprietário, pelo titular do domínio útil ou pelo possuidor;

II – pelo enfiteuse, usufrutuário ou fiduciário;

III – pelo inventariante, síndico, liquidante ou sucessor no caso de imóvel pertencente ao espólio, massa falida, massa liquidanda ou sucessora;

IV – pelo compromissário vendedor ou comprador, quando se tratar de promessa de compra e venda;

V – pelo ocupante ou posseiro de imóvel da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios;

VI – de ofício, através de auto de infração ou pelo despacho da autoridade administrativa tributária municipal;

VII – a critério da Administração Municipal em quaisquer outras circunstancias não especificadas nos incisos anteriores.

§ 1º A inscrição do imóvel será efetuada através do formulário do anexo I deste Decreto, constando as áreas do terreno e de construção e testada do imóvel, título de propriedade, domínio ou posse, recibo e outros elementos exigidos em ato administrativo do Poder Executivo Municipal.

§ 2º As alterações relativas à propriedade, domínio útil ou posse do imóvel, bem como as suas características físicas, destinação ou utilização, serão obrigatoriamente comunicadas à autoridade administrativa tributária, através do formulário do anexo II deste Decreto, onde fará as devidas anotações no Cadastro Fiscal Imobiliário.

§ 3º O prazo para inscrição cadastral e para comunicação de alterações é de 60 (sessenta) dias, a contar do ato ou fato que lhes deu origem.

§ 4º A inscrição de ofício será efetuada se constatada qualquer infração ao Código Tributário Municipal ou despacho fundamentado pela autoridade administrativa competente após o prazo para inscrição ou comunicação de alterações no imóvel.

§ 5º A inscrição de oficio também poderá ser efetuada pelo processamento de imagens, vistorias in loco determinada pela autoridade administrativa competente, ou cadastramento e recadastramento imobiliário determinado pelo Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Os imóveis serão inscritos através do Certidão de Cadastramento ou Boletim de Cadastro Imobiliário (BCI), que contém os dados essenciais à identificação da propriedade, posse ou domínio útil.

§ 1º Inscrito o imóvel no Cadastro Fiscal Imobiliário, a transferência da titularidade somente será procedida mediante a comprovação da quitação dos tributos a eles relativos, incluídos os do ano em curso.

§ 2º A inscrição, alteração ou exclusão será efetuada de ofício, se constatada qualquer divergência ou infração à legislação, aplicando-se no último caso, as penalidades correspondentes.

Art. 4º Considera-se unidade imobiliária, o imóvel ou parte deste que permita a ocupação ou utilização privativa, com acesso exclusivo ou comum às demais unidades, nunca através ou por dentro de outras.

§ 1º Em regra, a unidade imobiliária corresponderá ao imóvel discriminado no documento de propriedade.

§ 2º O Fisco Municipal poderá promover, de ofício, o cadastramento, alterações cadastrais, cancelamento, remembramento, desmembramento ou desdobramento de unidade imobiliária, de acordo com este Decreto.

Art. 5º A inscrição no Cadastro Fiscal Imobiliário do Município será procedida de ofício quando:

I - o sujeito passivo deixar de solicitar a inscrição do imóvel nos prazos estabelecidos pela legislação;

II - da revisão do imóvel não motivada por denúncia espontânea do sujeito passivo, for constatada majoração do valor venal, em face de alterações procedidas no imóvel e não declaradas ao Fisco Municipal, no prazo estabelecido em legislação; e

III - o imóvel estiver permanentemente fechado, ou o sujeito passivo impedir o levantamento das características do imóvel, necessárias a apuração de seu valor venal, hipótese em que se arbitrarão as características do imóvel, para fixação do montante do IPTU - Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e taxas incidentes sobre a unidade imobiliária.

§ 1º As declarações prestadas pelo contribuinte, no ato da inscrição ou da atualização dos dados cadastrais, não implicam na sua aceitação pelo Fisco Municipal, que poderá revê-las a qualquer época, independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

§ 2º No caso de ocorrer o impedimento do levantamento das características do imóvel, poderá, a critério do Fisco Municipal, ser lavrado auto de infração por embaraço a fiscalização tributária.

Art. 6º A cada unidade imobiliária cadastrada corresponderá um proprietário, permitindo-se a existência de co-obrigados, que equivalerão ao contribuinte para fins de lançamento dos impostos e taxas incidentes sobre o imóvel, conforme arts. 227 a 233 do Código Tributário Municipal vigente.

Art. 7º A inscrição de imóveis em procedimentos voluntários depende de comprovação documental de sua localização geográfica e de sua sujeição passiva, conforme previsto neste Decreto.

Art. 8º Constarão do Cadastro Imobiliário do Município todas as informações necessárias ao lançamento do IPTU - Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana e taxas incidentes sobre a unidade imobiliária.

§ 1º As informações serão fornecidas pelo sujeito passivo quando por procedimento voluntario ou por meio de convocação segundo art. 234 do Código Tributário Municipal vigente.

§ 2º O não atendimento a convocação, no prazo de 20 dias, acarretará o arquivamento de solicitações voluntárias do sujeito passivo e o arbitramento das informações pelo Fisco Municipal.

Art. 9º A identificação de um imóvel no Cadastro Fiscal Imobiliário dar-se-á por um código alfanumérico denominado Índice Cadastral, composto de dois caracteres para identificar o distrito, três caracteres para identificar a zona fiscal, de quatro caracteres para identificar a quadra, de quatro caracteres para identificar o lote, de três caracteres para identificar a unidade e três caracteres como Dígito Verificador.

§ 1º A cada unidade imobiliária autônoma corresponderá uma inscrição.

§ 2º Proceder-se-á de ofício a alteração do número da inscrição imobiliária sempre que se fizer necessário, de modo a refletir a real posição do imóvel na quadra, ou a redefinição da quadra junto a zona fiscal, devendo a inscrição anterior ser indicada na nova para que fique registrado o histórico cadastral.

Art. 10. Para fins de identificar o logradouro de localização do imóvel, será considerado:

I - no caso de terreno vago com uma só testada, o logradouro para onde estiver voltada a testada do imóvel;

II - no caso de terreno vago com mais de uma frente, o logradouro que é usado para acesso às entradas principais;

III - no caso de edificação, o logradouro onde estiver localizada a entrada principal do imóvel; e

IV - no caso de terreno encravado, o último logradouro usado para acesso do imóvel.

Art. 11. Considerar-se-á terreno sem uso aquele não edificado, o que se encontre abandonado, baldio ou que possuir edificação em ruínas, em demolição, construção paralisada ou em andamento ou ainda aquele em que a edificação não corresponda a 5% (cinco por cento) da área total do terreno, quando localizado em zona urbana, conforme § 1º do art. 7º do Código Tributário do Município vigente.

Art. 12. No que se refere à situação do terreno na quadra, considerar-se-á:

I - no meio de quadra quando o terreno limitar-se apenas com um logradouro;

II - de esquina ou com mais de uma frente, quando o terreno limitar-se com mais de um logradouro ou estiver no encontro de dois ou mais logradouros;

III - encravado, quando o terreno não se limitar com nenhum logradouro; e

VI - gleba, quando se constituir de área de terra dentro da zona urbana que ainda não foi desdobrada, com área superior a 20.000m² (vinte mil metros quadrados).

Art. 13. No que se refere a topografia do lote, considerar-se-á:

I - plano, quando o terreno não apresentar irregularidade no relevo e for no mesmo nível do logradouro ou até 50 cm (cinquenta centímetros) acima ou abaixo do nível do logradouro;

II - aclive, quando o terreno sobe da frente do imóvel para os fundos, ou seja, sobe em relação ao nível do logradouro;

III - declive, quando o terreno desce da frente do imóvel para os fundos, ou seja, desce em relação ao nível da rua;

IV - irregular, quando o terreno apresentar partes em aclive ou declive, ou se apresentar plano com partes em aclive ou declive.

Art. 14. No que se refere a pedologia do lote, considerar-se-á:

I - firme, quando o terreno apresentar boas condições de solo para construção;

II – alagado, quando o terreno estiver permanentemente encharcado, como nos pântanos e brejos;

III - inundável, quando o terreno estiver sujeito a inundações periódicas;

IV - rochoso, quando o terreno contiver rochas que dificultem a construção;

V - arenoso, quando o terreno apresentar-se com uma camada de areia; e

VI – combinações das demais, quando o terreno apresentar com mais de uma pedologia.

Art. 15. No que se refere a melhorias públicas do lote, considerar-se-á:

I – pavimentação asfáltica, quando o terreno em sua testada material de revestimento para tráfego de veículos;

II – rede de esgoto, quando o terreno apresentar a tubulação para que sejam levados os dejetos das residências, comércio, etc para um local de tratamento;

III - combinações das duas acima, quando o terreno apresentar com as duas melhorias no imóvel;

IV – sem melhorias, quando o terreno não apresentar nenhuma melhoria.

Art. 16. No que se refere a benfeitorias no lote, considerar-se-á:

I – com muro, quando o terreno apresentar obra destinada a cercar um ambiente, ou separar um lugar de outro;

II – com calçada, quando o terreno apresentar obra destinada passeio de transeuntes;

III - combinações das duas acima, quando o terreno apresentar com os dois benefícios no terreno;

IV – sem benfeitorias, quando o terreno não apresentar nenhum benefício.

Art. 17. Considera-se o imóvel residencial, quando a unidade for usada exclusivamente para moradia; não residencial, quando a ocupação se destina aos usos recreativos ou esportivos, de saúde, educacionais, culturais e de culto, comerciais ou de serviços, industriais ou qualquer outro que não se destine à habitação; e misto, quando o imóvel concomitantemente for utilizado como residência e possuir uso não residencial.

Art. 18. No caso de imóvel com utilização mista em que exista delimitação e acesso independente para cada uso, proceder-se-á a individuação da área construída, separando-a conforme a utilização.

Art. 19. O imóvel utilizado como residência e que sirva exclusivamente como ponto de referência a profissionais liberais autônomos ou a titulares de firma individual, será cadastrado como residencial.

Art. 20. A classificação das edificações segundo o tipo, serão classificadas como:

I - residencial: edificação de formatos e tamanhos variados, geralmente de um pavimento destinado à habitação;

II - vertical: unidade residencial autônoma em edificação com dois ou mais pavimentos;

III – sala/loja: tipo de edificação ou compartimento destinado à ocupação comercial e à prestação de serviço, geralmente com vitrine e mercadorias expostas à venda e/ou demonstração de serviços, escritórios e prestação de serviços;

IV - galpão: construção constituída de cobertura de telha, palha ou folha de zinco, entre outros materiais, sem parede interna, utilizada para depósito e/ou abrigo de produtos agrícolas ou máquinas, ou ainda utilizada como oficina de veículos ou de máquinas e equipamentos, geralmente com pé direito alto;

V - telheiro: edificação rudimentar, tendo no mínimo uma face completamente aberta;

VI - especial: edificação geralmente construída para fins específicos, tais como igrejas, teatros, museus, palácio de governo e centro de convenções, não classificados em qualquer dos tipos anteriores.

Parágrafo único. Na impossibilidade de desmembramento das unidades, como também nas edificações constituídas por blocos e situações similares, a classificação seguirá o tipo predominante.

Art. 21. Quanto à locação do imóvel no lote as edificações serão classificadas como:

I - isolada: quando a edificação não tiver nenhuma de suas paredes limitando-se com as linhas laterais do lote;

II - conjugada: quando a edificação tiver suas paredes construídas em um dos limites laterais do lote; e

III - geminada: quando a edificação tiver suas paredes construídas em mais de uma lateral do lote.

Art. 22. Segundo a situação da edificação no lote, as edificações serão classificadas como:

I - frente: quando a unidade estiver de frente para o logradouro, mesmo que ela esteja colocada no fundo do lote, desde que na sua frente seja um espaço vazio; e

II - fundos: quando a unidade estiver atrás de uma outra unidade em relação ao logradouro.

Art. 23. A edificação deverá indicar todos os componentes, tais como: estrutura da construção, cobertura, estrutura da cobertura, revestimento interno, revestimento externo, paredes, forro, esquadrias, piso, instalação elétrica e área de lazer.

Art. 24. As edificações são classificadas segundo o estado de conservação em:

I – nova/ótima: acabamento externo e interno com emprego de materiais de primeira qualidade, utilização de mármore, granito, porcelanato ou cerâmicas especiais; janelas com esquadrias de madeira nobre ou alumínio;

II - bom: acabamento externo com emprego de massa fina ou pedras cerâmicas; acabamento interno com materiais de primeira qualidade, paredes revestidas com massa corrida, aberturas de boa qualidade;

III - regular: no caso das edificações simples e rústicas, geralmente sem revestimento externo ou com paredes apenas rebocadas ou com pintura a cal ou tinta de baixo custo;

IV - ruim: edificações de baixo padrão, sem forro, sem revestimento externo e interno e sem projeto;

V – precária/Ruina: edificação sem condições de habitabilidade.

Parágrafo único. Na impossibilidade de desmembramento das unidades, como também nas edificações constituídas por blocos e situações similares, a classificação seguirá o padrão predominante.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO VOLUNTÁRIO

Art. 25. Todas as solicitações decorrentes de procedimento voluntário deverão ser instruídas com a seguinte documentação:

I – Formulário próprio preenchido;

II - carnê do IPTU das inscrições municipais ou indicação precisa das mesmas, exceto no caso de cad'astramento de novas inscrições;

III - cópia do documento oficial de identidade;

IV – cópia do documento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 1º No caso de eleição de procurador que autorize terceiro a representar o interessado, deverão ser anexados também os mesmos documentos exigidos neste artigo para o procurador eleito além do ato que institui o procurador.

§ 2º Serão considerados documentos de identidade carteiras expedidas pelos Ministérios Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (Ordens, Conselhos, etc.); passaporte com data de validade não expirada, certificado de reservista, carteiras funcionais do Ministério Público e da Magistratura, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por Lei Federal, valem como identidade; carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação (somente o modelo novo, com foto, obedecido o período de validade).

Art. 26. A falta de apresentação dos documentos exigidos no procedimento voluntário de que trata este Decreto, acarretarão no arquivamento do processo.

Parágrafo único. Na hipótese da apresentação posterior dos documentos faltantes, em até 90 (noventa) dias, o processo poderá ser desarquivado e dado sequência ao seu andamento.

SEÇÃO I

DA INSCRIÇÃO E DA ALTERAÇÃO DE SUJEITO PASSIVO

Art. 27. Será inscrito como sujeito passivo no Cadastro Fiscal Imobiliário o proprietário do imóvel ou o titular de domínio útil ou o possuidor a qualquer título.

§ 1º Poderão ser inscritos como sujeito passivo:

I - o compromissário comprador de imóvel;

II - o detentor de direito real que importe no gozo da posse direta do bem imóvel.

§ 2º O cadastramento do imóvel efetuado em nome do possuidor não exonera o proprietário das obrigações tributárias, que por elas responderá em caráter solidário, nos termos da legislação.

§ 3º A alteração do sujeito passivo no Cadastro Fiscal Imobiliário não implica em reconhecimento de legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do bem imóvel, conforme estabelecido no art. 21 do Código Tributário Municipal vigente.

Art. 28. A alteração da sujeição passiva será efetuada mediante requerimento expresso do interessado e com a apresentação dos seguintes documentos:

I - para alteração de propriedade:

a) matrícula ou transcrição atualizada do imóvel emitida há no máximo 90 (noventa) dias;

b) no caso de sucessão hereditária; formal de partilha em processo judicial de inventário; determinação judicial para a transferência do imóvel;

c) para transmissão decorrente de processo judicial com decisão proferida pelo juízo competente;

d) para ato de composição ou alteração de capital social e patrimônio de pessoas jurídicas e fundações: matrícula imobiliária contendo o registro da alteração patrimonial emitida há no máximo 90 (noventa) dias.

II - para alteração de domínio útil, apresentará um dos documentos arrolados abaixo:

a) escritura pública;

b) contrato de promessa de compra e venda, registrado em cartório de notas;

c) contrato de compra e venda com firmas reconhecidas dos contratantes;

d) Matrícula ou transcrição do imóvel emitida há no máximo 90 (noventa) dias no caso de instituição de direito real.

§ 1º Além dos documentos exigidos no inciso I do caput deste artigo, o Fisco Municipal, poderá requisitar os seguintes documentos para alterar a propriedade:

I - comprovação do pagamento do ITBI ou ITCD, conforme o caso; ou

II - apresentação de documento que comprove isenção ou não-incidência em relação ao ITBI ou ITCD; ou

III - decisão judicial.

§ 2º A alteração de titularidade poderá ocorrer ex-officio mediante quitação de lançamento do Imposto sobre Transmissão de Imóveis por Ato Oneroso Inter Vivos - ITBI.

§ 3º Tambémpoderá ocorrer a alteração da titularidade ex-oficio mediante relação encaminhada pelos cartórios de protesto de títulos, notariais e de registro e responsáveis por loteamento conforme parágrafo único do art. 113 e § 3º do art. 171, ambos do Código Tributário Municipal vigente.

§ 4º Sempre que o documento de propriedade apresentado pelo interessado na alteração de titularidade ou de qualquer dado cadastral não guardar equivalência com o proprietário inscrito no Cadastro Fiscal Imobiliário, deverá ser apresentado um dos seguintes documentos:

I - matrícula imobiliária e registros anteriores, no caso da matrícula contar com menos de vinte anos de abertura;

II - certidão vintenária de domínio, contendo a descrição do imóvel;

III - sequência de contratos particulares de compra e venda ou de promessa de compra e venda desde o titular lançado no Cadastro Fiscal Imobiliário até o atual promissário comprador.

§ 5º A titularidade poderá ser determinada ex-officio, quando houver elementos que comprovem a posse do imóvel, atestada pelo Fisco Municipal, seja em diligência fiscal, seja no caso de não ter sido possível a apresentação de algum dos documentos elencados no caput deste artigo, havendo, contudo, fortes indícios de que o interessado na alteração cadastral é o possuidor do imóvel.

§ 6º No caso de decisões em medidas liminares ou tutelas antecipadas emitidas há mais de 90 (noventa) dias da data de solicitação de alteração de sujeição passiva será exigida a certidão narrativa da existência de tal decisão.

Art. 29. Não serão aceitas cópias ilegíveis, incompletas, danificadas ou portadoras de qualquer vício ou defeito que impeça a leitura ou ponha em dúvida a verossimilhança das informações de quaisquer documentos requeridos em procedimentos previstos neste Decreto.

Parágrafo único. Todas as declarações necessárias ao cumprimento deste Decreto ou previstas em normas complementares deverão ser firmadas pelo titular do imóvel ou por representante legalmente autorizado.

SEÇÃO II

DA ALTERAÇÃO DE ÁREA DE CONSTRUÇÃO

Art. 30. A alteração de área de construção de imóveis deve ser instruída mediante apresentação dos seguintes documentos:

I - Alvará de construção, certidão que comprove demolição ou documento de habite-se;

II - se construção condominial: matrícula do imóvel ou convenção de condomínio, ambos registrados em Serviço de Registro de Imóveis, emitidos há no máximo 90 (noventa) dias.

§ 1º Inexistindo Alvará de Construção, Certidão de Demolição ou Habite-se deverá ser apresentado laudo técnico de área construída, firmado por profissional competente, constando descrição e desenho técnico de toda a área edificada, com a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) emitida pelo Conselho de Classe competente.

§ 2º Não será aceito documentação que não comprove a real situação do imóvel.

SEÇÃO III

DA ALTERAÇÃO DE ÁREA DE TERRENO

Art. 31. A alteração de área de terreno aprovada pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal deverá ser instruída com:

I - matrícula ou transcrição atualizada do imóvel emitida há no máximo 90 (noventa) dias;

II - cópia da planta do terreno aprovada pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal.

Art. 32. A alteração de área de terreno não aprovada pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal deverá ser instruída com:

I - documento de propriedade, constando área de terreno exata e;

II - cópia da planta particular ou levantamento topográfico com descrição dos limites e confrontações, emitido por profissional competente, com a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo Conselho de Classe competente.

Parágrafo único. Não será aceito documentação que não comprove a situação de fato do imóvel.

SEÇÃO IV

DO CANCELAMENTO DE UNIDADE IMOBILIÁRIA

Art. 33. Para o cancelamento de unidade imobiliária será exigido o documento de propriedade do imóvel.

Art. 34. Para cancelamento de unidade imobiliária sobre a qual tenha sido efetuado desmembramento, será exigida a seguinte documentação:

I - matrícula ou transcrição atualizada do imóvel emitida há no máximo 90 (noventa) dias;

II - no caso de desmembramento de parte não residencial, Distrato Social devidamente registrado e a baixa do CNPJ da empresa;

III - declaração contendo o motivo do pedido, o tipo de ocupação e a data de seu encerramento, além da ocorrência de descaracterização da classificação arquitetônica de modo que se justifique o cancelamento da parte;

IV - no caso de unidade imobiliária pertencente a condomínio, convenção condominial registrada em Serviço de Registro de Imóveis.

Art. 35. Para cancelamento de unidade imobiliária cuja área tenha sido integralmente loteada através de aprovação efetuada pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal, serão exigidos:

I - matrícula atualizada do imóvel, emitida há no máximo 90 (noventa) dias, onde conste a averbação do loteamento;

II - cópia da planta do imóvel aprovada pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal.

Art. 36. Para cancelamento de inscrição municipal em decorrência de desapropriação total para fins de transformação em bem de uso comum, serão exigidos um dos seguintes documentos:

I - escritura pública de desapropriação; ou

II - matrícula imobiliária contendo o registro da escritura pública de desapropriação, emitida há no máximo 90 (noventa) dias; ou

III - decreto de desapropriação ou imissão de posse pelo ente público.

Parágrafo único. A critério do Fisco Municipal o cancelamento da unidade imobiliária poderá ser efetuado após verificação fiscal no local da efetiva desapropriação e a consequente ocupação por bem de uso público.

SEÇÃO V

DO DESMEMBRAMENTO DE UNIDADE IMOBILIÁRIA

Art. 37. Poderá haver desmembramento de unidade imobiliária, para fins exclusivamente fiscais, nos seguintes casos:

I - quando houver residencial e não residencial;

II - em condomínio territorial.

Art. 38. Para desmembramento de unidade imobiliária de um mesmo imóvel em função de tipo de uso não residencial em conjunto com o residencial são necessários os seguintes documentos:

I - documento de titularidade;

II - cópia da planta particular do imóvel especificando as respectivas áreas e tipo de uso, emitida por profissional, com a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo Conselho de Classe competente.

Art. 39. Para desmembramento de unidade imobiliária a partir de área anteriormente lançada no Cadastro Fiscal Imobiliário serão exigidos os seguintes documentos:

I - documento de propriedade da área de origem;

II - documento de titularidade da parte da área de origem para a qual se pleiteia a inscrição cadastral, nos termos deste Decreto;

III - identificação precisa da área original e da parte dividida; e

IV - levantamento planimétrico da área reclamada dentro da área de origem, emitido por profissional competente, com a apresentação da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo Conselho de Classe competente, na escala 1:1000 (um para mil), acompanhado de uma cópia digital;

V - memorial descritivo da área.

Parágrafo único. A critério do Fisco Municipal poderá ser exigido o georreferenciamento dos imóveis.

Art. 40. Para desmembramento de imóvel em condomínio territorial de unidades imobiliárias correspondentes a frações ideais do terreno serão necessários os seguintes documentos:

I - indicação precisa das inscrições municipais, dos lotes englobados no condomínio e seus respectivos documentos de propriedade;

II - Habite-se ou alvará de construção;

III - matrícula atualizada emitida há no máximo, 90 (noventa) dias, ou convenção de condomínio registrada em Serviço de Registro de Imóveis.

Parágrafo único. Inexistindo Habite-se deverá ser apresentado laudo técnico de área construída, firmado por profissional competente, constando descrição e desenho técnico de toda a área edificada, além da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo conselho de classe competente.

SEÇÃO VI

DO REMEMBRAMENTO DE UNIDADES IMOBILIÁRIAS

Art. 41. Para o remembramento de imóveis, para fins exclusivamente fiscais, deverão ser satisfeitas as seguintes condições:

I - indicação precisa das inscrições municipais, dos lotes envolvidos e seus respectivos documentos de propriedade;

§ 1º Quando se tratar de unidades autônomas condominiais será exigida a retificação da convenção de condomínio, com a exceção de remembramento de vaga de garagem ao apartamento ao qual se vincula.

§ 2º Não serão remembradas unidades imobiliárias que possuírem proprietários diferentes.

SEÇÃO VII

DO PEDIDO DE CADASTRAMENTO PREDIAL

Art. 42. O pedido de cadastramento predial está condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

I - no caso de construção aprovada:

a) Alvará de Construção ou documento de Habite-se;

b) cópia da planta referente à construção do imóvel aprovada pelo órgão competente do Poder Executivo Municipal;

c) se construção condominial, convenção de condomínio registrado em Cartório de Registro de Imóveis;

d) documento de propriedade do imóvel nos termos deste Decreto.

II - no caso de construção não aprovada:

a) documento de propriedade do imóvel nos termos deste Decreto;

b) declaração contendo o nome do ocupante e a data do término da construção;

c) laudo técnico da área construída, firmada por profissional competente, constando descrição e desenho técnico de toda a área construída, além da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) emitida pelo conselho de classe competente.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO DE OFÍCIO

Art. 43. O Cadastro Fiscal Imobiliário do Município somente será alterado de ofício quando houver autorização expressa e por escrito da chefia a que estiver subordinado o servidor responsável pelo procedimento.

Parágrafo único. Em procedimento voluntário, para realizar alterações no Cadastro Fiscal Imobiliário do Município fora do que consta no pedido do interessado, fica dispensada a autorização de que trata o caput.

Art. 44. A inscrição a que se refere o §2º do art. 3º deste Decreto será feita em decorrência de:

I - procedimento de fiscalização *in loco*;

II - cadastramento ou recadastramento de imóveis;

III- procedimento de Georeferenciamento.

§ 1º Entende-se por cadastramento de imóveis a inclusão cadastral de inscrições imobiliárias tomadas de forma unitária ou em conjunto, a critério da Fisco Municipal.

§ 2º Entende-se por recadastramento de imóveis a revisão cadastral de inscrições imobiliárias tomadas de forma unitária ou em conjunto, a critério do Fisco Municipal.

§ 3º Entende-se por georeferenciamento de imóveis o processamento de imagens conforme Sistema Geodésico Brasileiro, definindo sua área e sua posição geográfica, com a finalidade de cadastramento ou revisão de inscrições imobiliárias, a critério do Fisco Municipal.

CAPITULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45. Os projetos de parcelamento do solo não serão aprovados sem a regularização da situação cadastral e fiscal da área a ser parcelada.

Art. 46. Os processos administrativos relativos a aprovação de projetos de construção, se deferidos, deverão ser remetidos à Secretaria Adjunta de Arrecadação para atualização da base cadastral.

Art. 47. Não será concedido habite-se sem que tenha sido atualizado o Cadastro Fiscal Imobiliário.

Art. 48. O sujeito passivo fica obrigado a indicar endereço para remessa de correspondências.

Art. 49. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Edifício Sede do Poder Executivo, aos 20 de março de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

REQUERIMENTO DE CADASTRAMENTO DE IMÓVEL

PREENCHER À MÁQUINA OU EM LETRA DE FORMA - USAR SOMENTE CANETA COR AZUL OU PRETA.

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

NOME			FONE PARA CONTATO
EMAIL	CPF		CARTEIRA DE IDENTIDADE
ENDEREÇO	NÚMERO	AP/SALA	INSCRIÇÃO DO IMÓVEL

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL		CGC OU CPF	FONE PARA CONTATO
QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL PROCURADOR INVENTARIANTE OUTROS _____			
ENDEREÇO DO REPRESENTANTE LEGAL		NÚMERO	APTO/SALA
BAIRRO	CIDADE	ESTADO	CEP

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO

NOME DO CONTRIBUINTE	CPF	CARTEIRA DE IDENTIDADE
ENDEREÇO PARA NOTIFICAÇÃO E ENTREGA DO IPTU E TSU		
NUMERO DO IMÓVEL	COMPLEMENTO	BAIRRO
OUTRAS INFORMAÇÕES.		

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

ENDEREÇO DO IMÓVEL PARA CADASTRAMENTO		
NUMERO DO IMÓVEL	COMPLEMENTO	BAIRRO
ÁREA DO IMOVEL	AREA DA CONSTRUÇÃO	

PARA USO DA REPARTIÇÃO

INSCRIÇÃO CADASTRAL	DISTRITO	ZONA FISCAL	QUADRA	LOTE	UNIDADE

O CONTRIBUINTE/REQUERENTE ACIMA IDENTIFICADO, VEM REQUERER O CADASTRAMENTO DO IMÓVEL SUPRAMENCIONADO DE ACORDO COM OS DOCUMENTOS OS ANEXOS, PARA FINS DE LANÇAMENTO DO IPTU/TSU.
DECLARAÇÃO DE POSSE MANSA E PACÍFICA (IMÓVEL SEM DOCUMENTAÇÃO OU QUE NÃO POSSUA CADEIA DOMINIAL, COM ÁREA CONSTRUÍDA OU SEM MATRÍCULA EM CARTÓRIO): Declaro, para fins de cadastro imobiliário, que detenho a posse de fato mais não de direito do imóvel acima discriminado, posse está, efetivada por mim através de sua ocupação, e no qual resido desde _____. Por ser a expressão da verdade, assumo inteira responsabilidade pelas informações acima, estando ciente de que constitui crime contra a fé pública, omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante; cuja pena é reclusão, de 1 a 5 anos para documentos públicos, previsto no art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal Brasileiro. E assino o presente documento para que produza seus efeitos legais. Assinatura do declarante: _____ Data:_____.

ASSINATURAS	
EM _____ REQUERENTE/CONTRIBUINTE	EM CONFERI TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS _____ ASSINATURA/CARIMBO DO SERVIDOR

DESPACHO (RESERVADO Á PREFEITURA)
DEFERIDO _____ INDEFERIDO _____ EM: _____ ASSINATURA /CARIMBO

ANEXO II

REQUERIMENTO DE ALTERAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS

PREENCHER À MÁQUINA OU EM LETRA DE FORMA - USAR SOMENTE CANETA COR AZUL OU PRETA.

IDENTIFICAÇÃO DO REQUERENTE

NOME			FONE PARA CONTATO
EMAIL	CPF		CARTEIRA DE IDENTIDADE
ENDEREÇO	NÚMERO	AP/SALA	INSCRIÇÃO DO IMÓVEL

IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME DO REPRESENTANTE LEGAL		CGC OU CPF	FONE PARA CONTATO
QUALIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL PROCURADOR INVENTARIANTE OUTROS _____			
ENDEREÇO DO REPRESENTANTE LEGAL		NÚMERO	APTO/SALA
BAIRRO	CIDADE	ESTADO	CEP

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

NUMERO DO IMÓVEL	COMPLEMENTO	BAIRRO
ÁREA DO IMOVEL	AREA DA CONSTRUÇÃO	MATRICULA NO RGI

PARA USO DA REPARTIÇÃO

INSCRIÇÃO CADASTRAL	DISTRITO	ZONA FISCAL	QUADRA	LOTE	UNIDADE

SOLICITAÇÃO

O INTERESSADO ACIMA IDENTIFICADO, VEM REQUERER PARA O PRÓXIMO EXERCICIO.

▫

ALTERAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO ALTERAÇÃO DE ÁREA DA CONSTRUÇÃO ALTERAÇÃO DE ÁREA DE TERRENO

▫

CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO CADASTRAMENTO PREDIAL OU-
TRO:_____

ASSINATURAS	
EM _____ REQUERENTE/CONTRIBUINTE	EM CONFERI TODOS OS DOCUMENTOS EXIGIDOS _____ ASSINATURA/CARIMBO DO SERVIDOR

DESPACHO (RESERVADO Á PREFEITURA)
DEFERIDO_____ INDEFERIDO _____ EM: _____ ASSINATURA /CARIMBO

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 19 DE 20 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 19 DE 20 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre os procedimentos para apuração do Imposto sobre a Transmissão Bens Imóveis "inter vivos", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e em conformidade com Código Tributário Municipal – Lei Municipal 968 de 16 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 119 combinado com art. 420 da Lei Municipal nº 968, de 16 de dezembro de 2016, que instituiu o Código Tributário Municipal, em relação às normas gerais de direito tributário referente a transferência de propriedade;

CONSIDERANDO finalmente, a necessidade de adequar os procedimentos relativos a apuração do Imposto sobre a Transmissão Bens Imóveis "inter vivos", no âmbito do Município.

DECRETA:

Art. 1º O Imposto sobre a Transmissão Onerosa de Bens Imóveis por ato Inter Vivos (ITBI) será regulamentado por este Decreto e o imposto será lançado mediante requerimento do sujeito passivo ou de ofício.

Parágrafo único. O imposto será lançado de ofício quando o sujeito passivo obrigado a declarar as informações para o lançamento não cumprir a obrigação, ou quando a Fisco Municipal não concordar com as informações fornecidas, após apuração fiscal.

CAPÍTULO I

DO REQUERIMENTO

Art. 2º Em todos os casos de transmissões ou cessões com incidência, não incidência, com isenção ou imunidade do ITBI, em cumprimento ao disposto no *caput* do art. 110 do Código Tributário do Município, a documentação geral a ser anexada é composta de:

I - requerimento de Transmissão de Bens Imóveis e direitos reais – ITBI "Inter Vivos", em duas vias, devidamente preenchido eletronicamente ou manualmente em letra de forma legível e assinado pelo sujeito passivo ou representante legalmente constituído, conforme Anexo I deste Decreto;

II – cópia da matricula do imóvel atualizada;

III - contrato de compra e venda, contrato particular de promessa ou compromisso de compra e venda e/ou outro instrumento jurídico que caracterize a transação, devidamente assinados pelos adquirentes, transmitentes ou representantes legalmente constituídos, com firmas reconhecidas;

IV – cópia da Carteira de Identidade e CPF dos adquirentes e transmitentes, quando se tratar de pessoa física;

V – cópia do Contrato social da empresa juntamente com sua última alteração, se for sociedade Ltda; Estatuto e Ata da Assembleia, se for sociedade anônima; CNPJ(MF), além da cópia da Carteira de Identidade e CPF de quem assina pela empresa (representante legal), quando o adquirente ou transmitente for pessoa jurídica;

VI – cópia da última declaração do Imposto Territorial Rural – ITR exigida pela Secretaria da Receita Federal, se imóvel rural, com o comprovante do protocolo de entrega da mesma;

VII - certificado de Cadastro do Imóvel Rural – CCIR e comprovante da situação cadastral do imóvel rural junto à Receita Federal;

VIII - carta de adjudicação constante do processo judicial (inteiro teor, ou seja, deve conter identificação das partes, identificação do imóvel, auto de adjudicação e avaliação do bem), se for o caso;

IX - carta de arrematação constante do processo judicial (inteiro teor, ou seja, deve conter identificação das partes, identificação do imóvel, auto de arrematação e avaliação do bem), se for o caso;

X - telefone de contato fixo e/ou celular e e-mail;

XI - procuração caso não seja protocolado pelo próprio contribuinte (adquirente), se for o caso;

XII - contrato de financiamento do imóvel firmado com o banco/instituição financeira (inteiro teor), se for o caso.

§ 1º A critério da autoridade competente, sempre que necessário, poderão ser solicitados outros documentos, que se apresentem úteis à análise do processo administrativo e possível exceção da entrega do Requerimento de Transmissão de Bens Imóveis e direitos reais.

§ 2º Havendo qualquer irregularidade insanável apurada pela municipalidade, o processo administrativo será INDEFERIDO, sendo as razões comunicadas ao requerente, mediante ciência.

§ 3º Nas transações em que figurarem como adquirente, ou cessionário, pessoa imune ou isenta do pagamento de ITBI, ou ainda, nos casos de não incidência, deverá haver, informação expressa da autoridade responsável pelo lançamento do tributo que reconheça o benefício e justifique o não pagamento.

CAPÍTULO II

DO LAUDO

Art. 3°. Para a elaboração e emissão do respectivo laudo deverão seguir como regra o valor venal que será o valor pactuado no negócio jurídico dos bens imóveis ou dos direitos transmitidos ou cedidos, no momento da transmissão ou cessão, em cumprimento ao disposto no *caput* do art. 100 do Código Tributário do Município, e será precedida de laudo.

§ 1° Para imóveis urbanos, em nenhuma hipótese esse valor poderá ser inferior ao valor venal do imóvel utilizado, no exercício, para base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, atualizado da Planta Genérica de Valores, correspondente ao período de 1º de janeiro à data em que for lavrada a escritura ou instrumento particular.

§ 2º Para imóveis rurais, em nenhuma hipótese esse valor poderá ser inferior ao valor venal do imóvel, no exercício, calculado com base nos valores de metro quadrado fixados na tabela de valores em URFI hectares, km ou m², para cálculo do imposto, nos termos anexo III do Código Tributário do Município, correspondente ao período de 1º de janeiro à data em que for lavrada a escritura ou instrumento particular

§ 3º A Comissão de Avaliação Fiscal elaborará laudo de avaliação para imóveis rurais, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 101 do Código Tributário do Município, sobre os elementos de avaliações para a elaboração do laudo, ou elementos utilizados pelo mercado imobiliário na formação dos valores reais para compra e venda de imóveis no Município.

§ 4º Os laudos de avaliação dos imóveis será conforme anexos II e III deste Decreto, onde constarão os elementos necessários para definição do valor venal do imóvel.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Finanças Pública e Arrecadação utilizar-se-á dos valores constantes em qualquer dos documentos declaratórios apresentados pelo sujeito passivo e/ou que comprovem atos de transmissões ou cessões onerosas de imóveis ou de direitos a eles relativos, se estes forem maiores do que os apurados por meio da Planta de Valores Imobiliários.

CAPÍTULO III

DO LANÇAMENTO DO IMPOSTO

Art. 5º O lançamento será efetuado a requerimento do contribuinte ou de ofício, a critério do órgão competente do Poder Executivo Municipal, e a qualquer momento, poderá ser revisto, nos seguintes casos:

I – se o contribuinte ou o responsável não apresentar a documentação exigida para este ato;

II – se a documentação ou a declaração apresentadas contiverem inexatidão, erro, omissão, rasuras ou falsidade quanto a quaisquer elementos nela consignados;

III – se o valor da base de cálculo consignado na documentação for inferior àquele determinado pelo Fisco Municipal;

IV – se o contribuinte ou o responsável deixar de prestar informação ou de atender a pedido de esclarecimento formulado pela autoridade administrativa quanto à declaração apresentada;

V – através da relação entregue pelos cartórios de notas e de registro, quando apurada a sonegação do imposto.

§1º Se o valor arbitrado não for aceito pelo contribuinte, poderá este solicitar a revisão do mesmo mediante requerimento devidamente fundamentado, que será aceito ou não pela Secretaria de Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação, após análise, considerando as seguintes situações:

I – se imóvel urbano: instruído com laudo técnico emitido por profissional legalmente habilitado;

II – se imóvel rural: instruído com nova declaração do Imposto Territorial Rural - ITR entregue à Secretaria da Receita Federal do Brasil, que contemple as alterações alegadas pelo requerente, acompanhada do respectivo comprovante de entrega ou laudo técnico emitido por profissional legalmente habilitado.

Art. 6º Após a quitação do Documento de Arrecadação Municipal – DAM, será liberado o Certificado de Lançamento de ITBI e Formulário de Informações de Transmissão Imobiliária", documento obrigatório para efetuar a transferência do imóvel, conforme anexo IV e V deste Decreto, devendo estar assinada por servidor público devidamente autorizado.

Parágrafo único. Junto com Certificado de Lançamento de ITBI e Formulário de Informações de Transmissão Imobiliária, virá o Termo de Quitação, documento que comprova o recolhimento do ITBI.

Art. 7º As solicitações de Isenção e Não Incidência do ITBI, após serem analisados os processos e deferidos os pedidos, serão emitidas para cada situação abaixo discriminadas, a certidão conforme os modelos constantes nos anexos VI a VII deste Decreto:

I – Certidão de Isenção do ITBI com fundamento no art. 114 do Código Tributário do Município;

II - Certidão de Não Incidência do ITBI com fundamento no art. 97, do Código Tributário do Município.

§1º O prazo de validade das Certidões é de 30 (trinta) dias, contados da data de sua emissão.

§2º As certidões serão emitidas mediante processos administrativos em que se requeira a isenção ou não incidência do ITBI.

§3º Somente terão validade as certidões emitidas mediante sistema informatizado específico, sendo vedada qualquer outra forma de certificação manual ou eletrônica.

§4º A emissão ou cancelamento das certidões constantes neste Decreto será de competência do Secretário Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação.

Art. 8º Em caso de desistência do processo administrativo para liberação e recolhimento do ITBI, deverá o contribuinte, por intermédio de ofício, esclarecer as razões da mesma.

Art. 9º Na omissão do contribuinte para a retirada e quitação do Documento de Arrecadação Municipal – DAM após o competente cálculo do valor do ITBI, o processo permanecerá na Secretária Adjunta de Arrecadação por um período de 90 (noventa) dias, após o que será encerrado e arquivado.

Parágrafo único. Caso ocorra o arquivamento do processo conforme previsto no *caput* deste artigo, deverá o contribuinte ingressar com novo processo para a transmissão do bem.

CAPÍTULO IV

DO PRAZO PARA A EXPEDIÇÃO DE LAUDOS DE AVALIAÇÃO

Art. 10. Os laudos de avaliação de imóvel rural que tratam este decreto, serão expedidas no prazo de até 10 (dez) dias uteis, contados da data de entrada do requerimento na Secretária Adjunta de Arrecadação ou por meio da internet, conforme dispõe o arts. 101 e 415 do Código Tributário do Município.

Parágrafo único. Havendo pendências que impeçam a expedição das certidões a que se refere, a contagem do prazo, previsto no caput deste artigo, reiniciará a partir da data em que o requerente atenda a solicitação para a sua regularização.

CAPÍTULO V

DO PRAZO DE VALIDADE DAS AVALIAÇÕES

Art. 11. O prazo de validade das avaliações de que trata o parágrafo único do art. 100 do Código Tributário do Município, será de 180 (cento e oitenta) dias para, a partir da data de sua emissão.

CAPÍTULO VI

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 12. Os tabeliães e os oficiais de registro de imóveis e de títulos e documentos, ficam obrigados a apresentar ao Fisco Municipal, até o 10º (décimo) dia do mês seguinte, conforme o parágrafo único do art. 113 do Código Tributário do Município, a relação de todas as operações realizadas com imóveis no mês anterior dentro do período requisitado, contendo os seguintes elementos:

I – data da lavratura, do registro ou da averbação do instrumento;

II – nome, CPF ou CNPJ e endereço do adquirente ou cessionário;

III – nome, CPF ou CNPJ e endereço do transmitente ou cedente;

IV – identificação do Imóvel, quadra e lote para imóvel urbano ou CCIR e NIRF para imóvel rural;

V – número da matricula do cartório de Registro de imóvel, caso houver;

VI – tipo de transferência;

VII – data do pagamento do imposto e valor total recolhido;

VIII – valor pactuado e inscrito no instrumento público de transação.

Parágrafo único. As informações de que trata o caput deste artigo poderão ser entregues por meio magnético.

Art. 13. Os responsáveis por loteamento, bem como os incorporadores, ficam obrigados a apresentar ao Fisco Municipal, até o 10º (décimo) dia do mês seguinte, conforme o § 3º do art. 171 do Código Tributário do Município, a relação dos imóveis que, no mês anterior, tenham sido alienados definitivamente ou mediante promessa ou compromisso de compra e venda, bem como suas respectivas cessões, contendo:

I – data da lavratura do instrumento;

II – nome, CPF ou CNPJ e endereço do adquirente ou cessionário;

III – nome, CPF ou CNPJ e endereço do transmitente ou cedente;

IV – inscrição cadastral do imóvel no Município;

V – valor da transação.

Parágrafo único. A relação de que trata o *caput* deste artigo poderá ser entregue por meio eletrônico.

CAPÍTULO VII

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 14. O descumprimento das obrigações do presente Decreto, que trata do Imposto sobre a Transmissão e Cessão Onerosa de Bens Imóveis Inter Vivos e de Direitos Reais a eles Relativos, sujeita o infrator às multas e penalidades previstas nos art. 107, 115, 116 e 118 do Código Tributário do Município.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. O regulamento do ITBI tratado neste Decreto, não exclui o direito do Fisco Municipal exigir, a qualquer tempo, os créditos a vencer e os que venham ser apurados, determinados pelo art. 345 do Código Tributário Municipal.

Art. 16. Compete ao Secretário de Finanças Públicas e Arrecadação estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada neste decreto, inclusive resolvendo os casos omissos.

Art. 17. O Certificado de Lançamento de ITBI e Formulário de Informações de Transmissão Imobiliária que trata este Decreto, são comprobatórias de regularidade fiscal do ITBI perante a Secretaria Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação e, somente produzirão eficácia, dentro de seu prazo de validade, nos atos em que estiver vinculado o sujeito passivo.

Art. 18. Os prazos de validade dos laudos emitidos antes da vigência deste Decreto serão mantidos.

Art. 19. Os documentos tratados neste Decreto obedecerão aos modelos constantes nos Anexos I a VII, deste Decreto, e conterão, obrigatoriamente, a data e a hora de sua emissão, bem como o respectivo código de controle.

Parágrafo único. O texto de quaisquer dos documentos constantes nos anexos mencionados no *caput* deste artigo poderá sofrer adequações para atender casos específicos, desde que mantidas as finalidades a que se propõem.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Edifício Sede do Poder Executivo, aos 20 de março de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

REQUERIMENTO DE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS E DIREITOS REAIS – ITBI ”INTER VIVOS

ESTE REQUERIMENTO DEVE SER PREENCHIDO DE FORMA LEGÍVEL, SEM EMENDAS OU RASURAS

01- ADQUIRENTE			
NOME			CPF
EMAIL	TELEFONE		CARTEIRA DE IDENTIDADE
ENDEREÇO	NÚMERO	AP/SALA	COMPLEMENTO
BAIRRO	CIDADE	CEP	UF

02- TRANSMITENTE			
NOME			CPF
EMAIL	TELEFONE		CARTEIRA DE IDENTIDADE
ENDEREÇO	NÚMERO	AP/SALA	COMPLEMENTO
BAIRRO	CIDADE	CEP	UF

03- DADOS DA TRANSMISSÃO/CESSÃO			
NATUREZA DA TRANSMISSÃO ( ) COMPRA E VENDA ( ) PERMUTA ( ) OUTROS:_____		VALOR DA TRANSAÇÃO	
CORRETAGEM	NOME DO CORRETOR	CPF	RG
( ) SIM ( ) NÃO	ENDEREÇO	CIDADE	UF

04- DADOS DO IMÓVEL					
IMÓVEL ( ) URBANO ( ) RURAL	ÍNDICE CADASTRAL/NIRF		LOTES	QUADRA	BAIRRO
	ÁREA DO IMOVEL	AREA DA CONSTRUÇÃO		MATRICULA NO RGI	PERCENTUAL A SER AVALIADO

INSCRIÇÃO CADASTRAL (CASO IMOVEL URBANO)	DISTRITO	ZONA FISCAL	QUADRA	LOTE	UNIDADE

05- TERMO DE RESPONSABILIDADE
ATENÇÃO: NÃO ASSINE ESTE REQUERIMENTO ANTES DE SEU TOTAL PREENCHIMENTO, CONFIRA TODOS OS DADOS ANTES DE ASSINÁ-LO. A INFORMA-ÇÃO PRESTADA DE FORMA INCORRETA, INCOMPLETA OU INVERÍDICA SUJEITARÁ O INFRATOR A MULTA, SEM PREJUÍ-ZO DA COBRANÇA DO TRIBUTO DEVIDO. EM TODAS AS TRANSMISSÕES OU CESSÕES, O PAGAMENTO DEVERÁ PRECEDER A LAVRATU-RA DO INSTRUMENTO PÚBLICO (ART. 109 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE ITIQUIRA) DE ACORDO COM O ART. 103 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, E CONFORME COM O DECRETO MUNICIPAL Nº XX, DE XXXX DE 2017, ESTOU CIENTE DE QUE O "TERMO DE QUITAÇÃO" SERÁ ENTREGUE APÓS A CONFIRMAÇÃO PELA RECEITA DA INTEGRALIDADE DO PA-GAMENTO DO ITBI E DÉBITOS TRIBUTÁRIOS OU FISCAIS INCIDENTES SOBRE IMÓVEL. DECLARO SOB AS PENAS DA LEI SEREM VERDA-DEIRAS AS INFORMAÇÕES E OS DOCUMENTOS APRESENTADOS.

06- OUTRAS INFORMAÇÕES

OBSERVAÇÕES	DATA:	ASSINATURA DO ADQUIRENTE / REPRESENTANTE LEGAL
	DATA:	ASSINATURA DO TRANSMITENTE / REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO II

LAUDO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL RURAL

A Comissão Municipal de Avaliação constituída pela Portaria nº 073, de 20 de março de 2017, no intuito de atender o disposto § 3º do art. 101 do Código Tributário Municipal, estabelece para o imóvel abaixo o seguinte Laudo de Avaliação para efeito de lançamento e cobrança de ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis.

Para apuração do valor venal deste imóvel foi utilizado as Tabela de Valores de terras Rurais e Tabela de Valores de Benfeitorias determinadas no anexo III do Código Tributário do Município, e ainda para efeito de lançamento e cobrança de ITBI foi determinado como base de cálculo a soma do valor venal da propriedade e do valor venal da benfeitoria do imóvel avaliado.

Os valores apresentados abaixo ficam constituídos como avaliação do valor venal do imóvel, nos termos do Código Tributário do Município, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 19 de 20 de março de 2017.

Índice Cadastral: XXXXXXX

Inscrição INCRA: XXXXXXXXXX

Inscrição no NIRF: XXXXXXXXXXX

Matricula: XXXXXXXXXXXX

Proprietário: XXXXXXXXXXX

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

Denominação do Imóvel: XXXXXXXXXXXXX

Endereço do Imóvel: XXXXXXXXXX

Complemento: XXXXXXXXX Bairro: XXXXXXXXX

Área da Propriedade: XXXXX Hec.

Área de Benfeitoria: XXXXX m2

Preço por Hectare: R$ XXXX

Preço por metro quadrado de Benfeitoria: R$ XXXXX

Valor venal da Propriedade: R$ XXXXX

Valor venal da Benfeitoria: R$ XXXXXX

Valor Venal do Imóvel: R$ XXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)

Itiquira-MT, aos XX de XXXXX de 20XX.

_____

Presidente

_____

Vice Presidente

_____

Membro

Laudo Válido por 180 dias após sua emissão, após esta data o valor venal do imóvel acima referido poderá sofrer correção.

Observações:

- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

- Laudo emitido conforme modelo definido no Anexo II, do Decreto nº 19/2017.

ANEXO III

LAUDO/CERTIDÃO DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEL URBANO

Gerência de Arrecadação e Fiscalização do Município estabeleceu para o imóvel abaixo o seguinte Laudo/Certidão de Avaliação para efeito de lançamento e cobrança de ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis.

Através do Cadastro Fiscal Imobiliário, foi elaborada a consulta ao cadastro do imóvel objeto de transferência, e procedeu o cálculo do valor venal do imóvel para efeito de lançamento e cobrança de ITBI – Imposto de Transmissão de Bens Imóveis, com base arts. 12 e 13 do Código Tributário do Município.

Os valores apresentados abaixo ficam constituídos como avaliação do valor venal do imóvel, nos termos do Código Tributário do Município, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 19 de 20 de março de 2017.

Índice Cadastral: XXXXXXX

Inscrição Cadastral: XXXXXXXXXX

Proprietário: XXXXXXXXXXXX

CPF: XXX.XXX.XXX-XX

Endereço do Imóvel: XXXXXXXXXXX

Complemento: XXXXXXXXXX Bloco: XXXXXXXXX Apartamento: XXXX

Bairro: XXXXXXXXXX

Distrito XX Zona Fiscal: XXX Quadra: XXX Lote: XXX Unidade: XX

Área do terreno: XXXXXX m2

Área de construção: XXXXX m2

Preço por metro quadrado de Terreno: R$ XXXX

Preço por metro quadrado de Construção: R$ XXXXX

Valor venal do terreno: R$ XXXXXX

Valor venal da construção: R$ XXXXX

Valor Venal do Imóvel: R$ XXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXX)

Itiquira-MT, XX de XXXXXX de 20XX.

_____

Servidor

Laudo Válido por 180 dias após sua emissão, após esta data o valor venal do imóvel acima referido poderá sofrer correção.

Observações:

- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

- Laudo emitido conforme modelo definido no Anexo III, do Decreto nº 19/2017.

ANEXO IV

CERTIFICADO DE LANÇAMENTO DE ITBI E FORMULARIO DE INFORMAÇÕES DE TRANSMISSÃO IMOBILIARIA URBANA

DADOS				
NUMERO (ARQ):	ANO:	PROCESSO:	IMPRESSÃO:	**NUMERO DO ITBI:**

ADQUIRENTE			
NOME			CPF
EMAIL	TELEFONE		CARTEIRA DE IDENTIDADE
ENDEREÇO	NÚMERO	AP/SALA	COMPLEMENTO
BAIRRO	CIDADE	CEP	UF

TRANSMITENTE			
NOME			CPF
EMAIL	TELEFONE		CARTEIRA DE IDENTIDADE
ENDEREÇO	NÚMERO	AP/SALA	COMPLEMENTO
BAIRRO	CIDADE	CEP	UF

IMÓVEL					
NUMERO DO IMÓVEL		COMPLEMENTO		BAIRRO	
ÁREA DO IMOVEL		AREA DA CONSTRUÇÃO		MATRICULA NO RGI	
INSCRIÇÃO CADASTRAL	DISTRITO	ZONA FISCAL	QUADRA	LOTE	UNIDADE

CÁLCULO DO IMPOSTO				
USO EXCLUSIVO PREFEITURA	**VALORES VENAIS**	**R$**	**ALIQUOTA**	**IMPOSTO DEVIDO**
	1 – Valor Venal Terreno	R$ XXXX,XX		
	2- Valor Venal da Edificação	R$ XXXX,XX		
	3 – Valor Venal Financiado	R$ XXXX,XX		

	4 –Valor Venal do Imóvel	**R$ XXXX,XX**		**R$ XXXX,XX**

TERMO DE QUITAÇÃO
Certificamos para os devidos fins de direito que, foi apresentada a guia de recolhimento do contribuinte acima identificado está quite em relação ao IT-BI e taxas estabelecida na legislação municipal. Este Termo de Quitação refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito do Fisco Municipal e abrange somente ao Imposto de Transmissão de Bens Inter Vivos.

USO FISCAL	
EM _____ ADQUIRENTE	_____ ASSINATURA/CARIMBO DO SERVIDOR

Itiquira-MT, aos xx, de xxxx de 20xx.

OBS: Documento obrigatório para efetuação da transferência do imóvel e válido somente se acompanhado do Documento de Arrecadação Municipal (DAM) devidamente autenticado pelo agente arrecadador.

Observações:

- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

- Certificado emitido conforme modelo definido no Anexo IV, do Decreto nº 19/2017.

ANEXO V

CERTIFICADO DE LANÇAMENTO DE ITBI E FORMULARIO DE INFORMAÇÕES DE TRANSMISSÃO IMOBILIARIA RURAL

DADOS				
NUMERO (ARQ):	ANO:	PROCESSO:	IMPRESSÃO:	**NUMERO DO ITBI:**

ADQUIRENTE			
NOME			CPF
EMAIL	TELEFONE		CARTEIRA DE IDENTIDADE
ENDEREÇO	NÚMERO	AP/SALA	COMPLEMENTO
BAIRRO	CIDADE	CEP	UF

TRANSMITENTE			
NOME			CPF
EMAIL	TELEFONE		CARTEIRA DE IDENTIDADE
ENDEREÇO	NÚMERO	AP/SALA	COMPLEMENTO
BAIRRO	CIDADE	CEP	UF

IMÓVEL		
NUMERO DO IMÓVEL	COMPLEMENTO	BAIRRO
ÁREA DA PROPRIEDADE (HEC).	AREA DA BENFEITORIA	MATRICULA NO RGI
Nº DO CCIR	Nº DO NIRF	OUTROS

CÁLCULO DO IMPOSTO				
USO EXCLUSIVO PREFEITURA	**VALORES VENAIS**	**R$**	**ALIQUOTA**	**IMPOSTO DEVIDO**
	1 – Valor Venal da Propriedade	R$ XXXX,XX		
	2- Valor Venal da Benfeitoria	R$ XXXX,XX		
	3 – Valor Venal Financiado	R$ XXXX,XX		
	4 –Valor Venal do Imóvel	**R$ XXXX,XX**		**R$ XXXX,XX**

TERMO DE QUITAÇÃO
Certificamos para os devidos fins de direito que, foi apresentada a guia de recolhimento do contribuinte acima identificado está quite em relação ao IT-BI e taxas estabelecida na legislação municipal. Este Termo de Quitação refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito do Fisco Municipal e abrange somente ao Imposto de Transmissão de Bens Inter Vivos.

USO FISCAL	
EM _____ ADQUIRENTE	_____ ASSINATURA/CARIMBO DO SERVIDOR

Itiquira-MT, aos xx, de xxxx de 20xx.

OBS: Documento obrigatório para efetuação da transferência do imóvel e válido somente se acompanhado do Documento de Arrecadação Municipal (DAM) devidamente autenticado pelo agente arrecadador.

Observações:

- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

- Certificado emitido conforme modelo definido no Anexo V, do Decreto nº 19/2017.

ANEXO VI

CERTIDÃO DE ISENÇÃO

DE DÉBITOS DO ITBI

Nº de Controle:

Contribuinte:

CPF/CNPJ: Nº DO CERTIFICADO:

Endereço:

Finalidade:

Certificamos para os devidos fins de direito que, o contribuinte acima identificado está isento do Imposto sobre Transmissão inter-vivos a qualquer título por ato oneroso de Bens Imóveis - ITBI, conforme estabelecem os art. 114 do Código Tributário do Município de Itiquira.

Está certidão refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito do Fisco Municipal e abrange somente o ITBI do Certificado acima mencionado.

Emissão:

Validade: **30 dias.**

_____

XXXXXXXXXXXX

Certidão com validade somente para transferência de imóvel em cartório, exceto abertura de loteamento.

Observações:

- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

- Certidão emitida conforme modelo definido no Anexo VI, do Decreto nº 19/2017.

ANEXO VII

CERTIDÃO DE NÃO INCIDÊNCIA

DE DÉBITOS DO ITBI

Nº de Controle:

Contribuinte:

CPF/CNPJ: Nº DO CERTIFICADO:

Endereço:

Finalidade:

Certificamos para os devidos fins de direito que, o contribuinte acima identificado está isento do Imposto sobre Transmissão inter-vivos a qualquer título por ato oneroso de Bens Imóveis - ITBI, conforme estabelecem os art. 97 do Código Tributário do Município de Itiquira.

Está certidão refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito do Fisco Municipal e abrange somente o ITBI do Certificado acima mencionado.

Emissão:

Validade: **30 dias.**

_____

XXXXXXXXXXXX

Certidão com validade somente para transferência de imóvel em cartório, exceto abertura de loteamento.

Observações:

- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

- Certidão emitida conforme modelo definido no Anexo VII, do Decreto nº 19/2017.

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 18 DE 20 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 18 DE 20 DE MARÇO DE 2017.

Regulamenta o Livro Eletrônico - Sistema Eletrônico de Escrituração Fiscal e, dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA**, ESTADO DO MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Constituição Federal, a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com Código Tributário Municipal – Lei Municipal nº 968 de 16 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO que o Poder Público Municipal deve adotar medidas tendentes à simplificação da ordem tributária, promovendo, inclusive, a redução de custos no cumprimento das obrigações fiscais, visando sempre promover a Justiça Fiscal com responsabilidade;

CONSIDERANDO a necessidade do Fisco Municipal atuar de forma integrada com o compartilhamento de informações, que viabilizará maior controle fiscal e de arrecadação do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Decreto regulamenta o Sistema Eletrônico de Escrituração Fiscal - SEEF, Livro Eletrônico.

CAPÍTULO II

DO CADASTRAMENTO E SOLICITAÇÃO DE ACESSO E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA ANÁLISE

Art. 2º Os contribuintes inscritos no Cadastro Fiscal Mobiliário deverão fazer o cadastramento e autorização para o acesso ao sistema informatizado da Prefeitura Municipal de Itiquira/MT.

§1º Para fins de utilização do Sistema Eletrônico de Escrituração Fiscal será realizado pelo contribuinte mediante a utilização de senha de segurança.

§2º A solicitação e a liberação da senha serão efetivadas por meio de requerimento específico, disponibilizado na página eletrônica disponível no endereço eletrônico " https://e-gov.betha.com.br/livroeletronico/login.faces" que estará disponível na página da Prefeitura no endereço http://www.itiquira.mt.gov.br, o qual deverá ser impresso pelo interessado e apresentado na Prefeitura Municipal de Itiquira.

Art. 3º Após o preenchimento da solicitação de acesso, o interessado deverá imprimir o formulário "SOLICITAÇÃO DE ACESSO" que deverá ser encaminhado de forma física ou digital ao Fisco Municipal com os seguintes documentos:

I - cópia do contrato social atualizado, quando for o caso;

II - cópia do cartão CNPJ atualizado, quando for o caso;

III - cópia da inscrição estadual atualizada, quando for o caso;

IV - cópia do CPF do empresário e dos sócios;

V - cópia do comprovante de endereço da empresa/contribuinte, quando for o caso;

VI - informar o tipo de enquadramento tributário da empresa.

§1º A autoridade administrativa analisará os documentos constantes na solicitação, atualizará o Cadastro Fiscal Mobiliário e fará o deferimento da solicitação, conforme o caso.

§2º Aos contribuintes que fizeram o cadastro ao sistema de geração de nota fiscal eletrônica, fica desobrigado a apresentação dos documentos elencados no *caput* deste artigo.

Art. 4º Após a solicitação de acesso, em conformidade ao disposto neste Decreto e comprovação pela Secretaria da Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação, da regularidade das informações, proceder-se-á o desbloqueio do acesso e, em seguida será encaminhado, pessoalmente ou via correio eletrônico (e-mail), para o solicitante, a mensagem referente ao resultado da solicitação de acesso ao sistema.

§ 1º No caso de se constatar qualquer inconsistência nas informações prestadas, o solicitante será informado do fato, via correio eletrônico – "e-mail", para que, no prazo de até 10 dias, tome as providências necessárias ao desbloqueio da senha.

§ 2º Decorrido o prazo de que trata o parágrafo anterior sem que sejam tomadas as providências exigidas, a solicitação de desbloqueio será automaticamente rejeitada, caso em que o interessado deverá promover nova solicitação.

Art. 5º A senha de segurança representa a assinatura eletrônica do contribuinte que a cadastrou, sendo ela pessoal e intransferível, podendo ser alterada a qualquer tempo pelo seu detentor diretamente no endereço eletrônico "https://e-gov.betha.com.br/livroeletronico/login.faces" que estará disponível na página da Prefeitura no endereço http://www.itiquira.mt.gov.br.

Parágrafo único. O contribuinte, pessoa física ou jurídica, detentor da senha de segurança será responsável por todos os atos praticados nos sistemas informatizados do Fisco Municipal, bem como pelos usuários habilitados ou vinculados e que atuem em seu nome.

Art. 6º Será cadastrada apenas uma senha de segurança para cada contribuinte, levando-se em consideração o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ ou para cada número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF junto ao Ministério da Fazenda.

Parágrafo único. A senha fornecida à pessoa jurídica será concedida ao representante legal indicado na sua solicitação e conterá as seguintes funções:

I – habilitar ou desabilitar usuários dos sistemas;

II – vincular ou desvincular contador;

III – gerar, cancelar, emitir relatórios, gerar guias de pagamento, entre outros que estiverem disponíveis nos sistemas.

Art. 7º Os contribuintes com restrições cadastrais estão impedidos de utilizar os sistemas ora instituídos por este decreto enquanto não regularizarem a sua situação junto ao Fisco Municipal.

Art. 8º O acesso interno ao sistema que conterá dados fiscais de interesse do Fisco Municipal será realizado por servidor municipal mediante a utilização de senha de segurança.

§ 1º A senha de segurança será outorgada pelo Fisco Municipal, a qual conterá as seguintes funções:

I – habilitar e desabilitar usuários;

II – criar ou modificar perfis de utilização do sistema;

III – incluir e excluir informações de interesse do contribuinte e do Fisco Municipal no portal do Sistema Eletrônico de Escrituração Fiscal - SEEF.

§ 2º Aos servidores do Fisco Municipal será permitido acesso ao sistema conforme o perfil habilitado levando-se em consideração a função exercida.

CAPÍTULO III

DA DECLARAÇÃO DE SERVIÇOS E APURAÇÃO DE ISS

Art. 9º O Sistema Eletrônico de Escrituração Fiscal - SEEF (Livro Eletrônico) é o meio eletrônico pelo qual deverão ser registradas as operações de serviços tributáveis pelo Imposto Sobre o Serviço de Qualquer Natureza - ISS no âmbito do Município de Itiquira, sendo gerado e armazenado em sistema próprio do Fisco Municipal.

§ 1º O Sistema Eletrônico de Escrituração Fiscal - SEEF será responsável por:

I – gerar e emitir o Documento de Arrecadação Municipal eletrônico – DAM relativo ao Imposto Sobre o Serviço de Qualquer Natureza - ISS, próprio e de terceiros no caso de retenção do imposto ou de substituição tributária;

II – registrar informações de operações sujeitas a regimes especiais de emissão de nota fiscal;

III – registrar as operações de retenção na fonte, na forma disposta neste regulamento;

IV – gerar livros registro de serviços prestados e tomados;

V – gerar declarações de registros de informações.

§ 2º Os livros mencionados no inc. IV do parágrafo anterior se dividem em:

I – Livro Eletrônico de Registro de Prestação de Serviços, destinado a registrar todas as Notas Fiscais ou declarações geradas pelo prestador de serviços, sujeitas ou não a retenção na fonte;

II – Livro Eletrônico de Registros de Serviços Tomados, destinado a registrar todas as Notas Fiscais recebidas pelas pessoas jurídicas, substitutos tributários ou órgãos públicos, autarquias, sindicatos e fundações não estabelecidas no Município, mas que porventura tomarem serviços de forma continuada dentro desta municipalidade e na qualidade tomadoras de serviços sujeitos ou não a retenção na fonte.

§ 3º Os livros referidos no parágrafo anterior serão gerados através do Sistema Eletrônico de Escrituração Fiscal - SEEF e conterão todas as informações tributáveis ou não, devendo trazer ao final de cada competência:

I – o valor total dos serviços prestados no mês;

II – o valor total dos serviços tomados no mês;

III – o montante dos serviços tomados sujeitos a retenção na fonte ou substituído, bem como o respectivo enquadramento na lista de serviços e alíquota incidente.

Art. 10. O Sistema Eletrônico de Escrituração Fiscal - SEEF, bem como seu manual de instruções e orientações necessárias para registro das notas fiscais, estarão no endereço eletrônico " https://e-gov.betha.com.br/livroeletronico/login.faces" que estará disponível na página da Prefeitura no endereço http://www.itiquira.mt.gov.br.

Art. 11. Estão obrigados à utilização do Sistema Eletrônico de Escrituração Fiscal - SEEF:

I - todos os prestadores de serviços contribuintes do Imposto Sobre o Serviço de Qualquer Natureza - ISS, cujos lançamentos se deem por homologação;

II - as pessoas físicas ou jurídicas que não sejam contribuintes do Imposto Sobre o Serviço de Qualquer Natureza - ISS, mas que tomarem serviços na condição de responsáveis pelo imposto;

III – os responsáveis tributários ou seu respectivo prestador de serviços, se domiciliado fora do Município, quando o serviço tenha sido prestado no Município de Itiquira.

§ 1º Para o registro dos serviços, quando o tomador for domiciliado fora do Município de Itiquira, bem como no caso de fornecimento de mão-de-obra, quando o tomador for aqui domiciliado, deverão ser declarados os serviços efetivamente prestados dentro deste Município.

§ 2º Inclui-se nessa obrigação o estabelecimento equiparado à pessoa jurídica;

§ 3º Incide a obrigação de que trata o caput deste artigo, aos contribuintes que prestem serviços de registros públicos, cartorários e notariais.

§ 4º Ficam desobrigados da declaração os contribuintes de Imposto Sobre o Serviço de Qualquer Natureza - ISS enquadrados na forma fixa de pagamento e os Microempreendedores Individuais (MEI).

Art. 12. A Declaração de Serviços Prestados e a Declaração de Serviços Tomados/Retidos, são os meios para apuração do ISS pelo Sistema Eletrônico de Escrituração Fiscal - SEEF.

§ 1º O arquivo mensal do Livro Eletrônico conterá:

I - As informações cadastrais do responsável legal e contábil do declarante;

II - As informações cadastrais do declarante;

III - Os dados de identificação do prestador e tomador dos serviços;

IV - Os serviços prestados pelo declarante, baseados em documentos fiscais, emitidos em razão da prestação de serviços, sujeitos à incidência do ISS, ainda que não devido ao município Itiquira;

V - A natureza, valor e mês de competência dos serviços tomados ou prestados;

VI - O registro da inexistência de serviço prestado, no período de referência da Declaração Mensal de Serviços, se for o caso;

VII - Outras informações de interesse do Fisco Municipal.

§ 2º A qualquer tempo e desde que não iniciado o processo administrativo tributário, as informações prestadas poderão ser retificadas.

Art. 13. O contribuinte, além de observar as obrigações constantes no capítulo anterior, deverá gravar a declaração retificadora, no caso de erro no preenchimento da declaração já apresentada ou sua apresentação de forma incompleta ou inexata.

§ 1º Se verificado o erro na declaração, o contribuinte deverá requerer a reabertura da competência via eletrônica, e ficará a encargo do Fisco Municipal a exigência das documentações para verificação e deferimento do pedido, não precisando para tal conferência a abertura de procedimentos fiscalizatório.

§ 2º A retificação de dados ou informações já apresentadas somente obsta a aplicação de penalidade se realizada antes do início de qualquer medida de fiscalização relacionada à verificação ou apuração do imposto devido.

Art. 14. A retificação da declaração deverá ser efetuada por meio eletrônico mediante a gravação de nova declaração.

§ 1º A declaração retificadora mencionada no caput deste artigo terá a mesma natureza da declaração originalmente apresentada, substituindo-a quanto aos dados retificados, podendo ser utilizada para aumentar ou reduzir os valores de débitos do Imposto Sobre o Serviço de Qualquer Natureza - ISS já informados.

§ 2º Fica sem efeito a retificação que tenha por objeto alterar os débitos relativos ao Imposto Sobre o Serviço de Qualquer Natureza - ISS:

I - cujos saldos a pagar já tenham sido inscritos em Dívida Ativa, nos casos que importe alteração do valor;

II - em relação aos quais o sujeito passivo já tenha sido notificado do início do processo administrativo tributário.

§ 3º A retificação de valores da declaração que resulte em alteração do montante do débito já inscrito em Dívida Ativa, somente poderá ser efetuada nos casos em que houver prova inequívoca da ocorrência de erro fático no preenchimento da declaração, com a abertura de processo administrativo tributário.

Art. 15. O preenchimento e o encerramento da escrituração no Sistema Eletrônico de Escrituração Fiscal - SEEF deverá ser efetuado até o décimo dia posterior ao mês de serviços prestados.

§ 1º O descumprimento do prazo especificado no “caput” deste artigo sujeitará o prestador de serviços às penalidades previstas no art. 93 do Código Tributário Municipal vigente.

§ 2º O disposto no “caput” deverá ser atendido, mesmo que não haja movimento.

CAPÍTULO IV

DOS LIVROS FISCAIS

Art. 16. O Livro de Registro de Serviços Prestados/Tomados deverá ser escriturado e processado eletronicamente através da ferramenta específica, disponível no endereço eletrônico " https://e-gov.betha.com.br/livroeletronico/login.faces" que estará disponível na página da Prefeitura no endereço http://www.itiquira.mt.gov.br, pelos contribuintes Prestadores, Tomadores de Serviços e Substitutos Tributários.

Parágrafo Único. Findo o exercício fiscal, o contribuinte poderá emitir os livros fiscais em papel e promover a encadernação das folhas, ficando desobrigados de obter a autenticação da repartição competente, devendo porém, mantê-los em arquivo magnético por um período de 5 (cinco) anos.

Art. 17. Os estabelecimentos bancários e demais instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, estabelecidos no Município de Itiquira, ficam dispensados da emissão de notas fiscais de serviços e ficam obrigados ao preenchimento da planilha específica, disponível no programa Livro Eletrônico.

§ 1º Os estabelecimentos mencionados no caput deverão manter arquivados na agência local, para exibição ao Fisco Municipal, os mapas analíticos das receitas tributáveis e os balancetes analíticos padronizados pelo Banco Central.

§ 2º Os mapas analíticos deverão conter o nome do estabelecimento, o número de ordem, o mês e o ano de competência, o número de inscrição municipal, a codificação contábil, a discriminação dos serviços e os valores mensais das receitas correspondentes.

§ 3º O disposto neste artigo não exclui a obrigação da apresentação ao Fisco Municipal das informações fiscais dos serviços tomados.

§ 4º Como tomador de serviços, os estabelecimentos mencionados no caput deste artigo deverão escriturar, no mesmo endereço eletrônico, as notas fiscais de serviços tomados e os recibos dos serviços prestados por não inscritos, de todas as prestações contratadas.

Art. 18. O recolhimento do imposto retido na fonte far-se-á em nome do tomador de serviços, com indicação do prestador no Livro Eletrônico, observando-se o prazo para pagamento do Imposto Sobre o Serviço de Qualquer Natureza - ISS por homologação.

§ 1º O não recolhimento no prazo estabelecido será considerado apropriação indébita, ficando o responsável sujeito às penalidades previstas.

§ 2º O tomador fornecerá ao prestador que sofreu a retenção o Recibo de Declaração de ISS Retido/Por Substituição do ISS retido na operação, o qual servirá, para este, como comprovante do adimplemento da obrigação.

CAPÍTULO V

DO PAGAMENTO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS

Art. 19. O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS referente no Sistema Eletrônico de Escrituração Fiscal – SEEF deverá ser feito exclusivamente pelo Documento de Arrecadação Municipal (DAM) gerada pelo próprio sistema após o encerramento da apuração fiscal do mês, disponível na Internet, no endereço eletrônico "https://e-gov.betha.com.br/livroeletronico/login.faces" que estará disponível na página da Prefeitura no endereço http://www.itiquira.mt.gov.br.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica aos microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas no Município, optantes pelo simples nacional instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, salvo disposição em contrário da legislação especifica.

Art. 20. O Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS correspondente aos serviços prestados e tomados, deverá ser recolhido até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da ocorrência do fato gerador, por meio de DAM, gerada e impressa através do endereço eletrônico do Município.

§ 1º Caso o dia 10 (dez) recaia em dia não útil, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil seguinte.

§ 2º As informações prestadas possuem caráter declaratório e serão utilizadas pela autoridade fiscal como elementos informativos para o lançamento.

§ 3º A declaração deverá ser enviada, individualmente, por prestador de serviços ou responsável tributário até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da competência.

§ 4º O contribuinte deverá escriturar, mensalmente, os documentos fiscais utilizados para acobertar as prestações de serviços e, ao final do processamento, emitir a DAM para o recolhimento do imposto na rede bancária autorizada.

§ 5º Quando se revestir na qualidade de substituto ou responsável tributário, o tomador dos serviços deverá efetuar as retenções do ISS e, ao fim de cada mês, escriturar os documentos utilizados para acobertar as prestações tomadas e emitir a DAM para o recolhimento do imposto na rede bancária autorizada.

CAPÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 21. O descumprimento ao disposto neste decreto sujeitará o infrator, prestador ou tomador dos serviços, à multa determinada no art. 93 do Código Tributário Municipal vigente, por mês de competência em que se verificar a violação.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. Os responsáveis pela escrita contábil e/ou fiscal de todas as pessoas jurídicas mencionadas neste Decreto deverão efetuar os seus respectivos cadastros por meio do programa Livro Eletrônico para obter a liberação da senha de acesso ao sistema.

Art. 23. O manual de operações do módulo Declarante do Livro Eletrônico e o formato dos arquivos de importação de documentos, emitidos e recebidos, estarão à disposição dos contribuintes no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Itiquira.

Art. 24. Poderá ser atribuído a terceiros e ao contador responsável pela contabilidade do contribuinte acesso aos sistemas instituídos por este decreto por meio da ferramenta Gerenciamento de Usuários.

Parágrafo único. O acesso será atribuído pelo contribuinte ou pelo seu representante legal.

Art. 25. A solicitação e a liberação da senha para acesso aos sistemas instituídos por este decreto poderão ser efetivadas pelos responsáveis pela contabilidade de seus clientes, quando obrigados e, nestes casos, observar-se-á o seguinte:

I – o responsável pela contabilidade deve estar previamente cadastrado no Fisco Municipal;

II – tratando-se o responsável de contador que preste seus serviços na condição de profissional liberal, o requerimento, devidamente assinado e com firma reconhecida, deverá vir acompanhado de cópia autenticada de sua Cédula de Identidade (RG), do seu CPF/MF e da carteira ou cédula de inscrição no CRC (Conselho Regional de Contabilidade);

III – tratando-se o responsável de sociedade que preste serviços de contabilidade, o requerimento, devidamente assinado pelo seu representante legal e com firma reconhecida, deverá vir acompanhado de cópia autenticada do Contrato Social e sua última alteração, se houver;

Parágrafo único. A solicitação de senha feita em conformidade com este artigo sujeita o solicitante a toda e qualquer responsabilidade civil, penal e administrativa pelas informações prestadas em nome de seus clientes.

Art. 26. Para efeito deste decreto, entende-se por processo administrativo tributário regular todo aquele instaurado via protocolo central da Prefeitura Municipal de Itiquira pelo contribuinte, mediante pedido formal e fundamentado, com o objetivo de corrigir erros nos dados lançados no Sistema Eletrônico de Escrituração Fiscal – SEEF ou seu cancelamento, quando for o caso.

Parágrafo único. O processo administrativo tributário referido neste artigo somente se admite antes de instaurado processo regular de fiscalização.

Art. 27. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Edifício Sede do Poder Executivo, aos 20 de março de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
DECRETO Nº 17 DE 20 DE MARÇO DE 2017.

DECRETO Nº 17 DE 20 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da emissão de certidões de regularidade fiscal no âmbito da Fazenda Pública Municipal, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA**, **ESTADO DO MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Constituição Federal, Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o Código Tributário Municipal – Lei nº 968 de 16 de dezembro de 2016;

CONSIDERANDO o direito de qualquer pessoa, física ou jurídica, à obtenção de certidão, assegurado pelo inciso XXXIV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 205 da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que instituiu o Código Tributário Nacional, em relação às normas gerais de direito tributário referente à prova de quitação de tributos;

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 342 combinado com art. 420 da Lei nº 968, de 16 de dezembro de 2016, que instituiu o Código Tributário Municipal vigente, em relação às normas gerais de direito tributário referente a prova de quitação de tributos;

CONSIDERANDO finalmente, a necessidade de adequar os procedimentos relativos ao fornecimento de certidões de situação fiscal, no âmbito do Município,

DECRETA:

Art. 1º O Município expedirá, a requerimento do contribuinte, pessoa física ou jurídica, certidões para atestar a existência ou não, de débitos perante o Município do sujeito passivo ou do imóvel inscrito no Cadastro Fiscal Imobiliário.

Art. 2º Podem solicitar a certidão a que se refere o artigo anterior:

I - o sujeito passivo, se pessoa física;

II - titular da firma individual ou dirigente da sociedade, se pessoa jurídica;

III - nos demais casos autorizados por este Decreto.

§ 1º A certidão poderá, também, ser solicitada pelo representante legal da pessoa jurídica ou seu preposto ou pelo procurador devidamente habilitado de qualquer das pessoas citadas nos incisos anteriores.

§ 2º No caso de partilha ou adjudicação de bens de espólio e de suas rendas, podem solicitar a certidão, o inventariante, o herdeiro, o meeiro ou o legatário, ou seus respectivos procuradores, devidamente habilitados.

§ 3º A solicitação de certidão relativa a sujeito passivo incapaz deve ser feita por um dos pais, pelo tutor ou curador, ou pela pessoa responsável, por determinação judicial, por sua guarda.

§ 4º Quando não for solicitada pelo interessado direto, deverá ser apresentada a documentação que comprove a situação prevista em uma hipótese dos parágrafos acima, por meio de documento original e cópia ou cópia autenticada.

Art. 3º A prova de regularidade perante a Fazenda Pública Municipal será efetuada mediante a apresentação de:

I - Certidão Conjunta Negativa de Débitos Municipais e da Dívida Ativa do Município;

II - Certidão Conjunta Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Municipais e da Dívida Ativa do Município; e

III - Certidão Conjunta Positiva de Débitos Municipais e da Dívida Ativa do Município;

IV - Certidão Negativa Débitos Municipais e da Dívida Ativa relativo ao Imóvel;

V - Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Municipais e da Dívida Ativa relativo ao Imóvel;

VI - Certidão Positiva de Débitos Municipais e da Dívida Ativa relativo ao Imóvel.

CAPÍTULO I

DAS CERTIDÕES

Art. 4º A Certidão Conjunta Negativa de Débitos Municipais e da Dívida Ativa do Município será expedida em relação ao contribuinte objeto da consulta, sendo pessoa física ou pessoa jurídica, e atestará a inexistência de débitos, inscritos e não inscritos em Dívida Ativa, referente a tributos municipais, ou originado de multa por descumprimento de obrigação estabelecida na legislação municipal em relação ao contribuinte objeto da consulta.

Art. 5º A Certidão Conjunta Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Municipais e da Dívida Ativa do Município será expedida em relação contribuinte objeto da consulta, sendo pessoa física ou pessoa jurídica, quando for constatada a existência de débitos municipais:

I - cuja exigibilidade esteja suspensa em virtude de:

a) Moratória;

b) Depósito de seu montante integral;

c) Recursos Administrativos, nos termos das leis regulamentadoras do Processo Administrativo Tributário;

d) Concessão de medida liminar em mandado de segurança;

e) Concessão de medida liminar ou tutela antecipada em outras espécies de ação judicial;

f) Parcelamento Administrativo de Débito devidamente autorizado e que esteja adimplente.

II - cujo lançamento se encontre no prazo legal para pagamento ou impugnação.

§ 1º A certidão tratada no caput deste artigo será emitida pela Secretaria Adjunta de Arrecadação quando:

a) existir em nome do sujeito passivo débito parcelado com situação de adimplência;

b) existir em nome do sujeito passivo lançamento de tributos com prazo legal para pagamento ou impugnação;

c) nos casos que a exigibilidade esteja suspensa em virtude de Recursos Administrativos.

§ 2º A certidão de que trata este artigo terá os mesmos efeitos da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Municipais e da Dívida Ativa do Município.

§ 3º Havendo débito cuja exigibilidade esteja suspensa por decisão judicial deverão ser juntadas cópias dos seguintes documentos:

a) decisão judicial que houver concedido a medida liminar ou tutela antecipada; **b)** comprovante dos depósitos judiciais ou demonstrativos da compensação efetuada por determinação judicial, quando for o caso; e **c)** decisões e outros documentos que comprovem a suspensão da exigibilidade do crédito em favor do Município.

§ 4º Havendo débito proveniente de execução fiscal, em que tenha sido efetivada a penhora, deverão ser juntadas ao requerimento cópia do termo ou auto de penhora.

Art. 6º A Certidão Conjunta Positiva de Débitos Municipais e da Dívida Ativa do Município será expedida em relação contribuinte objeto da consulta, sendo pessoa física ou pessoa jurídica, evidenciando os débitos tributário e não tributários, devidamente constituído por lançamento fiscal definitivo ou confissão de dívida para com o Fisco Municipal.

Art. 7º A Certidão Negativa Débitos Municipais e da Dívida Ativa relativa ao Imóvel será expedida em relação ao imóvel objeto da consulta, atestando a inexistência de débito tributários ou não tributários.

§1º A lavratura de quaisquer atos relativos a imóveis só poderá ser realizada mediante apresentação da certidão tratada no *caput* deste artigo, conforme art. 111 do Código Tributário Municipal vigente.

§2º A certidão tratada no caput deste artigo só será emitida com o Cadastro Fiscal Imobiliário atualizado.

§ 3º A Certidão Negativa de Débitos do Imóvel tem como finalidade servir de prova da quitação total dos débitos relativamente ao imóvel objeto do requerimento.

Art. 8º A Certidão Positiva de Débitos Municipais e da Dívida Ativa relativo ao Imóvel deverá ser expedida em relação ao imóvel objeto da consulta, certificando os débitos apurados e atualizados pendentes de pagamento para com o município do imóvel solicitado.

Art. 9º A Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débitos Municipais e da Dívida Ativa relativas ao Imóvel será expedida em relação ao imóvel solicitado quando existir somente débitos:

I - cuja exigibilidade esteja suspensa em virtude de:

a) Moratória;

b) Depósito de seu montante integral;

c) Recursos Administrativos, nos termos das leis regulamentadoras do Processo Administrativo Tributário;

d) Concessão de medida liminar em mandado de segurança;

e) Concessão de medida liminar ou tutela antecipada em outras espécies de ação judicial;

f) Parcelamento Administrativo de Débito devidamente autorizado e que esteja adimplente.

II - cujo lançamento se encontre no prazo legal para pagamento ou impugnação.

§ 1º A certidão tratada no caput deste artigo será emitida pelo Fisco Municipal quando:

a) existir imóvel com débito parcelado com situação de adimplência;

b) existir imóvel com lançamento de tributos com prazo legal para pagamento ou impugnação;

c) nos casos que a exigibilidade esteja suspensa em virtude de Reclamações e Recursos Administrativos.

§ 2º A certidão de que trata este artigo terá os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débitos Municipais e da Dívida Ativa relativas ao Imóvel.

§ 3º Havendo débito cuja exigibilidade esteja suspensa por decisão judicial deverão ser juntadas cópias dos seguintes documentos:

a) decisão judicial que houver concedido a medida liminar ou tutela antecipada;

b) comprovante dos depósitos judiciais ou demonstrativos da compensação efetuada por determinação judicial, quando for o caso; e

c) decisões e outros documentos que comprovem a suspensão da exigibilidade do crédito em favor do Município.

§ 4º Havendo débito proveniente de execução fiscal, em que tenha sido efetivada a penhora, deverão ser juntadas ao requerimento cópia do termo ou auto de penhora.

CAPÍTULO II

DO PRAZO PARA A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES

Art. 10. As certidões de que trata o art. 3º deste Decreto, serão expedidas no prazo de até 10 (dez) dias, contados da data de entrada do requerimento ao Fisco Municipal ou por meio da internet, conforme dispõe o art. 343 do Código Tributário Municipal vigente.

Parágrafo único. Havendo pendências que impeçam a expedição das certidões a que se refere o art. 3º deste Decreto, a contagem do prazo, previsto no *caput* deste artigo, reiniciará a partir da data em que o requerente atenda a solicitação para a sua regularização.

CAPÍTULO III

DO PRAZO DE VALIDADE DAS CERTIDÕES

Art. 11. O prazo de validade das certidões de que trata este Decreto será de 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 12. As Certidões Conjuntas a que se referem este Decreto serão de caráter obrigatório para celebração de contratos, fornecer mercadorias, prestar serviços de qualquer natureza, aprovar planta de loteamento e participação em licitações públicas, conforme art. 346 do Código Tributário Municipal vigente.

Art. 13. As Certidões relativas aos imóveis de que trata este decreto não serão válidas para fins de licitação pública, e serão obrigatórias para lavrar instrumentos, escrituras ou termos judiciais, receber licenças para construção ou reforma e habite-se, desmembramentos e remembramentos.

Art. 14. As Certidões de regularidade fiscal tratadas neste Decreto, não exclui o direito do Fisco Municipal exigir, a qualquer tempo, os créditos a vencer e os que venham ser apurados, determinados pelo art. 345 do Código Tributário Municipal vigente.

Art. 15. A certidão que for emitida com base em determinação judicial deverá conter, no campo "Finalidades", os fins a que se destina, nos termos da decisão que determinar sua expedição.

Art. 16. Compete ao Secretário Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação estabelecer normas e orientações complementares sobre a matéria regulada neste decreto, inclusive resolvendo os casos omissos.

Art. 17. As certidões de que trata este Decreto, são comprobatórias de regularidade fiscal perante a Secretaria Municipal de Finanças Públicas e Arrecadação, somente produzirão eficácia, dentro de seu prazo de validade, nos atos em que estiver vinculado o sujeito passivo.

Art. 18. Os prazos de validade de certidões emitidas antes da vigência deste Decreto serão mantidos.

Art. 19. Poderão ser isentas das taxas de serviços administrativos as Certidões em que o contribuinte preencha os requisitos do art. 195 do Código Tributário Municipal.

Art. 20. As certidões tratadas neste Decreto obedecerão aos modelos constantes nos Anexos I a VI, deste Decreto, e conterão, obrigatoriamente, a data e a hora de sua emissão, bem como o respectivo código de controle.

Parágrafo único. O texto de quaisquer das certidões constantes nos anexos mencionados no *caput* deste artigo poderá sofrer adequações para atender casos específicos, desde que mantenha as finalidades a que se propõem.

Art. 21. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 22. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itiquira, Estado de Mato Grosso, Edifício Sede do Poder Executivo, aos 20 de março de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA

DE DÉBITOS MUNICIPAIS E DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO

Nº de Controle:

Contribuinte:

CPF/CNPJ: CFM:

Endereço:

Finalidade:

Certificamos para os devidos fins de direito que, até a presente data, o contribuinte acima identificado está quite em relação a tributos e multas por descumprimento de obrigação estabelecida na legislação municipal, ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer débitos que venham a ser apurados em seu nome, conforme estabelecem os art. 345 do Código Tributário do Município de Itiquira.

Está certidão refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito do Fisco Municipal e abrange inclusive as taxas e contribuições de melhoria.

Emissão:

Validade: **30 dias.**

_____

Servidor

Certidão sem validade para transferência de imóvel em cartório, exceto abertura de loteamento.

Observações:

- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

- Certidão emitida conforme modelo definido no Anexo I, do Decreto nº 17/2017.

ANEXO II

CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA

DE DÉBITOS MUNICIPAIS E DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO

Nº de Controle:

Contribuinte:

CPF/CNPJ: CFM:

Endereço:

Finalidade:

Certificamos para os devidos fins de direito que, até a presente data, constam em nome do contribuinte, débitos não vencidos ou em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora ou cuja a exigibilidade esteja suspensa ou com Parcelamento Administrativos de Débitos com o Termo de Confissão de Dívida assinado, nos termos dos arts. 344 e 355 da Lei Municipal nº 968 de 16 de dezembro de 2016.

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer débitos que venham a ser apurados em seu nome, conforme estabelecem os art. 345 do Código Tributário do Município de Itiquira.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, combinado com os § 2 art. 343 e 344 do Código Tributário do Município de Itiquira e este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Está certidão refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito do Fisco Municipal e abrange inclusive as taxas e contribuições de melhoria.

Emissão em Itiquira-MT:

Validade: **30 dias.**

_____

Servidor

Certidão sem validade para transferência de imóvel em cartório, exceto abertura de loteamento.

Observações:

- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

- Certidão emitida conforme modelo definido no Anexo II, do Decreto nº 17/2017.

ANEXO III

CERTIDÃO CONJUNTA POSITIVA

DE DÉBITOS MUNICIPAIS E DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO

Nº de Controle:

Contribuinte:

CPF/CNPJ: CFM:

Endereço:

Finalidade:

Certificamos para os devidos fins de direito que, até a presente data, constam em nome do contribuinte, acima qualificado, possui débito junto ao município, no valor de R$ xx.xxx,xx (_____), apurados conforme discriminação anexa.

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer débitos que venham a ser apurados em seu nome, conforme estabelecem os art. 345 do Código Tributário do Município de Itiquira.

Está certidão refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito do Fisco Municipal e abrange inclusive as taxas e contribuições de melhoria.

Emissão em Itiquira-MT:

Validade: **30 dias.**

_____

Servidor

Certidão sem validade para transferência de imóvel em cartório, exceto abertura de loteamento.

Observações:

- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

- Certidão emitida conforme modelo definido no Anexo III, do Decreto nº 17/2017.

ANEXO IV

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS E DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO RELATIVA AO IMÓVEL

Nº de Controle:

Contribuinte:

CPF/CNPJ:

Endereço:

Código: Inscrição Imobiliária:

Endereço do imóvel:

Finalidade:

Certificamos para os devidos fins de direito que, até a presente data, o contribuinte acima identificado está quite em relação a tributos e multas por descumprimento de obrigação estabelecida na legislação municipal referentes ao imóvel acima especificado, ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer débitos que venham a ser apurados em seu nome, conforme estabelecem os art. 345 do Código Tributário do Município de Itiquira.

Está certidão refere-se à situação do imóvel no âmbito do Fisco Municipal e abrange inclusive as taxas e contribuições de melhoria.

Emissão:

Validade: **30 dias.**

_____

Servidor

Certidão sem validade para celebração de contratos, fornecer mercadorias, prestar serviços de qualquer natureza, aprovar planta de loteamento, e participação em licitações públicas.

Observações:

- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

- Certidão emitida conforme modelo definido no Anexo IV, do Decreto nº 17/2017.

ANEXO V

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS E DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO RELATIVA AO IMÓVEL

Nº de Controle:

Contribuinte:

CPF/CNPJ:

Endereço:

Código: Inscrição Imobiliária:

Endereço do imóvel:

Finalidade:

Certificamos para os devidos fins de direito que, até a presente data, o contribuinte acima identificado, consta débitos não vencidos ou em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora ou cuja a exigibilidade esteja suspensa ou com Parcelamento Administrativos de Débitos com o Termo de Confissão de Dívida assinado, em relação a tributos e multas por descumprimento de obrigação estabelecida na legislação municipal referentes ao imóvel acima especificado, ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer débitos que venham a ser apurados em seu nome, conforme estabelecem os art. 345 do Código Tributário do Município de Itiquira.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, combinado com os § 2 art. 343 e 344 do Código Tributário do Município de Itiquira e este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Está certidão refere-se à situação do imóvel no âmbito do Fisco Municipal e abrange inclusive as taxas e contribuições de melhoria.

Emissão:

Validade: **30 dias.**

_____

Servidor

Certidão sem validade para celebração de contratos, fornecer mercadorias, prestar serviços de qualquer natureza, aprovar planta de loteamento, e participação em licitações públicas.

Observações:

- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

- Certidão emitida conforme modelo definido no Anexo V, do Decreto nº 17/2017.

ANEXO VI

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS E DA DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO RELATIVA AO IMÓVEL

Nº de Controle:

Contribuinte:

CPF/CNPJ:

Endereço:

Código: Inscrição Imobiliária:

Endereço do imóvel:

Finalidade:

Certificamos para os devidos fins de direito que, até a presente data, o contribuinte acima identificado, constam no imóvel acima especificado, débitos junto ao município, no valor de R$ xx.xxx,xx (_____), apurados conforme discriminação anexa:

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal cobrar e inscrever em Dívida Ativa quaisquer débitos que venham a ser apurados em seu nome, conforme estabelecem os art. 345 do Código Tributário do Município de Itiquira.

Está certidão refere-se à situação do imóvel no âmbito do Fisco Municipal e abrange inclusive as taxas e contribuições de melhoria.

Emissão:

Validade: **30 dias.**

_____

Servidor

Certidão sem validade para celebração de contratos, fornecer mercadorias, prestar serviços de qualquer natureza, aprovar planta de loteamento, e participação em licitações públicas.

Observações:

- Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

- Certidão emitida conforme modelo definido no Anexo VI, do Decreto nº 17/2017.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 416/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 416/2016.

Data da prorrogação da vigência: 01/03/2017 a 01/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): IEDA MARIA SOTTILI DALLA VALLE

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 01/03/2017 a 01/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 416/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 406/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 406/2016.

Data da prorrogação da vigência: 01/03/2017 a 01/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): JUCINEIA DE FATIMA GONÇALVES.

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 01/03/2017 a 01/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 406/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 404/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 404/2016.

Data da prorrogação da vigência: 01/03/2017 a 01/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): SAMUEL PEREIRA DE JESUS.

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 01/03/2017 a 01/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 404/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 405/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 405/2016.

Data da prorrogação da vigência: 01/03/2017 a 01/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ROSELI MEDEIROS DE SOUZA

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 01/03/2017 a 01/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 405/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 411/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 411/2016.

Data da prorrogação da vigência: 01/03/2017 a 01/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): IVONETE GAMARRA DE OLIVEIRA

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 01/03/2017 a 01/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 411/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 414/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 414/2016.

Data da prorrogação da vigência: 01/03/2017 a 01/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ELENA MARIA SOARES ALVES

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 01/03/2017 a 01/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 414/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 401/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 401/2016.

Data da prorrogação da vigência: 01/03/2017 a 01/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): RONILSON DA SILVA

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 01/03/2017 a 01/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 401/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 408/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 408/2016.

Data da prorrogação da vigência: 01/03/2017 a 01/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): SIDINEI LUIZ DE SOUZA

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 01/03/2017 a 01/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 408/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 410/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 410/2016.

Data da prorrogação da vigência: 01/03/2017 a 01/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ELIZABETE APARECIDA TUNES DA SILVA

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 01/03/2017 a 01/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 410/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 274/2015.

RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 274/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): JESSICA CARVALHO DE MORAIS

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 274/2015, a pedido da Contratada a partir de 13/03/2017, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICAS - ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 290/2015.

RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 290/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): LILIAN SILVA SOUSA

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 290/2015, a pedido da Contratada a partir de 02/03/2017, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO DE VIAS PUBLICAS - OURO BRANCO DO SUL.

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 314/2015.

RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 314/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ROSALI FERNANDES FERREIRA

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 314/2015, a pedido da Contratada a partir de 02/03/2017, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM-ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 439/2016.

RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 439/2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): GEISSY CAROLINA MAMORE DE FREITAS TUNES

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 439/2016, a pedido da Contratada a partir de 02/03/2017, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM-ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 300/2015.

RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 300/2015.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): UARLA SAMARA GALDINO BATISTA

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 300/2015, a pedido da Contratada a partir de 03/03/2017, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM-ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 386/2016.

RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 386/2016.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ANTONINA PEREIRA RANGEL

Objeto: Rescisão de Contrato Administrativo nº 386/2016, a pedido da Contratada a partir de 08/03/2017, o qual visava a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL-ITIQUIRA.

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 974 DE 22 DE MARÇO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 974 DE 22 DE MARÇO DE 2017.

"Dispõe sobre Revisão anual e Aumento de Salário aos servidores do Poder Legislativo Municipal de Itiquira-MT e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica Autorizado o Poder Legislativo do Município de Itiquira-MT, a conceder aos servidores do Poder Legislativo do Município de Itiquira, reajustes monetários, à título de revisão geral anual do exercício 2016, no percentual de 6,58% (seis inteiros e cinquenta e oito centésimos percentuais) e o aumento real de 8,42% (oito inteiros e quarenta e dois centésimos percentuais), totalizando o percentual de 15,0% (quinze por cento), incidentes sobre a folha de pagamento a partir do mês de março/2017.

Art. 2º O Poder Legislativo deverá observar o devido cumprimento ao disposto na Ementada Constitucional nº 25/00 em seu Art. 29-A § 1º, bem como o disposto na Lei Complementar Federal nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal) no que tange aos gastos com pessoal.

Art. 3º Verificando-se que o Poder Legislativo poderá ultrapassar os limites impostos pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 101/00, fica autorizado a Câmara Municipal de Itiquira – MT, a proceder aos ajustes necessários para se enquadrar nos referidos diplomas legais.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão á conta das respectivas dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual- LOA (2017).

Art. 5º Esta Lei entrará a partir de sua publicação, revogando-se às disposições em contrário

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, aos 22 de março de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

PROCURADORIA JURIDICA
LEI MUNICIPAL Nº 973 DE 22 DE MARÇO DE 2017.

LEI MUNICIPAL Nº 973 DE 22 DE MARÇO DE 2017.

"Dispõe sobre modificação do artigo 1º da Lei Municipal nº 942 de 16 de Março de 2016 que trata do valor da Verba Indenizatória para o exercício da atividade parlamentar de controle externo e interação direta com a população do Município e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que me são conferidas por Lei, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica modificado o artigo 1º da Lei Municipal 942 de 16 de Março de 2016 que passa a ter a seguinte redação:

*"**Art. 1º -** Fica instituída na Câmara Municipal de Itiquira-MT, verba de caráter indenizatório, pelo exercício da atividade parlamentar de controle externo e interação direta com a população sob o titulo de verba indenizatória "ajuda de custo", no valor R$ 8.003,00 (oito mil, e três reais), para os vereadores, exceto para o vereador Presidente que perceberá o valor de R$ 9,471,12 (nove mil, quatrocentos e senta e um reais e doze centavos), dentro da permissibilidade constitucional nº47 de 05 de julho de 2005, consolidada pelo entendimento do esposado pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso no processo nº103774-8/2008, que originou o Acordão nº 13/2009."*

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira/MT, aos 22 de março de 2017.

HUMBERTO BORTOLINI

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2017

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2017

PREGÃO PRESENCIAL 004/2017

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE LEITE DE VACA IN NATURA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** do

tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **LICITAÇÃO DESERTA.**

Itiquira/MT, 27 de março de 2017.

Juliane Presotto

Pregoeira

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA LEGISLATIVA 070/2017 DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO SITE DO PODER LEGISLATIVO DE ITIQUIRA-MT., E, DÁ OUTRAS

PORTARIA LEGISLATIVA 070/2017

Dispõe sobre nomeação da Comissão de Acompanhamento da Lei de Acesso a Informação no Portal da Transparência do site do Poder Legislativo de Itiquira-MT., e, dá outras providências.

RONIVON SILVA MINGOTI, Presidente da Câmara Municipal de Itiquira – MT., no uso das atribuições legais que lhes confere a Lei e;

Considerando a Lei Municipal nº 764/2013, que regulamenta o Acesso a informação, previsto no inciso XXXIII, do Artigo 5º, inciso II do parágrafo terceiro do artigo 37 e no parágrafo segundo do Artigo 216 da Constituição Federa;

Considerando Decreto Legislativo nº 005/2014, que regulamenta a Lei Municipal nº 764/2013 no âmbito do Poder Legislativo de Itiquira,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica Instituída a Comissão de acompanhamento de cumprimento da lei de Acesso a Informação do Poder Legislativo de Itiquira, para planejar e coordenar a execução, composta pelos seguintes membros:

- VALDIS CASTILHO SOARES JUNIOR – Assessor Jurídico, matrícula funcional 224, portador do CPF: 831.176.101-97;

- **LUCIO SILVEIRA DOS SANTOS** – Secretário de Administração, matrícula funcional 238, portador do CPF: 930.454.501-30;

- **ROBERTO FERREIRA DA SILVA NETO** – Assessor de Imprensa/ Cerimonial, matrícula funcional 221, portador do CPF: 026.716371-10;

- **MARIA CRISTINA PEREIRA VIEIRA** – Responsável pela Ouvidoria, matrícula Funcional 03, Portadora do CPF: 934.966.301-9.

Art.2º - O acompanhamento deverá ser de acordo com Decreto Legislativo nº 005/2014, que regulamenta a Lei Municipal nº 764/2013 no âmbito do Poder Legislativo de Itiquira.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor, a partir da data e sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publica-se.

Itiquira-MT., 22 de março de 2017.

Ronivon Silva Mingoti

Presidente

Gestão 2017-2018

PROCURADORIA JURIDICA
EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

O fundo municipal de previdência social dos servidores de Itiquira-MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 12.079. 657/0001-75, com sede na cidade de Itiquira_MT, neste ato representado por Fabiano Dalla Valle, portador da Cédula de Identidade RG n. 961746 e CPF n. 804.569.361-49 casado, residente e domiciliado na Rua Jose Ferreira de Carvalho S/N Centro Itiquira-MT Gestor do RPPS, no uso de suas atribuições legais, torna público o CREDENCIAMENTO de instituições prestadoras de serviços de gestão financeira em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, combinados com os artigos 27 a 30 e 34 a 37 da Lei nº 8.666/1993 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

1 DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem por objeto o credenciamento de Instituições Financeiras e Fundos de Investimentos que estejam autorizados, nos termos da Legislação em vigor, a atuar no Sistema Financeiro Nacional, com fiel observância das Normas que regulamentam as aplicações de recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS no Mercado Financeiro Nacional, em especial as estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e Ministério da Previdência Social – MPS.

1.2 O credenciamento de fundos de investimento, instituições administradoras e gestoras de fundos de investimento, instituições e pessoas naturais integrantes do sistema de distribuição junto ao RPPS, é requisito prévio para fins de alocação dos recursos vinculados ao RPPS, devendo observar o disposto neste ato e em seus anexos.

1.3 O objetivo da administração dos recursos financeiros do Fundo de Previdência é a maximização da rentabilidade de seus ativos, buscando constituir reservas suficientes para pagamento dos benefícios de seus participantes, levando em consideração os fatores de risco, segurança, solvência, liquidez e transparência, constituindo todos os esforços para o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial dentro dos parâmetros legais e em consonância com o estabelecido na Política Anual de Investimentos vigente do fundo municipal de previdência social dos servidores de Itiquira-MT.

2 CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão ser credenciadas as instituições financeiras e fundos de investimentos devidamente autorizados a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, cuja finalidade e ramo de atuação estejam em consonância com o objeto deste Credenciamento.

2.2 A participação neste Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital.

2.3 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

a) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública;

b) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

c) Estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação, exceto quando na carteira de investimentos já existir aplicação financeira da instituição.

3 ETAPAS DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

Poderão requerer o Credenciamento junto ao RPPS quaisquer pessoas jurídicas ou naturais que atendam às condições exigidas no presente Edital, obedecidas as seguintes etapas:

3.1 PRIMEIRA ETAPA: HABILITAÇÃO

A Empresa que desejar participar do processo de credenciamento deverá apresentar os seguintes documentos:

3.1.1 Documentos Gerais:

a) Fornecer ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários;

b) Fornecer declaração na qual expressem que não efetuarão quaisquer retenções tributárias, dada a Imunidade Tributária dos Fundos Públicos de Previdência; Anexo I.

c) Apresentar declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em razão de infração grave considerada pela Autarquia ao Administrador, nos 05 (cinco) anos anteriores ao credenciamento; Anexo II.

d) Comprovação de atendimento à exigência de classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento;

e) Comprovação de filiação à ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ou ser aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento ou ao Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE.

3.1.2 Documentos Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subsequentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembleia da última eleição da Diretoria, com os respectivos cadastros de pessoa física – CPF de seus atuais administradores;

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil e/ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

3.1.3 Documentos que Comprovem a Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade junto à Receita Federal do Brasil, por meio de Certidão Negativa de Débitos conjunta da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (Tributos Federais e Dívida Ativa da União);

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da instituição, na forma da lei, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou de Certidão de Não Contribuinte;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, por meio de Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias;

e) Prova de regularidade quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de Certidão de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

3.1.4 Documentos Referentes à Qualificação Técnica

a) Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo e que concorda com todas as condições deste Edital; Anexo III e IV.

b) Declaração da empresa informando que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras que entrarem em vigor posteriormente; Anexo V.

c) Declaração de cumprimento do artigo 7º inciso XXXIII da Constituição Federal e Lei nº 9.854/99 regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02, fornecida pela empresa e assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador; Anexo VI.

d) Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe; Anexo VII.

3.1.5 Em caso de Fundos de Investimentos:

a) Quando tratar-se de aplicação em Fundos de Investimentos, o credenciamento recairá também sobre a figura do gestor e do administrador do fundo, que deverá apresentar, além de toda a documentação solicitada neste edital:

a.1)-Histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;

a.2)-Volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como qualificação do corpo técnico e comprovação de segregação de atividades;

a.3)-Lâmina do fundo de investimento que possibilite a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

3.1.6 As Instituições Financeiras habilitadas a participar do Processo de Credenciamento poderão ser submetidas a uma série de quesitos e à apresentação de documentos relacionados às condições de segurança, rentabilidade, solvência, transparência e legalidade de sua constituição e dos produtos ofertados por elas.

3.1.6.1 Os quesitos e documentos supra mencionados serão submetidos à análise do Gestor do FUNDO/INSTITUTO.

3.1.7 Será considerada não credenciada a Instituição Financeira que não apresentar quaisquer dos itens acima, ou apresentá-las com vícios, rasuras ou contrariando qualquer exigência contida neste Edital.

3.1.7.1 Adicionalmente aos documentos arrolados, deverão ser disponibilizadas pelo requerente as informações constantes do **Termo de Análise de Credenciamento de Instituição Administradora ou Gestora**, estabelecido no ANEXO VIII do presente instrumento.

3.1.8 Quando se tratar de fundos de investimento, o credenciamento previsto deverá ser realizado quanto ao gestor e ao administrador do fundo, devendo ser procedido o preenchimento do ANEXO IX para ambas as instituições.

3.1.8.1 O requerente do credenciamento deverá, ainda, disponibilizar as informações constantes do **Termo de Análise de Credenciamento de Fundo de Investimento**, estabelecido no ANEXO IX do presente instrumento, em relação a cada fundo de investimento.

3.1.9 Quando inseridas informações para fins de credenciamento de distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, nos termos do ANEXO VIII, deverá ser encaminhada cópia do contrato para distribuição e mediação do produto ofertado, além de comprovante da regularidade do agente ou instituição junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

3.1.10 Os documentos exigidos neste Edital serão apresentados em original ou cópia reprográfica autenticada.

3.1.11 Todas as certidões solicitadas deverão estar dentro de seu prazo de validade quando da apresentação do requerimento de credenciamento.

3.1.12 Apresentada a solicitação para credenciamento com toda a documentação exigida, a instituição declara, para todos os fins, a aceitação de todos os termos e condições expressos no presente Edital.

3.2 SEGUNDA ETAPA: QUALIFICAÇÃO

3.2.1 Serão habilitadas somente as instituições que atenderem integralmente o disposto no presente edital.

3.2.2 A documentação deverá ser apresentada, em 01 (uma) via, original e/ou cópia autenticada.

3.2.3 No documento em que o prazo de validade não esteja mencionado expressamente, será considerado o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua respectiva emissão.

3.2.4 Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação, estando sujeitos à verificação de autenticidade através de consulta online.

3.2.5 Os documentos de credenciamento serão analisados pelo Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Itiquira-MT, que emitirá um Atestado de credenciamento (ANEXO X), e enviará à instituição credenciada por e-mail.

3.2.6. Em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos, em substituição aos documentos exigidos.

3.2.7 A aceitação dos documentos e informações da instituição requerente, a emissão de Termo de Análise de Credenciamento ou Atestado de Credenciamento não geram para o Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores de Itiquira-MT qualquer obrigação ou compromisso de realizar contratação ou alocação de recursos em veículos de investimento administrados, geridos ou distribuídos pela instituição ou agente credenciado.

4 ENTREGA DOS DOCUMENTOS

4.2 Os documentos deverão ser entregues na sede do Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores de Itiquira-MT, os quais serão protocolados, constituindo um processo administrativo;

4.3 A entrega dos documentos poderá acontecer a qualquer momento, uma vez que o credenciamento é um processo de inscrição permanentemente aberto e os julgamentos ocorrerão pelo Gestor do fundo municipal de previdência social dos servidores de Itiquira-MT.

5 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

5.2A Solicitação de Esclarecimentos ou Impugnação ao Edital poderá ser feita até 02 (dois) úteis da data fixada para o início do credenciamento previsto no preâmbulo, sendo que tais impugnações deverão ser manifestadas por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, na sede do RPPS.

5.3Não serão conhecidas as impugnações e os recursos meramente protelatórios ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela instituição financeira.

5.4Os recursos contra decisões do fundo municipal de previdência social dos servidores de Itiquira-MT não terão efeito suspensivo. Caberá a ao Comitê de Investimento decidir sobre a petição no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

5.5O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6 DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

6.2O presente credenciamento terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de emissão do “Atestado de Credenciamento”.

6.3A cada 12 (doze) meses a instituição credenciada deverá apresentar as documentações exigidas no credenciamento, para fins de atualização cadastral, devendo os mesmos serem protocolados na sede do RPPS em até 15 (quinze) dias antes do vencimento deste prazo.

6.4Os credenciados deverão manter sua regularidade fiscal e previdenciária atualizada junto ao RPPS.

7 DAS PENALIDADES

7.2Sem prejuízos das demais sanções previstas em lei, a credenciada ficará sujeita às penalidades impostas pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

8 DO DESCREDENCIAMENTO

8.2O fundo municipal de previdência social dos servidores de Itiquira-MT poderá considerar descredenciado, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, a instituição ou fundo que:

a) Descumprir quaisquer das normas que regem os RPPS, bem como aos ditames da Resolução CMN nº. 3.922/2010 ou de normas emitidas pela CVM ou pelo BCB;

b) Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Regulamento de Credenciamento, ou infringir qualquer disposição contratada;

c) Descumprir quaisquer dos requisitos previstos neste instrumento;

d) Inclusão da instituição em Cadastro Nacional de Empresas Punidas, sob responsabilidade da Controladoria Geral da União – CGU, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013.

8.3Para o descredenciamento nos termos aqui previstos, será aberto processo administrativo, no qual serão assegurados à instituição interessada o contraditório e a ampla defesa.

8.4Na hipótese de descredenciamento o fundo municipal de previdência social dos servidores de Itiquira-MT emitirá Termo próprio, independentemente de quaisquer sanções legais aplicáveis ao caso.

9 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.2 O presente Edital e seus anexos estão disponíveis, na sede do fundo municipal de previdência social dos servidores de Itiquira-MT.

9.3O credenciamento será cancelado em qualquer fase do processo seletivo, caso seja verificado o não cumprimento dos requisitos exigidos neste edital ou constatada a ocorrência de erro ou fraude na sua elaboração.

9.4Não existirá um número mínimo ou máximo de vagas para credenciamento, pois se trata da formação de um banco de credenciados para prestação de serviços para o RPPS.

9.5O credenciamento de Fundos de Investimentos e/ou Instituições Financeiras não estabelece obrigação ao fundo municipal de previdência social dos servidores de Itiquira-MT em efetuar aplicação em fundo de investimentos destas instituições ou qualquer solicitação de prestação de serviços.

9.6As instituições financeiras são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes nos documentos apresentados.

9.7Toda a documentação ficará à disposição dos segurados e pensionistas para consulta.

10 ANEXOS

10.1 Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante:

a) Anexo I: Declaração de não retenções tributárias;

b) Anexo II: Declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

c) Anexo III: Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo;

d) Anexo IV: Declaração de anuência com as condições deste Edital;

e) Anexo V: Declaração de conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras posteriores;

f) Anexo VI: Declaração de cumprimento de requisitos legais

g) Anexo VII: Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe.

h) Anexo VIII: Termo de Análise de Credenciamento de Instituição Administradora ou Gestora;

i) Anexo IX: Termo de Análise de Credenciamento de Fundo de Investimento;

j) Anexo X: Atestado de credenciamento.

Itiquira-MT 27 de março de 2017

FABIANO DALLA VALLE

GESTOR DO RPPS

ANEXO I

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo) , neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/__ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA que reconhece a abrangência da Imunidade Tributária do FUNDO/INSTITUTO, e que não irá reter tributos sobre suas aplicações financeiras, dada a natureza pública dos recursos geridos por essa Entidade Gestora do Regime Próprio de Previdência.

[MUNICIPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO II

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE IMPUTADA PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo) , neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/__ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA, que não possui penalidades imputadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN) e/ou Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) em razão de infração grave considerada por estes ao Administrador/Gestor

[MUNICIPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO III

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa) , inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo) , neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/__ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua contratação com Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[MUNICIPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO IV

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

Ao [FUNDO/INSTITUTO]

XXXXX

Gestor do RPPS

(nome da empresa) , inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo) , neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/__ e do CPF/MF nº _____, DECLARA que está ciente de todos os termos do edital e anexos deste, sendo sabedores de todas as especificações nele contidas e que atende plenamente os requisitos de habilitação.

[MUNICIPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO V

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CMN 3.922/2010

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(Razão Social da Instituição), inscrita no CNPJ sob o nº _____ sediada à (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010, ou outras que entrarem em vigor posteriormente, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[MUNICIPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO VI

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(Nome da Empresa) ----------, inscrita no CNPJ Nº ----------, sediada na Rua ----------, nº ----------, bairro, ----------, CEP---------- Município ----------, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____, DECLARA, sob as penas da lei, que:

Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____, promovido Município de XX, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Não possui em seu quadro de pessoal empregados(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz*, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666).

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO VII

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATESTADO CAPACIDADE TÉCNICA

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

Atestamos para fins de participação em licitações, a quem possa interessar, que a empresa ....., CNPJ..... , localizada à Rua... .....nº.....bairro....., neste município, já executou ou está executando os serviços (descrever os serviços realizados suficientemente detalhado, para permitir a caracterização das atividades desenvolvidas, objeto do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____, de forma satisfatória, atendendo as especificações exigidas, onde cumpriu com todos os compromissos assumidos, inclusive, quanto ao prazo e à qualidade dos serviços prestados, e que até esta data não consta em nossos Registros, nenhum ato que macule ou desabone sua idoneidade, motivo pelo qual está apto a se candidatar à execução do objeto do presente certame.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO VIII

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO **Análise de Instituição Administradora ou Gestora**			
Número do Termo de Análise de Credenciamento	**/2016**		
Número do Processo instaurado	Nº protocolo ou processo		
Documento de solicitação do credenciamento	(tipo do documento/número/data)		
I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo		CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS		CNPJ	
Possui critérios preestabelecidos pelo ente federativo para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS?			
1.Tipo de ato normativo/documento		Data	
2. Critérios:			
a.			
b.			
c.			

II- IDENTIFICAÇÃO DA(S) CLASSES DE FUNDO(S) DE INVESTIMENTO QUE A INSTITUIÇÃO PRETENDE-SE CREDENCIAR JUNTO AO RPPS PARA ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO OU OUTROS			
	FI 100% títulos do TN		FI Ações referenciados
	FI Renda Fixa/Referenciados		FI de Índices Referenciados em Ações
	FI de Índices Referenciados em Renda Fixa		FI em Ações
	FI de Renda Fixa		FI Multimercado
	FI de Índices Referenciados em Renda Fixa		FI em Participações
	FI em Direitos Creditórios		FI Imobiliário
	FI Renda Fixa “Crédito Privado”		Outros Ativos:

III –	**ADMINISTRADOR**	**GESTOR**	**Outros:**		
Razão Social				CNPJ	
Endereço				Data Constituição	
E-mail (s)				Telefone (s)	
Data do registro na CVM		Categoria (s)			
Controlador/ Grupo Econômico				CNPJ	
Principal contato com RPPS		Cargo	E-mail	Telefone	

III.1 - Relação dos documentos referentes à análise da Instituição que instruem o Processo de Credenciamento obtidos na(s) seguinte(s) página(s) da Internet (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):

Identificação do documento analisado	**Data do documento**	**Data de validade (certidões)**
1.Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção 1 e seus Anexos		
2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social		
3. Certidão da Fazenda Municipal		
4. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital		
5. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União		
6. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS		
7. Relatórios de Gestão de Qualidade		
8. Relatórios de Rating		

9.		

III.2 -Informações relativas à pesquisa de padrão ético de conduta (art. 3º, §1º, Portaria MPS nº 519/2011):

Resultado de pesquisa ao site da CVM (ex.: http://sistemas.cvm.gov.br/) sobre Processos Administrativos e Processos Administrativos Sancionadores, no site do Bacen (ex.: http://www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm) sobre Processos Administrativos Punitivos, além de outras pesquisas de processos administrativos, judiciais, ou informações de conhecimento público que possam caracterizar indício de irregularidades na atuação da Instituição,seus controladores, sócios ou executivos:

Processo/Decisão	Assunto/objeto	Data	Fonte da informação

Resultado da análise das informações pelo responsável pelo Credenciamento:

III.3–Análise das informações do Questionário Padrão *Due Diligence* para Fundo de Investimento – Seção 1 da ANBIMA – Informações Sobre a Empresa:
Identificação do Responsável pelo Questionário:
*Resultado da análise **do responsável pelo Credenciamento** das principais informações apresentadas no Questionário:*

III.4 - Classificação do Risco da Instituição (art. 15, §2º da Resolução CMN nº 3.922/2010):

Tipo de Nota	Agência	Classificação obtida	Data
Outro(s) critério(s) de análise:			

III.5 - Dados Gerais da Instituição e do Portfólio sob sua administração/ gestão

Mês/Ano	Patrimônio da Instituição Administradora/ Gestora (R$)	Nº de pessoas que trabalham na Instituição	Nº de FI sob administração/ gestão	Total do Patrimônio dos FI sob administração/ gestão (R$)	Nº dos cotistas dos FI sob administração/ gestão
___/2016					
Dez/2015					
Dez/2014					
Dez/2013					
Dez/2012					

III.6 – Dados Gerais dos Fundos de Investimento sob administração/ gestão por Tipo de Investidor

Tipo de Investidor de Fundos de Investimento sob administração/gestão (Posição no último dia útil do mês anterior)	Nº de cotistas por tipo de investidor	Distribuição Percentual do Patrimônio Líquido sob gestão/ administração	Fundos destinados exclusivamente para os respectivos Tipos de Investidores		
			Nº de fundos	Nº de cotistas desses fundos	Total do PL desses fundos
1. Pessoa natural *private banking*					
2. Pessoa natural varejo					
3. Pessoa jurídica não financeira *private banking*					
4. Pessoa jurídica não financeira varejo					
5. Banco comercial					
6. Corretora ou distribuidora					
7. Outras pessoas jurídicas financeiras					
8. Investidores não residentes					
9. Entidade aberta de previdência complementar					
10. Entidade fechada de previdência complementar					
11. Regime próprio de previdência social					
12. Sociedade seguradora ou resseguradora					
13. Sociedade de capitalização/arrend. Mercantil					
14. Fundos e clubes de investimento					
15. Clientes de distribuidores do fundo					
16. Outros tipos de cotistas					
Total: fundos destinados a todos os investidores					
Total: investidores previdenciários (09 a 11)					
Destinados a Investidores Qualificados					
Destinados a Investidores Profissionais					

III.7 - Dados gerais dos Fundos de Investimento sob administração/gestão por Classe de Fundo

Por Classe de Fundos de Investimento sob administração/gestão (Posição no último dia útil do mês anterior)	Nº de fundos	Nº de cotistas	Patrimônio Líquido	% do Portfólio
III.7.1 CLASSIFICAÇÃO ANBIMA				
Renda Fixa – Simples				
Renda Fixa – Indexados - Índices				
Renda Fixa – Ativos – Duração Baixa - Soberano				
Renda Fixa – Ativos – Duração Baixa - Grau de Investimento				
Multimercados – Alocação – Balanceados				
Multimercados – Por Estratégia (ex. Macro, Trading)				
Ações – Indexados – Índices				
Ações – Ativos (ex. *Small Caps,* Dividendos)				
Ações – Específicos (ex. Fundos Fechados de Ações, Mono Ação)				
.....				
TOTAL				

Por Classe de Fundos de Investimento sob administração/gestão (Posição no último dia útil do mês anterior)	Nº de fundos	Nº de cotistas	Patrimônio Líquido	% do Portfólio
III.7.2 CLASSIFICAÇÃO RESOLUÇÃO CMN 3.922/2010				
FI 100% títulos do TN - art. 7º I, "b"				

FI Renda Fixa/Referenciados RF - art. 7º, III, “a”				
FI de Índices Referenciados em RF Subíndices Anbima – art. 7º, III, “b”				
FI de Renda Fixa - art. 7º IV, “a”				
FI de Índices Referenciados em Renda Fixa – art. 7º, IV, “b”				
FI em Direitos Creditórios – Aberto – art. 7º, VI				
FI em Direitos Creditórios – Fechado –- art. 7º, VII, “a”				
FI Renda Fixa “Crédito Privado” – art. 7º, VII, “b”				
FI Ações referenciados - Art. 8º, I				
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II				
FI em Ações - Art. 8º, III				
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV				
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V				
FI Imobiliário - Art. 8º, VI				
TOTAL				

III. 8 - Dados de Fundos de Investimento sob administração/gestão da Instituição da mesma Classe de (s) Fundo(s) de Investimento para o(s) qual(is) esta pretende se credenciar:
(Considerar 5 (cinco) fundos mais recentes da mesma classe, no entanto, não considerar aqueles que a Instituição pretende que seja objeto de futura alocação em decorrência deste Credenciamento, pois serão objeto de análise específica no Item V)

Classe de Fundo de Investimento (Resolução CMN nº 3.922/2010):

Identificação do Fundo de Investimento Nome/CNPJ	Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R$)	Valor da Cota (R$)	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
1.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
2.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
3.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
4.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
5.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						

Informações sobre a administração/gestão desses fundos / Fato Relevante divulgado

III. 9 - Caso a Instituição pretenda se credenciar junto ao RPPS para administração/gestão de outra(s) classe(s) de fundos de investimento preencher com os dados de 5 fundos relativos à respectiva classe:
(Considerar 5 (cinco) fundos mais recentes da mesma classe, no entanto, não considerar aqueles que a Instituição pretende que seja objeto de futura alocação em decorrência deste Credenciamento, pois serão objeto de análise específica no Item V)

Classe de Fundo de Investimento (Resolução CMN nº 3.922/2010):

Identificação do Fundo de Investimento Nome/CNPJ	Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R$)	Valor da Cota (R$)	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
1.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
2.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
3.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
4.	__/2016						

	2015							
	2014							
	2013							
	2012							
5.	__/2016							
	2015							
	2014							
	2013							
	2012							
Informações sobre a administração/gestão desses fundos / fatos relevantes divulgados								
Obs.: Caso a Instituição pretenda se credenciar junto ao RPPS para administração/gestão de mais classes de fundos copiar a tabela anterior e preenchê-la abaixo com os dados de 5 fundos relativos à respectiva classe.								

IV - PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO			
Em caso de utilização de metodologia de processo de classificação, indicar os critérios e a pontuação obtida pela Instituição Administradora/Gestora objeto de análise desse Processo de Credenciamento:			
Identificação do Critério (exemplificativo)	**Metodologia (exemplificativo)**		**Pontuação obtida**
A. Experiência de Mercado	Tempo (anos)	Pontuação	
	De 2 a 4	2	
	De 4 a 6	4	
	De 6 a 8	**6**	
	De 8 a 10	**8**	
	Mais de 10	**10**	
B. Volume de recursos sob administração/gestão	Recursos (R$ milhões)	Pontuação	
	Até 100,00	0	
	100,01 a 200,00	2	
	200,01 a 400,00	4	
	400,01 a 800,00	6	
	800,01 a 1.600,00	8	
	Mais de 1.600,00	10	
C. Retorno sobre índice de Referência	Rentabilidade / Índice de Referência	Grau de Risco	Pontuação
	Abaixo de 75,00%	Baixo	10
		Médio	10
		Alto	10
	De 75,01% a 90,00%	Baixo	27
		Médio	25
		Alto	23
	De 90,01% a 98,00%	Baixo	38
		Médio	35
		Alto	32
	De 98,01% a 102,00%	Baixo	49
		Médio	47
		Alto	45
	A partir de 102,01%	Baixo	60
		Médio	57
		Alto	55
D. Rating de Gestão de Qualidade	Agência	Rating	Pontuação
	S&P	AMP – 3	20
	Moody's	MQ3	20
	Fitch	M3	20
E. Rating de Risco	Agência	Rating	Pontuação
	S&P	> BB	15
	Moody's	> Ba2	15
	Fitch	> BB	15
F. Penalidades	Tipologia	Pontuação	
	Processos Administrativos	- 10	
	Processos Judiciais	- 10	
	Investigações PF, MP, MTPS	- 10	
G. Outros critérios			
H. Total =	A+B+C+D+E+G-F (pode haver ponderação em algum critério)		
Pontuação mínima exigida=			

V –FUNDO(S) DE INVESTIMENTO QUE A INSTITUIÇÃO PRETENDE CREDENCIAR JUNTO AO RPPS COMO ADMINISTRADORA/GESTORA PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTO (Anexar Termo de Análise referente a cada fundo/produto conforme modelo - Anexo 1)				
Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s)	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Data Início Do Fundo	Data Análise do Fundo
Outro(s) Tipo(s) de Ativo(s)/Produto(s):				

V.1 - Política de Distribuição - Integrantes do sistema de distribuição que possuem acordos ou contratos de distribuição com a Instituição e que atuam na área de abrangência do RPPS			
Nome/Razão Social	CPF/CNPJ:	Data Autorização CVM	Data do Instrumento contratual
Informações sobre a Política de Distribuição (Forma de remuneração dos distribuidores, relação entre distribuidores e a Instituição, concentração de fundos sob administração/gestão e distribuidores):			

VI – CONCLUSÃO DA ANÁLISE	
VI.1 - Análise da Instituição administradora/gestor a objeto do presente Processo de Credenciamento:	
A - Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselhem um relacionamento seguro:	
B - Regularidade Fiscal e Previdenciária:	
C - Estrutura da Instituição:	
D - Segregação das atividades:	
E - Qualificação do corpo técnico:	
F - Histórico e experiência de atuação:	
G - Principais categorias de ativos e fundos:	
H - Volume de recursos sob administração/gestão:	
I - Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/ gestão:	
J - Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão:	
L – Critérios de análise pré-estabelecidos pelo ente federativo para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS:	
M – Outros critérios de análise:	

VI.2 - Comparação com as 03 (três) últimas Instituições credenciadas para a(s) mesma(s) classe(s) de Fundos de Investimento, com base nos critérios comentados no Item VI.1:

Razão Social**:**			
CNPJ:			
Número do Termo de Credenciamento:			
Data do credenciamento:			
Resumo da análise dos critérios avaliados nos Credenciamentos dessas instituições			
Análise comparativa dos critérios avaliados nos credenciamentos dessas instituições com os da Instituição objeto deste Credenciamento			

VI.3 - Comparação do(s) Fundo(s) de Investimento (relacionados no Item V) que a Instituição pretende credenciar junto ao RPPS como administradora/gestora para futura decisão de investimento com Fundos da mesma classe sob administração/gestão das Instituições credenciadas referidas no Item VI.2

Classe de Fundo de Investimento (Resolução CMN nº 3.922/2010):				
Fundo(s) de Investimento(s) sob administração/gestão das Instituições referidas no Item VI.2 que foram analisados quando dos respectivos Termos de Credenciamento:				Análise Comparativa como(s) Fundo(s) relacionados no Item V sob administração/gestão da Instituição a que se refere este Credenciamento:
Administrador	Gestor	Nome do Fundo	CNPJ do Fundo	

Classe de Fundo de Investimento (Resolução CMN nº 3.922/2010):				
Fundo(s) de Investimento(s) sob administração/gestão das Instituições referidas no Item VI.2 que foram analisados quando dos respectivos Termos de Credenciamento:				Análise Comparativa como (s) Fundo(s) relacionados no Item V sob administração/gestão da Instituição a que se refere este Credenciamento:
Administrador	Gestor	Nome do Fundo	CNPJ do Fundo	

VI.4- Conclusão da análise do(s) Fundo(s) de Investimento relacionado(s) no Item V que a Instituição pretende credenciar junto ao RPPS como administradora ou gestora para futura decisão de investimento(considerar análise da Instituição Administradora, da Instituição Gestora e do Fundo de Investimento)

Fundo de Investimento	**CNPJ**	**Conclusão da Análise**
Outros		

Obs: quando da Decisão de Investimento no(s) referido(s) Fundo(s) de Investimento demonstrar na Autorização para Aplicação e Resgate (APR) o atendimento à Resolução do CMN nº 3.922/2010 e sua aderência à Política Anual de Investimentos, de acordo com o perfil da carteira do RPPS na data da alocação, em caso de fundos com prazos para desinvestimento, o atestado de sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime, a adequação do fundo à condição do RPPS, na respectiva data, como Investidor Qualificado, se for o caso, além de, entre outros critérios, verificar se estão mantidas as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência analisadas durante o Credenciamento.

Responsáveis pela Análise:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

ANEXO IX

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO **Fundo de Investimento**							
VI –		**FUNDO DE INVESTIMENTO**		**Outros:** (nesse caso, utilizar documento sem formatação específica, que demonstre a análise das características, riscos, rentabilidade e aderência do respectivo ativo/produto)			
Nome Fundo						CNPJ	
Administrador			Nº Termo Credenciamento			CNPJ	
Gestor			Nº Termo Credenciamento			CNPJ	
Custodiante						CNPJ	

Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922:		Data de Início Atividades:	
	FI 100% títulos do TN		FI Ações referenciados
	FI Renda Fixa/Referenciados		FI de Índices Referenciados em Ações
	FI de Índices Referenciados em Renda Fixa		FI em Ações
	FI de Renda Fixa		FI Multimercado
	FI de Índices Referenciados em Renda Fixa		FI em Participações
	FI em Direitos Creditórios		FI Imobiliário
	FI Renda Fixa “Crédito Privado”		Outros Ativos:

VII. 1 - Relação dos documentos do Fundo que instruem o Processo de Credenciamento obtidos na(s) seguinte(s) página(s) da Internet (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011

Identificação do documento analisado (obtido na página da internet da CVM, identificar)	**Data do Documento**	**Data da Análise**
1. Questionário Padrão *DueDiligence* para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA – Informações sobre o Fundo de Investimento		
2. Regulamento		
3. Lâmina de Informações essenciais		
4. Formulário de informações complementares		
5. Perfil Mensal		
6. Demonstração de Desempenho		
7. Relatórios de Rating		
8. Demonstrações Contábeis		
9.....		

II.2 – Análise das informações do Questionário Padrão *DueDiligence* para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA – Informações sobre o Fundo de Investimento:
Identificação do Responsável pelo Questionário:
Resultado da análise do responsável pelo Credenciamento das principais informações apresentadas no Questionário:

VII.3 - Análise das informações relativas ao Fundo de Investimento e de sua aderência ao perfil de investidor, da carteira e da Política de Investimento do RPPS:

	Resumo das informações do Fundo de Investimento:			**Análise do responsável pelo Credenciamento:**
Público alvo do Fundo:				
Principais cotistas do Fundo	Tipo de Investidor *(Item III.6 do Termo Cred.)*		% do PL	
Objetivos do Fundo:				
Política de Investimentos do Fundo	Descrição da Política			
	Índice de referência/objetivo de rentabilidade			
	Tipos de ativo	Mínimo	Máximo	
Condições de investimento – prazos/ condições para resgate	Prazo Duração do Fundo			
	Prazo de carência (dias)			
	Prazo para conversão de cotas (dias)			
	Prazo para pagamento dos resgates (dias)			
	Prazo Total (dias)			
Condições de Investimento – Táxas	Taxa de entrada			
	Taxa de saída			
	Taxa de administração			
	Taxa de Performance			
	Índice de referencia	Freqüência	Linha-d água	
	Custo total estimado do Fundo			
Mudanças de prestadores de serviços do Fundo	Data	Tipo (Adm/ Gestor/ Cust)	Motivação	
Últimas Assembléias	Data	Resumo das deliberações		
Fatos Relevantes Divulgados	Data	Resumo		

Histórico de Rentabilidade do Fundo:

Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (PL) (R$)	V aR médio do Fundo	Valor da Cota do Fundo (R$)	Rentabilidade do Fundo (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
/2016							
2015							
2014							
2013							
2012							

Cenários foram utilizados para simulação de desempenho de fundos estruturados					
Períodos de maior perda do Fundo	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para Recuperação
Análise do responsável pelo Credenciamento sobre a rentabilidade do fundo ou simulação do seu desempenho, considerando o histórico, principalmente, dos últimos 12 meses					

	Resumo das informações do Fundo de Investimento: (Posição Atual):			**Análise do responsável pelo Credenciamento:**
Composição da carteira atual (5 espécies de ativos em que o Fundo concentra seus investimentos)	Espécie de ativo		% do PL	
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ desse(s) Fundo(s)	Classificação Resolução CMN	% do PL do Fundo	
	1.			
	2.			
	3.			
	.....			

	Fundo	Do gestor /Adm. (S/N)	Espécies de ativos em que o Fundo concentra seus investimentos			
	1.					
	2.					
	3.					
	.....					
Total dos ativos de crédito privado em estoque do Fundo			% do PL do Fundo:			
Maiores emissores de títulos de crédito privado que o Fundo é credor	Emissor (CPF/CNPJ)		Parte relacionada (S/N) (art. 102, §1º, inc. II e III da ICVM 555/2014)	Sistema de registro e liquidação financeira do ativo	% do PL	
Percentual da carteira do fundo vinculado a parte relacionada						
Prazo médio da carteira de títulos do fundo (em meses (30) dias)						
Classificação de risco de crédito contratada pelo Fundo	Classificação obtida					
	Agencia					
	Data					
	Outros					
Gestão de risco da carteira do Fundo	VAR (Valor de risco) de um dia como percentual do PL calculado para 21 dias úteis e 95% de confiança:					
	Classe de modelos utilizada informada:					
	Principal fator de risco a que o fundo está exposto:					
	Considerando o principal fator de risco, qual variação diária percentual esperada para o valor da cota do fundo no pior cenário de estresse:					
Metodologia e procedimentos de precificação de ativos de baixa liquidez						
Regras de liquidez para ativos específicas do Fundo						
Classificação de risco do Fundo pelo Administrador	Nota na escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento do Fundo:					
Outros critérios de análise						
VII.4 – Procedimentos de diligências/verificações/consultas realizados pelos responsáveis pela análise relativos à carteira do Fundo de Investimento:						
VI.5 - Conclusão da análise do presente Fundo de Investimento,relacionado no Item V dos Termo(s) de Análise de Credenciamento nº /2016 e /2016, considerando as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.922, de 2010, a aderência ao perfil de investidor, da carteira e da Política de Investimento do RPPS:						
Responsáveis pela Análise:	**Cargo**		**CPF**		**Assinatura**	

ANEXO X

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

ATESTADO DE CREDENCIAMENTO			
Ente Federativo		**CNPJ**	
Unidade Gestora do RPPS		**CNPJ**	
Instituição Administradora			
Razão Social		**CNPJ**	
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Data do Termo de Análise de Credenciamento			
Instituição Gestora			
Razão Social		**CNPJ**	
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Data do Termo de Análise de Credenciamento			
Outros			
Razão Social		**CNPJ**	
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Data do Termo de Análise de Credenciamento			
Parecer final quanto ao credenciamento da(s) Instituições(s):			
Classe(s) de Fundo(s) de Investimento que as Instituições foram credenciadas para administração ou gestão de recursos alocados pelo RPPS (Resolução CMN nº 3.922/2010):			
Fundo(s) de Investimento Analisado(s)		**CNPJ**	**Data da Análise**
Data			
Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 433/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 433/2016.

Data da prorrogação da vigência: 21/03/2017 a 21/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): IZIS MAYARA RIBEIRO VALERIO

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 21/03/2017 a 21/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 433/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 432/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 432/2016.

Data da prorrogação da vigência: 18/03/2017 a 18/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): DEUSA ALVES DA SILVA

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 18/03/2017 a 18/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 432/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 430/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 430/2016.

Data da prorrogação da vigência: 16/03/2017 a 16/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): LINDALVA INACIO DOS SANTOS

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 16/03/2017 a 16/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 430/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 431/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 431/2016.

Data da prorrogação da vigência: 16/03/2017 a 16/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): EVERSON RODRIGUES DE BRITO

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 16/03/2017 a 16/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 431/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 426/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 426/2016.

Data da prorrogação da vigência: 08/03/2017 a 08/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ANSELMO NUNES DUARTE

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 08/03/2017 a 08/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 426/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 427/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 427/2016.

Data da prorrogação da vigência: 08/03/2017 a 08/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): CLARICE FERREIRA DE SOUZA

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 08/03/2017 a 08/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 427/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 423/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 423/2016.

Data da prorrogação da vigência: 07/03/2017 a 07/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): NAIR PEREIRA DE OLIVEIRA

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 07/03/2017 a 07/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 423/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 424/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 424/2016.

Data da prorrogação da vigência: 02/03/2017 a 02/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): ANA LUCIA DAHMER DE OLIVEIRA

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 02/03/2017 a 02/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 424/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 422/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 422/2016.

Data da prorrogação da vigência: 02/03/2017 a 02/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): LETIZIA SILVA PIRES PAIVA

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 02/03/2017 a 02/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 422/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 418/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 418/2016.

Data da prorrogação da vigência: 02/03/2017 a 02/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): MARLY LEMES DE OLIVEIRA

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 02/03/2017 a 02/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 418/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 419/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 419/2016.

Data da prorrogação da vigência: 02/03/2017 a 02/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): TANIA APARECIDA DE MORAES RAITZ

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 02/03/2017 a 02/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 419/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 417/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 417/2016.

Data da prorrogação da vigência: 02/03/2017 a 02/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): VITORIA CABRIOTI

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 01/03/2017 a 01/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 417/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 407/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 407/2016.

Data da prorrogação da vigência: 01/03/2017 a 01/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): LEONILDO GOMES BARCELO

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 01/03/2017 a 01/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 407/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA.

PROCURADORIA JURIDICA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 403/2016.

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 403/2016.

Data da prorrogação da vigência: 01/03/2017 a 01/03/2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT

Contratado(a): EDUARDO APARECIDO EDUARDO

Objeto: Prorrogação por um ano, contado de 01/03/2017 a 01/03/2018, a vigência do Contrato Administrativo nº 403/2016 firmado entre as partes, o qual visa a prestação de serviços por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no Cargo de MOTORISTA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
TERMO DE ADESÃO N.º 002/2017

Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços Nº 053/2016, oriunda do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 029/2016. Aderente: Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, por meio do ofício nº 189/2017/GAB, de 24 de março de 2017, da anuência à solicitação de adesão ao Pregão Presencial nº 053/2016/Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT, emitida através do OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO da Prefeitura de Pedra Preta e da empresa detentora do Registro de Preços **RCT – RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS LTDA, detentora do CNPJ nº 07.442.198/0001-02,** cujo objeto é **"Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para a prestação de serviços jurídicos/administrativos para implementação de ações e investigações no sentido de promover a recuperação de créditos tributários municipais judiciais referentes a direitos do município atinentes ao ITR (IMPOSTO TERRITORIAL RURAL), em atendimento a demanda da Secretaria Geral de Coord. Administrativa''.** Contratante na Ata de Registro de Preços Nº 053/2016, **no valor de 20% sobre o valor a ser incrementado.** Maiores informações junto à sede da Prefeitura Municipal de Jaciara/MT, localizada na Av. Antonio Ferreira Sobrinho, Nº 1075, Centro, Fone (66) 3461-7925 das 12h00m às 18h00m. Jaciara-MT, 27 de março de 2017.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 005/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: PAULINI CONSTRUÇÕES EIRELI – ME; OBJETO: "Contratação de empresa especializada para conclusão da Obra de Sistema de Abasteci-**

mento de Água no Município de Jaciara-MT"; PRAZO: 12 (doze) meses; **VALOR GLOBAL: R$ 804.219,37 (Oitocentos e quatro mil, duzentos e dezenove reais e trinta e sete centavos);ASSINATURA: 13/03/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 004/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: E-COMBR – SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA; OBJETO: "Contratação da empresa E-COMBR – SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA**, **detentora do VNPJ nº 07.635.117/0001-90, para fornecimento de licença de uso, otimizações, parametrizações, desenvolvimento, configuração, capacitação de usuários, operacionalização, manutenção e suporte técnico, direito temporário, não exclusivo, limitado e intransferível de uso do programa denominado "sisHABI PREFEITURAS"**; PRAZO: 12 (doze) meses; **VALOR GLOBAL: R$ 7.999,99 (Sete mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos)**;**ASSINATURA: 20/02/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 003/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: FAMA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA EPP; OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE AUDITORIA OPERACIONAL PARA FORMULAR, IMPLANTAR E EXECUTAR PROCEDIMENTOS TÉCNICOS DE AUDITAGEM, QUALIFICAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS NO FCVS, IRRF, PIS/PASEP/COFINS, E EM ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E TRABALHISTAS CORRENTES"**; PRAZO: 03 (três) meses; **VALOR: valor de 20% sobre o valor a ser incrementado**;**ASSINATURA: 15/02/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 009/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto **"Registro de Preços para contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados para a realização de adequação nas contas de energia elétrica para apurar irregularidades, desvios e consequentemente recuperar valores pagos a maior administrativamente, conforme Resoluções da ANEEL, nos últimos 36 (Trinta e Seis) meses", onde serão verificadas o modelo tarifário aplicado em cada unidade consumidora , alem de efetuar um ajuste geral no sistema de energia elétrica, conferir todas as faturas de energia elétrica pagas pela municipalidade, objetivando reduzir os custos no consumo nas tarifas aplicadas e nos tributos incidentes sobre as faturas , inclusive nas Instalações de Iluminação Pública B4a, conferindo potencia instalada, potencia faturada na iluminação publica e sua forma de Instalação, também será revisado todos os contratos de alta tensão, de forma a determinar a demanda de energia elétrica, otimizando-os em função do padrão de uso",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no diade **10 DE ABRIL DE 2017 - 14:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara-MT, 27 de março de 2017.

Tiago Rodrigo Zenkner

Pregoeiro

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 002/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA: CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-CANADÁ; OBJETO: "Contratação da Associação Câmara de Comércio Brasil-Canadá para providência da participação do Prefeito Municipal de Jaciara-MT, com todas as despesas inclusas, no evento denominado *Prospectors & Developers Association of Canada (PDAC) 2017, Internacional Convention, Trade Show & Investors Exchange*, a ser realizada na cidade de Toronto – Canadá"**; PRAZO: 90 (noventa) dias; **VALOR GLOBAL: R$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais);ASSINATURA: 10/02/2017.**

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO ADITIVO Nº. 001/2017 AO CONTRATO N.º 013/2016

CONTRATANTE: Prefeitura Mun. de Jaciara-MT; **CONTRATADO: FACILITA GESTÃO PÚBLICA BRASIL EIRELLI - ME;** OBJETO:PRORROGAÇÃO DE PRAZO;Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas do Contrato nº. 013/2016; **ASSINATURA**: 31/01/2017.

ABDULJABAR GALVIN MOHAMMAD

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES contados a partir da data de assinatura da presente ata.

Às 08:00 horas do dia 17/03/2017 estiveram reunidos na PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, Paco Municipal Julio Domingos de Campos S/Nº, Bairro: Centro, neste ato Representado pelo seu Prefeito Municipal Sr.(ª)EDERZIO DE JESUS MENDES, assistido pelo Pregoeiro Oficial e sua Equipe de Apoio para apreciarem e julgarem a proposta de preço e os documentos de habilitação apresentados para a licitação na modalidade PREGAO PRESENCIAL Nº 005/2017, do tipo Menor Preço por Item, em decorrência do objeto: FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS ESCOLAS DA REDE PUBLICA DE ENSINO DO MUNICIPIO DE JANGADA/M., para suprir necessidades da Prefeitura Municipal, resolve registrar os preços da(s) Empresa(s) abaixo, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, da Lei nº 10.520/2002 e demais legis-

lação aplicável à matéria e consoante as cláusulas e condições constantes deste instrumento convocatório da licitação supracitada, resolvem efetuar o registro de preço nas condições em que segue :

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 – Constitui o objeto da presente Ata o registro de preços os itens dela constantes, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93.

1.2. Os preços registrados têm caráter orientativo.

1.3. Os preços registrados na presente Ata referem-se aos seguintes itens:

1001 SCHNORR E CUNHA LTDA - ME 09.382.117/0001-51

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	434062	ABOBORA CABOTIA KG	KILO	1,950	300,000	585,000
2	43140	ACHOCOLATADO EM PO (PACOTE DE 400 GM)	PACOTE	3,450	300,000	1.035,000
3	17650	ACUCAR PCT 2KG	PACOTE	4,280	400,000	1.712,000
4	434063	ALFACE (MACO)	MACO	2,850	600,000	1.710,000
5	434064	ALHO (KG)	KILO	19,400	80,000	1.552,000
6	434065	ARROZ BRANCO 5KG TIPO I	PACOTE	11,800	450,000	5.310,000
7	434066	AZEITE DE OLIVIA (500ML)	UNIDADE	8,900	350,000	3.115,000
8	434067	BATATA DOCE (KG)	KILO	2,800	350,000	980,000
9	1959	BATATA INGLESA (KG)	KILO	2,000	350,000	700,000
10	434068	BETERRABA (KG)	KILO	2,150	350,000	752,500
11	433329	CAFE 250 GR	PACOTE	4,450	350,000	1.557,500
12	433174	CANELA EM PO 10 GR	KILO	0,950	100,000	95,000
13	434074	CARNE DE SOL (CHARQUE) KG	KILO	18,000	900,000	16.200,000
14	434069	CARNE EM PEDACO DE 1ª (KG)	KILO	19,200	1.000,000	19.200,000
15	434070	CARNE MOIDA DE 1ª (KG)	KILO	11,300	950,000	10.735,000
16	434071	CHA DE CAMOMILA 10GM	CAIXA	1,550	250,000	387,500
17	434072	CHA ERVA CIDREIRA (30GM)	CAIXA	2,800	250,000	700,000
18	434073	CHA MATE (500G)	CAIXA	7,400	350,000	2.590,000
19	434075	CHEIRO VERDE (MACO)	MACO	2,100	380,000	798,000
20	434076	COCO RALADO 100G	UNIDADE	3,750	200,000	750,000
21	434078	COUVE MANTEIGA (MACO)	MACO	3,000	300,000	900,000
22	434079	CREME DE LEITE 300GR	LATA	3,250	250,000	812,500
23	434080	ERVA DOCE (30GM)	PACOTE	2,400	150,000	360,000
24	434101	ERVILHA (300GM)	LATA	2,100	150,000	315,000
25	434083	FARINHA DETRIGO (KG)	KILO	2,480	300,000	744,000
26	434084	FEIJAO (PACOTES DE 1KG) TIPO I	PACOTE	3,850	450,000	1.732,500
27	433183	FRANGO INTEIRO CONGELADO KG	KILO	4,880	450,000	2.196,000
28	434086	GELATINA MORANGO	CAIXA	0,950	220,000	209,000
29	434087	GELATINA UVA	CAIXA	0,950	250,000	237,500
30	434088	LARANJA (KG)	KILO	1,950	850,000	1.657,500
31	433236	LEITE INTEGRAL 1LITRO CAIXA C/12	CAIXA	36,450	350,000	12.757,500
32	434090	MACA (KG)	KILO	6,280	800,000	5.024,000
33	434091	MACARRAO DE SOPA	PACOTE	1,980	450,000	891,000
34	14574	MACARRAO ESPAGUETE	PACOTE	2,000	450,000	900,000
35	785	MAMAO FORMOSA KG	KILO	3,450	300,000	1.035,000
36	434093	MASSA PRONTA P/ BOLO BAUNILHA 400GM	UNIDADE	2,530	190,000	480,700
37	434094	MASSA PRONTA P/ BOLO CHOCOLATE 400GM	UNIDADE	2,550	190,000	484,500
38	434095	MASSA PRONTA P/ BOLO COCO 400GM	UNIDADE	2,600	190,000	494,000
39	434096	MASSA PRONTA P/ BOLO LARANJA 400GM	UNIDADE	2,700	190,000	513,000
40	434097	MASSA PRONTA PARA BOLO VARIOS SABORES 400GM	UNIDADE	2,700	190,000	513,000
41	7211	MELANCIA (KG)	KILO	1,750	400,000	700,000
42	434098	MILHO DE CANJICA (PACOTE DE 500 GM)	PACOTE	2,180	450,000	981,000
43	434081	MOLHO DE TOMATE (340 GR)	UNIDADE	1,280	350,000	448,000
44	434118	MUSSARELA FATIADA	KILO	22,400	200,000	4.480,000
45	434103	OREGANO (200GM)	UNIDADE	4,980	220,000	1.095,600
46	434106	PIMENTAO (KG)	KILO	7,000	220,000	1.540,000
47	434111	POLVILHO DOCE 1KG	KILO	3,850	120,000	462,000
48	434119	PRESUNTO FATIADO	KILO	20,400	150,000	3.060,000
49	434112	QUEIJO IN NATURA	UNIDADE	17,900	120,000	2.148,000
50	434113	REPOLHO (KG)	KILO	2,580	120,000	309,600
51	433199	SAL (PACOTES DE 1 KG)	KILO	1,150	130,000	149,500
52	434115	SUCO EM PÓ PACOTE DE 1KG	PACOTE	5,050	350,000	1.767,500
53	434116	TEMPERO COMPLETO (POTE DE 1KG)	POTE	6,000	170,000	1.020,000
54	1957	TOMATE (KG)	KILO	3,750	350,000	1.312,500

TOTAL DO VENCEDOR

122.194,900

5376 SUPERMERCADO FORTES BAMBIL LTDA - ME 09.014.771/0001-02

Seq. Código Descrição

Unidade

Valor Unit.

Qtde

Total

1	4831	AMIDO DE MILHO MAIZENA PACOTE 500G	PACOTE	7,400	200,000	1.480,000
2	43141	BISCOITO DOCE (PACOTE 400 GM)	PACOTE	3,000	600,000	1.800,000
3	43142	BISCOITO SALGADO (PACOTE 400 GM)	PACOTE	2,750	600,000	1.650,000
4	433190	CEBOLA (KG)	KILO	1,990	300,000	597,000
5	1961	CENOURA (KG)	KILO	1,990	350,000	696,500
6	434077	COLORAU (500 GM)	UNIDADE	2,800	150,000	420,000
7	433179	FERMENTO EM PÓ (LATAS DE 250GR)	UNIDADE	5,400	120,000	648,000
8	434085	FUBA DE MILHO KG	PACOTE	3,000	150,000	450,000
9	433189	LEITE CONDENSADO 395G	UNIDADE	3,250	280,000	910,000
10	434089	LINGUICA (KG)	KILO	9,000	900,000	8.100,000
11	433193	MARGARINA (POTE DE 1 KG)	POTE	7,490	90,000	674,100
12	434099	MILHO PIPOCA (PACOTE DE 500 GM)	PACOTE	1,950	120,000	234,000
13	434100	MILHO VERDE LATA 200GM	LATA	1,200	250,000	300,000
14	434102	OLEO VEGETAL (LATAS DE 900 ML)	LATA	3,300	300,000	990,000
15	434104	OVOS CARTELA COM 30 UNIDADES	CARTELA	10,800	250,000	2.700,000
16	434105	PEITO DE FRANGO (KG)	KILO	6,000	550,000	3.300,000
17	12049	SALSICHA (KG)	KILO	6,000	250,000	1.500,000
18	434114	SARDINHA (LATA DE 250 GRS)	LATA	4,800	450,000	2.160,000
19	434117	VINAGRE (BASE ALCOOL) (FRASCO DE 750ML)	FRASCO	1,400	200,000	280,000

TOTAL DO VENCEDOR

28.889,600

1.4 - O objeto desta Ata é o registro dos preços da PROMITENTE CONTRATADA, para a está PREFEITURA MUNICIPAL, devidamente quantificados e especificados na proposta comercial de preços apresentada no referido Edital do Pregão Presencial Nº 005/2017.

1.5 - Os preços da PROMITENTE CONTRATADA, constantes desta Ata de Registro de Preços, ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento.

1.6 - A existência de preços registrados não obriga os órgãos participantes a firmarem as contratações que deles poderão advir, ficando-lhes facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

1.7 - Fica a PROMITENTE CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas os acréscimos que se fizerem necessários nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS:

2.1. O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contados da data de sua assinatura.

2.2. – Nos termos do artigo 15, § 4º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços a Prefeitura Municipal não fica obrigada a utilizar, exclusivamente por intermédio da DETENTORA, os serviços constantes no "Quadro Resumo", podendo utilizar para tanto outros meios, sem que desse fato caiba recurso ou indenização de qualquer espécie, ficando assegurado à beneficiária do registro preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO:

3.1 – O preço ofertado pela Detentora da presente Ata de Registro de Preços será o constante da proposta final apresentada, que integra a presente.

3.2 – Nos preços registrados estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, bem como os impostos incidentes, ficando certo de que à

"PREFEITURA" nenhum outro ônus caberá além do pagamento do preço constante nesta Ata.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO DE ENTREGA E FORMA DE PAGAMENTO:

4.1 – A entrega dos produtos deverá ser realizada, quando solicitado, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento do pedido.

4.2 – O valor do objeto licitado será pago à DETENTORA, no prazo de 10 D.D.E. (dez dias da data da entrega) dos produtos licitados, mediante a apresentação de Nota Fiscal e/ou Fatura, instruídos com as respectivas certidões:

a) – Certidão Negativa de Débito quanto a Dívida Ativa da União;

b) – Certidão de Inexistência de débitos para com o Sistema de Seguridade Social;

c) – Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço – FGTS.

4.3 – O pagamento será feito na Tesouraria da Prefeitura do Município de Jangada/MT.

4.4 – Caso venha ocorrer à necessidade de providências complementares por parte da DETENTORA, o prazo ficará suspenso até que estas sejam cumpridas.

4.5 – Quaisquer pagamentos não isentarão a DETENTORA das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação dos produtos.

4.6 - Os preços registrados manter-se-ão fixos e irreajustáveis durante a validade desta Ata.

4.7 - Nas hipóteses previstas no Artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93, o órgão gerenciador poderá promover o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante solicitação fundamentada e aceita pela Administração.

4.8 - No caso de solicitação de revisão de preço por parte do fornecedor, o mesmo deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o Órgão Gerenciador adotará, além de ampla pesquisa de preços em empresas de reconhecido porte mercantil, índices setoriais adotados pelo Governo Federal.

4.9 - Não serão concedidas revisões de preços sobre as parcelas do objeto já contratadas ou empenhadas, conforme Artigo 12, § 3º, inciso I do Decreto nº 3.931 de 19 de setembro de 2001.

4.10 - Sendo julgada procedente a revisão, será mantida o mesmo percentual diferencial entre os preços de mercado e os propostos pelo licitante à época da realização deste certame licitatório.

4.11 - A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até 15 (quinze) dias. Nesse período, é vedado à contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços.

4.12 - O pagamento será efetuado de acordo com o previsto no item 1.6 do Edital deste Pregão.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO:

5.1 - Durante a validade do registro, a PROMITENTE CONTRATADA poderá ser convidada pelos órgãos integrantes a firmar contratações de fornecimento do objeto licitado.

5.2 - A efetivação da contratação de fornecimento se caracterizará pela assinatura de termo de contrato ou pelo simples recebimento pelo fornecedor da Nota de Empenho/Ordem de Serviço emitida pelo órgão requisitante do objeto.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES:

6.1 – Cabe à Prefeitura:

6.1.2 - Orientar aos funcionários responsáveis pelo recebimento dos produtos licitados, de que não será permitida a entrega dos mesmos sem que a Administração emita previamente a respectiva autorização, ou seja, o Pedido e o Empenho.

6.1.3 - Informar e requerer de imediato ao fornecedor a substituição do produto entregue em desacordo com o Edital.

6.2 – Das Obrigações da Detentora

6.2.1 - O fornecimento deverá ser realizado, quando solicitado, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2.2 – Informar com antecedência de 48 horas, quando da impossibilidade na entrega do material.

6.2.3 - Proceder à substituição do produto que for entregue em desacordo com as especificações do Edital;

6.2.4 - Responder por quaisquer danos causados aos empregados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto da presente licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

6.2.5 – Manter-se, durante toda execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação;

6.2.6 - A inadimplência da licitante, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à administração pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente Edital.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA:

7.1 - A presente Ata poderá, a critério da Administração, ser parcial ou totalmente cancelada quando o fornecedor descumprir as condições da mesma, não retirar a nota de empenho no prazo estipulado, não reduzir o preço registrado quando este se tornar superior aos de mercado, ou ainda, por razões de interesse público, sem que lhe seja devida nenhuma indenização.

7.2 - Quando os preços de mercado se tornarem superiores aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado pela Administração, não puder cumprir o compromisso assumido, o órgão gerenciador poderá revogar o registro do fornecedor, convocando os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PENALIDADES:

8.1 – Pela inexecução parcial ou total do ajuste, a Administração poderá aplicar a Detentora, garantida a esta última prévia defesa, a aplicação das sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº. 8.666/93, na Lei Federal nº. 10.520/02 e na Ata de Registro de Preços e demais normas pertinentes, devendo ser observados os procedimentos contidos no Decreto Municipal nº. 025/2006 e demais normas pertinentes, as seguintes penalidades:

8.1.1 – Advertência escrita;

8.1.2 – Multa;

8.1.2.1 – De 10% (dez por cento) do valor da nota de empenho pela inexecução parcial do objeto;

8.1.2.2 – De 20% (vinte por cento) do valor da nota de empenho pela inexecução total do objeto, além da aplicação da pena de suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos, ou declaração da inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, a critério da PMJ;

8.1.2.3 – Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, quando sem justificativa aceita pela Administração, a Detentora não retirar a

Nota de Empenho no prazo estabelecido;

8.1.2.4 - Multa de 0,5% (meio por cento), sobre o valor da Nota de Empenho/dia de atraso na entrega dos produtos.

8.1.2.5 – Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da Nota de Empenho, por descumprimento de cláusula contratual.

8.2 – As penalidades referidas serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções administrativas ou penais previstas na Lei Federal nº. 8.666/93.

8.3 – As importâncias relativas às multas serão descontadas dos pagamentos, podendo, entretanto, conforme o caso, serem inscritas para constituir dívida ativa na forma da Lei, caso em que estarão sujeitas ao procedimento executivo.

8.4 – O prazo para pagamento de multas será de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da infratora, sob pena de inscrição do respectivo valor como dívida ativa, sujeitando-se a devedora ao competente processo judicial de execução.

8.5 – Para aplicação das penalidades fica garantida a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, na hipótese de advertência, multa e impedimento de contratar com a Administração Pública e de 10 (dez) dias úteis na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, contados da intimação.

8.6 - O valor das multas aplicadas será recolhido aos cofres da Prefeitura do Município de Jangada/MT, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua cominação, mediante guia de recolhimento oficial, que se tornará parte integrante deste processo, ficando autorizada a retenção de créditos que a Detentora tenha, junto à contratante, no montante da penalidade, sem embargo de eventual inscrição na divida ativa.

8.7 – Ocorrendo à recusa da vencedora do certame em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido neste Edital, será aplicada multa no valor de 10% do valor da proposta comercial sem prejuízo da aplicação da pena de suspensão temporária do direito de licitar ou contratar com a Prefeitura do Município de Jangada/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos, a critério da Administração, garantida a defesa prévia.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

9.1. Integram esta Ata, o Edital do PREGAO PRESENCIAL Nº5/2017 e a proposta comercial de preços do PROMITENTE CONTRATADO.

9.2. Integram o presente Registro de Preços a Prefeitura Municipal de Jangada/MT, como órgão gerenciador respeitadas as disposições legais vigentes, poderão também integrar extraordinariamente, outras Prefeituras e Câmaras Municipais.

CLÁUSULA DECIMA - DO FORO:

10.1. Fica eleito o foro da cidade de Rosário Oeste/MT, como competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

JANGADA – MT, SEGUNDA-FEIRA, 27 DE MAIO DE 2017.

_____

ADILSON PEREIRA NUNES

EDERZIO DE JESUS MENDES

Pregoeiro Prefeito Municipal

SCHNORR E CUNHA LTDA - ME Participante

SUPERMERCADO FORTES BAMBIL LTDA - ME Participante

TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005 / 2017

Termo de Adjudicação

Presencial Nº 005 / 2017

A COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 43 inciso VI da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações. ADJUDICA a presente Licitação à(s) empresa(s) Licitante(s):

Participante(s) e vencedora(s) da
1001 SCHNORR E CUNHA LTDA - ME 09.382.117/0001-51
TOTAL DO VENCEDOR R$ 122.194,900 5376 SUPERMERCADO FORTES BAMBIL LTDA - ME 09.014.771/0001-02
TOTAL DO VENCEDOR R$ 28.889,600

Objeto

FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS ESCOLAS DA REDE PUBLICA DE ENSINO DO

MUNICIPIO DE JANGADA/MT.

JANGADA - MT, segunda-feira, 27 de março de 2017

ADILSON PEREIRA NUNES

Pregoeiro

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO N° 005 /2017

Termo de Homologação Pregao N° 5 /2017

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal N° 8.666/93 e as sua s alterações, o Pref eito Municipal, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo a manifestação da Comissão Permanente de Li cit açã o, levando em c onsi deração a abertura e julga mento do presente PROC ESSO DE LIC ITACÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto da Lici tação supra ci tada , que te m como vencedor(es) abaixo e cujo objet o é:

FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO DE MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS ESCOLAS DA REDE PUBLICA DE ENSINO DO MUNICIPIO DE JANGADA/MT.

Vencedor(es)

Código

Nome

CPF/CNPJ

1001 SCHNORR E CUNHA LTDA - ME 09.382.117/0001-51

5376 SUPERMERCADO FORTES BAMBIL LTDA - ME 09.014.771/0001-02

Ciência aos interessados, observando as prescrições legais.

JANGADA - MT

segunda-feira, 27 de março de 2017

EDERZIO DE JESUS MENDES

Prefeito Municipal

EDITAL COMPLEMENTAR 03 AO EDITAL N. 001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR 03 AO EDITAL n. 001/2017

TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO

De ordem do Exmo. Senhor Ederzio de Jesus Mendes, Prefeito Municipal de Jangada/MT, através da Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria 040/2017, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados, o presente **EDITAL DE DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR** conforme ANEXO I deste.

Desta forma, inicia-se a contagem do prazo recursal, nos termos do Edital do

Teste Seletivo Simplificado 001/2017.

Jangada – MT, 12 de Março de 2017

Ederzio de Jesus Mendes Michele Soares de Almeida

Prefeito Municipal Presidente da Comissão

ANEXO I

PROFESSOR	
QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA
1	C
2	C
3	B
4	A
5	C
6	B
7	B
8	C
9	B
10	D
11	A
12	B
13	D
14	C
15	D
16	C
17	B
18	D
19	B
20	D
21	A
22	A
23	B
24	B
25	D
26	A
27	C
28	C
29	C
30	B

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR	
QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA
1	A
2	B
3	C
4	C
5	C
6	B
7	C
8	B

9	D
10	B
11	C
12	A
13	C
14	B
15	D
16	C
17	C
18	D
19	B
20	B
21	D
22	D
23	C
24	A
25	A
26	A
27	B
28	A
29	D
30	C

GABARITO PRELIMINAR

SERVIÇOS GERAIS	
QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA
1	A
2	D
3	B
4	A
5	D
6	C
7	D
8	C
9	C
10	D
11	A
12	C
13	C
14	B
15	C
16	C
17	B
18	C
19	B
20	B
21	A
22	A
23	D
24	C
25	B
26	A
27	A
28	C
29	D
30	C

MERENDEIRA	
QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA
1	A
2	D
3	B
4	A
5	D
6	C
7	D

8	C
9	C
10	D
11	A
12	C
13	C
14	B
15	C
16	C
17	B
18	C
19	B
20	B
21	A
22	C
23	A
24	A
25	C
26	B
27	D
28	B
29	C
30	D

VIGIA	
QUESTÃO	ALTERNATIVA CORRETA
1	A
2	D
3	B
4	A
5	D
6	C
7	D
8	C
9	C
10	D
11	A
12	C
13	C
14	B
15	C
16	C
17	B
18	C
19	B
20	B
21	B
22	B
23	A
24	D
25	C
26	C
27	A
28	B
29	C
30	A

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 0008/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0029/2017

VALIDADE: 12 (doze) meses contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios - AMM.

Pelo presente instrumento, o Município de Jauru, Estado de Mato Grosso, com sede administrativa, na Prefeitura Municipal, localizada na Rua do Comércio, nº. 480, centro, CEP: 78.255-000, inscrito no CNPJ sob o nº. 15.023.948/0001-30, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Senhor **PEDRO FERREIRA DE SOUZA,** RESOLVE, registrar os preços da empresa **EBRAPI AGRONEGÓIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 46.422.275/0001-14 com sede na Rua Tupis n° 1158, Jardim São Francisco, CEP: 13.456-032, cidade Santa Barbara D Oeste - SP representada pelo EZEQUIEL BACCHIN, nas quantidades estimadas na secção quatro desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançada por item, atendendo

as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93, Lei nº. 10.520/2002, Lei Complementar nº. 123/2006 e suas alterações, Decreto Municipal nº. 058/2009, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 – A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de herbicidas e inseticidas, para atender a Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura Urbana e Rural e Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo Município de Jauru/MT, conforme condições e especificações constantes nesta Ata, no Edital e seus anexos.

1.1.1 – Este instrumento não obriga aos ÓRGÃOS/ENTIDADES a firmarem contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações especificas para aquisição do(s), obedecidas a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração inclusive autarquias federais, estaduais ou municipais de órgãos públicos, estatais ou ainda de regime próprio que não tenha participado do certame licitatório mediante previa consulta ao órgão gerenciador.

2.2 – Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.3 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.4 – As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 – O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Jauru/MT.

3.2 – A Presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM.

3.3 – A SECRETARIA/ÓRGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Obras Infraestrutura Urbana e Rural;

Secretaria Municipal de Cultura, Esportes, Lazer e Turismo;

4. DO CONTRATO

4.1 – O preço a quantidade e a especificação dos serviços/produtos registrados nesta Ata encontram-se indicados na tabela abaixo:

QTDE	DESCRIÇÃO DO ITEM	EMPRESA	UN	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	HERBICIDA - COM ELEMENTO ATIVO 2 4 D AMINA + PICLORAN DONTOR NA COMPOSICAO DE 360G/L + 22 5G/L EMBALADO EM 1 LITRO	EBRAPI AGRONEGOCIOS LTDA - EPP	UN	FAMOSO / UPL	1.600,00	6.400,00
25	HERBICIDA - COM ELEMENTO ATIVO RONDAP NA COMPOSICAO DE 480G/L EMBALADO EM 1 LITRO	EBRAPI AGRONEGOCIOS LTDA - EPP	UN	ROUNDUP DI/ MONSANTO	418,00	10.450,00
10	INSETICIDA EM PO COMPOSIÇAO AMINO-1-(2,6 - DICHOLORO - A,A,A, TRIFLUORO-P-TOLYL-4	EBRAPI AGRONEGOCIOS LTDA - EPP	UN	EVENTRA/ ALTA BRASIL	350,00	3.500,00
4	PULVERIZADOR - COSTAL MOTORIZADO DE ALTA PRESSAO BOMBA PLASTICA ALAVANCA EM EM FERRO BICO PLASTICO	EBRAPI AGRONEGOCIOS LTDA - EPP	UN	FAMASTIL	248,00	992,00

5. DA ENTREGA

5.1 – Os itens registrados deverão ser executados conforme termo de referencia do Edital de forma fracionada (se necessário) e conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.2 – O prazo máximo para entrega será de 07 (sete) dias, após a solicitação e pedido efetuado pelo departamento de compras da Prefeitura Municipal de Jauru/MT.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 – Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 – Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 – Promover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 – A falta de quaisquer itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que esta sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 – Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para o recebimento de correspondência;

6.6 – respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 – Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 – Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 – A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 – Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) serão aplicados automaticamente na Ata de Registro de Preço.

6.11 – Fornecer os produtos, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.12 – O atraso na execução caberá penalidade e sanções previstas no item 12 da presente Ata.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 – Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens registrados;

7.2 – Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 – Efetuar o pagamento á empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 – Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 – Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação e qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária;

7.6 – Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado;

7.7 – Fiscalizar a execução das obrigações assumidas pelo contratado.

8. DO PAGAMENTO

8.1 – O pagamento será efetuado até 30 dias após a emissão da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.2 – O Contratado/fornecedor deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado no Anexo I e sua proposta de preço.

8.3 – Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 – Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

8.5 – O Contratante não efetuará pagamento de titulo descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

8.6 – As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidades do Contratado.

9. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 – Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 – Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro;

9.3 – Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-la.

9.4 – Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeitura poderá rescindir esta Ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da primeira, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 – Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1 – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor não cumprir com as obrigações constantes no Edital e nessa Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipóteses de execução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste registro;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

f) descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 – Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 – No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 – A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Edital.

10.5 – Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do Fornecedor, relativas ao fornecimento do item.

10.6 – Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 – A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de validade;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

11. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS.

11.1 – Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, fretes, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registros de Preços.

12. DAS PENALIDADES

12.1 - O descumprimento injustificado das obrigações assumidas nos termos deste edital, sujeita à contratada a multas, consoante o caput e §§ do art. 86 da Lei 8.666/93, incidentes sobre o valor da Nota de Empenho, na forma seguinte:

a) atraso até 05 (cinco) dias, multa de 02% (dois por cento);

b) a partir do 6º (sexto) até o limite do 10º (décimo) dia, multa de 04% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso.

12.2 – Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I. III e IV, da Lei 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do objeto adjudicado, o Município de Jauru, através da Secretaria Municipal de Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3 – Se a adjudicatária recusar-se a retirar a nota de empenho injustificadamente ou

se não apresentar situação regular no ato da feitura da mesma, garantida prévia e ampla

defesa, sujeitar-se-á as seguintes penalidades:

12.3.1. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado;

12.3.2. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar

com o Município de Jauru, por prazo de até 02 (dois) anos, e,

12.3.3. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração

Pública Municipal.

12.4 – A licitante, adjudicatária ou contratada que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu

objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar

se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida prévia e ampla defesa, ficará

impedida de licitar e contratar com o Município pelo prazo de até cinco anos e, se for o

caso, o Município de Jauru solicitará o seu descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Estado por igual período, sem prejuízo da ação penal correspondente

na forma da lei;

12.5 – A multa eventualmente imposta à contratada será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber deste órgão da Prefeitura Municipal de Jauru, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias uteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na divida ativa do Município, podendo, ainda a Prefeitura proceder à cobrança judicial da multa;

12.6 – As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar ao Município de Jauru.

12.7 – Se a Contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias uteis, contados da intimação por parte da Secretaria Municipal de Administração, o respectivo valor será descontado dos créditos que esta possuir com a Secretaria Municipal de Administração, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para inscrição em Divida Ativa e execução pela Procuradoria Geral do Município;

12.8 – Do ato que aplicar penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-la devidamente informada para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

13. DOS ILICITOS PENAIS

13.1 – As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial da forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1 – As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária do ano em curso, ou das demais que possam vir a aderir a presente Ata, ás quais serão elencadas em momento oportuno:

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 – As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

II – vinculam-se a esta Ata para fins de analise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão nº. 04/2017 e seus anexos e as propostas das licitantes classificadas.

III – É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa e expressa autorização da Prefeitura.

16. DO FORO

16.1 – As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Jauru, Estado de Mato Grosso, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16.2 – e por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada da sede da CONTRATANTE, na forma do Art. 60 da Lei 8.666/93.

Paço Municipal “José Peres”, em Jauru-MT, 10 de março de 2017.

MUNICÍPIO DE JAURU

Pedro Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

EBRAPI AGRONEGÓCIOS LTDA

EZEQUIEL BACCHIN

Sócio/Proprietário

TESTEMUNHAS:

Gilson Souza Araujo Anderson Pavini

CPF: 304.617.821-20 CPF:523.323.061-53

RESPOSTA DE IMPUGNAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2.017

EDITAL Nº. 05, DE 21 DE MARÇO DE 2017

DIVULGAR O RESULTADO FINAL E HOMOLOGAR O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2017, CONFORME ITEM 4. DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2017.

A Comissão Organizadora do Teste Seletivo Simplificado nº. 001/2.017 do Município de Jauru/MT, designada pela Portaria nº. 146/2017, nos termos do Edital nº. 001/2.017, juntamente com o Prefeito Municipal, Sr. Pedro Ferreira de Souza, visando atender o princípio da publicidade:

RESOLVE:

1. Informar que houve interposição de recursos, os quais foram analisados pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2017, com os fundamentos das respostas constantes no anexo I.

2. Divulgar o resultado final do Teste Seletivo Simplificado nº. 001/2.016, conforme anexo II deste Edital;

3. HOMOLOGAR o resultado final do processo seletivo simplificado nº. 001/2016 da Prefeitura Municipal de Jauru, com as classificações constantes no anexo II do presente edital.

4. Estes resultados se encontram disponíveis nos seguintes endereços: www.jauru.mt.gov.br, www.amm.org.br, e afixado no Mural da Secretaria Municipal de Educação e Prefeitura Municipal de Jauru.

Jauru/MT, 27 de março de 2017.

Pedro Ferreira de Souza Prefeito Municipal	Roberto Lúcio Ferreira Presidente da Comissão

ANEXO I

FUNDAMENTOS DOS JULGAMENTOS/RESPOSTAS DOS RECURSOS

Recurso nº 01

Nome do Candidato que impetrou o recurso: DOUGLAS DA SILVA RAMOS

Nº. da Inscrição: 240

Cargo: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Razões Recursais:

O Candidato requereu a recontagem de pontos sobre o Processo seletivo 001/2017.

Resposta/Julgamento da Comissão:

No item 2. EXPERIENCIA PROFISSIONAL, Subitem 2.4 – O candidato apresentou os certificados de cursos de formação continuada na área pleiteada, obtendo a pontuação máxima 3,0 (três pontos).

(X) Deferido

( ) Indeferido

Recurso nº 02

Nome do Candidato que impetrou o recurso: SIDNEIA PINTO DO MONTE

Nº. da Inscrição: 77

Cargo: Técnico de Desenvolvimento Infantil – TDI.

Razões Recursais:

Em seu Requerimento de Interposição de Recursos contra o Resultado Provisório, a candidata REQUER que seja feito em seu favor a RECONTAGEM dos pontos de seus certificados apresentados; bem como, que seja REAVALIADA sua entrevista no Processo Seletivo Simplificado 001/2017.

Resposta/Julgamento da Comissão:

Diante as reivindicações elencadas pela Requerente, os membros da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, reuniram-se para analisar e revisar os quesitos: Titulação e Experiência Profissional e Entrevista, itens avaliados no Processo Seletivo, para então, emitir seu parecer a respeito da interposição da candidata.

Revisando o Processo da candidata:

TITULAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Anexo II do Edital):

No item 1. TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação).

No subitem 1.5, a candidata apresentou apenas o Certificado de conclusão de Ensino Médio, tendo nesse item 1,0 (um ponto).

No item 2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (últimos 03 anos).

No subitem 2.1, a candidata apresentou uma Declaração de Experiência Profissional por ter desempenhado a função de Técnico de Desenvolvimento Infantil – TDI na Escola Municipal “Elza Carrijo Pavini” por um período de 05 meses e 23 dias, sendo que nesse quesito conta 0,2 pontos por mês trabalhado, (0,2 x 6 = 1,2), tendo nesse item pontuado 1,2 (um inteiro e dois décimos de pontos).

Apresentou também uma declaração de experiência profissional como babá no período de março de 2001 à setembro de 2004 (período de experiência não contemplado pelo Edital do Processo Seletivo Simplificado) pois deve ser considerado apenas experiência comprovada dos últimos três anos,

No subitem 2.2, a candidata apresentou vários Certificados na área, perfazendo nesse subitem a pontuação máxima de 3,0 (três pontos).

Em relação ao pedido de revisão da entrevista, a decisão da comissão se respalda no item 8.3 Da Entrevista que diz no subitem 8.3.1: “ Será realizada entrevista com candidatos inscritos pra todos os cargos do presente processo seletivo, a respectiva pontuação terá peso de 10,00 (dez pontos), onde foram avaliados critérios relacionados à área de atuação dos cargos pretendidos”. Esta etapa consistiu de entrevista individual dos candidatos pela Banca Examinadora. No diálogo desenvolvido durante a entrevista foram observados os seguintes aspectos:

- Capacidade de interação e de interlocução;

- Nível de argumentação para defender a função pretendida;

- Senso crítico e criatividade;

- Perspectiva de trabalho no cargo pleiteado.

Diante aos pressupostos elencados a respeito da ENTREVISTA, os membros da banca da Comissão Avaliadora, foram unânimes na decisão de manter a NOTA da entrevista da candidata, por entender que a exposição de motivos e argumentos apresentados pela recorrente, NÃO TER FUNDAMENTAÇÃO CIRCUNSTANCIAL CONFORME SUPRA REFERENCIADO.

( ) Deferido

(X) Indeferido

Recurso nº 03

Nome do Candidato que impetrou o recurso: FRANCINEIA MONTEIRO DA SILVA

Nº. da Inscrição: 26

Cargo: Técnico em Desenvolvimento Infantil - TDI

Razões Recursais:

Em seu Requerimento de Interposição de Recursos contra o Resultado Provisório, a candidata REQUER que seja feito em seu favor a RECONTAGEM dos pontos de seus certificados apresentados; bem como, que seja REAVALIADA sua entrevista no Processo Seletivo Simplificado 001/2017.

Resposta/Julgamento da Comissão:

Diante as reivindicações elencadas pela Requerente, os membros da Comissão Coordenadora do Processo Seletivo, reuniram-se para analisar e revisar os quesitos: Titulação e Experiência Profissional e Entrevista, itens avaliados no Processo Seletivo, para então, emitir seu parecer a respeito da interposição da candidata.

Revisando o Processo da candidata:

TITULAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Anexo II do Edital):

No item 1. TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação).

No subitem 1.4, A candidata apresentou uma DECLARAÇÃO de estar cursando o 7º semestre do curso de Licenciatura em Letras Português/Inglês da UFMT – Universidade Federal de Mato Grosso.

Porém, de acordo com o anexo II do Edital, nesse item deve considerar “Cursando nível superior nas áreas afins – Pedagogia ou Pedagogia em Educação Infantil (4ª semestre em diante).

Porém a declaração apresentada não atende o quesito, sendo formação entendida como formação fora da área. Portanto a candidata não pontua nesse item.

No subitem 1.5, a candidata apresentou apenas o Certificado de conclusão de Ensino Médio, tendo nesse item 1,0 (um ponto).

No item 2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (últimos 03 anos).

No subitem 2.1, a candidata apresentou Declaração de Experiência Profissional por ter desempenhado a função de Técnico de Administrativa Educacional/Auxiliar de Turmas na Escola Estadual “Francisco Salazar” por um período de 15 meses; sendo que nesse quesito conta 0,2 pontos por mês trabalhado, (0,2 x 15 = 3,0), tendo nesse item a pontuação máxima: 3,0 (três pontos).

No subitem 2.2, a candidata apresentou vários Certificados na área, perfazendo nesse subitem a pontuação máxima de 3,0 (três pontos).

Em relação ao pedido de revisão da entrevista, a decisão da comissão se respalda no item 8.3 Da Entrevista que diz no subitem 8.3.1: “Será realizada entrevista com candidatos inscritos pra todos os cargos do presente processo seletivo, a respectiva pontuação terá peso de 10,00 (dez pontos), onde foram avaliados critérios relacionados à área de atuação dos cargos pretendidos”. Esta etapa consistiu de entrevista individual dos candidatos pela Banca Examinadora. No diálogo desenvolvido durante a entrevista foram observados os seguintes aspectos:

- Capacidade de interação e de interlocução;

- Nível de argumentação para defender a função pretendida;

- Senso crítico e criatividade;

- Perspectiva de trabalho no cargo pleiteado.

Diante aos pressupostos elencados a respeito da ENTREVISTA, os membros da banca da Comissão Avaliadora, foram unânimes na decisão de manter a NOTA da entrevista da candidata, por entender que a exposição de motivos e argumentos apresentados pela recorrente, NÃO TER FUNDAMENTAÇÃO CIRCUNSTANCIAL CONFORME SUPRA REFERENCIADO.

( ) Deferido

(X) Indeferido

Recurso nº 04

Nome do Candidato que impetrou o recurso: REGIANE BRAZ DE SOUZA

Nº. da Inscrição: 70

Cargo: Técnico em desenvolvimento Infantil - TDI

Razões Recursais:

Em seu Requerimento de Interposição de Recursos contra o Resultado Provisório, a candidata REQUER que seja feito em seu favor a RECONTAGEM dos pontos de seus certificados apresentados; bem como, que seja REAVALIADA sua entrevista no Processo Seletivo Simplificado 001/2017.

Resposta/Julgamento da Comissão:

TITULAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Anexo II do Edital):

No item 1. TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação).

No subitem 1.4, A candidata apresentou um CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS da Faculdade de Quatro Marcos – FQM, cursando o 10º semestre do Curso de PSICOLOGIA

Porém, de acordo com o anexo II do Edital, nesse item deve considerar “Cursando nível superior nas áreas afins – Pedagogia ou Pedagogia em Educação Infantil (4ª semestre em diante).

Porém a declaração apresentada não atende o quesito, sendo formação entendida como formação fora da área. Portanto a candidata não pontua nesse item.

No subitem 1.5, a candidata apresentou Certificado de conclusão de Ensino Médio, tendo nesse item 1,0 (um ponto).

No item 2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (últimos 03 anos).

No subitem 2.2, a candidata apresentou os certificados de cursos de formação continuada (200 horas, sendo 0,5 para cada 40 horas) na área pleiteada, obtendo a pontuação de 2,5 (dois inteiros e cinco décimos pontos). Nesse subitem, a nota da candidata era de 1,5 e após a averiguação mudou para 2,5.

Em relação ao pedido de revisão da entrevista, a decisão da comissão se respalda no item 8.3 Da Entrevista que diz no subitem 8.3.1: “ Será realizada entrevista com candidatos inscritos pra todos os cargos do presente processo seletivo, a respectiva pontuação terá peso de 10,00 (dez pontos), onde foram avaliados critérios relacionados à área de atuação dos cargos pretendidos”. Esta etapa consistiu de entrevista individual dos candidatos pela Banca Examinadora. No diálogo desenvolvido durante a entrevista foram observados os seguintes aspectos:

- Capacidade de interação e de interlocução;

- Nível de argumentação para defender a função pretendida;

- Senso crítico e criatividade;

- Perspectiva de trabalho no cargo pleiteado.

Diante aos pressupostos elencados a respeito da ENTREVISTA, os membros da banca da Comissão Avaliadora, foram unânimes na decisão de manter a NOTA da entrevista da candidata, por entender que a exposição de motivos e argumentos apresentados pela recorrente, NÃO TER FUNDAMENTAÇÃO CIRCUNSTANCIAL CONFORME SUPRA REFERENCIADO.

(X) Deferido parcialmente / Quesito experiência profissional, subitem 2.2

( ) Indeferido

Recurso nº 05

Nome do Candidato que impetrou o recurso: MARCILENE MONTEIRO DA SILVA MARTINS

Nº. da Inscrição: 61

Cargo: Técnico em Desenvolvimento Infantil - TDI

Razões Recursais:

Em seu Requerimento de Interposição de Recursos contra o Resultado Provisório, a candidata REQUER que seja feito em seu favor a RECONTAGEM dos pontos de seus certificados apresentados; bem como, que seja REAVALIADA sua entrevista no Processo Seletivo Simplificado 001/2017.

Resposta/Julgamento da Comissão:

TITULAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (Anexo II do Edital):

No item 1. TITULAÇÃO (Considerar a maior titulação).

No subitem 1.1, A candidata apresentou um ATESTADO do Instituto Matogrossense de Pós-graduação e Serviços Educacionais Ltda – IMPACTOS, de conclusão do Curso de Pós-graduação em PSICOPEDAGOGIA.

Porém, de acordo com o anexo II do Edital, nesse item 1.1, deve aceitar certificado de “especialização em Educação Infantil (Pós-graduação)”. Porém a comissão decidiu em considerar o atestado apresentado como curso da área afim.

Mesmo assim a pontuação da candidata continua a mesma. Pontuação máxima nesse item: 4,0 (quatro pontos). Permanecendo a mesma pontuação.

No item 2. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (últimos 03 anos).

No subitem 2.1, a candidata apresentou uma declaração de tempo de serviço da Escola Municipal de Educação Infantil “Elza Carrijo Pavini” como (TDI) Técnico de Desenvolvimento Infantil por um período de 07 (sete) meses, sendo que nesse quesito conta 0,2 pontos por mês trabalhado, (0,2 x 07 = 1,4), tendo nesse item a pontuação máxima: 1,4 (um ponto e quatro décimos). Permanecendo a mesma pontuação.

No subitem 2.2, a candidata apresentou os certificados de cursos de formação continuada (160 horas, sendo 0,5 para cada 40 horas) na área pleiteada, obtendo a pontuação de 2,0 (dois pontos). Permanecendo a mesma pontuação.

Em relação ao pedido de revisão da entrevista, a decisão da comissão se respalda no item 8.3 Da Entrevista que diz no subitem 8.3.1: “ Será realizada entrevista com candidatos inscritos pra todos os cargos do presente processo seletivo, a respectiva pontuação terá peso de 10,00 (dez pontos), onde foram avaliados critérios relacionados à área de atuação dos cargos pretendidos”. Esta etapa consistiu de entrevista individual dos candidatos pela Banca Examinadora. No diálogo desenvolvido durante a entrevista foram observados os seguintes aspectos:

- Capacidade de interação e de interlocução;

- Nível de argumentação para defender a função pretendida;

- Senso crítico e criatividade;

- Perspectiva de trabalho no cargo pleiteado.

Diante aos pressupostos elencados a respeito da ENTREVISTA, os membros da banca da Comissão Avaliadora, foram unânimes na decisão de manter a NOTA da entrevista da candidata, por entender que a exposição de motivos e argumentos apresentados pela recorrente, NÃO TER FUNDAMENTAÇÃO CIRCUNSTANCIAL CONFORME SUPRA REFERENCIADO.

( ) Deferido

(X) Indeferido

ANEXO II

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2.017

RESULTADO FINAL PARA O CARGO DE PROFESSORES

Insc.	Professor: PEDAGOGIA	Barema	Entrevista	**MEDIA**	**Ordem de Classificação**
219	FRANCISNEIDE COSTA VILAÇA ABREU	10,00	10,00	**10,00**	**1**
224	MARILZA MEDEIROS DOS SANTOS	9,40	10,00	**9,70**	**2**
220	LECI DE SOUZA POUBEL	9,70	9,70	**9,70**	**3**
230	WANDERLÉIA DE F. VIEIRA	8,30	10,00	**9,15**	**4**
216	ELAINE GONÇALVES RAMOS RODRIGUES	7,20	10,00	**8,60**	**5**
228	SUELY OLIVEIRA BEDONI	10,00	7,20	**8,60**	**6**
212	ANTONIO VIEIRA DOS SANTOS	10,00	7,00	**8,50**	**7**
225	MARIANA DE SOUZA QUARESMA ANDRADE	7,50	9,50	**8,50**	**8**
227	SONIA APARECIDA VIEIRA DE SOUZA	9,60	7,20	**8,40**	**9**
223	MARIA APARECIDA GOMES ALEIXO	6,00	10,00	**8,00**	**10**
215	EDILAINE DA SILVA VIEIRA SANTOS	4,60	10,00	**7,30**	**11**
222	MARCIA JULIANA RODRIGUES CAMPOS	4,50	10,0	**7,25**	**12**
213	CARLA FONSECA DE ANDRADE RODRIGUES	10,00	4,40	**7,20**	**13**
209	ALINE PERREIRA DA SILVA	6,00	8,00	**7,00**	**14**
214	CRISTIANA TEIXEIRA DE MIRANDA	4,50	8,50	**6,50**	**15**
207	ANA CRISTINA TEIXEIRA DE MIRANDA	3,00	9,00	**6,00**	**16**
226	SENILVA GONÇALVES MARTINS	4,00	7,00	**5,50**	**17**
210	ANDREIA MARCIA GOMES	10,00	0,00	**5,00**	**18**
218	ERICA MARQUES SIMAS	8,00	0,00	**4,00**	**19**
221	MADALENA BALBINO DA SILVA	7,00	0,00	**3,50**	**20**
217	ELISANGELA VALQUIRIA GARCIA MARTINS	7,00	0,00	**3,50**	**21**
229	VALDIRENE VIEIRA DA SILVA OLIVEIRA	4,50	0,00	**2,25**	**22**
208	ALESSANDRA ARAUJO DE SOUZA	3,38	0,00	**1,69**	**23**
211	ANDREIA MARIA DO CARMO	3,30	0,00	**1,65**	**24**
Insc.	Professor: CIÊNCIS BIOLÓGICAS	Barema	Entrevista	**MEDIA**	**Ordem de Classificação**
237	LUDIMILA SALDANHA SIMONCÉLIS	9,00	0,00	**4,5**	**1**
234	NILCELE COSTA DA SILVA	7,50	0,00	**3,75**	**2**
236	SONIA APARECIDA DIAS FERREIRA BALBINO	7,00	0,00	**3,5**	**3**
233	JOSIANE FERREIRA DA ROCHA	7,00	0,00	**3,5**	**4**
235	ROSELAINE CAMPOS BARBOZA	7,00	0,00	**3,5**	**5**
232	FLAVIANA VIEIRA MANSANO	7,00	0,00	**3,5**	**6**
231	EDNA NUMES DOURADO	4,88	0,00	**2,44**	**7**
Insc.	Professor: HISTÓRIA	Barema	Entrevista	**MEDIA**	**Ordem de Classificação**
238	GILMAR PEREIRA CARDOZO SILVA	0,50	6,00	**3,25**	**1**
239	MARILENE DE SOUZA SILVA	6,00	0,00	**3,00**	**2**
Insc.	Professor: EDUCAÇÃO FÍSICA	Barema	Entrevista	**MEDIA**	**Ordem de Classificação**
240	DOUGLAS DA SILVA RAMOS	7,00	10,00	**8,50**	**1**
242	JOSÉ LUIZ BARBOSA CORDEIRO	6,00	10,00	**8,00**	**2**
244	ROMARIO DA SILVA MOREIRA	3,00	10,00	**6,50**	**3**
243	THIAGO OLIVEIRAGO AUGUSTO MALACO DE	6,00	6,00	**6,00**	**4**
245	TALLYS KAUAN FERREIRA	1,50	7,50	**4,50**	**5**
241	GUSTAVO CIRILO DE L. VITRIO	6,00	0,00	**3,00**	**6**
Insc.	Professor: LETRAS	Barema	Entrevista	**MEDIA**	**Ordem de Classificação**
248	WASHINGTON RANGEL CAMPOS DOS SANTOS	3,00	9,00	**6,00**	**1**
247	ROSA KELLY CAMPOS ALBUQUERQUE	4,50	6,50	**5,50**	**2**
246	ELIZAMA DOS SANTOS NASCIMANTO	4,50	5,50	**5,00**	**3**
Insc.	Professor: MATEMÁTICA	Barema	Entrevista	**MEDIA**	**Ordem de Classificação**
250	RODRIGO DA SILVA FERRAZ	2,00	9,5	**5,75**	**1**
249	FABIANA DE OLIVEIRA DA FONSECA	4,50	5,50	**5,00**	**2**

RESULTADO FINAL PARA O CARGO DE APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Barema	Entrevista	**MEDIA**	**Ordem de Classificação**
159	GLORIA BATISTA DOS SANTOS MARQUES	6,20	10,00	**8,10**	**1**
190	REGIANE PAULA DE OLIVEIRA	3,00	10,00	**6,50**	**2**
156	FERNANDA LOPES FARIAS	2,76	8,25	**5,51**	**3**
155	FATIMA FERNANDA DE FIGUEIREDO	1,00	10,00	**5,50**	**4**
192	RESE CRISTINA DE OLIVEIRA	1,00	10,00	**5,50**	**5**
160	ILDA HELARIA DA SILVA	1,00	9,50	**5,25**	**6**
203	VANESSA FERREIRA DA SILVA	0,50	10,00	**5,25**	**7**

177	MARCIA FERREIRA DE PAULA	3,20	7,00	**5,10**	**8**
154	EVA FERREIRA RODRIGUES	1,00	9,00	**5,00**	**9**
175	LUZINEI ALVES ROCHA	1,00	9,00	**5,00**	**10**
180	MARIA DIVINA RODRIGUES DOS SANTOS	0,50	9,50	**5,00**	**11**
182	MARIA DO PILAR TOME	1,00	9,00	**5,00**	**12**
204	VERA LUCIA ANACRETO DE ALMEIDA	1,00	9,00	**5,00**	**13**
197	SANDRA HOLANDA DA SILVA	2,76	6,50	**4,63**	**14**
139	ALCIRLEIA DO NASCIMENTO DE SOUZA	1,00	8,00	**4,50**	**15**
147	EDILANA CRISTINA DE LIMA	1,00	8,00	**4,50**	**16**
166	JUCELIA RODRIGUES DA SILVA	1,00	8,00	**4,50**	**17**
172	LUCELINA LOPES DO NASCIMENTO	1,00	8,00	**4,50**	**18**
196	SANDRA BSRTELI CAMPOS DE PAULA	0,50	8,50	**4,50**	**19**
167	JUCIELE VIEIRA SANTOS	1,00	7,75	**4,38**	**20**
141	CECILIA RAMOS DA SILVA	0,50	8,00	**4,25**	**21**
143	CRISTINA DOS SANTOS NASCIMENTO	1,00	7,50	**4,25**	**22**
162	IVANIA LUCAS MONTEIRO DE FREITAS	1,00	8,50	**4,25**	**23**
179	MARIA DE JESUS DE SOUZA	0,50	9,00	**4,25**	**24**
187	POLIANA FERREIRA RODRIGUES	0,50	8,00	**4,25**	**25**
153	ELIANA SOUZA CANDIDO	1,20	7,00	**4,10**	**26**
140	ANA PAULA SILVESTRE	1,00	7,00	**4,00**	**27**
151	EDVANIA PAULA ARAUJO CAMPOS	1,00	7,00	**4,00**	**28**
201	VALDETE DE JESUS MOURA DA SILVA	0,50	7,50	**4,00**	**29**
158	GLEICIANE DOS SANTOS	1,00	6,00	**3,50**	**30**
144	DEBORA MACHADO RODRIGUES	1,00	5,50	**3,25**	**31**
185	MARIZETE DE OLIVEIRA LEITE	0,50	6,00	**3,25**	**32**
195	ROSINEI DE OLIVEIRA DE MATOS	1,00	5,50	**3,25**	**33**
205	VIVIANE OLIVEIRA MATOSO	0,50	6,00	**3,25**	**34**
169	LAUDIANA PAULA DE OLIVEIRA	1,00	5,00	**3,00**	**35**
137	ADRIANA DE OLIVEIRA DOS SANTOS	0,50	5,00	**2,75**	**36**
183	MARIA DOS ANJOS LEOPOLDINO	0,50	5,00	**2,75**	**37**
198	SUELY CALISTODA SILVA	5,20	0,00	**2,60**	**38**
142	CRISTIANE DOS SANTOS ALEXANDRINO	1,00	4,00	**2,50**	**39**
161	IRANY FERREIRA DA SILVA	0,00	5,00	**2.50**	**40**
188	POLIANA MARQUES DE OLIVEIRA	1,00	4,00	**2,50**	**41**
206	ZILMARA QUINTANA PEREIRA	0,50	4,50	**2,50**	**42**
138	ADRIANA PEREIRA DA SILVA	0,50	4,00	**2,25**	**43**
174	LUZIA FERREIRA DA SILVA	0,50	4,00	**2,25**	**44**
176	MARCIA DORNELLO DA COSTA	0,50	4,00	**2,25**	**45**
191	REGIANE TEOFILO MIRANDA	1,00	1,50	**2,25**	**46**
202	VALQUIRIA BATISTA RODRIGUES	0,50	4,00	**2,25**	**47**
157	GISLENE TAMARA REIS ANDRADE DE PAULA	1,00	3,00	**2,00**	**48**
171	LUZIA LUCIANA INACIO	0,00	4,00	**2,00**	**49**
148	EDINEIA DA SILVA RODRIGUES	0,50	3,00	**1,75**	**50**
189	POLIANA RAMOS DA SILVA	0,50	3,00	**1,75**	**51**
178	MARIA DE FATIMA RODRIGUES LEAL	0,50	2,50	**1,50**	**52**
193	ROSELI ALVES RODRIGUES	0,50	2,50	**1,50**	**53**
152	ELIANA OLIVEIRA DOS SANTOS	2,90	0,00	**1,45**	**54**
164	JESSICA PEREIRA DA SILVA	2,50	0,00	**1,25**	**55**
165	JOSELIA MACHADO RODRIGUES	0,50	1,50	**1,00**	**56**
200	THAIS CRISTINE RODRIGUES DOS SANTOS	0,50	1,50	**1,00**	**57**
146	DIOGO ELIAS FARIA	0,00	1,50	**0,75**	**58**
168	KELLEN ALVES DA SILVA	1,00	0,00	**0,50**	**59**
186	MONIQUE BARBOSA DE MELO	1,00	0,00	**0,50**	**60**
194	ROSILENE MARTINS BARBOSA	1,00	0,00	**0,50**	**61**
145	DELMA GOMES DE OLIVEIRA	0,50	0,00	**0,25**	**62**
150	EDNEUSA TEIXEIRA PONCIANO	0,50	0,00	**0,25**	**63**
163	JESSICA FERNANDES MORAES	0,50	0,00	**0,25**	**64**
181	MARIA DO PILAR DE SOUZA	0,50	0,00	**0,25**	**65**
184	MARIANA DA SILVA HELARIO	0,50	0,00	**0,25**	**66**
149	EDNA CABRAL RIBEIRO	0,00	0,00	**0**	**67**
170	LEILA FERREIRA	0,00	0,00	**0**	**68**
173	LUCILENE PAULA RODRIGUES	0,00	0,00	**0**	**69**
199	TAISA VIANA DIAS	0,00	0,00	**0**	**70**

RESULTADO FINAL PARA O CARGO DE TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL – TDI

Inscrição	Nome do(a) Candidato(a)	Barema	Entrevista	**MEDIA**	**Ordem de Classificação**
48	LARISSA BARBOSA DA SILVA	9,00	10,00	**9,50**	**1**
46	KAROLLA CAMARGO E SILVA	9,00	9,00	**9,00**	**2**
38	JANILDA VIEIRA SILVA	8,60	9,00	**8,80**	**3**
47	KEILA PEREIRA DE OLIVEIRA	9,00	8,50	**8,75**	**4**
60	MARCELA VIEIRA DA CRUZ	7,67	9,83	**8,75**	**5**
16	DALILA CRISTINA RODRIGUES SANTOS	4,60	10,00	**7,30**	**6**
30	GEZILAINE APARECIDA TEIXEIRA BRAZ	7,50	7,00	**7,25**	**7**

81	SIMONE PEREIRA DA SILVA	9,00	5,20	**7,10**	**8**
62	MARIA GORETE RODRIGUES DOS SANTOS	4,00	10,00	**7,00**	**9**
65	MARIA LUIZA FERREIRA DA SILVA	8,75	5,20	**6,97**	**10**
26	FRANCINEIA MONTEIRO DA SILVA	7,00	6,50	**6,75**	**11**
6	ANDREIA RIBEIRO VIEIRA	9,00	4,00	**6,50**	**12**
51	LETICIA IZANDRA PEREIRA CAMPOS	6,00	6,75	**6,38**	**13**
34	HARIADNNA APARECIDA DA SILVA	6,00	6,00	**6,00**	**14**
53	LUANA NUNES BARROSO	7,00	5,00	**6,00**	**15**
49	LENI FERREIRA DE ARAUJO	4,00	6,00	**5,50**	**16**
86	SULAINE GONÇALVES PEREIRA	1,00	10,00	**5,50**	**17**
95	VANESSA DO PILAR FAGUNDES COELHO	4,00	7,00	**5,50**	**18**
82	SOLANGELA APARECIDA DA SILVA	3,75	7,00	**5,38**	**19**
61	MARCILENE MONTEIRO DA SILVA MARTINS	7,4	3,00	**5,20**	**20**
77	SIDNEIA PINTO DEMONTE	5,20	5,00	**5,10**	**21**
15	DAIANE DE MORAES BUSATO	4,00	6,00	**5,00**	**22**
40	JOICE KELLI CAMPOS	4,00	6,00	**5,00**	**23**
74	ROSELI FRANCISCA BARBOSA	4,00	6,00	**5,00**	**24**
1	ADELAIDE PINTO DO MONTE	4,40	5,50	**4,95**	**25**
54	LUCIENE GONÇALVES DE MIRANDA	3,75	6,00	**4,88**	**26**
8	ANICELMA DE SOUZA SILVA MUNIZ	6,40	3,00	**4,70**	**27**
14	CRISTILAINE ELECIO DA SILVA	6,00	3,00	**4,50**	**28**
37	IRACILDA PERES MADRONA	4,00	5,00	**4,50**	**29**
44	KARINA DE SOUZA PONCIANO	4,50	4,50	**4,50**	**30**
58	MAIARA CRISTINA ALVES DOS SANTOS	4,00	5,00	**4,50**	**31**
66	MARICELIA CORREA DA SILVA	4,00	5,00	**4,50**	**32**
73	ROBSON RODRIGO ALVES LOPES	4,00	5,00	**4,50**	**33**
97	VENIZE ARMOREL MARCOLINO CASTILHO FERRUFINO	4,00	5,00	**4,50**	**34**
9	APARECIDA BARBOSA BEZERRA DA SILVA	4,50	4,00	**4,25**	**35**
71	REGIANE FERREIRA DE OLIVEIRA BENTO	3,50	5,00	**4,25**	**36**
70	REGIANE BRAZ DE SOUZA	3,50	5,00	**4,25**	**37**
52	LOANA GRACIELE DA SILVA	4,20	4,00	**4,10**	**38**
27	GENI MACIEL DE ALMEIDA	4,00	4,00	**4,00**	**39**
64	MARIA LUIZA DE MOURA	4,00	4,00	**4,00**	**40**
89	TALITA VANESSA MACIEL DE ALMEIDA	1,00	7,00	**4,00**	**41**
10	CAMILA FERREIRA MOTA	2,75	5,00	**3,87**	**42**
2	AMANDA CANDIDA DA SILVA	1,63	6,0	**3,82**	**43**
3	ANA CRISTINA TETZILAFF	1,00	6,00	**3,50**	**44**
18	EDMARCIA MAGALI DE LIMA	1,00	6,00	**3,50**	**45**
21	ELISANGELA DOS SANTOS GODOY	4,00	3,00	**3,50**	**46**
31	GIRGIANE APARECIDA JESUS DA SILVA	1,00	6,00	**3,50**	**47**
50	LENILDA DOMINGOS PEREIRA	1,00	6,00	**3,50**	**48**
79	SIMONE APARECIDA DE PAULA	1,00	6,00	**3,50**	**49**
96	VANESSA SALDANHA FERREIRA	4,00	3,00	**3,50**	**50**
22	ELIZANGELA FERREIRA DA SILVA	1,00	5,50	**3,25**	**51**
23	ENIELMA APARECIDA NUNES GUEDES	1,00	5,50	**3,25**	**52**
63	MARIA JUCILENE PEDRO	1,00	5,50	**3,25**	**53**
91	VALDENEI LOPES DE SOUZA	1,00	5,50	**3,25**	**54**
20	ELIANE DA SILVA ARAUJO	1,10	5,00	**3,05**	**55**
25	FABIOLA ROBERTA DE SOUZA	1,00	5,00	**3,00**	**56**
67	NELCINA FERREIRA DE OLIVEIRA	1,00	5,00	**3,00**	**57**
75	ROSINEIA VIEIRA RODRIGUES DE ASSIS	1,00	5,00	**3,00**	**58**
78	SILVIA SIQUEIRA DE SOUZA	1,00	5,00	**3,00**	**59**
92	VALERIA DE SOUZA SILVA RIBEIRO	1,00	5,00	**3,00**	**60**
98	ZILANA SABINA DE ALPINO	1,00	5,00	**3,00**	**61**
17	EDILEUZA CANDIDO DA SILVA	1,00	4,50	**2,75**	**62**
4	ANA PAULA DA SILVA	1,00	4,00	**2,50**	**63**
72	RENATA DE OLIVEIRA NASCIMENTO	1,00	4,00	**2,50**	**64**
83	SONIA ALVES RODRIGUES	1,00	4,00	**2,50**	**65**
12	CELSIANA FERREIRA DE OLIVEIRA E SILVA	1,00	3,75	**2,37**	**66**
11	CECILIA SOARES DOS SANTOS	1,00	3,50	**2,25**	**67**
19	ELENILDA SOLIDADE RODRIGUES DE SOUZA	1,50	3,00	**2,25**	**68**
33	GLAUCIA KENIA FIRMINO DE LANA	1,00	3,00	**2,00**	**69**
36	IGOR FELIPE GOMES DE OLIVEIRA	1,00	3,00	**2,00**	**70**
41	JOICILENE VIEIRA BARBOSA	1,00	3,00	**2,00**	**71**
42	JORDANA GOMES DA PAIXAO	1,00	3,00	**2,00**	**72**
45	KARINE SOUZA DE ILMA	1,00	3,00	**2,00**	**73**
80	SIMONE LOURDES FERREIRA	4,00	0,00	**2,00**	**74**
84	SONIA DOS REIS VIEIRA	4,00	0,00	**2,00**	**75**
43	JOSELIA DE SOUZA COSTA	1,00	2,50	**1,75**	**76**
68	PATRICIA DE MOURA BARBOSA	0,50	3,00	**1,75**	**77**
29	GEYSE FERREIRA BRAGA	1,00	2,00	**1,50**	**78**
32	GIRLENE ALVES DA SILVA DUTRA	0,00	3,00	**1,50**	**79**
88	TAINA DE SOUZA LIMA	0,00	2,50	**1,25**	**80**
57	LUZIANA APARECIDA DE SOUZA	0,00	2,00	**1,00**	**81**

35	HERICA FERREIRA SOUZA FARIA	1,10	0,00	**0,55**	**82**
5	ANDREIA MOTA DA PENHA BRAGA	1,00	0,00	**0,50**	**83**
7	ANGELICA CRISTINA LOPES DOS SANTOS	1,00	0,00	**0,50**	**84**
13	CLAIR ROSA DE OLIVEIRA	1,00	0,00	**0,50**	**85**
24	ERICA FERNANDES DE MELO ASSUNÇAO	1,00	0,00	**0,50**	**86**
28	GISIANE CRISTINA DE ANDRADE	1,00	0,00	**0,50**	**87**
55	LURYAN COSTA SANCORE	1,00	0,00	**0,50**	**88**
56	LUZIA NOGUEIRA FREITAS	1,00	0,00	**0,50**	**89**
59	MAKLINE FERREIRA ALCIDES	1,00	0,00	**0,50**	**90**
69	PATRICIA PEREIRA DA SILVA	1,00	0,00	**0,50**	**91**
76	RUTE ESTER FERREIRA DA SILVA ALCIDES	1,00	0,00	**0,50**	**92**
85	STEFANI MARQUES GONÇALVES	1,00	0,00	**0,50**	**93**
87	TAIANE BARTELI DE LIMA	1,00	0,00	**0,50**	**94**
90	VAGNA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA	1,00	0,00	**0,50**	**95**
93	VANESSA ALVES MARCELINO	1,00	0,00	**0,50**	**96**
94	VANESSA DE OLIVEIRA ROCHA	1,00	0,00	**0,50**	**97**
39	JESSICA DE QUEIROZ ZARZENOS LEITE	0,00	0,00	**0**	**98**

RESULTADO FINAL PARA O CARGO DE MOTORISTA II

Insc.	Nome do(a) Candidato(a)	Barema	Entrevista	**MÉDIA**	**ORDEM CLASSIFICAÇÃO**
105	DIVINO ELECIO DA SILVA	6,05	10,00	**8,03**	**1**
108	FABIANO DE PAULA FERREIRA	4,50	10,00	**7,25**	**2**
135	VALDECI FERREIRA DE ALMEIDA	5,20	8,80	**7,00**	**3**
123	MARCIO BENTO VIEIRA	3,50	10,00	**6,75**	**4**
120	LUIZ FERREIRA RODRIGUES	3,00	10,00	**6,50**	**5**
127	MONTE ZUMA BARBOSA BORBA	3,00	9,50	**6,25**	**6**
126	MELQUIAS ERREIRA SAMPAIO	2,50	10,00	**6,25**	**7**
109	FABIO JUNIOR RODRIGUES DE OLIVEIRA	3,00	9,00	**6,00**	**8**
118	JOÃO FAUSTINO DE PAULA	4,10	7,70	**5,90**	**9**
121	LUZIMAR DE SOUZA RIBEIRO	1,00	10,00	**5,50**	**10**
128	NILSON VICENTE DOS SANTOS	1,50	9,50	**5,50**	**11**
116	JAILSON SILVESTRE	1,00	10,00	**5,50**	**12**
131	RAFAEL FERREIRA DA SILVA	3,20	7,60	**5,40**	**13**
99	ADAIR APARECIDO BARRETO	2,10	8,50	**5,30**	**14**
136	VANDERLEI NUNES	2,85	7,60	**5,23**	**15**
115	IUNES COELHO FURTADO	2,50	7,70	**5,10**	**16**
107	ELIOMAR DE FRIA	1,50	8,50	**5,00**	**17**
106	ELISEIR DE SOUZA ALMEIDA	1,00	8,80	**4,90**	**18**
104	CIRLEI SOUZA PEDROSA	2,10	7,50	**4,80**	**19**
114	HERMES FARIAS CORREA	4,00	5,40	**4,70**	**20**
125	MAYKO DA SILVA BARROS	1,50	7,70	**4,60**	**21**
129	OSMARQUES LEMES DA CUNHA	1,50	7,50	**4,50**	**22**
122	MARCELO LOURENÇO DA SILVA	1,00	7,00	**4,00**	**23**
100	ADEGAR DE SOUZA RODRIGUES	1,00	7,00	**4,00**	**24**
110	GENILSON GONÇALVES SILVA	2,45	4,50	**3,48**	**25**
103	CARLOS ALBERTO PEREIRA	1,00	5,00	**3,00**	**26**
113	GUILHERME LUIZ DA CUNHA	1,91	3,50	**2,71**	**27**
102	ATAIDE FAUSTINO DE SOUZA	1,00	4,00	**2,50**	**28**
101	ANTONIO PEDRO DE ALMEIDA	1,00	3,00	**2,00**	**29**
112	GILSON ALEXANDRINO FILHO	1,0	3,00	**2,00**	**30**
134	ROSA AMELIA GONÇALVES	1,00	2,50	**1,75**	**31**
130	PAULO HENRIQUE BATISTA DA MOTA	3,00	0,00	**1,50**	**32**
117	JANDERSON ASSIS LOPES	1,50	0,00	**0,75**	**33**
132	REGINALDO VILA DA SILVA	1,20	0,00	**0,60**	**34**
133	RONEI MARTINS DA SILVA	1,20	0,00	**0,60**	**35**
119	JOSÉ VAMBERTO GONÇALVES	1,00	0,00	**0,50**	**36**
111	GEOVA PEREIRA DE SOUZA	1,0	0,00	**0,50**	**37**
124	MARCO ANTONIO MACHADO DA SILVA	0,00	0,00	**0,00**	**38**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 021/2017

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 023/2016, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 017/2017, cuja abertura ocorreu as 14h00 - Local, do dia 27/03/2017, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Prestação de Serviços de Decorações em Eventos Organizados pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo e Lazer**, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos, sagrou-se vencedora a empresa: **R. C. IBARRA EVENTOS – MEI**,inscrita com o CNPJ sob o n. 08.807.246/0001-81, localizada à Rua Araçuaí, 246-S – Centro – CEP: 78.575-000 – Juara/MT, sendo vencedora para todos os itens com valor global de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

RECURSOS HUMANOS
REQUERIMENTO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001-2017

Requerimento

Eu, SILVANA APARECIDA CARDOSO, Brasileira, amasiada, residente na Rua Juçara, 61 E, Jardim Califórnia, portadora do CPF -044.334.771-92, inscrito no seletivo 001/2017 com inscrição n° 100, venho através desta

apresentar o pedido de recurso contra a classificação do teste seletivo devido a divulgação da pontuação, pois consta nota 7.0, sendo que o correto seria 7.5. E a quantidade correta de acertos em Conhecimentos Gerais são 3 e não 2 como apresentado na classificação divulgada.

Nestes termos, Pede Recurso.

Juara, 24 de Março de 2017.

Silvana Aparecida Cardoso

Requerimento

Eu, Rafaela Damasceno dos Santos Baraldi, Brasileira, casada, residente na Rua Alberto Santos Dumont, 720 - N, Vila Aurora, portadora do CPF 027.671.781-32, inscrita no processo seletivo simplificado 001/2017 com inscrição n° 291, no cargo de Técnico de Desenvolvimento Infantil, venho através deste solicitar o pedido de recurso contra a ordem de classificação no Edital de Divulgação do P

Processo Seletivo Simplificado 001/2017, de 23 de Março de 2017.

Nestes termos, Pede Recurso.

$

Juara, 24 de Março de 2017.

Rafaela Damasceno dos Santos Baraldi

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE RETIFICAÇÃO Nº 02 - APÓS ANÁLISE DE RECURSOS

CNPJ 15.072.663/0001-99

Rua Niterói, 81 N, Centro – CEP: 78.575-000 – Fone (66)3556 -9400

Edital de Retificação Nº 02

Após análise de recursos

De ordem da Srª Luciane Borba Azoia Bezerra, Prefeita Municipal de Juara, Estado de Mato Grosso, a Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Organização do Processo Seletivo Simplificado 001/2017, designada pela Portaria GP nº 152/2017 de 01 de Fevereiro de 2017, no uso de suas atribuições, torna público a **Retificação dos Resultados dos Aprovados e Classificados nos Cargos de Professor Nível Superior/Pedagogia Zona Urbana e Técnico Desenvolvimento Infantil (TDI), Zona Urbana** subitem que passam a ter a seguir especificada em anexo, permanecendo inalterados os demais itens e subitens do referido Edita de Divulgação de 23 de Março de 2017.

Gabinete da Prefeita Municipal, Juara - MT, 25 de Março de 2017.

_____

Luciane Borba Azoia Bezerra

Prefeita Municipal de Juara-MT.

CARGO: TÉCNICO DESENVOLVIMENTO INFANTIL ZONA URBANA										
N.	Candidato	Inscr.	RG	CB e CG	CE	CB e CG	CE	TG	RESULTADO	DESEMPATE
1	RAFAELA DAMASCENO DOS SANTOS	291	2036157-2 SESP/MT.	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	APROVADO	IDADE
2	FERNANDA MARIA VOLPATO	424	2642191-7 SJ/MT.	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	APROVADO	IDADE
3	RUTE MACHADO RODRIGUES	386	2779551-9 SSP/MT.	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	CLASSIFICADO	IDADE
4	LEIDIANE APARECIDA DA SILVA	642	1755302-4 SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
5	JUSCILENE COSTA DE MELO	613	17553539 SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
6	ESTER RODRIGUES DA SILVA	60	2467683-7 SSP/MT.	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
7	ANDRESSA APARECIDA DA SILVA	639	2346959-5 SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
8	LETICIA FERREIRA DOS SANTOS	586	2702613-2 SSP/MT	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	CLASSIFICADO	IDADE
9	TATIANE SILVA DO CARMO	629	1643307-6 SEJSP/MT	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	CLASSIFICADO	C.ESPECIFICO
10	LETICIA APARECIDA F. PELEGRINI	533	2410766-2 SSP/MT.	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
11	MICHEL DE ANDRADE	758	2664281-6 SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
12	MICHELE DA SILVA RODRIGUES	94	2382864-1 SSP/MT.	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
13	CINTIA DAMACENO DOS SANTOS	290	2484207-9 SSP/MT.	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
14	MARIA EDINEIDE DOS SANTOS	40	9.118.506 SSP/PE.	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
15	CLEIDILAINE VEDOVETTO LEANDRO	273	2298441-0 SSP/MT.	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
16	ARNALDO CORREIA DA SILVA JUNIOR	536	2649299-7 SSP/MT.	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
17	BEATRIZ COSTA	54	2597877-2 SSP/MT.	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
18	LUCILENE NONATO RAMOS	681	1288428-6 SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
19	MARINA PEREIRA DA SILVA	379	2008336-0 SSP/MT.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
20	NILZA LUCAS DOS SANTOS XAVIER	705	1216355-4 SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
21	VALDINEIA APARECIDA MAGALHÃES	264	1781078-7 SJSP/MT.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
22	SANDRA APARECIDA DA SILVA	196	1417383-2 SSP/MT.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
23	GUIOMAR PEREIRA DOS SANTOS	748	1578889-0 SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
24	DANIELE APARECIDA DE B. BORCHARDT	615	1663118-8 SJSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
25	DANIELI COUTINHO TOBIAS	395	42921361-X SSP/SP.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
26	MARIA LUZIA DE SOUZA	250	2118946-3 SSP/MT.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
27	RENATA DE OLIVEIRA	547	2050935-9 SSP/MT.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
28	MAGALI CORREA DE LIMA	131	2350971-6 SSP/MT.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
29	FRANCIELI LUCIA DE JESUS	267	2301971-9 SSP/MT.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
30	KEILA PAULA DA SILVA	240	22676163 SSP/MT.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
31	KARLA APARECIDA DOS SANTOS	652	1904068-7 SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
32	POLIANA TORCI FRIZZERA	450	2588811-0 SSP/MT.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
33	ALINE DA SILVA PIMENTEL	398	2406795-4 SSP/MT.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
34	ANA PAULA GOUVEIA DE MORAES	459	2711721-9 SSP/MT.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
35	THAIS KARLA COSTA DA SILVA	691	2834787-0 SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE

36	MILLENA BARROSO DO AMARAL	363	3064645-6 SSP/MT.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
37	ANA PAULA DOS SANTOS MELOTO	581	2557858-8 SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
38	LUNARA THAIS ARAUJO MARTINS	490	2815584-0 SSP/MT.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
39	ZÉLIA GOMES PEREIRA	213	1124157-8 SJ/MT.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
40	LEONOR LAURINDO DOS SANTOS	171	1434631-1 SSP/MT.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
41	EZILDA SANTOS DAMACENO	283	1471924 SSP/SE	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
42	LOIDENICE MARIA G. DOS SANTOS	441	1911736-1 SSP/MT.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
43	GISLAINE DOS SANTOS COSTA	637	1852210-6 SSP/MT.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
44	SILVANI SARDINHA DE CARVALHO	513	1973297-0 SSP/MT.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
45	SILVANA ALVES DA SILVA	91	1921280-1 SSP/MT.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
46	NATIELE APARECIDA BASSIQUETE	241	1878896-3 SSP/MT.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
47	JOICE DA SILVA URTADO	383	2857062-6 SSP/MT.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
48	ELIZANGELA DOS SANTOS SÁ	472	2106031-2 SSP/MT.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
49	BRUNA MARIA APARECIDA AZE	720	2654977-8 SSP/MT	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
50	ANDREIA CORDEIRO DOS SANTOS	99	2406804-7 SSP/MT.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
51	FLAVIA APARECIDA G.MOREIRA	444	2466895-8 SEJSP/MT.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
52	RENATA DILENBURG DELGADO	269	2557865-0 SJSP/MT.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
53	ULIANE COUTINHO ALVES PÁDUA	655	1370345 SSP/RO	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
54	MAIZA SALLES BARBON	630	22972978 SSP/MT.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
55	ANA CAROLINA DE ARAÚJO	745	62732040-5 SSP/SP	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
56	JANAINA DE MELO SOUZA	382	2576223-0 SSP/MT.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
57	ROSANGELA DA SILVA	64	1417255-0 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
58	ANA LUCIA MILITÃO	15	1403556-1 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
59	ANDREIA FLORENCIO DOS SANTOS	20	2017230-3 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
60	LUCINETE BATISTA DA CUNHA	257	1819844-9 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
61	MARILEI SOARES RECH	266	2324588-3 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
62	FRANCIELI ALVES DE OLIVEIRA	508	1780001-3 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
63	TANIA RIBEIRO DA SILVA	154	1834017-2 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
64	ERICA CALURA DOS SANTOS	660	2267326-1 SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
65	FERNANDA LEMOS DA SILVA	45	2298434-8 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
66	ALINE DE MELO SOUZA	624	2121045-4	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
67	GISLAINE DE OLIVEIRA WATHIER	757	2711627-1 SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
68	THAIS VITÓRIA GOUVEIA	747	2865816-7 SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
69	OZIMAR BESERRA MARQUES	236	24310006-9 SEJSP/MT.	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
70	DANIELA TRAMONTIN DE MELO	664	4225184 SSP/SC	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
71	DAIANE ALVES PIRES GUIMARÃES	685	2412413-3 SSP/PR	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
72	GILOMAX FEITOSA LIMA	541	2412405-2 SSP/MT.	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
73	MICHAEL GUSTAVO DE S. BARROS	565	2597829-2 SSP/MT.	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
74	VALERIA DOS SANTOS SILVA	633	2817020-2 SE173SP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
75	GABRIEL MOTA	621	1843052-0 SSP/MT	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
76	JESSICA RIBAS BARBON	6	2297232-3 SSP/MT.	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
77	LUDIMILA LOPES DINIZ	101	2576225-7 SSP/MT.	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
78	LUCIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA	503	2233080-1 SSP/MT.	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
79	SUELI MUNIZ OLIVEIRA DA SILVA	729	1209544-3 SSP/MT	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
80	SOLANGE OLIVEIRA DA S. AMERICO	251	1560326 SSP/SE.	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
81	APARECIDA DE CASSIA MIRANDA	342	2701598-0 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
82	MARIA DILENIR DE OLIVEIRA	724	873341 SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
83	SUELI MAFE DA MOTA	619	17593344 SEJSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
84	LUCIANE TENORIO LUNAS	415	6.777.121-4 SSP/PR.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
85	SIRLENE BATISTA DO NASCIMENTO	689	1166991-8 SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
86	ROSIMEIRE APARECIDA LOPES	206	1488027-0 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
87	LUCIANA ALVES DE LIMA	548	1456925-6 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
88	ADRIANA BUFALO M. DA SILVA	701	1711168-4 SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
89	GILCILAYNE IRENE LAURO	636	1328852-0 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
90	NIVALDO LUCIO DOS SANTOS	593	7.754.787 SSP/SC	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
91	MAIARA DAIANE DA SILVA OLGADO	25	1540423-4 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
92	ROSANGELA APARECIDA MARTINS	397	1651130-1 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
93	WANESSA HUBERT CRESTANI	730	2048565-4 SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
94	LUCIANGELA BATISTA CARNEIRO	439	2173178-0 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
95	MARIA LETICIA MORAIS LOURENÇO	623	2280967-8 SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
96	MILENA SACAPATICHI	362	46.261.076-7 SSP/SP.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
97	NAYARA COMPAGNONI TOSSI	228	2190539-8 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
98	LENICE CRISTINA DA HORA IVERS	385	2615909-9 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
99	WYTINA SANT'ANA DE OLIVEIRA	274	48.150.758-9 SSP/SP.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
100	ANA PAULA PIERETTI DOS SANTOS	465	2308025-6 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
101	GESIKA CRISTINA BATISTA	431	2413536-4 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
102	MONIQUE GONÇALVES MORAES	648	2412400-1 SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
103	JESSICA FERREIRA DE OLIVEIRA	333	25317407 SEJSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
104	TIAGO PEREIRA DA SILVA	217	2373085-4 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
105	JULIANA FERREIRA DE OLIVEIRA	622	2672279-8 SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
106	THAYNARA RAFAELLA DA SILVA CASTRO	129	2537283-1 SJ/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
107	ALY KELLY ALICE DOS SANTOS	140	2571992-0 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
108	HILLIARY INES ATALAIA B. C. SILVA	256	2751441-2 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
109	BRENDA CORREIA REZENDE	457	2736427-5 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
110	THAYNARA SOUZA DA SILVA	527	2769308-2 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
111	NATACHA FLORENTINO LOPES	21	2358444-0 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
112	NATASHA ALESSANDRA S. DOS REIS	260	2825694-8 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE

113	JULIENY QUAGLIA MARIANO	309	2539940-3 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
114	THAIS ALINE CALU SANTOS	669	2915254-2 SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
115	MARIA AMELIA FERREIRA	661	879867 SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
116	MARINETE APARECIDA BROIO	640	15379295 SSP/SP.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
117	CELIANE SANTANA FARIA	702	1119027-2 SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
118	ÉRICKA UBALDO DE BRITO	180	1324783-2 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
119	KELY CRISTINA BORBA	732	1183933-3 SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
120	VANIA NERY MIRANDA	546	1520775-7 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
121	JANICE BIRNFELD	268	1770044-2 SJSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
122	DAIANA SILVA COSTA	679	1769671-2 SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
123	MARCIA QUITERIA S. RODRIGUES	222	32621949 SSP/SE.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
124	SIMONE APARECIDA P. DE PAULA	380	2419357-7 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
125	SILMARA TOSCANO	766	1710111-5 SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
126	IVANI AMBRÓSIO GOMES	26	1612048-5 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
127	MAURILIA GOMES DOS SANTOS	62	1762908-0 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
128	TALITA GLEIS PACHECO	610	2183036-3 SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
129	ADRIANA DE SOUZA SILVA	585	1932072-8 SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
130	FERNANDA DOS SANTOS SILVA	564	2134418-3 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
131	LAIS ALINE DE BRITO RAIMUNDO	675	2097282-2 SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
132	ANA PAULA FIGUEIREDO	393	23909904-3 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
133	CLEIDINEIA FERREIRA L. DA SILVA	600	2368577-8 SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
134	JAQUELINE DE SOUZA	412	2329845-6 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
135	DANIELA MOREIRA R. GOUVEIA	566	2173039-3 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
136	ANA CLAUDIA DA SILVA JACOB	32	2076642-4 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
137	PATRICIA DELGADO FRISKE	480	2178562-7 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
138	DIELDA SANTANA SANTOS	225	2319172-4 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
139	KARINA FREITAS DE SOUZA	537	2435434-1 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
140	DAIANE PEREIRA DA SILVA	638	22721312 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
141	ELIANE MORAIS DE CARVALHO	440	2373114-1 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
142	MARIANA DA SILVA TOMADON	179	2588777-7 SEJSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
143	ERICA DOS SANTOS CONTREIRAS	68	2213981-8 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
144	JESSICA LORRAYNE DA SILVA	719	2772777-7 SSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
145	DANIELE REOLON DOS SANTOS	423	2768963-8 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
146	ULIANE CANDIDO	111	2717948-6 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
147	TAYNARA SANDY ROCHA DE CAMPOS	554	2377286-7 SEJSP/MT	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
148	EMILY ANDRESSA DA S. TOMADON	182	2807630-3 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
149	BEATRIZ DE FATIMA DA SILVA	495	1921158-9 SESP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
150	LUCAS ANTÔNIO G. DE OLIVEIRA	625	56.268.508-X SSP/SP	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
151	EVANILDA BARBOSA DE O. MAZELI	42	000.576.762 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
152	SEBASTIANA PEREIRA DA SILVA	488	897 481 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
153	MARIA APARECIDA I. B.LIMA	185	2768973-5 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
154	MARIA NEUSA DE SOUZA	653	1766234-6 SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
155	ARTENISIA DA SILVA REIS	627	1434718-0 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
156	PAULA DOS SANTOS FONSECA	281	1994906-5 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
157	CLEONICE DA SILVA	540	1786630-8 SJSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
158	MARIANA KORB GARANHANI	330	2050912-0 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
159	CRISTIANE DE SOUZA DICK	192	2410235-0 SEJSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
160	FRANCIELE DA SILVA SCHEFFER	727	2103957-7 SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
161	JHESEBEL PEREIRA DE ALMEIDA	752	2010871-0 SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
162	KELLEN BALTAZAR NERES	713	2618093-6 SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
163	FERNANDA APARECIDA G. MOREIRA	443	2466883-4 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
164	MAYRA DE BRITO RAIMUNDO	287	2525758-7 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
165	DJEINY GOVEIA	699	1856613-8 SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
166	DAIANE JESSICA FANTIN ALCÂNTARA	759	2508827-0 SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
167	ANA CLAUDIA NASCIMENTO	704	2495935-9 SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
168	MARCELA DE OLIVEIRA PINTOR	109	2722777-4 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
169	DENIZE RODRIGUES PREGUIÇA	428	2406820-9 SSP/MT.	5,0	2,0	2,5	3,0	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
170	BRUNA CHORMIAK CUMINI	481	54.946.762-2 SSP/MT.	5,0	2,0	2,5	3,0	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
171	REGIANE DAMIÃO LIMA	81	2447037-6 SSP/MT.	5,0	2,0	2,5	3,0	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
172	ALESSANDRA CARMO ARAUJO	601	2570958-5 SSP/MT	5,0	2,0	2,5	3,0	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
173	LUZIA FERREIRA BERTO	245	1215209-9 SSP/MT.	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
174	ADRIANA CRISTINA CANDIDA	734	1693356-7 SSP/MT	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
175	ANDERCIANE PADOANI	714	1350058-9 SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
176	FRANCIELE APARECIDA C. DE OLIVEIRA	223	1624279-3 SSP/MT.	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
177	JULIANO DE SOUZA TAVARES	557	2033928-3 SSP/MT.	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
178	LUCIVANIA DE LIMA	69	2198249-0 SSP/MT.	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
179	ANGELICA FERREIRA DOS SANTOS	242	2154344-5 SSP/MT.	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
180	MICHELE APARECIDA BARBOSA	578	2419356-9 SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
181	JUCIELIA SOUZA SELES	580	2478571-7 SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
182	JHEINE ANGELICA DOS SANTOS	728	2597903-5 SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
183	ICLA FERNANDA FERREIRA DA SILVA	710	2355742-7 SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
184	ANGELICA DOS SANTOS	76	2139850-0 SSP/MT.	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
185	ADRIANA PAULA DE O. PAVÃO	535	26983605 SSP/MT.	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
186	KELLY ALVARASIN DE ANDRADE	313	2475862-0 SSP/MT.	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
187	MONALIZA RIQUELE SANTOS MATIAS	189	3672968-0 SEDS/AL.	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
188	MAYARA DA CRUZ FERREIRA	733	2823052-3 SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
189	ADRIANA DE SOUZA MIGUEL	169	2231773-2 SSP/MT.	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	Desclassificado	

190	CÉLIA DA SILVA RIBEIRO	742	1215643-4 SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	Desclassificado	
191	DAIANE NASCIMENTO DA SILVA	534	2322129 -1 SSP/MT.	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	Desclassificado	
192	DIANE KELLI DA CUNHA	589	1881070-5 SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	Desclassificado	
193	ELEN DAIANE DA SILVA CARVALHO	575	2123245-8 SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	Desclassificado	
194	ELINEIDE ALVES NUNES	411	22189440 SSP/MT.	0,0	3,0	0,0	4,5	4,5	Desclassificado	
195	ERICA SOUSA DE HOLANDA	587	2297320-6 SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	Desclassificado	
196	EVA ALVES LOPES	617	1819876-7 SSP/MT	0,0	3,0	0,0	4,5	4,5	Desclassificado	
197	IRACI DOS SANTOS DA SILVA	462	1717842-8 SSP/MT.	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	Desclassificado	
198	JEFERSON CANDIDO DE O. SANTOS	645	2121589-8 SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	Desclassificado	
199	LUCIANA APARECIDA O. DOS SANTOS	104	2421895-2 SSP/MT.	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	Desclassificado	
200	MARCIANA OLIVEIRA DA SILVA	335	2308315-8 SSP/MT.	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	Desclassificado	
201	MARTA PEREIRA LIMA	227	2112481-7 SSP/MT.	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	Desclassificado	
202	NEREIDE NEVES	212	1546442-3 SSP/MT.	0,0	3,0	0,0	4,5	4,5	Desclassificado	
203	SANDRA PEREIRA DE MELO	305	6623296 SSP/GO.	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	Desclassificado	
204	SILVANEIA BARBOSA MACHADO	408	1837335-6 SSP/MT.	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	Desclassificado	
205	SINARA ELOANA LANZ	446	1396693-6 SSP/MT.	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	Desclassificado	
206	VILMA GOIVINHO FRANCISCO	594	0711479-1 SSP/MT	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	Desclassificado	
207	CAROLINA GONÇALVES SILVA	183	12.640.845-5 SSP/PR.	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	Desclassificado	
208	FERNANDA RODRIGUES DA S. CUNHA	13	2403000-7 SSP/MT.	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	Desclassificado	
209	GREICIELI NONATO RAMOS	360	2402928 SSP/MT.	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	Desclassificado	
210	IOLANDA LOPES DOS SANTOS	246	1018358-2 SJ/MT.	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	Desclassificado	
211	LARISSA PAMELA SASTRE	319	2038236-7 SEJSP/MT.	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	Desclassificado	
212	LUZIA APARECIDA DE OLIVEIRA	61	1018287-0 SSP/MT.	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	Desclassificado	
213	MARIA CELESTINA PEREIRA GOIS	271	1586083-3 SSP/MT.	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	Desclassificado	
214	SILMARA REGINA DE AZEVEDO	590	2182692-7 SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	Desclassificado	
215	SOLANGE ALVES DE SOUZA	603	1417136-8 SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	Desclassificado	
216	TAYNÁ DE SOUZA BARROS	248	2659766-7 SSP/MT.	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	Desclassificado	
217	VALERIA GREIN	756	2297300-1 SSP/MT	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	Desclassificado	
218	VERONICA DE OLIVEIRA SANTOS	460	595 374 SSP/RO.	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	Desclassificado	
219	JULIANA MARIANO DIAS	337	2112329-2 SSP/MT.	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	Desclassificado	
220	MARILZA ROSA DA SILVA SANTOS	605	1819996-8 SSP/MT	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	Desclassificado	
221	RITA CRISTIANE A. DOS SANTOS	370	2386508-3 SSP/MT.	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	Desclassificado	
222	SUELENE HEITMANN	7	11600261 SSP/MT.	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	Desclassificado	
223	VALDINEIA POLASSI GONÇALVES	373	1714812-0 SSP/MT.	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	Desclassificado	
224	JAQUELINE FERNANDES DIAS	606	2588750-5 SJSP/MT	3,0	1,0	1,5	1,5	3,0	Desclassificado	
225	LUZIA DE SÁ DE SOUZA	612	1490369-5 SSP/MT	2,0	1,0	1,0	1,5	2,5	Desclassificado	
226	MARIA HERMINDA B. SANTOS	504	1298514-7 SSP/MT.	2,0	1,0	1,0	1,5	2,5	Desclassificado	
227	MARIA APARECIDA DE SOUZA	749	1238555-7 SSP/MT	1,0	1,0	0,5	1,5	2,0	Desclassificado	
228	ANA CLAUDIA DOS S.ANDRADE	285	3028908-4 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
229	ANA PAULA CAMARGO R. .OLIVEIRA	616	1662728-8 SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
230	ANDREIA FARIAS DE LARA	598	2076207-0 SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
231	BARBARA FRANCINE MUSIALAK	317	2214774-8 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
232	CAMILA VOLPATO YAMADA	635	1786594-8 SEJSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
233	CELIA ARAUJO DOS SANTOS	489	1401986-8 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
234	ELIZA BEZERRA DE MACEDO	700	2044357-7 SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
235	ELIZETE RAQUEL DOS SANTOS	432	107451693-9 SJ/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
236	EUDILENE RODRIGUES DA S. LINARDI	572	2064722-0 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
237	FABIO JUNIO DA SILVA	656	1471699-2 SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
238	GESSICA ALINE MOURA PEREIRA	631	10704073-0 SSP/PR.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
239	GESSICA LAUDIR GOMES FERNANDES	695	2272121-5 SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
240	JESSICA TORRES RODRIGUES	306	22985561-1 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
241	JOCIANA DIAS DOS SANTOS	270	2134973-8 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
242	KATHIANE DA C. R. NASCIMENTO	658	1179218-3 SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
243	MATEUS DE LIMA SOUZA NETO	739	0968615-0 SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
244	MIRELLA ROSA L. DE ALMEIDA	143	2532388-1 SEJSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
245	NEIDI APARECIDA PEREIRA	307	15490823 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
246	POLIANA PEREIRA DA SILVA	647	2263508-4 SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
247	RENATA CRISTINA GATIS RISTER	173	26.646.893-7 SSP/SP.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
248	RENILDA ALMEIDA ASSUNÇÃO	550	1215876-3 SJ/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
249	ROSANGELA DE MORAIS SILVA	95	2067075-3 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
250	ROSEMARA BARBOSA	371	1217732-6 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
251	SOLANGE PONTES DA SILVA	414	27531465 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
252	THAIS REGINA SILVA DOS SANTOS	573	2172550-0 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
253	THAMIRYS SOARES MARINHO	187	2245777-1 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	
254	VANESSA LIMA DE OLIVEIRA	56	2157854-0 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	Ausente	

CARGO: PROFESSOR PEDAGOGIA ZONA URBANA

N.	Candidato	Inscr.	RG	CB e CG	CE	CB e CG	CE	TG	RESULTADO	DESEMPATE
1	JANAINA KELLY N. MOURA	130	1832906-3 SSP/MT.	4,0	5,0	2,0	7,5	9,5	APROVADO	
2	MARCIANA DE PAULA	389	1096391-0 SSP/MT.	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	APROVADO	IDADE
3	ALMIRO FERREIRA DA COSTA	145	1027386-7 SSP/MT.	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	APROVADO	IDADE
4	CLÉDINA RAMOS DOS SANTOS	304	1417337-9 SJ/MT.	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	APROVADO	IDADE
5	RITA DE CASSIA BISCA	137	8.535.693-3 SSP/PR.	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	APROVADO	IDADE
6	SUELI MUNIS DA SILVA	579	1662654-0 SJSP/MT.	3,0	5,0	1,5	7,5	9,0	APROVADO	IDADE
7	ANGELA MARIA MEIRELLES DOS SANTOS	374	1124153-5 SSP/MT.	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	APROVADO	IDADE
8	MARCIO ADRIANO RAMOS DE OLIVEIRA	144	1568513-6 SSP/MT.	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	APROVADO	IDADE

9	MARIA ELIANE BEZERRA DOS SANTOS	14	1417184-8 SSP/MT.	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	APROVADO	IDADE
10	CLAUDIANE DA SILVA BUENO	166	1417114-7 SSP/MT.	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	APROVADO	IDADE
11	DAIANE DE SOUZA ANTONIO	83	1970528-0 SSP/MT.	2,0	5,0	1,0	7,5	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
12	JOCELY GOMES DA SILVA	494	1271222-1 SSP/MT.	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
13	JOSUE VENTURA DE OLIVEIRA	396	1689576-2 SSP/MT.	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
14	FABIO RICARDO DOS SANTOS	680	1815756-4 SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
15	DIEGO DE ALMEIDA	659	2115899-1 SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
16	EDLEIA NOVAIS DE SOUZA	703	2439458-0 SSP/MT	5,0	4,0	2,5	6,0	8,5	CLASSIFICADO	IDADE
17	MARIA APARECIDA DA SILVA	41	1650530-1 SSP/MT.	1,0	5,0	0,5	7,5	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
18	LEIA RIBEIRO DOS SANTOS	203	001151929 SSP/MS.	1,0	5,0	0,5	7,5	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
19	POLIANA BARBOSA DE LIMA	552	2233334-7 SSP/MT.	1,0	5,0	0,5	7,5	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
20	LETICIA DAHIANE BERTON	17	2301600-0 SSP/MT.	1,0	5,0	0,5	7,5	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
21	GESSICA FERNANDA DE OLIVEIRA	303	22674683 SSP/MT.	1,0	5,0	0,5	7,5	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
22	MARIA INES DA C. CARVALHO ASSUNÇÃO	588	7505842 SSP/MG.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
23	IZABELE R. DE S. MAGALHÃES	311	1048041-2 SESP/MT.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
24	PATRICIA BESERRA DOS SANTOS	341	1780686-0 SSP/MT.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
25	EMILY DUARTE RAMOS	723	1844311-7 SSP/MT	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
26	KEISSIELE RIBEIRO SANTONI	476	2072568-0 SSP/MT.	4,0	4,0	2,0	6,0	8,0	CLASSIFICADO	IDADE
27	CLARICE DIAS BARRANCO	421	44435810 SSP/PR.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
28	SILVANA APARECIDA CARDOSO	100	2272073-1 SSP/MT.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
29	FERNANDA GASTALDI AGUIAR	302	2391017-8 SSP/MT.	3,0	4,0	1,5	6,0	7,5	CLASSIFICADO	IDADE
30	TEREZA DE PAULA DO NASCIMENTO	571	302 402 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
31	JOSÉ ALENTINO CAMPOS	356	904 018 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
32	MARIA EDIRLENE DE ALMEIDA	359	53.554.951-9 SSP/SP.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
33	DILEUSA MAGALHÃES	280	1316879-7 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
34	CELINA SILVA REIS	530	1434743-1 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
35	FERNANDO DANTE	558	1321491-8 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
36	NAPAULA CELESTINA P. DE ALENCAR	152	1782147-9 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
37	ELIZANGELA ALVES FERREIRA	707	1417133-3 SSP/MT	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
38	ADRIANA VENTURA SIMÃO	139	1371095-8 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
39	CLEBER BORGES DOS SANTOS	120	1719713-9 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
40	MICHELLI CARVALHO BORGES	255	2060993-0 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
41	GISELE APARECIDA PROCÓPIO	320	2050923-5 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
42	CLAUDENIR MENDES DA SILVA	65	2272084-7 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
43	EIDVANIA BERTONCELLO MARTINS	176	2064415-9 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
44	ELIANE CRISTINA CASTILHO	147	220 7099-0 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
45	GELSON SIMÕES MAGALHÃES	364	2183586-1 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
46	DAIANE MAGALHÃES CASTÃO	325	2586349-5 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
47	LUCICLEIA DE LIMA	70	2623305-3 SSP/MT.	2,0	4,0	1,0	6,0	7,0	CLASSIFICADO	IDADE
48	SILVANE ALVES DE SOUZA	358	882054 SSP/MT.	5,0	3,0	2,5	4,5	7,0	CLASSIFICADO	C. ESP.
49	VERA LUCIA	470	0489214-3 SSP/MT.	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
50	SILVESTRE CAVALCANTE ZAU	29	16658495-2 SSP/MT.	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
51	ZILDA AMARANTE DE SOUZA	668	489205 SSP/MT	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
52	ROSICLEIA REGINA DE C. DA CUNHA	346	10581324 SJ/MT.	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
53	IZAURA CAMPANHOLI DOS SANTOS	72	32794123-6 SSP/SP.	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
54	ILMA RODRIGUES DE SOUZA	149	141 7125-2 SSP/MT.	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
55	ALDYANE LETICIA DAS N. T. CAVASSINI	73	1175767-1 SSP/MT.	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
56	AMANDA ROSA DE SOUZA	77	2178588-0 SSP/MT.	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
57	ESTER BARBOSA DE SOUZA	361	2298680-4 SSP/MT.	1,0	4,0	0,5	6,0	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
58	SOLANGE ALVES DE ARRUDA	275	514577 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
59	EVLYN GOULART	491	1825921-9 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
60	SIDNEI CONCEIÇÃO CASTÃO	324	1973308-9 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
61	EDILENE FERNANDA GOMES DE MATOS	737	1938783-0 SSP/MT	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
62	ELAINE ALVES CAMPOS	49	2329828-6 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
63	ROSEMAR APARECIDA DOS SANTOS	532	2467094-4 SSP/MT.	4,0	3,0	2,0	4,5	6,5	CLASSIFICADO	IDADE
64	IVONETE ALVES DOS SANTOS	643	519893 SSP/MT	0,0	4,0	0,0	6,0	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
65	ELISA MARIA RODRIGUES	718	2057162-3 SSP/MT	0,0	4,0	0,0	6,0	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
66	LUZIA MATHIAS DOS SANTOS	31	1401957-4 SSP/MT.	0,0	4,0	0,0	6,0	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
67	SONIA APARECIDA DA CRUZ	607	1079394-1 SSP/MT.	0,0	4,0	0,0	6,0	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
68	VALDIRENE DA SILVA MAGALHÃES	22	1323888-4 SSP/MT.	0,0	4,0	0,0	6,0	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
69	JESSICA NAIARA DA S. NOGUEIRA	651	2513203-2 SSP/MT	0,0	4,0	0,0	6,0	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
70	VALDINEIA APARECIDA DA S. SOUZA	208	1710049-6 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
71	MARQUELIA SILVA DA MATA	79	1352588-3 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
72	OSEIAS DOS SANTOS BELARMINO	576	1546188-2 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
73	LUCIANA RODRIGUES DA SILVA	401	1897080-0 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
74	JOSIVAL BERNARDO DOS SANTOS	63	1945282-9 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
75	KARINA BARTOLOMEU ALVES	500	1783383-5 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
76	RAFAEL RODRIGO DA SILVA	53	2103600-4 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
77	VANESSA NOGUEIRA PEREIRA	123	1959499-2 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
78	JOANIELE PEDRO DA SILVA	163	2413515-1 SEJUS/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
79	AMANDA BEZERRA	178	2330114-7 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
90	RODRIGO BORDINHÃO	138	2308003-5 SSP/MT.	3,0	3,0	1,5	4,5	6,0	CLASSIFICADO	IDADE
91	ADRIANA HATSCHBACH DE FREITAS	569	1108188-0 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
92	MARIA CRISTINA FERNANDES BRASIL	135	1434741-5 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
93	CLAUDIA ALVES LOPES	97	1623428-6 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
94	EDSON ALVES DA SILVA	204	1782166-5 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
95	GEISE CRISTIANE WONS	247	9254363-3 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE

96	GRESSIELE PEREIRA DE OLIVEIRA	24	1801110-1 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
97	PRISCILA DE OLIVEIRA TOMÉ	207	1536126-8 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
98	ANDREIA NEVES BARROS	234	5712506 SSP/PA.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
99	OSILENE BIZERRA DE ALENCAR	329	1786644-8 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
100	ADRIANA GUILHERME DA ROCHA	288	1781249-6 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
101	DANIEL ALVES DE SOUZA	602	1813480-7 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
102	OSMARA EVANGELISTA BARBOSA	531	1688852-9 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
103	MAIQUELE DUARTE DOS SANTOS	765	1837925-7 SSP/MT	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
104	ELOIDIA RODRIGUES DE SOUZA SILVA	338	1417288-7 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
105	GEDEON CRISTIANO DE SOUZA SANTOS	507	1904115-2 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
106	ROSELENE MAGALHÃES CASTÃO	326	2083678-3 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
107	FERNANDA DOS SANTOS VITORIO	556	2025438-5 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
108	GÉSSICA MAIARA MOREIRA SANTOS	18	2513204-0 SSP/MT.	2,0	3,0	1,0	4,5	5,5	CLASSIFICADO	IDADE
109	ÂNGELA MARIA BUENO	751	4.060.586-0 SSP/PR	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
110	MARIA JOSÉ ANTUNES MAGALHÃES	175	0735695-1 SJ/MT.	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
111	JOICE TEODORO	58	1013161-2 SSP/MT.	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
112	NOEMIA BARBOSA DA SILVA	122	1536035-0 SSP/MT.	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
113	ELIZANGELA ARRUDA DA SILVA	186	1287031-5 SSP/MT.	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
114	LILIANE DO AMARANTE	292	1852090-1 SSP/MT.	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
115	ELIANE ALVES CAMPOS	618	1996463-3 SSP/MT.	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
116	ADELAINE TABORDA SOUZA	452	1995349-6SSP/MT	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
117	ELENICE DA SILVA XAVIER	314	2190507-0 SSP/MT.	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
118	ELAINE RODRIGUES DE SOUZA	9	1884470-7 SSP/MT.	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
119	ANDRESSA KETLI MOREIRA	567	1662639-7 SSP/MT.	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
120	PATRICIA LUIZA DA SILVA	253	2410189-3 SSP/MT.	1,0	3,0	0,5	4,5	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
121	NADIA MARIA DE SOUSA MILESKI	112	2369570-6 SSP/MT.	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
122	BRUNA CELESTINA PEREIRA DE ALENCAR	19	2074239-8 SSP/MT.	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
123	LILIAN DE OLIVEIRA	469	1799879-4 SSP/MT.	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
124	EVERLENE DA ROCHA FARIAS	743	2072372-5 SSP/MT	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
125	SIMONI SANTOS DO N. ROCHA	485	2076204-6 SSP/MT.	4,0	2,0	2,0	3,0	5,0	CLASSIFICADO	IDADE
126	DIELY DE ALMEIDA	103	2120325-3 SSP/MT.	0,0	3,0	0,0	4,5	4,5	DESCLASSIFICADO	
127	ELIZANGELA CAMILO DE SOUZA	409	1972331-8 SSP/MT.	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
128	LEANDRO KREIN BERNARDI	28	1417181-3 SSP/MT.	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
129	LENICE SILVESTRE LOPES	366	1645334-4 SSP/MT.	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
130	LETICIA BATELO BARRETO	516	2171524-6 SSP/MT.	0,0	3,0	0,0	4,5	4,5	DESCLASSIFICADO	
131	MARIA APARECIDA DO NASCIMENTO	328	10150080 SSP/MT.	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
132	ROSÂNGELA APARECIDA DE PAIVA	92	596436 SSP/MT.	3,0	2,0	1,5	3,0	4,5	DESCLASSIFICADO	
133	ANGELITA CELESTINA ALENCAR TOMAZ	349	2410782-4 SSP/MT.	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
134	OSMARINA EVANGELISTA DA SILVA	525	1494841-9 SSP/MT.	2,0	2,0	1,0	3,0	4,0	DESCLASSIFICADO	
135	ELIETE LORETTO DE ARAUJO	365	1879095-0 SSP/MT.	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
136	FLAVIA CRISTINA BOTELHO	515	1653460-3 SSP/MT.	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
137	INEZ APARECIDA DA SILVA	394	1819873-2 SSP/MT.	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
138	JOZELIO DE ANDRADE BATISTA	410	0781427410 SSP/BA.	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
139	MARCIANA DE OLIVEIRA SANTOS	694	2043840-0 SSP/MT	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
140	RAQUEL COVALSKI	252	1183802-7 SJ/MT.	4,0	1,0	2,0	1,5	3,5	DESCLASSIFICADO	
141	ROSANGELA F. DO NASCIMENTO	671	1417244-5 SSP/MT	1,0	2,0	0,5	3,0	3,5	DESCLASSIFICADO	
142	EDNA DE MATOS SHIMIZU	456	1459899-0 SSP/MT.	0,00	2,0	0,0	3,0	3,0	DESCLASSIFICADO	
143	JUSSINEYDE X. C. CAMPANHARO	493	2610345-1 SEJSP/MT.	0,0	2,0	0,0	3,0	3,0	DESCLASSIFICADO	
144	LUCIA TONDIM GARCIA	2	21907173 SSP/MT.	0,0	2,0	0,0	3,0	3,0	DESCLASSIFICADO	
145	ROSILENE DE SOUSA COELHO	454	014128692000-7 SSP/MT	0,0	2,0	0,0	3,0	3,0	DESCLASSIFICADO	
146	MARILZA FERRREIRA REZENDE	473	2455213-5 SSP/MT.	2,0	1,0	1,0	1,5	2,5	DESCLASSIFICADO	
147	GIOVANO GOTARDO	150	8359.330-0 SSP/PR.	1,0	1,0	0,5	1,5	2,0	DESCLASSIFICADO	
148	ANA PAULA DELISE MACEDO	676	21715254 SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
149	CLASANCIA PEREIRA GOMES	406	1466162-4 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
150	ELANIA MARIA DOS SANTOS	146	1159775-5 SJ/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
151	GILIARDI MOREIRA SOUZA	117	1447464-6 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
152	IGOR DIONNE DOS S. PADOVAN	770	2366904-7 SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
153	JOSEFA SANDRA DO NASCIMENTO	214	1298775-1 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
154	JULIANA PEREIRA DA SILVA	614	1680019-2 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
155	LUCINEIA RODRIGUES	628	1511234-9 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
156	MARCIA RODRIGUES DA SILVA	568	1401220-0 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
157	MARCIELY RODRIGUES DA SILVA	434	2588781-5 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
158	MARIA IVONE PEREIRA GUIMARÃES	188	1480325-9 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
159	MARIA JACQUELINE DA SILVA BATISTA	404	2430163-9 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
160	MARINES PELLIZZARI DO NASCIMENTO	220	861.335 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
161	QUEILA VIOLADA	199	1246499-6 SJ/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
162	REGIANE FIGUEIREDO	308	1546379-6 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
163	ROSECLEIA DOS SANTOS SANSANA	384	2207108-3 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
164	SANDRA PEREIRA SAQUI	591	1468801-8 SSP/MT.	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
165	SANDRA REGINA DE S. MARQUES	768	1922657-8 SSP/MT	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	
167	SUELDIVA DANTAS GARCIA	741	0882337-5 SSP/MS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	AUSENTE	

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO N. 026/2017/ SECAD

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO N. 026/2017/SECAD

TIPO: PRESENCIAL

APURAÇÃO: Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Prestação de Serviços de Locação de Máquinas Pesadas sendo 01 (uma) Pá Carregadeira e 01 (uma) Retroescavadeira em Atendimento à Secretaria Municipal de Transportes, conforme Edital e seus anexos.

ONDE SE LÊ:

Item 02: Retroescavadeira, peso mínimo de 2.300 toneladas.

PASSA-SÊ A LER: Item 02: Escavadeira Hidráulica, peso mínimo de 23.000 toneladas.

SESSÃO DE ABERTURA DE PROPOSTA E DISPUTA DE LANCES FICA PRORROGADA PARA A DATA DO DIA: dia **07 de abril** de 2017 a partir das 08h00 – Horário Local.

Juara-MT, 27 de março de 2017.

José Roberto Pereira Alves Luciane Borba Azóia Bezerra

Pregoeiro Oficial Prefeita Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO N. 020/2017

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 023/2016, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 017/2017, cuja abertura ocorreu as 08h00 - Local, do dia 27/03/2017, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços Para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em Manutenção Completa, Aquisição de Recarga de Gás e Peças de Reposição, Reparos e Consertos de Aparelhos Condicionadores de Ar par atender as necessidades das Secretarias Municipais de Administração, Assistência Social e Saúde**, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos, sagrou-se vencedora a empresa: **R. S. MIRANDA DE OLIVEIRA – ME**,inscrita com o CNPJ sob o n. 04.776.735/0001-62, localizada à Avenida Rio Arinos, 1196-S – Centro – CEP: 78.575-000 – Juara/MT, sendo vencedora para todos os itens com valor global de R$ 458.622,00 (quatrocentos e cinquenta e oito mil, seiscentos e vinte e dois reais).

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA - MTEDITAL DE LICITAÇÃO.MODALIDADE: TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017.TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL.

A Câmara Municipal de Juara, através da Comissão de Licitação, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Tomada de Preço n° 002/2017, cuja abertura ocorrerá as 14:00 hora local, do dia 17 de Abril de 2017, na sede da Câmara Municipal, Rua Nelson Taborda Lacerda, 59-S, Centro. **Do Objeto -** Aquisição de 2.300 (dois mil e trezentos) litros de Óleo Diesel S-10, 300 (trezentos) litros de Etanol e 1.200 (um mil e duzentos) litros de Gasolina Comum, para atender aos Veículos oficiais do Poder Legislativo.

Maiores informações pelo telefone (66) 3556-1260, ou através do site: www.juara.mt.leg.br

Juara-MT, 24 de Março de 2017.

Fabiane Pereira da Silva Mota Presidente Comissão de LicitaçãoPoder Legislativo – Juara-MT

ATA DE SESSÃO DE ABERTURA DE LEILÃO N. 001/2017

ATA DE SESSÃO DE ABERTURA DE LEILÃO N. 01/2017

LEILÃO N. 001/2017/SECAD

APURAÇÃO: Maior Lance por Lote Global.

OBJETO: Objetos deste processo de leilão são bens móveis inservíveis, discriminados em LOTE ÚNICO, avaliado em R$ 2.000,00 (dois mil reais) sendo este o lance mínimo aceito, conforme Anexo Único deste edital, onde, também, constará o valor de avaliação GLOBAL DO LOTE.

Às 08h00 horas local do dia 17 (dezessete) do mês de março de 2017 estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Juara, situada na Rua Niterói, nº 81-N, Cidade de Juara, Estado de Mato Grosso os senhores: José Roberto Pereira Alves (Pregoeiro) Antônio Batista Mota (Apoio) e Janaina Amorim Durães (Apoio), designados pela Portaria n° 023/2017 de 03 de janeiro de 2017, para abertura de sessão de leilão de n. 001/2017. Fez-se presente na data e horário marcados para credenciamento e participação no referido certame o Sr. Natalino dos Santo Pires, devidamente inscrito no CPF: 650.216.301-72 e RG: 11181508 SSP/MT, residente e domiciliado na Avenida Comendador Rodolpho Ferro n. 1414, centro, neste município de Juara, Estado de Mato Grosso, onde após o credenciamento fora efetuado pelo único presente o lance de R$ 2.000,00 (dois mil reais) sendo este o lance mínimo avaliado pela Comissão de Leilão e aceito pelo Leiloeiro, sendo desta forma **DECLARADO** o **Sr. Natalino dos Santo Pires** como **ARREMATANTE** do lote único pelo valor global de **R$ 2.000,00 (dois mil reais)**. Será concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para retirada dos bens junto ao Setor de Patrimônio da Prefeitura Municipal de Juara, após a quitação do débito junto à Prefeitura por parte do arrematante. Nada mais havendo a relatar eu José Roberto Pereira Alves, redigi esta Ata que segue assinada por todos os presentes, e que fará parte do Processo de Licitação de Leilão n. 001/2017.

Junta-se, arquiva-se e encaminhe cópia juntamente com o Processo para apreciação da Gestora do Município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 111/2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Concede férias aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNCIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias correspondentes ao período aquisitivo e de gozo, aos Servidores Públicos Municipais, que especifica segundo o que menciona:

Servidor: WENDERLEY TORO MACHADO

Órgão/Unidade: SMEC

Período aquisitivo: 12/09/2014 a 12/09/2015

Período de gozo: 01/04/2017 a 30/04/2017

Dias: 30 (trinta)

Art. 2º - Caberão aos órgãos/unidades administrativas competentes do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive para o pagamento e registro nos mecanismos e controle.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e sete dias do mês de Março de dois mil e dezessete.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 110/2017, DE 27 de Março de 2017.

Concede elevação de nível aos servidores públicos que menciona, e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D' OESTE, Estado de Mato Grosso, **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais e conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 025/2006 de 28/04/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 027/2006 de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº. 028/2006 de 28/04/2006 e Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

ART. 1º - CONCEDER, elevação de nível, conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, aos servidores a seguir descrito:

CLEILTON TIAGO DE QUEIROZ

PSICOLOGO

Vinculado/Lotado 11/03/2008

Elevação de **Nível 03** para **nível 04**

MARIA CHIRLEI CORDEIRO GOLVEIA DE OLIVEIRA

ARTIFICE EM COPA/COZINHA

Vinculada/Lotada 17/03/2005

Elevação de **nível 04** para **nível 05**

MARILUCI FERREIRA FRANCA

LAVADEIRA

Vinculada/Lotada 11/03/2008

Elevação de **nível 03** para **nível 04**

ART. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte sete dias do mês de Março do ano de dois mil e dezessete.

PUBLIQUE-SE, RIGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

DECRETO Nº 020/2017,

DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a nomeação de candidata classificada no Concurso Público Nº 001/2014, para investidura em cargo público.

O Prefeito Municipal de Lambari D'Oeste-MT, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o resultado do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2014, e no disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público n.º 001/2014, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo desta Prefeitura, estabelecidos no Edital n.º 001/2014;

Considerando a homologação do mencionado concurso por meio do Decreto n.º 019/2014, de 03 de setembro de 2014;

Considerando a existência de vagas nos órgãos desta prefeitura municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Decreto n.º 019/2017 de 15 de março de 2017 que, convocou a candidata classificada em 12º Lugar;

Considerando finalmente o disposto nas normas previstas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais que regem o direito do trabalho;

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada em caráter efetivo para exercer o respectivo cargo, a candidata abaixo relacionado:

Nome da candidata	Cargo	Classificação
MARCILEIA PEREIRA LOPES	**PROFESSOR PEDAGOGO/NORMAL SUPERIOR**	**12º LUGAR**

Art. 2°. Será considerado desistente a candidata nomeada que não comparecer no prazo de 05 (cinco) dias a contar da publicação do presente **DECRETO** para tomar posse no cargo, salvo justificativa amparada pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município e aceita pela Administração Municipal.

Parágrafo único. A posse da candidata acima nomeado, fica condicionada a sua avaliação médica, realizada por médico perito contratado pela Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste-MT, a ser realizado, previamente agendado com a candidata no ato de entrega dos documentos necessários para a sua nomeação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 001/2017

EDITAL Nº 001/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

A Prefeitura Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 03.503.620/0001-31, com sede à Avenida Lucio Pereira Luz S/N– Centro – CEP 78.660-000 – Luciara-MT, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, considerando a necessidade de realizar o Processo Seletivo Simplificado para contratações temporárias, para o preenchimento de cargos de Cozinheiro; Orientador Social; Técnico Administrativo para atuar na Equipe do Acessuas Trabalho; Assistente Social para Equipe Volante do CRAS; Psicólogo ou Pedagogo para Equipe Volante do CRAS; Psicólogo para atuar no CRAS. Podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 - O Processo Seletivo Simplificado será executado por intermédio de Comissão composta por três (3) Servidores, designados através da Portaria nº 035/2017 de 24/03/2017.

1.2 - Durante toda a realização do Processo Seletivo Simplificado, serão prestigiados, sem prejuízos de outros, os princípios estabelecidos no art. 37, "caput", da Constituição da República.

1.3 - O Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado será publicado no site oficial da Prefeitura Municipal de Luciara (www.luciara.mt.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site: http://www.diariomunicipal.org/mt/amm, e mural.

2. DOS CARGOS, DA CARGA HORÁRIA, DAS VAGAS, DA REMUNERAÇÃO E DOS REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS

O Presente Teste Seletivo Simplificado que ocorrerá através de Análise Curricular e Experiência Profissional, tem como objetivo a seleção de profissionais, conforme cargos, carga horária, vagas, local de atuação, remuneração e requisitos mínimos exigidos constantes na tabela abaixo:

Cargo	Carga Horária Semanal	Vagas	Local de atuação	Remuneração	Requisitos mínimos exigidos à investidura
Cozinheiro	40hs	01	CRAS	937,00	Ensino Fundamental Completo
Orientador Social	40hs	03	CRAS	1.000,00	Ensino Médio Completo
Agente Administrativo do Programa Acessuas/Trabalho	40hs	02	Luciara-MT – área urbana e rural	937,00	Ensino Médio Completo
Coordenador do Programa Acessuas/Trabalho	40hs	01	Luciara-MT – área urbana e rural	1.500,00	Ensino Superior completo reconhecido pelo MEC em qualquer área de formação
Assistente Social- Equipe Volante do CRAS	40 hs	01	Luciara-MT – área urbana e rural	1.500,00	Ensino superior completo em Serviço Social e devidamente registrado no CRESS.
Psicólogo ou Pedagogo- Equipe Volante do CRAS	40 hs	01	Luciara-MT – área urbana e rural	1.500,00	Ensino superior completo em Psicologia e devidamente registrado no CRP, ou Ensino Superior completo em Pedagogia reconhecido pelo MEC.
Psicóloga/ CRAS	40hs	01	Proteção Social Basica - CRAS	1.500,00	Ensino superior completo em Psicologia e devidamente registrado no CRP

3. DAS ATRIBUIÇÕES, DEVERES E PROIBIÇÕES DO CARGO

3.1 As atribuições, deveres e proibições dos cargos a serem providos por este Teste Seletivo Simplificado, são os constantes na Lei Municipal 505/2009, de 03 de agosto de 2009, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único do Servidor Público Municipal e atribuições constadas no Anexo I deste edital.

4 DAS INSCRIÇÕES

4.1 **Período de Inscrição:** de 27 de março de 2017 a 29 de março de 2017.

4.2 **Local de Inscrição:** Na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Araguaia nº 07– Centro – CEP 78.660-000 – Luciara-MT, FONE: (66) 3528-1299.

4.3 **Horários de Inscrições Presenciais:** do dia 27 a 29 março de 2017 das 07:30hs às 12:00hs, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

5– DOS PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÃO

5.1 Na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Araguaia nº07 – Centro – CEP 78.660-000 – Luciara-MT a inscrição realizar-se-á no ato do preenchimento de todos os campos da Ficha de Inscrição, fornecida gratuitamente, efetivada mediante protocolo emitido pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

5.2No ato da inscrição o candidato deverá estar munido da documentação abaixo:

Documento de Identidade RG;

Cadastro de Pessoa Física - CPF;

Comprovante de experiência profissional na area de atuação (declaração, Carta de Apresentação, e outros),

5.3 No Site Oficial da Prefeitura Municipal de Luciara – www.luciara.mt.gov.br a inscrição realizar-se-á no ato do preenchimento de todos os campos da Ficha de inscrição, bem como do preenchimento da concordância dos termos deste edital.

5.4 Os candidatos deverão protocolar a documentação abaixo, cópias originais para conferência, na Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Araguaia nº07 – Centro – Luciara-MT até as 12:00hs do dia 29 de março de 2017. O mesmo prazo e hora definidos para a entrega da documentação vale também para os documentos enviados via Correios:

Comprovante de experiência profissional na area de atuação (declaração, Carta de Apresentação, e outros),

5.5 Não serão recebidas quaisquer inscrições por fax-símile, correio eletrônico ou fora do período estabelecido neste edital.

5.6 Não será cobrado taxa de inscrição para este teste seletivo.

5.7Não serão aceitas inscrições fora de prazo.

6– DAS CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO

a) Ser brasileiro nato ou naturalizado;

b) Ter idade mínima de 18 anos;

c) Possuir na data da inscrição, escolaridade comprovada correspondente ao cargo que estiver concorrendo.

d) Os documentos poderão ser autenticados no ato da inscrição pelos membros da

Comissão, desde que o candidato apresente para conferência os originais juntamente com a cópia.

7 – DA INSCRIÇÃO POR PROCURAÇÃO

7.1 Será admitida inscrição por procuração, desde que devidamente registrada em cartório, acompanhada das cópias legíveis e devidamente autenticadas dos documentos constantes do item 3 deste Edital.

7.2 O comprovante de inscrição será entregue ao procurador, após efetuada a inscrição.

7.3 O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade das informações prestadas por seu procurador, arcando com as consequências de eventuais erros de seu representante, no preenchimento do formulário de inscrição e em sua entrega.

8 – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

8.1 No dia **30 de março de 2017**, será disponibilizada a homologação das inscrições realizadas, no site oficial da Prefeitura Municipal de Luciara (www.luciara.mt.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site: http://www.diariomunicipal.org/mt/amm, e mural.

8.2 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar o cronograma deste edital. (ANEXO II)

9 – DO REGIME JURÍDICO DE TRABALHO

9.1 Os candidatos classificados serão admitidos em caráter temporário, para suprir as vagas em aberto, nos turnos matutino e vespertino conforme as vagas destinadas, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

10– DOS LOCAIS DE TRABALHO

10.1 Os contratados deverão desempenhar suas atividades profissionais na Secretaria Municipal de Assistência Social e Programas do CRAS.

10.2 Poderá ocorrer o deslocamento da equipe para atendimento na zona rural.

11 – DAS ANÁLISES DOS CURRÍCULOS

11.1 O Candidato deverá apresentar documentação para análise dos currículos e experiência profissional no ato da inscrição que ocorrerão entre os **27 a 29 de março de 2017**.

11.2 QUESITOS PARA PONTUAÇÃO: NÍVEL SUPERIOR

Provas	Quesitos	Pontos	Pontuação Máxima
a) Análise Curricular: Escolaridade/ Cursos	Diploma ou Certificado de Conclusão de ensino superior em Serviço Social e Pedagogia completos e registro profissional no respectivo Conselho Regional, **quando houver.**	20	Máximo 20
	Certificado de Especialização Lato Senso Mínimo de 360 horas.	5	Máximo 5
	Diploma ou Certificado de Curso de Especialização Stricto Senso – Mestrado.	5	Máximo 5
	Diploma ou Certificado de Curso de Especialização Stricto Senso – Doutorado.	10	Máximo 10
	Curso realizado na área da assistência social com carga horária igual ou superior a 40 horas. Emitido nos últimos 3 anos.	10 (p/ cada 40 horas)	Máximo 30
Experiência Profissional	Experiência Profissional relacionados com a função/atribuições do cargo.	10 pontos para cada seis meses	Máximo 30
Total de Pontos			**100**

11.3 QUESITOS PARA PONTUAÇÃO: NÍVEL MÉDIO

Provas	Quesitos	Pontos	Pontuação Máxima
a) Análise Curricular: Escolaridade/ Cursos	Diploma ou Certificado de Conclusão de ensino médio.	10	Máximo 10
	Curso realizado na área da assistência social com carga horária igual ou superior a 10 horas.	10	Máximo 20
	Curso realizado em digitação, informática, auxiliar administrativo, relações interpessoais, dentre outros relacionados com a função/atribuições do cargo com carga horária igual ou superior a 10 horas.	5 pontos por curso	Máximo 20
Experiência Profissional	Experiência Profissional relacionados com a função/atribuições do cargo.	10 pontos para cada seis meses	Máximo 50
Total de Pontos			**100**

11.4 QUESITOS PARA PONTUAÇÃO: NÍVEL FUNDAMETAL

Provas	Quesitos	Pontos	Pontuação Máxima
a) Análise Curricular: Escolaridade/ Cursos	Diploma ou Certificado de Conclusão de ensino médio.	10	Máximo 10
	Curso realizado na área da assistência social com carga horária igual ou superior a 10 horas.	10	Máximo 20
	Curso realizado em digitação, informática, auxiliar administrativo, relações interpessoais, dentre outros relacionados com a função/atribuições do cargo com carga horária igual ou superior a 10 horas.	5 pontos por curso	Máximo 20
Experiência Profissional	Experiência Profissional relacionados com a função/atribuições do cargo.	10 pontos para cada seis meses	Máximo 50
Total de Pontos			**100**

12 – DAS ETAPAS

12.1 O Teste Seletivo Simplificado constituir-se-á de duas etapas, a saber: a) análise curricular e experiência na área, b) Prova de Redação.

12.1.1 - ANÁLISE CURRICULAR será realizada pela Comissão no período de **03 a 05 de Abril de 2017** através da análise dos currículos entregues no ato da inscrição.

12.1.2 A Análise Curricular visa aferir o perfil do candidato a partir do nível de escolaridade, conhecimentos específicos e experiência profissional, devidamente comprovados, de acordo com a Função Temporária a que concorre e conforme os dados curriculares informados.

12.1.3 Na análise curricular serão avaliadas as competências, habilidades, nível de escolaridade, experiência acumulada, inscrição no conselho de classe para o assistente social, cursos técnicos, profissionalizantes e extracurriculares, conhecimentos específicos, para cada Função Temporária.

12.1.4 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade nos dados curriculares e nos documentos apresentados e, comprovada a culpa do(a) mesmo(a), o(a) candidato(a) será excluído(a) do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo das medidas penais cabíveis.

13. REALIZAÇÃO DAS PROVAS DE REDAÇÃO

13.1 - As provas de redação serão realizadas no dia 30 de março de 2017, na sala de reuniões dos Conselhos, localizada na Avenida Lucio Pereira Luz s/n - centro, nesta cidade, com **início as 09 horas e término as 11 horas.**

13.1.1 - Os candidatos deverão comparecer ao local especificado no ítem **7.1,** com antecedência mínima de trinta (30) minutos, munidos de comprovante de inscrição, de documento oficial com foto, definidos no ítem **4.1.2** e caneta esferográfica azul ou preta.

13.1.2 - Os candidatos que não estiverem presentes no interior da sala de aplicação das provas no horário definido no ítem **7.1,** serão excluídos do certame.

13.1.3 - O candidato que deixar de exibir documento oficial com foto, antes da prova, será excluído do certame.

13.1.4 - O candidato que se retirar do local das provas não poderá retornar, ressalvados os casos de afastamento da sala com acompanhamento de um membro da Comissão.

13.1.5 - Será retirado do local das provas e desclassificado do Processo Seletivo Simplificado o candidato que, apresentar atitude de desacato, desrespeito ou descortesia para com as pessoas encarregadas pela realização do concurso ou com os outros candidatos; ou durante a realização da prova, demonstrar comportamento inconveniente ou for flagrado comunicando-se com outros candidatos ou pessoas estranhas, por gestos, palavras ou por escrito, bem como utilizando-se de livros, notas ou impressos; ou ainda, durante a realização da prova, estiver fazendo uso de qualquer aparelho eletrônico ou de comunicação bem como protetores auriculares.

13.1.6 - Na ocorrência das hipóteses previstas no ítem **7.1.5,** será lavrado "auto de apreensão de prova e exclusão do candidato", fazendo-se constar o fato com seus pormenores, o qual será assinado por, no mínimo, dois membros da Comissão e pelo candidato eliminado. Em caso de recusa do candidato a assinar o auto de apreensão de prova e exclusão de candidato, o fato será certificado á vista da assinatura de duas testemunhas.

13.2 - A prova de redação, terá como tema um assunto atual escolhido pela Comissão e informado aos candidatos no momento do início das provas, definido no ítem **7.1.**.

13.3 - A redação deverá ser feita em folha específica fornecida pela Comissão e deverá ser redigida com a utilização de caneta esferográfica preta ou azul.

13.4 - A redação deverá conter no mínimo quinze (15) e no máximo vinte (20) linhas de texto, exceto o título.

13.5 - O título da redação deverá estar em consonância com o tema e o teor do texto e será avaliado de acordo com as normas ortográficas vigentes.

13.6 - A redação deverá seguir a estrutura cabível e não poderá ser acrescida de poemas e/ou poesias, cujo fato ensejará sua desclassificação automática.

13.7 - No horário aprazado para o encerramento das provas, serão estas recolhidas, independente de terem ou não sido concluídas integralmente pelos candidatos.

13.8 - Durante a realização das provas, quaisquer ocorrências serão objeto de registro em ata.

13.9 - A pontuação da prova de redação será de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

13.10 - A prova de redação somente será validada com nota igual ou superior a cinquenta (50) pontos.

14. CORREÇÃO DAS PROVAS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

14.1 - No prazo de três (3) dias, a Comissão deverá proceder á correção das provas,

registrando-se as pontuações individuais da prova de redação e o total acrescido das notas da análise dos títulos e o somatório dos mesmos será dividido por dois, que dará a média final sendo este o resultado de desempenho final do candidato.

14.2 - Ultimada a totalização das notas o resultado preliminar será publicado no site oficial da Prefeitura Municipal de Luciara (www.luciara.mt.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site: http://www.diariomunicipal.org/mt/amm, e mural. Abrindo-se o prazo para os candidatos apresentarem recursos, nos termos deste Edital.

15- DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

15.1 Análise Curricular terá caráter eliminatório e classificatório. A pontuação máxima obtida na Análise Curricular é de 100 (cem) pontos para cada Função Temporária e considerar-se-ão habilitados os candidatos com pontuação igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, desde que atendidas as exigências deste Edital.

15.2A pontuação da prova de redação terá caráter eliminatório e classificatório com pontuação de 0 (zero) a 100 (cem) pontos. A prova de redação somente será validada com nota igual ou superior a cinqüenta (50) pontos.

15.3 O candidato não habilitado na Análise Curricular e Redação será excluído do Processo Seletivo Simplificado.

15.4 Os candidatos serão classificados por ordem decrescente (da maior média para a menor), de acordo com a somatória dos pontos obtidos na Análise Curricular (Escolaridade/cursos e experiência profissional), e redação e o somatório dos mesmos será dividido por dois, que dará a média final sendo este o resultado de desempenho final do candidato.

15.5. A pontuação será cumulativa, podendo chegar no máximo de 100 (cem) pontos.

16– DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

16.1. Ocorrendo empate quanto ao número de pontos obtidos na Análise Curricular (Escolaridade/cursos e experiência profissional), o desempate beneficiará, sucessivamente, o candidato que:

a) Maior idade

b) Maior pontuação no quesito experiência profissional

c) Maior número de prole.

17- DA DIVULGAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

17.1. Após a realização da Análise Curricular, o resultado preliminar será divulgado, na data provável de **06 de abril de 2017**, através do site oficial da **Prefeitura Municipal de Luciara www.luciara.mt.gov.br)** e no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site: https://diariomunicipal.org/**mt**/**amm**/.

18 – DO RECURSO

18.1 Os recursos poderão ser apresentados na Secretaria Municipal de Assistência Social situada na Avenida Araguaia nº07– Centro – Luciara-MT, nos **dias 06 e 07 de Abril de 2017,** em formulário conforme anexo IV.

18.2 Horário: das 7:00h às 11:00h e das 13:00h às 17:00h, de segunda a sextas-feiras.

18.3 Após o período destinado a interposição de recurso e seu julgamento, o Prefeito Municipal homologará o resultado final do Teste Seletivo Simplificado na data provável de **10 de Abril de 2017**, publicando-o no **site oficial da Prefeitura Municipal de Luciara (www.luciara.mt.gov.br) e Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso no site: http://www.diariomunicipal.org/mt/amm.**

18.4 Os recursos cujo o teor desrespeite a Comissão deste Teste Seletivo serão liminarmente indeferidos.

19 – DA CONTRATAÇÃO E LOTAÇÃO

19.1. O candidato aprovado será convocado para atuar nos cargos descritos no **Item 2** deste edital na Secretaria Municipal de Assistência Social, nos turnos matutino e vespertino O mesmo deverá apresentar-se no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da publicação da homologação do resultado final e da publicação do edital de convocação do Processo Seletivo Simplificado Classificatório, para assinatura do Contrato de Trabalho, pelo qual concorreu, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Luciara, localizada na Avenida Lucio Pereira Luz s/n – Centro – Luciara-MT, portando cópia dos seguintes documentos, acompanhados do original:

a) Carteira de Identidade;

b) Cadastro de Pessoa Física – CPF;

c) Título Eleitoral;

d) Comprovante de estar quite com a Justiça Eleitoral;

e) Certidão de Nascimento ou Casamento;

f) Se, do sexo masculino, comprovante de estar quite com as obrigações militares;

g) 02 (duas) fotografia 3x4, recente;

h) Atestado de Aptidão Física e Mental, emitido por Junta Médica Oficial;

i) Comprovantes de escolaridade e especialização correlacionados ao cargo ao qual foi aprovado;

j) Carteira de trabalho e Previdência Social (página de identificação – frente e verso -, página da última contratação);

k) Declaração de bens e rendas;

l) Se tiver conta corrente na Caixa Econômica Federal, apresentar o cartão;

m) Cartão de inscrição no PIS ou PASEP;

n) Comprovante de residência.

19.2 O candidato convocado que não comparecer para a assinatura do Contrato de Trabalho, dentro do prazo preestabelecido no item 15, será tido como desistente tendo a Diretoria de Gestão de Recursos Humanos que convocar o próximo candidato aprovado, obedecendo rigorosamente à ordem de classificação para a devida substituição.

19.3 O candidato que obteve classificação inferior ao número de vagas, constante neste Edital, caso convocado, deverá se apresentar para assinatura do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a respectiva convocação, que se dará por Edital publicado no site oficial da **Prefeitura Municipal de Luciara (www.luciara.mt.gov.br), no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no site: http://www.diariomunicipal.org/mt/amm.**

16 INFORMAÇÕES

16.1 Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Araguaia, s/n – Centro – CEP 78.660-000 – Luciara-MT, Telefone: 3528-1291

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Será excluído o candidato que fizer declaração falsa ou inexata ou deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos para a contratação.

20.2. Os casos omissos na publicação do resultado deste edital serão resolvidos pela Comissão do processo de Seletivo Simplificado para Contratação de Equipe Técnica de Referência dos Programas, por tempo determinado e, após a publicação do resultado, pela Diretoria de Gestão de Recursos Humanos.

Luciara-MT, 27 de Março de 2017.

JOSÉLIA SILVA DE OLIVEIRA

Presidente

AMANDA SANTOS DA SILVA

Vice Presidente

HERMINA SILVA SALES

Secretária

ADINAL FELICIO NANDI

Membro

JOSÉ NÉLIO AIRES COSTA

Membro

ANEXO I

RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS E ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE DE REFERÊNCIA

A execução de serviços e ações tem como principais funções a articulação, a mobilização, o encaminhamento e o acompanhamento do público prioritário do Programa.

SÃO ATRIBUIÇÕES DOS TÉCNICOS (nível Superior, Médio e Fundamental)

ATRIBUIÇÕES POR CARGO

CARGO: COZINHEIRO

(Nível Fundamental)

-Executar tarefas específicas relacionadas ao preparo de refeições,

-Zelar pela higiene nos trabalhos da cozinha, aplicando métodos corretos de manipulação, higienização e conservação de alimentos, bem como providenciando a limpeza de equipamentos, instalações e utensílios;

-Comunicar ao superior imediato as irregularidades encontradas na qualidade da mercadoria entregue para cozimento, bem como sobre a necessidade de reparo e reposição de utensílios, equipamentos e instalações de cozinha; - Zelar pela segurança individual e coletiva, utilizando equipamentos de proteção apropriados, quando da execução dos serviços;

-Zelar pela guarda, conservação, manutenção e limpeza dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados, bem como do local de trabalho; executar outras tarefas correlatas, conforme necessidade ou a critério de seu superior.

CARGO: ORIENTADOR SOCIAL

(Nivel Medio)

-Mediação dos processos grupais de serviços socioeducativos, sob orientação de profissional de referência de nível superior do CRAS;

- Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação do serviço socioeducativo, juntamente com a equipe de trabalho responsável pela execução do serviço socioeducativo;

- Alimentação de sistema de informação, sempre que for designado;

- Atuação como referência para os jovens e para os demais profissionais que desenvolvem atividades com o coletivo de jovens sob sua responsabilidade

- Registro da frequência das crianças, jovens e idosos, registro das ações desenvolvidas e encaminhamento mensal das informações para o profissional de referência do CRAS;

- Organização e facilitação de situações estruturadas de aprendizagem e de convívio social, explorando e desenvolvendo temas transversais e conteúdos. Programáticos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vinculos -SCFV

- Desenvolvimento de oficinas esportivas e de lazer;

- Desenvolvimento de oficinas culturais;

- Acompanhamento de Projetos de Orientação Profissional de crianças, jovens e idosos;

- Mediação dos processos coletivos de elaboração, execução e avaliação de Plano de Atuação Social e de Projetos de Ação Coletiva de Interesse Social por jovens;

- Identificação e encaminhamento de famílias para o CRAS;

- Participação de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do serviço socioeducativo.

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO- Acessuas/Trabalho

(Nivel Medio)

-apoio à equipe técnica de nível superior nas funções administrativas, na mobilização, no encaminhamento para matrículas dos educandos, no acompanhamento e no monitoramento da frequência dos alunos e no encaminhamento para o novo trabalho

-apoio à inclusão de novos beneficiários no Cadastro Único

- participação em reuniões de planejamento, na Secretaria Municipal de Assistência Social e/ou CRAS, quando convocado pelo Coordenador do Programa ACESSUAS TRABALHO

CARGO: COORDENADOR DO PROGRAMA ACESSUAS:

(Nível Superior)

- coordenar as ações do Programa ACESSUAS TRABALHO no âmbito da gestão municipal

- coordenar o planejamento das atividades que serão desenvolvidas pela Equipe de Referência

- acompanhar aos resultados das metas pactuadas pelo Município

- alimentar com informações pertinentes o Sistema de monitoramento do ACESSUAS TRABALHO

- prestar conta dos recursos utilizados

- identificar o público prioritário do Programa ACESSUAS TRABALHO

- identificar as pessoas com deficiência que possam participar dos cursos oferecidos pelo Programa ACESSUAS TRABALHO

- participar da elaboração da campanha de mobilização e divulgação do Programa

- organizar palestras, reuniões nos bairros, nas associações de moradores, com o público prioritário do Programa ACESSUAS TRABALHO

- disponibilizar à população a lista das unidades ofertantes e relação dos cursos oferecidos pelo ACESSUAS TRABALHO

- articular com rede de educação (EJA) que atua com o público prioritário do Programa ACESSUAS TRABALHO para matricular os alunos nas unidades ofertantes

- identificar famílias com perfil para acesso à renda, com registro específico daquelas em situação de extrema pobreza e incluir no CADÚNICO e no ACESSUAS TRABALHO

- registrar informações sobre matrículas efetivadas, encaminhamento e acompanhamento dos educandos

- acompanhar o desempenho dos educandos por meio de relatório quinzenal ou mensal

-disponibilizar informações sobre a permanência, evasão dos educandos e avaliação do Programa ACESSUAS TRABALHO

- participar de reuniões periódicas com a equipe de referência da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e/ou CRAS, para planejamento e avaliação dos resultados do Programa ACESSUAS TRABALHO

- identificar situações de vulnerabilidade e risco social e oferta de e/ou encaminhamento para outros serviços, conforme necessidades

- articular com o Posto de Atendimento ao Trabalhador a intermediação de mão de obra dos capacitados no ACESSUAS TRABALHO.

CARGO: PSICOLOGA- ATENÇÃO SOCIAL BASICA/CRAS

(Nivel Superior)

- Coordenar e supervisionar os Programa e Projetos Sociais da Secretaria de Assistência Social.

-Coordenar a execução, o monitoramento, o registro e a avaliação das ações;

-Avaliar sistematicamente, com a equipe de referência dos CRAS, a eficácia, eficiência e os impactos dos programas, serviços e projetos.

-Efetuar ações de mapeamento, articulação e potencialização da rede socioassistencial e das demais políticas públicas no território de abrangência do CRAS.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL – EQUIPE VOLANTE CRAS

(Nivel Superior)

-Ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

-Ofertar os Serviços de Proteção Social Básica;

- Realizar Busca Ativa, em especial de famílias em situação de extrema pobreza;

- Apoiar a inclusão e atualização cadastral, no CadÚnico, das famílias que moram em áreas dispersas, e também possibilitar o acesso à renda (BPC e Bolsa Família);

- Realizar encaminhamentos (rede socioassistencial e setorial)

CARGO: PSICOLOGO OU PEDAGOGO-EQUIPE VOLANTE CRAS

(Nivel Superior)

-Ofertar o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

-Ofertar os Serviços de Proteção Social Básica;

- Realizar Busca Ativa, em especial de famílias em situação de extrema pobreza;

- Apoiar a inclusão e atualização cadastral, no CadÚnico, das famílias que moram em áreas dispersas, e também possibilitar o acesso à renda (BPC e Bolsa Família);

- Realizar encaminhamentos (rede socioassistencial e setorial)

ANEXO II – CRONOGRAMA

Teste Seletivo Simplificado 001/2017 **C R O N O G R A M A**	
AÇÕES PREVISTAS	**DATAS**
Data prevista para publicação do edital do teste seletivo	27 de marçode 2017
Período de inscrição	27 a 29 de março de 2017
Homologação das inscrições	30 de março de 2017
Prova de Redação	30 de março de 2017
Período previsto para a análise de títulos e Redação	03 a 05 de Abril de 2017
Publicação do Resultado preliminar	06 de abril de 2017
Período previsto para interposição de recurso referente a publicação dos resultados	06 a 07 de abril de 2017
Homologação do resultado final definitivo do Processo, após a análise dos recursos	10 de abril de 2017
Edital de Convocação dos candidatos aprovados	10 de abril de 2017
Período previsto para a tomada de posse	11 de abril/2017 a 21 de abril/2017.

ANEXO III – FICHAS DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017					
I. FUNÇÃO(Assinalar com um "X" a opção desejada)					
( ) Cozinheiro			( ) Agente Administrativo/Acessuas Trabalho		
( ) Orientador Social			( ) Coordenador/Acessuas Trabalho		
( ) Assistente Social- Equipe Volante			( ) Psicólogo ou Pedagogo – Equipe Volante		
( )Psicóloga -Proteção Social Básica					
II. DADOS PESSOAIS					
1. Nome:					
2. Sexo ( ) M	( ) F	3. Data de Nascimento ____ / ____ / _____	4. RG.	5. Órgão Emissor	6. UF.
7. CPF:		8. Telefone Fixo		9. Telefone Celular	
10. Endereço (Rua, nº e complemento, se houver):					
11. Bairro:		12. Cidade:		13. UF:	
14 CEP:		15. Email:			
Declaro que conheço e aceito as condições descritas no Edital n. 001/2017 que rege este Processo Seletivo Simplificado e na legislação pertinente. Declaro, ainda, que todas as informações prestadas são de minha inteira responsabilidade e, se convocado, para contratação, apresentarei todos os documentos comprobatórios dos requisitos pessoais, de escolaridade e profissionais para assinar o contrato. _____ Assinatura do Candidato					

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE RECURSO

RECURSO CONTRA DECISÃO RELATIVA AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, publicado no edital nº 001/2017, realizado pela Prefeitura Municipal de Luciara para a Secretaria Municipal de Assistência Social de Luciara.

Prezados Senhores,

Eu, _____, candidato(a) do processo seletivo concorrendo a uma vaga para o cargo de _____, inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o nº _____, venho através deste apresentar o seguinte recurso:

Motivo do recurso (indique que item do Edital você considera que foi descumprido)
_____
_____
_____
_____
_____
_____

2) Justificativa fundamentada (diga por que você acha que o item foi descumprido)

_____
_____
_____
_____
_____
_____ 3) Solicitação (com base na justificativa acima, apresente o que você pretende que seja reconsiderado)

_____
_____
_____
_____
_____
_____

_____

Assinatura do Candidato

RECEBIDO em...../...../...20.....
Por.....
(Assinatura e cargo/função do servidor que receber o recurso)

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 003/2017 DE CONVOCAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL E TEMPORARIA.

O Exmo Senhor **Arnóbio Vieira de Andrade**, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, com fundamento na Constituição Federal artigo 37 inciso IX, em conformidade com a Lei Municipal nº. 940/2017 de 14 de fevereiro de 2017, somada a emergência para preenchimento de vagas de motoristas na área de Saúde, TORNA PUBLICO pelo presente Edital a existência de vagas por prazo determinado conforme exigências e vagas abaixo:

Vagas	Cargo	Documentos	Carga Horária	Valor
01	Motorista	CNH categoria D	40 h/s	R$ 937,00

O candidato que tenha interesse em inscrever-se para ocupar a vaga temporária ofertada através deste Edital, deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de Marcelândia – MT, no período de 27 a 31 de março de 2017 no horário de funcionamento de segunda a sexta feira no período das 7:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 munido dos seguintes documentos,:

Documento de Identidade (original) e I (cópia); Certidão de Nascimento ou Casamento (original) e 1 (cópia); RG e CPF do cônjuge; Certidão de nascimento dos filhos (original) e 1 (cópia); Diploma de conclusão do curso relativo ao cargo concorrido, devidamente registrado (original e 1 cópia). Título de Eleitor (original) e 1 (cópia) comprovação que está quite com as obrigações eleitorais; Certificado de Reservista (original e 1 cópia) (se masculino); Carteira de trabalho, PIS ou PASEP (original) e 1 (cópia); CPF (original) e 1 (cópia) Comprovante de residência Carteira de Habilitação (motorista)	**ORIGINAL** 01 Fotos 3x4; Atestado Médico expedido pela Junta Médica Oficial; Certidão negativa da Justiça (civil e criminal) onde tenha residido nos últimos cinco anos; Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar; Declaração dos Dependentes de IRRF; Declaração do exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, em qualquer esfera de governo, da administração direta de qualquer dos Poderes; Apresentar Registro e Certidão Negativa expedida pelo Órgão de Classe conforme o caso; Declaração de bens e valores que compõe seu patrimônio. Declaração que não foi demitido com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

A vaga será preenchida de acordo com a **ordem de protocolo** da documentação junto ao Departamento de Recursos Humanos, desde que atendidas as exigências e requisitos do presente, sendo que as excedentes constarão como cadastro de reserva.

O Município de Marcelândia - MT reserva-se o direito de solicitar outros documentos que julgar legal e necessário para o ato de contratação dos candidatos.

Marcelândia MT, em 27 de março de 2017.

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

Silas de Oliveira Rezende

Secretário Municipal de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - TOMADA DE PREÇO Nº. 006/2017

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizou no dia 20 de março de 2017 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DO CALÇAMENTO DO PASSEIO PÚBLICO DA ESCOLA MUNICIPAL MUNDO ENCANTADO DA CRIANÇA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT (LOTE 01) E PARA CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO DO CALÇAMENTO DO PASSEIO PÚBLICO DO CENTRO SOCIAL MARIA MISSIONÁRIA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT (LOTE 02), aonde sagrou-se vencedor o Licitante JOLCINARA SILVA DE OLIVEIRA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 25.169.530/0001-99, com o valor de R$ 23.658,97 para o Lote 01 e R$ 15.760,47 para Lote 02. Maiores Informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, *27 de março* de 2017.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL - Nº. 020/2017 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da equipe de pregoeiro (a), comunica a todos os interessados que realizou no dia 24 de março de 2017 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, o "PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE PLANTIO DE GRAMA ESMERALDA EM ROLO (PLACAS) EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT", aonde sagrou-se vencedora a Empresa IVONE R. DA LUZ - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 07.567.935/0001-01 com valor total de R$ 40.500,00. Maiores informações podem ser solicitadas pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 27 de Março de 2017.

ALEXSANDRA TOSTA BATISTA - Pregoeira Oficial –

PREFEITURA DE MATUPÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
LEI Nº 986 DE 24 DE MARÇO DE 2017

LEI Nº 986, DE 24 DE MARÇO DE 2017

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder auxílio ao transporte escolar para a Associação dos Acadêmicos do Vale do Peixoto – AAVP e a Inclusão de Meta no PPA 2014-2017, na LDO 2017 e Abertura de Crédito Adicional Especial na LOA 2017 para Apoio ao Ensino Profissionalizante, e dá outras providências".

VALTER MIOTO FERREIRA, Prefeito Municipal de Matupá – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e eu Sanciono e Promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio através de comodato, locação e/ou sublocação de veículos, doação de

combustível ou repasse em dinheiro à Associação dos Acadêmicos do Vale do Peixoto – AAVP, inscrita no CNPJ sob nº 17.874.465/0001-74, com sede na Rua 19, nº 26, bairro União, na cidade de Matupá, destinados ao custeio do transporte escolar para alunos do ensino profissionalizante que estudam em instituições de ensino localizadas em cidades próximas a Matupá.

Art. 2° - Fica autorizada a inclusão de Meta no PPA 2014/2017, Lei nº. 857 de 20 de setembro de 2013, revisada pela Lei nº 970 de 31 de outubro de 2016, na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2017 – Lei nº. 957, de 15 de Julho de 2016, revisada pela Lei nº 971 de 31 de outubro de 2016 e na Lei Orçamentária Anual para 2017 – Lei nº. 978 de 22 de Dezembro de 2016, na Secretaria de Educação e Desporto, com a seguinte denominação:

Ação	Produto	Un. Física	Tipo	Ano 2017
Apoio ao Ensino Profissionalizante	Projeto Realizado	Un	Atividade	R$ 20.000,00

Art. 3º - Fica também o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Especial no valor de até R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), nos termos do Artigo 41, inciso II, da Lei Federal nº. 4.320/64, com a seguinte dotação orçamentária:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.001 – Gabinete do Secretário

07.001.12 – Educação

07.001.12.363 – Ensino Profissional

07.001.12.363.0013 – Revitalizando a Educação

07.001.12.363.0013.1148 **– Apoio ao Ensino Profissionalizante**

3370.41.00.00 – Contribuições – R$ 20.000,00

Fonte: 0.1.00.00.00.00 – Recursos Ordinários Próprios – R$ 20.000,00

Art. 4º **-** Para atender as despesas de que trata o artigo anterior fica autorizado a redução, nos termos do Art 43, § 1º, III da Lei 4320/64, no valor de até R$ 20.000,00 (Vinte mil reais) à seguinte dotação orçamentária:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.001 – Gabinete do Secretário

07.001.12 – Educação

07.001.12.364 – Ensino Superior

07.001.12.364.0013 – Revitalizando a Educação

07.001.12.364.0013.2021 **–** Apoio ao Ensino Superior

3370.41.00.00 – Contribuições – R$ 5.000,00

Fonte: 0.1.00.00.00.00 – Recursos Ordinários Próprios – R$ 5.000,00

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DESPORTO

07.002 – Fundo Municipal de Educação

07.002.12 – Educação

07.002.12.361 – Ensino Fundamental

07.002.12.361.0013 – Revitalizando a Educação

07.002.12.361.0013.1037 **–** Aquisição de Ônibus Escolares, Vans, Kombis, Micro-Ônibus

4490.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente – R$ 15.000,00

Fonte: 0.1.01.00.00.00 – Recursos de Impostos da Educação – R$ 15. 000,00

Art. 5º A entidade beneficiada por esta lei deverá prestar contas da efetiva aplicação do recurso à Administração Municipal, no prazo de 30 (trinta) dias do repasse de cada parcela.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Senador Jonas Pinheiro, aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete.

VALTER MIOTTO FERREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 018

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 018 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

O Sr. **VALTER CESAR COUTINHO**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução do contrato n°002/2017 da unidade Administrativa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI e fornecedores de bens e/ou serviços;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora GLEICY MARTINEZ OCHIUTO, Admitida no mês e ano 09/2007, como AGENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO,para acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução, além do dever de conhecer, cumprir e fazer cumprir, detalhadamente, as obrigações mútuas previstas no instrumento contratual n.002/2017 com objetivo de **serviços de recebimento das contas de água e esgoto e outros serviços devidos ao SAEMI,** contratado a empresa **BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data do dia 27 de março de 2017.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Mirassol D'Oeste/MT, 27 de Março de 2017.

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D' Oeste - MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa à Rua Ricardo Druzian Gallo, n. 161, Bairro: Mirassol II, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 07.745.657/0001-27, representado neste ato pelo Diretor Geral, **Sr. VALTER CESAR COUTINHO*, brasileiro, casado, portador do RG: 1385677-4 SSP/MT e CPF: 926.295.711-49***, residente e domiciliado nesta cidade, **cancela a publicação do segundo aditivo do Contrato n°003/2015**. Contratada: **Banco Bradesco**. Valor total do aditivo R$35.371,88 (trinta e cinco mil trezentos e setenta e um real e oitenta e oito centavos), sendo R$1,16(um real e dezesseis centavos) por fatura recebida. Objeto: **Serviços de recebimento das contas de água e esgoto e outros serviços devidos ao SAEMI.**

A publicação aconteceu no dia 09 de fevereiro de 2017, e será necessário o cancelamento da mesma devido à realização de um novo credenciamento 001/2017 e consequentemente um novo contrato.

Mirassol d Oeste - MT, 27 de março de 2017.

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 019

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 019 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

O Sr. **VALTER CESAR COUTINHO**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução do contrato n°003/2017 da unidade Administrativa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI e fornecedores de bens e/ou serviços;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora **GLEICY MARTINEZ OCHIUTO**, Admitida no mês e ano 09/2007, como **AGENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**,para acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução, além do dever de conhecer, cumprir e fazer cumprir, detalhadamente, as obrigações mútuas previstas no instrumento contratual n.003/2017 com objetivo de **serviços de recebimento das contas de água e esgoto e outros serviços devidos ao SAEMI,** contratado a empresa **CAIXA ECONOMICA FEDERAL.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data do dia 27 de março de 2017.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Mirassol D'Oeste/MT, 27 de Março de 2017.

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO ATA 001: PROCESSO INEXIGIBILIDADE 001/2017.

ATA 001: PROCESSO INEXIGIBILIDADE 001/2017.

Aos dez dias do mês de março de dois mil e dezessete, às 09h00 (nove horas) na sala de licitação do SAEMI – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste - MT, reuniram-se os membros da Comissão de Credenciamento designada pela portaria N°009/2017-SAEMI de 20/02/2017, estavam presentes o presidente: **Joel Nascimento Salvaterra**, e membros da Comissão: **Gleicy Martinez Ochiuto e Geisiane Silveira Alves,** visando a realização da sessão pública de Credenciamento n°001/2017, a comissão permanente de credenciamento do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste – MT, com a competência de desempenhar as funções de comissão processante de licitação nas modalidades definidas pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, para aquisição de **Serviços de recebimento das contas de água e esgoto e outros serviços devidos ao SAEMI**. Objetivando atender as necessidades do SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D'OESTE-SAEMI.

IMPUGNAÇÃO: Não houve impugnação aos termos do Edital.

Resultado de Licitação Processo de Inexigibilidade n°001/2017, obteve os seguintes resultados: Na data e hora da abertura do credenciamento não compareceu nenhuma empresa para ser credenciada, torna público para quem possa interessar que ficará **permanentemente aberto o credenciamento.**

Nada mais havendo a ser tratado o CPC deu por encerrada a presente sessão as 10:35 horas, Eu Gleicy Martinez Ochiuto, secretariei a presente sessão e lavrei a presente ata que é lida e achada nos conformes vai assinada pelos membros de comissão e pelos representantes das empresas acima identificado.

Presidente (a):

_____

Joel Nascimento Salvaterra

Membros:
Gleicy Martinez Ochiuto

_____

Geisiane Silveira Alves

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE EXTRATO CONTRATO

EXTRATO DE ADESÃO N. 02/2017 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 002/2017 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE – MT

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, com sede situada na Juscelino Kubitschek, nº. 3226, Centro, CNPJ: 03.756.178/0001-55, neste ato representado pelo Presidente Excelentíssimo Senhor RONALDO JARDIM DOS SANTOS, torna pública a Adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2016, PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 040/2016/CMJ, da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste/MT, que objetiva aquisição de 6.000 lts (seis mil litros) de combustível "gasolina comum", para consumo interno da frota de veículos da Câmara Municipal de Mirassol D Oeste-MT, nas especificações e quantitativos especificados no termo de referência. A Câmara Municipal registrará o Preço da Empresa POSTO CITY LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.690.414/0001-58, Inscrição Estadual nº 13.052.479-4.

A íntegra do ato de adesão e demais documentos encontram-se disponíveis na Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste - MT.

Fundamentação Legal: Regida pela Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Mirassol D'Oeste-MT, 28 de Março de 2017.

RONALDO JARDIM DOS SANTOS

Presidente Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE EXTRATO DE ADESÃO

EXTRATO DE ADESÃO N. 02/2017 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 002/2017 REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE – MT

A CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO, com sede situada na Juscelino Kubitschek, nº. 3226, Centro, CNPJ: 03.756.178/0001-55, neste ato representado pelo Presidente Excelentíssimo Senhor RONALDO JARDIM DOS SANTOS, torna pública a Adesão a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 014/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 015/2016, PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 040/2016/CMJ, da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste/MT, que objetiva aquisição de 6.000 lts (seis mil litros) de combustível "gasolina comum", para consumo interno da frota de veículos da Câmara Municipal de Mirassol D Oeste-MT, nas especificações e quantitativos especificados no termo de referência. A Câmara Municipal registrará o Preço da Empresa POSTO CITY LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 24.690.414/0001-58, Inscrição Estadual nº 13.052.479-4.

A íntegra do ato de adesão e demais documentos encontram-se disponíveis na Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste - MT.

Fundamentação Legal: Regida pela Lei Federal n. 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

Mirassol D'Oeste-MT, 28 de Março de 2017.

RONALDO JARDIM DOS SANTOS

Presidente Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D OESTE
AVISO DE ADESÃO A PREGÃO

AVISO DE ADESÃO A PREGÃO – A Câmara Municipal de Mirassol D'Oeste, torna público aos interessados que ADERIU a Ata de Registro de Preços n. 014/17, decorrente do Pregão Presencial n. 015/17 realizado pela Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste-MT, que tem por objeto: Aquisição de 6.000 lts (seis mil litros) de combustível "gasolina comum", para consumo interno da frota de veículos da Câmara Municipal de Mirassol D Oeste-MT, nas especificações e quantitativos especificados no termo de referência, no valor de R$ - 22.680,00 (VINTE E DOIS MIL, SEISCENTOS E OITENTA REAIS), para a aquisição de 6.000 lts (SEIS MIL LITROS) de "GASOLINA" ao valor de R$ 3,78 (TRÊS REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS) o litro., sendo detentora a Empresa POSTO CITY LTDA, CNPJ nº 24.690.414/0001-58. Mirassol D' Oeste, 28/03/2017. Ronaldo Jardim dos Santos – Presidente.

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 017

PORTARIA ADMINISTRATIVA Nº 017 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

O Sr. **VALTER CESAR COUTINHO**, Diretor do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **CONSIDERANDO** a necessidade de acompanhar e monitorar a execução do contrato n°001/2017 da unidade Administrativa do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D Oeste/MT–SAEMI e fornecedores de bens e/ou serviços;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a servidora GLEICY MARTINEZ OCHIUTO, Admitida no mês e ano 09/2007, como AGENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO,para acompanhar e fiscalizar até a sua completa execução, além do dever de conhecer, cumprir e fazer cumprir, detalhadamente, as obrigações mútuas previstas no instrumento contratual n.001/2017 com objetivo de **serviços de recebimento das contas de água e esgoto e outros serviços devidos ao SAEMI,** contratado a empresa **BANCO BRADESCO.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data do dia 27 de março de 2017.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE, CUMPRA-SE.

Mirassol D'Oeste/MT, 27 de Março de 2017.

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 016/2017

PORTARIA Nº 016/2017 -SAEMI MIRASSOL DOESTE – MT, 27 DE MARÇO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE

LICITAÇÃO DO SERVIÇO AUTÔNOMO

DE ÁGUA E ESGOTO DE MIRASSOL D`

OESTE PARA O EXERCÍCIO DE 2017 E

REVOGA A ANTERIOR, E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS.

O Diretor Geral do **SAEMI** – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste, Estado de Mato Grosso, Sr. VALTER CESAR COUTINHO, no uso e gozo de suas legais atribuições e considerando o disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolve baixar a seguinte:

PORTARIA

Artigo 1º - Nomear como membros que integrarão a Comissão Permanente de Licitação do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D`Oeste, com a competência de desempenhar as funções da comissão processante de licitações nas modalidades definidas pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores, aos seguintes membros, cabendo a Presidência ao primeiro, e na sua ausência ou impedimento ao subseqüente na ordem que se apresenta: **GLEICY MARTINEZ OCHIUTO** – AGENTE ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**, GEISIANE SILVEIRA ALVES-** RECEPCIONISTA ATENDENTE, **LUCINÉIA DIAS DOS SANTOS** RECEPCIONISTA ATENDENTE.

Artigo 2º - Ficam nomeados como suplentes: **KERLEY CRISTINA AMARAL FERREIRA**- ENG. SANITARISTA E **VANESSA GONÇALVES RIBEIRO-** AUXILIAR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO;

Artigo 3º - Compete à Comissão Permanente de Licitação – CPL praticar todos os atos previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como nas demais legislações pertinentes buscando:

I – Planejar, em conjunto com os demais órgãos e entidades da Administração Municipal, a dinâmica anual de contratações demandadas;

II – Utilizar, preferencialmente, o sistema de registro e preços nas contratações mais comuns da Administração Direta e Indireta;

III – Processar a fase externa das licitações, submetendo os respectivos julgamento à homologação e adjudicação do titular do órgão ou entidade promotor do certame;

IV – Aprovar, após verificação de preços de mercado, as dispensas de licitação demandadas pela Administração Direta, quando enquadradas nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993;

V – Disciplinar tecnicamente as licitações em sua fase interna, a ser levada a cabo pelos órgãos e entidades de origem;

VI – Reduzir os valores previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8. 666 de21 de julho de 1993, assim como exercer as opções facultadas pelo art. 23, § 4º do mencionado diploma legal;

VII – Definir, com base na estratégia de contratações da Prefeitura de Mirassol D`Oeste, entre a utilização de procedimentos convencionais de licitação, pregão eletrônico ou pregão convencional, quando admitidos pelas normas gerais de licitações e contratos;

VIII – Emitir parecer prévio acerca dos convênios ou outros atos negociais análogos, em que seja previsto repasse de verbas de Administração Direta ou Indireta Municipal, assim como nas dispensas e inexigibilidade de licitação, submetendo os respectivos processos à homologação do titular do órgão ou entidade adquirente;

IX – Aprimorar e dinamizar os procedimentos de licitação e contratações diretas do município, inclusive editando as normas necessárias a tanto;

X – Constituir o Registro de Preços e organizar instrumentos como o Cadastro Padronizado de Objetos, Tabela de Acompanhamento de Preços de Mercado e outros, para facilitar os procedimentos das contratações da Administração Municipal;

XI – Garantir a compatibilidade com o valor de mercado das contratações da Administração Direta e Indireta, sejam elas precedidas ou não de licitação;

XII – Controlar e manter atualizados os contratos do sistema de Registro de Preço;

XIII – Organizar e manter o cadastro Geral de Licitantes do Município;

XIV – Diligenciar para que seus atos, registros, cadastros e bancos de dados tenham a publicação necessária e a mais ampla divulgação, inclusive através da sua disponibilização na página do Município **na rede mundial de computadores; e**

XV – Comunicar ao Diretor Geral do SAEMI, e à Assessoria Jurídica do SAEMI, todos os indícios criminais que chegarem ou seu conhecimento, constituindo grave infração funcional ou o retardo nesta providência.

Artigo 4º O mandato dos membros Da Comissão Permanente de Licitação aqui nomeados será de 01 (um) ano, a contar da data da publicação desta Portaria, vedada a recondução de sua totalidade no período subseqüente.

Artigo 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revoga-se em especial a **portaria 002/2016 de 06 de Janeiro de 2016**, considerando a renovação da comissão permanente de licitação desta autarquia e demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Diretor do SAEMI, Mirassol D`Oeste – MT, aos 27(VINTE E SETE) dias do mês de março do ano de 2017.

_____

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, comunica aos interessados que será realizada Licitação na modalidade Pregão Presencial-SRP, objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços de conserto e pequenos reparos em construção civil e instalações hidráulicas, destinados às Secretarias e Fundos municipais, conforme anexos do Edital. Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Data de Abertura: 11 de abril de 2017. Horário: 09:00 horas. Local: Avenida Prefeito João Macauba, 82, Centro, Nortelândia-MT, CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no site www.nortelandia.mt.gov.br, ou na sede da Prefeitura Municipal, telefone (65) 3346-1411, ou por solicitação no e-mail: pregoeiro@nortelandia.mt.gov.br, licitacaonortelandia@hotmail.com

Nortelândia-MT, 27 de março de 2017.

BRUNA BEATO DE MICHELI

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 092/2017

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder parcela do tempo de licença prêmio de direito a servidor abaixo relacionado:

Renato Coelho Portela, Técnico em Agropecuária, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Município de Nortelândia – MT, referente ao período aquisitivo de 23/12/2005 (vinte e três de dezembro de dois e cinco) a 23/12/2010 (vinte e três de dezembro de dois e dez) cujo gozo se observará no período de 06/03/2017 (seis de março de dois mil e dezessete) a 05/04/2017 (cinco de abril de dois mil e dezessete), conforme requerido expressamente pelo servidor em questão.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 95, § 2º, da Lei n.º 021/2005 de 11/10/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia-Mt); e o artigo 119, inciso X, da Lei n.º 155/2010 de 12/02/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica Nortelândia-Mt);

Ast. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo do dia 06/03/2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 27º dia do mês de março de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 27.03.2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal.

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

BENEDITO HUDSON MONTEIRO E MAYER

Secretário de Desenvolvimento Econômico e Agricultura.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 091/2017

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Sr**. JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 40, I e 41, *caput*, do Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Nortelândia (Lei Complementar nº 021/2005),

RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, a partir de 12/03/2017, o servidor Daniel de Oliveira Souza Lima, portador do RG nº 001075130 SSP/MS, e CPF sob n° 911.211.401-49, admitido em 01/04/2008, no Cargo de Engenheiro Agrônomo, lotado na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agricultura da Prefeitura Municipal de Nortelândia - MT.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo do dia 12/03/2017.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 12º dia do mês de março de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 12.03.2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JÚLIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 040/2017

Contratante: Município de Nortelândia-Mt, inscrito no CNPJ sob o nº 03.425.170/0001-06.

Contratado: Laise da Silva Batista

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços profissionais na função de **Apoio Administrativo Educacional (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil),** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado realizado, que dispõe sobre a contratação temporária;

Dotações orçamentárias: 510.05.001.12.365.0015.2050.3190.04.00.00.00.

Valor: R$ 937,00 (Novecentos e trinta e sete reais)

Vigência: 20/03/2017 a 22/12/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 038/2017

Contratante: Município de Nortelândia-Mt, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: Dirley Dias da Silva

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado realizado, que dispõe sobre a contratação temporária;

Dotações orçamentárias: 0551.05.004.12.365.0039.2057.3190.04.00. 00.00.

Valor: R$ 2.586,15 (Dois mil quinhentos e oitenta e seis reais e quinze reais)

Vigência: 13/03/2017 a 22/12/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 093/2017

Concede parcela do tempo de licença prêmio devida ao servidor Esidio Guilherme Nascimento Cardoso dá outras providências.

O Senhor **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES**, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder parcela do tempo de licença prêmio de direito a servidora abaixo relacionado:

Esidio Guilherme Nascimento Cardoso, vigia, lotado na Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças do Município de Nortelândia – MT, referente ao período aquisitivo de 01/12/2011 (primeiro de dezembro de dois e onze) a 01/12/2016 (primeiro de dezembro de dois e dezesseis) cujo gozo se observará no período de 30/03/2017 (trinta de março de dois mil e dezessete) a 30/06/2017 (trinta de junho de dois mil e dezessete), conforme requerido expressamente pelo servidor em questão.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 95, § 2º, da Lei n.º 021/2005 de 11/10/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia-Mt); e o artigo 119, inciso X, da Lei n.º 155/2010 de 12/ 02/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica Nortelândia-Mt);

Ast. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 27º dia do mês de março de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 27.03.2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal.

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretária de Administração, Planejamento e Finanças.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2017

Contratante: Município de Nortelândia-Mt, inscrito no CNPJ sob o nº 03. 425.170/0001-06.

Contratado: Wesley Moura Andrade

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços profissionais na função de **Apoio Administrativo Educacional (Auxiliar de Desenvolvimento Infantil),** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado realizado, que dispõe sobre a contratação temporária;

Dotações orçamentárias: 510.05.001.12.365.0015.2050.3190.04.00.00. 00.

Valor: R$ 937,00 (Novecentos e trinta e sete reais)

Vigência: 20/03/2017 a 22/12/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 078/2017

Concede férias de 30 (trinta) dias aos servidores públicos municipais e dá outras providências.

O Senhor JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES, Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias aos servidores abaixo relacionados:

Alcina Ferreira de Souza, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 01/03/ 2017, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Carla Aparecida dos Santos, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 13/03/2016 a 13/03/2017, cujo gozo de se dará a partir de 27/03/2017 a 14/04/2017.

Claudete Reis dos Santos, Agente de Serviços Administrativos, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças –Dep. Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nortelândia-Mt, referente ao período aquisitivo de 17/03/2016 a 17/03/2017, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Cristiane Rodrigues da Silva, Técnico em Infraestrutura. Material e Ambiental, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, desta Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 26/03/2016 a 26/ 03/2017, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Dinete Dias da Silva, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura, Desporto e Lazer desta Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 01/03/ 2017, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Edileusa Oliveira de Souza, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Desporto e Lazer desta Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 01/03/2017, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Edineia Carvalho Dias da Silva, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 01/03/ 2017, cujo gozo de se dará a partir de 02/01/2017.

Everaldo Rodrigues Filho, Contador, lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças –Dep. De Contabilidade da Prefeitura Municipal de Nortelândia-Mt, referente ao período aquisitivo de 23/ 12/2015 a 23/12/2016, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Gilmara Gomes da Cruz, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 01/03/ 2017, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Graziele Gubert da Silva, Agente de Serviços Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças –Dep. De Administração da Prefeitura Municipal de Nortelândia-Mt, referente ao período aquisitivo de 01/12/2014 a 01/12/2015, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Jacinira Domingues da Silva, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças –Dep. De Contabilidade da Prefeitura Municipal de Nortelândia-Mt, referente ao período aquisitivo de 01/12/2015 a 01/12/2016, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Jeane Quinteiro Uchoa Lima de Souza, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 01/03/2017, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Laura Lima Ferreira, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 13/01/2015 a 13/01/2016, cujo gozo de se dará a partir de 16/03/2017 a 14/04/2017.

Linalva Araújo dos Santos, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 01/03/2017, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Luciana Alves Marinho dos Santos, Agente de Endemias, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 13/03/2016 a 13/03/2017, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Luciney Oliveira da Silva, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 01/03/2017, cujo gozo de se dará a partir de 02/01/2017.

Marcia Deungaro Fernandes, Agente de Serviços Administrativos**,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Nortelândia-Mt, referente ao período aquisitivo de 12/11/2016 a 12/11/2017, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Mareunei Santana da Silva, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/02/2016 a 01/02/2017, cujo gozo de se dará a partir de 16/03/2017 a 16/04/2017.

Marinalva Assis da Silva, Conselheira Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social – Conselho Tutelar da Prefeitura Municipal de Nortelândia-Mt, referente ao período aquisitivo de 25/07/2015 a 25/07/2016, cujo gozo de se dará a partir de 21/03/2017 a 19/04/2017.

Nilda Gomes Portela, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e Lazer da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 01/03/2017, cujo gozo de se dará a partir desta data.

Stella Nunes Pereira Silva, Auxiliar de Saúde Bucal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, referente ao período aquisitivo de 23/12/2015 a 23/12/2016, cujo gozo de se dará a partir de 07/03/2017 a 06/04/2017.

Art. 2º O presente ato administrativo tem como fundamento o artigo 64, *caput* e seus parágrafos da Lei Municipal n.º 021/2005 (Estatuto dos Servidores da Administração Direta, Fundações Públicas e Autarquias do Município de Nortelândia - MT) e Art. 78 da Lei n° 155/2010 (Estatuto e PCCS dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nortelândia-MT).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 01º dia do mês de Março de 2017, 64º da Emancipação Político-Administrativa. 01.03.2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

Prefeito Municipal

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 037/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 037/2017

Contratante: Município de Nortelândia-Mt, inscrito no CNPJ sob o nº 03.425.170/0001-06.

Contratado: Heroina da Silva Abrantes

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado realizado, que dispõe sobre a contratação temporária;

Dotações orçamentárias: 0542.05.004.12.361.0039.2048.3190.04.00.00.00.

Valor: R$ 2.586,15 (Dois mil quinhentos e oitenta e seis reais e quinze reais)

Vigência: 06/03/2017 a 22/12/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 039/2017

Contratante: Município de Nortelândia-Mt, inscrito no CNPJ sob o nº 03.425.170/0001-06.

Contratado: Ana Paula Silva Amorim

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços profissionais na função de **Apoio Administrativo Educacional,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado realizado, que dispõe sobre a contratação temporária;

Dotações orçamentárias: 05.001.12.361.0014.2042.3190.04.00.00.00.

Valor: R$ 937,00 (Novecentos e trinta e sete reais)

Vigência: 13/03/2017 a 22/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA Nº. 222/2017

PORTARIA Nº. 222/2017

Alinor Augusto de Miranda Secretario de Administração e Planejamento,da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais.

Resolve:

Conceder Elevação de Classe aos servidores: **Fernanda Grasiele Fernandes de Almeida, mat. 1173**, lotada na Secretaria Municipal de Educação - cargo de Apoio Educacional, eleva-se da classe **A** para da Classe **B, Andrelina Jesus de Almeida, mat. 1216**, lotada na Secretaria Municipal de Educação - cargo de Apoio Educacional, eleva-se da classe **A** para da Classe **B,** com base referidos Processos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de março de 2017.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 17 de março de 2017.

Alinor Augusto de Miranda

Secretario Municipal de Administração e Planejamento

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 052/ 2017

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 052/ 2017

CONTRATO EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA 2 ASSENTAMENTO CAPÃO DAS ANTAS JACARE DOS PRETOS – E.M. VERA DO NASCIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR HUGO LUBIANA CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 718/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 058/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO OBJETO O Objeto Do Presente Instrumento é a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado ROTA 2 ASSENTAMENTO CAPÃO DAS ANTAS JACARE DOS PRETOS – E.M. VERA DO NASCIMENTO**

1.2. A presente prestação de serviço **Processo Administrativo Nº 718/2017 Dispensa de Licitação 058/2017,** pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

VIGENCIA DO CONTRATO

2.1. O presente contrato terá sua vigência em 02 (dois) meses a partir de sua assinatura por tempo determinado.

2.2. O prazo de realização deste serviço será de 02/03/2017 a 02/05/2017.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

A Contratante utilizar-se-á dos recursos do orçamento do exercício financeiro de 2017, obrigando-se a proceder ao empenho na forma da legislação em vigor. Os recursos destinados a atender a despesa oriunda deste Contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ 2.838,00
VALOR TOTAL (R$)					R$ 2.838,00

Nossa Senhora Do Livramento – MT, 02 de Março 2017.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

SENHOR HUGO LUBIANA

RG: 817.753 SSP/MT e CPF: 079.793.472-34

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 051/ 2017

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 051/ 2017

CONTRATO EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA 02 CHICO LEITE – BURITI DO ATALHO – LIMOEIRO – CHAPADÃO – PARATUDAL – E.M. BENEDITO PEREIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR JOSÉ ROSA DO NASCIMENTO CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 715/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 057/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO OBJETO O Objeto Do Presente Instrumento é a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado NA ROTA 02 CHICO LEITE – BURITI DO ATALHO – LIMOEIRO – CHAPADÃO – PARATUDAL – E.M. BENEDITO PEREIRA**

1.2. A presente prestação de serviço **Processo Administrativo Nº 715/2017 Dispensa de Licitação 057/2017**pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

VIGENCIA DO CONTRATO

2.1. O presente contrato terá sua vigência em 02 (dois) meses a partir de sua assinatura por tempo determinado.

2.2. O prazo de realização deste serviço será de 02/03/2017 a 02/05/2017.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

A Contratante utilizar-se-á dos recursos do orçamento do exercício financeiro de 2017, obrigando-se a proceder ao empenho na forma da legislação em vigor. Os recursos destinados a atender a despesa oriunda deste Contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ 2.838,00
VALOR TOTAL (R$)					R$ 2.838,00

Nossa Senhora Do Livramento – MT, 02 de Março 2017.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

O Senhor **JOSÉ ROSA DO NASCIMENTO**

RG: 987. 719 SSP/MT e CPF: 830.173.801-49

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 050/ 2017

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 050/ 2017 CONTRATO EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA I ATERRADO PAI ANDRE – SERRADO DO MEIO CACHOERINHA – AREÃO E.M. ANA ANTONIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR GILMAR RIBEIRO DA SILVA CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 720/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 056/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO OBJETO

O Objeto Do Presente Instrumento é a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na ROTA I ATERRADO PAI ANDRE – SERRADO DO MEIO CACHOERINHA – AREÃO E.M. ANA ANTONIA**

1.2. A presente prestação de serviço **Processo Administrativo Nº 720/2017 Dispensa de Licitação 056/2017** pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

VIGENCIA DO CONTRATO

2.1. O presente contrato terá sua vigência em 02 (dois) meses a partir de sua assinatura por tempo determinado.

2.2. O prazo de realização deste serviço será de 02/03/2017 a 02/05/2017.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

8.1 A Contratante utilizar-se-á dos recursos do orçamento do exercício financeiro de 2017, obrigando-se a proceder ao empenho na forma da legislação em vigor. Os recursos destinados a atender a despesa oriunda deste Contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ 2.838,00
VALOR TOTAL (R$)					R$ 2.838,00

Nossa Senhora Do Livramento – MT, 02 de Março 2017.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Senhor **GILMAR RIBEIRO DA SILVA**

RG: 1133634-0 SSP/MT e CPF: 953.757.591-87

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 049/ 2017

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 049/ 2017

CONTRATO EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA I CUMBARU – ASSENTAMENTO – FAZ. MENDONÇA – E.M. BENEDITO PEREIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR BENEDITO SEBASTIÃO DO NASCIMENTO CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 543/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 054/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO OBJETOO Objeto Do Presente Instrumento é a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na ROTA I CUMBARU – ASSENTAMENTO – FAZ. MENDONÇA – E .M. BENEDITO PEREIRA** A presente prestação de serviço **Processo Administrativo Processo Administrativo Nº 543/2017 Dispensa de Licitação 054/2017** pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações. **VIGENCIA DO CONTRATO2.1.** O presente contrato terá sua vigência em 02 (dois) meses a partir de sua assinatura por tempo determinado. 2.2. O prazo de realização deste serviço será de 02/03/2017 a 02/05/2017.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

A Contratante utilizar-se-á dos recursos do orçamento do exercício financeiro de 2017, obrigando-se a proceder ao empenho na forma da legislação em vigor. Os recursos destinados a atender a despesa oriunda deste Contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ 2.838,00
VALOR TOTAL (R$)					R$ 2.838,00

Nossa Senhora Do Livramento – MT, 02 de Março 2017.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

SENHOR BENEDITO SEBASTIÃO DO NASCIMENTO

RG: 1188291-3 SSP/MT e CPF: 958.831.001-63

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 048/ 2017

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 048/ 2017

CONTRATO EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA I PARATUDO – LAGINHA DE BAIXO – ESPINHALZINHO – E.M. AGRICOLA GEROMICO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR JORGE BATISTA DE BARROS CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 542/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 052/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO OBJETO

O Objeto Do Presente Instrumento é a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na ROTA I PARATUDO – LAGINHA DE BAIXO – ESPINHALZINHO – E.M. AGRICOLA GEROMICO.**

1.2. A presente prestação de serviço **Processo Administrativo Nº 542/2017 Dispensa de Licitação 052/2017** pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

VIGENCIA DO CONTRATO

2.1. O presente contrato terá sua vigência em 02 (dois) meses a partir de sua assinatura por tempo determinado.

2.2. O prazo de realização deste serviço será de 02/03/2017 a 02/05/2017.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

A Contratante utilizar-se-á dos recursos do orçamento do exercício financeiro de 2017, obrigando-se a proceder ao empenho na forma da legislação em vigor. Os recursos destinados a atender a despesa oriunda deste Contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ 2.838,00
VALOR TOTAL (R$)					R$ 2.838,00

Nossa Senhora Do Livramento – MT, 02 de Março 2017.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

O Senhor **JORGE BATISTA DE BARROS**

RG: 585.662 SSP/MT e CPF: 474.062.671-34

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 047/ 2017

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 047/ 2017

CONTRATO EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA I PEDRA BRANCA, BR 070, CORDEIRO, CARIJO, TARUMA – E.M. WALDEZ TEIXEIRA, E.E. FELICIANO GALDINO – JOSE DE BARROS MACIEL – E.M DELIA GALDINA DUARTE QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR PAULO LUCIANO DAS DORES CAMPOS CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 544/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 051/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO OBJETO O Objeto Do Presente Instrumento é a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na ROTA I PEDRA BRANCA, BR 070, CORDEIRO, CARIJO, TARUMA – E.M. WALDEZ TEIXEIRA, E.E. FELICIANO GALDINO – JOSE DE BARROS MACIEL – E.M DELIA GALDINA DUARTE**

1.2. A presente prestação de serviço **Processo Administrativo Nº 544/2017 Dispensa de Licitação 051/2017**pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

VIGENCIA DO CONTRATO

2.1. O presente contrato terá sua vigência em 02 (dois) meses a partir de sua assinatura por tempo determinado.

2.2. O prazo de realização deste serviço será de 02/03/2017 a 02/05/2017.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

A Contratante utilizar-se-á dos recursos do orçamento do exercício financeiro de 2017, obrigando-se a proceder ao empenho na forma da legislação em vigor. Os recursos destinados a atender a despesa oriunda deste Contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ 2.838,00
VALOR TOTAL (R$)					R$ 2.838,00

Nossa Senhora Do Livramento – MT, 02 de Março 2017.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Senhor **PAULO LUCIANO DAS DORES CAMPOS**

RG: 1361024-4 SSP/MT e CPF: 003.618.751-85

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 046/ 2017

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 046/ 2017 CONTRATO EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA I ATERRADO SITIO SÃO JOSE, FAZENDA RECHEIO, ASS. N. Srª da GUIA, FAZ. TANQUE FUNDO – E.M. ANA ANTONIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR JOSÉ DOMINGOS PINTO DA SILVA CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 539/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 048/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO OBJETO O Objeto Do Presente Instrumento é a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na ROTA I ATERRADO SITIO SÃO JOSE, FAZENDA RECHEIO, ASS. N. Srª da GUIA, FAZ. TANQUE FUNDO – E.M. ANA ANTONIA.**

1.2. A presente prestação de serviço **Processo Administrativo Nº 539/2017 Dispensa de Licitação 048/2017** pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

VIGENCIA DO CONTRATO

2.1. O presente contrato terá sua vigência em 02 (dois) meses a partir de sua assinatura por tempo determinado.

2.2. O prazo de realização deste serviço será de 02/03/2017 a 02/05/2017.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

A Contratante utilizar-se-á dos recursos do orçamento do exercício financeiro de 2017, obrigando-se a proceder ao empenho na forma da legislação em vigor. Os recursos destinados a atender a despesa oriunda deste Contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ 2.838,00
VALOR TOTAL (R$)					R$ 2.838,00

Nossa Senhora Do Livramento – MT, 02 de Março 2017.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

O Senhor **JOSÉ DOMINGOS PINTO DA SILVA**

RG: 489.032 SSP/MT e CPF: 432.466.301-78

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 045/ 2017

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 045/ 2017 CONTRATO EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA 1 BARREIRO FAZ FLOR DE MAIO – ESTRELA DO ORIENTE – JACUNDÁ – E.E. FREI EMILIANO MONTEIRO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR GONÇALO SANTANA DE FIGUEIREDO CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 541/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 053/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO OBJETO

O Objeto Do Presente Instrumento é a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na ROTA 1 BARREIRO FAZ FLOR DE MAIO – ESTRELA DO ORIENTE – JACUNDÁ – E.E. FREI EMILIANO MONTEIRO**

1.2. A presente prestação de serviço **Processo Administrativo Nº 541/2017 Dispensa de Licitação 53/2017** pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

VIGENCIA DO CONTRATO

2.1. O presente contrato terá sua vigência em 02 (dois) meses a partir de sua assinatura por tempo determinado.

2.2. O prazo de realização deste serviço será de 02/03/2017 a 02/05/2017.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

8.1 A Contratante utilizar-se-á dos recursos do orçamento do exercício financeiro de 2017, obrigando-se a proceder ao empenho na forma da legislação em vigor. Os recursos destinados a atender a despesa oriunda deste Contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ 2.838,00
VALOR TOTAL (R$)					R$ 2.838,00

Nossa Senhora Do Livramento – MT, 02 de Março 2017.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Senhor **GONÇALO SANTANA DE FIGUEIREDO**

RG: 094.8003-0 SSP/MT e CPF: 622.106.611-53

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 044/ 2017

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 044/ 2017 CONTRATO EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA I SECO AGUADA RANCHARIA E JACARE - ESCOLA MUNICIPAL VERA PEREIRA DO NASCIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR MARCOS DIVINO CALDAS CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 545/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 049/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO OBJETO O Objeto Do Presente Instrumento é a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na rota ROTA I SECO AGUADA RANCHARIA E JACARE - ESCOLA MUNICIPAL VERA PEREIRA DO NASCIMENTO**

1.2. A presente prestação de serviço **Processo Administrativo Nº 545/2017 Dispensa de Licitação 049/2017/2017** pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

VIGENCIA DO CONTRATO

2.1. O presente contrato terá sua vigência em 02 (dois) meses a partir de sua assinatura por tempo determinado.

2.2. O prazo de realização deste serviço será de 02/03/2017 a 02/05/2017.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

A Contratante utilizar-se-á dos recursos do orçamento do exercício financeiro de 2017, obrigando-se a proceder ao empenho na forma da legislação em vigor. Os recursos destinados a atender a despesa oriunda deste Contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ 2.838,00
VALOR TOTAL (R$)					R$ 2.838,00

13.2 E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei nº 8.666/93.

Nossa Senhora Do Livramento – MT, 02 de Março 2017.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

O Senhor **MARCOS DIVINO CALDAS,**

RG: 0571898-8 SSP/MT e CPF: 514.053.341-34,

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 043/ 2017

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 043/ 2017 CONTRATO EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA 1 CERAMICA FKM. VALO VERDE, MANQUEIRAL, ESCOLA MUNICIPAL BETINA TAVARES QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR JUDELSON JOSE DE OLIVEIRA CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 538/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 047/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO OBJETO

O Objeto Do Presente Instrumento é a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na Rota 1 CERAMICA FKM. VALO VERDE, MANQUEIRAL, ESCOLA MUNICIPAL BETINA TAVARES**

1.2. A presente prestação de serviço **Processo Administrativo Nº 538/2017 Dispensa de Licitação 047/2017**pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

VIGENCIA DO CONTRATO

2.1. O presente contrato terá sua vigência em 02 (dois) meses a partir de sua assinatura por tempo determinado.

2.2. O prazo de realização deste serviço será de 02/03/2017 a 02/05/2017.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

A Contratante utilizar-se-á dos recursos do orçamento do exercício financeiro de 2017, obrigando-se a proceder ao empenho na forma da legislação em vigor. Os recursos destinados a atender a despesa oriunda deste Contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ 2.838,00
VALOR TOTAL (R$)					R$ 2.838,00

Nossa Senhora Do Livramento – MT, 02 de Março 2017.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

JUDELSON JOSE DE OLIVEIRA

RG: 1743917-5 SSP/MT

CPF: 023.054.601-39

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/ 2017

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/ 2017 CONTRATO EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA 1 BREJAL, PORTERINHA MT 060, CAMPIM VERDE, VARGINHA, CAPAO REDONDO – ESCOLA MUNICIPAL ELIETE PEDROSA DA COSTA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR OSMAR JOSE DE CAMPOS CURADO CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 540/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 050/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO OBJETO

O Objeto Do Presente Instrumento é a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na Rota 1 Brejal, Porteirinha Mt 060, Campim Verde, Varginha, Capão Redondo – Escola Municipal Eliete Pedrosa Da Costa**

1.2. A presente prestação de serviço **Processo Administrativo Nº 540/2017 Dispensa de Licitação 050/2017** pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

A Contratante utilizar-se-á dos recursos do orçamento do exercício financeiro de 2017, obrigando-se a proceder ao empenho na forma da legislação em vigor. Os recursos destinados a atender a despesa oriunda deste Contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ 2.838,00
VALOR TOTAL (R$)					R$ 2.838,00

VIGENCIA DO CONTRATO

2.1. O presente contrato terá sua vigência em 02 (dois) meses a partir de sua assinatura por tempo determinado.

2.2. O prazo de realização deste serviço será de 02/03/2017 a 02/05/2017.

Nossa Senhora Do Livramento – MT, 02 de Março 2017.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

OSMAR JOSE DE CAMPOS CURADO,

RG: 843.536 SSP/MT

CPF: 907.981.711-20

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2017

O Município de Nossa Senhora do Livramento–MT, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, TORNA PÚBLICO para conhecimento de interessados que será realizada licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL EXCLUSIVO ME/EPP – REGISTRO DE PREÇOS** nº **08/2017**, **Contratação de empresa especializada em serviços de colagem e troca de pneus de veículos leves, pesados e máquinas em geral, para atender toda a frota da Prefeitura Municipal**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório e **Anexo I** (Termo de Referência) do Presente Edital, cuja abertura ocorrerá às **09h00min horas, do dia 07 de ABRIL** de 2017, na sala de reunião da Prefeitura Municipal, Situado a Av.Coronel Botelho s/nº, Centro, Nossa Senhora do Livramento -MT, conforme Lei 10520/2002 e Lei 8.666 de 21/06/93 e suas alterações posteriores. O Edital completo e seus anexos estão à disposição no http://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/ e na sede da Prefeitura setor de licitação das 07h00min às 13h00min. Maiores informações poderão ser adquiridas pelo telefone (65) 3351-1200 e/ou licitacao@livramento.mt.gov.br.

Nossa Senhora do Livramento - MT, **22 de março** de 2017.

Leonildes Fátima da S. Benevides

Pregoeiro (a) Oficial

Portaria nº. 011/2017

ERRATA TORNA SEM EFEITO A PORTARIA Nº 214/2017, - AFASTAMENTO DA SERVIDORA ADRIANA DE SOUSA,

Errata

Torna sem efeito a portaria nº 214/2017, - afastamento da servidora Adriana de Sousa, publicada no diário oficial da AMM do dia 17 de março de 2017, pagina 221, nº 2.690.

Nossa Senhora do Livramento, 24 de março de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 015/2017

CONTRATO TEMPORARIO POR TEMPO DETERMINADO Nº 015/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT.

CONTRATADO: **Lidiane Veloso Nunes**

OBJETO: Atividades inerentes a função de Enfermeira

Cargo: Enfermeira – PSF Urbano

VIGENCIA: 16/03/2017 a 16/03/2018

DOTAÇÃO: **07.002.10.301.0022.2071.31.90.04 – 245**

Nossa Senhora do Livramento - MT, 16 de março 2017

PORTARIA Nº. 227/2017

PORTARIA Nº. 227/2017

Alinor Augusto de Miranda, Secretario de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de interesse particular sem ônus com base no processo nº 780/2017, a servidora Rosemary Rodrigues de Almeida, Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde por período de 01 (um) ano a partir de 20/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 20/03/2017.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 27 de março de 2017.

Alinor Augusto de Miranda

Secretario de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 224/2017

PORTARIA Nº. 224/2017

Alinor Augusto de Miranda, Secretario de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Conceder Licença para tratamento de interesse particular sem ônus com base no processo nº 585 e 643/2017, a servidora Adriana Silva Sousa, Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde por período de 03 (três) anos a partir de 08/03/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir 08/03/2017.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 14 de março de 2017.

Alinor Augusto de Miranda

Secretario de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº. 223/2017

PORTARIA Nº. 223/2017

Alinor Augusto de Miranda, Secretario Municipal de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1o Conceder progressão de nível, conforme determina o Decreto nº. 81/2015 de 01 de outubro de 2015, a ser inserida na ficha funcional da servidora e com as respectivas alterações na remuneração conforme tabela salarial da categoria, aos servidores municipais:

Anderson Cleiton Pereira – mat. 563 – Professor I a VIII;

Junior Cesar da Silva – mat. 541 - Professor I a VIII;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 23 de março de 2017.

Alinor Augusto de Miranda

Secretario de Administração e Planejamento

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 053/ 2017

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 053/ 2017

CONTRATO EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA 2 – PULGA – MACIEL – ESTRELA ORIENTE – E.M. EMILIANO MONTEIRO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE

NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR DOMINGOS SAVIO METELO CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 717/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 059/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO OBJETO

O Objeto Do Presente Instrumento é a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado ROTA 2 – PULGA – MACIEL – ESTRELA ORIENTE – E.M. EMILIANO MONTEIRO**

1.2. A presente prestação de serviço **Processo Administrativo Nº Nº 717/2017 Dispensa de Licitação 059/2017**pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

VIGENCIA DO CONTRATO

2.1. O presente contrato terá sua vigência em 02 (dois) meses a partir de sua assinatura por tempo determinado.

2.2. O prazo de realização deste serviço será de 02/03/2017 a 02/05/2017.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

8.1 A Contratante utilizar-se-á dos recursos do orçamento do exercício financeiro de 2017, obrigando-se a proceder ao empenho na forma da legislação em vigor. Os recursos destinados a atender a despesa oriunda deste Contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ 2.838,00
VALOR TOTAL (R$)					R$ 2.838,00

Nossa Senhora Do Livramento – MT, 02 de Março 2017.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

O Senhor **DOMINGOS SAVIO METELO**

RG: 0323654-4 SSP/MT e CPF: 174.199.721-68

PORTARIA N° 226/2017

PORTARIA N° 226/2017

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a pedido a Senhora **Melissa Luzia Monteiro Maciel,** do Cargo em Comissão de Gerente na Secretaria Municipal de Obras, a partir de 24/03/2017.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 24 de Março de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 225/2017

PORTARIA N° 225/2017

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a pedido à senhora **Rosemary Rodrigues de Almeida,** do Cargo em Comissão de Coordenadora dos Sistemas de Informação em Saúde na Secretaria Municipal de Saúde, **DAS – 3,** a partir de 20/03/2017.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 20 de Março de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 054/ 2017

EXTRATO CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 054/ 2017

CONTRATO EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA 02 – CEDRAL DE BAIXO – FAZ. IMACULADA – FURNAS – ASSENTAMENTO CAPÃO LIMPO – SITIO SÃO JOSÉ – CARANDÁ – ESCOLA MUN. BETINA TAVARES QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR JOSÉ DE ALMEIDA PRADO CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 719/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 060/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO OBJETO O Objeto Do Presente Instrumento é a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado ROTA 02 – CEDRAL DE BAIXO – FAZ. IMACULADA – FURNAS – ASSENTAMENTO CAPÃO LIMPO – SITIO SÃO JOSÉ – CARANDÁ – ESCOLA MUN. BETINA TAVARES**

1.2. A presente prestação de serviço **Processo Administrativo Nº 719/2017 Dispensa de Licitação 060/2017** pela lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

VIGENCIA DO CONTRATO

2.1. O presente contrato terá sua vigência em 02 (dois) meses a partir de sua assinatura por tempo determinado.

2.2. O prazo de realização deste serviço será de 02/03/2017 a 02/05/2017.

RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

A Contratante utilizar-se-á dos recursos do orçamento do exercício financeiro de 2017, obrigando-se a proceder ao empenho na forma da legislação em vigor. Os recursos destinados a atender a despesa oriunda deste Contrato serão provenientes da seguinte dotação orçamentária:

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ 2.838,00
VALOR TOTAL (R$)					R$ 2.838,00

Nossa Senhora Do Livramento – MT, 02 de Março 2017.

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Senhor **JOSÉ DE ALMEIDA PRADO**

RG: 83261 SSP/MT e CPF: 390.217.342-49

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017

Aos vinte e três dias do mês de março de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 010/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **22/03/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o Registro de preços para futura e eventual ***aquisição de combustíveis para abastecimento da frota de veículos e máquinas pesadas do município de Nova Bandeirantes-MT,*** e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA EPP**			CNPJ:	09.176.226/0002-01
Endereço:	Avenida José Francisco Otênio			Nº:	s/nº
Bairro:	Centro	Cidade:	Nova Bandeirantes/MT	CEP:	78.565.000
Representante Legal:	**ELIEZER MARLOS MARTINS DE SOUZA**			CPF:	024.621.329-96
Email:	gerenciaband@autopostog3.com.br			Telefone:	**(66) 3572 – 1252**

NOVA BANDEIRANTES						
ITEM	**CODIGO**	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QTD.**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
1	3864	ALCOOL	LITRO	1000	R$ 3,40	R$ 3.400,00
2	3849	GASOLINA	LITRO	86000	R$ 4,55	R$ 391.300,00
3	331560	OLEO DISEL COMUM	LITRO	517000	R$ 4,00	R$ 2.068.000,00
4	331565	OLEO DISEL S 10	LITRO	169000	R$ 4,10	R$ 692.900,00
						R$ 3.155.600,00
JAPURANA						
ITEM	**CODIGO**	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QTD.**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
						R$ -
1	3864	ALCOOL	LITRO	5000	R$ 3,40	R$ 17.000,00
2	3849	GASOLINA	LITRO	5000	R$ 4,55	R$ 22.750,00
3	331560	OLEO DISEL COMUM	LITRO	110000	R$ 4,00	R$ 440.000,00
4	331565	OLEO DISEL S 10	LITRO	18000	R$ 4,10	R$ 73.800,00
						R$ 553.550,00

Valor global: R$ 3.709.150,00 (três milhões setecentos e nove mil cento e cinquenta reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 03(três) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5. O fornecimento do combustível será prestado para Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT da seguinte forma:

a) - **Combustível da cidade de Nova Bandeirantes/MT** – O abastecimento se dará direto na bomba do Posto da Contratante da sede da Contratada, localizada dentro dos limites do município de Nova Bandeirantes-MT, mediante apresentação da Autorização de Abastecimento, no horário comercial, inclusive aos sábados, domingos e feriados, de forma a não interromper os trabalhos da Contratante.

b) - **Combustível do Distrito de Japuranã** – abastecimento dos veículos autorizados pela Secretaria de Educação e Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transporte em bomba disponível pelo licitado na sede do Distrito de Japuranã, , no horário comercial, inclusive aos sábados, domingos e feriados, de forma a não interromper os trabalhos da Contratante.

.

5.6. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

5.6.1 - A substituição do combustível constatado inadequado ao abastecimento de veículos deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da formalização da rejeição cujos motivos podem ser: densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição, presença de outras substâncias em percentuais além dos permitidos;

5.7 A Contrata que fornece os combustíveis, fica obrigada autorizar a CONTRATANTE a instalar a máquina (POS) no estabelecimento onde for ocorrer os abastecimentos.

5.8. A instalação do ponto (POS ponto de venda ou ponto de serviço) ocorrera sem ônus a CONTATADA.

5.9 os **combustíveis** deverão ser fornecidos em postos ou base de distribuição, de acordo com as Autorizações de Fornecimento emitidas por esta Prefeitura, de forma parcelada, tendo em vista que o município não coloca à disposição tanques de armazenamento de combustíveis, devendo os combustíveis, serem disponibilizados diariamente no local ora informado, para abastecimento das máquinas, veículos e demais operacionalizados pela Administração Pública Municipal, através dos cartões magnéticos.

5.10 cada veículo disporá de um cartão magnético individual, contendo as seguintes informações:

Placa; Modelo do veículo; Informação da Secretaria ou Departamento; Número do cartão no cadastro; **1. 2. 3. 4. 4.1. 4.2.** 5.2.1. 5.2.2. 5.11 A cada veículo será atribuído uma cota periódica (semanal, quinzenal ou mensal) de combustível em litros, correspondente ao consumo médio diário de cada veículo;

5.12 O valor da cota será atribuído pelo responsável da Unidade Gestora (secretário (a) e lançado de saldo individualizado por veículo;

5.13 no caso de a cota se tornar insuficiente, o gestor da pasta onde está lotado o veículo, poderá solicitar ao administrador do sistema de cartões, a transferência de saldos entre os veículos de sua frota, limitando ao valor global previsto por Unidade;

5.14 O condutor do veículo terá uma senha pessoal e intransferível, que poderá ser utilizada para o abastecimento de qualquer veículo sob sua responsabilidade; **5.15** A utilização da senha é de inteira e EXCLUSIVA responsabilidadedo seu detentor, que responderá por sua INADEQUADA UTILIZAÇÃO;

5.16 A cada abastecimento será fornecido ao condutor do veículo o cupom fiscal e o comprovante de débito de utilização do cartão magnético. Este comprovante trará informações referentes ao abastecimento realizado e o saldo de crédito disponível;

5.17 A partir da 5º tentativa de abastecimento com dados divergentes ou inconsistentes, o sistema provocará o cancelamento da operação e o bloqueio do cartão podendo somente ser desbloqueado pelo gerenciador do sistema;

5.19 – A empresa declara ser ciente de que não pode efetuar abastecimento em nome da CONTRATANTE sem a utilização do cartão magnético.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n. º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 010/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n. º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n. º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n. º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) Elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 03 - Secretaria de Administração – Natureza de despesa 339030000000 – 65.

Órgão: 04 - Secretaria de Educação – Natureza de despesa 339030000000 – 117.

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 184.

Órgão: 06 - Secretaria de Agricultura – Natureza de despesa 339030000000 – 261.

Órgão: 07 - Secretaria de Finanças – Natureza de despesa 339030000000 – 325.

Órgão: 08 - Secretaria de Infra Estrutura e Transportes – Natureza de despesa 339030000000 – 362.

Órgão: 09 - Secretaria de Assistência Social – Natureza de despesa 339030000000 – 402.

Órgão: 12 - Secretaria de Desporto e Lazer – Natureza de despesa 339030000000 – 517.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

Vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 010/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Nova Bandeirantes/MT, 23 de março de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA EPP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

CAMARA MUNICIPAL
PAUTA SESSÃO ORDINÁRIA, DIA 03/04/2017

Pauta Sessão Ordinária, Dia 03/04/2017

Projeto de Decreto Legislativo nº 003/2015.(Única discussão e Única Votação)Autor: Comissão de Finanças e Orçamento (Câmara Municipal)Protocolo Câmara nº 5.273/5017. **SÚMULA: APROVAM COM RECOMENDAÇÕES A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS. EXERCÍCIO DE 2015. LEIS Nº 871/2014 – LDO e 884/2014 – LOA. PARECER PRÉVIO DO TCE/MT Nº 116/2016 FAVORÁVEL À APROVAÇÃO. MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES/MT.**

Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, Em 27 de Março de 2017

Adelino Schmoller

Presidente Câmara Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2017

Aos vinte e três dias do mês de março de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 010/2017**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **22/03/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o Registro de preços para futura e eventual ***aquisição de combustíveis para abastecimento da frota de veículos e máquinas pesadas do município de Nova Bandeirantes-MT,*** e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA EPP**				CNPJ:	09.176.226/0002-01
Endereço:	Avenida José Francisco Otênio				Nº:	s/nº
Bairro:	Centro	Cidade:	Nova Bandeirantes/MT		CEP:	78.565.000
Representante Legal:	**ELIEZER MARLOS MARTINS DE SOUZA**				CPF:	024.621.329-96
Email:					Telefone:	**(66) 3572 – 1252**

NOVA BANDEIRANTES						
ITEM	**CODIGO**	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QTD.**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
1	3864	ALCOOL	LITRO	1000	R$ 3,40	R$ 3.400,00
2	3849	GASOLINA	LITRO	86000	R$ 4,55	R$ 391.300,00
3	331560	OLEO DISEL COMUM	LITRO	517000	R$ 4,00	R$ 2.068.000,00
4	331565	OLEO DISEL S 10	LITRO	169000	R$ 4,10	R$ 692.900,00
						R$ 3.155.600,00
JAPURANA						
ITEM	**CODIGO**	**DESCRIÇÃO**	**UNIDADE**	**QTD.**	**V. UNIT.**	**V. TOTAL**
						R$ -
1	3864	ALCOOL	LITRO	5000	R$ 3,40	R$ 17.000,00
2	3849	GASOLINA	LITRO	5000	R$ 4,55	R$ 22.750,00
3	331560	OLEO DISEL COMUM	LITRO	110000	R$ 4,00	R$ 440.000,00
4	331565	OLEO DISEL S 10	LITRO	18000	R$ 4,10	R$ 73.800,00
						R$ 553.550,00

Valor global: R$ 3.709.150,00 (três milhões setecentos e nove mil cento e cinquenta reais).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 03(três) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I; b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento. c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital. d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5. O fornecimento do combustível será prestado para Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT da seguinte forma:

a) - **Combustível da cidade de Nova Bandeirantes/MT** – O abastecimento se dará direto na bomba do Posto da Contratante da sede da Contratada, localizada dentro dos limites do município de Nova Bandeirantes-MT, mediante apresentação da Autorização de Abastecimento, no horário comercial, inclusive aos sábados, domingos e feriados, de forma a não interromper os trabalhos da Contratante.

b) - **Combustível do Distrito de Japuranã** – abastecimento dos veículos autorizados pela Secretaria de Educação e Secretaria Municipal de Infra Estrutura e Transporte em bomba disponível pelo licitado na sede do Distrito de Japuranã, , no horário comercial, inclusive aos sábados, domingos e feriados, de forma a não interromper os trabalhos da Contratante.

.

5.6. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis.

5.6.1 - A substituição do combustível constatado inadequado ao abastecimento de veículos deverá ocorrer no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir da formalização da rejeição cujos motivos podem ser: densidade fora dos padrões, erro quanto ao produto solicitado, volume menor que o solicitado, contaminação por quaisquer elementos não permitidos em sua composição, presença de outras substâncias em percentuais além dos permitidos;

5.7 A Contrata que fornece os combustíveis, fica obrigada autorizar a CONTRATANTE a instalar a máquina (POS) no estabelecimento onde for ocorrer os abastecimentos.

5.8. A instalação do ponto (POS ponto de venda ou ponto de serviço) ocorrera sem ônus a CONTATADA.

5.9 os **combustíveis** deverão ser fornecidos em postos ou base de distribuição, de acordo com as Autorizações de Fornecimento emitidas por esta Prefeitura, de forma parcelada, tendo em vista que o município não coloca à disposição tanques de armazenamento de combustíveis, devendo os combustíveis, serem disponibilizados diariamente no local ora informado, para abastecimento das máquinas, veículos e demais operacionalizados pela Administração Pública Municipal, através dos cartões magnéticos.

5.10 cada veículo disporá de um cartão magnético individual, contendo as seguintes informações:

Placa; Modelo do veículo; Informação da Secretaria ou Departamento; Número do cartão no cadastro; **1. 2. 3. 4. 4.1. 4.2.** 5.2.1. 5.2.2. 5.11 A cada veículo será atribuído uma cota periódica (semanal, quinzenal ou mensal) de combustível em litros, correspondente ao consumo médio diário de cada veículo;

5.12 O valor da cota será atribuído pelo responsável da Unidade Gestora (secretário (a) e lançado de saldo individualizado por veículo;

5.13 no caso de a cota se tornar insuficiente, o gestor da pasta onde está lotado o veículo, poderá solicitar ao administrador do sistema de cartões, a transferência de saldos entre os veículos de sua frota, limitando ao valor global previsto por Unidade;

5.14 O condutor do veículo terá uma senha pessoal e intransferível, que poderá ser utilizada para o abastecimento de qualquer veículo sob sua responsabilidade; **5.15** A utilização da senha é de inteira e EXCLUSIVA responsabilidadedo seu detentor, que responderá por sua INADEQUADA UTILIZAÇÃO;

5.16 A cada abastecimento será fornecido ao condutor do veículo o cupom fiscal e o comprovante de débito de utilização do cartão magnético. Este comprovante trará informações referentes ao abastecimento realizado e o saldo de crédito disponível;

5.17 A partir da 5º tentativa de abastecimento com dados divergentes ou inconsistentes, o sistema provocará o cancelamento da operação e o bloqueio do cartão podendo somente ser desbloqueado pelo gerenciador do sistema;

5.19 – A empresa declara ser ciente de que não pode efetuar abastecimento em nome da CONTRATANTE sem a utilização do cartão magnético.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n. º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 010/2017).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n. º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n. º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n. º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) Solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) Elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 03 - Secretaria de Administração – Natureza de despesa 339030000000 – 65.

Órgão: 04 - Secretaria de Educação – Natureza de despesa 339030000000 – 117.

Órgão: 05 - Secretaria de Saúde – Natureza de despesa 339030000000 – 184.

Órgão: 06 - Secretaria de Agricultura – Natureza de despesa 339030000000 – 261.

Órgão: 07 - Secretaria de Finanças – Natureza de despesa 339030000000 – 325.

Órgão: 08 - Secretaria de Infra Estrutura e Transportes – Natureza de despesa 339030000000 – 362.

Órgão: 09 - Secretaria de Assistência Social – Natureza de despesa 339030000000 – 402.

Órgão: 12 - Secretaria de Desporto e Lazer – Natureza de despesa 339030000000 – 517.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento

Vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 010/2017,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Nova Bandeirantes/MT, 23 de março de 2017.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

G3 COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA EPP

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____ _____

Nome: Regina de Souza Mendonça Nome: Angela Aparecida Franzon

CPF: 968.501.911-87 CPF: 643.020.599-15

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

PORTARIA N° 123/2017, DE 18 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 123/2017, DE 18 DE MARÇO DE 2017.

Enquadramento Funcional dos Servidores Municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º da Lei Complementar nº 326/2007 de 27 de julho de 2007.art.67;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado, a partir de 01 de Março de 2017.

Secretaria Municipal de Administração

Nome Cargos Nível

Marcelo Ataíde da Costa Ag. limpeza escolar Nível 10-B

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PORTARIA N° 113/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 113/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Nomeia ocupante do cargo em Chefe de sessão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 3º, da Lei Municipal nº. 627/2017 de 10 de fevereiro de 2017.

RESOLVE

Art.1° Nomear a senhora JOELMA PASCOAL BORGES, portadora do RG n° 1634167-8 SSP/MT e CPF n° 004.715.631-70, para exercer o cargo em provimento em comissão de Chefe de Seção.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 01 de março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PORTARIA N° 114/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 114/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Nomeia ocupante do cargo em Chefe de sessão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 3º, da Lei Municipal nº. 627/2017 de 10 de fevereiro de 2017.

RESOLVE

Art.1° Nomear a senhora ELZA FERREIRA PEREIRA DOS SANTOS, portadora do RG n° 2050681-3 SSP/MT e CPF n° 024.720.651-24, para exercer o cargo em provimento em comissão de Chefe de Seção.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 07 de março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PORTARIA N° 115/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 115/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Nomeia ocupante do cargo em Coordenador de Esporte.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 3º, da Lei Municipal nº. 627/2017 de 10 de fevereiro de 2017.

RESOLVE

Art.1° Nomear o senhor EVANDRO COSTA RODRIGUES, portador do RG n° 1898694-3 SSP/MT e CPF n° 036948661-75, para exercer o cargo em provimento em comissão de Assessor Coordenador de Esporte.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PORTARIA N° 116/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 116/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Enquadramento Funcional dos Servidores Municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º da Lei Complementar nº 326/2007 de 27 de julho de 2007.art.67;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado, a partir de 01 de Março de 2017.

Secretaria Municipal de Administração

Nome Cargos Nível

Cleber Paixão Andrade

Mascarenhas Tec. Administrativo Nível 09-A

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 01 de março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PORTARIA N° 117/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 117/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Enquadramento Funcional dos Servidores Municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º da Lei Complementar nº 326/2007 de 27 de julho de 2007.art.67;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado, a partir de 01 de Março de 2017.

Secretaria Municipal de Administração

Nome Cargos Nível

Luciano Francisco da Silva Prof. Educação Física Nível 05-C

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 01 de março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 013/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE PUBLICAÇÃO - EXTRATOS DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 013/2017

Pelo presente, certifico que o extrato abaixo foi afixado no mural da Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia/MT, para devidas publicações, pelo período de um mês.

PROCESSO Nº 032/2017 de 21/03/2017

De conformidade com o disposto no artigo 24, inciso II, da Lei Federal n° 8.666, justifica-se e ratifica-se a dispensa de licitação para "**Aquisição de gêneros alimentícios visando atender a Secretaria Municipal de Educação para o fornecimento de alimentação escolar, no Município de Nova Brasilândia",**visando economicidade aos cofres públicos e atendimento a situação urgência do Município.

VALOR GLOBAL: R$ 7.446,15 (sete mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e quinze centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

EMPRESA CONTRATADA: **IVANILDO DA COSTA ERCULINO – ME, CNPJ 03.677.664/0001-88**

Nova Brasilândia - MT, 21 de março de 2017.

_____

Natalina Vilalva da Mata

PORTARIA N° 118/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 118/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Enquadramento Funcional dos Servidores Municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º da Lei Complementar nº 326/2007 de 27 de julho de 2007.art.67;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado, a partir de 01 de Março de 2017.

Secretaria Municipal de Administração

Nome Cargos Nível

Elias Lopes de Carvalho Ag. de Limpeza publica Nível 11-C

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 01 de março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PORTARIA N° 119/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 119/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Enquadramento Funcional dos Servidores Municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º da Lei Complementar nº 326/2007 de 27 de julho de 2007.art.67;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado, a partir de 01 de Março de 2017.

Secretaria Municipal de Administração

Nome Cargos Nível

Antônio Cardoso de Paula Motorista Cat.D Nível 09-A

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 06 de março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PORTARIA N° 120/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 120/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Nomeia ocupante do cargo em Chefe de sessão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 3º, da Lei Municipal nº. 627/2017 de 10 de fevereiro de 2017.

RESOLVE

Art.1° Nomear a senhora ODEANA DOS SANTOS MARTINS, portadora do RG n° 1316926-2 SSP/MT e CPF n° 011073941-80, para exercer o cargo em provimento em comissão de Chefe de Sessão.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 01 de março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PORTARIA N° 121/2017, DE 14 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 121/2017, DE 14 DE MARÇO DE 2017.

Licença Prêmio a servidora efetiva Maria Cavalcante Carrinho.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no artigo 101-A da Lei Complementar 366/2008 de 03 de julho de 2008.

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva Srª. MARINA ANASTACIA PEREIRA DE ALMEIDA – Agente de Limpeza Publica, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, 90 (Noventa) dias de LICENÇA PRÊMIO, referente ao período aquisitivo de 10/02/2010 a 09/02/2015, a partir de 14 de março de 2017, devendo retornar as suas atividades normais em 12 de junho de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 14 de março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PORTARIA N° 122/2017, DE 14 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 122/2017, DE 14 DE MARÇO DE 2017.

Nomeia ocupante do cargo em Chefe de sessão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 3º, da Lei Municipal nº. 627/2017 de 10 de fevereiro de 2017.

RESOLVE

Art.1° Nomear a senhora ROSIMEIRE DO NASCIMENTO BOLANDINI, portadora do RG n° 1310155-2 SSP/MT e CPF n° 948.431.471-68, para exercer o cargo em provimento em comissão de Chefe de Seção.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 14 de março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PORTARIA N° 124/2017, DE 21 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 124/2017, DE 21 DE MARÇO DE 2017.

Enquadramento Funcional dos Servidores Municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º da Lei Complementar nº 326/2007 de 27 de julho de 2007.art.67;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado, a partir de 01 de Março de 2017.

Secretaria Municipal de Administração

Nome Cargos Nível

Durcelina A. Ribeiro

Figueiredo Limpeza escolar Nível 07-A

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 21 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PORTARIA N° 125/2017, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 125/2017, DE 01 DE MARÇO DE 2017.

Concessão de férias a funcionária efetiva Efigênia Cândida de Souza.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder a Servidora Efetiva Sr. EFIGENIA CANDIDA DE SOUZA – Agente de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 2014/2015, concede também 10 dias de abono pecuniário, a partir de 01 de março de 2017.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 01 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PORTARIA N° 126/2017, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 126/2017, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

Nomeia ocupante do cargo em Chefe de sessão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 3º, da Lei Municipal nº. 627/2017 de 10 de fevereiro de 2017.

RESOLVE

Art.1° Nomear a senhora IVONE VIEIRA, portadora do RG nº 1142653-5/SSP/MT e CPF n° 862.374.381-49, para exercer o cargo em provimento em comissão de Conselheira Tutelar.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 22 de março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PORTARIA N° 127/2017, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 127/2017, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

Encaminhar para INSS a servidora contratada Maria de Lourdes Carvalho.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no artigo 76 e seus incisos da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007

RESOLVE

Artigo 1º - Encaminhar para INSS a servidora contratada Sr.ª MARIA DE LOURDES CARVALHO– Agente Comunitário de Saúde lotada na Secretaria Municipal de Saúde, o afastamento de suas funções, por um período de 30 (trinta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 23 de fevereiro de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 22 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PORTARIA N° 128/2017, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 128/2017, DE 22 DE MARÇO DE 2017.

Encaminhar para INSS a servidora contratada Maria de Lourdes Carvalho.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no artigo 76 e seus incisos da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007

RESOLVE

Artigo 1º - Encaminhar para INSS a servidora contratada Sr.ª JUCELIA NEVES DA PURIFICAÇÃO– Conselheira Tutelar lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, o afastamento de suas funções, por um período de 30 (trinta) dias.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 08 de março de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 22 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PORTARIA N° 112/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 112/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Nomeia ocupante do cargo em Chefe de sessão.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 3º, da Lei Municipal nº. 627/2017 de 10 de fevereiro de 2017.

RESOLVE

Art.1° Nomear a senhora SIMONE MARQUES PEREIRA, portadora do RG n° 1644367-5/SSP/MT e CPF n° 027.697.521-97, para exercer o cargo em provimento em comissão de Chefe de Seção.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

CONTRATO Nº. 14/2017/SMA/PMNG.

PROCESSO Nº. 118/2017

PRAZO: 27/03/2017 A 27/11/2017

CONTRATADA: ELIANE DIAS DOS SANTOS

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE ORIENTADORA SOCIAL, PELO PERÍODO DE 24:00 HS (VINTE E QUATRO HORAS) SEMANAIS, COM O OBJETIVO DE APOIAR AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM OS GRUPOS ORIUNDOS DO SCVFV – SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS.**

VALOR: R$ 8.517,60 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: **114 04.004.08.244.0008.2033.339036000000**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT.

CONTRATO Nº. 16/2017/SMA/PMNG.

PROCESSO Nº. 118/2017

PRAZO: 27/03/2017 A 27/11/2017

CONTRATADA: MARIA DE FATIMA DIAS LIMA

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE FACILITADORA DE OFICINA COM ENFASE EM ESPORTE, LAZER, ARTE E CULTURA, PELO PERÍODO DE 24:00 HS (VINTE E QUATRO HORAS) SEMANAIS, COM O OBJETIVO DE APOIAR AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM OS GRUPOS ORIUNDOS DO SCVFV – SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS.**

VALOR: R$ 7.496,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: **114 04.004.08.244.0008.2033.339036000000**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT.

CONTRATO Nº. 15/2017/SMA/PMNG.

PROCESSO Nº. 118/2017

PRAZO: 27/03/2017 A 27/11/2017

CONTRATADA: LUCILA APARECIDA DA CRUZ ANDRADE

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE FACILITADORA DE OFICINA COM ENFASE EM ESPORTE, LAZER, ARTE E CULTURA, PELO PERÍODO DE 24:00 HS (VINTE E QUATRO HORAS) SEMANAIS, COM O OBJETIVO DE APOIAR AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM OS GRUPOS ORIUNDOS DO SCVFV – SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS.**

VALOR: R$ 7.496,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: **114 04.004.08.244.0008.2033.339036000000**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT.

CONTRATO Nº. 17/2017/SMA/PMNG.

PROCESSO Nº. 118/2017

PRAZO: 27/03/2017 A 27/11/2017

CONTRATADA: ROSANE RITTER LOPES

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE FACILITADORA DE OFICINA COM ENFASE EM ARTESANATO, PELO PERÍODO DE 24:00 HS (VINTE E QUATRO HORAS) SEMANAIS, COM O OBJETIVO DE APOIAR AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM OS GRUPOS ORIUNDOS DO SCVFV – SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS.**

VALOR: R$ 7.496,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: **114 04.004.08.244.0008.2033.339036000000**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT.

CONTRATO Nº. 18/2017/SMA/PMNG.

PROCESSO Nº. 118/2017

PRAZO: 27/03/2017 A 27/11/2017

CONTRATADA: JOSELIR CAMARGO DOS SANTOS

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA FUNÇÃO DE FACILITADORA DE OFICINA COM ENFASE EM ARTESANATO, PELO PERÍODO DE 24:00 HS (VINTE E QUATRO HORAS) SEMANAIS, COM O OBJETIVO DE APOIAR AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM OS GRUPOS ORIUNDOS DO SCVFV – SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS.**

VALOR: R$ 7.496,00 (GLOBAL)

DOTAÇÃO: **114 04.004.08.244.0008.2033.339036000000**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2017

AVISO DE INEXIGIBILIDADE Nº 001/2017

PREFEITURA DE NOVA LACERDA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 70/2016

O Poder Público Municipal torna pública a Inexigibilidade de Licitação referente à Contratação da empresa L. Ricardo de Magalhães EPP, especializada para prestação de serviço de locação de software como referencia de preço para licitação de peças e serviço para a frota de veículos do município de Nova Lacerda-MT.

Valor total contratado: R$ 14.760,00 (Quatorze mil e setecentos e sessenta reais)

Fundamento legal: Lei nº 8.666/93, e suas alterações introduzidas pela lei 8.883/94 em especial o disposto no art. 25, inciso I.

Nova Lacerda-MT, 27 de março de 2017.

Uilson Jose da Silva

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA PREVINOM - 2016

ATA PREVINOM - 2016

AOS QUATORZE DIAS DO MÊS DE DEZEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, REUNIRAM-SE NA SALA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA - MT OS MEMBROS DO CONSELHO CURADOR DO PREVINOM PARA AVALIAR E APROVAR A POLITICA ANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE. ESTAVAM PRESENTES OS CONSELHEIROS JOÃO FERREIRA DE LIMA NETO, REGINALDO SANTOS SILVA, DEVANIRA DA SILVA LEITE, RAYANY CRISTINA RINALDI, PATRICIA DE SOUZA OLIVEIRA, DIGO VIEIRA, GENIVALDO DA SILVA LEITE ROGÉRIO APARECIDO RAIMUNDO, ELIDA SOAVE CAJANGO, MARIA DAS MERCÊS VIEIRA E JOILSE DE ALBUQUERQUE PINTO. DANDO INÍCIO A REUNIÃO O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SR. DECIO SOARES MARTINS AGRADECEU A PRESENÇA DE TODOS OS CONSELHEIROS QUE SE FAZIAM PRESENTES DESEJANDO-LHES BOAS VINDAS. EM SEGUIDA APRESENTOU A POLITICA ANUAL DE INVESTIMENTOS 2017 E REPASSANDO ALGUMAS COPIAS PARA QUE OS MEMBROS FIZESSEM AS ANÁLISES E QUESTIONAMENTOS NECESSÁRIOS. APÓS ANÁLISE E SANADAS AS DÚVIDAS A MESMA FOI LEVADA À VOTAÇÃO SENDO APROVADA POR UNANIMIDADE. NÃO HAVENDO MAIS NADA A TRATAR A REUNIÃO FOI ENCERRADA, E PARA CONSTAR EU DEVANIRA DA SILVA LEITE, LAVREI A PRESENTE ATA QUE APÓS LIDA E APROVADA SERÁ ASSINADA POR MIM E TODOS OS PRESENTES.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 001/2016

O Conselho Curador do **PREVINOM** - Fundo Municipal de Previdência Social, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei No 412, de 08 de Agosto de 2006, por seu Regimento Interno, e

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 14 de Dezembro de 2016;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010, onde determina que os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1o O PREVINOM - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Marilândia/MT, 15 de Dezembro de 2016.

REGINALDO SANTOS SILVA

Presidente do Conselho Curador

MEMBROS:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 007/2017

EMENTA: REGULAMENTA A CONCESSÃO DA LICENÇA-PRÊMIO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E SUA CONVERSÃO EM PECÚNIA REGIDO PELA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 725 DE 14 (QUATORZE) DE MARÇO DE 2016 ALTERADO PELA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 751 DE 22 (VINTE E DOIS) DE FEVEREIRO DE 2017 (DOIS MIL E DEZESSETE) E ESTABELECE OUTRAS PREVIDÊNCIAS.

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, a constituição federal, **LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 725 DE 14 (QUATORZE) DE MARÇO DE 2016 (DOIS MIL E DEZESSEIS) ALTERADO PELA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 751 DE 22 (VINTE E DOIS) DE FEVEREIRO DE 2017 (DOIS MIL E DEZESSETE)**, decreta:

Art. 1º. O benefício da licença-prêmio ao servidor público municipal com fundamento na **LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 725 DE 14 (QUATORZE) DE MARÇO DE 2016 ALTERADO PELA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N.º 751 DE 22 (VINTE E DOIS) DE FEVEREIRO DE 2017 (DOIS MIL E DEZESSETE)**, será concedido em conformidade com as disposições do presente Decreto.

Art. 2º. Conceder-se-á licença-prêmio de 90 (noventa) dias consecutivos ao servidor público municipal que a requerer, após cada quinquênio de efetivo exercício no serviço público municipal, com todos os direitos e vantagens pecuniárias do cargo ocupado pelo requerente.

§ 1°. A licença-prêmio será concedida ao servidor em razão da assiduidade e da observância das normas disciplinares pertinentes.

§ 2°. É facultado ao servidor e a administração converter o recebimento da licença-prêmio em pecúnia, na seguinte forma:

I. Conversão de um único período;

II. Conversão de 2/3 do período;

III. Conversão de 1/3 do período;

§ 3°. Para efeito do cálculo da conversão, será considerada a remuneração do cargo efetivo ocupado pelo servidor;

§ 4°. Não serão computadas nesse cálculo as gratificações eventuais percebidas pelo servidor;

Art. 3°. Iniciar-se-á a contagem de novo período aquisitivo no dia seguinte à data em que o benefício da licença-prêmio tenha sido adquirido pelo servidor.

Art. 4°. Quando ocorrer o desligamento do servidor, a licença-prêmio será proporcional ao tempo de serviço efetivamente prestado.

PARÁGRAFO ÚNICO. O disposto neste artigo não se aplica à hipótese em que o desligamento do servidor tenha ocorrido mediante a incidência de pena disciplinar de demissão, caso em que a licença-prêmio não será devida.

Art. 5°. A licença-prêmio será gozada integralmente, sempre atendido o interesse do serviço público municipal.

Art. 6°. A concessão da licença-prêmio será processada e formalizada após:

I. Verificação do preenchimento dos requisitos legalmente exigidos;

II. Manifestação favorável do titular do órgão administrativo a que estiver subordinado o servidor, quanto à conveniência e oportunidade do gozo em descanso.

§ 1°. O requerimento para concessão da licença-prêmio será apreciado no prazo de trinta dias, contados da autuação do pedido, devendo o servidor aguardar em exercício a decisão.

§ 2°. A licença-prêmio será concedida pelo Prefeito Municipal, mediante requerimento do servidor interessado, após a devida instrução do processo administrativo pela Secretaria de Recursos Humanos, órgão a quem é responsável pelo procedimento do inc. I e II do presente artigo.

§ 3°. O período em que o servidor estiver em gozo de licença-prêmio será considerado como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais.

§ 4°. A concessão da licença-prêmio decairá quando o servidor não iniciar o seu gozo no prazo de trinta dias, contados da ciência do deferimento.

§5º. Após a aquisição da segunda licença prêmio não gozada fica facultada a administração concedê-la de forma compulsória;

Art. 7º. Quando requerida a conversão da licença-prêmio em pecúnia, a mesma será paga de acordo com a disponibilidade financeira da Administração Municipal, respeitada a ordem cronológica de protocolização do requerimento do servidor interessado, podendo ser concedido a conversão fracionada conforme §2º do Art. 2º do presente Decreto;

§ 1°. O pedido de conversão protocolizado anterior à aquisição será indeferido de plano pelo setor competente;

§ 2°. A relação da ordem cronológica de deferimentos e a lista de liberação de pagamentos serão compostas pelos números dos processos administrativos pertinentes e publicadas mensalmente no órgão de imprensa oficial, respectivamente, pelo Setor do RH do Município.

§ 3°. A Autoridade Municipal em casos excepcionais, devidamente justificados por razões de interesse público poderá alterar a ordem de apreciação dos processos administrativos aptos para deliberação;

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º - A Secretaria Municipal de Administração por meio do setor de RH terá a atribuição de dar efetividade a execução da Lei Municipal n.º 753 de 07 (sete) de março de 2017, orientar, receber e analisar os documentos;

Art. 9º - Caberá a procuradoria jurídica do município dirimir as dúvidas originadas deste Decreto.

Art. 10 - As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto serão suportadas por dotações próprias constantes do Orçamento vigente.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, AOS 27 (VINTE E SETE) DIAS DO MÊS DE MARÇO DE 2017.

_____

JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA – MT

Registrado pela Secretaria Municipal de Administração, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e afixado no mural da unidade gestora

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº. 001/2017 - CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Nova Maringá - Mato Grosso - CMDCA, no uso de suas atribuições, conforme preconiza a Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, as Resoluções nº. 152/2012 e 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e a Lei Municipal nº. 830/2015, **TORNA PÚBLICO** a **RETIFICAÇÃO do EDITAL** no **ANEXO II e VIII** do Processo de Escolha Unificado Suplementar para Membros Suplentes do Conselho Tutelar para o complemento do quatriênio 2016/2019, mediante as condições estabelecidas no Edital, que passara a ter seguintes alterações:

ANEXO II – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Onde se lê:

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO E ALFABETIZADO

As provas objetivas serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital para cada cargo e consistirão em:

1. Língua Portuguesa;

2. Conhecimentos Específicos.

Ler-se-á:

ENSINO MÉDIO COMPLETO

As provas objetivas serão elaboradas de acordo com a composição estabelecida no edital para cada cargo e consistirão em:

Língua Portuguesa; Conhecimentos Específicos.

Fica alterado ANEXO VIII do CRONOGRAMA das datas do processo seletivo, que passara a ter seguinte redação:

ANEXO VIII – CRONOGRAMA

DATAS PREVISTAS	EVENTOS
27/03/ 2017	PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA
27/03 À 30/03/ 2017	PRAZO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL DE ABERTURA
30/03 Á 14/04/ 2017	PERÍODO DE REGISTRO DE CANDIDATURA
17/04/ 2017	DIVULGAÇÃO DA ANÁLISE DE PEDIDOS DE REGISTRO DE CANDIDATURA
20/04/ 2017	PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO DE CANDIDATOS INSCRITOS
20/04/ Á 24/04/ 2017	RECURSO À IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA
25/04/ 2017	NOTIFICAÇÃO DOS CANDIDATOS IMPUGNADOS QUANTO AO PRAZO PARA DEFESA
26/04 Á 28/04/ 2017	APRESENTAÇÃO DE DEFESA PELO CANDIDATO IMPUGNADO
02/05/ 2017	ANÁLISE E DECISÃO DOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO, DIVULGAÇÃO DEFINITIVA DA LISTA DE INSCRITOS E LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROVA ELIMINATÓRIA
07/05/2017	REALIZAÇÃO DA PROVA ELIMINATÓRIA
08/05/ 2017	DIVULGAÇÃO DO GABARITO PRELIMINAR
09/05 Á 11/05/ 2017	INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
16/05/ 2017	RESPOSTA DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO E DIVULGAÇÃO DO GABARITO DEFINITVO
17/05/ 2017	PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS PRELIMINARMENTE NA PROVA ELIMINATÓRIA
17/05 À 19/05/ 2017	PRAZO PARA RECURSO CONTRA O RESULTADO PRELIMINAR DOS CANDIDATOS APROVADOS NA PROVA ELIMINATÓRIA
22/05/ 2017	RESULTADO DEFINITIVO DOS APROVADOS NA PROVA ELIMINATÓRIA E HABILITADOS PARA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA.
24/05/2017	AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA
29/05/ 2017	PUBLICAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA
30/05 Á 31/05/ 2017	PRAZO PARA RECURSO CONTRA A APLICAÇÃO E RESULTADO DOS CANDIDATOS APROVADOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA
02/06/ 2017	RESPOSTA AOS RECURSOS INTERPOSTOS CONTRA OS APROVADOS NA AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA E DIVULGAÇÃO DEFINITIVA DOS CANDIDATOS APROVADOS NA AVALIAÇÃO PSICLÓGICA.
05/06/ 2017	REUNIÃO PARA FIRMAR COMPROMISSO
06/06/ 2017	DIVULGAÇÃO DOS LOCAIS DO PROCESSO DE VOTAÇÃO
25/06/2017	ELEIÇÃO
26/06/ 2017	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA ELEIÇÃO
26/06 Á 27/06/ 2017	PERÍODO DE RECURSOS CONTRA A ELEIÇÃO
29/06/ 2017	DIVULGAÇÃO DO JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA A ELEIÇÃO
30/06/ 2017	DIVULGAÇÃO DO RESULTADO GERAL PARA HOMOLOGAÇÃO DO EXECUTIVO
05/07/2017	HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SELETIVO PÚBLICO 001/2015 EDITAL DE CONVOCAÇÃO 010/2017

O Sr. **JOÃO BRAGA NETO**, Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Seletivo Público 001/2015, **CONVOCA** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) à comparecer(em) na Sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, situada na Avenida Amos Bernardino Zanchet, 50-E, no prazo de 30 (TRINTA) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

CARGO: 0112 – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – MA 07

Classif.	NOME
02º	ROSA ESTEVO DE JESUS

Nova Maringá - MT, 27 de Março de 2017.

.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDÍCA
PORTARIA Nº. 119/2017

"Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar n.º 02/2017 em face do servidor público Sr. Diogo Marques Padilha da Silva."

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando a informação prestada ao Chefe do Poder Executivo Municipal pelo Secretario Municipal de Obras e Aviação Pública quanto à suposta conduta do servidor, que provocou um acidente por falta de atenção.

Considerando que, enquanto prestador de serviço público do Município de Nova Maringá/MT está sujeito aos termos da Lei Municipal n°. 293/2003.

Considerando que as condutas descritas no Comunicado Interno, demonstra que o servidor supostamente deixou de cumprir com seus deveres descritos no art. 113, inciso I da Lei n.º 293/2003, incidindo assim no art. 115, inciso XIV da Lei n.º 293/2003;

Considerando, a necessidade de comprovação dos fatos e atos praticados e a garantia da ampla defesa e contraditório em observância ao art. 5º, inciso LV da Constituição Federal, e;

Considerando o art. 147 e seguintes da Lei n.º 293/2003 e demais normas pertinentes;

RESOLVE:

Art. 1º - CONVOCAR a Comissão Especial Processante Permanente, nomeada pela Portaria n.º 183/2016, para apurar os fatos e atos imputados em face do servidor público **SR. *Diogo Marques Padilha da Silva***, portadora do RG 17460484 SSP/ e CPF n.º 019.198.601-18, efetivo no cargo de Motorista lotado na Secretaria Municipal de Obras e Viação Pública, ficando instaurado o Processo Administrativo Disciplinar n.º 02/2017.

Art. 2 º - A comissão nomeada acima terá o prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de publicação para a conclusão o processo administrativo.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 27 de março de 2017.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 071/2017

SUMULA: ALTERA O DECRETO 157/2016 QUE DESIGNA O COMITÊ DE COORDENAÇÃO E O COMITÊ EXECUTIVO PARA COORDENAÇÃO, DISCUSSÃO, AVALIAÇÃO, APROVAÇÃO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES NECESSÁRIAS À ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita do Município de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Comitê de Coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, que contará com a seguinte composição:

1 – Representante do Núcleo Intersetorial de Cooperação Técnica – FUNASA

2 – Representante do Governo do Estado de Mato Grosso – Secretaria de Estado das Cidades - SECID;

3 – Cleberson dos Santos Ribas - Fiscal de Obras e Posturas;

4 – Diego Oliveira - Engenheiro Civil ;

5 – Flavia Martins Correa - Diretora de departamento na Secretaria Municipal de Saúde.

6-Francisco Antonio Sevallo – Representante do Poder Legislativo

Parágrafo Único. São atribuições do Comitê de Coordenação ao que se refere o caput deste artigo:

I. Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo;

II. Analisar e sugerir alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

Art. 2º. Fica instituído o Comitê Executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1 – Adauto Moreira da Silva – Departamento de Engenharia;

2 – Sirlei de Oliveira de Farias Spletozer – Fiscal Sanitário ;

3 – Adauto Nequinho da Silva – Secretario de Administração;

4 – Lívia de Almeida Nunes Fidelis– Engenheira Ambiental;

5 – Elcio Leandro Aparecido – Secretario de Educação.

Parágrafo Único. São atribuições específicas do Comitê Executivo a que se refere o caput deste artigo.

I – executar em conjunto com a equipe executora, as atividades previstas nas etapas de elaboração do Plano, apreciando e validando cada produto a ser entregue, submetendo-o à avaliação do Comitê de Coordenação;

II – observar os prazos indicados no cronograma de execução.

Art. 3º. A designação dos membros dos comitês previstos neste Decreto não importará em qualquer vantagem pecuniária ou acréscimo remuneratório, a qualquer título.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrario em especial os decretos 157/2016.

Nova Monte Verde, 23 de Março de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 72/2017

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o falecimento do Fabio Nascimento Filho da Servidora Vera Lucia do Nascimento.

Considerando o consternamento geral da comunidade monteverdense e o sentimento de solidariedade, dor e saudade que emerge pela perda de um cidadão exemplar.

Considerando ainda ser uma família pioneira do Município de Nova Monte Verde, com serviços prestado junto à comunidade e de conduta ilibada.

.DECRETA:

ARTIGO 1º- Fica decretado luto oficial no dia 27 de Março de 2017

ARTIGO 2º - Os serviços públicos de urgência e emergência nas áreas de Saúde e Obras, bem como os órgãos e serviços que não admitem paralisação terão atendimento normal nos dias referidos no artigo anterior.

PARÁGRAFO ÚNICO: Em caso de eventual necessidade de serviços, os servidores convocados não farão jus ao pagamento de horas extraordinárias, pois o período não significa férias ou feriado.

ARTIGO 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação e revoga as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura de Nova Monte Verde – MT, 26 de Março de 2017

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N.001/2017.

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA, com sede na Av. Jorge Amado nº 901 Bairro centro, Cidade Nova Nazaré, torna público o presente edital para CREDENCIAMENTO de instituições financeiras, conforme autorização do Representante Legal do RPPS, pelo que segue:

FINALIDADE: prestação dos serviços de gestão financeira em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, com observância às condições estabelecidas neste Edital.

ABERTURA: às 07h00min horas do dia 28 de 03 de 2017.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO e os seus anexos poderão ser retirados na sede do **FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ** a partir do dia 28 de Março de 2017, das 07h00min as 13h00-min horas. Para maiores informações entrar em contato telefônico através do número (66) 3467-1019/1020.

Nova Nazaré 28 de Março de 2017

Kênia Cristina Campos de Azevedo Iuen

Gestora do Fundo Municipal de Previdência.

CAMARA DE NOVA NAZARÉ
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DOS CONTRATOS DO MÊS DE JANEIRO DE 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT EXTRATOS DOS CONTRATOS DO MÊS DE JANEIRO DE 2017.

CONTRATO N°: **001/2017/CMNN**

BENEFICIARIO: **União das Câmaras municipais de Mato Grosso (UCMMAT).**

OBJETO: A Câmara Municipal associada em dias com suas obrigações obtém com a associação a UCMMAT, a disponibilidade dos direitos e deveres estabelecidos em seu Estatuto.

VALOR R$: 6.000,00

VIGÊNCIA: 09/01/2017 a 31/12/2017.

CONTRATO N°: **002/2017/CMNN**

BENEFICIARIO: **STS CONSULTORIA E INFORMÁTICA LTDA – ME**

OBJETO:. Prestação de serviços para fornecimento do sistema de gestão publico Interno.

VALOR R$: 21.600,00

VIGÊNCIA: 25/01/2017 a 31/12/2017.

CONTRATO N°: **003/2017**

BENEFICIARIO: **Simone Alves da Silva.**

OBJETO: Prestação de serviço com Assessoria Jurídica.

VALOR R$: 20.000,00

VIGÊNCIA: 26/01/2017 a 26/09/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

SIMPREV
PORTARIA N.º 011/2017 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO PENSÃO POR MORTE EM FAVOR DO SR. SEBASTIÃO FELIZARDO DA CUNHA, CÔNJUGE DA "DE CUJUS" EM DECORRÊNCIA DO FALECIMENTO DA SERVIDORA ATIVA SRA

O Diretor Executivo do SIMPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Nova Olímpia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o Art. 40, § 5º, da Constituição Federal, na sua redação original c/c Art. 8, inciso I e Art. 24, Parágrafo Único, da Lei Municipal nº 165 de 17 de setembro de 1993, que regia a previdência municipal, vigente na data do óbito; Lei Complementar nº 013/2008 que institui a Carreira dos Servidores do Poder Executivo do Município de Nova Olímpia, e Lei complementar n.º 053 de 26 de junho de 2016, que dispõe sobre a reposição salarial dos servidores municipais de Nova Olímpia/MT;

Resolve:

Art. 1º. Conceder o benefício **Pensão Por Morte**, em decorrência do falecimento do **Sr. ALMEZINA RODRIGUES DE SOUZA**, brasileira, casada, portadora da cédula de identidade RG n.º 414.978 - SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 453.634.041-68, efetiva no cargo de Apoio de Serviços Administrativos, Nível "3", Classe "A", matriculada sob nº 18, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em favor do **Sr. SEBASTIÃO FELIZARDO DA CUNHA,** na condição de cônjuge da *de cujus*, portador do RG nº 517. 317 SSP-MT, inscrito no CPF sob o nº 066.117.531-68, residente e domiciliado nesta Municipalidade, o equivalente a **100%** (cem por cento) da cota, conforme processo administrativo do SIMPREV, n.º 2016.07.00020P, a partir de 26/04/2016, data do requerimento, até posterior deliberação.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação**, retroagindo os seus efeitos legais a data de 26 de abril de 2016,** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Nova Olímpia/MT, 20 de março de 2017

CARLOS MARCOS MASCARENHAS ALMEIDA

DIRETOR EXECUTIVO DO SIMPREV

Homologo:

JOSÉ ELPÍDIO DE MORAES CAVALCANTE

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 014/2017/PMNO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 29/2017/PMNO

Prefeitura municipal de Nova Olímpia **- Mato Grosso,** através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade **PREGÃO Nº. 014/2017/PMNO,** para seleção da melhor proposta pelo **menor preço por item ,** tendo como objeto a **contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados para a realização de uma adequação nas contas de energia elétrica para apurar irregularidades, desvios e consequentemente recuperar valores pagos a maior administrativamente, conforme Resoluções da ANEEL, nos últimos 36 (Trinta e Seis) meses, onde será verificado o modelo tarifário aplicado em cada unidade consumidora, além de efetuar um ajuste geral no sistema de energia elétrica, conferir todas as faturas de energia elétrica pagas pela municipalidade, objetivando reduzir os custos no consumo nas tarifas aplicadas e nos tributos incidentes sobre as faturas, inclusive nas Instalações de Iluminação Pública B4a, conferindo potencia instalada, potencia faturada na iluminação publica e sua forma de Instalação, também será revisado todos os contratos de alta tensão,**

de forma a determinar a demanda de energia elétrica, otimizando-os em função do padrão de uso. A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 11 de abril de 2017**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame será dirimidas no setor de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Av. Mato Grosso N 175- Centro, no horário de 07:00 às 11:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 27 de março de 2017

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇAO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 013/2017/PMNO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 028/2017/PMNO

Prefeitura municipal de Nova Olímpia **- Mato Grosso,** através da Pregoeira devidamente instituída, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar a Licitação na Modalidade **PREGÃO Nº. 013/2017/PMNO,** para seleção da melhor proposta pelo **menor preço por item ,** tendo como objeto a **CONTRATAÇAO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS CAMARAS E PROTETORES PARA PNEUS DESTINADOS AOS VEICULOS DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA OLIMPIA-MT.** A abertura do certame está prevista para as **08h00min do dia 10 de abril 2017**.As especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação. O edital completo poderá ser obtido pelos interessados através do site **www.novaolimpia.mt.gov.br**. As duvidas sobre o certame será dirimidas no setor de licitações de segunda a sexta-feira no prédio da prefeitura municipal de nova Olímpia localizado na Av. Mato Grosso N 175- Centro, no horário de 07:00 às 13:00 horas, ou contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia/MT, 27 de março de 2017

Eliete Silva

Pregoeira Oficial

CONVOCAÇÃO 007/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

O Município de Nova Olímpia - MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **José Elpídio de Moraes Cavalcante**, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Documento para convocar a candidata classificada no Processo Seletivo n° 001/2017, destinado ao preenchimento de vagas, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte, Turismo e Lazer.

Para que compareça na Secretaria Municipal de Educação, situada a Rua Sebastião André de Souza S/N, Bairro Boa Esperança, **no dia 28 de Março de 2017 (28/03/2017), às 07h30min** para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho, apresentando os documentos citados no **Item 4.5** do Edital 001/2017:

PROFESSOR – PEDAGOGIA

ORD. CLASSIF	Nº de Insc.	NOME	RG Nº	PROVA DE TÍTULOS	PROVA OBJETIVA	TOTAL	STATUS
027	049	Angelica Ventura Miranda	2229748-0 SSP/MT	10,87	48,00	58,87	Classificada

O não comparecimento no horário e data especificado na convocação implicará na desclassificação automática dos (as) candidatos (as) ora convocados.

Nova Olímpia - MT, 27 de Março de 2017.

JOSE ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 029/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT,

Contratada: RONIZE APARECIDA CHIODI FORLIN.

A **CONTRATADA** prestará a **CONTRATANTE:** serviços na função de PROFESSOR II, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, neste Município de Nova Santa Helena - MT.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

A **CONTRATANTE** se compromete em pagar o (a) **CONTRATADO (a)** pelos serviços supra citados a importância de R$ 861,60 (oitocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subseqüente ao vencido e desconto conforme legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá inicio em 07 de março de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017, conforme Processo Seletivo Simplificado 001/2017 e Lei Autorizativa n° 784/2016.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 113/2017

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Transferir a servidora **ZAIDE ALVES DA CRUZ**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 803.415 SSP/MT e do CPF nº 002.314. 061-50, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, para Secretaria Municipal de Assistência Social, à partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 13 de março de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 13/03/2017 à 13/04/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 032/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT,

Contratada: LIDIANA LAURA DE ARRUDA.

A **CONTRATADA** prestará a **CONTRATANTE:** serviços na função de PROFESSOR I, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, neste Município de Nova Santa Helena - MT.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

A **CONTRATANTE** se compromete em pagar o (a) **CONTRATADO (a)** pelos serviços supra citados a importância de R$ 1.148,73 (um mil cento e quarenta e oito reais e setenta e três centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subseqüente ao vencido e desconto conforme legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá inicio em 13 de março de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017, conforme Processo Seletivo Simplificado 001/2017 e Lei Autorizativa n° 784/2016.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 112/2017

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Transferir a servidora **GISLAINE OLIVEIRA DOS SANTOS**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2.103.380-3 SSP/MT e do CPF nº 748.541.601-44, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, Gabinete da Secretaria, para Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, Fundeb 40% Ensino Fundamental, à partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 13 de março de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 13/03/2017 à 13/04/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 116/2017

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Transferir a servidora **MARIA INÊS FERNANDES DE MORAIS**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1.198.222-5 SSP/MT e do CPF nº 411.729.491-15, da Secretaria Municipal de Assistência Social, para Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, a partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 13 de março de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 13/03/2017 à 13/04/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 030/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT,

Contratada: EUNICE CABRAL RUBIO CAMPOS.

A **CONTRATADA** prestará a **CONTRATANTE:** serviços na função de PROFESSOR II, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, neste Município de Nova Santa Helena - MT.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

A **CONTRATANTE** se compromete em pagar o (a) **CONTRATADO (a)** pelos serviços supra citados a importância de R$ 861,60 (oitocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subseqüente ao vencido e desconto conforme legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá inicio em 07 de março de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017, conforme Processo Seletivo Simplificado 001/2017 e Lei Autorizativa n° 784/2016.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 114/2017

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Transferir a servidora **ROSANGELA LANDIM**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 987.674 SSP/MT e do CPF nº 779.830. 841-53, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, Fundeb 40% Ensino Fundamental, para Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, Gabinete da Secretaria, à partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 13 de março de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 13/03/2017 à 13/04/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 031/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT,

Contratada: SEBASTIÃO CÂNDIDO.

O **CONTRATADO** prestará a **CONTRATANTE:** serviços na função de PROFESSOR II, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, neste Município de Nova Santa Helena - MT.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

A **CONTRATANTE** se compromete em pagar o (a) **CONTRATADO (a)** pelos serviços supra citados a importância de R$ 1.723,10 (um mil setecentos e vinte e três reais e dez centavos), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subseqüente ao vencido e desconto conforme legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá inicio em 09 de março de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017, conforme Processo Seletivo Simplificado 001/2017 e Lei Autorizativa n° 784/2016.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 022/2017

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº. 022/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT.

Contratado: Marcos José da Cunha

Data Assinatura: primeiro (1º) dia do mês de março (03) de dois mil e dezessete (2017)

Vigência: até 31 de dezembro de 2017.

Objeto: Pelo presente Termo Aditivo, as partes supra-identificadas, de comum acordo, resolvem aditar o local e os recursos utilizados nas Clausulas Primeira, Segunda e Quinta do Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº. 022/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 111/2017.

EXCELENTÍSSIMA PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª. TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Exonerar a pedido a Sra. **APARECIDA HILDA GONÇALVES**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 3.608.556-8 SSP/PR e do CPF nº. 523.684.409-68, do Cargo de Professora III, com efeitos retroativos a 01/03/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 13 de março de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 13/03/2017 à 13/04/2017.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS, com data de abertura prevista para o dia 07 de Abril de 2017, ás 08h00min, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena/MT, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS ÉTICOS (JUDICIAIS), PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA SANTA HELENA-MT, conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena-MT – Comissão Permanente de Licitação, sito na Paço Municipal José Gabriel Lorca s/n - Nova Santa Helena/MT e no site www.novasantahelena.mt.gov.br

Nova Santa Helena/MT, em 27 de Março de 2017.

EDIVALDO MOREIRA DA SILVA

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 027/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT,

Contratado: CLAUDINEI ALVES DOS SANTOS.

O **CONTRATADO** prestará a **CONTRATANTE:** serviços na função de MOTORISTA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, neste Município de Nova Santa Helena - MT.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

A **CONTRATANTE** se compromete em pagar o (a) **CONTRATADO (a)** pelos serviços supra citados a importância de R$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subseqüente ao vencido e desconto conforme legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá inicio em 01 de março de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017, conforme Processo Seletivo Simplificado 001/2017 e Lei Autorizativa n° 784/2016.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 115/2017

A EXMA. PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, Sr.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Artigo 1º - Transferir o servidor **MAURICIO FRANCISCO DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.306.746-0 SSP/PR e do CPF nº 589.537.449-20, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, Fundeb 40% Ensino Fundamental, para Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, à partir desta data.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 13 de março de 2017.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

- Prefeita Municipal -

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE.

Publicado e afixado no mural desta Prefeitura Municipal no período de 13/03/2017 à 13/04/2017.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO Nº 028/2017.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA-MT,

Contratada: SUZICREI ALVES SOARES.

A **CONTRATADA** prestará a **CONTRATANTE:** serviços na função de MERENDEIRA/COZINHEIRA, junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, neste Município de Nova Santa Helena - MT.

CLÁUSULA QUARTA – DA REMUNERAÇÃO

A **CONTRATANTE** se compromete em pagar o (a) **CONTRATADO (a)** pelos serviços supra citados a importância de R$ 1.180,00 (um mil cento e oitenta reais), acrescidos de horas extras e demais proventos de direito, mensais, que serão pagos até o 12º dia útil do mês subseqüente ao vencido e desconto conforme legislação.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá inicio em 02 de março de 2017 e término em 31 de dezembro de 2017, conforme Processo Seletivo Simplificado 001/2017 e Lei Autorizativa n° 784/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	54.430.789,00	127.167,10	54.557.956,10	577.354,81	39.628.765,28	39.628.765,28	39.628.765,28	72,63	14.929.190,82
DESPESAS CORRENTES	39.917.168,00	4.429.413,87	44.346.581,87	1.030.544,09	33.946.006,84	33.946.006,84	33.946.006,84	76,54	10.400.575,03
Pessoal e Encargos Sociais	22.701.770,00	1.016.100,00	23.717.870,00	1.639.757,92	18.849.827,48	18.849.827,48	18.849.827,48	79,47	4.868.042,52
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	17.215.398,00	3.413.313,87	20.628.711,87	-609.213,83	15.096.179,36	15.096.179,36	15.096.179,36	73,18	5.532.532,51
DESPESAS DE CAPITAL	10.299.071,00	-3.102.246,77	7.196.824,23	-453.189,28	5.682.758,44	5.682.758,44	5.682.758,44	78,96	1.514.065,79
Investimentos	9.349.071,00	-3.666.000,00	5.683.071,00	-453.189,28	4.169.005,21	4.169.005,21	4.169.005,21	73,35	1.514.065,79
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida	950.000,00	563.753,23	1.513.753,23		1.513.753,23	1.513.753,23	1.513.753,23	100,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	4.214.550,00	-1.200.000,00	3.014.550,00						3.014.550,00
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	2.569.211,00	-127.167,10	2.442.043,90	172.145,56	2.039.317,00	2.039.317,00	2.039.317,00	83,50	402.726,90
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	57.000.000,00		57.000.000,00	749.500,37	41.668.082,28	41.668.082,28	41.668.082,28	73,10	15.331.917,72
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	57.000.000,00		57.000.000,00	749.500,37	41.668.082,28	41.668.082,28	41.668.082,28	73,10	15.331.917,72
SUPERÁVIT (XIII)				5.358.674,55	4.483.746,34				-4.483.746,34
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	57.000.000,00		57.000.000,00	6.108.174,92	46.151.828,62	41.668.082,28	41.668.082,28	80,96	10.848.171,38
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)	2.569.211,00	-127.167,10	2.442.043,90	172.145,56	2.039.317,00	2.039.317,00	2.039.317,00	83,50	402.726,90
Pessoal e Encargos Sociais	1.739.211,00	702.832,90	2.442.043,90	172.145,56	2.039.317,00	2.039.317,00	2.039.317,00	83,50	402.726,90
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	830.000,00	-830.000,00							
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	2.569.211,00	-127.167,10	2.442.043,90	172.145,56	2.039.317,00	2.039.317,00	2.039.317,00	83,50	402.726,90
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)	2.569.211,00	-127.167,10	2.442.043,90	172.145,56	2.039.317,00	2.039.317,00	2.039.317,00	83,50	402.726,90

Emissão: 27/03/2017 13:18:23

Página 1
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964)

R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

João Batista Vaz da Silva
Prefeito Municipal

Marcio Garcia da Silva
CRC MT-009434/O-4

Emissão: 27/03/2017 13:18:23

Página 2
Homologado

SECRETARIA DE GABINETE
BALANÇO PATRIMONIAL 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO PATRIMONIAL
Dezembro/2016

Data de emissão: 27/03/2017

João Batista Vaz da Silva
Prefeito Municipal

Marcio Garcia da Silva
CRC MT-009434/O-4

Emissão: 27/03/2017 13:52:17 Página 7

Homologado

SECRETARIA DE GABINETE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	51.955.000,00	51.955.000,00	6.108.174,92	11,75	46.151.828,62	88,83	5.803.171,38
RECEITAS CORRENTES	42.538.429,00	42.538.429,00	5.428.280,76	12,76	43.739.719,36	102,82	-1.201.290,36
RECEITA TRIBUTARIA	4.999.800,00	4.999.800,00	270.312,61	5,40	5.045.184,55	100,90	-45.384,55
Impostos	4.584.000,00	4.584.000,00	246.508,35	5,37	4.960.480,67	108,21	-376.480,67
Taxas	415.800,00	415.800,00	24.014,50	5,77	262.847,99	63,21	152.952,01
Contribuição de Melhoria							
(-)Dedução da Receita Tributaria			-210,24		-178.144,11		178.144,11
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.431.750,00	1.431.750,00	258.213,97	18,03	2.119.443,57	148,03	-687.693,57
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas	1.431.750,00	1.431.750,00	258.213,97	18,03	2.119.443,57	148,03	-687.693,57
(-)Dedução da Receita de Contribuições							
RECEITA PATRIMONIAL	200.750,00	200.750,00	10.946,15	5,45	201.599,52	100,42	-849,52
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	200.750,00	200.750,00	10.946,15	5,45	189.473,97	94,38	11.276,03
Receitas de Concessões e Permissões					12.125,55		-12.125,55
Outras Receitas							
(-)Dedução da Receita Patrimonial							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
(-)Dedução da Receita Agropecuária							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
(-)Dedução da Receita Industrial							
RECEITA DE SERVIÇOS	34.252,50	34.252,50					34.252,50
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	35.051.350,00	35.051.350,00	4.860.746,71	13,86	35.853.210,19	102,28	-801.860,19
Transferências Intergovernamentais	39.357.150,00	39.357.150,00	5.372.771,18	13,65	39.919.447,74	101,42	-562.297,74
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	851.000,00	851.000,00	79.205,54	9,30	912.800,39	107,26	-61.800,39
Transferências para o Combate à Fomte							
(-) Dedução para foemação do FUNDEB	-5.156.800,00	-5.156.800,00	-591.230,01	11,46	-4.979.037,94	96,55	-177.762,06
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	820.526,50	820.526,50	28.061,32	3,41	520.281,53	63,40	300.244,97
Multa de Juros de Mora			6.976,90		92.816,11		-92.816,11
Indenizações e Restituições	9.826,50	9.826,50	965,73	9,82	16.016,87	162,99	-6.190,37
Receita da Dívida Ativa	747.000,00	747.000,00	15.932,55	2,13	396.534,33	53,08	350.465,67
Receitas Diversas	63.700,00	63.700,00	4.280,89	6,72	44.976,56	70,60	18.723,44
(-) Dedução de Outras Receitas Correntes			-94,75		-30.062,34		30.062,34
RECEITAS DE CAPITAL	9.416.571,00	9.416.571,00	679.894,16	7,22	2.412.109,26	25,61	7.004.461,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	65.000,00	65.000,00			27.900,00	42,92	37.100,00
Alienação de Bens Móveis	65.000,00	65.000,00			7.900,00	12,15	57.100,00
Alienação de Bens Imóveis					20.000,00		-20.000,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.351.571,00	9.351.571,00	679.894,16	7,27	2.384.209,26	25,49	6.967.361,74
Transferências Intergovernamentais	2.082.700,00	2.082.700,00					2.082.700,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	7.268.871,00	7.268.871,00	679.894,16	9,35	2.384.209,26	32,80	4.884.661,74
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	51.955.000,00	51.955.000,00	6.108.174,92	11,75	46.151.828,62	88,83	5.803.171,38
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	51.955.000,00	51.955.000,00	6.108.174,92	11,75	46.151.828,62	88,83	5.803.171,38
DÉFICIT/SUPERÁVIT (VI)	5.045.000,00	5.045.000,00					5.045.000,00
TOTAL(VII) = (V + VI)	57.000.000,00	57.000.000,00	6.108.174,92	10,71	46.151.828,62	80,96	10.848.171,38

Emissão: 27/03/2017 13:18:23

Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Superávit Financeiro Reabertura de Créditos Adicionais							

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) **R$ 1,00**

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)							
DÉFICIT (IV)	2.569.211,00	2.442.043,90	172.145,56	7,04	2.039.317,00	83,50	402.726,90
TOTAL (V) = (III + IV)	2.569.211,00	2.442.043,90	172.145,56	7,04	2.039.317,00	83,50	402.726,90

João Batista Vaz da Silva
Prefeito Municipal

Marcio Garcia da Silva
CRC MT-009434/O-4

Emissão: 27/03/2017 13:18:23

Página 3

Homologado

SECRETARIA DE GABINETE
BALANÇO FINANCEIRO 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2016

Data de emissão: 27/03/2017

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**46.151.828,62**	**40.937.512,34**	**Despesa Orçamentária**	**41.668.082,28**	**37.563.799,57**
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	51.339.073,01	44.344.879,72	Ordinária	41.668.082,28	37.563.799,57
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária	5.187.244,39	3.407.367,38			
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**	**2.751.879,86**	**1.803.427,08**
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas	2.751.879,86	1.803.427,08
Recebimentos Extra-Orçamentários	**4.278.586,08**	**4.628.076,26**	**Despesas Extra-Orçamentárias**	**5.250.044,56**	**5.230.638,70**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período		1.008.176,28	Pagos no período	710.288,18	1.460.561,75
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	4.152.841,17	3.551.779,43	Outras movimentações extra-orçamentárias	4.414.011,47	3.701.956,40
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	125.744,91	68.120,55	Outras movimentações extra-orçamentárias	125.744,91	68.120,55
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho			**Ajuste de Investimentos - Perda**		
Ajuste de Investimentos - Ganho			Ajuste de Investimentos - Perda		
Transferências de Aplicações Financeiras p/ Curto					
Saldo em espécie do exercício anterior	**2.029.655,79**	**1.880.935,23**	**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**2.790.063,79**	**2.923.272,55**
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento	2.029.655,79	1.880.935,23	Bancos conta movimento	2.790.063,79	2.923.272,55
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras - RPPS			Aplicações financeiras - RPPS		
(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversão)			(-)Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		

Emissão 27/03/2017 13:04:59 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2016

Data de emissão: 27/03/2017

Exercício: 2016 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
TOTAL	**52.460.070,49**	**47.446.523,83**	**TOTAL**	**52.460.070,49**	**47.521.137,90**

João Batista Vaz da Silva
Prefeito Municipal

Marcio Garcia da Silva
CRC MT-009434/O-4

Emissão 27/03/2017 13:04:59 Página 2

Homologado

SECRETARIA DE GABINETE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DEMOSTRATIVO DOS RESTOS 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2016

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES		293.985,08			293.985,08	
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes		293.985,08			293.985,08	
DESPESAS DE CAPITAL		3.903,02			3.903,02	
Investimentos		3.903,02			3.903,02	
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL		297.888,10			297.888,10	

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES		710.288,18	710.288,18		
Pessoal e Encargos Sociais		256.134,17	256.134,17		
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes		454.154,01	454.154,01		
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL		710.288,18	710.288,18		

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

João Batista Vaz da Silva
Prefeito Municipal

Marcio Garcia da Silva
CRC MT-009434/O-4

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2.017

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2.017

A Prefeitura Municipal de Nova Xavantina – MT, através de seu pregoeiro oficial, vem a público divulgar o RESULTADO da licitação na modalidade pregão presencial nº 012/2.017, processo administrativo nº 018/2.017, o qual tem objeto o REGISTRO DE PREÇOS FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS E MATERIAIS DE HIGIENE, LIMPEZA, LAVANDERIA E EQUIPAMENTOS, ATENDENDO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO, COM COMODATO DE DOSADORES AUTOMÁTICOS; vencedora do certame **ROMERO & LUIZ LTDA, inscrita no CNPJ nº 17.232.345/0001-73**, com o valor de R$ 786.990,80 (setecentos e oitenta e seis mil novecentos e noventa reais e oitenta centavos).

Nova Xavantina – MT, 27 de março de 2.017.

Walmir Arruda Costa - Pregoeiro Oficial

SECRETARIA DE GABINETE
DEMOSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**57.522.330,60**	**47.869.030,30**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**13.645.146,70**	**5.985.977,64**
IMPOSTOS	10.042.729,22	5.696.990,07
TAXAS	1.482.973,91	288.987,57
CONTRIBUICOES DE MELHORIA	2.119.443,57	
CONTRIBUIÇÕES		**1.806.726,74**
CONTRIBUICOES SOCIAIS		
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO		
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA		1.806.726,74
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**27.900,00**	**63.238,93**
VENDA DE MERCADORIAS		
VENDA DE PRODUTOS	27.900,00	
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS		63.238,93
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**211.938,41**	**172.078,32**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA	10.338,89	49.636,99
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	201.599,52	122.441,33
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**43.316.457,39**	**36.812.868,11**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	43.216.457,39	36.812.868,11
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS	100.000,00	
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS		
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS	**320.888,10**	**3.028.140,56**
REAVALIACAO DE ATIVOS		12.500,00
GANHOS COM ALIENACAO		72.400,00
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR NASCIMENTOS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS APREENDIDOS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR PRODUCAO		
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	23.000,00	
GANHOS COM DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	297.888,10	2.943.240,56
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES		
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS		
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		

Emissão: 27/03/2017 14:01:58 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**50.436.178,79**	**49.983.358,12**
PESSOAL E ENCARGOS	**20.943.405,02**	**19.191.401,60**
REMUNERACAO A PESSOAL	18.311.898,77	16.791.139,40
ENCARGOS PATRONAIS	2.631.506,25	2.400.262,20
BENEFICIOS A PESSOAL		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		**2.283,51**
APOSENTADORIAS E REFORMAS		
PENSOES		
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA		
BENEFICIOS EVENTUAIS		
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA		
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS		2.283,51
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**14.991.553,28**	**15.116.351,63**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	5.767.217,48	5.474.539,92
SERVICOS	8.532.866,69	8.017.947,17
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	691.469,11	1.623.864,54
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**655.040,87**	**1.568.792,95**
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	655.040,87	
JUROS E ENCARGOS DE MORA		
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		1.568.792,95
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**8.084.894,44**	**6.949.767,52**
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.851.879,86	2.390.615,52
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	4.979.037,94	4.367.325,78
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS	223.109,72	
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	30.866,92	35.478,54
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS		156.347,68
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	**5.274.899,61**	**6.575.104,31**
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	5.015.013,76	297.854,35
PERDAS COM ALIENACAO	150.729,21	137.496,85
PERDAS INVOLUNTARIAS	105.253,62	382.010,21
INCORPORACAO DE PASSIVOS		
DESINCORPORACAO DE ATIVOS	3.903,02	5.757.742,90
TRIBUTÁRIAS	**457.385,57**	**390.507,02**
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUICOES	457.385,57	390.507,02
CUSTO DE MERCADORIAS VENDIDAS		
CUSTO DE PRODUTOS VENDIDOS		
CUSTO DE SERVICOS PRESTADOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**29.000,00**	**189.149,58**
PREMIACOES	29.000,00	26.054,00
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES		
INCENTIVOS		107.773,00
SUBVENCOES ECONOMICAS		
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES		
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES		

Emissão: 27/03/2017 14:01:58 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**50.436.178,79**	**49.983.358,12**
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		55.322,58
Resultado Patrimonial do Período	**7.086.151,81**	**-2.114.327,82**

Emissão: 27/03/2017 14:01:58 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2016

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	4.169.005,21	2.588.076,35
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.513.753,23	928.330,81
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO	27.900,00	73.950,00

João Batista Vaz da Silva
Prefeito Municipal

Marcio Garcia da Silva
CRC MT-009434/O-4

Emissão: 27/03/2017 14:01:58 Página 4

Homologado

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2.017

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2.017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL – objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO E OUTROS.** Data de abertura dos envelopes: **11/04/2.017,**

às 9h00min (horário Brasília), no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – Centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado**,** e endereço eletrônico: compraspmnx@gmail.com.

Nova Xavantina – MT, 27 de março de 2.017.

WALMIR ARRUDA COSTA Pregoeiro Oficial.

SECRETARIA DE GABINETE
DEMOSTRAÇÃO DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2016

ESTADO DE MATO GROSSO - MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Dezembro/2016

Data de emissão: 27/03/2017

Exercício: 2016

P. Contas: PCASP-MT

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimônial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações / Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Ex. Anterior							**20.949.028,49**		**20.949.028,49**
Ajustes de Exercícios Anteriores							10.613,39		10.613,39
Aumento de Capital							10.613,39		10.613,39
Resultado do Exercício							20.959.641,88		20.959.641,88
Constituição/ Reversão de Reservas									
Dividendos									
Saldo Final Ex. Anterior Saldo Inicial Ex. Atual							**19.092.526,04**		**19.092.526,04**
Ajustes de Exercícios Anteriores							-1.472,44		-1.472,44
Aumento de Capital							7.084.679,37		7.084.679,37
Resultado do Exercício							26.177.205,41		26.177.205,41
Constituição / Reversão de Reservas									
Dividendos									
Saldo Final Ex. Atual							**26.177.205,41**		**26.177.205,41**

João Batista Vaz da Silva
Prefeito Municipal

Marcio Garcia da Silva
CRC MT-009434/O-4

Emissão: 27/03/2017 13:47:22 Página 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISTRATO Nº. 001/2017 DO CONTRATO Nº 013/2015

Pelo presente instrumento particular de Distrato, a Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, neste ato representado pelo **Sr. SILVANO PEREIRA NEVES**, Exmo. Prefeito Municipal, e do outro lado a Sra. **DUCILEIA GOMES DE OLIVEIRA,** brasileira, maior, portadora do RG. 0623737-1SSP/MT, e do CPF n º: 537.748.501-78,Contratadana função de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM,** residente e domiciliado no Município de Novo Horizonte do Norte/MT.

Resolve: de acordo com a Cláusula Sétima do Contrato de prestação de Serviço nº. 013/2015, datado de 10/09/2015, torna-se rescindido apedido da Servidoraa partir desta data**: 31/03/2017.**

Assim, dão as partes recíprocas e geral quitação, não restando motivo algum para que se exijam quaisquer vantagens decorrentes do contratoque se rescinde.

E, para firmeza do presente instrumento de Distrato, foi este redigido em duas vias, de igual teor e forma, as quais vão devidamente assinadas.

Novo Horizonte do Norte/MT, 31 de março de 2017.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

Ducileia Gomes de Oliveira

Contratada

Bruno Ricardo Barelalori

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2017

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 010/2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017

DISPÕE SOBRE A PUBLICAÇÃO DO RESULTADO DA PROVA DE TÍTULOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE/MT, CONFORME ESTABELECE O EDITAL Nº 001/2017, PUBLICADO EM 06 DE FEVEREIRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Portaria nº 051/2017.

Considerando o disposto nos itens 5.1 e 5.1.3 do Edital 001/2017 do Processo Seletivo Simplificado da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT.

R E S O L V E:

Art. 1º- Publicar o Resultado da Prova de Títulos do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017, da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, realizada no dia 24 de março de 2017, conforme discriminação anexa.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo Horizonte do Norte-MT, 27 de março de 2017.

AMILTON DA SILVA AMARAL

Presidente da Comissão

CARGO: PROFESSOR

INSC	NOME	TOTAL DE PONTOS DOS TÍTULOS
173	SILVIA CRISTINA O. PEIXOTO	12,0
263	IGOR DIONNE DOS S. PADOVAN	8,5
23	MARIA ROSANGELA DE SANTANA	7,5
22	BRAZ RIBEIRO D SILVA	7,0
79	LENICE SILVESTRE LOPES	7,0
165	GELSON SIMÕES MAGALHÃES	6,5
318	MARCELA RESENDE	6,5
344	CLAUDIA DANTAS ZANELA	0,0
89	CLEBER BORGES DOS SANTOS	0,0
291	DANIEL ALVES DE SOUZA	0,0
107	DERENICE LUIZA M. SANTOS	0,0
327	DIEGO DE ALMEIDA	0,0
342	GEOVANE LUZES GALVÃO	0,0
93	IZAC BORGES DA COSTA	0,0
105	LUCILENE MOREIRA DA SILVA	0,0
347	LUCINETE AP. DOS CONTREIRAS	0,0
80	RENATA BOMFIM LUCAS	0,0

CARGO: AGENTE SOCIAL DE ESPORTE E LAZER

INSC	NOME	TOTAL DE PONTOS DOS TÍTULOS
304	JULIANA DA SILVA	1,0
316	DEUERBETH SIQUEIRA VIEIRA	0,0
317	DANILO ALVES NEGRO	0,0
348	ERICA DOS SANTOS CONTREIRAS	0,0

CARGO: COORDENADOR DE ESPORTE E LAZER

INSC	NOME	TOTAL DE PONTOS DOS TÍTULOS
280	BRUNO PIERETTI DOS SANTOS	0,0
281	EDER ANTONUCCI DOS SANTOS	0,0
119	MARCOS ANTONIO DE JESUS	0,0
261	NOEL MOREIRA BARROS	0,0
217	WALLINGSON FELIPE ALENCAR	0,0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 105/2017

"Dispõe sobre nomeação da Comissão de Avaliação de bens inservíveis para Leilão".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. **Silvano Pereira Neves**, no uso de suas atribuições legais;

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear a Comissão de Avaliação Patrimonial de bens inservíveis para leilão desse Poder Público a ser realizado na Prefeitura Municipal,

Presidente: Cláudio Ferreira Amorim

Membro: José Aparecido Ferreira

Membro: Iuri Valério Leite

Parágrafo único: A data estipulada para a realização do leilão estará prevista no Edital de Publicação de acordo com os princípios da Lei.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 27 de março de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA N.º 113/2017. ROSIMEIRE ANANIAS JORDÃO

De 17 de Março de 2017.

"Dispõe sobre Nomeação de Cargo em Comissão, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º. **NOMEAR** a Sra. **ROSIMEIRE ANANIAS JORDÃO**, portadora da Cédula de Identidade RG: nº 2522446 SSP/MT e devidamente inscrita no CPF sob nº. 053.252.441-16, para o cargo em comissão de **COORDENADORA DE APOIO ADMINISTRATIVO**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, e criado através da Lei Complementar n.º 023/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de Março de 2017, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 17 de Março de 2017.

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA Nº 112/2017. TEREZINHA DAUFENBACH

De 17 de Março de 2017.

"Dispõe sobre concessão de Férias, e dá outras providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E :

Artigo 1° CONCEDER Férias em conformidade com o Art. 69 da LC n.º 004/2001, no período de 01/03/2017 á 30/03/2017 **TEREZINHA DAUFENBACH,** brasileira, Portadora da Cédula de Identidade RG nº 4.857.971-0 SSP/PR e CPF sob o nº 688.815.929.91, efetiva no cargo de *AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS*, devidamente matriculada sob a matrícula 843, referente aos períodos aquisitivos de 03/09/2015 a 02/09/2016.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 01 de Março de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 17 de Março de 2017.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA N.º 114/2016. PREVI-MUNDO

De 17 de Março 2017.

"*Dispõe sobre concessão de afastamento de servidora em virtude de Licença Maternidade, e dá outras providências".*

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais*

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER** Licença-Maternidade em conformidade com o artigo 26 º, da lei 189/2004, registro de nascimento, para o período de 02/03/2017 à 29/06/2017 à servidora Srª. LUZIA SOBOLESKI**,** portadora do RG nº 14592304 SSP/MT e do CPF nº 001.612.371.93, servidora efetiva no cargo de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL VIGIA** matriculada no DRH sob o nº 886.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Com efeitos a partir de 02/03/2017

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 17 de Março de 2017.

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA Nº. 115/2017

De 20 de Março de 2017.

"***Dispõe sobre a Exoneração de Conselheira Tutelar, e dá outras providências."***

O Exmo. Senhor PREFEITO MUNICIPAL De Novo Mundo, Estado De Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Artigo 1° - **EXONERAR**, a Senhora **ATENIZE AFONSO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1775086-5SSP/MT e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 033.377.911.82, do cargo de *CONSELHEIRA TUTELAR*, lotada nos Órgãos Colegiados do Gabinete do Prefeito nos termos da Lei Complementar n.º 023/2011, Lei nº 010/1997, Resolução n.º 003/2015 do CMDCA e Lei Federal n.º 12.696/2012.

Artigo. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, em 20 de Março de 2017.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA Nº. 116/2017. CARLOS ANTONIO DE MORAIS

De 20 de Março de 2017.

"Dispõe sobre concessão de Férias, e dá outras providências".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da LC n.º 004/2001, no período de 01/03/2017 a 30/03/2017, ao servidor Sr.**CARLOS ANTONIO DE MORAIS,** brasileiro, portador do CPF sob o nº 469.027.401.00, no cargo de VIGIA, devidamente matriculado sob o nº 877, referente o período aquisitivo de 03/09/2014 a 02/09/2015**.**

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 01 de Março de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 20 de Março de 2017.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA Nº. 117/2017. JULIANA JUNG

De 20 de Março de 2017.

"Dispõe sobre concessão de Férias, e dá outras providências".

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Férias em conformidade com o Art. 69 da LC n.º 004/2001, no período de 0403/2017 a 03/04/2017, a servidora Sra.**JULIANA JUNG,** brasileira, portador do CPF sob o nº 021.547.561.58, no cargo de VIGIA, devidamente matriculado sob o nº 877, referente o período aquisitivo de 02/07/2016 a 01/07/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos a partir de 04 de Março de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 20 de Março de 2017.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

LEI Nº 001/2017. DE 27 DE MARÇO DE 2017.

"Dispõe sobre alteração da Lei 385/2015, que trata da Verba Indenizatória no exercício da atividade parlamentar, Normatiza a Concessão de Diárias à Vereadores e dá outras providências".

O Presidente da Câmara Municipal de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e o Prefeito aquiescendo, sancionará e promulgará a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Lei Municipal de nº 385/2015, que passa a vigorar com a seguinte redação.

Art. 2º Os valores pagos a título de indenização serão de até:

I – R$ 800,00 (oitocentos Reais) para os vereadores no exercício da atividade parlamentar, e R$ 1.000,00 (Hum mil Reais) para o Presidente da Câmara de Vereadores, nos termos do artigo 37, § 11 da Constituição Federal.

Art.3º A verba de que trata esta lei será paga mensalmente aos Vereadores em efetivo exercício da atividade Parlamentar, de forma compensatória, por despesas presumidas com manutenção de veículo próprio, ou de terceiros que estejam a sua disposição, despesas com a divulgação de seus trabalhos de forma individual, despesas na organização de reuniões com membros e lideranças, publicidade em eventos da sociedade organizada, despesas com alimentação e hospedagem quando deslocado em um raio de abrangência de 200 KM (duzentos quilômetros) da sede do município, ou vice versa, com o objetivo de cumprir com suas obrigações inerentes à atuação parlamentar.

Art. 4º As despesas presumidas também referem se a eventuais pagamentos de serviços prestados por terceiros, tanto de pessoa física, como jurídica, no que tange a assessoria e auxilio com o objetivo de aprimorar sua atuação Parlamentar de caráter individual e não institucional.

§ - Único – Quando o Vereador deslocar-se de veículo Próprio, ou de terceiros, considera se, que as despesas eventuais com abastecimento e manutenção, sejam cobertas, utilizando a Verba acima mencionada.

Art. 5º. A partir da Promulgação desta lei, serão concedidas diárias, para vereadores, ainda, quando estes estiverem em missão representativa oficial, ou de caráter administrativo de gestão da Câmara, junto a órgãos ou eventos, que se fizerem necessários a citada representatividade, ou para acompanhar outras autoridades também em missões oficiais, bem como congressos técnicos na área administrativa e legislativa.

§- Único – No caso da impossibilidade dos citados acima viajarem, ou comprovada a real necessidade ou importância da participação de um Vereador ou mais representantes, caberá ao Presidente através de ato oficial, nomear os Vereadores representantes da Câmara Municipal, fazendo jus assim ao pagamento de diárias necessárias, bem como passagens rodoviárias e ou aéreas, que deverão ser anexadas ao relatório apresentado quando do retorno.

Art. 6º. Excetuam-se dessas exigências elencadas no artigo 4º e § Único, as solicitações de diárias para a Capital estadual, sendo necessária tão somente a solicitação e a comprovação de despesas com passagens anexadas ao relatório de viagem.

§- 1º - Não poderá haver diferenciações de valores, que não estiverem contidos nesta lei, a não ser que o vereador tenha assumido proporcionalmente suas atividades (convocação de suplente) ou o titular tenha se licenciado do cargo, em ambos os casos, o pagamento será proporcional aos dias de posse efetivos da função e atuação parlamentar.

§ - 2º - A diminuição do valor pago, só poderá ser feita, mediante queda do repasse orçamentário ou surgimento de despesa extra orçamentária que inviabilize o pagamento do valor estipulado.

Art. 7º. O pagamento da Verba indenizatória será feito até o 5º dia útil do mês subsequente, e será depositado na conta do favorecido mediante transferência eletrônica.

Art. 8º. Não será necessário apresentar comprovantes fiscais dos gastos com a utilização da verba indenizatória, considerando que são gastos presumidos, mas deverão ser pautados pela razoabilidade e legalidade, e as atividades realizadas deverão ser expressas de maneira objetiva em relatório padrão a ser elaborado pela mesa diretora, através de ato, e deverão ser apresentados mensalmente até o dia 25 (vinte e cinco) de cada mês.

Art. 9º. Qualquer caso omisso ou mudanças que se fizerem necessárias, poderá ser adequado por Projeto de Resolução da Mesa Diretora do poder Legislativo.

Art. 10. As despesas decorrentes para a aplicação desta Lei correrão por conta de Crédito já Previsto no Orçamento em Vigência.

Art. 11. Esta lei produzira efeitos para fins de pagamento de verba indenizatória à partir do mês de Março de 2017.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial as contidas na Lei nº 385/2015.

Novo Mundo-MT, aos 27 (vinte sete) de Março de 2017.

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA N.º 118/2017. JAQUELINE OLIVEIRA KIISTER

De 20 de Março de 2017

"Dispõe sobre concessão de Licença-Maternidade à servidora, e dá outras providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E:

Artigo 1° - **CONCEDER** Licença-Maternidade em conformidade com o inciso XVIII do artigo 7º, da CF/88 para o período de 20/03/2017 à 17/07/2017 à servidora Sra. JAQUELINE OLIVEIRA KIISTER, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 1715817-6 SSP/MT e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 021.972.701.50, no cargo de **Agente Comunitário de Saúde,** matriculada no DRH sob o nº 2679.

Artigo 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 20 de Março de 2017.

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO - MT
PORTARIA Nº. 119/2017. FABIO ALEUTO FREIRE

De 20 de Março de 2017.

"Dispõe sobre transferência de lotação de servidores para adequação de fontes de recursos, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º. TRANSFERIR de lotação os servidores abaixo relacionados para adequação das fontes de recursos segundo normas do STN:

Mat.	Servidor	Da:	Para:
2205	Fabio Aleuto Freire	Secretaria de Saúde	Secretaria de Administração

Art. 2º. Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria 250/2016, com efeitos a partir de 01 de Março de 2017.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 20 de Março de 2017.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 001/2017

A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 085/2016

ADERENTE (CONTRATANTE) Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio-MT,

CONTRATADA: MARIA JOSÉ DOS REIS COELHO-ME CNPJ: 10.226. 940/0001-57

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto firmar a Adesão a Ata de Registro de Preços nº. 085/2016 resultante do Pregão Presencial nº nº063/2016 realizado pela Prefeitura Municipal de Diamantino-MT visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO. Através da disponibilidade da contratada.

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses

VALOR DA ADESÃO : R$ 110.769,4 (CENTO E DEZ MIL E SETECENTOS E SESSENTA E NOVE REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

Novo Santo Antônio-MT 27 de Março de 2017

ADÃO SOARES NOGUEIRA

Prefeito Municipal

Município de Novo Santo Antonio-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO DE CONTRATO AO CT 130/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 130/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 69/2016

TOMADA DE PREÇOS: Nº 09/2016

OBJETO: CONTINUAÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL NOSSA SENHORA DE LOURDES NA CIDADE DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PLANO DE TRABALHO.

CONTRATANTE: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

CONTRATADA: HERCON SERVICOS LTDA - EPP.

VALOR: INALTERADO

PERÍODO DE VIGÊNCIA: 23/02/2017 à 03/05/2017

FUNDAMENTO LEGAL: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 23 de FEVEREIRO de 2017.

_____

ANTONIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
LEI 762/2017

LEI Nº. 762/2017

EM: 27/03/ 2017.

“Dispõe sobre a concessão de reajuste, a titulo de revisão geral anual, nos vencimentos do funcionalismo público legislativo e nos subsídios dos vereadores da Câmara Municipal de Novo São Joaquim/MT, e da outras providências”.ANTONIO AUGUSTO JORDÃO, Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, , faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:**Art. 1º** - Fica concedido reajuste, à titulo de revisão geral anual, visando compor as perdas salariais devido a inflação anual nos vencimentos dos servidores e no subsidio dos vereadores da Câmara Municipal de Novo São Joaquim/MT, conforme art. 37, inciso X, da Constituição Federal, acumulado no intervalo de tempo compreendido em ter dezembro de 2015 a novembro de 2016, de acordo com INPC – Indice Nacional de Preço ao Consumidor.**Art. 2º** - O reajuste sera de 7,38% (*sete virgula trinta e oito por cento)* a incidir sobre os vencimentos dos servidores e no subsídio dos vereadores da Câmara Municipal de Novo são Joaquim/MT, tudo de acordo com a Lei Municipal 760/2017**Art. 3º** - A data base de aplicação da revisão geral para o exercício de 2017 será de Janeiro de 2017**Art. 4º -** - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão constates das verbas orçamentárias proprias**Art. 5º** - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de Janeiro de 2017, revogam as disposições em contrário.Gabinete do Prefeito Municipal, aos vinte e sete do mês de Março de 2017Antonio Augusto JordãoPrefeito Municipal.

LICITAÇÃO/PREGOEIRO
PREGÃO PRESENCIAL 10/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 10/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 09h00 horas (Brasília) do dia 10 de Abril de 2017**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim - Mato Grosso, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8. 666/93. O **credenciamento** será feito das **08h30 às 09h00**. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação e seus Anexos deverão ser entregues ao Pregoeiro até às **09h00 horas (Brasília) do dia 10 de abril de 2017**. **OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA ATENDIMENTO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA. RETIRADA DO EDITAL:** sites: www.novosaojoaquim.mt.gov.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00. **INFORMAÇÕES:** Interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo. **TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3479-1158. **Novo São Joaquim - MT, 27 de Março de 2017.**

GERALDO PEREIRA DA SILVA SORINHO

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO 28/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº. 28/2017

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº. 11/2017

INEXIGIBILIDADE: Nº 1/2017

Objeto: APRESENTAÇÃO DE SHOW NACIONAL COM A DUPLA "FERNANDO E SOROCABA", DURANTE O EVENTO "31º ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM" QUE SERÁ REALIZADO NO CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL NO PERÍODO DE 04/05 À 06/05/2017. O SHOW SERÁ REALIZADO NO DIA **05/05/2017 COM DURAÇÃO DE 1H30M**.

Contratada: F & S PRODUÇÕES ARTISTICAS LTDA.

Valor: R$ 210.000,00 (Duzentos e dez mil reais).

Período de vigência: 05/05/2017.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 20 de Março de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO Nº 1337/2017

DECRETO Nº 1337/2017

"Dispõe sobre a alteração do artigo 1º do Decreto de nº 1312/2017 e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor,

Considerando o disposto na Súmula 473 do Supremo Tribunal de Justiça que diz: "*A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".*

DECRETO:

Art. 1º - O artigo 1º do Decreto nº 1312/2017, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Prorrogar o Processo Seletivo Simplificado que foi autorizado pela Lei de nº 1163/2015 e a Lei nº 1193/2015 e que foi homologado no dia 18 de janeiro de 2016 da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, com fulcro nos artigos 2º das respectivas Leis, conforme relação dos candidatos aprovados já devidamente divulgada e publicada que fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor com data retroativa a 18 de janeiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 17 de março de 2017

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 24/2017

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 108 de 27 de Janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2017**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Constitui objeto da presente o Registro de Preço para futura e eventual Contratação de Empresa Especializada em **Prestação de Serviços de Hospedagem,** para atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Administração e demais Secretarias do Município de Paranatinga - MT. Conforme especificações contidas no ANEXO I do respectivo Edital. Data de abertura **10/04/2017** – Segunda - feira ás 08:00 horas **(**Local). O edital e os seus anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com – telefone 66-3573-1329 ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h. Em 27 de Março de 2017. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 245 DE 21 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 245 DE 21 DE MARÇO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o **Sr. LEONARDO BENEDETI RODRIGUES**, inscrito no CPF sob o número 394.323.860-15 e portador do RG de número 8029707158 SSPPC/RS, para responder pelo Cargo de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO,** nos termos da Lei n. 1402/2017.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 21 de março de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 241 DE 20 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 241 DE 20 DE MARÇO DE 2017

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a **Sra. ROSEMIR MENINO DA SILVA**, inscrita no CPF sob o número 601.190.551-04 e portadora do RG de número 000816026, SSP/MS, do Cargo de **DIRETOR (A) DE DEPARTAMENTO DE APOIO AOS PROGRAMAS ESPECIAIS**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 20 de março de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 242 DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 242 DE 20 DE MARÇO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a **Sra. ROSEMIR MENINO AGUAIO**, inscrita no CPF sob o número 601.190.551-04 e portadora do RG de número 000816026, SSP/MS, para responder pelo cargo de **DIRETOR (A) DA CASA TRANSITÓRIA,** conforme Lei 1156/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 20 de março de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 243 DE 20 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA Nº 243 DE 20 DE MARÇO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **EXONERAR** a **Sra. KARINA SILVA PINHEIRO**, inscrita no CPF sob o número 018.940.151-69 e portadora do RG de número 16516125, SSP/MT, do Cargo de **DIRETOR (A) DA CASA TRANSITÓRIA,** conforme Lei 1156/2014.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 20 de março de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 247 DE 21 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 247 DE 21 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Público Municipal **Sra. LUCIA MARIA ALVES DE CAMPOS MIRANDA**, Matrícula 1891, portadora do RG sob o nº 07509537 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 502.749.611-72, ocupante do Cargo Efetivo de "**PROFESSOR C"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Escola Municipal 17 de Dezembro, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DA LICENÇA
2007/2012	06/02/2017 À 07/05/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 06 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Paranatinga-MT, 21 de março de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 244 DE 20 DE MARÇO DE 2017

PORTARIA Nº 244 DE 20 DE MARÇO DE 2017

O Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, **Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais:

RESOLVE:

I – **NOMEAR** a **Sra. KARINA SILVA PINHEIRO**, inscrita no CPF sob o número 018.940.151-69 e portadora do RG de número 16516125, SSP/MT, para responder pelo cargo de **DIRETOR (A) DE DEPARTAMENTO DE APOIO AOS PROGRAMAS ESPECIAIS**.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga – MT, 20 de março de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 246 DE 21 DE MARÇO DE 2017.

PORTARIA N° 246 DE 21 DE MARÇO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Público Municipal **Sra. WANDA APARECIDA NUNES COSTA**, Matrícula 134, portadora do RG sob o nº 13479422 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o nº 064.124.938-16, ocupante do Cargo Efetivo de "**PROFESSOR C"**, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – Escola Municipal 17 de Dezembro, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento da Servidora.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DA LICENÇA
2006/2011	06/02/2017 À 07/05/2017

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 06 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Paranatinga-MT, 21 de março de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

PORTARIA Nº 210/2017. DE 24 DE MARÇO DE 2015.

Dispõe sobre nomeação de Comissão para a realização da 1ª Conferência Municipal da Saúde da Mulher e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a realização da 1ª Conferência Municipal da Saúde da Mulher, no período de 27 e 28 de abril de 2017;

RESOLVE:

ART. 1º - Nomear a Comissão para a realização da 1ª Conferência Mencionada acima, conforme abaixo descrito:

I - Presidente

Lucimar Nogueira da Silva Freitas;

II – Coordenador Geral

Marildete Rocha dos Santos;

III – Comitê Executivo da 1ª CESMU

Altiva dos Santos Rocha; Adalto Macedo da Silva; Mariana Freitas da Silva; Maria Madalena Moreira Grapiúna; Marildete Rocha dos Santos

IV – Comissão Executiva

Lucimar Nogueira da Silva Freitas; Luiz Candido Rodrigues; Haiana Karoline Moreira de Oliveira; Marildete Rocha dos Santos; Celio Cirino Freitas;

V – Comissão de Assessoria de Comunicação e Mobilização

Maria Madalena Moreira Grapiúna; Luzia Aparecida Nunes Barbosa; Luiz Candido Rodrigues; Rosa Maria do Nascimento;

VI – Comissão de Formulação e Relatoria

1. Lucimar Nogueira da Silva Freitas;

2. Marildete Rocha dos Santos;

3. Altiva de Souza Rocha;

ART. 2º - Esta portaria entra vigor na data da sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

DECRETO Nº 023/2017 DE 24 DE MARÇO DE 2017

"Dispõe sobre abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR e dá outras providências"

JUVENAL PEREIRA BRITO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Artigo 1º - Nos termos da Lei Municipal nº 976/2017, de 10 de março de 2017, e de acordo com os artigos 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64, fica aberto no orçamento vigente do Município de Pedra Preta, **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR** no montante de R$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais), destinado ao reforço das seguintes dotações:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA **001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA** **1067 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos** (138) – 44905200000 – Equipamentos e Material Permanente **Fonte de Recursos:** 1 – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente	R$	30.000,00
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA **001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA** **1069 – Imp.e Extensão da Rede de Agua Serv.Complementares** (140) – 44905100000 – Obras e Instalações	R$	13.000,00
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA **001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA** **2088 – Manutenção das Atividades da Secretaria** (1006) – 33903900000 – Outros Serviços de Terceiros-P. Jurídica	R$	6.000,00
TOTAL	**R$**	**49.000,00**

Artigo 2º - Para cobertura do Crédito Suplementar mencionado no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações, do orçamento vigente:

02 – PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA **001 – GABINETE DO PREFEITO** **1004 – Aquisição de Equipamentos** (29) – 44905200000 – Equipamentos e Material Permanente **Fonte de Recursos:** 1 – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente	R$	10.000,00
03 – SECRETARIA GERAL DE COORD. E ADMINISTRAÇÃO **001 - SECRETARIA GERAL DE COORD. E ADMINISTRAÇÃO** **1006 – Aquisição de Móveis e Equipamentos** (48) – 44905200000 – Equipamentos e Material Permanente **Fonte de Recursos:** 1 – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente	R$	20.000,00
03 – SECRETARIA GERAL DE COORD. E ADMINISTRAÇÃO **001 - SECRETARIA GERAL DE COORD. E ADMINISTRAÇÃO** **1092 – Reforma e Ampliação do Paço Municipal** (657) – 33903900000 – Outros Serviços Terceiros – P. Jurídica **Fonte de Recursos:** 1 – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente	R$	19.000,00
TOTAL	**R$**	**49.000,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO

AOS VINTE E QUATRO DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

DECRETO Nº. 024/2017. DE 27 DE MARÇO DE 2017.

Dispõe sobre a ***NOMEAÇÃO*** de **Candidato Aprovado no CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2016**, para admissão ao Serviço Público Municipal, e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, **PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO A HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO 001/2016 ATRAVÉS DO DECRETO Nº. 045/2016 DE 29 DE ABRIL DE 2016;

CONSIDERANDO o estabelecido na Lei Municipal n.º 075/98;

CONSIDERANDO a existência de vaga nos órgãos da Administração Municipal;

DECRETA:

***ARTIGO 1º* -Nomear o a baixos relacionados para exercer o cargo respectivo, cuja posse deverá ocorrer no prazo máximo de até 30 (trinta) dias a contar da data de publicação da presente nomeação:**

PSICÓLOGA – SEDE

CLASSF	Nº INSCRIÇÃO	NOME DOS CANDIDATOS	DATA EXERCÍCIO	LOTAÇÃO
2º	0027380	Paula Azevedo de Medeiros	27/03/2017	Sec. Municipal de Assistência Social

MÉDICO CLÍNICO GERAL DO HOSPITAL – SEDE

CLASSF	Nº INSCRIÇÃO	NOME DOS CANDIDATOS	DATA EXERCÍCIO	LOTAÇÃO
4º	0000820	Mariela Teodoro de Melo	27/03/2017	Sec. Municipal de Saúde
5º	0000360	Arthur Emílio Vieira Leite de Figueiredo	27/03/2017	Sec. Municipal de Saúde

***PARÁGRAFO PRIMEIRO* - Conforme prevê o parágrafo 1º do Artigo 14 da Lei Municipal no 075/1998, o prazo previsto no caput deste artigo poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, se requerido pelo interessado, mediante justificativa.**

***PARÁGRAFO SEGUNDO* -** A presente nomeação será tornada sem efeito se a posse do servidor não ocorrer nos prazos fixados no caput e parágrafo 1º deste Artigo.

***ARTIGO 2º* - O servidor hora nomeado deverá entrar em exercício no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da posse.**

***PARÁGRAFO ÚNICO* -** Será exonerado o servidor empossado que não entrar em exercício no prazo estabelecido no caput deste artigo.

***ARTIGO 3º* -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.**

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

JAIRO PRADELA

Sec. Geral de Coord. Administrativa

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N. 01/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N. 01/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DE PLANALTO DA SERRA - IMPAS, com sede na Praça São Carlos, 755, Bairro Centro, cidade de Planalto da Serra - MT, torna público o presente edital para CREDENCIAMENTO de instituições financeiras, conforme autorização do Representante Legal do RPPS, pelo que segue:

FINALIDADE: prestação dos serviços de gestão financeira em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, com observância às condições estabelecidas neste Edital.

ABERTURA: às 13:00 horas do dia 28 de março de 2017.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO e os seus anexos poderão ser retirados na sede do IMPAS a partir do dia de 28 de março de 2017, das 13:00 as 17:00 horas. Para maiores informações entrar em contato telefônico através do número (66) 3328-6308 /3328-6101.

Local/Data.

_____

CLEIDE NEVES DOS SANTOS PEREIRA

Gestora do IMPAS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2017

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 003/2017

PROCESSO Nº 009/2017.

RATIFICAÇÃO

A Prefeita Municipal de Planalto da Serra-MT, Srª Angelina Benedita Pereira, torna público, em consideração ao parecer jurídico emitido no processo de contratação direta, **RATIFICA** o presente procedimento de inexigibilidade de licitação, a fim de contratação da empresa **E N DOS SANTOS E PEREIRA LTDA - ME**, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 19.781.892/0001-33**, visando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PERTENCENTES AO SISTEMA DE LIMPEZA URBANA COM PATRULHA MECANIZADA COMPÓSTA DE PÁ MECÂNICA COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 128HP E 01 (UM) CAMINHÃO BASCULANTE COM CAPACIDADE MINIMA DE 6,0M3 OS SERVIÇOS DEVERÃO SER EXECUTADOS EM TODO PERIMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE PLANALTO DA SERRA-MT, COM RECURSOS ORIUNDOS DO TESOURO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERENCIA ANEXO - I E DEMAIS ANEXOS, p**or Um Período de 01 (um) mês, no município de Planalto de Serra-MT, no valor total de **R$ 30.640,00 (Trinta mil seiscentos e quarenta reais),** conforme disposições em contrato próprio a ser celebrado, tudo exarado do expediente de inexigibilidade de licitação, com fulcro no caput do art. 25 da Lei 8.666/93, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26 do mesmo diploma legal. Planalto da Serra/MT, 27 de Março de 2017.**Angelina Benedita Pereira-Prefeita Municipal**

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS

DE INVESTIMENTOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2017

O **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PUBLICO DE PLANALTO DA SERRA - IMPAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 02.274.804/0001-04 com sede na Praça São Carlos, 755, Centro, neste ato representado por CLEIDE NEVES DOS SANTOS PEREIRA portadora da Cédula de Identidade RG n. 1529332-7 SSP/MT e CPF n. 004.649.691-23 (casada), residente e domiciliado em Avenida Santo Ângelo, Sn, Centro, Planalto da Serra-mt, Gestor do RPPS, no uso de suas atribuições legais, torna público o CREDENCIAMENTO de instituições prestadoras de serviços de gestão financeira em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, combinados com os artigos 27 a 30 e 34 a 37 da Lei nº 8.666/1993 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

1 DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem por objeto o credenciamento de Instituições Financeiras e Fundos de Investimentos que estejam autorizados, nos termos da Legislação em vigor, a atuar no Sistema Financeiro Nacional, com fiel observância das Normas que regulamentam as aplicações de recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS no Mercado Financeiro Nacional, em especial as estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e Ministério da Previdência Social – MPS.

1.2 O credenciamento de fundos de investimento, instituições administradoras e gestoras de fundos de investimento, instituições e pessoas naturais integrantes do sistema de distribuição junto ao RPPS, é requisito prévio para fins de alocação dos recursos vinculados ao RPPS, devendo observar o disposto neste ato e em seus anexos.

1.3 O objetivo da administração dos recursos financeiros do Fundo de Previdência é a maximização da rentabilidade de seus ativos, buscando constituir reservas suficientes para pagamento dos benefícios de seus participantes, levando em consideração os fatores de risco, segurança, solvência, liquidez e transparência, constituindo todos os esforços para o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial dentro dos parâmetros legais e em consonância com o estabelecido na Política Anual de Investimentos vigente do IMPAS.

2 CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão ser credenciadas as instituições financeiras e fundos de investimentos devidamente autorizados a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, cuja finalidade e ramo de atuação estejam em consonância com o objeto deste Credenciamento.

2.2 A participação neste Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital.

2.3 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

a) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública;

b) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

c) Estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação, exceto quando na carteira de investimentos já existir aplicação financeira da instituição.

3 ETAPAS DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

Poderão requerer o Credenciamento junto ao RPPS quaisquer pessoas jurídicas ou naturais que atendam às condições exigidas no presente Edital, obedecidas as seguintes etapas:

3.1 PRIMEIRA ETAPA: HABILITAÇÃO

A Empresa que desejar participar do processo de credenciamento deverá apresentar os seguintes documentos:

3.1.1 Documentos Gerais:

a) Fornecer ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários;

b) Fornecer declaração na qual expressem que não efetuarão quaisquer retenções tributárias, dada a Imunidade Tributária dos Fundos Públicos de Previdência; Anexo I.

c) Apresentar declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em razão de infração grave considerada pela Autarquia ao Administrador, nos 05 (cinco) anos anteriores ao credenciamento; Anexo II.

d) Comprovação de atendimento à exigência de classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento;

e) Comprovação de filiação à ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ou ser aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento ou ao Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE.

3.1.2 Documentos Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subseqüentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembléia da última eleição da Diretoria, com os respectivos cadastros de pessoa física – CPF de seus atuais administradores;

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil e/ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

3.1.3 Documentos que Comprovem a Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade junto à Receita Federal do Brasil, por meio de Certidão Negativa de Débitos conjunta da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (Tributos Federais e Dívida Ativa da União);

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da instituição, na forma da lei, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou de Certidão de Não Contribuinte;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, por meio de Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias;

e) Prova de regularidade quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de Certidão de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

3.1.4 Documentos Referentes à Qualificação Técnica

a) Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo e que concorda com todas as condições deste Edital; Anexo III e IV.

b) Declaração da empresa informando que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras que entrarem em vigor posteriormente; Anexo V.

c) Declaração de cumprimento do artigo 7º inciso XXXIII da Constituição Federal e Lei nº 9.854/99 regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02, fornecida pela empresa e assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador; Anexo VI.

d) Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe; Anexo VII.

3.1.5 Em caso de Fundos de Investimentos:

a) Quando tratar-se de aplicação em Fundos de Investimentos, o credenciamento recairá também sobre a figura do gestor e do administrador do fundo, que deverá apresentar, além de toda a documentação solicitada neste edital:

a.1)-Histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;

a.2)-Volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como qualificação do corpo técnico e comprovação de segregação de atividades;

a.3)-Lâmina do fundo de investimento que possibilite a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

3.1.6 As Instituições Financeiras habilitadas a participar do Processo de Credenciamento poderão ser submetidas a uma série de quesitos e à apresentação de documentos relacionados às condições de segurança, rentabilidade, solvência, transparência e legalidade de sua constituição e dos produtos ofertados por elas.

3.1.6.1 Os quesitos e documentos supra mencionados serão submetidos à análise.Gestor do FUNDO/INSTITUTO.

3.1.7 Será considerada não credenciada a Instituição Financeira que não apresentar quaisquer dos itens acima, ou apresentá-las com vícios, rasuras ou contrariando qualquer exigência contida neste Edital.

3.1.7.1 Adicionalmente aos documentos arrolados, deverão ser disponibilizadas pelo requerente as informações constantes do **Termo de Análise de Credenciamento de Instituição Administradora ou Gestora**, estabelecido no ANEXO VIII do presente instrumento.

3.1.8 Quando se tratar de fundos de investimento, o credenciamento previsto deverá ser realizado quanto ao gestor e ao administrador do fundo, devendo ser procedido o preenchimento do ANEXO IX para ambas as instituições.

3.1.8.1 O requerente do credenciamento deverá, ainda, disponibilizar as informações constantes do **Termo de Análise de Credenciamento de Fundo de Investimento**, estabelecido no ANEXO IX do presente instrumento, em relação a cada fundo de investimento.

3.1.9 Quando inseridas informações para fins de credenciamento de distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, nos termos do ANEXO VIII, deverá ser encaminhada cópia do contrato para distribuição e mediação do produto ofertado, além de comprovante da regularidade do agente ou instituição junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

3.1.10 Os documentos exigidos neste Edital serão apresentados em original ou cópia reprográfica autenticada.

3.1.11 Todas as certidões solicitadas deverão estar dentro de seu prazo de validade quando da apresentação do requerimento de credenciamento.

3.1.12 Apresentada a solicitação para credenciamento com toda a documentação exigida, a instituição declara, para todos os fins, a aceitação de todos os termos e condições expressos no presente Edital.

3.2 SEGUNDA ETAPA: QUALIFICAÇÃO

3.2.1 Serão habilitadas somente as instituições que atenderem integralmente o disposto no presente edital.

3.2.2 A documentação deverá ser apresentada, em 01 (uma) via, original e/ou cópia autenticada.

3.2.3 No documento em que o prazo de validade não esteja mencionado expressamente, será considerado o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua respectiva emissão.

3.2.4 Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação, estando sujeitos à verificação de autenticidade através de consulta online.

3.2.5 Os documentos de credenciamento serão analisados pelo Gestor do , que emitirá um Atestado de credenciamento (ANEXO X), e enviará à instituição credenciada por e-mail.

3.2.6. Em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos, em substituição aos documentos exigidos.

3.2.7 A aceitação dos documentos e informações da instituição requerente, a emissão de Termo de Análise de Credenciamento ou Atestado de Credenciamento não geram para o IMPAS qualquer obrigação ou compromisso de realizar contratação ou alocação de recursos em veículos de investimento administrados, geridos ou distribuídos pela instituição ou agente credenciado.

4 ENTREGA DOS DOCUMENTOS

4.2 Os documentos deverão ser entregues na sede do IMPAS, os quais serão protocolados, constituindo um processo administrativo;

4.3 A entrega dos documentos poderá acontecer a qualquer momento, uma vez que o credenciamento é um processo de inscrição permanentemente aberto e os julgamentos ocorrerão pelo Gestor do IMPAS.

5 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

5.2A Solicitação de Esclarecimentos ou Impugnação ao Edital poderá ser feita até 02 (dois) úteis da data fixada para o início do credenciamento previsto no preâmbulo, sendo que tais impugnações deverão ser manifestadas por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, na sede do RPPS.

5.3Não serão conhecidas as impugnações e os recursos meramente protelatórios ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela instituição financeira.

5.4Os recursos contra decisões do IMPAS não terão efeito suspensivo. Caberá a ao Comitê de Investimento decidir sobre a petição no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

5.5O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6 DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

6.2O presente credenciamento terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de emissão do “Atestado de Credenciamento”.

6.3A cada 12 (doze) meses a instituição credenciada deverá apresentar as documentações exigidas no credenciamento, para fins de atualização cadastral, devendo os mesmos serem protocolados na sede do RPPS em até 15 (quinze) dias antes do vencimento deste prazo.

6.4Os credenciados deverão manter sua regularidade fiscal e previdenciária atualizada junto ao RPPS.

7 DAS PENALIDADES

7.2Sem prejuízos das demais sanções previstas em lei, a credenciada ficará sujeita às penalidades impostas pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

8 DO DESCREDENCIAMENTO

8.2O IMPAS poderá considerar descredenciado, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, a instituição ou fundo que:

a) Descumprir quaisquer das normas que regem os RPPS, bem como aos ditames da Resolução CMN nº. 3.922/2010 ou de normas emitidas pela CVM ou pelo BCB;

b) Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Regulamento de Credenciamento, ou infringir qualquer disposição contratada;

c) Descumprir quaisquer dos requisitos previstos neste instrumento;

d) Inclusão da instituição em Cadastro Nacional de Empresas Punidas, sob responsabilidade da Controladoria Geral da União – CGU, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013.

8.3Para o descredenciamento nos termos aqui previstos, será aberto processo administrativo, no qual serão assegurados à instituição interessada o contraditório e a ampla defesa.

8.4Na hipótese de descredenciamento o IMPAS emitirá Termo próprio, independentemente de quaisquer sanções legais aplicáveis ao caso.

9 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.2O presente Edital e seus anexos estão disponíveis, na sede do IMPAS.

9.3O credenciamento será cancelado em qualquer fase do processo seletivo, caso seja verificado o não cumprimento dos requisitos exigidos neste edital ou constatada a ocorrência de erro ou fraude na sua elaboração.

9.4Não existirá um número mínimo ou máximo de vagas para credenciamento, pois se trata da formação de um banco de credenciados para prestação de serviços para o RPPS.

9.5O credenciamento de Fundos de Investimentos e/ou Instituições Financeiras não estabelece obrigação ao IMPAS em efetuar aplicação em fundo de investimentos destas instituições ou qualquer solicitação de prestação de serviços.

9.6As instituições financeiras são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes nos documentos apresentados.

9.7Toda a documentação ficará à disposição dos segurados e pensionistas para consulta.

10 ANEXOS

10.1 Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante:

a) Anexo I: Declaração de não retenções tributárias;

b) Anexo II: Declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

c) Anexo III: Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo;

d) Anexo IV: Declaração de anuência com as condições deste Edital;

e) Anexo V: Declaração de conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras posteriores;

f) Anexo VI: Declaração de cumprimento de requisitos legais

g) Anexo VII: Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe.

h) Anexo VIII: Termo de Análise de Credenciamento de Instituição Administradora ou Gestora;

i) Anexo IX: Termo de Análise de Credenciamento de Fundo de Investimento;

j) Anexo X: Atestado de credenciamento.

Planalto da Serra, 22 de Março de 2017.

CLEIDE NEVES DOS SANTOS PEREIRA

Gestora do IMPAS

ANEXO I

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo) , neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/__ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA que reconhece a abrangência da Imunidade Tributária do FUNDO/INSTITUTO, e que não irá reter tributos sobre suas aplicações financeiras, dada a natureza pública dos recursos geridos por essa Entidade Gestora do Regime Próprio de Previdência.

[MUNICIPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO II

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE IMPUTADA PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo) , neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/__ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA, que não possui penalidades imputadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN) e/ou Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) em razão de infração grave considerada por estes ao Administrador/Gestor

[MUNICIPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO III

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa) , inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo) , neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/__ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua contratação com Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[MUNICIPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO IV

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

Ao [FUNDO/INSTITUTO]

XXXXX

Gestor do RPPS

(nome da empresa) , inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo) , neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/__ e do CPF/MF nº _____, DECLARA que está ciente de todos os termos do edital e anexos deste, sendo sabedores de todas as especificações nele contidas e que atende plenamente os requisitos de habilitação.

[MUNICIPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO V

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CMN 3.922/2010

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(Razão Social da Instituição), inscrita no CNPJ sob o nº _____ sediada à (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010, ou outras que entrarem em vigor posteriormente, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[MUNICIPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO VI

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(Nome da Empresa) ----------, inscrita no CNPJ Nº ----------, sediada na Rua ----------, nº ----------, bairro, ----------, CEP---------- Município ----------, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____, DECLARA, sob as penas da lei, que:

Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____, promovido Município de XX, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Não possui em seu quadro de pessoal empregados(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz*, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666).

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO VII

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATESTADO CAPACIDADE TÉCNICA

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

Atestamos para fins de participação em licitações, a quem possa interessar, que a empresa ....., CNPJ..... , localizada à Rua... .....nº.....bairro....., neste município, já executou ou está executando os serviços (descrever os serviços realizados suficientemente detalhado, para permitir a caracterização das atividades desenvolvidas, objeto do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____, de forma satisfatória, atendendo as especificações exigidas, onde cumpriu com todos os compromissos assumidos, inclusive, quanto ao prazo e à qualidade dos serviços prestados, e que até esta data não consta em nossos Registros, nenhum ato que macule ou desabone sua idoneidade, motivo pelo qual está apto a se candidatar à execução do objeto do presente certame.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO VIII

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO **Análise de Instituição Administradora ou Gestora**			
Número do Termo de Análise de Credenciamento		**/2016**	
Número do Processo instaurado		Nº protocolo ou processo	
Documento de solicitação do credenciamento		(tipo do documento/número/data)	
I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo		CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS		CNPJ	
Possui critérios preestabelecidos pelo ente federativo para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS?			
1.Tipo de ato normativo/documento		Data	
2. Critérios:			
a.			
b.			
c.			

II- IDENTIFICAÇÃO DA(S) CLASSES DE FUNDO(S) DE INVESTIMENTO QUE A INSTITUIÇÃO PRETENDE-SE CREDENCIAR JUNTO AO RPPS PARA ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO OU OUTROS			
	FI 100% títulos do TN		FI Ações referenciados
	FI Renda Fixa/Referenciados		FI de Índices Referenciados em Ações
	FI de Índices Referenciados em Renda Fixa		FI em Ações
	FI de Renda Fixa		FI Multimercado
	FI de Índices Referenciados em Renda Fixa		FI em Participações

	FI em Direitos Creditórios		FI Imobiliário
	FI Renda Fixa “Crédito Privado”		Outros Ativos:

III –	**ADMINISTRADOR**	**GESTOR**	**Outros:**		
Razão Social				CNPJ	
Endereço				Data Constituição	
E-mail (s)				Telefone (s)	
Data do registro na CVM		Categoria (s)			
Controlador/ Grupo Econômico				CNPJ	
Principal contato com RPPS		Cargo	E-mail	Telefone	

III.1 - Relação dos documentos referentes à análise da Instituição que instruem o Processo de Credenciamento obtidos na(s) seguinte(s) página(s) da Internet (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):

Identificação do documento analisado	Data do documento	Data de validade (certidões)
1.Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção 1 e seus Anexos		
2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social		
3. Certidão da Fazenda Municipal		
4. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital		
5. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União		
6. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS		
7. Relatórios de Gestão de Qualidade		
8. Relatórios de Rating		
9.		

III.2 -Informações relativas à pesquisa de padrão ético de conduta (art. 3º, §1º, Portaria MPS nº 519/2011):

Resultado de pesquisa ao site da CVM (ex.: http://sistemas.cvm.gov.br/) sobre Processos Administrativos e Processos Administrativos Sancionadores, no site do Bacen (ex.: http://www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm) sobre Processos Administrativos Punitivos, além de outras pesquisas de processos administrativos, judiciais, ou informações de conhecimento público que possam caracterizar indício de irregularidades na atuação da Instituição,seus controladores, sócios ou executivos:

Processo/Decisão	Assunto/objeto	Data	Fonte da informação

Resultado da análise das informações pelo responsável pelo Credenciamento:

III.3–Análise das informações do Questionário Padrão *Due Diligence* para Fundo de Investimento – Seção 1 da ANBIMA – Informações Sobre a Empresa:
Identificação do Responsável pelo Questionário:
*Resultado da análise **do responsável pelo Credenciamento** das principais informações apresentadas no Questionário:*

III.4 - Classificação do Risco da Instituição (art. 15, §2º da Resolução CMN nº 3.922/2010):

Tipo de Nota	Agência	Classificação obtida	Data
Outro(s) critério(s) de análise:			

III.5 - Dados Gerais da Instituição e do Portfólio sob sua administração/ gestão

Mês/Ano	Patrimônio da Instituição Administradora/ Gestora (R$)	Nº de pessoas que trabalham na Instituição	Nº de FI sob administração/ gestão	Total do Patrimônio dos FI sob administração/ gestão (R$)	Nº dos cotistas dos FI sob administração/ gestão
___/2016					
Dez/2015					
Dez/2014					
Dez/2013					
Dez/2012					

III.6 – Dados Gerais dos Fundos de Investimento sob administração/ gestão por Tipo de Investidor

Tipo de Investidor de Fundos de Investimento sob administração/gestão (Posição no último dia útil do mês anterior)	Nº de cotistas por tipo de investidor	Distribuição Percentual do Patrimônio Líquido sob gestão/ administração	Fundos destinados exclusivamente para os respectivos Tipos de Investidores		
			Nº de fundos	Nº de cotistas desses fundos	Total do PL desses fundos
1. Pessoa natural *private banking*					
2. Pessoa natural varejo					
3. Pessoa jurídica não financeira *private banking*					
4. Pessoa jurídica não financeira varejo					
5. Banco comercial					
6. Corretora ou distribuidora					
7. Outras pessoas jurídicas financeiras					
8. Investidores não residentes					
9. Entidade aberta de previdência complementar					
10. Entidade fechada de previdência complementar					
11. Regime próprio de previdência social					
12. Sociedade seguradora ou resseguradora					
13. Sociedade de capitalização/arrend. Mercantil					
14. Fundos e clubes de investimento					
15. Clientes de distribuidores do fundo					
16. Outros tipos de cotistas					

Total: fundos destinados a todos os investidores					
Total: investidores previdenciários (09 a 11)					
Destinados a Investidores Qualificados					
Destinados a Investidores Profissionais					

III.7 - Dados gerais dos Fundos de Investimento sob administração/gestão por Classe de Fundo

Por Classe de Fundos de Investimento sob administração/gestão (Posição no último dia útil do mês anterior)	Nº de fundos	Nº de cotistas	Patrimônio Líquido	% do Portfólio
III.7.1 CLASSIFICAÇÃO ANBIMA				
Renda Fixa – Simples				
Renda Fixa – Indexados - Índices				
Renda Fixa – Ativos – Duração Baixa - Soberano				
Renda Fixa – Ativos – Duração Baixa - Grau de Investimento				
Multimercados – Alocação – Balanceados				
Multimercados – Por Estratégia (ex. Macro, Trading)				
Ações – Indexados – Índices				
Ações – Ativos (ex. *Small Caps,* Dividendos)				
Ações – Específicos (ex. Fundos Fechados de Ações, Mono Ação)				
.....				
TOTAL				

Por Classe de Fundos de Investimento sob administração/gestão (Posição no último dia útil do mês anterior)	Nº de fundos	Nº de cotistas	Patrimônio Líquido	% do Portfólio
III.7.2 CLASSIFICAÇÃO RESOLUÇÃO CMN 3.922/2010				
FI 100% títulos do TN - art. 7º I, "b"				
FI Renda Fixa/Referenciados RF - art. 7º, III, "a"				
FI de Índices Referenciados em RF Subíndices Anbima – art. 7º, III, "b"				
FI de Renda Fixa - art. 7º IV, "a"				
FI de Índices Referenciados em Renda Fixa – art. 7º, IV, "b"				
FI em Direitos Creditórios – Aberto – art. 7º, VI				
FI em Direitos Creditórios – Fechado –- art. 7º, VII, "a"				
FI Renda Fixa "Crédito Privado" – art. 7º, VII, "b"				
FI Ações referenciados - Art. 8º, I				
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II				
FI em Ações - Art. 8º, III				
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV				
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V				
FI Imobiliário - Art. 8º, VI				
TOTAL				

III. 8 - Dados de Fundos de Investimento sob administração/gestão da Instituição da mesma Classe de (s) Fundo(s) de Investimento para o(s) qual(is) esta pretende se credenciar:
(Considerar 5 (cinco) fundos mais recentes da mesma classe, no entanto, não considerar aqueles que a Instituição pretende que seja objeto de futura alocação em decorrência deste Credenciamento, pois serão objeto de análise específica no Item V)

Classe de Fundo de Investimento (Resolução CMN nº 3.922/2010):

Identificação do Fundo de Investimento Nome/CNPJ	Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R$)	Valor da Cota (R$)	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
1.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
2.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
3.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
4.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
5.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
Informações sobre a administração/gestão desses fundos / Fato Relevante divulgado							

III. 9 - Caso a Instituição pretenda se credenciar junto ao RPPS para administração/gestão de outra(s) classe(s) de fundos de investimento preencher com os dados de 5 fundos relativos à respectiva classe:
(Considerar 5 (cinco) fundos mais recentes da mesma classe, no entanto, não considerar aqueles que a Instituição pretende que seja objeto de futura alocação em decorrência deste Credenciamento, pois serão objeto de análise específica no Item V)

Classe de Fundo de Investimento (Resolução CMN nº 3.922/2010):

Identificação do Fundo de Investimento Nome/CNPJ	Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R$)	Valor da Cota (R$)	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
1.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
2.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
3.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
4.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
5.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
Informações sobre a administração/gestão desses fundos / fatos relevantes divulgados							

Obs.: Caso a Instituição pretenda se credenciar junto ao RPPS para administração/gestão de mais classes de fundos copiar a tabela anterior e preenchê-la abaixo com os dados de 5 fundos relativos à respectiva classe.

IV - PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

Em caso de utilização de metodologia de processo de classificação, indicar os critérios e a pontuação obtida pela Instituição Administradora/Gestora objeto de análise desse Processo de Credenciamento:

Identificação do Critério (exemplificativo)	**Metodologia (exemplificativo)**			**Pontuação obtida**
A. Experiência de Mercado	Tempo (anos)		Pontuação	
	De 2 a 4		2	
	De 4 a 6		4	
	De 6 a 8		6	
	De 8 a 10		8	
	Mais de 10		10	
B. Volume de recursos sob administração/gestão	Recursos (R$ milhões)		Pontuação	
	Até 100,00		0	
	100,01 a 200,00		2	
	200,01 a 400,00		4	
	400,01 a 800,00		6	
	800,01 a 1.600,00		8	
	Mais de 1.600,00		10	
C. Retorno sobre índice de Referência	Rentabilidade / Índice de Referência	Grau de Risco	Pontuação	
	Abaixo de 75,00%	Baixo	10	
		Médio	10	
		Alto	10	
	De 75,01% a 90,00%	Baixo	27	
		Médio	25	
		Alto	23	
	De 90,01% a 98,00%	Baixo	38	
		Médio	35	
		Alto	32	
	De 98,01% a 102,00%	Baixo	49	
		Médio	47	
		Alto	45	
	A partir de 102,01%	Baixo	60	
		Médio	57	
		Alto	55	
D. Rating de Gestão de Qualidade	Agência	Rating	Pontuação	
	S&P	AMP – 3	20	
	Moody's	MQ3	20	
	Fitch	M3	20	
E. Rating de Risco	Agência	Rating	Pontuação	

	S&P	> BB	15	
	Moody's	> Ba2	15	
	Fitch	> BB	15	
F. Penalidades	Tipologia	Pontuação		
	Processos Administrativos	- 10		
	Processos Judiciais	- 10		
	Investigações PF, MP, MTPS	- 10		
G. Outros critérios				
H. Total =	A+B+C+D+E+G-F (pode haver ponderação em algum critério)			
Pontuação mínima exigida=				

V –FUNDO(S) DE INVESTIMENTO QUE A INSTITUIÇÃO PRETENDE CREDENCIAR JUNTO AO RPPS COMO ADMINISTRADORA/GESTORA PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTO
(Anexar Termo de Análise referente a cada fundo/produto conforme modelo - Anexo 1)

Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s)	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Data Início Do Fundo	Data Análise do Fundo
Outro(s) Tipo(s) de Ativo(s)/Produto(s):				

V.1 - Política de Distribuição - Integrantes do sistema de distribuição que possuem acordos ou contratos de distribuição com a Instituição e que atuam na área de abrangência do RPPS

Nome/Razão Social	CPF/CNPJ:	Data Autorização CVM	Data do Instrumento contratual
Informações sobre a Política de Distribuição (Forma de remuneração dos distribuidores, relação entre distribuidores e a Instituição, concentração de fundos sob administração/gestão e distribuidores):			

VI – CONCLUSÃO DA ANÁLISE

VI.1 - Análise da Instituição administradora/gestor a objeto do presente Processo de Credenciamento:

A - Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselhem um relacionamento seguro:	
B - Regularidade Fiscal e Previdenciária:	
C - Estrutura da Instituição:	
D - Segregação das atividades:	
E - Qualificação do corpo técnico:	
F - Histórico e experiência de atuação:	
G - Principais categorias de ativos e fundos:	
H - Volume de recursos sob administração/gestão:	
I - Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/ gestão:	
J - Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão:	
L – Critérios de análise pré-estabelecidos pelo ente federativo para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS:	
M – Outros critérios de análise:	

VI.2 - Comparação com as 03 (três) últimas Instituições credenciadas para a(s) mesma(s) classe(s) de Fundos de Investimento, com base nos critérios comentados no Item VI.1:

Razão Social:			
CNPJ:			
Número do Termo de Credenciamento:			
Data do credenciamento:			
Resumo da análise dos critérios avaliados nos Credenciamentos dessas instituições			
Análise comparativa dos critérios avaliados nos credenciamentos dessas instituições com os da Instituição objeto deste Credenciamento			

VI.3 - Comparação do(s) Fundo(s) de Investimento (relacionados no Item V) que a Instituição pretende credenciar junto ao RPPS como administradora/gestora para futura decisão de investimento com Fundos da mesma classe sob administração/gestão das Instituições credenciadas referidas no Item VI.2

Classe de Fundo de Investimento (Resolução CMN nº 3.922/2010):

Fundo(s) de Investimento(s) sob administração/gestão das Instituições referidas no Item VI.2 que foram analisados quando dos respectivos Termos de Credenciamento:				Análise Comparativa como(s) Fundo(s) relacionados no Item V sob administração/gestão da Instituição a que se refere este Credenciamento:
Administrador	Gestor	Nome do Fundo	CNPJ do Fundo	

Classe de Fundo de Investimento (Resolução CMN nº 3.922/2010):

Fundo(s) de Investimento(s) sob administração/gestão das Instituições referidas no Item VI.2 que foram analisados quando dos respectivos Termos de Credenciamento:				Análise Comparativa como (s) Fundo(s) relacionados no Item V sob administração/gestão da Instituição a que se refere este Credenciamento:
Administrador	Gestor	Nome do Fundo	CNPJ do Fundo	

VI.4- Conclusão da análise do(s) Fundo(s) de Investimento relacionado(s) no Item V que a Instituição pretende credenciar junto ao RPPS como administradora ou gestora para futura decisão de investimento(considerar análise da Instituição Administradora, da Instituição Gestora e do Fundo de Investimento)

Fundo de Investimento	CNPJ	Conclusão da Análise
Outros		

Obs: quando da Decisão de Investimento no(s) referido(s) Fundo(s) de Investimento demonstrar na Autorização para Aplicação e Resgate (APR) o atendimento à Resolução do CMN nº 3.922/2010 e sua aderência à Política Anual de Investimentos, de acordo com o perfil da carteira do RPPS na data da alocação, em caso de fundos com prazos para desinvestimento, o atestado de sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime, a adequação do fundo à condição do RPPS, na respectiva data, como Investidor Qualificado, se for o caso, além de, entre outros critérios, verificar se estão mantidas as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência analisadas durante o Credenciamento.

Responsáveis pela Análise:	Cargo	CPF	Assinatura

ANEXO IX

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO
Fundo de Investimento

VI –		**FUNDO DE INVESTIMENTO**		**Outros:** (nesse caso, utilizar documento sem formatação específica, que demonstre a análise das características, riscos, rentabilidade e aderência do respectivo ativo/produto)			
Nome Fundo						CNPJ	
Administrador			Nº Termo Credenciamento			CNPJ	
Gestor			Nº Termo Credenciamento			CNPJ	
Custodiante						CNPJ	

Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922:			Data de Início Atividades:	
	FI 100% títulos do TN		FI Ações referenciados	
	FI Renda Fixa/Referenciados		FI de Índices Referenciados em Ações	
	FI de Índices Referenciados em Renda Fixa		FI em Ações	
	FI de Renda Fixa		FI Multimercado	
	FI de Índices Referenciados em Renda Fixa		FI em Participações	
	FI em Direitos Creditórios		FI Imobiliário	
	FI Renda Fixa “Crédito Privado”		Outros Ativos:	

VII. 1 - Relação dos documentos do Fundo que instruem o Processo de Credenciamento obtidos na(s) seguinte(s) página(s) da Internet (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011

Identificação do documento analisado (obtido na página da internet da CVM, identificar)	**Data do Documento**	**Data da Análise**
1. Questionário Padrão *DueDiligence* para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA – Informações sobre o Fundo de Investimento		
2. Regulamento		
3. Lâmina de Informações essenciais		
4. Formulário de informações complementares		
5. Perfil Mensal		
6. Demonstração de Desempenho		
7. Relatórios de Rating		
8. Demonstrações Contábeis		
9.....		

II.2 – Análise das informações do Questionário Padrão *DueDiligence* para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA – Informações sobre o Fundo de Investimento:
Identificação do Responsável pelo Questionário:
Resultado da análise do responsável pelo Credenciamento das principais informações apresentadas no Questionário:

VII.3 - Análise das informações relativas ao Fundo de Investimento e de sua aderência ao perfil de investidor, da carteira e da Política de Investimento do RPPS:

	Resumo das informações do Fundo de Investimento:			**Análise do responsável pelo Credenciamento:**
Público alvo do Fundo:				
Principais cotistas do Fundo	Tipo de Investidor *(Item III.6 do Termo Cred.)*		% do PL	
Objetivos do Fundo:				
Política de Investimentos do Fundo	Descrição da Política			
	Índice de referência/objetivo de rentabilidade			
	Tipos de ativo	Mínimo	Máximo	
Condições de investimento – prazos/ condições para resgate	Prazo Duração do Fundo			
	Prazo de carência (dias)			
	Prazo para conversão de cotas (dias)			
	Prazo para pagamento dos resgates (dias)			
	Prazo Total (dias)			
Condições de Investimento – Taxas	Taxa de entrada			
	Taxa de saída			
	Taxa de administração			
	Taxa de Performance			
	Índice de referencia	Freqüência	Linha-d água	
	Custo total estimado do Fundo			
Mudanças de prestadores de serviços do Fundo	Data	Tipo (Adm/ Gestor/ Cust)	Motivação	
Últimas Assembléias	Data	Resumo das deliberações		
Fatos Relevantes Divulgados	Data	Resumo		

Histórico de Rentabilidade do Fundo:

Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (PL) (R$)	V aR médio do Fundo	Valor da Cota do Fundo (R$)	Rentabilidade do Fundo (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
/2016							
2015							

2014							
2013							
2012							

Cenários foram utilizados para simulação de desempenho de fundos estruturados					
Períodos de maior perda do Fundo	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para Recuperação
Análise do responsável pelo Credenciamento sobre a rentabilidade do fundo ou simulação do seu desempenho, considerando o histórico, principalmente, dos últimos 12 meses					

	Resumo das informações do Fundo de Investimento: (Posição Atual):			**Análise do responsável pelo Credenciamento:**
Composição da carteira atual (5 espécies de ativos em que o Fundo concentra seus investimentos)	Espécie de ativo		% do PL	
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ desse(s) Fundo(s)	Classificação Resolução CMN	% do PL do Fundo	
	1.			
	2.			
	3.			
	.....			

Fundo	Do gestor /Adm. (S/N)	Espécies de ativos em que o Fundo concentra seus investimentos	
1.			
2.			
3.			
.....			

Total dos ativos de crédito privado em estoque do Fundo		% do PL do Fundo:		
Maiores emissores de títulos de crédito privado que o Fundo é credor	Emissor (CPF/CNPJ)	Parte relacionada (S/N) (art. 102, §1º, inc. II e III da ICVM 555/2014)	Sistema de registro e liquidação financeira do ativo	% do PL

	Percentual da carteira do fundo vinculado a parte relacionada		
	Prazo médio da carteira de títulos do fundo (em meses (30) dias)		
	Classificação de risco de crédito contratada pelo Fundo	Classificação obtida	
		Agencia	
		Data	
		Outros	
	Gestão de risco da carteira do Fundo	VAR (Valor de risco) de um dia como percentual do PL calculado para 21 dias úteis e 95% de confiança:	
		Classe de modelos utilizada informada:	
		Principal fator de risco a que o fundo está exposto:	
		Considerando o principal fator de risco, qual variação diária percentual esperada para o valor da cota do fundo no pior cenário de estresse:	
	Metodologia e procedimentos de precificação de ativos de baixa liquidez		
	Regras de liquidez para ativos específicas do Fundo		
	Classificação de risco do Fundo pelo Administrador	Nota na escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento do Fundo:	
	Outros critérios de análise		
	VII.4 – Procedimentos de diligências/verificações/consultas realizados pelos responsáveis pela análise relativos à carteira do Fundo de Investimento:		
	VI.5 - Conclusão da análise do presente Fundo de Investimento,relacionado no Item V dos Termo(s) de Análise de Credenciamento nº /2016 e /2016, considerando as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.922, de 2010, a aderência ao perfil de investidor, da carteira e da Política de Investimento do RPPS:		

Responsáveis pela Análise:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

ANEXO X

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

ATESTADO DE CREDENCIAMENTO			
Ente Federativo		**CNPJ**	
Unidade Gestora do RPPS		**CNPJ**	
Instituição Administradora			
Razão Social		**CNPJ**	

Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Data do Termo de Análise de Credenciamento			
Instituição Gestora			
Razão Social		**CNPJ**	
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Data do Termo de Análise de Credenciamento			
Outros			
Razão Social		**CNPJ**	
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Data do Termo de Análise de Credenciamento			
Parecer final quanto ao credenciamento da(s) Instituições(s):			
Classe(s) de Fundo(s) de Investimento que as Instituições foram credenciadas para administração ou gestão de recursos alocados pelo RPPS (Resolução CMN nº 3.922/2010):			
Fundo(s) de Investimento Analisado(s)		**CNPJ**	**Data da Análise**
Data			
Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

EXTRATO DE ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

EXTRATO DE ADESÃO AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 099/2016, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 099/2016- SOB GESTÃO DO MUNICIPIO DE PONTES E LACERDA-MT.

OBJETO: Futura e eventual aquisição de veículo zero km tipo passeio, para atender os setores da vigilância sanitária e epidemiológica, vinculado a Secretaria de Saúde. **ADERENTE:** Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT. Data do aviso de intenção: **31/01/2017**. Data da autorização do gestor da ata: **13/03/2017.** Data de solicitação enviada à empresa fornecedora, **01/02/2017**. Aceite da empresa em: **10/03/2017.** Empresa promitente fornecedora: **DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS-LTDA, CNPJ nº 01.016.616/0001-13**, Homologação: **09/12/2016,** valor total da ata **R$ 156. 000,00. TOTAL GERAL ADERIDO: R$ 78.000,00**. CLÁUDIA MÁRCIA S RODRIGUES- Pregoeira

EXTRATO DO OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 041/ 2016.

FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo prorroga do prazo de execução de referente ao contrato **nº 041/2016**. **DO PRAZO**: altera-sea Cláusula III de **29/03/2017**, para mais 60 dias compreendendo com fim de execução em **28/05/2017** do contrato original, data termo **27/03/2017 CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT - **CONTRATADO**: JOÃO MOREIRA DE SOUZA-ME, inscrita no **CNPJ** sob o nº. 24.307. 952/0001-10.

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 023/ 2016.

FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo prorroga do prazo de Execução e Vigência referente ao contrato **nº 023/2016**. **DO PRAZO**: alterasea Cláusula III de **EXECUÇÃO**: **29/03/2017**, para mais 90 dias compreendendo com fim de execução em **27/06/2017** e **VIGÊNCIA**: **30/03/2017**, para mais 180 dias compreendendo com fim de vigência em **27/06/2017**, contrato original, data termo 27/03/2017. **CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT - **CONTRATADO**: DYONI TOSHIO TRETTEL HATAQUEIMA-ME, inscrita no **CNPJ** sob o nº. 23.106.186/0001-63.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

CÂMARA MUNICIPAL
OFICIO N° 016/2017

Poconé 23 de Março de 2017

Ofício CPI-MV 16.2017

À Senhora:

LIDIANE CUNHA SIQUEIRA

Portadora do RG nº 1047643-1 SSP/MT

Inscrita no CPF 869.338.251-91

Em sua Residência

Prezada Senhora:

Como já é de conhecimento de Vossa Senhoria esta Casa de Leis instituiu uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar o caso amplamente divulgado nos meios de comunicação sobre os "Medicamentos Vencidos" encontrados nas dependências da Unidade Básica de Saúde (UBS) Central.

Tendo em vista que diante da portaria Nº 195/2014 Vossa Senhoria foi nomeada para exercer o cargo de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE da Prefeitura Municipal de Poconé, a partir de 02/07/2014.

Diante das circunstâncias esta CPI comunica que Vossa Senhoria esta sendo **CONVOCADA** para prestar esclarecimentos durante uma de nossas AUDIÊNCIAS DA COMISSÃO, que será realizada no dia **03 de Abril, segunda-feira, as 12h00min**, na Sala das Sessões 'Josefa Gonçalves', no Prédio alugado da Câmara dos Vereadores, ao lado do Cartório, no centro da cidade de Poconé-MT; quando oportunamente estaremos ouvindo e interpelando Vossa Senhoria sobre o assunto.

Na ocasião Vossa Senhoria poderá se apresentar acompanhada de Advogado (a), não podendo o (a) mesmo (a) se manifestar durante as interpelações. As duvidas sobre assessoramento jurídico poderão ser sanadas minutos antes das interpelações.

O não comparecimento dará anuência a esta CPI para providenciarmos junto à justiça a Vossa condução Coercitiva.

Nada mais para o momento reiteramos votos de estima e apresso;

Vereadora Meyrinalva Furtado dos Santos (PSDB)

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
OFICIO N° 018/2017

Poconé 23 de Março de 2017

Ofício CPI-MV 18.2017

A Senhora:

DENISE SGUAREZI

Portadora do RG sob Nº 0688498-9

e do CPF sob nº 780.406.471-34

Prezada Senhora:

Esta Casa de Leis instituiu uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar o caso amplamente divulgado nos meios de comunicação sobre os "Medicamentos Vencidos" encontrados nas dependências da Unidade Básica de Saúde (UBS) Central.

Consta que por duas vezes a senhora exerceu a função de COORDENADORA DA FARMACIA MUNICIPAL, sendo: a partir de 01/09/2014 e retornando a partir de 01/04/2016. Gostaríamos de esclarecer estas e outras informações sobre sua permanência e desincompatibilização do referido cargo.

Diante das circunstâncias esta CPI comunica que Vossa Senhoria esta sendo **CONVOCADA** para prestar esclarecimentos durante uma de nossas AUDIÊNCIAS DA COMISSÃO, que será realizada no dia **03 de Abril, segunda-feira, as 11h30min,** na Sala das Sessões 'Josefa Gonçalves', no Prédio alugado da Câmara dos Vereadores, ao lado do Cartório, no centro da cidade de Poconé-MT; quando oportunamente estaremos ouvindo e interpelando Vossa Senhoria sobre o assunto.

Na ocasião Vossa Senhoria poderá se apresentar acompanhada de Advogado (a), não podendo o (a) mesmo (a) se manifestar durante as interpelações. As duvidas sobre assessoramento jurídico poderão ser sanadas minutos antes das interpelações.

O não comparecimento dará anuência a esta CPI para providenciarmos junto à justiça a Vossa condução Coercitiva.

Nada mais para o momento reiteramos votos de estima e apresso;

Vereadora Meyrinalva Furtado dos Santos (PSDB)

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
OFICIO N° 014/2017

Poconé 23 de Março de 2017

Ofício CPI-MV 14.2017

Ao Senhor:

Wender Sandro Amorim de Oliveira

Em sua Residência

Ou ao (a) seu (sua) Advogado (a) Nomeado (a)

Prezado Senhor:

Como já é de conhecimento de Vossa Senhoria esta Casa de Leis instituiu uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar o caso amplamente divulgado nos meios de comunicação sobre os "Medicamentos Vencidos" encontrados nas dependências da Unidade Básica de Saúde (UBS) Central.

Para tanto lembramos que Vossa Senhoria foi **INQUERIDA** oficialmente por duas vezes, onde não obtemos êxito, bem como contactamos Vossa Senhoria por telefone. Tendo em vista Vossa Senhoria não residir mais em Poconé, Vossa família se negou a receber a convocação desta CPI, tão pouco a Advogada que poderia representá-lo não o fez por motivos circunstanciais.

Diante dos acontecimentos esta CPI comunica que Vossa Senhoria esta sendo **CONVOCADA** para prestar esclarecimentos durante uma de nossas AUDIÊNCIAS DA COMISSÃO, que será realizada no dia **03 de Abril, segunda-feira, as 10h00min**, na Sala das Sessões 'Josefa Gonçalves', no Prédio alugado da Câmara dos Vereadores, ao lado do Cartório, no centro da cidade de Poconé-MT; quando oportunamente estaremos ouvindo e interpelando Vossa Senhoria sobre o assunto.

Na ocasião Vossa Senhoria poderá se apresentar acompanhada de Advogado (a), não podendo o (a) mesmo (a) se manifestar durante as interpelações. As duvidas sobre assessoramento jurídico poderão ser sanadas minutos antes das interpelações.

O não comparecimento dará anuência a esta CPI para providenciarmos junto à justiça a Vossa condução Coercitiva.

Nada mais para o momento reiteramos votos de estima e apresso;

Vereadora Meyrinalva Furtado dos Santos (PSDB)

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL
OFICIO N° 017/2017

Poconé 23 de Março de 2017

Ofício CPI-MV 17.2017

A Senhora:

RITA MONICA PRETTO ROLIM

FARMACEUTICA Inscrita no CRF-MT 447800

Portadora do CI/RG nº 114.6017-2, expedida pela SJ/MT

Inscrita no CPF/MF nº 890.411.601-59

Distrito de Cangas

Prezada Senhora:

Esta Casa de Leis instituiu uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) para apurar o caso amplamente divulgado nos meios de comunicação sobre os "Medicamentos Vencidos" encontrados nas dependências da Unidade Básica de Saúde (UBS) Central.

Consta na PORTARIA Nº 002/2015 que a Senhora foi nomeada pelo então Secretário de Saúde ITAMAR LOURENÇO DA SILVA para exercer o cargo de COORDENADORA DA FARMACIA MUNICIPAL & FARMACIA VIVA MUNICIPAL, a partir de 01 de Outubro de 2015.

Diante das circunstâncias esta CPI comunica que Vossa Senhoria esta sendo **CONVOCADA** para prestar esclarecimentos durante uma de nossas AUDIÊNCIAS DA COMISSÃO, que será realizada no dia **03 de Abril, segunda-feira, as 10h30min**, na Sala das Sessões 'Josefa Gonçalves', no Prédio alugado da Câmara dos Vereadores, ao lado do Cartório, no centro da cidade de Poconé-MT; quando oportunamente estaremos ouvindo e interpelando Vossa Senhoria sobre o assunto.

Na ocasião Vossa Senhoria poderá se apresentar acompanhada de Advogado (a), não podendo o (a) mesmo (a) se manifestar durante as interpelações. As duvidas sobre assessoramento jurídico poderão ser sanadas minutos antes das interpelações.

O não comparecimento dará anuência a esta CPI para providenciarmos junto à justiça a Vossa condução Coercitiva.

Nada mais para o momento reiteramos votos de estima e apresso;

Vereadora Meyrinalva Furtado dos Santos (PSDB)

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 004/ 2017

O Município de Pontal do Araguaia-MT, através de sua Pregoeira Municipal nomeada pela Portaria nº 018/GP/2017, de 10 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL-SRP nº 004/2017**, que teve por Objeto:Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviços de fornecimento de Bilhetes de Passagens Rodoviário que compreende a emissão, reserva, marcação e remarcação, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia/MT, pelo prazo de 12(doze) meses. Cuja vencedora

foi: **V. M. DA SILVA FREITAS-ME**, para os itens: 01, 02, 03 e 04,no valor de **R$ 228.700,00** (duzentos e vinte e oito mil e setecentos reais).

Pontal do Araguaia-MT, 27 de Março de 2017.

MARCIA REGINA S. CAROLO

Pregoeira Municipal

SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 005/ 2017

O Município de Pontal do Araguaia-MT, através de sua Pregoeira Municipal nomeada pela Portaria nº 018/GP/2017, de 10 de janeiro de 2017, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL-SRP nº 005/2017**, que teve por Objeto:Registro de Preços para futura e eventual aquisição de produtos químicos diversos para uso no tratamento de água da ETA (Estação de Tratamento de Água), atendendo as necessidades do SAE (Sistema de Abastecimento de Água) do município de Pontal do Araguaia/MT. Cujas vencedoras foram: **INDÚSTRIA QUÍMICA CMT LTDA,** no valor proposto para os itens 01, 04 e 05, o total de **R$ 36.312,00** (trinta e seis mil e trezentos e doze reais) e **ÉTICA COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA-EPP**, no valor proposto para os itens 02 e 03, o total de **R$ 12.910,00** (doze mil e novecentos e dez reais).

Pontal do Araguaia-MT, 27 de Março de 2017.

MARCIA REGINA S. CAROLO

Pregoeira Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N.° 1744/2017

DECRETO N.º 1744/2017 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

"Anula 1º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviço n° 007/2016, firmado entre o município de Pontal do Araguaia e a empresa AGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA, e dá outras providências."

GERSON ROSA MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando que o ajuste do Contrato de Serviço n° 007/2016 se deu com a Empresa Agili Centro Oeste Norte, confirme processo licitatório nº 008/2016, modalidade pregão presencial 002/2016 – Adesão ao PP-SRP nº 38/2015;

Considerando que o art. 12 do Decreto 7892/13 "prevê que o prazo de validade da ata de registro de preços não será superior a doze meses" e as condições se faz presente no art. 15 § 3° da Lei de Licitações e Contratos;

Considerando que o espírito do dispositivo não é proteger os direitos do fornecedor por até um ano, que o valor a ser protegido é sempre o interesse público;

Considerando que ultrapassados os doze meses a própria vantagem da contratação pode estar prejudicada, seja qual for o adquirente, gerenciador, participante ou carona, o que é o caso em análise;

Considerando que o termo aditivo fora formalizado ao pagar das luzes, em fim de mandato da administração anterior, na data de 16/12/2016;

Considerando que a administração deve rever seus atos de ofício, quando eivados de nulidades.

D E C R E T A :

Art. 1.º - Fica anulado o 1º Termo Aditivo de Prazo ao Contrato de Prestação de Serviço nº 007/2016, que tinha por objeto o aditamento de prazo de vigência de 01/01/2017 a 31/12/2017 do contrato original firmado entre o Município de Pontal do Araguaia e a empresa AGILI SOFTWARES PARA ÁREA PÚBLICA LTDA.

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e afixação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Pontal do Araguaia - MT, 27 de Março de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMEMENTO PUBLICA PARA CREDENCIAMENTO N.001/2017

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO N.001/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA, com sede na Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva, 300 – centro – Município de Ponte Branca/MT, torna público o presente edital para CREDENCIAMENTO de instituições financeiras, conforme autorização do Representante Legal do RPPS, pelo que segue:

FINALIDADE: prestação dos serviços de gestão financeira em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011, com observância às condições estabelecidas neste Edital.

ABERTURA: às 8:00 horas do dia 27 de Março de 2017.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO e os seus anexos poderão ser retirados na sede do IMPBRAN – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA/MT, a partir do dia 28 de Março de 2017, das 8:00 as 17:00 horas. Para maiores informações entrar em contato telefônico através do número (66) 3466 1311.

Ponte Branca, 27 de Março de 2017.

LADISLAU HONÓRIO MARTINS

Secretário de Administração

Gestor Fundo Municipal de previdência

Social do município de ponte branca/MT

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇOES FINANCEIRAS E FUNDOS DE INVESTIMENTOS

EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E FUNDOS

DE INVESTIMENTOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2017

IMPBRAN - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA , pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.302.362/0001-89, com sede na Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva, 300, centro, CEP 78.610-000 município de Ponte Branca/MT, neste ato representado por LADISLAU HONÓRIO MARTINS, portador da Cédula de Identidade RG n. 337075-8205370 SSP/GO e CPF n. 054634831-91, Casado, residente e domiciliado na Av. Cel. Belmiro Nogueira da Silva, 416 – centro – município de Ponte Branca, Gestor do RPPS,

no uso de suas atribuições legais, torna público o CREDENCIAMENTO de instituições prestadoras de serviços de gestão financeira em conformidade com a Política de Investimentos do RPPS, com a Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.922, de 25 de novembro de 2010, a Portaria MPS nº 519, de 24 de agosto de 2011 e suas alterações, combinados com os artigos 27 a 30 e 34 a 37 da Lei nº 8.666/1993 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

1 DO OBJETO

1.1 O presente Edital tem por objeto o credenciamento de Instituições Financeiras e Fundos de Investimentos que estejam autorizados, nos termos da Legislação em vigor, a atuar no Sistema Financeiro Nacional, com fiel observância das Normas que regulamentam as aplicações de recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS no Mercado Financeiro Nacional, em especial as estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e Ministério da Previdência Social – MPS.

1.2 O credenciamento de fundos de investimento, instituições administradoras e gestoras de fundos de investimento, instituições e pessoas naturais integrantes do sistema de distribuição junto ao RPPS, é requisito prévio para fins de alocação dos recursos vinculados ao RPPS, devendo observar o disposto neste ato e em seus anexos.

1.3 O objetivo da administração dos recursos financeiros do Fundo de Previdência é a maximização da rentabilidade de seus ativos, buscando constituir reservas suficientes para pagamento dos benefícios de seus participantes, levando em consideração os fatores de risco, segurança, solvência, liquidez e transparência, constituindo todos os esforços para o atingimento do equilíbrio financeiro e atuarial dentro dos parâmetros legais e em consonância com o estabelecido na Política Anual de Investimentos vigente do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA.

2 CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão ser credenciadas as instituições financeiras e fundos de investimentos devidamente autorizados a funcionar no País pelo Banco Central do Brasil, cuja finalidade e ramo de atuação estejam em consonância com o objeto deste Credenciamento.

2.2 A participação neste Credenciamento implica na aceitação integral e irrestrita das condições estabelecidas neste Edital.

2.3 Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo, interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

a) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta por qualquer órgão da Administração Pública;

b) Sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

c) Estejam sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação, exceto quando na carteira de investimentos já existir aplicação financeira da instituição.

3 ETAPAS DO PROCESSO DE CREDENCIAMENTO

Poderão requerer o Credenciamento junto ao RPPS quaisquer pessoas jurídicas ou naturais que atendam às condições exigidas no presente Edital, obedecidas as seguintes etapas:

3.1 PRIMEIRA ETAPA: HABILITAÇÃO

A Empresa que desejar participar do processo de credenciamento deverá apresentar os seguintes documentos:

3.1.1 Documentos Gerais:

a) Fornecer ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários;

b) Fornecer declaração na qual expressem que não efetuarão quaisquer retenções tributárias, dada a Imunidade Tributária dos Fundos Públicos de Previdência; Anexo I.

c) Apresentar declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em razão de infração grave considerada pela Autarquia ao Administrador, nos 05 (cinco) anos anteriores ao credenciamento; Anexo II.

d) Comprovação de atendimento à exigência de classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de boa qualidade de gestão e de ambiente de controle de investimento;

e) Comprovação de filiação à ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais ou ser aderente ao Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas de Fundos de Investimento ou ao Código ABVCAP/ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para o Mercado de FIP e FIEE.

3.1.2 Documentos Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações subseqüentes devidamente registradas, em se tratando de Sociedade Comercial, e no caso de sociedade por ações acompanhadas da Ata arquivada da Assembléia da última eleição da Diretoria, com os respectivos cadastros de pessoa física – CPF de seus atuais administradores;

b) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Banco Central do Brasil e/ou Comissão de Valores Mobiliários ou órgão competente;

3.1.3 Documentos que Comprovem a Regularidade Fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica (CNPJ);

b) Prova de regularidade junto à Receita Federal do Brasil, por meio de Certidão Negativa de Débitos conjunta da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (Tributos Federais e Dívida Ativa da União);

c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da instituição, na forma da lei, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito ou de Certidão de Não Contribuinte;

d) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, por meio de Certidão Negativa de Débitos relativa às Contribuições Previdenciárias;

e) Prova de regularidade quanto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio de Certidão de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

3.1.4 Documentos Referentes à Qualificação Técnica

a) Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo e que concorda com todas as condições deste Edital; Anexo III e IV.

b) Declaração da empresa informando que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras que entrarem em vigor posteriormente; Anexo V.

c) Declaração de cumprimento do artigo 7º inciso XXXIII da Constituição Federal e Lei nº 9.854/99 regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02, fornecida pela empresa e assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador; Anexo VI.

d) Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe; Anexo VII.

3.1.5 Em caso de Fundos de Investimentos:

a) Quando tratar-se de aplicação em Fundos de Investimentos, o credenciamento recairá também sobre a figura do gestor e do administrador do fundo, que deverá apresentar, além de toda a documentação solicitada neste edital:

a.1)-Histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores;

a.2)-Volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como qualificação do corpo técnico e comprovação de segregação de atividades;

a.3)-Lâmina do fundo de investimento que possibilite a avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração, no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento.

3.1.6 As Instituições Financeiras habilitadas a participar do Processo de Credenciamento poderão ser submetidas a uma série de quesitos e à apresentação de documentos relacionados às condições de segurança, rentabilidade, solvência, transparência e legalidade de sua constituição e dos produtos ofertados por elas.

3.1.6.1 Os quesitos e documentos supra mencionados serão submetidos à análise. Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA.

3.1.7 Será considerada não credenciada a Instituição Financeira que não apresentar quaisquer dos itens acima, ou apresentá-las com vícios, rasuras ou contrariando qualquer exigência contida neste Edital.

3.1.7.1 Adicionalmente aos documentos arrolados, deverão ser disponibilizadas pelo requerente as informações constantes do **Termo de Análise de Credenciamento de Instituição Administradora ou Gestora**, estabelecido no ANEXO VIII do presente instrumento.

3.1.8 Quando se tratar de fundos de investimento, o credenciamento previsto deverá ser realizado quanto ao gestor e ao administrador do fundo, devendo ser procedido o preenchimento do ANEXO IX para ambas as instituições.

3.1.8.1 O requerente do credenciamento deverá, ainda, disponibilizar as informações constantes do **Termo de Análise de Credenciamento de Fundo de Investimento**, estabelecido no ANEXO IX do presente instrumento, em relação a cada fundo de investimento.

3.1.9 Quando inseridas informações para fins de credenciamento de distribuidor, instituição integrante do sistema de distribuição ou agente autônomo de investimento, nos termos do ANEXO VIII, deverá ser encaminhada cópia do contrato para distribuição e mediação do produto ofertado, além de comprovante da regularidade do agente ou instituição junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

3.1.10 Os documentos exigidos neste Edital serão apresentados em original ou cópia reprográfica autenticada.

3.1.11 Todas as certidões solicitadas deverão estar dentro de seu prazo de validade quando da apresentação do requerimento de credenciamento.

3.1.12 Apresentada a solicitação para credenciamento com toda a documentação exigida, a instituição declara, para todos os fins, a aceitação de todos os termos e condições expressos no presente Edital.

3.2 SEGUNDA ETAPA: QUALIFICAÇÃO

3.2.1 Serão habilitadas somente as instituições que atenderem integralmente o disposto no presente edital.

3.2.2 A documentação deverá ser apresentada, em 01 (uma) via, original e/ou cópia autenticada.

3.2.3 No documento em que o prazo de validade não esteja mencionado expressamente, será considerado o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua respectiva emissão.

3.2.4 Os documentos expedidos pela Internet poderão ser apresentados em forma original ou cópia reprográfica sem autenticação, estando sujeitos à verificação de autenticidade através de consulta online.

3.2.5 Os documentos de credenciamento serão analisados pelo Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA, que emitirá um Atestado de credenciamento (ANEXO X), e enviará à instituição credenciada por e-mail.

3.2.6. Em nenhuma hipótese será permitida a apresentação de protocolos, em substituição aos documentos exigidos.

3.2.7 A aceitação dos documentos e informações da instituição requerente, a emissão de Termo de Análise de Credenciamento ou Atestado de Credenciamento não geram para o FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA, qualquer obrigação ou compromisso de realizar contratação ou alocação de recursos em veículos de investimento administrados, geridos ou distribuídos pela instituição ou agente credenciado.

4 ENTREGA DOS DOCUMENTOS

4.2 Os documentos deverão ser entregues na sede do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA, os quais serão protocolados, constituindo um processo administrativo;

4.3 A entrega dos documentos poderá acontecer a qualquer momento, uma vez que o credenciamento é um processo de inscrição permanentemente aberto e os julgamentos ocorrerão pelo Gestor do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA,

5 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E RECURSOS

5.2A Solicitação de Esclarecimentos ou Impugnação ao Edital poderá ser feita até 02 (dois) úteis da data fixada para o início do credenciamento previsto no preâmbulo, sendo que tais impugnações deverão ser manifestadas por escrito, podendo ser protocolado o original, mediante recebimento da 2ª (segunda) via, na sede do RPPS.

5.3Não serão conhecidas as impugnações e os recursos meramente protelatórios ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela instituição financeira.

5.4Os recursos contra decisões do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA, não terão efeito suspensivo. Caberá a ao Comitê de Investimento decidir sobre a petição no prazo de 72 (setenta e duas) horas.

5.5O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

6 DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

6.2O presente credenciamento terá vigência de 60 (sessenta) meses, a contar da data de emissão do “Atestado de Credenciamento”.

6.3A cada 12 (doze) meses a instituição credenciada deverá apresentar as documentações exigidas no credenciamento, para fins de atualização cadastral, devendo os mesmos serem protocolados na sede do RPPS em até 15 (quinze) dias antes do vencimento deste prazo.

6.4Os credenciados deverão manter sua regularidade fiscal e previdenciária atualizada junto ao RPPS.

7 DAS PENALIDADES

7.2Sem prejuízos das demais sanções previstas em lei, a credenciada ficará sujeita às penalidades impostas pela Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

8 DO DESCREDENCIAMENTO

8.2O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA, poderá considerar descredenciado, sem que, por isso, seja obrigado a suportar ônus de indenização, multa ou pagamento extra, a qualquer título, a instituição ou fundo que:

a) Descumprir quaisquer das normas que regem os RPPS, bem como aos ditames da Resolução CMN nº. 3.922/2010 ou de normas emitidas pela CVM ou pelo BCB;

b) Deixar de executar o serviço na forma e nos prazos estipulados no Regulamento de Credenciamento, ou infringir qualquer disposição contratada;

c) Descumprir quaisquer dos requisitos previstos neste instrumento;

d) Inclusão da instituição em Cadastro Nacional de Empresas Punidas, sob responsabilidade da Controladoria Geral da União – CGU, nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013.

8.3Para o descredenciamento nos termos aqui previstos, será aberto processo administrativo, no qual serão assegurados à instituição interessada o contraditório e a ampla defesa.

8.4Na hipótese de descredenciamento o FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA, emitirá Termo próprio, independentemente de quaisquer sanções legais aplicáveis ao caso.

9 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.2O presente Edital e seus anexos estão disponíveis, na sede do FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA

9.3O credenciamento será cancelado em qualquer fase do processo seletivo, caso seja verificado o não cumprimento dos requisitos exigidos neste edital ou constatada a ocorrência de erro ou fraude na sua elaboração.

9.4Não existirá um número mínimo ou máximo de vagas para credenciamento, pois se trata da formação de um banco de credenciados para prestação de serviços para o RPPS.

9.5O credenciamento de Fundos de Investimentos e/ou Instituições Financeiras não estabelece obrigação ao FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA, em efetuar aplicação em fundo de investimentos destas instituições ou qualquer solicitação de prestação de serviços.

9.6As instituições financeiras são responsáveis, em qualquer época, pela fidelidade e legitimidade das informações constantes nos documentos apresentados.

9.7Toda a documentação ficará à disposição dos segurados e pensionistas para consulta.

10 ANEXOS

10.1 Constituem anexos do edital e dele fazem parte integrante:

a) Anexo I: Declaração de não retenções tributárias;

b) Anexo II: Declaração de inexistência de penalidade imputada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM);

c) Anexo III: Declaração da empresa de inexistência de fato superveniente impeditivo;

d) Anexo IV: Declaração de anuência com as condições deste Edital;

e) Anexo V: Declaração de conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010 ou outras posteriores;

f) Anexo VI: Declaração de cumprimento de requisitos legais

g) Anexo VII: Declaração de qualificação técnica do responsável e equipe.

h) Anexo VIII: Termo de Análise de Credenciamento de Instituição Administradora ou Gestora;

i) Anexo IX: Termo de Análise de Credenciamento de Fundo de Investimento;

j) Anexo X: Atestado de credenciamento.

PONTE BRANCA/MT, 27 MARÇO DE 2017.

LADISLAU HONÓRIO MARTINS

Secretário de Administração

Gestor IMPBRAN

ANEXO I

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NÃO RETENÇÕES TRIBUTÁRIAS

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo) , neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/__ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA que reconhece a abrangência da Imunidade Tributária do FUNDO/INSTITUTO, e que não irá reter tributos sobre suas aplicações financeiras, dada a natureza pública dos recursos geridos por essa Entidade Gestora do Regime Próprio de Previdência.

[MUNICIPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO II

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE IMPUTADA PELA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa), inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo) , neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/__ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA, que não possui penalidades imputadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Banco Central do Brasil (BACEN) e/ou Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) em razão de infração grave considerada por estes ao Administrador/Gestor

[MUNICIPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO III

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À HABILITAÇÃO

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(nome da empresa) , inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo) , neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/__ e do CPF/MF nº _____, declara que atende plenamente os requisitos de habilitação, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua contratação com Administração Pública, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[MUNICIPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO IV

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

Ao [FUNDO/INSTITUTO]

XXXXX

Gestor do RPPS

(nome da empresa) , inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____ e Inscrição Estadual nº _____, com sede na (endereço completo) , neste ato representada por _____, portador da cédula de identidade RG nº _____ SSP/__ e do CPF/MF nº _____, DECLARA que está ciente de todos os termos do edital e anexos deste, sendo sabedores de todas as especificações nele contidas e que atende plenamente os requisitos de habilitação.

[MUNICIPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO V

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO CMN 3.922/2010

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(Razão Social da Instituição), inscrita no CNPJ sob o nº _____ sediada à (endereço completo), declara, sob as penas da Lei, que os regulamentos, prospectos e termos de adesão dos fundos de investimentos estão em conformidade com a Resolução CMN 3.922/2010, ou outras que entrarem em vigor posteriormente, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

[MUNICIPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO VI

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS LEGAIS

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

(Nome da Empresa) ----------, inscrita no CNPJ Nº ----------, sediada na Rua ----------, nº ----------, bairro, ----------, CEP---------- Município ----------, por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____, DECLARA, sob as penas da lei, que:

Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____, promovido Município de XX, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Não possui em seu quadro de pessoal empregados(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz*, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso V, art. 27, da Lei 8666/1993, com redação determinada pela Lei nº 9.854/1999.

Não possui em seu quadro de pessoal servidores públicos do Poder Executivo Municipal exercendo funções técnicas, comerciais, de gerência, administração ou tomada de decisão, (inciso III, do art. 9º da Lei 8666).

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO VII

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATESTADO CAPACIDADE TÉCNICA

(papel com logomarca ou identificação da empresa)

Atestamos para fins de participação em licitações, a quem possa interessar, que a empresa ....., CNPJ..... , localizada à Rua... .....nº.....bairro....., neste município, já executou ou está executando os serviços (descrever os serviços realizados suficientemente detalhado, para permitir a caracterização das atividades desenvolvidas, objeto do EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____, de forma satisfatória, atendendo as especificações exigidas, onde cumpriu com todos os compromissos assumidos, inclusive, quanto ao prazo e à qualidade dos serviços prestados, e que até esta data não consta em nossos Registros, nenhum ato que macule ou desabone sua idoneidade, motivo pelo qual está apto a se candidatar à execução do objeto do presente certame.

[MUNICÍPIO/UF], _____ de _____ de 2017.

. (assinatura e identificação do representante legal da empresa) .

ANEXO VIII

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO **Análise de Instituição Administradora ou Gestora**			
Número do Termo de Análise de Credenciamento	**/2016**		
Número do Processo instaurado	Nº protocolo ou processo		
Documento de solicitação do credenciamento	(tipo do documento/número/data)		
I - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS			
Ente Federativo		CNPJ	
Unidade Gestora do RPPS		CNPJ	

Possui critérios preestabelecidos pelo ente federativo para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS?			
1.Tipo de ato normativo/documento		Data	
2. Critérios:			
a.			
b.			
c.			

II- IDENTIFICAÇÃO DA(S) CLASSES DE FUNDO(S) DE INVESTIMENTO QUE A INSTITUIÇÃO PRETENDE-SE CREDENCIAR JUNTO AO RPPS PARA ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO OU OUTROS

	FI 100% títulos do TN		FI Ações referenciados
	FI Renda Fixa/Referenciados		FI de Índices Referenciados em Ações
	FI de Índices Referenciados em Renda Fixa		FI em Ações
	FI de Renda Fixa		FI Multimercado
	FI de Índices Referenciados em Renda Fixa		FI em Participações
	FI em Direitos Creditórios		FI Imobiliário
	FI Renda Fixa "Crédito Privado"		Outros Ativos:

III –		**ADMINISTRADOR**		**GESTOR**		**Outros:**	
Razão Social						CNPJ	
Endereço						Data Constituição	
E-mail (s)						Telefone (s)	
Data do registro na CVM				Categoria (s)			

Controlador/ Grupo Econômico	CNPJ

Principal contato com RPPS	Cargo	E-mail	Telefone

III.1 - Relação dos documentos referentes à análise da Instituição que instruem o Processo de Credenciamento obtidos na(s) seguinte(s) página(s) da Internet (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011):

Identificação do documento analisado	**Data do documento**	**Data de validade (certidões)**
1.Questionário Padrão Due Diligence para Fundos de Investimento – Seção 1 e seus Anexos		
2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social		
3. Certidão da Fazenda Municipal		
4. Certidão da Fazenda Estadual ou Distrital		
5. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União		
6. Certidão quanto a Contribuições para o FGTS		
7. Relatórios de Gestão de Qualidade		
8. Relatórios de Rating		
9.		

III.2 -Informações relativas à pesquisa de padrão ético de conduta (art. 3º, §1º, Portaria MPS nº 519/2011):

Resultado de pesquisa ao site da CVM (ex.: http://sistemas.cvm.gov.br/) sobre Processos Administrativos e Processos Administrativos Sancionadores, no site do Bacen (ex.: http://www.bcb.gov.br/crsfn/crsfn.htm) sobre Processos Administrativos Punitivos, além de outras pesquisas de processos administrativos, judiciais, ou informações de conhecimento público que possam caracterizar indício de irregularidades na atuação da Instituição,seus controladores, sócios ou executivos:

Processo/Decisão	Assunto/objeto	Data	Fonte da informação

Resultado da análise das informações pelo responsável pelo Credenciamento:

III.3–Análise das informações do Questionário Padrão *Due Diligence* para Fundo de Investimento – Seção 1 da ANBIMA – Informações Sobre a Empresa:
Identificação do Responsável pelo Questionário:
*Resultado da análise **do responsável pelo Credenciamento** das principais informações apresentadas no Questionário:*

III.4 - Classificação do Risco da Instituição (art. 15, §2º da Resolução CMN nº 3.922/2010):

Tipo de Nota	Agência	Classificação obtida	Data
Outro(s) critério(s) de análise:			

III.5 - Dados Gerais da Instituição e do Portfólio sob sua administração/ gestão

Mês/Ano	Patrimônio da Instituição Administradora/ Gestora (R$)	Nº de pessoas que trabalham na Instituição	Nº de FI sob administração/ gestão	Total do Patrimônio dos FI sob administração/ gestão (R$)	Nº dos cotistas dos FI sob administração/ gestão
___/2016					
Dez/2015					
Dez/2014					
Dez/2013					
Dez/2012					

III.6 – Dados Gerais dos Fundos de Investimento sob administração/ gestão por Tipo de Investidor

Tipo de Investidor de Fundos de Investimento sob administração/gestão (Posição no último dia útil do mês anterior)	Nº de cotistas por tipo de investidor	Distribuição Percentual do Patrimônio Líquido sob gestão/ administração	Fundos destinados exclusivamente para os respectivos Tipos de Investidores		
			Nº de fundos	Nº de cotistas desses fundos	Total do PL desses fundos
1. Pessoa natural *private banking*					
2. Pessoa natural varejo					
3. Pessoa jurídica não financeira *private banking*					

4. Pessoa jurídica não financeira varejo					
5. Banco comercial					
6. Corretora ou distribuidora					
7. Outras pessoas jurídicas financeiras					
8. Investidores não residentes					
9. Entidade aberta de previdência complementar					
10. Entidade fechada de previdência complementar					
11. Regime próprio de previdência social					
12. Sociedade seguradora ou resseguradora					
13. Sociedade de capitalização/arrend. Mercantil					
14. Fundos e clubes de investimento					
15. Clientes de distribuidores do fundo					
16. Outros tipos de cotistas					
Total: fundos destinados a todos os investidores					
Total: investidores previdenciários (09 a 11)					
Destinados a Investidores Qualificados					
Destinados a Investidores Profissionais					

III.7 - Dados gerais dos Fundos de Investimento sob administração/gestão por Classe de Fundo

Por Classe de Fundos de Investimento sob administração/gestão (Posição no último dia útil do mês anterior)	Nº de fundos	Nº de cotistas	Patrimônio Líquido	% do Portfólio
III.7.1 CLASSIFICAÇÃO ANBIMA				
Renda Fixa – Simples				
Renda Fixa – Indexados - Índices				
Renda Fixa – Ativos – Duração Baixa - Soberano				
Renda Fixa – Ativos – Duração Baixa - Grau de Investimento				
Multimercados – Alocação – Balanceados				
Multimercados – Por Estratégia (ex. Macro, Trading)				
Ações – Indexados – Índices				
Ações – Ativos (ex. *Small Caps,* Dividendos)				
Ações – Específicos (ex. Fundos Fechados de Ações, Mono Ação)				
.....				
TOTAL				

Por Classe de Fundos de Investimento sob administração/gestão (Posição no último dia útil do mês anterior)	Nº de fundos	Nº de cotistas	Patrimônio Líquido	% do Portfólio
III.7.2 CLASSIFICAÇÃO RESOLUÇÃO CMN 3.922/2010				
FI 100% títulos do TN - art. 7º I, "b"				
FI Renda Fixa/Referenciados RF - art. 7º, III, "a"				
FI de Índices Referenciados em RF Subíndices Anbima – art. 7º, III, "b"				
FI de Renda Fixa - art. 7º IV, "a"				
FI de Índices Referenciados em Renda Fixa – art. 7º, IV, "b"				
FI em Direitos Creditórios – Aberto – art. 7º, VI				
FI em Direitos Creditórios – Fechado –- art. 7º, VII, "a"				
FI Renda Fixa "Crédito Privado" – art. 7º, VII, "b"				
FI Ações referenciados - Art. 8º, I				
FI de Índices Referenciados em Ações - Art. 8º, II				
FI em Ações - Art. 8º, III				
FI Multimercado - aberto - Art. 8º, IV				
FI em Participações - fechado - Art. 8º, V				
FI Imobiliário - Art. 8º, VI				
TOTAL				

III. 8 - Dados de Fundos de Investimento sob administração/gestão da Instituição da mesma Classe de (s) Fundo(s) de Investimento para o(s) qual(is) esta pretende se credenciar:
(Considerar 5 (cinco) fundos mais recentes da mesma classe, no entanto, não considerar aqueles que a Instituição pretende que seja objeto de futura alocação em decorrência deste Credenciamento, pois serão objeto de análise específica no Item V)

Classe de Fundo de Investimento (Resolução CMN nº 3.922/2010):

Identificação do Fundo de Investimento Nome/CNPJ	Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R$)	Valor da Cota (R$)	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
1.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
2.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						
	2012						
3.	__/2016						
	2015						
	2014						
	2013						

	2012							
4.	__/2016							
	2015							
	2014							
	2013							
	2012							
5.	__/2016							
	2015							
	2014							
	2013							
	2012							
Informações sobre a administração/gestão desses fundos / Fato Relevante divulgado								

III. 9 - Caso a Instituição pretenda se credenciar junto ao RPPS para administração/gestão de outra(s) classe(s) de fundos de investimento preencher com os dados de 5 fundos relativos à respectiva classe:
(Considerar 5 (cinco) fundos mais recentes da mesma classe, no entanto, não considerar aqueles que a Instituição pretende que seja objeto de futura alocação em decorrência deste Credenciamento, pois serão objeto de análise específica no Item V)

Classe de Fundo de Investimento (Resolução CMN nº 3.922/2010):

Identificação do Fundo de Investimento Nome/CNPJ	Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (R$)	Valor da Cota (R$)	Rentabilidade (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência	
1.	__/2016							
	2015							
	2014							
	2013							
	2012							
2.	__/2016							
	2015							
	2014							
	2013							
	2012							
3.	__/2016							
	2015							
	2014							
	2013							
	2012							
4.	__/2016							
	2015							
	2014							
	2013							
	2012							
5.	__/2016							
	2015							
	2014							
	2013							
	2012							
Informações sobre a administração/gestão desses fundos / fatos relevantes divulgados								

Obs.: Caso a Instituição pretenda se credenciar junto ao RPPS para administração/gestão de mais classes de fundos copiar a tabela anterior e preenchê-la abaixo com os dados de 5 fundos relativos à respectiva classe.

IV - PROCESSO DE CLASSIFICAÇÃO

Em caso de utilização de metodologia de processo de classificação, indicar os critérios e a pontuação obtida pela Instituição Administradora/Gestora objeto de análise desse Processo de Credenciamento:

Identificação do Critério (exemplificativo)	**Metodologia (exemplificativo)**			**Pontuação obtida**
A. Experiência de Mercado	Tempo (anos)		Pontuação	
	De 2 a 4		2	
	De 4 a 6		4	
	De 6 a 8		6	
	De 8 a 10		8	
	Mais de 10		10	
B. Volume de recursos sob administração/gestão	Recursos (R$ milhões)		Pontuação	
	Até 100,00		0	
	100,01 a 200,00		2	
	200,01 a 400,00		4	
	400,01 a 800,00		6	
	800,01 a 1.600,00		8	
	Mais de 1.600,00		10	
C. Retorno sobre índice de Referência	Rentabilidade / Índice de Referência	Grau de Risco	Pontuação	
	Abaixo de 75,00%	Baixo	10	
		Médio	10	
		Alto	10	
	De 75,01% a 90,00%	Baixo	27	
		Médio	25	
		Alto	23	
	De 90,01% a 98,00%	Baixo	38	

		Médio	35	
		Alto	32	
	De 98,01% a 102,00%	Baixo	49	
		Médio	47	
		Alto	45	
	A partir de 102,01%	Baixo	60	
		Médio	57	
		Alto	55	
D. Rating de Gestão de Qualidade	Agência	Rating	Pontuação	
	S&P	AMP – 3	20	
	Moody's	MQ3	20	
	Fitch	M3	20	
E. Rating de Risco	Agência	Rating	Pontuação	
	S&P	> BB	15	
	Moody's	> Ba2	15	
	Fitch	> BB	15	
F. Penalidades	Tipologia	Pontuação		
	Processos Administrativos	- 10		
	Processos Judiciais	- 10		
	Investigações PF, MP, MTPS	- 10		
G. Outros critérios				
H. Total =	A+B+C+D+E+G-F (pode haver ponderação em algum critério)			
Pontuação mínima exigida=				

V –FUNDO(S) DE INVESTIMENTO QUE A INSTITUIÇÃO PRETENDE CREDENCIAR JUNTO AO RPPS COMO ADMINISTRADORA/GESTORA PARA FUTURA DECISÃO DE INVESTIMENTO
(Anexar Termo de Análise referente a cada fundo/produto conforme modelo - Anexo 1)

Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s)	CNPJ do Fundo	Classificação Resolução CMN	Data Início Do Fundo	Data Análise do Fundo
Outro(s) Tipo(s) de Ativo(s)/Produto(s):				

V.1 - Política de Distribuição - Integrantes do sistema de distribuição que possuem acordos ou contratos de distribuição com a Instituição e que atuam na área de abrangência do RPPS

Nome/Razão Social	CPF/CNPJ:	Data Autorização CVM	Data do Instrumento contratual
Informações sobre a Política de Distribuição (Forma de remuneração dos distribuidores, relação entre distribuidores e a Instituição, concentração de fundos sob administração/gestão e distribuidores):			

VI – CONCLUSÃO DA ANÁLISE

VI.1 - Análise da Instituição administradora/gestor a objeto do presente Processo de Credenciamento:

A - Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselhem um relacionamento seguro:	
B - Regularidade Fiscal e Previdenciária:	
C - Estrutura da Instituição:	
D - Segregação das atividades:	
E - Qualificação do corpo técnico:	
F - Histórico e experiência de atuação:	
G - Principais categorias de ativos e fundos:	
H - Volume de recursos sob administração/gestão:	
I - Avaliação da rentabilidade dos fundos sob sua administração/ gestão:	
J - Avaliação dos riscos assumidos pelos fundos sob sua administração/gestão:	
L – Critérios de análise pré-estabelecidos pelo ente federativo para credenciamento ou alocação de recursos do RPPS:	
M – Outros critérios de análise:	

VI.2 - Comparação com as 03 (três) últimas Instituições credenciadas para a(s) mesma(s) classe(s) de Fundos de Investimento, com base nos critérios comentados no Item VI.1:

Razão Social:			
CNPJ:			
Número do Termo de Credenciamento:			
Data do credenciamento:			
Resumo da análise dos critérios avaliados nos Credenciamentos dessas instituições			
Análise comparativa dos critérios avaliados nos credenciamentos dessas instituições com os da Instituição objeto deste Credenciamento			

VI.3 - Comparação do(s) Fundo(s) de Investimento (relacionados no Item V) que a Instituição pretende credenciar junto ao RPPS como administradora/gestora para futura decisão de investimento com Fundos da mesma classe sob administração/gestão das Instituições credenciadas referidas no Item VI.2

Classe de Fundo de Investimento (Resolução CMN nº 3.922/2010):

Fundo(s) de Investimento(s) sob administração/gestão das Instituições referidas no Item VI.2 que foram analisados quando dos respectivos Termos de Credenciamento:				Análise Comparativa como(s) Fundo(s) relacionados no Item V sob administração/gestão da Instituição a que se refere este Credenciamento:
Administrador	Gestor	Nome do Fundo	CNPJ do Fundo	

Classe de Fundo de Investimento (Resolução CMN nº 3.922/2010):

Fundo(s) de Investimento(s) sob administração/gestão das Instituições referidas no Item VI.2 que foram analisados quando dos respectivos Termos de Credenciamento:				Análise Comparativa como (s) Fundo(s) relacionados no Item V sob administração/gestão da Instituição a que se refere este Credenciamento:
Administrador	Gestor	Nome do Fundo	CNPJ do Fundo	

VI.4- Conclusão da análise do(s) Fundo(s) de Investimento relacionado(s) no Item V que a Instituição pretende credenciar junto ao RPPS como administradora ou gestora para futura decisão de investimento(considerar análise da Instituição Administradora, da Instituição Gestora e do Fundo de Investimento)		
Fundo de Investimento	**CNPJ**	**Conclusão da Análise**
Outros		
Obs: quando da Decisão de Investimento no(s) referido(s) Fundo(s) de Investimento demonstrar na Autorização para Aplicação e Resgate (APR) o atendimento à Resolução do CMN nº 3.922/2010 e sua aderência à Política Anual de Investimentos, de acordo com o perfil da carteira do RPPS na data da alocação, em caso de fundos com prazos para desinvestimento, o atestado de sua compatibilidade com as obrigações presentes e futuras do regime, a adequação do fundo à condição do RPPS, na respectiva data, como Investidor Qualificado, se for o caso, além de, entre outros critérios, verificar se estão mantidas as condições de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência analisadas durante o Credenciamento.		

Responsáveis pela Análise:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

ANEXO IX

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

TERMO DE ANÁLISE DE CREDENCIAMENTO
Fundo de Investimento

VI –		**FUNDO DE INVESTIMENTO**		**Outros:** (nesse caso, utilizar documento sem formatação específica, que demonstre a análise das características, riscos, rentabilidade e aderência do respectivo ativo/produto)

Nome Fundo				CNPJ	
Administrador		Nº Termo Credenciamento		CNPJ	
Gestor		Nº Termo Credenciamento		CNPJ	
Custodiante				CNPJ	

Classificação do Fundo Resolução CMN 3.922:		Data de Início Atividades:	
	FI 100% títulos do TN		FI Ações referenciados
	FI Renda Fixa/Referenciados		FI de Índices Referenciados em Ações
	FI de Índices Referenciados em Renda Fixa		FI em Ações
	FI de Renda Fixa		FI Multimercado
	FI de Índices Referenciados em Renda Fixa		FI em Participações
	FI em Direitos Creditórios		FI Imobiliário
	FI Renda Fixa “Crédito Privado”		Outros Ativos:

VII. 1 - Relação dos documentos do Fundo que instruem o Processo de Credenciamento obtidos na(s) seguinte(s) página(s) da Internet (art. 6º-E, III, Portaria MPS nº 519/2011

Identificação do documento analisado (obtido na página da internet da CVM, identificar)	**Data do Documento**	**Data da Análise**
1. Questionário Padrão *DueDiligence* para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA – Informações sobre o Fundo de Investimento		
2. Regulamento		
3. Lâmina de Informações essenciais		
4. Formulário de informações complementares		
5. Perfil Mensal		
6. Demonstração de Desempenho		
7. Relatórios de Rating		
8. Demonstrações Contábeis		
9.....		

II.2 – Análise das informações do Questionário Padrão *DueDiligence* para Fundo de Investimento – Seção 2 da ANBIMA – Informações sobre o Fundo de Investimento:
Identificação do Responsável pelo Questionário:
Resultado da análise do responsável pelo Credenciamento das principais informações apresentadas no Questionário:

VII.3 - Análise das informações relativas ao Fundo de Investimento e de sua aderência ao perfil de investidor, da carteira e da Política de Investimento do RPPS:

	Resumo das informações do Fundo de Investimento:			**Análise do responsável pelo Credenciamento:**
Público alvo do Fundo:				
Principais cotistas do Fundo	Tipo de Investidor *(Item III.6 do Termo Cred.)*		% do PL	
Objetivos do Fundo:				
Política de Investimentos do Fundo	Descrição da Política			
	Índice de referência/objetivo de rentabilidade			
	Tipos de ativo	Mínimo	Máximo	
Condições de investimento – prazos/ condições para resgate	Prazo Duração do Fundo			
	Prazo de carência (dias)			
	Prazo para conversão de cotas (dias)			
	Prazo para pagamento dos resgates (dias)			
	Prazo Total (dias)			
Condições de Investimento – Taxas	Taxa de entrada			
	Taxa de saída			
	Taxa de administração			
	Taxa de Performance			
	Índice de referencia	Freqüência	Linha-d água	
	Custo total estimado do Fundo			

Mudanças de prestadores de serviços do Fundo	Data	Tipo (Adm/ Gestor/ Cust)	Motivação	
Últimas Assembléias	Data	Resumo das deliberações		
Fatos Relevantes Divulgados	Data	Resumo		

Histórico de Rentabilidade do Fundo:

Ano	Nº de Cotistas	Patrimônio Líquido (PL) (R$)	V aR médio do Fundo	Valor da Cota do Fundo (R$)	Rentabilidade do Fundo (líquida de despesas, mas não de impostos)	Variação percentual do índice de referência	Contribuição em relação ao índice de referência/ ou Desempenho do fundo como % do índice de referência
/2016							
2015							
2014							
2013							
2012							

Cenários foram utilizados para simulação de desempenho de fundos estruturados					
Períodos de maior perda do Fundo	Período	Evento	Perda	Explicação	Tempo para Recuperação
Análise do responsável pelo Credenciamento sobre a rentabilidade do fundo ou simulação do seu desempenho, considerando o histórico, principalmente, dos últimos 12 meses					

	Resumo das informações do Fundo de Investimento: (Posição Atual):			**Análise do responsável pelo Credenciamento:**
Composição da carteira atual (5 espécies de ativos em que o Fundo concentra seus investimentos)	Espécie de ativo		% do PL	
Caso o Fundo aplique em cotas de outros Fundos de Investimento	CNPJ desse(s) Fundo(s)	Classificação Resolução CMN	% do PL do Fundo	
	1.			
	2.			
	3.			
	.....			
	Fundo / Do gestor /Adm. (S/N)	Espécies de ativos em que o Fundo concentra seus investimentos		
	1.			
	2.			
	3.			
	.....			
Total dos ativos de crédito privado em estoque do Fundo	% do PL do Fundo:			
Maiores emissores de títulos de crédito privado que o Fundo é credor	Emissor (CPF/CNPJ)	Parte relacionada (S/N) (art. 102, §1º, inc. II e III da ICVM 555/2014)	Sistema de registro e liquidação financeira do ativo	% do PL

	Percentual da carteira do fundo vinculado a parte relacionada		
	Prazo médio da carteira de títulos do fundo (em meses (30) dias)		
	Classificação de risco de crédito contratada pelo Fundo	Classificação obtida	
		Agencia	
		Data	
		Outros	
	Gestão de risco da carteira do Fundo	VAR (Valor de risco) de um dia como percentual do PL calculado para 21 dias úteis e 95% de confiança:	
		Classe de modelos utilizada informada:	
		Principal fator de risco a que o fundo está exposto:	
		Considerando o principal fator de risco, qual variação diária percentual esperada para o valor da cota do fundo no pior cenário de estresse:	
	Metodologia e procedimentos de precificação de ativos de baixa liquidez		
	Regras de liquidez para ativos específicas do Fundo		
	Classificação de risco do Fundo pelo Administrador	Nota na escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento do Fundo:	
	Outros critérios de análise		

VII.4 – Procedimentos de diligências/verificações/consultas realizados pelos responsáveis pela análise relativos à carteira do Fundo de Investimento:

	VI.5 - Conclusão da análise do presente Fundo de Investimento,relacionado no Item V dos Termo(s) de Análise de Credenciamento nº /2016 e /2016, considerando as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez previstas na Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.922, de 2010, a aderência ao perfil de investidor, da carteira e da Política de Investimento do RPPS:			
Responsáveis pela Análise:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**	

ANEXO X

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº ___/_____

	ATESTADO DE CREDENCIAMENTO		
Ente Federativo		**CNPJ**	
Unidade Gestora do RPPS		**CNPJ**	
Instituição Administradora			
Razão Social		**CNPJ**	
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Data do Termo de Análise de Credenciamento			
Instituição Gestora			
Razão Social		**CNPJ**	
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Data do Termo de Análise de Credenciamento			
Outros			
Razão Social		**CNPJ**	
Número do Termo de Análise de Credenciamento			
Data do Termo de Análise de Credenciamento			
Parecer final quanto ao credenciamento da(s) Instituições(s):			
Classe(s) de Fundo(s) de Investimento que as Instituições foram credenciadas para administração ou gestão de recursos alocados pelo RPPS (Resolução CMN nº 3.922/2010):			
Fundo(s) de Investimento Analisado(s)		**CNPJ**	**Data da Análise**
Data			
Responsáveis pelo Credenciamento:	**Cargo**	**CPF**	**Assinatura**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 198/2017 QUE RETIFICA A PORTARIA Nº. 193/2017 (QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR COMISSIONADO).

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando: a possibilidade de a Administração Pública rever os seus atos, nos termos da Súmula 473 - STF; o Princípio da Legalidade, a que está estritamente vinculada a Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º) RETIFICAR a Data da PORTARIA Nº. 193/2017 de 15 de Fevereiro de 2017, publicada no JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO AMM de 20/03/2017, PÁG. 165, da seguinte forma:

ONDE SE LÊ:

Porto Estrela/MT, 15 de Fevereiro de 2017., (...).

LEIA-SE:

Porto Estrela/MT, 15 de Março de 2017., (...).

Art. 2º) Revogadas as disposições em contrário, permanecendo inalteradas as demais situações, esta Portaria tem sua vigência retroativa a **15/03/2017**.

Porto Estrela/MT, 27 de Março de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 199/2017 - QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR

EUGÊNIO PELACHIM, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar 076/2017 "Dispõe sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37, Criação e Transformação de Cargo Comissionado, Ampliação de vagas e Alteração do §2º Do Art. 56 da Lei Complementar nº024/2009, regulamentada pelo Decreto Municipal nº. 023/2017, e da outras providências).

R E S O L V E:

Artigo 1º) Fica nomeada a **Sra. VALMIRA LIMA PAZ SILVA**,portadora da Cédula de Identidade **RG Nº. 1561985-0 SSP/SP e CPF nº. 004.133.041-24**, para exercer o cargo comissionado de **CHEFE DE DIVISÃO DE MANUTENÇÃO ESCOLAR,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. Com vencimentos de acordo com o Anexo I da lei Complementar nº.024/2009 e alterações posteriores.

Artigo 2º) Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 22 de Março de 2017.

EUGÊNIO PELACHIM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 005/CMAS/2017

Dispões sobre a aprovação da prestação de contas dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS).

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Estrela – MT, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n.°058/96 de 23

de outubro de 1996, e pelo inciso X, artigo 18 da Lei nº. 8.742 de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, e tendo em vista que foi deliberado por Reunião extraordinária ocorrida em 27 de março de 2017, presidida pela Presidente do CMAS de Porto Estrela - MT

R/E/S/O/L/V/E:

Art. 1º - Aprovar a Prestação de Contas dos recursos do Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) repassados ao Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Porto Estrela – MT, no ano de 2016.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Estrela – MT, 27 de março de 2017.

Erondina Rodrigues da Silva

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Porto Estrela - MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO N.º 002/2017

BENEFICIARIO: Lidia Malaquias Abreu

OBJETO: Prestação de serviços de Médico Plantonista para atender as necessidades do Pronto Atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, neste Município de Porto Estrela - MT, em caráter temporário emergencial.

VALOR APROXIMADO de R$ 64.497,00 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e sete reais)

VIGÊNCIA: Prazo indeterminado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 05.2033 – 3.1.90.04.00.00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/FUNDO DE PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 008/2017 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO SALARIO-FAMILIA EM FAVOR DA SERVIDORA SRª ANA MARIA BARROS.

O Srª EDNA APARECIDA VASCONCELLOS ANDRE - **Gestor do PREVI-PORTO** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PORTO ESTRELA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.21 da Lei Municipal n.º 275/2005, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALARIO-FAMILIA, a servidora Srª. ANA MARIA BARROS, efetivo no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, referente **LEONARDOS LUCAS DE OLIVEIRA** ,seu filho menor de 14 (quatorze) anos, a partir de 21/03/2017 e com termino em 14-04-2023, conforme processo administrativo do PREVI-PORTO, n.º **2017.09.00007P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário .

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PORTO ESTRELA - MT, 27/03/2017.

EDNA AP. VASCONCELLOS ANDRE

Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social - PREVI-PORTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/FUNDO DE PREVIDENCIA
PORTARIA N.º 007/2017 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO AUXILIO-DOENÇA A SERVIDORA SRª AVELINA DOMINGAS DA SILVA ."

A Srª **Edna Aparecida Vasconcellos Andre - Gestor do PREVI-PORTO** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PORTO ESTRELA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16 da Lei Municipal n.º 339/2007, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXILIO-DOENÇA, a servidora Srª. AVELINA DOMINGAS DA SILVA, efetiva no cargo de MERENDEIRA, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/EFETIVOS 25%, com vencimentos integrais, a partir de 22/03/2017 e termino em 19/06/2017, conforme processo administrativo do PREVI-PORTO, n.º **2017.05.00008P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PORTO ESTRELA - MT, 27/03/2017.

EDNA A. VASCONCELLOS ANDRE

Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social - PREVI-PORTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/FUNDO DE PREVIDENCIA
PORTARIA Nº 006-2017"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO SALARIO-FAMILIA EM FAVOR DA SERVIDORA SRª CATIA APARECIDA DA CRUZ.

O Srª EDNA APARECIDA VASCONCELLOS ANDRE - **Gestor do PREVI-PORTO** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PORTO ESTRELA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.21 da Lei Municipal n.º 275/2005, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALARIO-FAMILIA, a servidora Srª. CATIA APARECIDA DA CRUZ, efetivo no cargo de RECEPCIONISTA, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/SECRETARIA DE SAUDE, referente **ANDRE LUIS DA CRUZ LEITE** , seu filho menor de 14 (quatorze) anos a partir de 08/03/2016 e com termino em 22-02-2031, conforme processo administrativo do PREVI-PORTO, n.º **2017.09.00006P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário .

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PORTO ESTRELA - MT, 24/03/2017.

EDNA AP. VASCONCELLOS ANDRE

Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social - PREVI-PORTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/FUNDO DE PREVIDENCIA
PORTARIA 0005/2017 "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO SALARIO MATERNIDADE A SERVIDORA SRª CATIA APARECIDA DA CRUZ ."

A Srª **Edna Aparecida Vasconcellos Andre - Gestor do PREVI-PORTO** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PORTO ESTRELA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.27 da Lei Municipal n.º 275/2005, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALARIO MATERNIDADE, a servidora Srª. CATIA APARECIDA DA CRUZ, efetiva no cargo de RECEPCIONISTA, lotado na PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, com vencimentos integrais, a partir de 22/02/2017 e termino em 21/06/2017, conforme processo administrativo do PREVI-PORTO, n.º **2017.08.00005P**.

Art. 2º A remuneração da parcela inerente ao termino do benefício, da servidora supra citada, será acrescida do 13º proporcional correspondente a 4/12 (quadro doze avos) do total de sua remuneração.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário .

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PORTO ESTRELA - MT, 24/03/2017.

EDNA A. VASCONCELLOS ANDRE

Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social - PREVI-PORTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/FUNDO DE PREVIDENCIA
PORTARIA Nº 004/2017-"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO SALARIO-FAMILIA EM FAVOR DA SERVIDORA SRª JESSICA BERNARDES TEIXEIRA.

O Srª EDNA APARECIDA VASCONCELLOS ANDRE - **Gestor do PREVI-PORTO** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de PORTO ESTRELA, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art.21 da Lei Municipal n.º 275/2005, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício SALARIO-FAMILIA, a servidora Srª. JESSICA BERNARDES TEIXEIRA, efetivo no cargo de AUXILIAR CONTABIL, lotado na CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, referente **JOAO FELIPE BERNARDES TEIXEIRA DE OLIVEIRA** , seu filho menor de 14 (quatorze) anos, a partir de 15/02/2016 e com termino em 11-01-2031, conforme processo administrativo do PREVI-PORTO, n.º **2017.09.00004P**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário .

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

PORTO ESTRELA - MT, 06/03/2017.

EDNA AP. VASCONCELLOS ANDRE

Gestor do Fundo Municipal de Previdência Social - PREVI-PORTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
AVISO DE ADESÃO Nº 002/2017

A Prefeitura Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, através do Prefeito Municipal Eugênio Pelachim, torna público a quem possa interessar que após a análise detalhada dos elementos constantes dos autos comunica a adesão à Ata de Registro de Preços nº 101/2016, referente ao Pregão Presencial nº 056/2016, cujo objeto é contratação de empresa para realização de serviços de publicações oficiais do Município de Porto Estrela – MT no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado e Jornal Diário de Grande Circulação no Estado, com a empresa **K3 COMÉRCIO VAREJISTA DE JORNAIS, REVISTAS E OUTRAS PUBLICIDADES LTDA - ME,** portadora do CNPJ nº: 10.676.614/0001-41, no valor de **R$ 8. 450,00 (Oito mil quatrocentos e cinquenta reais).**

Porto Estrela – MT, 27 de março de 2017.

Eugênio Pelachim

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 027/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

Aos vinte e sete dias do mês de Março do ano de 2017, autorizado pelo processo licitatório de Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017** foi expedida a presente Ata de Registro de Preços nº. **027/2017**, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, que conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT EM TODAS AS SUAS SECRETARIAS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

1. Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata:

1.1 Empresa:

LEIVINDO PEDRO DA SILVA – MEI, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Chácara Estrela, nº. 41, Gleba Caracol, CEP 78.570-000, município de Novo Horizonte do Norte/MT, CNPJ sob nº. 27.297.508/0001-50, neste ato representado pelo senhor Leivindo Pedro da Silva, brasileiro, maior, casado, proprietário, portador do RG nº. 1712039-0 SSP/MT e CPF nº. 902.160.911-87, residente e domiciliado na Chácara Estrela, nº. 41, Gleba Caracol, CEP 78.570-000, município de Novo Horizonte do Norte/MT.

A saber,

LOTE 01
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA EM GERAL

Item	Qtde.	Un.	Descrição	Marca	Empresa	R$ Unit.	Valor Total
18	201	Un.	AGUA SANITARIA - 05 LT - CLORO ATIVO (HIPOCLORITO DE SODIO)	QBOA	**LEIVINDO PEDRO DA SILVA – MEI**	9,00	1.809,00
25	10	Un.	AMACIANTE DE ROUPAS - 05 LT - C/ TENSO ATIVO CATIONICO,	CONFORT	**LEIVINDO PEDRO DA SILVA – MEI**	14,99	149,90
162	1.740	Un.	DESINFETANTE - 02 LT	EFICAZ	**LEIVINDO PEDRO DA SILVA – MEI**	4,30	7.482,00

Valor Total:	**R$: 9.440,90**
Nove mil quatrocentos e quarenta reais e noventa centavos	

2. Somente quando o primeiro licitante registrado atingir a totalidade do seu limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços, será indicado o segundo e, assim sucessivamente, podendo ser indicados mais de um, ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido de fornecimento for superior à capacidade do licitante da vez.

2.1. Todos os produtos deverão ser entregues num prazo máximo de 12 (doze) horas a contar do recebimento da solicitação de compra, através de requisição, onde constará dos produtos e quantidades a ser entregues, *com exceção dos produtos constantes no "**subitem 2.3"**, que terão prazo de entrega diferenciado.*

2.2. Se houver a necessidade de troca ou substituição de algum dos produtos por parte da CONTRATADA, será feito no ***mesmo prazo da entrega*** hora a contar da notificação, *com exceção dos produtos constantes no "**subitem 2.3"**, que terão prazo de substituição diferenciado.*

2.3. Todos os produtos devem ser de primeira qualidade, com garantia, com selo do INMETRO, com embalagem não danificada e prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, salvo exceções claras e aceitas pela administração.

2.4. A entrega dos produtos será de forma ***FRACIONADA*** conforme a necessidade da administração, independente da quantidade e com inteira e total responsabilidade da Licitante Vencedora sem nenhum custo adicional além do valor adjudicado em seu favor, no prédio da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço constante no preâmbulo deste, ou em qualquer unidade pertencente ao Município.

2.5. Além da entrega nos locais indicados pela Administração, deverá a Licitante Vencedora também descarregar e armazenar os produtos nos locais indicados pelo servidor responsável, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados aos mesmos, bem como fazer a substituição do produto que estiver fora da especificação.

2.6. Quando da entrega, a Licitante Vencedora se obriga a substituir ou repor o produto dentro do prazo estipulado neste Edital, quando:

a) Houver embalagem danificada (pacotes estourados ou latas amassadas) decorrente de um processo de empacotamento e acondicionamento inadequados, qualidade inferior das caixas de papelão ou por más condições de transporte, carga ou descarga.

b) O registro em cada embalagem não coincidir com o registrado externamente.

c) Os produtos estiverem em desacordo com as especificações;

d) Data de fabricação/prazo de validade estiverem em desacordo com o Edital;

e) Quando do total da entrega houver diferentes datas de validade.

2.7. Todo e qualquer fornecimento de produtos fora do estabelecido neste edital ou em desacordo com as especificações, será imediatamente notificado à(s) licitante(s) vencedora(s), que ficará (o) obrigada(s) a substitui-los prontamente, correndo por sua conta e risco tais substituições, sendo-lhes aplicadas, também, as sanções previstas em Lei.

2.8. Não serão aceitos na entrega, produtos de marca diferente daquelas constantes na(s) proposta(s) da(s) vencedora(s).

2.9 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura na Secretaria Municipal de Finanças, desde que tenha ocorrido a total e efetiva entrega do objeto constante naquela nota, bem como devidamente Atestada pelo Servidor Responsável.

3. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.

4. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, serão indicadas em momento oportuno, no processo de utilização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

6. O descumprimento do prazo de execução sujeitará a fornecedora às seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

a) Advertência e multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor da adjudicação, aplicada no máximo até um terço desse valor e cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sem prejuízo da devolução do produto/gêneros, caso este não atenda a contento.

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Porto dos Gaúchos/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos e descredenciamento do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:

I - apresentação de documentação falsa;

II - retardamento na entrega dos produtos;

III - comportamento inidôneo;

IV - fraude na execução do contrato;

V - falha na execução do contrato.

7. A contratada tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas anteriormente.

8. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº. 8666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração.

9. A fornecedora deverá manter enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste certame – **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10. Integrará a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, como parte indissociável, a proposta apresentada pela adjudicatária.

11. 2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes.

12. É parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se lhe todos seus dispositivos, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017,** com os termos aditados e a proposta da(s) detentora(s) da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos, Estado de Mato Grosso, excluído qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

14. Para constar foi lavrada a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que vai assinada por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Porto dos Gaúchos/MT, em 27 de Março de 2017.

Município de Porto dos Gaúchos/MT MOACIR PINHEIRO PIOVESAN Prefeito Municipal	**LEIVINDO PEDRO DA SILVA – MEI** CNPJ sob nº. 27.297.508/0001-50 Detentora da Ata Leivindo Pedro da Silva Representante
Alessandro Isernhagen Hydalgo CPF 039.367.331.63 **Testemunha**	Eder Alfredo Dos Santos Contreiras CPF 050.256.711.24 **Testemunha**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 026/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

Aos vinte e sete dias do mês de Março do ano de 2017, autorizado pelo processo licitatório de Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017** foi expedida a presente Ata de Registro de Preços nº. **026/2017**, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, que conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT EM TODAS AS SUAS SECRETARIAS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

1. Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata:

1.1 Empresa:

L.F DA SILVA CASTILHO – ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Sergio Gladki Petrenko, nº. 684, Centro, CEP 78.560-000, município de Porto dos Gaúchos/MT, CNPJ sob nº. 16.924.941/0001-51, neste ato representado pelo senhor Leandro Ferreira Da Silva Castilho, brasileiro, maior, Solteiro, proprietário, portador do RG nº. 1158831-4 SJ/MT e CPF nº. 946.979.061-87, residente e domiciliado na Rua Vitoria nº 1208, Centro, CEP 78.560-000, Município de Porto dos Gaúchos/MT.

A saber,

LOTE 01
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA EM GERAL

Item	Qtde.	Un.	Descrição	Marca	Empresa	R$ Unit.	Valor Total
14	122	Un.	AGUA MINERAL S/ GAS - 20 LT	LEBRINHA	**L.F DA SILVA CASTILHO – ME**	10,00	1.220,00
15	2.600	Un.	AGUA MINERAL S/ GAS - 497 ML	LEBRINHA	**L.F DA SILVA CASTILHO – ME**	1,20	3.120,00
240	475	Un.	GAS DE COZINHA - 13 KG	COPAGAZ	**L.F DA SILVA CASTILHO – ME**	82,90	39.377,50

Valor Total:	**R$: 43.717,50**
Quarenta e três mil setecentos e dezessete reais e cinquenta centavos	

2. Somente quando o primeiro licitante registrado atingir a totalidade do seu limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços, será indicado o segundo e, assim sucessivamente, podendo ser indicados mais de um, ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido de fornecimento for superior à capacidade do licitante da vez.

2.1. Todos os produtos deverão ser entregues num prazo máximo de 12 (doze) horas a contar do recebimento da solicitação de compra, através de requisição, onde constará dos produtos e quantidades a ser entregues, *com exceção dos produtos constantes no "**subitem 2.3"**, que terão prazo de entrega diferenciado.*

2.2. Se houver a necessidade de troca ou substituição de algum dos produtos por parte da CONTRATADA, será feito no ***mesmo prazo da entrega*** hora a contar da notificação, *com exceção dos produtos constantes no "**subitem 2.3"**, que terão prazo de substituição diferenciado.*

2.3. Todos os produtos devem ser de primeira qualidade, com garantia, com selo do INMETRO, com embalagem não danificada e prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, salvo exceções claras e aceitas pela administração.

2.4. A entrega dos produtos será de forma ***FRACIONADA*** conforme a necessidade da administração, independente da quantidade e com inteira e total responsabilidade da Licitante Vencedora sem nenhum custo adicional além do valor adjudicado em seu favor, no prédio da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço constante no preâmbulo deste, ou em qualquer unidade pertencente ao Município.

2.5. Além da entrega nos locais indicados pela Administração, deverá a Licitante Vencedora também descarregar e armazenar os produtos nos locais indicados pelo servidor responsável, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados aos mesmos, bem como fazer a substituição do produto que estiver fora da especificação.

2.6. Quando da entrega, a Licitante Vencedora se obriga a substituir ou repor o produto dentro do prazo estipulado neste Edital, quando:

a) Houver embalagem danificada (pacotes estourados ou latas amassadas) decorrente de um processo de empacotamento e acondicionamento inadequados, qualidade inferior das caixas de papelão ou por más condições de transporte, carga ou descarga.

b) O registro em cada embalagem não coincidir com o registrado externamente.

c) Os produtos estiverem em desacordo com as especificações;

d) Data de fabricação/prazo de validade estiverem em desacordo com o Edital;

e) Quando do total da entrega houver diferentes datas de validade.

2.7. Todo e qualquer fornecimento de produtos fora do estabelecido neste edital ou em desacordo com as especificações, será imediatamente notificado à(s) licitante(s) vencedora(s), que ficará (o) obrigada(s) a substitui-los prontamente, correndo por sua conta e risco tais substituições, sendo-lhes aplicadas, também, as sanções previstas em Lei.

2.8. Não serão aceitos na entrega, produtos de marca diferente daquelas constantes na(s) proposta(s) da(s) vencedora(s).

2.9 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura na Secretaria Municipal de Finanças, desde que tenha ocorrido a total e efetiva entrega do objeto constante naquela nota, bem como devidamente Atestada pelo Servidor Responsável.

3. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.

4. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, serão indicadas em momento oportuno, no processo de utilização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

6. O descumprimento do prazo de execução sujeitará a fornecedora às seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

a) Advertência e multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor da adjudicação, aplicada no máximo até um terço desse valor e cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sem prejuízo da devolução do produto/gêneros, caso este não atenda a contento.

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Porto dos Gaúchos/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos e descredenciamento do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:

I - apresentação de documentação falsa;

II - retardamento na entrega dos produtos;

III - comportamento inidôneo;

IV - fraude na execução do contrato;

V - falha na execução do contrato.

7. A contratada tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas anteriormente.

8. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº. 8666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração.

9. A fornecedora deverá manter enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste certame – **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10. Integrará a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, como parte indissociável, a proposta apresentada pela adjudicatária.

11. 2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes.

12. É parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se lhe todos seus dispositivos, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017,** com os termos aditados e a proposta da(s) detentora(s) da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos, Estado de Mato Grosso, excluído qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

14. Para constar foi lavrada a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que vai assinada por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Porto dos Gaúchos/MT, em 27 de Março de 2017.

Município de Porto dos Gaúchos/MT MOACIR PINHEIRO PIOVESAN Prefeito Municipal	**L.F DA SILVA CASTILHO – ME** CNPJ sob nº. 16.924.941/0001-51 Detentora da Ata Leandro Ferreira Da Silva Castilho Representante
Alessandro Isernhagen Hydalgo CPF 039.367.331.63 **Testemunha**	Eder Alfredo Dos Santos Contreiras CPF 050.256.711.24 **Testemunha**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2017

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT EM TODAS AS SUAS SECRETARIAS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Repartições interessadas: ..... GABINETE DO PREFEITO;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO E CULTURA;

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, DECRETO MUNICIPAL Nº. 04/2012 DE 09/01/2012 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c.c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Prefeito Municipal, o senhor Moacir Pinheiro Piovesan, **HOMOLOGA** o objeto desta Licitação, às Empresas vencedoras abaixo especificadas:

Empresas vencedoras:

ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME

CNPJ Sob n° 26.568.733/0001-10

VALOR GLOBAL: R$: 263.741,57 (Duzentos e sessenta e três mil setecentos e quarenta e um real e cinquenta e sete centavos)

ANDRADE & PEREIRA – LTDA

CNPJ Sob n° 11.087.959/0001-22

VALOR GLOBAL: R$: 659.764,31 (Seiscentos e cinquenta e nove mil setecentos e sessenta e quatro reais e trinta e um centavos)

R.G DA PAZ EIRELI – EPP

CNPJ sob nº. 21.058.617/0001-38

VALOR GLOBAL: R$: 124.644,00 (Cento e vinte e quatro mil seiscentos e quarenta e quatro reais)

L F DA SILVA CASTILHO - ME

CNPJ Sob n° 16.924.941/0001-51

VALOR GLOBAL: R$: 43.717,50 (Quarenta e três mil setecentos e dezessete reais e cinquenta centavos)

LEIVINDO PEDRO DA SILVA – MEI

CNPJ sob nº. 27.297.508/0001-50

VALOR GLOBAL: R$: 9.440,90 (Nove mil quatrocentos e quarenta reais e noventa centavos)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos – MT, 27 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 02/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT EM TODAS AS SUAS SECRETARIAS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

Repartições interessadas: ..... GABINETE DO PREFEITO;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA;

..... SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO E CULTURA;

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL N°. 10.520/02, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, DECRETO MUNICIPAL Nº. 04/2012 DE 09/01/2012 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c.c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Pregoeiro, o senhor Helielson Teodoro Alves, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, às Empresas vencedoras abaixo especificadas:

Empresas vencedoras:

ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME

CNPJ Sob n° 26.568.733/0001-10

VALOR GLOBAL: R$: 263.741,57 (Duzentos e sessenta e três mil setecentos e quarenta e um real e cinquenta e sete centavos)

ANDRADE & PEREIRA – LTDA

CNPJ Sob n° 11.087.959/0001-22

VALOR GLOBAL: R$: 659.764,31 (Seiscentos e cinquenta e nove mil setecentos e sessenta e quatro reais e trinta e um centavos)

R.G DA PAZ EIRELI – EPP

CNPJ sob nº. 21.058.617/0001-38

VALOR GLOBAL: R$: 124.644,00 (Cento e vinte e quatro mil seiscentos e quarenta e quatro reais)

L F DA SILVA CASTILHO - ME

CNPJ Sob n° 16.924.941/0001-51

VALOR GLOBAL: R$: 43.717,50 (Quarenta e três mil setecentos e dezessete reais e cinquenta centavos)

LEIVINDO PEDRO DA SILVA – MEI

CNPJ sob nº. 27.297.508/0001-50

VALOR GLOBAL: R$: 9.440,90 (Nove mil quatrocentos e quarenta reais e noventa centavos)

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos – MT, 27 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 239/2017

De: 27 de Março de 2017

*"Prorroga Afastamento de Licença Saúde a servidora **Joana Lima da Silva** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Prorrogação de Afastamento de Licença Saúde sem remuneração a servidora **Joana Lima da Silva,** nomeada no cargo efetivo 210 - Lavadeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, durante o período 01/03/2017 a 30/04/2017 conforme Atestado Médico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 27 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 238/2017

De: 27 de Março de 2017

*"Concede Afastamento de Licença Saúde a servidora **Inocencia Rodrigues dos Santos** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Afastamento de Licença Saúde a servidora **Inocencia Rodrigues dos Santos,** nomeada no cargo 240 - Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, durante o período 21/03/2017 a 04/04/2017 conforme Atestado Médico.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 27 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 025/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

Aos vinte e sete dias do mês de Março do ano de 2017, autorizado pelo processo licitatório de Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017** foi expedida a presente Ata de Registro de Preços nº. **025/2017**, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, que conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT EM TODAS AS SUAS SECRETARIAS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

1. Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata:

1.1 Empresa:

R.G DA PAZ EIRELI – EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Avenida Alzira Santana, s/nº, Bairro Ikaray, QD 17, Lote 05, CEP 78. 130-724, município de Várzea Grande/MT, CNPJ sob nº. 21.058.617/0001-38, neste ato representado pelo senhor Rodrigo Garcia da Paz, brasileiro, maior, casado, proprietário, portador do RG nº. 1477296-5 SSP/MT e CPF nº. 731.341.201-00, residente e domiciliado na Rua Travessa Jaime Campos, nº 15, Bairro Alameda, CEP 78.115.170, Município de Várzea Grande /MT.

A saber,

LOTE 01
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA EM GERAL

Item	Qtde.	Un.	Descrição	Marca	Empresa	R$ Unit.	Valor Total
16	1.132	Un.	AGUA SANITARIA - 01 LT - CLORO ATIVO (HIPOCLORITO DE SODIO)	TRIEX	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	2,50	2.830,00
17	762	Un.	AGUA SANITARIA - 02 LT - CLORO ATIVO (HIPOCLORITO DE SODIO)	TRIEX	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	4,50	3.429,00
19	237	Un.	ALCOOL ETILICO - 01 LT	SANTA CRUZ	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	4,30	1.019,10
20	208	Un.	ALCOOL GEL - 800 ML	AUDAX	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	5,80	1.206,40
24	840	Un.	AMACIANTE DE ROUPAS - 02 LT - C/ TENSO ATIVO CATIONICO,	TRIEX	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	5,50	4.620,00
30	32	Un.	AROMATIZANTE DE AMBIENTE	ULTRA	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	10,50	336,00

39	10	Un.	AVENTAL DE NAPA 65 X 100	GPEX	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	18,40	184,00
47	48	Un.	BALAO FESTIVO N. 07 - (PCT C/ 50 UN.) EM LATEX - LISO - OTIMA	PIC PIC	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	8,60	412,80
59	90	Un.	BATERIA - 09 V	ELGIN	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	9,00	810,00
80	5	Un.	BOTA DE BORRACHA BRANCA N.36	CALFOR	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	45,00	225,00
81	15	Un.	BOTA DE BORRACHA BRANCA N.37	CALFOR	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	38,00	570,00
82	10	Un.	BOTA DE BORRACHA BRANCA N.38	CALFOR	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	39,00	390,00
83	14	Un.	BOTA DE BORRACHA BRANCA N.39	CALFOR	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	39,00	546,00
84	10	Un.	BOTA DE BORRACHA BRANCA N.40	CALFOR	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	39,00	390,00
143	1.150	Un.	COLHER DESCARTAVEL PLASTICO - C/50UN	PRAFESTA	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	4,35	5.002,50
164	1.871	Un.	DETERGENTE P/ LOUCA - 500 ML - C/ TENSOATIVO	TRIEX	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	1,75	3.274,25
176	45	Un.	ESCOVA PARA ROUPA BASE DE MADEIRA	GUIRADO	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	2,05	92,25
177	48	Un.	ESCOVA PARA ROUPA BASE DE PLASTICO	GUIRADO	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	4,00	192,00
178	97	Un.	ESCOVA SANITARIA	GUIRADO	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	5,00	485,00
184	1.106	Un.	ESPONJA P/ LOUCA - C/ 01 UN.	BETTANIN	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	0,70	774,20
222	11	Un.	FRALDA DESC. G - ECONOMICA - INFANTIL (FARDO C/ 09 PCT DE	CLIN OFF	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	18,00	198,00
223	1	Un.	FRALDA DESC. XG - ECONOMICA (FARDO C/ 04 PCT DE 08	CLIN OFF	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	18,00	18,00
224	1	Un.	FRALDA DESC. XG - ECONOMICA - INFANTIL (FARDO C/ 09 PCT DE	CLIN OFF	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	18,00	18,00
235	14	Un.	GARRAFA TERMICA (1,0 LT) ANTI-PINGOS - SUCCAO -	INVICTA	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	21,00	294,00
236	16	Un.	GARRAFA TERMICA (1,8 LT) ANTI-PINGOS - SUCCAO -	INVICTA	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	71,40	1.142,40
238	39	Un.	GARRAFA TERMICA (5,0 LT) RESISTENTE E DE OTIMA QUALIDADE	INVICTA	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	31,00	1.209,00
248	33	Un.	GUARDA CHUVA	NEW	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	34,00	1.122,00
249	805	Un.	GUARDANAPO DE PAPEL PCT C/ 50 UN. DE 24CM X 22CM	TREVO	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	1,20	966,00
252	63	Un.	INSETICIDA 450 ML	ULTRA	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	10,00	630,00
253	41	Un.	INSETICIDA AEROSOL 300 ML - SEM CHEIRO	ULTRA	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	10,00	410,00
254	34	Un.	INSETICIDA SPRAY AEROSOL MATA TUDO - 300ML	ULTRA	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	8,00	272,00
261	510	Un.	LA DE ACO 100% ECOLOGICO - 60 GR (08 UN.)	INOVE	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	1,50	765,00
278	208	Un.	LIMPA ALUMINIO - 500 ML	TRIEX	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	2,20	457,60
279	50	Un.	LIMPA FORNO - 200 ML	DIABO VERDE	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	6,50	325,00
280	96	Un.	LIMPA VIDRO 500 ML	AUDAX	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	4,85	465,60
281	253	Un.	LIMPADOR MULTI - USO - P/LIMPEZA DE PISO - 500ML	AUDAX	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	3,80	961,40
283	154	Un.	LIMPADOR MULTI USO - 500ML P/FOGAO	AUDAX	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	4,50	693,00
290	35	Un.	LIXEIRO C/ TAMPA - 50 LT - C/ ACIONAMENTO NO PE	CONTENE	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	85,00	2.975,00
291	16	Un.	LIXEIRO C/TAMPA - CAPACIDADE 18LT - C/ACIONAMENTO NO PE	ARQPLAST	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	52,00	832,00
292	44	Un.	LIXEIRO TELADO - 10 LT	ARQPLAST	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	3,90	171,60
293	108	Un.	LUSTRA MOVEIS - 500 ML	TRIEX	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	9,30	1.004,40
294	224	Un.	LUVA MULTIUSO G	TALGE	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	5,50	1.232,00
295	212	Un.	LUVA MULTIUSO M	TALGE	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	5,50	1.166,00
296	194	Un.	LUVA MULTIUSO P	TALGE	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	5,50	1.067,00
336	339	Un.	NEUTRALIZADOR DE ODORES - 400 ML	ULTRA	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	8,50	2.881,50
346	29	Un.	PA P/ LIXO - 100% PLASTICO - RESISTENTE, PRATICA E DURAVEL	GUIRADO	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	4,00	116,00
347	263	Un.	PALHA DE ACO	INOVE	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	0,90	236,70
355	390	Un.	PANO DE CHAO REFORCADO - AZUL - 80CM X 90CM	GPEX	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	7,10	2.769,00
356	325	Un.	PANO DE PRATO - 40CM X 68CM	GPEX	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	4,90	1.592,50
357	307	Un.	PANO SEM COSTURA (TAM. 80CM X 100CM)	GPEX	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	12,00	3.684,00
370	489	Un.	PAPEL HIGIENICO - PCT C/ 08 ROLOS DE 60M X 10CM - FOLHA	SENSATO	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	9,50	4.645,50
371	850	Un.	PAPEL HIGIENICO - PCT C/ 16 ROLOS DE 30M X 10CM - FOLHA	SENSATO	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	19,00	16.150,00
372	215	Un.	PAPEL INTERFOLHA - C/ 1.000 UN.	TREVO	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	14,10	3.031,50
374	946	Un.	PAPEL TOALHA 02 ROLOS - PICOTADO 22CM X 20CM	MANNY	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	3,05	2.885,30
381	178	Un.	PILHA AA - CARTELAS C/ 02 UNIDADES	ELGIN	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	4,50	801,00
382	201	Un.	PILHA AAA - CARTELAS C/ 02 UN.	ELGIN	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	5,00	1.005,00
383	129	Un.	PILHA C - CARTELAS C/ 02 UN.	ELGIN	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	11,00	1.419,00
384	80	Un.	PILHA D - CARTELAS C-02 UN	ELGIN	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	17,00	1.360,00
418	14	Un.	REGISTRO DE FOGAO	IMAR	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	24,00	336,00
423	21	Un.	RODO DE ALUMINIO 60 CM - C/ CABO - ALTA QUALIDADE E	KIK	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	50,00	1.050,00
424	28	Un.	RODO DE ESPUMA	DSR	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	6,20	173,60
432	163	Un.	SABONETE LIQ. - 250 ML	LUX	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	7,00	1.141,00
434	1.272	Un.	SACO DE LIXO REFORCADO - 100 LTS - C/ 30 UN.	RC PLASTICO	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	13,20	16.790,40
437	680	Un.	SACO DE LIXO REFORCADO - 50 LT - ROLO C/ 50 UN.	RC PLASTICO	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	12,20	8.296,00
456	248	Un.	TOALHA DE BANHO BRANCA	MARTINS	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	17,00	4.216,00
457	294	Un.	TOALHA DE ROSTO BRANCA	MARTINS	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	9,50	2.793,00
458	66	Un.	TOALHA P/ CHAO	MARTINS	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	7,50	495,00
464	177	Un.	VASSOURA DE NYLON C/ CABO	DSR	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	6,50	1.150,50
468	34	Un.	VASSOURA TIPO PIACARA (DURA) C/ CABO	DSR	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP**	13,00	442,00

Valor Total:	**R$: 124.644,00**
Cento e vinte e quatro mil seiscentos e quarenta e quatro reais	

2. Somente quando o primeiro licitante registrado atingir a totalidade do seu limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços, será indicado o segundo e, assim sucessivamente, podendo ser indicados mais de um, ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido de fornecimento for superior à capacidade do licitante da vez.

2.1. Todos os produtos deverão ser entregues num prazo máximo de 12 (doze) horas a contar do recebimento da solicitação de compra, através de requisição, onde constará dos produtos e quantidades a ser entregues, *com exceção dos produtos constantes no "**subitem 2.3"**, que terão prazo de entrega diferenciado.*

2.2. Se houver a necessidade de troca ou substituição de algum dos produtos por parte da CONTRATADA, será feito no ***mesmo prazo da entrega*** hora a contar da notificação, *com exceção dos produtos constantes no "**subitem 2.3"**, que terão prazo de substituição diferenciado.*

2.3. Todos os produtos devem ser de primeira qualidade, com garantia, com selo do INMETRO, com embalagem não danificada e prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, salvo exceções claras e aceitas pela administração.

2.4. A entrega dos produtos será de forma ***FRACIONADA*** conforme a necessidade da administração, independente da quantidade e com inteira e total responsabilidade da Licitante Vencedora sem nenhum custo adicional além do valor adjudicado em seu favor, no prédio da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço constante no preâmbulo deste, ou em qualquer unidade pertencente ao Município.

2.5. Além da entrega nos locais indicados pela Administração, deverá a Licitante Vencedora também descarregar e armazenar os produtos nos locais indicados pelo servidor responsável, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados aos mesmos, bem como fazer a substituição do produto que estiver fora da especificação.

2.6. Quando da entrega, a Licitante Vencedora se obriga a substituir ou repor o produto dentro do prazo estipulado neste Edital, quando:

a) Houver embalagem danificada (pacotes estourados ou latas amassadas) decorrente de um processo de empacotamento e acondicionamento inadequados, qualidade inferior das caixas de papelão ou por más condições de transporte, carga ou descarga.

b) O registro em cada embalagem não coincidir com o registrado externamente.

c) Os produtos estiverem em desacordo com as especificações;

d) Data de fabricação/prazo de validade estiverem em desacordo com o Edital;

e) Quando do total da entrega houver diferentes datas de validade.

2.7. Todo e qualquer fornecimento de produtos fora do estabelecido neste edital ou em desacordo com as especificações, será imediatamente notificado à(s) licitante(s) vencedora(s), que ficará (o) obrigada(s) a substitui-los prontamente, correndo por sua conta e risco tais substituições, sendo-lhes aplicadas, também, as sanções previstas em Lei.

2.8. Não serão aceitos na entrega, produtos de marca diferente daquelas constantes na(s) proposta(s) da(s) vencedora(s).

2.9 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura na Secretaria Municipal de Finanças, desde que tenha ocorrido a total e efetiva entrega do objeto constante naquela nota, bem como devidamente Atestada pelo Servidor Responsável.

3. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.

4. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, serão indicadas em momento oportuno, no processo de utilização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

6. O descumprimento do prazo de execução sujeitará a fornecedora às seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

a) Advertência e multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor da adjudicação, aplicada no máximo até um terço desse valor e cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sem prejuízo da devolução do produto/gêneros, caso este não atenda a contento.

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Porto dos Gaúchos/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos e descredenciamento do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:

I - apresentação de documentação falsa;

II - retardamento na entrega dos produtos;

III - comportamento inidôneo;

IV - fraude na execução do contrato;

V - falha na execução do contrato.

7. A contratada tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas anteriormente.

8. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº. 8666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração.

9. A fornecedora deverá manter enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste certame – **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10. Integrará a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, como parte indissociável, a proposta apresentada pela adjudicatária.

11. 2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes.

12. É parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se lhe todos seus dispositivos, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017,** com os termos aditados e a proposta da(s) detentora(s) da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos, Estado de Mato Grosso, excluído qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

14. Para constar foi lavrada a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que vai assinada por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Porto dos Gaúchos/MT, em 27 de Março de 2017.

Município de Porto dos Gaúchos/MT MOACIR PINHEIRO PIOVESAN Prefeito Municipal	**R.G DA PAZ EIRELI – EPP** CNPJ sob nº. 21.058.617/0001-38 Detentora da Ata Rodrigo Garcia da Paz Representante
Alessandro Isernhagen Hydalgo CPF 039.367.331.63 **Testemunha**	Eder Alfredo Dos Santos Contreiras CPF 050.256.711.24 **Testemunha**

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2017

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DOS GABARITOS

REALIZADO EM 26 DE MARÇO DE 2017

A Comissão Municipal de Processo Seletivo Simplificado devidamente nomeada através da Portaria nº 510/2016 de 23 de Dezembro de 2016, resolve divulgar os gabaritos referente ao Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2017, Realizado em 26 de Março de 2017, conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PCCS – ASSISTÊNCIA SOCIAL

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL - 30 HORAS SEMANAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	C	B	B	D	B	B	D	C	B	B	B	D	A	B	D	B	D	A	D

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

PCCS - GERAL

CARGO: ENGENHEIRO CIVIL - 40 HORAS SEMANAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	C	B	D	A	D	D	A	B	B	D	D	C	D	B	C	B	B	C	A

Porto dos Gaúchos/MT, 27 de Março de 2017.

SILVÁ RIBEIRO DOS SANTOS

Presidente da Comissão

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 023/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

Aos vinte e sete dias do mês de Março do ano de 2017, autorizado pelo processo licitatório de Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017** foi expedida a presente Ata de Registro de Preços nº. **023/2017**, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, que conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT EM TODAS AS SUAS SECRETARIAS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

1. Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata:

1.1 Empresa: **ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Paulo Rezer nº. 916, Centro, CEP 78.560-000, município de Porto dos Gaúchos/MT, CNPJ sob nº. 26.568733/0001-10, neste ato representada pela senhora **DULCINÉIA RIBEIRO DE ALMEIDA ZANOVELLO**, brasileira, maior, casada, empresária, portadora do RG nº. 732.018 SSP/MT e CPF nº. 535.736.761-20, residente e domiciliada na Rua Paulo Rezer s/nº, Centro, CEP 78.560-000, Município de Porto dos Gaúchos/MT.

A saber,

LOTE 01
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA EM GERAL

Item	Qtde.	Un.	Descrição	Marca	Empresa	R$ Unit.	Valor Total
1	270	Kg.	ABACAXI		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,99	1.347,30

2	25	Un.	ABACAXI EM CALDAS - 400G	Lar	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	8,32	208,00
3	80	Kg.	ABOBORA CABOTIA		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,49	199,20
5	20	Un.	ABRIDOR DE LATAS PRATICO E DE OTIMA QUALIDADE	Alto Giro	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,74	34,80
7	234	Un.	ACELGA - PCT C/ 300 GR		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,29	1.003,86
12	32	Un.	ADOCANTE T1 LIQ. 100 ML	Adocyl	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,06	97,92
22	20	Un.	ALHO - 160 GRAMAS	Ki Alho	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,81	96,20
23	340	Kg.	ALHO AVULSO P/PESO		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	20,99	7.136,60
26	5	Un.	AMEIXA EM CALDA	Olé	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	8,16	40,80
35	92	Un.	ATUM AO MOLHO - PESO LIQ. 170 GR.	Gomes da Costa	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,74	436,08
36	15	Un.	AVEIA EM FLOCOS - 250GR	Yoki	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,39	35,85
49	22	Un.	BALDE PLASTICO REFORCADO C/ ALCA DE FERRO - 18 LT	Jaguar	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	15,56	342,32
50	13	Un.	BALDE PLASTICO REFORCADO C/ ALCA DE FERRO - 20 LT	Plasnil	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	12,92	167,96
54	1	Un.	BANDEJA PLASTICA GRANDE SEM TAMPA	Pleion	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	25,47	25,47
60	65	Kg.	BERINJELA		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,17	271,05
62	54	Un.	BICARBONATO DE SODIO 30GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,44	77,76
67	720	Un.	BISCOITO S/ LACTOSE DOCE	Liane	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,88	2.793,60
68	270	Un.	BISCOITO S/ LACTOSE SALGADA	Liane	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,88	1.047,60
70	56	Un.	BOBINA DE PLASTICO TRANSPARENTE (P/ 05 KG) EMBALAGEM DE	Giopack	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,62	258,72
72	6	Un.	BOLACHA INTEGRAL - 200 GR	Triunfo	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,57	21,42
74	900	Un.	BOLACHA ROSQUINHA - 800 GR	Dallas	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	6,59	5.931,00
78	30	Un.	BORRACHA P/ PANELA DE PRESSAO - 4,5 LT	Alto Giro	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,57	47,10
79	38	Un.	BORRACHA P/ PANELA DE PRESSAO - 7,0 LT	Alto Giro	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,62	61,56
92	35	Un.	CALDO DE GALINHA - 125 GR - C/ 12 TABLETES	knnor	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,23	113,05
93	34	Un.	CAMOMILA - 05 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,24	42,16
94	3	Un.	CANECA EM ALUMINIO COM CABO DE MADEIRA N 16	ASJ	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	21,29	63,87
96	50	Un.	CANELA EM CASCA - 10 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,42	71,00
97	87	Un.	CANELA EM PO - 10 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,42	123,54
99	290	Un.	CANJICA DE MILHO - 500 GR - BRANCA	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,64	765,60
102	180	Kg.	CARNE - BACON		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	15,75	2.835,00
107	580	Kg.	CARNE BOVINA - FIGADO	Friboi	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	7,92	4.593,60
112	2.796	Kg.	CARNE BOVINA - PALETA S/ OSSO (EM PEDACOS DE 02 KG)	Friboi	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	15,57	43.533,72
117	25	Un.	CATCHUP - 400 GR	Predilecta	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,29	107,25
118	925	Kg.	CEBOLA EM CABECA		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,34	2.164,50
123	30	Un.	CEREJA CALDA	Predilecta	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	9,49	284,70
124	142	Un.	CHA CAMOMILA (CX. C/ 10 UN. DE 10 GR)	Leão	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,03	430,26
125	100	Un.	CHA CIDREIRA (CX. C/ 10 UN. DE 10 GR)	Leão	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,33	233,00
126	152	Un.	CHA ERVA DOCE (CX. C/ 10 UN. DE 10 GR)	Leão	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,99	454,48
127	70	Un.	CHA HORTELA (CX. C/ 10 UN. DE 10 GR)	Leão	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,61	182,70
131	20	Kg.	CHAMPION (COGUMELOS).	Castelo	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	6,06	121,20
136	35	Un.	CHOCOLATE P/ COBERTURA 01KG	Harald	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	18,65	652,75
137	10	Un.	CHOCOLATES SORTIDOS	Arcor	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	6,26	62,60
138	625	Kg.	CHUCHU		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,93	1.831,25

139	37	Un.	COADOR DE CAFE (PANO)	Solo	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,09	114,33
141	250	Un.	COCO RALADO - 100 GR	Menina	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,61	652,50
142	22	Un.	COLHER (CARTELA C/ 12 UN.) TAM. NORMAL EM INOX - CABO EM	Tramontina	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	24,02	528,44
151	970	Un.	COPO DESC. 50ML - PCT C/ 100 UN.	Coposul	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,47	1.425,90
152	6	Un.	CORANTE ALIMENTICIO	Coralim	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,73	16,38
156	80	Kg.	COUVE FLOR		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	10,68	854,40
159	10	Un.	CREME DE LEITE SEM LACTOSE	Piracanjuba	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,66	26,60
160	100	Un.	CREME PARA TRATAMENTO DE CABELO - 01 KG	Skala	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	6,33	633,00
161	42	Un.	DESENTUPIDOR DE PIA E RALO DIABO VERDE 300GR	Diabo Verde	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	11,39	478,38
165	150	Un.	DOCE EM PASTA - 01 KG	Incotril	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	9,14	1.371,00
168	10	Un.	ENXAGUE BUCAL - 500ML	Listerine	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	13,85	138,50
169	60	Un.	ERVA DOCE - 10 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,24	74,40
170	10	Un.	ERVA MATE P/ CHIMARRAO TRADICIONAL COM PRODUCAO DE	Cor e Sabor	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	16,28	162,80
173	20	Un.	ERVILHA PARTIDA (SECA) - 500 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	6,88	137,60
174	15	Un.	ESCOVA P/ LIMPAR MAMADEIRA	Cefisa	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	10,59	158,85
182	100	Un.	ESPONJA DE BANHO C/ 01 UN.	Ober	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,46	146,00
183	108	Un.	ESPONJA ESPIRAL METALICA	Scoth Brit	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,76	406,08
187	153	Un.	EXTRATO DE TOMATE - 850 GR	Quero	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	6,03	922,59
189	5	Un.	FACA DE CORTE - TIPO ACOUGUEIRO - CABO EM PVC	Paramonte	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	23,99	119,95
190	4	Un.	FACA DE COZINHA MEDIA LAMINA EM AÇO CARBONO	Tramontina	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	11,90	47,60
191	8	Un.	FACA DE MESA (CARTELA C/ 12 UN.) TAM. NORMAL EM INOX -	Tramontina	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	24,02	192,16
193	4	Un.	FACA GRANDE DE COZINHA EM INOX DE OTIMA QUALIDADE -	Paramonte	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	26,82	107,28
196	42	Un.	FARINHA DE AVEIA - 250 GR	Quaker	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,84	119,28
200	175	Un.	FARINHA DE MILHO - 01 KG	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	7,48	1.309,00
201	60	Un.	FARINHA DE MILHO - 500 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,67	220,20
202	30	Un.	FARINHA DE ROSCA - 500 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,28	128,40
204	10	Un.	FARINHA LACTEA - 400 GR	Nestle	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	16,61	166,10
205	6	Un.	FAROFA TEMPERADADE SOJA	Yoki	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,07	24,42
207	685	Un.	FEIJAO - FINO - TIPO 01 - 01 KG - PRETO	Novo Estado	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	6,49	4.445,65
208	10	Un.	FERMENTO BIOLOGICO - SECO INSTANTANEO (P/ PAO) - 10 GR	Saft instanta-neo	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	0,98	9,80
209	42	Un.	FERMENTO BIOLOGICO - SECO INSTANTANEO (P/ PAO) - 125 GR	Saft instanta-neo	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	6,41	269,22
210	12	Un.	FERMENTO EM PO QUIMICO (P/ BOLO) - 100 GR	Dr. Oetker	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,27	27,24
211	333	Un.	FERMENTO EM PO QUIMICO - (P/ BOLO) - 200 GR	Dr. Oetker	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,51	1.501,83
212	665	Un.	FILTRO DE PAPEL N.103 - C/ 30 UN.	Solo	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,14	2.088,10
213	90	Un.	FLANELA 30CM X 50CM	Guapex	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,19	197,10
214	76	Un.	FLANELA 30CM X 50CM P/ LIMPEZA (NA COR BRANCA)	Guapex	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,19	166,44
215	286	Un.	FLANELA 40CM X 60CM	Guapex	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,54	726,44
216	70	Un.	FOLHAS DE LOURO - 05 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,40	98,00
225	1	Un.	FRALDA DESC. XG - ECONOMICA - INFANTIL (PCT C/ 70 FRAL-DAS)	Cremer	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	45,75	45,75
229	2	Un.	FRIGIDEIRA ANTI ADERENTE GRANDE		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	20,96	41,92
230	15	Un.	FRUTAS CRISTALIZADAS	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,74	26,10
231	475	Un.	FUBA DE MILHO - 01 KG	Sinha	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,99	1.420,25

239	8	Un.	GARRAFA TERMICA 02 LTS	Soprano	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	30,99	247,92
241	895	Un.	GELATINA - 30 GR	Fleishimamm	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,04	930,80
242	55	Un.	GELATINA EM PO S/ SABOR - 12 GR	Royal	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,82	265,10
243	5	Un.	GOIABADA - 01 KG	Predilecta	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	6,59	32,95
244	110	Un.	GOIABADA - 300 GR	Val	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,82	200,20
246	22	Un.	GRAO DE BICO - 500 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	12,19	268,18
251	10	Kg.	INHAME		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	5,69	56,90
255	20	Un.	IOGURTE NATURAL - 190 GR	Batavo	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,14	42,80
256	121	Un.	ISQUEIRO	Bic	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,76	454,96
257	7	Un.	JARRA PLASTICA (2,0 LT) C/ CABO E TAMPA - RESISTENTE	Paramonte	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	7,99	55,93
258	98	Kg.	JILO		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,55	445,90
262	40	Un.	LAMINA P/ BARBEAR - ACO INOXIDAVEL - CX C/ 03 UN.	Wilkison	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,41	56,40
265	37	Un.	LEITE CONDENSADO SEM LACTOSE 395	Piracanjuba	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	5,59	206,83
266	97	Un.	LEITE DE COCO - 200 ML	Indiano	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,74	265,78
267	100	Un.	LEITE DE SOJA	Mais Vita	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	6,29	629,00
269	10	Un.	LEITE EM PO INTEGRAL	Piracanjuba	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	11,05	110,50
272	20	Un.	LEITE NAN - 400 GR	Nan	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	48,24	964,80
273	390	Un.	LEITE ZERO LACTOSE 1 LT	Piracanjuba	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	5,04	1.965,60
274	18	Un.	LENCO DE PAPEL - CX. C/ 50 UN.	Kiss	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,84	51,12
275	68	Un.	LENCO UMEDECIDO - C/ 75 UN. (20 CM X 14 CM)	Cotton	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,66	248,88
276	50	Un.	LENTILHA EM GRAOS - 500 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	9,89	494,50
277	290	Kg.	LIMAO		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,10	899,00
285	150	Un.	LIMPADOR MULTI USO P/ PISO (ACAO CLAREADORA) 500 ML	Veja	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,55	682,50
286	6	Un.	LIMPADOR P/ TAPETES E CARPETES - 500 ML	Crivilli	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	12,68	76,08
298	125	Un.	MACARRAO ARGOLA - 500 GRAMAS	Galo	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,64	455,00
299	380	Un.	MACARRAO CONCHA - 01 KG	Dallas	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	5,14	1.953,20
300	40	Un.	MACARRAO ESPAGUETE 1KG	Dallas	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,42	176,80
301	300	Un.	MACARRAO ESPAGUETE N°8 500GR	Dallas	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,57	771,00
302	20	Un.	MACARRAO INTEGRAL 1 KG	Galo	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,05	81,00
305	330	Un.	MACARRAO PICADO - 01 KG	Dallas	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,42	1.458,60
306	430	Un.	MACARRAO SPAGUETTI N.08 - 500 GR	Dallas	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,57	1.105,10
309	90	Un.	MAIONESE - SACHE - 01 KG	D’ ajuda	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	7,36	662,40
311	160	Kg.	MAMAO		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,14	662,40
313	10	Kg.	MANDIOCA SALSA		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	11,37	113,70
314	54	Kg.	MANGA KG		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,60	248,40
315	80	Un.	MANTEIGA SEM SAL - 500 ML	Aviação	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	19,77	1.581,60
316	433	Un.	MARGARINA - 01 KG	Delicia	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	9,32	4.035,56
317	154	Un.	MARGARINA 500 GR	Delicia	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,26	656,04
319	10	Un.	MASSA DE LASANHA - 500GR	Galo	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	5,52	55,20
320	3.520	Kg.	MELANCIA - KG		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,80	6.336,00
321	763	Kg.	MELAO		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,14	3.158,82
322	295	Un.	MILHO DE PIPOCA - 500 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,29	675,55

324	105	Un.	MILHO VERDE EM CONSERVA - 3,1 KG	Predilecta	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	13,23	1.389,15
326	100	Un.	MISTURA P/ PAO DE QUEIJO - 01 KG	Fleishimamm	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	15,57	1.557,00
327	10	Un.	MOLHO DE PIMENTA - 150 ML	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,27	22,70
328	20	Un.	MOLHO DE SOJA 100 GR	Satis	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,86	57,20
331	30	Un.	MOSTARDA - 200 GR	Predilecta	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,05	91,50
335	35	Un.	NAFTALINA - 50 GR	Sauv Lar	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,29	45,15
337	11	Un.	NOZ NOSCADA INTEIRA - 03 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,86	20,46
338	20	Un.	NOZ NOSCADA MOIDA - 05 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,86	37,20
339	20	Un.	NUTREN ACTIVE 400 GR.		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	28,38	567,60
341	32	Un.	OLEO DE LIMPEZA EUCALIPTO - 500ML	Coala	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	9,83	314,56
343	114	Un.	OREGANO - 100 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	5,32	606,48
345	150	Un.	OVOS DE GALINHA CX 2 DUZIAS		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	10,56	1.584,00
348	325	Un.	PALITO DE CHURRASCO - PCT C/ 50 UN.	Arco ires	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,32	754,00
350	20	Un.	PALMITO EM CONSERVA - 540 GR	Aripuanã	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	8,92	178,40
351	4	Un.	PANELA DE ALUMINIO N-22	Marlux	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	38,99	155,96
352	3	Un.	PANELA DE ALUMINIO N-24	Marlux	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	39,46	118,38
358	1.920	Un.	PAO BISNAGUINHA		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	12,76	24.499,20
359	320	Un.	PAO CASEIRO		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	9,29	2.972,80
360	770	Un.	PAO DE FORMA FATIADO		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	9,69	7.461,30
361	150	Un.	PAO DE FORMA FATIADO - TIPO TORRADA		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	10,50	1.575,00
362	590	Un.	PAO DE LEITE		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	12,80	7.552,00
363	140	Un.	PAO DOCE		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	10,29	1.440,60
365	100	Kg.	PAO FRANCES - TIPO TORRADA		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	15,49	1.549,00
366	160	Un.	PAO INTEGRAL		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	10,99	1.758,40
368	1.150	Un.	PAO P/ CACHORRO-QUENTE (MINI PAO)		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	11,19	12.868,50
369	264	Un.	PAPEL ALUMINIO - ROLO C/ 7,50M X 45CM	UD Mais	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,02	1.061,28
375	430	Un.	PEDRA SANITARIA - 25 GR	Suave	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,08	464,40
378	350	Kg.	PEPINO		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,49	1.221,50
385	11	Un.	PIMENTA DO REINO EM GRAO - 20 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,89	31,79
387	25	Kg.	PIMENTAO		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	5,19	129,75
388	252	Un.	PIRULITO - PCT C/ 300 GR	Boavistencia	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	5,69	1.433,88
389	2.200	Un.	PIRULITO RECHEADO - VARIOS SABORES - 700 GR	Boavistencia	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	6,84	15.048,00
390	62	Un.	PLASTICO FILM PVC - ROLO C/ 30M X 28CM	Lusafilme	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,06	189,72
392	100	Un.	POLPA DE FRUTA		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,96	196,00
393	150	Un.	POLVILHO AZEDO - 01 KG	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	6,97	1.045,50
394	119	Un.	POLVILHO DOCE - 01 KG	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	5,33	634,27
397	200	Un.	PRATO DESCARTAVEL TAMANHO G COM 100 UN	Coposul	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,89	778,00
401	145	Un.	PREPARADO P/ REFRESCO C/ POLPA DE FRUTAS - BAIXA	Refreskant	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	0,83	120,35
402	1.010	Un.	PREPARADO SOLIDO P/ REFRESCO ARTIFICIAL - RICO EM	Qual max	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,54	4.585,40
405	205	Un.	QUEIJO RALADO TIPO PARMESAO - 50 GR	Zaeli	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,19	858,95
406	11	Un.	QUEROSENE - 800 ML	Calypso	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	9,49	104,39
407	40	Kg.	QUIABO		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,00	160,00

409	1	Un.	REFRATARIO DE VIDRO - ASSADEIRA 1,6 LITROS	Nadir	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	23,99	23,99
410	1	Un.	REFRATARIO DE VIDRO - ASSADEIRA 2,0 LITROS	Nadir	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	34,51	34,51
411	450	Un.	REFRIGERANTE : AGUA GASEIFICADA, ACUCAR, SEMENTE DE	Simba	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,99	1.795,50
416	410	Un.	REFRIGERANTE EM GARRAFA TIPO PET, CAPACIDADE DE 2	Maraja	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,29	1.758,90
419	8	Un.	REMOVEX - 01LT		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	6,48	51,84
421	770	Kg.	REPOLHO VERDE		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	2,94	2.263,80
422	10	Kg.	REQUEIJAO	Batavo	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	6,71	67,10
429	70	Un.	SABAO EM PO - 500 GR	Omo	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,74	331,80
433	215	Un.	SACO BRANCO - 70CM X 55CM	Guapex	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	7,09	1.524,35
435	647	Un.	SACO DE LIXO REFORCADO - 15 LT - ROLO C/ 100 UN.	Giopack	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	9,91	6.411,77
436	917	Un.	SACO DE LIXO REFORCADO - 30 LT - ROLO C/ 80 UN.	Giopack	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	10,73	9.839,41
441	77	Un.	SAGU - 500 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,86	374,22
442	5	Un.	SAL AMONIACO - 30 GR	Mika	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,37	6,85
444	488	Un.	SAL REFINADO - 01 KG	Vitasal	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	1,32	644,16
451	4	Un.	SUPORTE PARA COADOR DE CAFE	Solo	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	4,81	19,24
452	100	Un.	SUSTAGEM - 400 GR		**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	50,65	5.065,00
453	1	Un.	TABUA P/ CARNE EM POLITILENO (50CM X 70CM)	Paramonte	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	28,12	28,12
454	37	Un.	TEMPERO COMPLETO S/ PIMENTA - 01 KG	Castelo	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	5,95	220,15
470	8	Un.	VINAGRE DE ARROZ - 750 ML	Castelo	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,87	30,96
471	20	Un.	VINAGRE DE LIMAO - 750 ML	Castelo	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA - ME**	3,84	76,80

Valor Total:	**R$: 263.741,57**
Duzentos e sessenta e três mil setecentos e quarenta e um real e cinquenta e sete centavos	

2. Somente quando o primeiro licitante registrado atingir a totalidade do seu limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços, será indicado o segundo e, assim sucessivamente, podendo ser indicados mais de um, ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido de fornecimento for superior à capacidade do licitante da vez.

2.1. Todos os produtos deverão ser entregues num prazo máximo de 12 (doze) horas a contar do recebimento da solicitação de compra, através de requisição, onde constará dos produtos e quantidades a ser entregues, *com exceção dos produtos constantes no "**subitem 2.3"**, que terão prazo de entrega diferenciado.*

2.2. Se houver a necessidade de troca ou substituição de algum dos produtos por parte da CONTRATADA, será feito no ***mesmo prazo da entrega*** hora a contar da notificação, *com exceção dos produtos constantes no "**subitem 2.3"**, que terão prazo de substituição diferenciado.*

2.3. Todos os produtos devem ser de primeira qualidade, com garantia, com selo do INMETRO, com embalagem não danificada e prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, salvo exceções claras e aceitas pela administração.

2.4. A entrega dos produtos será de forma ***FRACIONADA*** conforme a necessidade da administração, independente da quantidade e com inteira e total responsabilidade da Licitante Vencedora sem nenhum custo adicional além do valor adjudicado em seu favor, no prédio da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço constante no preâmbulo deste, ou em qualquer unidade pertencente ao Município.

2.5. Além da entrega nos locais indicados pela Administração, deverá a Licitante Vencedora também descarregar e armazenar os produtos nos locais indicados pelo servidor responsável, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados aos mesmos, bem como fazer a substituição do produto que estiver fora da especificação.

2.6. Quando da entrega, a Licitante Vencedora se obriga a substituir ou repor o produto dentro do prazo estipulado neste Edital, quando:

a) Houver embalagem danificada (pacotes estourados ou latas amassadas) decorrente de um processo de empacotamento e acondicionamento inadequados, qualidade inferior das caixas de papelão ou por más condições de transporte, carga ou descarga.

b) O registro em cada embalagem não coincidir com o registrado externamente.

c) Os produtos estiverem em desacordo com as especificações;

d) Data de fabricação/prazo de validade estiverem em desacordo com o Edital;

e) Quando do total da entrega houver diferentes datas de validade.

2.7. Todo e qualquer fornecimento de produtos fora do estabelecido neste edital ou em desacordo com as especificações, será imediatamente notificado à(s) licitante(s) vencedora(s), que ficará (o) obrigada(s) a substitui-los prontamente, correndo por sua conta e risco tais substituições, sendo-lhes aplicadas, também, as sanções previstas em Lei.

2.8. Não serão aceitos na entrega, produtos de marca diferente daquelas constantes na(s) proposta(s) da(s) vencedora(s).

2.9 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura na Secretaria Municipal de Finanças, desde que tenha ocorrido a total e efetiva entrega do objeto constante naquela nota, bem como devidamente Atestada pelo Servidor Responsável.

3. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.

4. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, serão indicadas em momento oportuno, no processo de utilização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

6. O descumprimento do prazo de execução sujeitará a fornecedora às seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

a) Advertência e multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor da adjudicação, aplicada no máximo até um terço desse valor e cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sem prejuízo da devolução do produto/gêneros, caso este não atenda a contento.

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Porto dos Gaúchos/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos e descredenciamento do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:

I - apresentação de documentação falsa;

II - retardamento na entrega dos produtos;

III - comportamento inidôneo;

IV - fraude na execução do contrato;

V - falha na execução do contrato.

7. A contratada tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas anteriormente.

8. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº. 8666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração.

9. A fornecedora deverá manter enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste certame – **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10. Integrará a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, como parte indissociável, a proposta apresentada pela adjudicatária.

11. 2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes.

12. É parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se lhe todos seus dispositivos, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017,** com os termos aditados e a proposta da(s) detentora(s) da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos, Estado de Mato Grosso, excluído qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

14. Para constar foi lavrada a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que vai assinada por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Porto dos Gaúchos/MT, em 27 de Março de 2017.

Município de Porto dos Gaúchos/MT MOACIR PINHEIRO PIOVESAN Prefeito Municipal	**ALMEIDA & ZANOVELLO LTDA – ME** CNPJ sob nº. 26.568733/0001-10 Detentora da Ata Dulcinéia Ribeiro de Almeida Zanovello Representante
Alessandro Isernhagen Hydalgo CPF 039.367.331.63 **Testemunha**	Eder Alfredo Dos Santos Contreiras CPF 050.256.711.24 **Testemunha**

ERRATA Nº 001/2017

Errata ao Termo de Posse e Compromisso Nº 202/2010

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, usando de suas prerrogativas legais**,** torna público que no Termo de Posse e Compromisso Nº 202/2010 consta o numero do CPF e endereço da servidora empossada **Lisete Marques dos Santos** com redação errada, portanto:

Onde se Lê: LISETE MARQUES DOS SANTOS, brasileira, portadora do RG Nº 823.233 SSP/MT e do CPF. Nº 472.968.529-68, residente e domiciliada à Avenida Theodoro Rezer, S/N.

Leia-se: LISETE MARQUES DOS SANTOS, brasileira, portadora do RG Nº 823.233 SSP/MT e do CPF. Nº 522.774.371-15, residente e domiciliada à Rua Mogno, n°146, Bairro Amazonas.

Porto dos Gaúchos/MT, 27 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 024/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

Aos vinte e sete dias do mês de Março do ano de 2017, autorizado pelo processo licitatório de Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017** foi expedida a presente Ata de Registro de Preços nº. **024/2017**, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, que conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO FRACIONADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA E DEMAIS ITENS DE USO DOMÉSTICO EM GERAL, A FIM DE SUPRIR A NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT EM TODAS AS SUAS SECRETARIAS, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

1. Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata:

1.1 Empresa:

ANDRADE & PEREIRA – LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Praça dos Colonizadores, nº. 182, Centro, CEP 78.575-000, município de Juara/MT, CNPJ sob nº. 11.087.959/0001-22, neste ato representado pelo senhor Jaquison Pereira da Silva, brasileiro, maior, casado, gerente administrativo, portador do RG nº. 1456795-4 SSP/MT e CPF nº. 990.188.101-34, residente e domiciliado na Avenida Giruá s/nº, Centro, CEP 78.560-000, Município de Porto dos Gaúchos/MT.

A saber,

LOTE 01
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA EM GERAL

Item	Qtde.	Un.	Descrição	Marca	Empresa	R$ Unit.	Valor Total
4	100	Kg.	ABOBRINHA VERDE	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,25	325,00
6	75	Un.	ACAFRAO EM PO - 60 GR	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	1,29	96,75
8	10	Un.	ACETONA 100 ML	FARMAX	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,25	22,50
9	873	Un.	ACHOCOLATADO VITAMINADO - 400 GR	CHOCOMIL	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,89	2.522,97
10	2.627	Un.	ACUCAR CRISTALIZADO - 02 KG	BARRACOL	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	4,99	13.108,73
11	8	Un.	ACUCAR REFINADO - 01 KG	ITAMARATI	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	4,30	34,40
13	20	Un.	AGUA DE COCO 1 LT	PORTO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	7,99	159,80
21	500	Kg.	ALFACE - PCT C/ 300 GR	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,99	1.495,00
27	140	Un.	AMENDOIM - 500 GR	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,29	740,60
28	252	Un.	AMIDO DE MILHO - 01 KG	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,98	1.506,96
29	38	Un.	AROMA DE BAUNILHA C/ 30 ML	DR OETKER	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,49	208,62
31	1.320	Un.	ARROZ BRANCO - 05 KG - SOLTINHO - TIPO 1 - FINO LONGO	KOBLENZ	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	13,40	17.688,00
32	60	Un.	ARROZ INTEGRAL 01 KG	URBANO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	4,99	299,40
33	2	Un.	ASSADEIRA RETANGULAR ALTA N2	MARLUX	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	12,40	24,80
34	5	Un.	ASSADEIRA RETANGULAR N 04 EM ALUMINIO	MARLUX	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	19,50	97,50
37	30	Un.	AVENTAL DE NAPA - 50CM X 70CM	LIMPEX	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	6,29	188,70
38	43	Un.	AVENTAL DE NAPA 48 X 68	LIMPEX	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	6,29	270,47
40	117	Un.	AZEITE DE OLIVA EXTRA VIRGEM - VIDRO C/ 500 ML	TERRANO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	14,75	1.725,75
41	115	Un.	AZEITONA EM CONSERVA - 500 GRAMAS	DOM FIORELO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	8,40	966,00
42	50	Un.	AZEITONA EM CONSERVA - SEM CAROCO - 300GR	DOM FIORELO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	6,50	325,00
43	2	Un.	BACIA DE PLASTICO REDONDA-32LT	PLAST	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	24,50	49,00
44	1	Un.	BACIA DE PLASTICO REFORCADO - 20 LT	PLAST	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	19,50	19,50
45	230	Un.	BALA "MOLE" DE FRUTAS- PCT COM 700 GRAMAS	ERLAN	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,40	1.242,00
46	530	Un.	BALA "MOLE" DE YOUGURTE - PCT COM 700 GRAMAS	ERLAN	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,40	2.862,00
48	6	Un.	BALDE PLASTICO REFORCADO C/ ALCA DE FERRO - 12 LT	PLAST	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	780,00	4.680,00
51	535	Kg.	BANANA MACA	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,50	1.872,50

52	1.950	Kg.	BANANA NANICA	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,49	6.805,50
56	430	Kg.	BATATA DOCE	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,35	1.010,50
57	1.300	Kg.	BATATA INGLESA	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	1,89	2.457,00
58	220	Un.	BATATA PALHA - 400GR	BRASIL	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	9,95	2.189,00
61	719	Kg.	BETERRABA	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,30	1.653,70
63	1.000	Un.	BISCOITO AGUA E SAL - 400 GRAMAS	DALLAS	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,25	3.250,00
64	700	Un.	BISCOITO AGUA E SAL CREAM CRACKER - 400 GR.	DALLAS	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,25	2.275,00
65	550	Un.	BISCOITO DE MANTEIGA 500GR	MARILAN	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	4,69	2.579,50
66	770	Un.	BISCOITO DOCE - 400 GR	DALLAS	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,29	2.533,30
69	14	Un.	BOBINA (PCT UNIT.) DE PLASTICO TRANSPARENTE (P/ 30 KG)	VIRGEM	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	0,60	8,40
71	485	Un.	BOLACHA DE PAO E MEL 600GR	GIRASSOL	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	10,65	5.165,25
73	106	Un.	BOLACHA INTEGRAL - 420 GR	DALLAS	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,99	422,94
75	80	Un.	BOMBOM PCT	ARCOR	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	26,00	2.080,00
76	110	Un.	BOMBOM 400 G	LACTA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	9,90	1.089,00
85	80	Kg.	BROCOLIS	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	14,00	1.120,00
86	1.493	Un.	CAFE EM PO - 500 GR - EXTRA FINO - TORRADO E MOIDO	CARMO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	9,49	14.168,57
87	12	Un.	CAIXA ISOPOR 20 LITROS	ISOESTE	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	29,99	359,88
88	8	Un.	CAIXA ISOPOR 30 LITROS	ISOESTE	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	42,90	343,20
89	13	Un.	CAIXA ISOPOR 40 LITROS	ISOESTE	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	69,90	908,70
91	45	Un.	CALDO DE CARNE - 63 GR - C/ 06 TABLETES	ARISCO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	1,19	53,55
98	160	Un.	CANJICA DE MILHO - 500 GR - AMARELA	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,29	366,40
100	185	Un.	CANJIQUINHA P/SOPA - 500GR	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,29	423,65
101	24	Un.	CANUDINHOS SANFONADO C/ 40UN	SOL	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,98	143,52
103	1.940	Kg.	CARNE BOVINA - COLCHAO DURO S/ OSSO (EM PEDACOS DE 02	JBS	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	16,88	32.747,20
104	740	Kg.	CARNE BOVINA - COLCHAO MOLE (EM PEDACOS DE 02 KG)	JBS	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	18,99	14.052,60
105	550	Kg.	CARNE BOVINA - COSTELA (EM PEDACOS DE 02 KG)	JBS	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	9,88	5.434,00
106	920	Kg.	CARNE BOVINA - COLCHAO MOLE S/ OSSO (EM PEDACOS DE 02	JBS	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	16,88	15.529,60
108	2.750	Kg.	CARNE BOVINA - MOIDA (EM PORCOES DE 02 KG)	JBS	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	9,89	27.197,50
109	600	Kg.	CARNE BOVINA - MUSCULO - PEDACOS 02KG	JBS	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	8,99	5.394,00
110	2.340	Kg.	CARNE BOVINA - MUSCULO S/ OSSO (EM PEDACOS DE 02 KG)	JBS	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	10,99	25.716,60
111	860	Kg.	CARNE BOVINA - PALETA (EM PEDACOS DE 02 KG)	JBS	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	10,90	9.374,00
113	700	Kg.	CARNE BOVINA-BISTECA- PEDACOS 2KG	JBS	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	16,20	11.340,00
114	1.890	Kg.	CARNE SUINA S/ OSSO (EM PEDACOS DE 02 KG)	FORTESA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	12,49	23.606,10
115	480	Kg.	CARNE SUINA- PEDACOS 2KG	FORTESA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	8,99	4.315,20
116	10	Un.	CATCHUP - 180 GR	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,99	29,90
119	85	Un.	CEBOLINHA VERDE - PCT C/ 300 GR	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,99	254,15
120	975	Kg.	CENOURA	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,99	2.915,25
121	74	Un.	CERA LIQ. - 750ML	POLYLAR	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,45	181,30
122	90	Un.	CERA LIQUIDA VERMELHA - 750 ML	POLYLAR	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,45	220,50
128	978	Un.	CHA MATE - 250 GR	LEÃO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	7,29	7.129,62
132	225	Un.	CHEIRO VERDE - PCT C/ 300 GR	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,25	506,25
133	60	Un.	CHOCOLATE EM PO S/ ACUCAR - 500 GR	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	4,48	268,80

134	20	Un.	CHOCOLATE GRANULADO - 150 GR	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,25	65,00
135	93	Un.	CHOCOLATE GRANULADO - 500 GR	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	6,98	649,14
140	76	Un.	COADOR PERMANENTE DE CAFE	103	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,55	269,80
146	16	Un.	COLORAU - 250 GR	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,98	47,68
147	272	Un.	COLORAU - 500 GR	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	4,90	1.332,80
148	7	Un.	CONCHA GRANDE EM ALUMINIO DE OTIMA QUALIDADE	MARLUX	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	9,20	64,40
149	5.308	Un.	COPO DESC. 180ML - PCT C/ 100 UN.	COPOSUL	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,70	14.331,60
150	660	Un.	COPO DESC. 300ML - PCT C/ 100 UN.	COPOSUL	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,65	3.729,00
153	63	Un.	CORDA P/ VARAL - 15 M - EM NYLON DE OTIMA QUALIDADE	SUP CORDA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,45	154,35
154	10	Un.	CORDA P/ VARAL - 20 M - EM ACO REFORCADO	SUP CORDA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,99	29,90
158	700	Un.	CREME DE LEITE - 200 GR	NENE	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	1,95	1.365,00
163	1.116	Un.	DETERGENTE EM PO - 01 KG (MULTI ACAO C/ TENSOATIVOS	OMO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	7,00	7.812,00
167	40	Un.	DOCE EM PASTA - 400 GR	INCOTRIL	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	4,89	195,60
171	80	Un.	ERVAS FINAS - 30GR	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	1,49	119,20
172	438	Un.	ERVILHA EM CONSERVA - 200 GR	QUERO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	1,65	722,70
175	53	Un.	ESCOVA P/ UNHAS	CONDOR	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,99	158,47
179	12	Un.	ESCUMADEIRA GRANDE EM ALUMINIO DE OTIMA QUALIDADE	MARLUX	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	8,99	107,88
185	6	Un.	ESPREMEDOR DE ALHO PRATICO EM ALUMINIO BATIDO DE OTIMA	ALUMINIO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	19,50	117,00
186	276	Un.	EXTRATO DE TOMATE - 340 GR	ELEFANTE	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,69	1.018,44
188	720	Un.	EXTRATO DE TOMATE 340GR - SACHE	DOM FIORELO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	1,80	1.296,00
192	1.100	Un.	FACA DESCARTAVEL PCT 100 UN	PRAFESTA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,98	6.578,00
197	42	Un.	FARINHA DE KIBE - 500 GR	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,99	167,58
198	285	Un.	FARINHA DE MANDIOCA - 01 KG	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,35	1.524,75
199	80	Un.	FARINHA DE MANDIOCA - 500 GR	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,49	279,20
203	1.490	Un.	FARINHA DE TRIGO - 01 KG	FARINELI	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,88	4.291,20
206	1.560	Un.	FEIJAO - FINO - TIPO 01 - 01 KG	BOCA CHEIA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,20	8.112,00
226	1.930	Kg.	FRANGO - COXA E SOBRE COXA	MAROMBI	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	6,70	12.931,00
227	1.100	Kg.	FRANGO - KG	MAROMBI	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	6,10	6.710,00
228	1.800	Kg.	FRANGO - PEITO	MAROMBI	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	8,80	15.840,00
232	230	Un.	FUBA DE MILHO - 500 GR	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,69	618,70
234	1.000	Un.	GARFO DESCARTAVEL COM 100 UN	PRAFESTA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,98	5.980,00
247	15	Un.	GROSELHA - 01 LT	WILSON	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	10,80	162,00
250	20	Un.	HASTE FLEXIVEL C/ PONTA DE ALGODAO - C/ 75 UN.	COTTON	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	1,50	30,00
263	1.180	Kg.	LARANJA	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,00	2.360,00
264	545	Un.	LEITE CONDENSADO - 395 GR	NENE	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,49	1.902,05
268	140	Un.	LEITE DESNATADO - 01 LT	NENE	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,90	406,00
270	530	Un.	LEITE EM PO S/ ACUCAR - 400 GR.	PIRACANJUBA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	10,20	5.406,00
271	1.840	Un.	LEITE INTEGRAL - 01 LT	NENE	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,90	5.336,00
284	376	Un.	LIMPADOR MULTI USO - 500ML P/LIMPEZA PESADA C/ CLORO	VEJA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	4,69	1.763,44
287	137	Kg.	LINGUICA CALABREZA	PERDIGÃO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	11,60	1.589,20
288	250	Kg.	LINGUICA DEFUMADA	SÃO JOSE	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	13,99	3.497,50
289	228	Kg.	LINGUICA TOSCANA	PERDIGÃO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	8,69	1.981,32

297	1.725	Kg.	MACA - KG	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	4,95	8.538,75
303	107	Un.	MACARRAO NINHO - 500 GR	GALO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,95	422,65
304	345	Un.	MACARRAO PARAFUSO - 01 KG	LIANE	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	4,15	1.431,75
307	40	Un.	MAIONESE - 03 KG	D AJUDA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	21,00	840,00
308	104	Un.	MAIONESE - 500 GR	HELLMANS	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	6,75	702,00
310	50	Un.	MAIONESE SACHE - 470GR	HELLMANS	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	6,00	300,00
312	650	Kg.	MANDIOCA	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,90	1.885,00
318	100	Un.	MARGARINA LIGHT - 500 GR	DELICIA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	6,55	655,00
323	940	Un.	MILHO VERDE EM CONSERVA - 200 GR	GOIAS	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	1,75	1.645,00
329	50	Un.	MOLHO DE TOMATE - SACHE C/ 350 GR.	QUERO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	1,60	80,00
330	120	Kg.	MORTADELA	SADIA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	7,90	948,00
332	10	Un.	MUCILON ARROZ - 400 GR.	MUCILOM	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	9,00	90,00
333	15	Un.	MUCILON MILHO - 400 GR	MUCILOM	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	9,00	135,00
334	485	Kg.	MUSSARELA	LEITE JUARA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	17,90	8.681,50
340	65	Un.	OLEO DE GIRASSOL - 900 ML	VITALIC	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	6,40	416,00
342	1.715	Un.	OLEO DE SOJA 900 ML	LIZA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	4,20	7.203,00
344	120	Dz.	OVOS DE GALINHA	GRANJA PICIN	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,20	624,00
349	112	Un.	PALITO DE DENTE - 100 UN.	THEOTO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	0,80	89,60
354	290	Un.	PANO DE CHAO - 70CM X 45CM	GUAPEX	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	6,75	1.957,50
364	5.995	Kg.	PAO FRANCES	SÃO JOSE	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	8,70	52.156,50
367	9.210	Un.	PAO P/ CACHORRO QUENTE	SÃO JOSE	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	10,25	94.402,50
379	30	Un.	PEPINO EM CONSERVA - 350 GR	INCOTRIL	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	7,00	210,00
380	21	Un.	PESSEGO CALDA	GB	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	9,20	193,20
386	10	Un.	PIMENTA DO REINO MOIDA - 30 GR	MIKA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,20	22,00
396	50	Un.	PRATO DE VIDRO TRANSPARENTE	NADIR	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	4,90	245,00
398	2.000	Un.	PRATO DESCARTAVEL TAMANHO M COM 100 UN	PACK	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,49	4.980,00
399	109	Un.	PRENDEDOR DE ROUPA MADEIRA (02 DZ)	CRISTAVEL	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	1,10	119,90
400	50	Un.	PRENDEDOR DE ROUPA PLASTICO (01 DZ)	CRISTAVEL	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	1,65	82,50
403	305	Kg.	PRESUNTO	EXCELENCIA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	19,90	6.069,50
404	25	Kg.	QUEIJO FRESCO - KG	SÃO JOSE	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	14,00	350,00
412	1.860	Un.	REFRIGERANTE DE GUARANA 2L	SIMBA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,20	9.672,00
413	470	Un.	REFRIGERANTE DE LARANJA 2L	FANTA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,89	2.768,30
414	410	Un.	REFRIGERANTE DE LIMAO 02 LITROS	SPRITE	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,99	2.455,90
415	435	Un.	REFRIGERANTE DE UVA 2 LITROS	FANTA UVA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,89	2.562,15
417	280	Un.	REFRIGERANTE: AGUA GASEIFICADA, NOZ NOSCADA DE COLA E	COCA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	6,35	1.778,00
420	40	Un.	REPOLHO ROXO	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,89	155,60
425	318	Un.	RODO DE MADEIRA 50 CM - C/ CABO - ALTA QUALIDADE E	JUARA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,29	1.682,22
426	36	Un.	RODO DE PLASTICO 40 CM - C/ CABO - ALTA QUALIDADE	JUARA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	4,99	179,64
427	220	Un.	RUCULA - PCT C/ 300 GR	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,99	657,80
428	362	Un.	SABAO EM BARRA - (PCT C/ 05 UN. DE 200 GR) - C/ ACIDOS	YPE	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	6,25	2.262,50
430	389	Un.	SABONETE 90 GR - C/ OLEO HIDRATANTE AROMATICO	SOFT	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	1,10	427,90
431	141	Un.	SABONETE LIQ. - 01 LT	NATIVA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	11,00	1.551,00

439	30	Un.	SACO PLASTICO 30KG	VIRGEM	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	0,65	19,50
440	700	Un.	SACO TRANSPARENTE PARA ALIMENTOS 50 KILOS	VIRGEM	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	0,65	455,00
443	60	Un.	SAL GROSSO - 01 KG	MARLIN	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	1,60	96,00
445	1.065	Un.	SALSICHA	PERDIGÃO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	7,69	8.189,85
447	250	Un.	SARDINHA - 125 GR	G COSTA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,20	800,00
448	392	Un.	SARDINHA - 250 GR	G COSTA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	5,10	1.999,20
449	260	Un.	SELETA DE LEGUMES - 200 GR	QUERO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,10	546,00
450	77	Un.	SODA CAUSTICA TIPO ESCAMAS - 01 KG	LIPON	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	11,40	877,80
455	26	Un.	TEMPERO EM PO 60 GR (12 SACHES DE 05 GR)	F FACIL	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	2,60	67,60
459	11	Un.	TOCAS DESC. (GORRO) C/ 100	SANFO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	19,00	209,00
460	1.540	Kg.	TOMATE	FLV	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	3,99	6.144,60
465	307	Un.	VASSOURA DE PALHA C/ CABO	PALHA	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	16,00	4.912,00
466	57	Un.	VASSOURA DE PELO	CONDOR	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	9,00	513,00
467	80	Un.	VASSOURA ESFREGAO C/ CABO	GUIRADO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	8,00	640,00
469	10	Un.	VELA P/ FILTRO DE BARRO	STEFANI	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	6,50	65,00
472	208	Un.	VINAGRE DE MACA - 750 ML	CASTELO	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	4,99	1.037,92
473	40	Un.	XICARAS PARA CHA 250 ML	NADIR	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA**	9,00	360,00

Valor Total:	**R$: 659.764,31**
Seiscentos e cinquenta e nove mil setecentos e sessenta e quatro reais e trinta e um centavos	

2. Somente quando o primeiro licitante registrado atingir a totalidade do seu limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços, será indicado o segundo e, assim sucessivamente, podendo ser indicados mais de um, ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido de fornecimento for superior à capacidade do licitante da vez.

2.1. Todos os produtos deverão ser entregues num prazo máximo de 12 (doze) horas a contar do recebimento da solicitação de compra, através de requisição, onde constará dos produtos e quantidades a ser entregues, *com exceção dos produtos constantes no "**subitem 2.3"**, que terão prazo de entrega diferenciado*.

2.2. Se houver a necessidade de troca ou substituição de algum dos produtos por parte da CONTRATADA, será feito no ***mesmo prazo da entrega*** hora a contar da notificação, *com exceção dos produtos constantes no "**subitem 2.3"**, que terão prazo de substituição diferenciado.*

2.3. Todos os produtos devem ser de primeira qualidade, com garantia, com selo do INMETRO, com embalagem não danificada e prazo de validade não inferior a 60 (sessenta) dias, salvo exceções claras e aceitas pela administração.

2.4. A entrega dos produtos será de forma ***FRACIONADA*** conforme a necessidade da administração, independente da quantidade e com inteira e total responsabilidade da Licitante Vencedora sem nenhum custo adicional além do valor adjudicado em seu favor, no prédio da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço constante no preâmbulo deste, ou em qualquer unidade pertencente ao Município.

2.5. Além da entrega nos locais indicados pela Administração, deverá a Licitante Vencedora também descarregar e armazenar os produtos nos locais indicados pelo servidor responsável, comprometendo-se ainda integralmente com eventuais danos causados aos mesmos, bem como fazer a substituição do produto que estiver fora da especificação.

2.6. Quando da entrega, a Licitante Vencedora se obriga a substituir ou repor o produto dentro do prazo estipulado neste Edital, quando:

a) Houver embalagem danificada (pacotes estourados ou latas amassadas) decorrente de um processo de empacotamento e acondicionamento inadequados, qualidade inferior das caixas de papelão ou por más condições de transporte, carga ou descarga.

b) O registro em cada embalagem não coincidir com o registrado externamente.

c) Os produtos estiverem em desacordo com as especificações;

d) Data de fabricação/prazo de validade estiverem em desacordo com o Edital;

e) Quando do total da entrega houver diferentes datas de validade.

2.7. Todo e qualquer fornecimento de produtos fora do estabelecido neste edital ou em desacordo com as especificações, será imediatamente notificado à(s) licitante(s) vencedora(s), que ficará (o) obrigada(s) a substitui-los prontamente, correndo por sua conta e risco tais substituições, sendo-lhes aplicadas, também, as sanções previstas em Lei.

2.8. Não serão aceitos na entrega, produtos de marca diferente daquelas constantes na(s) proposta(s) da(s) vencedora(s).

2.9 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura na Secretaria Municipal de Finanças, desde que tenha ocorrido a total e efetiva entrega do objeto constante naquela nota, bem como devidamente Atestada pelo Servidor Responsável.

3. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.

4. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, serão indicadas em momento oportuno, no processo de utilização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

6. O descumprimento do prazo de execução sujeitará a fornecedora às seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

a) Advertência e multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor da adjudicação, aplicada no máximo até um terço desse valor e cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sem prejuízo da devolução do produto/gêneros, caso este não atenda a contento.

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Porto dos Gaúchos/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos e descredenciamento do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:

I - apresentação de documentação falsa;

II - retardamento na entrega dos produtos;

III - comportamento inidôneo;

IV - fraude na execução do contrato;

V - falha na execução do contrato.

7. A contratada tem o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas anteriormente.

8. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº. 8666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração.

9. A fornecedora deverá manter enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste certame – **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

10. Integrará a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, como parte indissociável, a proposta apresentada pela adjudicatária.

11. 2.1. A Ata de Registro de Preços, ora firmada, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogada, por até idêntico período, desde que haja anuência das partes.

12. É parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se lhe todos seus dispositivos, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2017,** com os termos aditados e a proposta da(s) detentora(s) da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos, Estado de Mato Grosso, excluído qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

14. Para constar foi lavrada a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que vai assinada por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Porto dos Gaúchos/MT, em 27 de Março de 2017.

Município de Porto dos Gaúchos/MT MOACIR PINHEIRO PIOVESAN Prefeito Municipal	**ANDRADE & PEREIRA – LTDA** CNPJ sob nº. 11.087.959/0001-22 Detentora da Ata Jaquison Pereira da Silva Representante
Alessandro Isernhagen Hydalgo CPF 039.367.331.63 **Testemunha**	Eder Alfredo Dos Santos Contreiras CPF 050.256.711.24 **Testemunha**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 003/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2017

A Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT **CONVOCA** os candidatos APROVADOS E CLASSIFICADOS no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 realizado em 19/02/2017,paracomparecerem no prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação deste edital, na Sede da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - MT apresentando os documentos de habilitação relacionados no Anexo I, e realizar exame médico admissional conforme Anexos II deste edital, a fim de serem contratados nos respectivos cargos no prazo acima estabelecido:

Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato convocado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar os requisitos exigidos através da documentação solicitada e/ou considerado inapto no exame admissional, podendo a Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, convocar o candidato classificado na colocação subsequente.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – PCCS SAÚDE

CARGO: COZINHEIRA - 40 HORAS SEMANAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

INSC.	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	MAT.	POR.	ESP.	TOT.
173	CLARICE DE JESUS CORREA LOPES	**CLASSIFICADO**	**8**	**16**	**42**	**66**

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 27 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

ANEXO I

DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA A CONTRATAÇÃO

(FOTOCÓPIAS)

CARTEIRA DE IDENTIDADE (RG).

CADASTRO DE PESSOA FÍSICA (CPF).

TÍTULO DE ELEITOR

COMPROVANTE DE QUITAÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL.

CERTIDÃO DE NASCIMENTO OU CASAMENTO (se casado, cópia CPF do cônjuge)

CARTEIRA DE TRABALHO

PIS OU PASEP

NUMERO DE TELEFONE PARA CONTATO

COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE (**HISTÓRICO/ATESTADO E OU CERTIFICADO DE CONCLUSÃO**)

COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA

CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS DEPENDENTES

OBRIGATÓRIO PARA O SEXO MASCULINO

RESERVISTA -

OBRIGATÓRIO PARA O CARGO DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS.

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO.

OBRIGATÓRIO PARA PROFISSIONAL LIBERAL.

CERTIDÃO NEGATIVA EXPEDIDA PELO ÓRGÃO DE CLASSE.

OBRIGATÓRIO PARA O CARGO DE DENTISTA.

PLANEJAMENTO ANUAL DAS COMPETÊNCIAS DE ACORDO COM A PORTARIA GM 2488/2011.

(ORIGINAIS)

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL.

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS.

DECLARAÇÃO DE BENS.

DECLARAÇÃO QUE NÂO POSSUI OUTRO CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA.

CERTIDAO NEGATIVA DE DEBITOS MUNICIPAIS

ANEXO II

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL – ASO

ÓRGÃO EMPREGADOR:

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT – CNPJ nº 03.204.187/0001-33

Nome do servidor: _____

Identidade nº _____ Data de nascimento_____

Função que irá exercer: _____

MOTIVO DA AVALIAÇÃO MEDICA:

( ) Admissional

PROCEDIMENTO MÉDICO A QUE FOI SUBMETIDO

( ) Avaliação clínica e Anamnese Ocupacional

( ) Exame de aptidão física e mental

Exames Complementares_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Observações: _____

_____

_____

_____

_____

_____

Conclusão sobre a capacidade Laborativa:

( ) Apto

( ) Inapto

Riscos Ocupacionais

( ) Físicos ( ) Ergonômicos ( ) Químicos

( ) Biológicos ( ) Acidentes ( ) Sem Risco

Próxima Avaliação:

( ) seis meses ( ) um ano ( ) dois anos

Declaro ter recebido em ___/___/____ PORTO, _____/_____/_____.

A segunda via deste atestado.

Nome : _____ _____ _____

_____

Assinatura Servidor Carimbo e Assinatura Médico/CRM

Página 01 do Anexo II

ÓRGÃO EMPREGADOR:

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT – CNPJ nº 03.204.187/0001-33

Nome do Servidor: _____

Identidade nº _____ Idade: _____ Estado Civil: _____

Função que irá exercer: _____ Naturalidade: _____

Antecedentes: Já teve ou tem?

( ) Pressão alta ( ) Tuberculose ( ) Alergia a medicamentos/Alimentos ( ) Hepatite ( )Asma

( ) Pneumonia ( ) Sífilis ou doenças sexualmente transmissíveis ( ) Otite ( ) Diabetes

Intervenção cirúrgica? Sim. ( ) Não ( ) _____

Uso de medicamentos? Não ( ) Sim ( ) _____

Mulheres: Menstruação – Menarca: ( ) Regular ( ) Irregular ( ) Ausente

Gestação: ( ) P.N. ( ) Cirúrgicos ( ) Filhos vivos ( ) Aborto

HISTORICO OCUPACIONAL

Empregos Anteriores – Empresa: _____

Função: _____ Tempo na empresa: _____Turno: _____

Poeira ( ) Ruído ( ) Calor excessivo ( ) Frio ( ) Radiação ( )

Alta Pressão ( ) Baixa Pressão ( ) Outros ( )

Metais Pesados: Ácidos ( ) Solventes orgânicos ( ) Inseticidas ( ) Fungicidas ( )

Urinário ( ) Outros ( )

Exerce outra atividade além do emprego? Não ( ) Sim ( )

Já sofreu algum acidente do trabalho? Não ( ) Sim ( ) C/ afastamento ( ) Encaminhado ( )

Fuma? Não ( ) Sim ( ) Cigarro ( ) Charuto ( ) Cachimbo ( )

Bebe? Não ( ) Sim ( ) destilada ( ) fermentada ( ) sem preferência ( )

Pratica algum esporte? Não ( ) Sim ( ) quantas vezes por semana ( )

EXAME MÉDICO

Vacinas: Anti Tetânica ( ) Poliomielite ( ) Tríplice ( ) Outras: _____

Altura: _____ Peso: _____ Temperatura: _____ Pulso: _____

P.A: _____ mmHg

Cabeça – Face _____Dentes_____

Tórax Tipo: _____F.R._____Asculta_____

Ap. Circ. Asculta:_____

Abdomem Tipo: _____Palpação_____

Ap. Genito Urinário: _____

Coluna Vertebral_____

Membros_____

Sistema Nervoso _____

Exames Complementares _____

_____

_____

Uso de lentes corretoras: Não ( ) Sim ( )

CONCLUSÃO: ( ) APTO ( ) INAPTO

Página 02 do Anexo II

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 237/2017

De: 27 de Março de 2017

*"Exonera a pedido **Marli Balassone** e da outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido **Marli Balassone** inscrita no CPF nº 650.359. 681-20 a partir de 27 de Março de 2017 do cargo eletivo de Membro do Conselho Tutelar lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 27 de Março de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

CÂMERA MUNICIPAL
EDITAL Nº 04-2016

EDITAL Nº 04/2016

O PRESIDENTE do Poder Legislativo de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, Ver. **Carlos Antonio do Carmo**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, torna Público e Coloca a disposição de qualquer Cidadão para exame e apreciação extratos e conciliações bancárias do 2º **Quadrimestre** do Poder Legislativo de Poxoréu, relativamente ao Exercício Financeiro do Ano de 2016.

Presidente do Poder Legislativo de Poxoréu-MT

Aos 14 dias do mês de setembro do ano de 2016.

Carlos Antônio do Carmo

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

O Presente Edital foi publicado e afixado no lugar de costume do Poder Legislativo Conforme determina LOM.

Jasciomar A. Santos

Assistente Administrativo

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 006/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2017 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 004/2017 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: JOSÉ LOPES DOS SANTOS 42004071249

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE BORRACHARIA

DATA DA ASSINATURA: 22 DE MARÇO DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 94.457,50 (NOVENTA E QUATRO MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 008/2017 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: MELOC COMERCIO DE MADEIRA LTDA - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE MADEIRAS DIVERSAS PARA ATENDER A SECRETARIA VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

DATA DA ASSINATURA: 22 DE MARÇO DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 2.588.000,00 (DOIS MILHÕES QUINHENTOS E OITENTA E OITO MIL REAIS)

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço para-Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de **Casa de Apoio** na cidade de Cuiabá/MT,para atender pacientes em tratamento fora do município de Poxoréu-MT**,**conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 11/4/2017, A PARTIR DAS 08:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **disponível no**mesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 27 de março 2017.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL PORTARIA Nº 009/2017

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL – PORTARIA Nº 010 /2017

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 013/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº 011/2017

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores Complementar 123/2006, Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014 e Decreto Municipal n° 008/2014 de 24/2/2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial no Regime de Registro de Preço para-Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de **Casa de Apoio** na cidade de Cuiabá/MT,para atender pacientes em tratamento fora do município de Poxoréu-MT**,**conforme especificações e quantidades determinadas no Anexo I do Edital.

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 11/4/2017, A PARTIR DAS 08:00 HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **disponível no**mesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 27 de março 2017.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL PORTARIA Nº 009/2017

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL – PORTARIA Nº 010 /2017

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2017

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei 123/2006 e pelo Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial para **Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Transporte Escolar para 175 (cento e setenta e cinco) dias Letivos.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 11/4/2016 A PARTIR DAS 14:00HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá fazer **download** da ferramenta da PROPOSTA ELETRONICA para elaboração da proposta de preço **disponível no**mesmo site acima mencionado.

Poxoréu-MT, 27 de março de 2017.

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL PORTARIA Nº 009/2017

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL – PORTARIA Nº 010 /2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 007/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2017 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: MARLY DOMINGOS SOBRINHO 99856913187

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO MECÂNICOS AUTO ELÉTRICO

DATA DA ASSINATURA: 22 DE MARÇO DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 280.000,00 (DUZENTOS E OITENTA MIL REAIS);

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 522/2017 Poxoréu/MT, 23 de março de 2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor da Sra. Berenice Lavínia Janeri Moraes Barbosa"

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos "I", "II" e "III", da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de Julho de 2005, Art. 106, incisos "I", "II", "III", "IV", "V", da Lei Municipal n.º 1.489/2012, de 13 de janeiro de 2012, Anexo "atualizado", da Lei Municipal n.º 1.500, de 20 de janeiro de 2012.

RESOLVE,

Art. 1º - *Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** em favor da **Sra.** **BERENICE LAVÍNIA JANERI MORAES BARBOSA,** portadora do RG. n.º 1974933 SSP/MT, inscrita no CPF/MF n.º 320.473.209-68 e Título Eleitoral de n.º 006415271805, Zona "040", Seção "0142", efetiva no cargo de **Médica, Nível "XXV", Classe "B",** contando com um total de **11.189 dias, ou seja, 30 (trinta) anos 07 (sete) meses e 29 (vinte e nove) dias** de serviços prestados, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com **proventos integrais e com direito a paridade**, conforme o processo do POXORÉU-PREVI n.º 2017.02.05.*

Art. 2º - *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.*

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu - MT, 23 de março de 2017.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DE EXECUÇÃO E DO CONTRATO Nº 016/2016

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.**

CONTRATADA**: NAYARA SANTOS DE MORAES – ME**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO E REFORMAS DE PONTES DE MADEIRA TIPO III LOCALIZADAS NA ZONA RURAL NO MUNICÍPIO DE POXORÉU**.

VIGENCIA EXECUÇÃO: **21/06/2017**

VIGÊNCIA CONTRATO : **21/12/2017**

DATA: 21/3/2017

CLAUDINEY BARREIRA ARAÚJO

PRESIDENTE DA CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 003/2017

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL n° 005/2017

REGISTRO DE PREÇOS Nº. 003/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: J FERNANDES FERREIRA - ME

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA DE RECARGA DE GÁS DE COZINHA EM BOTIJAS DE 13 KG

DATA DA ASSINATURA: 20 DE MARÇO DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 41.760,00 (QUARENTA E UM MIL E SETECENTOS E SESSENTA REAIS)

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 001/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: WR TORNEARIA LTDA ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MECÂNICOS DE TORNEARIA DATA DA ASSINATURA: 20 DE MARÇO DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 169.400,00 (CENTO E SESSENTA E NOVE MIL QUATROCENTOS REAIS);

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU.

CONTRATADA: GRILON MECÂNICA DE MÁQUINAS LTDA -ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS MECÂNICOS DE TORNEARIA DATA DA ASSINATURA: 20 DE MARÇO DE 2017.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR GLOBAL: R$ 24.500,00 (VINTE E QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS)

CLAUDINEY BARREIRA ARAUJO

PRESIDENTE CPL

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 523/2017 Poxoréu/MT, 23 de março de 2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez em favor da Sra. Maria Elenice de Souza Santana"

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6-A, § único, da Emenda Constitucional n.º 41, com redação determinada pela emenda constitucional de n.º 70, de 29 de Março de 2012, Art. 12, § 1º c/c com art. 13 da Lei Municipal n.º 1.489, de 13 de janeiro de 2012, Anexo atualizado, da Lei Municipal n.º 1.500/2012.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder o benefício de **aposentadoria por invalidez** a favor da **Sra. MARIA ELENICE DE SOUZA SANTANA**, portadora do RG. n.º 681. 812 SSP/MT, inscrita no CPF/MF n.º 655.013.651-20 e Título Eleitoral de n.º 007156281864, Zona "040", Seção "0151", efetiva no cargo de **Agente de Serviços Gerais, nível "XVI", classe "C",** contando com um total de **6525 dias, ou seja, 17 (dezessete) anos 10 (dez) meses e 13 (treze) dias,** de serviços prestados, lotada na DAE – Departamento de Água

e Esgoto, com **proventos integrais com direito a paridade**, conforme o processo do POXORÉU-PREVI n.º 2017.02.06.

Art. 2º - *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.*

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu - MT, 23 de março de 2017.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 521/2017 Poxoréu/MT, 23 de março de 2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor da Sra. Maria Aparecida Coutinho Miranda e Souza"

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, incisos "I", "II", "III" e "IV", da Emenda Constitucional nº. 41/03, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 104, incisos "I", "II", "III", "IV", "V", da Lei Municipal n.º 1.489/2012, de 13 de janeiro de 2012, Anexo atualizado, da Lei Municipal n.º 1.512/2012.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** a favor da **Sra. MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA**, portadora do RG. n.º 0556480-8 SSP/MT, inscrita no CPF/MF n.º 552.424.056-00 e Título Eleitoral de nº. 002199271805, Zona "040", Seção "0107", efetiva no cargo de **PROFESSORA, nível "XXV", classe "D",** contando com um total de **9.142 dias, ou seja, 25 (vinte e cinco) anos e 16 (dezesseis) dias,** de serviços prestados, lotada na Secretaria Municipal de *Educação, com **proventos integrais**, conforme o processo do POXORÉU-PREVI n.º 2017.03.014.*

Art. 2º - *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de março de 2017, revogadas as disposições em contrário.*

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu - MT, 23 de março de 2017.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
CONCESSÃO DE APOSENTADORIA

PORTARIA N.º 524/2017 Poxoréu/MT, 23 de março de 2017

"Dispõe sobre a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor do Sr. Osvaldo Ferreira de Morais"

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 3º, incisos "I", "II" e "III", da Emenda Constitucional nº. 47/05, de 05 de Julho de 2005, Art. 106, incisos "I", "II", "III", "IV", "V", da Lei Municipal n.º 1.489/2012, de 13 de janeiro de 2012, Anexo "atualizado", da Lei Municipal n.º 1.500, de 20 de janeiro de 2012.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** em favor do **Sr. OSVALDO FERREIRA DE MORAIS,** portador do RG. n.º 1982005-4 SSP/MT, inscrito no CPF/MF n.º 846.880.418-53 e Título Eleitoral de n.º 006415271805, Zona "040", Seção "0142", efetivo no cargo de Mecânico de Maquinas Pesadas**, Nível "XXVI", Classe "D",** contando com um total de **13.023 dias, ou seja, 35 (trinta e cinco) anos 08 (oito) meses e 08 (oito) dias** de serviços prestados, lotado na Secretaria Municipal de Obras, com **proventos integrais e com direito a paridade**, conforme o processo do POXORÉU-PREVI n.º 2017.02.007.

Art. 2º - *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22 de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.*

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu - MT, 23 de março de 2017.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

CÂMERA MUNICIPAL
EDITAL Nº 02/2017

EDITAL Nº 02/2017

O PRESIDENTE do Poder Legislativo de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, Ver. **JOÃO DE JESUS OLIVEIRA**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, torna Público e Coloca a disposição de qualquer Cidadão para exame e apreciação o **BALANÇO GERAL** do Poder Legislativo de Poxoréu, relativamente ao Exercício Financeiro do Ano de **2016, do Ex-Presidente: CARLOS ANTÔNIO DO CARMO.**

Sala da Presidência do Legislativo de Poxoréu-MT,

Aos 13 dias do mês de fevereiro do ano de 2017

João de Jesus Oliveira

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

O Presente Edital foi publicado divulgado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso e afixado no lugar de costume do Poder Legislativo Conforme determina LOM.

Jasciomar A. Santos

Assistente Administrativo

CÂMERA MUNICIPAL
EDITAL Nº 01 - 2017

EDITAL Nº 01/2017

O PRESIDENTE do Poder Legislativo de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, Ver. **João de Jesus Oliveira**, no uso das atribuições que lhe são conferidas, torna Público e Coloca a disposição de qualquer Cidadão para exame e apreciação extratos e conciliações bancárias do 3º **Quadrimestre** do Poder Legislativo de Poxoréu, relativamente ao Exercício Financeiro do Ano de 2016.

Presidente do Poder Legislativo de Poxoréu-MT

Aos 13 dias do mês de Janeiro do ano de 2017.

João de Jesus Oliveira

Presidente da Câmara Municipal de Poxoréu

O Presente Edital foi publicado e afixado no lugar de costume do Poder Legislativo Conforme determina LOM.

Jasciomar A. Santos

Assistente Administrativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2017

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **29/04/2017 às 09:00 horas, DISPENSA DE LICITAÇÃO** paraCONTRATAÇÃO DA EMPRESA: A. DALCICO – ME, CADASTRADA NO CNPJ: Nº 07.959.811/0001-63, COM SEDE NA RUA CUIABÁ, S/N, CENTRO NA CIDADE DE CURVELANDIA – MT, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO DO SITE OFICIAL DO MUNICÍPIO E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS ONLINE, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA MANUTENÇÃO DO SITE BEM COMO SUA HOSPEDAGEM, SERVIÇOS DE EMAILS E PUBLICAÇÃO DE INFORMAÇÕES E LOCAÇÃO DE SISTEMA PARA GERENCIAMENTO DE OUVIDORIA.

Reserva do Cabaçal/MT, 27 de março de 2017

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2017

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **06/04/2017 às 09:00 horas, PREGÃO PRESENCIAL** para contratação de **Registro de preços para aquisições Futuras e Fracionadas de pneus, câmaras de ar e protetores de 1ª linha, com borracha de alta qualidade para atender toda a frota de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, conforme especificações técnicas no anexo I do edital** – Termo de referência.

Os interessados poderão adquirir o Edital completo diretamente na internet no endereço: www.reservadocabacal.mt.gov.br, link Editais e Licitações gratuitamente.

O processo será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98).

Reserva do Cabaçal/MT, 27 de março de 2017.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
PORTARIA Nº 074/2017

DATA: 14 DE MARÇO DE 2017.

"NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL DE JULGAMENTO PARA JULGAMENTO DO CONCURSO DE PROJETOS Nº 001/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

REYNALDO FONSECA DINIZ, Prefeito Municipal de Ribeirão Cascalheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Organica Municipal e em atendimento o disposto no **Art. 30 do Decreto 3.100/99 e Art. 2º**.

RESOLVE

Art. 1º - Nomear Membros para contituirem a Comissão Especial de Julgamento, encarregada de julgar os documentos referentes ao Concurso de Projetos nº 001/2017:

Representante da Secretaria Municipal de Administração

Sandro Mariel Silva de Freitas	RG: 3653485 DGPC/GO	CPF: 716.551.901-72

Representante da Secretaria Municipal de Saúde

Cristiano Socrates Ferreira	RG: 11429569 SJ/MT	CPF: 667.567.741-15

Representante da Secretaria Municipal de Finanças

Pablo Fonseca Diniz	RG: 3290233 SPTC/GO	CPF: 878.473.881-20

Art. 2º - A presente Comissão será presidida pelo Sr. Cristiano Socrates Ferreira.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicaçãao, revogando as demais disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE E

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 14 DE MARÇO DE 2017.

REYNALDO FONSECA DINIZ

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DA DECISÃO

AVISO DA DECISÃO DE RECURSO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

A Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio torna público que o recurso apresentado pelas empresas: GOIÁS BEM COMERCIO E SERVIÇOS DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA-ME, CNPJ: 20.231.242/0001-01 e ROYAL MED HOSPITALAR LTDA-ME CNPJ: 25.106.470/0001-65, foram rejeitados eis que apresentados intempestivamente. Mantendo a Srª Pregoeira a decisão de inabilitação das empresas recorrentes.

Ribeirão Cascalheira, 24 de Março de 2017.

Luzinete Martins Ferreira

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 009/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL DE Nº 009/2017

REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2017

TIPO DESTA LICITAÇÃO: "MENOR PREÇO – POR LOTE"

A Prefeitura Municipal de Rio Branco - MT, em 27 de março de 2017, através da sua Pregoeira Vanderléia Rodrigues Alves e sua Equipe de Apoio torna publico para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 10 de Abril de 2017 as 08h30min, a Licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017 – REGISTRO DE PREÇO Nº 005/2017, cujo objeto é a FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPE-

CIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SEGUINTES SERVIÇOS: 1 – elaboração de laudo de avaliação do Município com o objetivo de determinar o VTN (Valor da Terra Nua) para encaminhamento à Receita Federal do Brasil para Atualização do Sistema de Preços de Terra (SIPT), em conformidade com a Instrução Normativa RFB 1562, de 29 de Abril de 2015, fundamentados por procedimentos correlatos aos critérios estabelecidos na (NBR) nº 14.653 da Associação Brasileiras de Normas Técnicas (ABNT), 2 – Contratação de pessoa jurídica para Prestação de serviços de Assessoria/consultoria tributária na área do ITR, objetivando o atendimento das obrigações pactuadas em convênio por este município e a Receita Federal do Brasil, a pasta contendo o Edital completo e seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no horário de expediente desta Prefeitura.

Rio Branco – MT, em 27 de março de 2017.

Vanderléia Rodrigues Alves

- Pregoeira Municipal -

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 004/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL DE Nº. 004/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 027/2017, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR KM RODADO**, objetivando o**"Contratação de empresa para a Prestação de Serviços no Transporte Escolar para alunos da Rede Pública de ensino do município de Rondolândia-MT"**.

A sessão pública para recebimento e julgamento da(s) Proposta(s) de Preços e Documentos de Habilitação ocorrerá às **10h00min (Horário de Mato Grosso), do dia: 07/04/2017**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

A integra deste Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000, durante o horário normal de expediente ou através do endereço de e-mail **cplrondolandia1720@hotmail.com**, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 27 de Março de 2017.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

PROCURADORIA GERAL
TERMO DE POSSE EM CARGO PÚBLICO

(Concurso Público nº 001/2007)

Aos 11 dias do mês de Julho de 2007, o MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Mathilde Klemz, s/n, na Cidade de Rondolândia- MT, inscrita no CNPJ sob o nº 04.221.486/000149, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal **Sr. JOSÉ GUEDES DE SOUZA**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua Jaime Freire, s/nº, Rondolândia/MT, CPF nº 142.993.052-72 e CI/RG nº 66093 SSP/RO, em conformidade com o processo administrativo nº 281/2007-SEMAD, com fundamento no Decreto nº 132/GAB/PMR, de 28/12/2006 que regulamentou o concurso nº 001/2007, e, ainda, com fulcro no art. 9º da Lei nº 9, de 22/01/2001 c/c inciso II, do art. 89 da Lei Orgânica do Município e inciso II do Art. 37 da CF/88 resolve EMPOSSAR para o fim de investidura no cargo no cargo efetivo AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS a EDNA MARIA DE ANDRADE.

JOSÉ GUEDES DE SOUZA

Prefeito Municipal

PROCURADORIA GERAL
LEI Nº 09, DE 22 DE JANEIRO DE 2001.

LEI Nº 09, DE 22 DE JANEIRO DE 2001.

Versão consolidada publicada conforme autorização legislativa do Art. 5º da Lei Ordinária nº 250, de 30/06/2011.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Dispõe sobre o plano de carreiras, cargos e salários dos servidores da prefeitura municipal de Rondolândia e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele, com fundamento no art.5º da Lei nº 250, de 30 de junho de 2011 consolida e republica a seguinte Lei:

C A P Í T U L O I

Das Disposições Preliminares

Art. 1-Fica instituído, nos termos da presente Lei, o Plano de Carreiras, Cargos e Salários dos servidores do Quadro de Pessoal do Município de Rondolândia, que observará os princípios constitucionais pertinentes, bem como a qualificação profissional exigida para cada cargo, nos termos desta Lei.

Parágrafo Único – Os servidores incluídos no Plano de Carreiras Cargos e Salários ficarão sujeitos as normas legais constantes na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, até a aprovação do Regime Jurídico Único definitivo. ***(revogado pela Lei Complementar nº 03, de 17 de outubro de 2007)***

Art. 2º-O presente plano visa promover os órgãos do Poder Executivo Municipal de uma estrutura organizacional, considerando os seguintes princípios:

I-desempenho das respectivas funções pelos servidores de forma ampla e abrangente;

II- sistema de capacitação;

III- mérito profissional mediante critérios que proporcionem igualdade profissional e valorização dos recursos humanos;

Art. 3º-O Plano de Carreiras, Cargos e Salários deve atender às seguintes funções:

I-assessoramento técnico-administrativo às unidades integrantes da estrutura organizacional dos Órgãos do Poder Executivo, mediante preenchimento de cargos comissionados e função gratificada de livre nomeação e exoneração.

II - qualificação profissional com especialidades em Administração, Planejamento e Apoio, Médico-Hospitalares e Saúde Pública, e Educação e Desenvolvimento do Ensino, mediante seleção em concurso público externo.

C A P Í T U L O II

Do Plano de Carreiras *Seção I*

Do Quadro de Pessoal

Art. 4º-O Quadro de Pessoal do Poder Executivo compreende os cargos de provimento efetivo, integrados em carreiras, os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas.

Art. 5º-O Cargo Público, para efeitos desta Lei, é a unidade básica do Quadro de Pessoal, remunerada pelos cofres públicos, cujo provimento individualiza ao seu ocupante as atribuições, responsabilidades e vencimentos de sua posição na Carreira, ou, se não integrado em carreira, determina as atribuições, responsabilidades e vencimentos a que faz jus.

Art. 6º-Função Gratificada é o conjunto de atribuições, responsabilidades e direitos adicionais a ser exercida em caráter transitório e de confiança***. (Nova redação dada pela Lei nº 87, de 23/12/2005).***

Seção II Da Estruturação do Plano de Carreiras, Cargos e Salários.

Art. 7º-A Carreira funcional é o plano geral de atribuições, responsabilidades, vencimentos e vantagens de determinado grupo de atividades, organizada em níveis de escolaridade e retribuições crescentes, a serem percorridas por seus integrantes, nos seguintes termos:

I - Quanto da realização do concurso público externo, os servidores ocupantes dos Grupos Ocupacionais de carreira concorrerão através das mesmas provas à Progressão de Nível, com critérios de seleção a serem definidos pela administração em Edital.

II- Somente concorrerá ao cargo de escolaridade posterior ao ocupado, o servidor que estiver na última referência da última classe, comprovada a qualificação exigida para o cargo pretendido.

§ 1°-O Plano de Carreiras, Cargos e Salários e estruturado em Grupos de Atividades, Carreiras, Categorias, Níveis, Referências e Classes.

§ 2°-Os Grupos de Atividades compreendem o exercício das tarefas essenciais ao desempenho das competências constitucionais e legais do Poder Executivo e o exercício das ações administrativas voltadas a cada área específica, imprescindível à satisfação do interesse público.

§ 3°-Categoria representa o agrupamento dos cargos, de níveis e classes com atribuições próprias.

§ 4°-O Nível é a divisão básica da carreira, correlacionado à escolaridade formação, capacitação e especialização indispensáveis ao desempenho das atividades que lhe são inerentes.

§ 5°-A Classe é a que agrupa os cargos em razão de sua progressão, iniciando-se na “A” e terminando na “C”.

§ 6°-Referência indica cada grau que compõe a escala de vencimentos da carreira, onde o servidor é posicionado.

Seção III

Dos Grupos de Atividades

Art. 8°- Os Grupos Operacionais são divididos em:

I-Grupo de Atividades de Administração, Planejamento e Apoio;

II- Grupo de Atividades Médico-Hospitalares e de Saúde Pública;

III- Grupo de Atividades Educacionais e Desenvolvimento do Ensino;

IV- Grupo de Cargos Comissionados e Funções Gratificadas, de livre nomeação e exoneração.

§ 1°-Com exceção do Grupo de Cargos Comissionados e Função Gratificada, todos os Grupos terão 03 (três) classes com 04 (quatro) referências cada classe, dentro dos cargos e respectivos posicionamento de vencimento, conforme estabelecem os Anexos I, II, III, desta Lei.

§ 2°-As atribuições e especialidades de cada cargo, dentro dos Grupos e Carreiras, atendidos os requisitos de formação profissional, serão estabelecidos em regulamento baixado pelo Poder Executivo.

C A P Í T U L O III

Do Provimento dos Cargos Efetivos Seção I Do Ingresso

Art. 9º - O ingresso em cargos da classe inicial de cada nível de carreira far-se-á exclusivamente através de concurso público, com especialização e formação profissional específica, fixados em Edital e neste capítulo.

Parágrafo Único - A investidura dar-se-á na Classe Inicial do respectivo cargo, dentro dos Grupos correspondentes.

Art. 10 -Constituem requisitos de escolaridade para inscrição em concurso público para provimento de cargos do Poder Executivo:

I-para nível superior da carreira: diploma de conclusão de curso superior em grau de bacharelado e, nos cursos que couber, com licenciatura plena, bem assim, habilitação legal equivalente, quando se tratar de atividade profissional regulamentada.

II-para o nível médio da carreira: certificado de conclusão de curso de segundo grau e habilitação legal especifica, quando se tratar de atividade profissional regulamentada.

III-para nível intermediário da carreira: certificado de conclusão de curso de primeiro grau e habilitação legal específica, quando se tratar de atividade profissional regulamentada.

IV-para nível primário – certificado de conclusão da quarta série.

V-para os alfabetizados: exigência mínima de alfabetização – ler e escrever, atestado por um Pedagogo.

Art. 11-O concurso público, destinado a apurar a qualificação intelectual e profissional exigida para a investidura em classe inicial, terá caráter eliminatório e classificatório, realizado em uma ou mais etapas, podendo ser de provas ou de provas e títulos.

Parágrafo Único – Fica reservado o percentual de 2% das vagas existentes na municipalidade aos portadores de deficiência física, tanto em concurso público como em exames de seleção.

Art. 12-O concurso público terá validade de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Parágrafo Único-Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidatos aprovados em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

Seção II Do Estágio Probatório

Art. 13-Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório, por período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo serão objeto de avaliação, de acordo com Regulamento próprio, observando os seguintes fatores:

I-assiduidade;

II-disciplina;

III-capacidade de iniciativa;

IV-produtividade;

V-responsabilidade.

Art. 14-Durante o estágio probatório o servidor não concorrerá a qualquer forma de desenvolvimento na carreira.

Art. 15-O servidor só perderá o cargo efetivo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

C A P Í T U L O I V

Do Desenvolvimento Funcional no Plano de Carreiras

Art. 16-O desenvolvimento nas carreiras se dará mediante Progressão Horizontal e Vertical e de Nível.

§ 1º-A Progressão Horizontal é a mudança do servidor de uma referência para a imediatamente seguinte, dentro da mesma classe, e dependerá para primeira Progressão, cumulativamente, da avaliação de desempenho e de cumprimento de interstício, no mínimo de três anos de estágio probatório.

§ 2º-A Progressão Vertical é a passagem do servidor da última referência de uma classe para a primeira ou mais referência da classe seguinte, dentro do nível de carreira, e dependerá de avaliação prévia de desempenho.

§ 3º-A Progressão de Nível é o ingresso do servidor para uma outra categoria funcional, de nível de escolaridade mais elevada, dentro das respectivas carreiras, mediante concurso público, com critérios definidos em Edital.

§ 4º-O servidor investido em cargo efetivo terá direito somente a uma progressão por ano.

Art. 17-As avaliações de desempenho serão reguladas por ato do Poder Executivo, que definirá as condições e critérios próprios, subjetivos e objetivos de classe.

Parágrafo Único-As avaliações serão realizadas anualmente no mês de outubro, com vigência a partir de janeiro do exercício subseqüente.

C A P Í T U L O V

Da Implantação do Plano de Carreira

Art. 18-Os atuais ocupantes de cargos ou empregos públicos, admitidos na forma do art. 37, Inciso II, da Constituição Federal, que estejam em exercício até a data da publicação desta Lei em cargos cujas características se identifiquem com os constantes dos Grupos de Atividades instituídos nesta lei, serão transpostos e incluídos nos cargos ou empregos constantes dos Anexos I, II e III, obedecidos às categorias funcionais, classes, referências e níveis de escolaridade, sem prejuízo de vencimento, da estabilidade adquirida, face ao art. 41 da Constituição Federal e a contagem do tempo de serviço para as progressões previstas nesta Lei e outras que porventura surgirem.

C A P Í T U L O V I

Das Gratificações e Vantagens

Seção I Do Vencimento e da Remuneração

Art. 19-O vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, nos valores e referências constantes do Anexo VI desta Lei.

Parágrafo Único -Nenhum servidor receberá, a título de vencimento, importância inferior ao salário mínimo, exceto o grupo de atividades educacionais, professores hora/aula, cujo valor da hora/aula básico será regulado por Decreto, conforme a realidade geográfica e as necessidades desse serviço.

Art. 20-A remuneração constitui o vencimento do cargo efetivo acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

Art. 21 - O servidor municipal ocupante de cargo efetivo, quando nomeado para exercer cargo em comissão ou função gratificada, perceberá a remuneração do cargo efetivo mais o subsidio do cargo comissionado ou função gratificada, limitado em qualquer caso, ao subsidio fixado em espécie, do Prefeito Municipal**.** ***(Nova redação dada pela Lei nº 87, de 23/12/2005).***

§ 1º - Os cargos comissionados, denominados de Cargos de Direção Superior - CDS, e suas respectivas remunerações são os constantes do Anexo IV, desta Lei.

§ 2º-As Funções Gratificadas, vantagem adicional ao cargo de provimento efetivo, exercidas em caráter de confiança são as constantes do Anexo V desta Lei.

Art. 22-Nenhum servidor poderá receber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores recebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, pelo Prefeito Municipal e Vice Prefeito.

Seção II

Das Gratificações e Adicionais

Art. 23-Fica instituída as seguintes Gratificações, devidas exclusivamente aos servidores do Poder Executivo, dentro das respectivas carreiras, cujos critérios de concessão, quando for o caso, serão definidos em regulamento próprio, e terão caráter transitório e temporário e não se incorporarão ao salário:

I-gratificação de Produtividade;

II-gratificação de Atividades Administrativas;

III-gratificação de Estímulo ao Desenvolvimento da Saúde;

IV-gratificação de Atividades Educacionais;

V-gratificação de Fiscalização e Tributação.

Parágrafo Único-Os percentuais de cada gratificação e sua aplicação, são os definidos no Anexo VII desta Lei.

Art. 24-Além do vencimento e das gratificações previstas nesta Lei serão deferidos aos servidores os seguintes adicionais:

I-adicional de tempo de serviço;

II-adicional por exercício de atividades insalubres perigosas;

III-adicional pela prestação de serviços extraordinários – horas extras.

§ 1º-O adicional por tempo de serviço é devido à razão de 1% (um por cento) por ano de serviço público efetivo, incidente sobre o vencimento do cargo, depois de transcorrido o estágio probatório.

§ 2º-O servidor fará jus ao adicional a partir do mês subseqüente em que completar o anuênio.

§ 3º-O adicional pelo exercício de atividades insalubres e perigosas, é devida aos servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, correspondendo aos percentuais previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, devidamente periciado pela autoridade competente.

§ 4º-O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinqüenta por cento) em relação a hora normal, permitido somente para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite de 02 (duas) horas por jornada.

C A P Í T U L O V I I

Dos Deveres

Art. 25-São deveres do servidor:

I-exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II-observar as normas legais e regulamentares;

III-cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

IV-atender com presteza ao público em geral prestando informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

V-levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VI-zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

VII-guardar sigilo sobre assunto da repartição;

VIII-manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

IX-ser assíduo e pontual ao serviço;

X-tratar com urbanidade as pessoas;

XI-outros, considerados imprescindíveis para o bom funcionamento da Administração Municipal.

C A P Í T U L O V I I I

Das Penalidades

Art. 26-São penalidades disciplinares:

I-advertência;

II-suspensão;

III-demissão;

IV-destituição de cargo em comissão;

V-destituição de função gratificada.

Art. 27-Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provirem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Art. 28-A advertência será aplicada por escrito, no caso de inobservância de dever funcional, que não justifique imposição de penalidade mais grave.

Art. 29-suspensão será aplicada no caso de reincidência das faltas punidas com advertência, não podendo exceder a 30 (trinta) dias.

Art. 30-As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após decurso de 05 (cinco) anos de efetivo exercício, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração.

Parágrafo Único-O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 31-A demissão e destituição serão aplicados nos seguintes casos:

I-crime contra a administração pública;

II-abandono de cargo;

III-inassiduidade habitual;

IV-improbidade administrativa;

V-incontinência pública e conduta escandalosa na repartição;

VI-insubordinação grave em serviço;

VII-ofensa física, e, serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII-aplicação irregular de dinheiro público;

IX-revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X-lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;

XI-corrupção ativa ou passiva;

XII-acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, comprovada em má-fé.

XIII-outras transgressões que, apurados em processo administrativo disciplinar, sejam consideradas graves e não se enquadrem em advertência e suspensão.

Art. 32-Em todas as penalidades deverá a Administração promover a abertura de Processo Administrativo Disciplinar, assegurada ao acusado à ampla defesa.

Parágrafo Único-Sem prejuízo da instalação de inquérito judicial para a apuração de falta grave do servidor com estabilidade assegurada.

C A P Í T U L O I X

Das Disposições Finais e Transitórias

Art.33 - Fica garantido aos ocupantes de cargos de provimento em comissão o direito ao gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal e décimo terceiro salário com base na remuneração integral em conformidade com o disposto no art. 39, §3º da Constituição Federal de 1988**. *(Nova redação dada pela Lei nº 87, de 23/12/2005).***

§ 1º-A Gratificação Natalina corresponderá a 1/¹² (um doze avos) por mês de efetivo exercício no cargo, com base na remuneração de dezembro.

§ 2º-A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias no exercício da atividade, será contada como mês integral.

§3º - Em caso de exoneração, para os efeitos de direito rescisório, os ocupantes de cargo em comissão farão jus proporcionalmente ao número de meses em exercício no cargo**. *(Nova redação dada pela Lei nº 87, de 23/12/2005).***

§4º **- O provimento nos cargos em comissão e o exercício de função gratificada e grafada de livre nomeação e exoneração e não geram vínculo empregatício.** ***(Acrescentado pela*** *Lei nº 87, de 23/12/2005).*

Art. 34-Fica garantido aos servidores todos os direitos descritos na Consolidação das Leis do Trabalho, até a aprovação do Regime Jurídico Único definitivo a ser definido através de Lei específica.

Art. 35-Após cada qüinqüênio ininterrupto de exercício, o servidor fará jus, remuneradamente, a 30 (trinta) dias de licença prêmio-assiduidade, podendo ser transformado em pecúnia.

Parágrafo Único-Após 05 (cinco) anos, o servidor estável, fará jus a licença sem remuneração, pelo período de 02 (dois) anos.

Art. 36-Na aplicação desta Lei não se admitirá qualquer redução de remuneração, exceto a proveniente de cargos comissionados e funções gratificadas.

§ 1º-Nos casos de ocupantes de funções gratificadas, estes terão de ser exonerados, antes da alteração dos valores.

§ 2º-Ocorrendo prejuízo remuneratório ao servidor, a diferença ocorrida entre a remuneração recebida e a proveniente da aplicação desta Lei, será transformada em Vantagem Pessoal, reajustada pelos mesmos índices aplicados nos reajustes de vencimentos.

Art. 37-Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, até a realização do concurso público que venha a preencher as vagas necessárias para o funcionamento da Administração.

§ 1º-Os contratos não poderão exceder ao prazo de 01 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que não extrapole o mandado do Prefeito que os contratar.

§ 2º -Os contratos por prazo determinado não poderão exceder de 60% (sessenta por cento) do efetivo número de vagas previstas na respectiva categoria funcional, e o vencimento não poderá ser superior ao estabelecido na primeira referência e classe da categoria funcional.

§ 3º - Excetuam-se os trabalhadores braçais sem qualificação funcional que executarem os serviços públicos esternos e que poderão ser admitidos na quantidade que os serviços exigirem, e que tenha dotação orçamentária e financeira compatível com as despesas que estas contratações acarretarão para o município, limitadas a 80% (oitenta por cento) das vagas previstas.

§ 4º - Excetuam-se em relação ao prazo e quantidade para professores da área rural, quando em substituição aos titulares do cargo, afastados por Licença Maternidade, pelo tempo previsto na Constituição Federal.

§5º - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto nos casos previstos em lei municipal, na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município. ***(Acrescentado pela** Lei nº 87, de 23/12/2005).*

§6º - Os Membros de Poder investidos em Cargos em Comissão constantes do Anexo IV, desta Lei ficarão a disposição destes, em tempo integral, retribuído unicamente pelos subsídios neles fixados. (*Acrescentado pela Lei nº 87, de 23/12/2005).*

§7º - O Executivo Municipal concederá adicional de dedicação exclusiva, as categorias mencionadas no Anexo VII desta Lei, independentemente da forma de provimento nos cargos, nos percentuais ali especificados, por Decreto do Chefe do Executivo. *(Acrescentado pela Lei nº 87, de 23/12/2005).*

Art. 38. Compõem esta Lei os Anexos I, II, III, IV, V, VI, e VII. **. *(Nova redação dada pela Lei nº 87, de 23/12/2005).***

Art. 39-Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 40 - Ficam revogadas as disposições em contrário em especial a Lei do município mãe ou seja, de Aripuanã pertinente a este assunto.

Art. 4-Os efeitos financeiros desta Lei retroagem seus efeitos na totalidade a 01 de janeiro de 2001.

Rondolândia-MT, 22 de janeiro de 2001.

Jose Luiz da Silva

Prefeito

ANEXO - I

(Anexos I a VII, consolidados conforme Lei nº87, de 23/12/.2005; Lei nº 158, de 18/04/2007; Lei nº 169, de 21/11/2007; Lei nº 176, de 7/04/2008; Lei nº 187, de 8/12/2008; Lei nº 198, de 23/12/2008 e Lei nº 250, de 30/06/2011).

Obs: ***(A Lei nº 203, de 24/04/2009 revogou a Lei nº 187, de 8/12/2008 e a Lei nº 205, de 24/04/2009 revogou a Lei nº 198, de 23/12/2009, ambas, contendo norma expressa de represtinação dos dispositivos desta LEI que por elas foram alterados. Este texto já está consolidado considerando os dispositivos restaurados)***

Grupo: ***Atividades de Administração, Planejamento e Apoio.***

Carreira: *Especialidade em Administração e Assistência*

Nível – I ALFABETIZADO

Cargos	Quant.	A	B	C
Agente de Vigilância	10	01 a 04	05 a 08	09 a 12
Agente de Limpeza Urbana	30	01 a 04	05 a 08	09 a 12
Zelador	30	01 a 04	05 a 08	09 a 12
Coveiro	02	01 a 04	05 a 08	09 a 12
Auxiliar de Mecânica (***)	05	01 a 04	05 a 08	09 a 12
Auxiliar de Serviços Diversos	20	01 a 04	05 a 08	09 a 12
Borracheiro	02	01 a 04	05 a 08	09 a 12
Jardineiro	02	01 a 04	05 a 08	09 a 12
Lavador	02	01 a 04	05 a 08	09 a 12
Lubrificador	02	01 a 04	05 a 08	09 a 12
Viverista-Enxertista	02	01 a 04	05 a 08	09 a 12

Nível – II QUARTA SÉRIE

Cargos	Quant.	A	B	C
Agente de Portaria	02	13 a 16	17 a 20	21 a 24
Mensageiro	02	13 a 16	17 a 20	21 a 24
Carpinteiro	06	13 a 16	17 a 20	21 a 24
Pedreiro	02	13 a 16	17 a 20	21 a 24
Eletricista Predial (***)	03	13 a 16	17 a 20	21 a 24
Eletricista de Automóvel (***)	03	13 a 16	17 a 20	21 a 24
Encanador	02	13 a 16	17 a 20	21 a 24
Marceneiro	02	13 a 16	17 a 20	21 a 24
Pintor	02	13 a 16	17 a 20	21 a 24
Soldador (***)	03	13 a 16	17 a 20	21 a 24
Apontador	04	13 a 16	17 a 20	21 a 24

(***) Cargo Eletricista de Automóvel criado e Quantitativo cargo Auxiliar de Mecânica, Eletricista Predial e Soldador aumentados pela Lei nº 119, de 30.11.2006.

Nível – III INTERMEDIÁRIO

Cargos	Quant.	A	B	C
Auxiliar Administrativo	20	25 a 28	29 a 32	33 a 36
Digitador	10	25 a 28	29 a 32	33 a 36

Desenhista – Copista	01	25 a 28	29 a 32	33 a 36
Fiscal de Obras e Serviços Públicos	04	25 a 28	29 a 32	33 a 36
Recepcionista	04	25 a 28	29 a 32	33 a 36
Telefonista	04	25 a 28	29 a 32	33 a 36
Auxiliar de Topografia	04	25 a 28	29 a 32	33 a 36
Operador de Computador	02	25 a 28	29 a 32	33 a 36

Nível – IV – ENSINO MÉDIO COMPLETO

Cargos	***Quant.***	***A***	***B***	***C***
Agente Fazendário	*06*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Fiscal do Tesouro Municipal	*04*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Agente Administrativo	*20*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Técnico em Informática	*04*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Técnico em Arquitetura	*02*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Técnico em Administração	*02*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Técnico em Contabilidade	*02*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Técnico Agricultura (**)	*04*	*34 a 40*	*44 a 46*	*47 a 48*
Técnico Agricultura	*04*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Técnico Industrial	*02*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Técnico em Eletricidade	*02*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Técnico em Mecânica	*02*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Técnico em Química	*02*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Técnico em Programação	*02*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Técnico Mecânico	*02*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Técnico em Topografia	*02*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Técnico em Edificações	*02*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Técnico em Estatística	*02*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Técnico em Geologia	*02*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Técnico em Comunicação	*02*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Motorista Veículos leves	*20*	*34 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Motoristas de veículos pesados	*10*	*35 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Motorista de ônibus (***)	*10*	*35 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Mecânico de Veículos leves	*02*	*35 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Mecânicos Veículos pesados	*04*	*36 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Mecânico de Maquinas Pesadas	*02*	*37 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Operador de Maquinas Pesadas	*06*	*37 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Operador de Maquinas Agrícolas	*08*	*37 a 40*	*41 a 44*	*45 a 48*
Assistente Técnico do Auditor Público Interno	***03***	***43***	***44 a 45***	***46 a 48***
Assistente Técnico de Pesquisa Cientifica da PGM	***03***	***43***	***44 a 45***	***46 a 48***

(***) Cargo criado pela Lei nº 119, de 30.11.2006.

- Cargos de assistentes técnicos do auditor público acrescentados pela Lei nº 169, de 21/11/2007 e extintos nesta Lei pela LC nº 6, de 07/04/2008.

- Cargos de assistente técnico de pesquisa cientifica da PGM acrescentados pela Lei nº 169, de 21/11/2007.

- Cargos com novos padrões de referências dados pela Lei nº 176, de 7/04/2008.

(*) Padrão de referência modificado pela Lei nº 187, de 8/12/2008.

(**) Padrão de referencia restaurado em razão de represtinação determinada pela Lei nº 203, de 24/04/2009 que revogou a Lei modificadora Lei nº 187, de 8/12/2008.

Nível – V SUPERIOR

Cargos	**Quant.**	**A**	**B**	**C**
Auditor Fiscal Tesouro Municipal (****)	*02*	*55*	*62 a 68*	*69 a 78*
Administrador de Empresas	02	52 a 54	57 a 58	59 a 70
Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de sistemas (**)	02	55	57 a 58	59 a 70
Programador	02	52 a 54	57 a 58	59 a 70
Arquiteto (***)	*02*	*55*	*57 a 58*	*59 a 70*
Engenheiro Civil (***)	*02*	*55*	*57 a 58*	*59 a 70*
Contador	02	55	57 a 58	59 a 70
Engenheiro Agrônomo (***)	*02*	*55*	*57 a 58*	*59 a 70*
Agrimensor	02	52 a 54	57 a 58	59 a 70
Economista	02	52 a 54	57 a 58	59 a 70
Estatístico	02	52 a 54	57 a 58	59 a 70
Geólogo	02	54 a 52	57 a 58	59 a 70
Jornalista	02	54 a 52	57 a 58	59 a 70
Advogado (**)	*03*	*55*	*57 a 58*	*59 a 70*
Pedagogo	10	54 a 52	57 a 58	59 a 70
Orientador Escolar	03	54 a 52	57 a 58	59 a 70
Supervisor Escolar	03	54 a 52	57 a 58	59 a 70
Auditor Público Interno (*)	*04*	*55*	*57 a 58*	*59 a 70*

- (*) Cargo de Auditor Público acrescentados pela Lei nº 169, de 21/11/2007 e extintos nesta Lei pela LC nº 6, de 07/04/2008.

(**) Cargo de advogado teve nomenclatura transformada pela LC nº 5, 07/4/2008 para Procurador Municipal, sendo extinto nesta Lei.

- (**) Cargo de Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de sistemas criado pela Lei nº 176, de 7/04/2008 extinguindo o cargo de analista de sistemas.

- (***) Cargos com novos padrões de referencia dados pela Lei nº 176, de 7/04/2008. e alterado pela Lei nº 187, de 08/12/2008.

- (****) ***Padrão de referencia restaurado em razão de represtinação determinada pela Lei nº 203, de 24/04/2009 que revogou a Lei modificadora Lei nº 187, de 8/12/2008.***

ANEXO - II

Grupo: ***Atividades Médico-Hospitalares e de Saúde Pública***

Carreira: ***Especialidade em Saúde***

Nível – III - ENSINO FUNDAMENTAL

Cargos	Quant.	A	B	C
Auxiliar de Enfermagem (**)	*20*	*30*	*31*	*32*
Auxiliar de Serviços Odontológicos (**)	*06*	*30*	*31*	*32*
Auxiliar de Laboratório (**)	*04*	*30*	*31*	*32*
Agente Comunitário de Saúde (*)	20	25 a 26	27 a 29	30 a 32
Agente de Combate ás Endemias (*)	10	25 a 26	27 a 29	30 a 32

- (*) Cargos com nova nomenclatura dada pela Lei nº 158, de 18/04/2007.

- (**) Cargos com novos padrões de referencia dados pela Lei nº 176, de 7/04/2008. Nível – IV ENSINO MÉDIO

Cargos	Quant.	A	B	C
Técnico em Citologia (*)	*02*	*35*	*34 a 43*	*44 a 48*
Técnico em Radiologia (*)	*02*	*35*	*34 a 43*	*44 a 48*
Técnico de higiene dental (*)	*03*	*43*	*44 a 45*	*46 a 48*
Técnico de Enfermagem (*)	*10*	*43*	*44 a 45*	*46 a 48*

- (*) Cargos com novos padrões de referencias dados pela Lei nº 176, de 7/04/2008.

Nível – V SUPERIOR

Cargos	Quant.	A	B	C
Enfermeiro (****)	*10*	*55*	*64 a 65*	*66 a 70*
Fonoaudiólogo (*)	*02*	*55 a 61*	*62 a 65*	*66 a 70*
Assistente Social (*)	*02*	*55 a 61*	*62 a 65*	*66 a 70*
Médico Veterinário (*)	*04*	*55 a 61*	*62 a 65*	*66 a 70*
Nutricionista (*)	*02*	*55 a 61*	*62 a 65*	*66 a 70*
Psicólogo (*)	*02*	*55 a 61*	*62 a 65*	*66 a 70*
Fisioterapeuta (*) (*****)	*01*	*54*	*55*	*58*
Biomédico (*)	*02*	*55 a 61*	*62 a 65*	*66 a 70*
Médico (***) (*****)	*03*	*74*	*76*	*78*
Odontólogo (*)	*10*	*63*	*64 a 65*	*66 a 70*
Farmacêutico/Bioquímico (*)	*02*	*63*	*64 a 65*	*66 a 70*
Engenheiro Civil (*****)	*01*	*70*	*74*	*76 a 78*

- (*) Cargos com novos padrões de referencias dados pela Lei nº 176, de 7/04/2008.

-(**) Cargos com novos padrões de referencias dados pela Lei nº 176, de 7/04/2008 e alterado pela Lei nº 187, de 8/12/2008.

(**) Cargo com novo padrão de referencia dado pela Lei nº 176, de 7/04/2008 e alterado pela Lei nº 198, de 23/12/2008.

- (***) ***Padrão de referencia restaurado em razão de represtinação determinada pela Lei nº 203, de 24/04/2009 que revogou a Lei modificadora Lei nº 187, de 8/12/2008.***

- (****) *Padrão de referencias restaurado* ***em razão de represtinação determinada pela Lei nº 205, de 24/04/2009 que revogou a Lei modificadora Lei nº 198, de 8/12/2008.***

(*****) padrão de referência inicial de vencimento do cargo de Engenheiro Civil alterado pela Lei nº 250, de 30.06.2011 e fixou quantitativo dos cargos em (01) um. Parágrafo único do art. 1º da Lei nº 250, de 30.06.2011 fixou a jornada de trabalho do engenheiro civil em (16) dezesseis horas semanais.

(*****) padrão de referência inicial de vencimento do cargo de Médico alterado pela Lei nº 250, de 30.06.2011 e fixou o quantitativo dos cargos em (03) três. Parágrafo único do art. 2º da Lei nº 250, de 30.06.2011 fixou a jornada de trabalho do engenheiro civil em (20) vinte horas semanais.

(*****) padrão de referência inicial de vencimento do cargo de Fisioterapeuta alterado pela Lei nº 250, de 30.06.2011 e fixou o quantitativo dos cargos em (01)um. Parágrafo único do art. 3º da Lei nº 250, de 30.06.2011 fixou a jornada de trabalho do engenheiro civil em (16) dezesseis horas semanais.

ANEXO - III

Grupo: ***Atividades Educacionais e de Desenvolvimento do Ensino***

Carreira: ***Especialidade em Educação***

Nível – I INTERMEDIÁRIO

Cargos	Quant.	A	B	C
Auxiliar de Biblioteca	04	38 a 41	42 a 45	46 a 49
Professor Leigo 20 horas	10	01 a 04	05 a 08	09 a 12
Professor Leigo 40 horas	10	35 a 38	39 a 42	43 a 46

Nível –II 2º GRAU COMPLETO

Cargos	Quant.	A	B	C
Agente de Biblioteca	04	40 a 43	44 a 47	48 a 51
Professor Magistério 20 horas (*)	50	10 a 12	13 a 15	16 a 18
Professor Magistério 40 horas (*)	50	49 a 49	50 a 51	52 a 53

(*) Os cargos foram extintos, conforme art. 1º da Lei nº 31, de 25 de junho de 2001.

Nível – III SUPERIOR

Cargos	Quant.			
Prof. 1º e 2° Graus-L Plena 20 hs (*)	50	54 a 56	57 a 58	59 a 60
Prof. 1º e 2° Graus-L Plena 40 hs (*)	50	54 a 56	57 a 58	59 a 60
Antropólogo	02	54 a 56	57 a 58	59 a 60
Matemático	02	54 a 56	57 a 58	59 a 60
Geógrafo	02	54 a 56	57 a 58	59 a 60
Biblioteconomista	02	54 a 56	57 a 58	59 a 60
Professor de educação Física	10	54 a 56	57 a 58	59 a 60

(*) Os cargos foram extintos, conforme art. 1º da Lei nº 31, de 25 de junho de 2001.

- Ver PCCR da educação, Lei nº 62, de 04 de dezembro de 2002.

A N E X O – III -A

TABELA DE CARGOS, NÍVEIS E GRAUS.

Cargo	Nível	Escolaridade
Auxiliar Educacional	I	Com 1º grau completo
Auxiliar Educacional	II	Com 2º grau completo
Auxiliar Educacional	III	Com 3º Grau completo
Especialista Educacional	I	Apenas com graduação em pedagoia/psicologia
Especialista Educacional	II	Graduação em pedagogia/psicologia com pós-graduação ao nível de especialização Latu Senso. Mestrado ou doutorado;
Monitor	I	Com 2º Grau completo, exceto os Monitores Indígenas
Professor	II	Com curso de magistério e/ou com o curso de adicional
Professor	III	Apenas com graduação em Licenciatura curta.
Professor	IV	Apenas com graduação em Licenciatura plena.
Professor	V	Graduação em Licenciatura plena com pós graduação ao nível de especialização Latu Senso. Mestrado ou doutorado.

- Anexo III – A acrescentado pelo art. 2º da Lei nº 31, de 25 de junho de 2001.

- Anexo III – A revogado implicitamente pela Lei nº 62, de 4 de dezembro de 2002.

ANEXO - III - B

TABELA DE REMUNERAÇÃO EM INÍCIO DE CARREIRA

Cargo	Nível	Vencim.	Gratificão Pós-Grad.	Remuneração
Auxiliar Educacional	I	190,00		**190,00**
Auxiliar Educacional	II	310,00		**310,00**
Auxiliar Educacional	III	839,34	15%	**839,34**
Especialista Educacional	I	839,34	15%	**839,34**
Especialista Educacional	II	839,34	15%	**839,34**
Monitor/Professor Leigo	I	4l0, 00		**4l0, 00**
Professor	II	490,00		**490,00**
Professor	III	700,00		**700,00**
Professor	IV	839,94	15%	**839,94**
Professor	V	839,94	15%	**839,94**

- Anexo III – B acrescentado pelo art. 2º da Lei nº 31, de 25 de junho de 2001.

- Anexo III – B revogado implicitamente pela Lei nº 62, de 4 de dezembro de 2002.

ANEXO - IV

Grupo Ocupacional: ***Cargo de Direção Superior – CDS***

Denominação do Cargo	Símbolo.	Quantidade	Subsídio
Chefe de Gabinete do Prefeito	CDS – 6	02	820,00
Assessor Jurídico	CDS - 9	02	1.200,00
Procurador-Geral do Município	CDS – 10	01	2.800,00
Controlador Geral do Município	CDS – 10	01	2.400,00
Assistente da Controladoria Geral	CDS – 9	01	1.200,00
Presidente da CPL	CDS – 10	01	1.260,00
Sub-Procurador	CDS – 5	02	800,00
Diretor de Enfermagem	CDS – 9	01	1.200,00
Diretor de Departamento Especial	CDS – 6	30	530,00
Diretor Geral do Centro de Saúde	CDS – 10	01	1.260,00
Diretor de Departamento de Comunicação	CDS – 9	01	1.200,00
Diretor Departamento de Recursos Humanos	CDS – 10	01	1.260,00
Diretor de Departamento Cadastro Fornecedores	CDS – 9	01	1.200,00
Diretor de Escola, Centro Comunitário e Creches.	CDS – 3	05	450,00
Vice-Diretor de Escola, Centro Comunitário e Creches.	CDS – 2	05	360,00
Secretária de Escola, Centro Comunitário e Creches.	CDS – 1	05	300,00
Representante do Município em Brasília	CDS - 10	01	1.260,00
Contador Geral	**CDS – 10**	**01**	**1.260,00**
Assessor Especial de Gabinete Nível – I	CDS – 13	05	1.700,00
Assessor Especial de Gabinete Nível – II	CDS – 12	05	1.350,00
Assessor Especial de Gabinete Nível – III	CDS – 11	05	1.280,00
Representante do Município em Ji-paraná – RO	CDS – 10	01	1.260,00
Representante do Município em Cacoal – RO	CDS – 10	01	1.260,00
Representante do Município em Cuiabá – MT	CDS – 10	01	1.260,00
Coordenadoria de Área I	CDS – 8	03	880,00
Coordenadoria de Área II	CDS – 6	10	530,00
Membros CPL	CDS – 9	02	1.200,00
Conselheiro Tutelar	CDS – 7	03	850,00
Assessor Nível – I	CDS – 3	25	450,00
Assessor Nível – II	CDS – 2	30	360,00
Assessor Nível – III	CDS – 1	100	300,00
Assessor Nível – IV	CDS – 3A	10	500,00
Assessor Nível – V	CDS – 3B	15	490.00
Assessor Nível – VI	CDS – 3C	20	310,00
Vistoriador de Trânsito	CDS – 3	01	450,00
Agente Comunitário de Saúde	CDS – 1	08	300,00
Diretor Departamento Saúde Ambiental	CDS – 6	01	530,00
Diretor Departamento Meio Ambiente	CDS – 6	01	530,00
Chefe de Seção	CDS – 2	50	360,00
Chefe de Gabinete de Secretárias	CDS – 3	02	450,00
Diretor de Divisão	CDS – 3	25	450,00
Assessor de Comunicação	CDS – 05	01	800,00
Diretor de Departamento *(*)*	CDS – 05	20	800,00
Diretor de Departamento Adjunto (*)	CDS – 04	20	750,00
Assessor especial de fiscalização tributária *(**)*	CDS – 4-A	10	450,00
Coordenar da junta Militar (***)	*CDS – 8*	*01*	*880,00*
Secretario Executivo do CMAS (****)	*CDS – 10*	*01*	*1.260,00*
Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia (*****)	*CDS – 05*	*01*	*800,00*

(*) Nomenclaturas dos cargos alteradas pela Lei nº 87, de 23.12.200, bem como, quantitativo dos cargos foi aumentado de (10) dez para (20), conforme Art.1º da Lei nº 24, de 07.05.2001.

(**) Cargos criados conforme Art.1º da Lei nº 27, de 25.05.2001.

- Ver Lei nº 87, de 23.12.2005.(Reforma Administrativa)

(***) Cargo criado pela Lei nº 119, de 30.11.2006.

(****) Cargo criado pela Lei nº 161, de 08.08.2007.

(*****) Cargo criado pela Lei nº 189, de 8/12/2008.

ANEXO – V

Grupo Ocupacional: ***Atividades de Função Gratificada***

Denominação da Função Gratificada	Símbolo.	Quantidade	Subsídio
Membro de Comissão	FG-1	10	40,00
Secretária Executiva	FG-1	10	40,00
Chefe de Seção	FG-1	10	150,00
Chefe da Junta Militar	FG-1	01	40,00
Assessoramento de Gestão Escolar	FG-1	01	200,00
Direção de Apoio ao Educando	FG-1	01	200,00
Direção de Apoio Pedagógico	FG-1	01	200,00
Diretor de Centro de Saúde	FG-2	10	810,00
Secretário de Escola	FG-2	20	70,00
Secretário de Escola I	FG-2	04	250,00
Vice-Diretor de Escola	FG-3	20	100,00

Vice-Diretor de Escola I	FG-3	04	300,00
Membros da CPL – Conf. Lei 8.666/93	FG-3	02	1.130,00
Presidente da CPL – Conf. Lei 8.666/93	FG-4	01	1.260,00
Diretor de Escola I	FG-4	04	350,00
Diretor de Escola	FG-4	20	150,00

- Anexo consolidado conforme Lei nº 87, de 23.12.2005.

Denominação da Função Gratificada	***Símbolo.***	***Quantidade***	***Subsídio***
Chefe da Sub-Procuradoria	*FG-5*	*01*	*1.700,00*
Chefe do Posto Avançado da Justiça Eleitoral	*FG-6*	*01*	*850,00*
Chefe do Posto Avançado do Juizado Especial	*FG-6*	*01*	*850,00*
Diretor do Centro de Saúde	*FG-4*	*01*	*1.260,00*
Diretor do Centro Odontológico	*FG-4*	*01*	*1.260,00*
Diretor do Centro de Referencia do Idoso	*FG-6*	*01*	*850,00*
Diretor do Centro Ref. Assist. Social	*FG-6*	*01*	*850,00*

- Quadro com novas FG acrescentado pela Lei nº 176, de 7/04/2008..

ANEXO – VI TABELA DE VENCIMENTOS E REFERÊNCIAS

Referências	**Vencimento**	**Nível – I**
01	415,00	**ALFABETIZADO**
02	416,00	
03	417,00	
04	418,00	
05	423,31	
06	437,56	
07	447,56	
08	455,77	
09	462,76	
10	470,81	
11	478,89	
12	486,03	
Referências	**Vencimento**	**Nível – I I**
13	415,00	**QUARTA SÉRIE**
14	416,00	
15	417,00	
16	418,00	
17	421,96	
18	426,51	
19	443,12	
20	452,78	
21	459,50	
22	465,27	
23	471,10	
24	479,99	
25	483,00	
28	496,75	
29	502,50	
32	512,27	
Referências	**Vencimento**	**Nível – III**
25	415,00	**ENSINO FUNDAMENTAL**
26	416,00	
27	417,00	
28	418,00	
29	423,31	
30	437,56	
31	591,87	
32	696,25	
Referências	**Vencimento**	**Nível – IV**
33	450,00	**ENSINO MÉDIO COM HABILITAÇÃO EQUIVALENTE**
34	652,29	
35	761,83	
35	865,38	
36	972,94	
37	1.050,50	
38	1.060,07	
39	1.070,00	
40	1.080,23	
41	1.100,83	
42	1.180,43	
43	1.260,00	
44	1.265,70	
45	1.279,73	
46	1.281,78	
47	1.293,83	
48	1.295,90	

Referências	***Vencimento***	***Nível – V***
54	***826,88***	***SUPERIOR***
55	***2.500,00***	
56	***2.556,12***	
57	***2.652,21***	
58	***3.100,00***	
59	***3.125,00***	
60	***3.525,00***	
61	***3.660,68***	
62	***3.717,50***	
63	***3.880,08***	
64	***3.889,76***	

65	***3.921,52***	
66	***3.926,37***	
67	***3.938,32***	
68	***3.956,35***	
69	***3.965,47***	
70	***4.000,00***	
74	***5.500,00***	
76	***6.000,00***	
78	***7.000,00***	

- Anexo VI, Níveis I, II e V com nova redação dada pela Lei nº 119, de 30.11.2006.

- Quadro de referencias e vencimentos Nível III e IV, com nova redação dada pela Lei nº 158, de 18.04.2007.

- Ver Decreto nº 175/GAb/PMR de 06.07.2007.

- Ver Decreto nº 277/GAB/PMR, de 31/11/2008.

- Referencias do Nível V com nova redação dada pela Lei nº 187, de 8/12/2008.

- Referencias e vencimentos do Nível V ***restaurado em razão de represtinação determinada pela Lei nº 203, de 24/04/2009 que revogou a Lei modificadora Lei nº 187, de 8/12/2008.***

- Anexo VI, Níveis V com novos padrões de vencimentos dado pela Lei nº 250, de 30.07.2011.

ANEXO - VII

Tabela: *Gratificações de Dedicação Exclusiva Para Funções Especiais*

FUNÇÕES	PERCENTUAL
I – PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO	
a) Controle de Área Trabalhista, Contencioso Cível, Licitação, Executivo Fiscal, Contencioso Tributário, Sindicância e Inquérito Administrativo, Processo Legislativo, Fundiária, Conselhos e Fundos Municipais.	100%
II - SEMFAZ / PLANEJAMENTO	
a) Controle de Projetos de Engenharia (todas as áreas)	100%
b) Controle da Área da Topográfica e Saneamento	50%
III – GABINETE DO PREFEITO	
a) Controle de Área de Serviços Gerais, Arquivo, Publicações e Comunicação.	30%
IV – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÙDE	
a) Controle de Área do PSF	100%

- Anexo acrescentado conforme Lei nº 87, de 23.12.2005.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – EDITAL DE CHAMADA

PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 003/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA-MT, através de seu Pregoeiro Oficial nomeado através do Decreto nº 1.269/GAB/PMR de 12 de Janeiro de 2017, **torna Público** para o conhecimento dos interessados que está instaurado o procedimento licitatório sob a modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO DE Nº. 003/2017**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 025/2017, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. O julgamento da referida licitação será através do **MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o**Registro de Preço para futura e eventual Contratação de empresa para o fornecimento de combustível "Gasolina comum e Diesel S10"**, para atender necessidades das Secretarias Municipais Requisitantes.

A sessão pública para recebimento e julgamento da(s) Proposta(s) de Preços e Documentos de Habilitação ocorrerá às **08h00min (Horário de Mato Grosso), do dia: 07/04/2017**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Rondolândia.

A integra deste Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitação, na sede da Prefeitura Municipal de Rondolândia - MT, situada na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n°, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000, durante o horário normal de expediente ou através do endereço de e-mail **cplrondolandia1720@hotmail.com**, maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente das 07h00min às 13h00min ou através do telefone 0xx (66) 3542-1177.

Rondolândia - MT, 27 de Março de 2017.

Edimar Ricarte

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

PORTARIA N. º 076/2017 DE 20 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso**, Srº. WEMERSON ADÃO PRATA** no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: O que consta na Ata de nº 001/2017 de 16 de Janeiro de 2017 e CI. Nº 98/2017 de 16 de Março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os Membros do Conselho do Transporte Escolar do Município de Salto do Céu - MT.

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL:

TITULAR: ZILMA MARIA DOS SANTOS MAMEDES

SUPLENTE: ROSÂNGELA ROSA DE ARAÚJO ASSIS

REPRESENTANTES DA ASSESSORIA PEDAGÓGICA:

TITULAR: SILVANY NUNES DE OLIVEIRA

SUPLENTE: ODAIR PEREIRA DE CAMARGO

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL:

TITULAR: LETICYA QUERB NERY DE ALMEIDA

SUPLENTE: KÊNYA KARLA DE OLIVEIRA DUARTE

REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB/PNATE:

TITULAR: SOLANGE LOBATO DA SILVA NASCIMENTO

SUPLENTE: GILSON FERNANDES DE SOUZA

REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA REDE ESTADUAL:

TITULAR: SILVANIA ALVES DOS REIS

SUPLENTE: ANA MARIA FERREIRA

REPRESENTANTES DOS ALUNOS:

TITULAR: HYAN MARQUES BRANDOLFO DA SILVA

SUPLENTE: ISTEFANY CAMILA ALVES

REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA REDE ESTADUAL:

TITULAR: MARIA APARECIDA MOREIRA DOS SANTOS

SUPLENTE: ROSIANA PINHEIRO LOPES SILVA

DIRETORIA:

PRESIDENTE: SILVANIA ALVES DOS REIS

VICE- PRESIDENTE: ZILMA MARIA DOS SANTOS MAMEDES

1ª SECRETÁRIO: HYAN MARQUES BRANDOLFO DA SILVA

2ª SECRETÁRIA: MARIA APARECIDA MOREIRA DOS SANTOS

Art. 2°. Os membros nomeados com base nesta portaria terão mandato de 02 (dois) anos a partir desta data, ainda que considerado relevantes os serviços prestados pelo Conselho do Transporte Escolar, não caberá aos Conselheiros membros do plenário, qualquer tipo de remuneração, mas serão destinados recursos orçamentários financeiros para cobertura de despesas nos casos previstos na legislação pertinente.

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições ao contrário.

Gabinete do Prefeito Edifício Sede do Poder Executivo em Salto do Céu, 20 de Março de 2017.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 066/2017 DE 02 DE MARÇO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Srº Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º - Conceder férias regulamentares a servidora: **MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA,** Cargo Efetivo: **PROFESSORA DE LETRAS** exercendo o Cargo Comissionado de Pregoeira Oficial, Órgão Unidade: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, período de gozo: 11/03/2017 à 30/03/2017, período aquisitivo 2015/2016.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição da Servidora acima citada, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor, observando o disposto no art. 83 da Lei Municipal n.º 069, de 28 de maio de 1993, como seus parágrafos no que couber.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 02 de Março de 2017.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 064/2017 DE 02 DE MARÇO DE 2017

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL (C.M.A.S), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: A Ata nº 026/2017 e o Ofício 001/2017 – SEDCS, ambos datados em de 24 de Fevereiro de 2017 e protocolados em 02 de Março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os Membros do Conselho Municipal de Assistência Social (C.M.A.S).

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

TITULAR: Ângela dos Santos Silva Preisigke

SUPLENTE: Tanayara Cristina Silva Souza

REPRESENTANTES DA LOJA MAÇÔNICA:

TITULAR: José Augustinho de Abreu

SUPLENTE: Célio Antônio da Silva

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS:

TITULAR: Luzia da Silva Oliveira

SUPLENTE: Maria Aparecida da Silva

REPRESENTANTES DAS IGREJAS EVANGELICAS:

TITULAR: Sebastião Pedro de Souza

SUPLENTE: Solange Nascimento Lobato

REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

TITULAR: Gilson Fernandes de Souza

SUPLENTE: Lidiomar Esteves dos Santos

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL:

TITULAR: Rhainy Kelly Rosa Colaço

SUPLENTE: Rogério Kafler

REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR DE SALTO DO CÉU:

TITULAR: Werla Cândida Rodrigues Soares

SUPLENTE: Josiane Alves de Oliveira

REPRESENTANTES DA PASTORAL DA CRIANÇA:

TITULAR: Fabiana Aparecida Nogueira Ferreira

SUPLENTE: Lucimar Alves Constância

REPRESENTANTES DO CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR:

TITULAR: Oziana Soares Barbosa

SUPLENTE: Kenya Karla de Oliveira Duarte

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

TITULAR: Claudiney José de Matos

SUPLENTE: Givanildo Pereira dos Santos

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

TITULAR: Mauto Teixeira Espíndola

SUPLENTE: Zilda Ramos de Souza

REPRESENTANTES DO GABINETE DO PREFEITO:

TITULAR: Joaquim Maria Dias

SUPLENTE: Deives Oliveira da Silva

COORDENAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

PRESIDENTE: Claudiney José de Matos

VICE-PRESIDENTE: Mauto Teixeira Espíndola

Art. 2º. O mandato do colegiado encerra – se em 02 de Março de 2019.

Parágrafo Único – 30 (trinta) dias antes do termino do mandato determinado neste parágrafo, o Presidente do CMAS deverá proceder aos encaminhamentos legais para a composição do novo colegiado, submetendo – a ao Gabinete do Prefeito Municipal para efetivar a nomeação.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação no Mural da Unidade Gestora, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 02 de Março de 2017.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 068/2017 DE 02 DE MARÇO DE 2017

DESIGNA A SERVIDORA KENYA KARLA DE OLIVEIRA DUARTE A FUNÇÃO DE PREGOEIRA SUBSTITUTA PARA O PERÍODO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de concessão de férias regulamentares a servidora Sr.ª Maria Inês Pereira da Silva, Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº 13/2013 de 02 de janeiro de 2013, do dia 11 de Março a 30 de Março de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora **KENYA KARLA DE OLIVEIRA DUARTE** para exercer a função de Pregoeira Substituta, no período de férias da servidora Maria Inês Pereira da Silva, sendo de 11 de Março a 30 de Março de 2017.

Parágrafo Único – A investidura da Pregoeira Substituta de que trata o "caput" desse Artigo não excederá ao período de 11 a 30 de Março de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua Publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 02 de Março de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WERMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 077/2017 DE 20 DE MARÇO DE 2017

EXONERA A Sr.ª CORINA BRUNO NUNES, DO CARGO DE ASSESSORA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: O requerimento da Servidora que trata esta Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido a Sr.ª **CORINA BRUNO NUNES,** do cargo de **ASSESSORA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente da Secretaria acima citada, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 20 de Março de 2017.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 075/2017 DE 20 DE MARÇO DE 2017

EXONERA A Sr.ª RUTH LEAL DE OLIVEIRA DA SILVA, DO CARGO DE AUXILIAR DE CONTABILIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: A carta de Concessão de Aposentadoria expedida pelo INSS e o requerimento da Servidora que trata esta Portaria.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar por motivo de Aposentadoria a Sr.ª **RUTH LEAL DE OLIVEIRA DA SILVA,** do cargo de **AUXILIAR DE CONTABILIDADE,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente da Secretaria acima citada, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 20 de Março de 2017.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 058/2017 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AOS SERVIDORES QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49 inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO: Os vencimentos dos respectivos períodos aquisitivos e os requerimentos dos servidores abaixo relacionados;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares no mês de Março/2017 aos servidores: **LETICYA QUERB NERY DE ALMEIDA, DIUZA MARIA DA COSTA, LILHA PEREIRA DA SILVA, ELIZABETE CORREIA ARNALDO, LUCIANA PINHEIRO DE SOUZA, EDMILSON DALBÉM CLARINDO, MYRIAM MYCHELLE MANTAY DE OLIVEIRA, UILK DA SILVA FILHO, PALMALIANA MARTINS DA COSTA DE OLIVEIRA, AURIANE ALVES PRATA OLIVEIRA.**

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição dos Servidores acima citados, se forem imprescindíveis e inadiáveis bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disci-

plina a matéria em vigor, observando o disposto no art. 83 da Lei Municipal n.º 069, de 28 de maio de 1993, como seus parágrafos no que couber.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 23 de Fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 071/2017 DE 02 DE MARÇO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE A SERVIDORA QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Art.95, § 4º da Lei 069/93 Estatuto dos Servidores públicos Municipais.

CONSIDERANDO o vencimento do período aquisitivo 2003/2008 e o requerimento da servidora que trata esta Portaria; RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio por Assiduidade a servidora: **LUZENIR RODRIGUES PERES,** Cargo: **TECNICA DE ENFERMAGEM**, Órgão Unidade: Sec. Municipal de Saúde, período gozo: 01/03/2017 à 30/05/2017, período aquisitivo 2003/2008.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição do Servidor acima citado, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor, observando o disposto no art. 83 da Lei Municipal n.º 069, de 28 de maio de 1993, como seus parágrafos no que couber.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 02 de Março de 2017.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 063/2017 DE 02 DE MARÇO DE 2017

EXONERA A PEDIDO A Sr.ª ELIZETH MARTINS DA COSTA, DO CARGO DE ESCRITURÁRIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO: O Requerimento de Exoneração da Servidora em tela, datado e protocolado em 02 de Março de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido a Sr.ª **ELIZETH MARTINS DA COSTA,** do cargo de **ESCRITURÁRIA,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente da Secretaria acima citada, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 02 de Março de 2017.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 070/2017 DE 02 DE MARÇO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Srº Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao servidor: **RONIEL MARTINS DA SILVA,** Cargo **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**, Órgão Unidade: Secretaria Municipal de Saúde, **com efeitos retroativos ao período de gozo**: 01/03/2017 à 30/03/2017, período aquisitivo 2016/2017.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição do Servidor acima citado, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor, observando o disposto no art. 83 da Lei Municipal n.º 069, de 28 de maio de 1993, como seus parágrafos no que couber.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 02 de Março de 2017.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 059/2017 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017.

DESIGNA O SERVIDOR, JOAQUIM MARIA DIAS, ASSESSOR DE TRIBUTOS E ARRECADAÇÃO, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS, A RESPONSABILIDADE DE ASSINAR AS DOCUMENTAÇÕES INERENTES AO DEPARTAMENTO DE TRIBUTOS E ARRECADAÇÃO, E DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Sr. Wemerson Adão Prata no uso de suas atribuições legais, dispostas no Art. 49 da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: A necessidade de um servidor para Assinar documentos referentes à Tributação Municipal na ausência do Prefeito ou Secretário Municipal de Administração e Planejamento;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor: **JOAQUIM MARIA DIAS**, Assessor de Tributos e Arrecadação, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, a responsabilidade de assinar as documentações inerentes ao Departamento de Tributos e Arrecadação.

Art. 2º. Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo tomar providências pertinentes para o cumprimento desta Portaria, procedendo aos competentes registros.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 23 de Fevereiro de 2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 074/2017 DE 10 DE MARÇO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SÁUDE AO SERVIDOR QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Art.190, inciso I, letra F da Lei 069/93 Estatuto dos Servidores públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao servidor*:* **IVONEY NOVATO GOMES,** Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais, Órgão Unidade: Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos, conforme Atestado Médico, datado em 22/02/2017.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição da Servidora acima citada, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 10 de Março de 2017.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 067/2017 DE 02 DE MARÇO DE 2017

ATRIBUI AO SENHOR FAGNER MICHAELL DE ALMEIDA SILVA ROK, REGISTRO NACIONAL Nº MT029607 ENGENHEIRO FISCAL, A RESPONSABILIDADE PELO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE (1) UMA PONTE SOBRE O CORREGO LAJEADO, REFORMA DE 01 UMA PONTE (ZEZINHO AMANSO),

REFORMA DE (1) UMA PONTE (PE DA SERRA), NO MUNICIPIO DE SALTO DO CÉU – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. .

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Srº Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições Legais.

RESOLVE:

Art.1º - Atribuir ao Senhor **Fagner Michaell de Almeida Silva Rok**, Registro Nacional Nº. **MT029607** Engenheiro fiscal a responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização da **OBRA DE CONSTRUÇÃO DE (1) UMA PONTE SOBRE O CORREGO LAJEADO, REFORMA DE 01 UMA PONTE (ZEZINHO AMANSO), REFORMA DE UMA PONTE (PE DA SERRA) , no Município de Salto do Céu – MT**, Empresa responsável pela obra: ALMEIDA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA-ME, CNPJ Nº 14.050.302/0001-89, vinculada ao Contrato Nº 011/2017 e ordem de serviço emitida em 02/03/2017.

Art.º 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 03 de Março de 2017.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 072/2017 DE 02 DE MARÇO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Srº Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao servidor: **MAUTO TEIXEIRA ESPÍNDOLA,** Cargo Efetivo de Professor, designado pela portaria 007/2017 de 04 de janeiro de 2017 e de acordo com a mesma exercer suas funções na Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Unidade: Secretaria Municipal de Educação, período de gozo: 11/03/2017 à 30/03/2017, período aquisitivo 2016/2017.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição do Servidor acima citado, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor, observando o disposto no art. 83 da Lei Municipal n.º 069, de 28 de maio de 1993, como seus parágrafos no que couber.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu, 02 de Março de 2017.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 069/2017 DE 02 DE MARÇO DE 2017

DESIGNA COMISSÃO SUBSTITUTA DE LICITAÇÃO E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Salto do Céu – Estado de Mato Grosso, o Senhor, Wemerson Adão Prata no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

Considerando a necessidade de racionalização e Economia na Execução dos projetos e atividades municipais de responsabilidade dos diversos órgãos e unidades da administração, mantendo-se os princípios que regem o poder Público;

Considerando a necessidade de concessão de férias a Servidora Maria Inês Pereira da Silva, Presidente da CPL nomeada pela Portaria nº 001/2017 de 04 de Janeiro de 2017, no período de 11 a 30 de Março de 2017, referente ao período aquisitivo 2015/2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Designar Comissão Substituta de Licitação do Município, Poder Executivo, com a seguinte composição:

I – PRESIDENTE – Kenya Karla de Oliveira Duarte

II – SECRETÁRIO – Myriam Mychelle Mantay de Oliveira

III – MEMBRO – Joaquim Maria Dias

IV –SUPLENTE – Deives Oliveira da Silva

Parágrafo Único – A investidura dos membros da comissão Substituta de Licitação de que trata o "caput" desse Artigo não excederá ao período de 11 a 30 de Março de 2017, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma Comissão no período subseqüente.

Art. 2º - os membros da comissão de Licitação respondem solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em Ata lavrada na região em que tiver sido tomada decisão.

Art. 3º – Pela investidura no cargo de membro da comissão Substituta de Licitação não haverá nenhum tipo de ônus para o Município, executando-se o necessário para o fiel cumprimento das distribuições a ela pertinentes, ficando o mesmo á disposição da comissão e durante o exercício de suas atividades, desobrigado a cumprir suas obrigações junto ao órgão/unidade de origem, sem prejuízos de sua remuneração no mesmo.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor da data de sua publicação revogada as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu – MT, 02 de Março de 2017.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 060/2017 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SÁUDE A SERVIDORA QUE MENCIONA E, DÁ PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art. 49, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, e Art.190, inciso I, letra F da Lei 069/93 Estatuto dos Servidores públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença para Tratamento de Saúde a servidora*:* **ELENICE MARTINS ALVES,** Cargo: Zeladora, Órgão Unidade: Secretária Municipal de Assistência Social, conforme Atestado Médico, datado em 07/02/2017.

Art. 2º - Caberá aos órgãos e unidades competentes do Poder Executivo proceder às anotações/registros pertinentes e, as providências na substituição da Servidora acima citada, se for imprescindível e inadiável bem como efetuar o pagamento devido, na forma da Legislação que disciplina a matéria em vigor.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias no corrente exercício, suplementadas, se necessário, na forma da Legislação específica que rege a matéria em vigor.

Art. 4º - Está portaria entrará em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 23 de Fevereiro de 2017.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 065/2017 DE 02 DE MARÇO DE 2017.

NOMEIA A Sr.ª CELIA APARECIDA FERNANDES, PARA O CARGO DE COORDENADORA DE CRECHES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, Srº Wemerson Adão Prata, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sr.ª **CELIA APARECIDA FERNANDES,** para o cargo de**COORDENADORA DE CRECHES,** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo Único. A posse e exercício da funcionária nomeada subordinar-se-á ao cumprimento das exigências e formalidades legais pertinentes em vigor, cabendo aos órgãos competentes formalizá-la devidamente, em tempo hábil.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente da Secretaria Municipal de Educação, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação no mural da Unidade Gestora.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 02 de Março de 2017.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.º 062/2017 DE 02 DE MARÇO DE 2017

EXONERA A PEDIDO A Sr.ª MARIA JOSÉ PEREIRA, DO CARGO DE COORDENADORA DE CRECHES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido a Sr.ª **MARIA JOSÉ PEREIRA,** do cargo de **COORDENADORA DE CRECHES,** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º. Esta Portaria Possui efeitos retrativos a 01 de Março de 2017.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica orçamentária correspondente da Secretaria acima citada, suplementadas se necessário, na forma da legislação específica que disciplina a matéria.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Salto do Céu - MT, 02 de Março de 2017.

REGISTRE – SE, PUBLIQUE – SE E CUMPRA – SE.

WEMERSON ADÃO PRATA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU
PORTARIA Nº 16/2017

PORTARIA Nº. 016/2017

Santa Cruz do Xingu, em 24 de Março de 2017

Dispõe sobre o Prazo para Apresentação das Indicações e Projetos para o Poder Legislativo Municipal de Santa Cruz do Xingu/MT e dá outras providências.

O Sr. **Jose Edimar Ferreira Lindolfo**, Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu/MT., no uso de suas atribuições legais resolve baixar a seguinte Portaria.

Art. 1º - Fica por meio desta, designado o prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para protocolar na Secretaria da Câmara apresentação de Indicações, Requerimentos e Moções e entrega de projeto ao Poder Legislativo Municipal, para constar na pauta de sessão ordinária.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz do Xingu/MT.

_____

Jose Edimar Ferreira Lindolfo

Presidente

Registra-se, Publica-se, cumpra-se

Em 24 de Março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2017

EDITAL N° 004

Em cumprimento às determinações do Senhor EGON HOEPERS – Prefeito do Município de Santa Rita do Trivelato – Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Organizadora do Processo Seletivo, nomeada pela Portaria nº 071/2017, de 23 de Fevereiro de 2017 resolve:

TORNAR PÚBLICO O RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para provimento de vagas, que vierem a vagar no quadro de servidores do Município de Santa Rita do Trivelato, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital do Processo Seletivo nº 001/2017.

AGENTE ADMINISTRATIVO NOME DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 EDINA SALETE VERONEZE 17/7/1984 8,00 9,00 9,00 8,67 AP 2 ANA CRISTINA LOHMANN 4/9/1996 8,00 9,50 7,00 8,17 AP 3 CLAUDETE MOREIRA FAGUNDES FERRON 14/2/1983 8,00 9,50 5,00 7,50 AP 4 ALLANDA EMILIÃO MARTINELLI 26/10/1990 6,00 9,00 7,00 7,33 AP 5 SIRLEI LOUDES BASSANI 11/2/1979 7,00 7,50 7,00 7,17 AP 6 CLEBER GILMAR ANDRADE 23/2/1997 7,00 7,50 7,00 7,17 AP 7 FERNANDA DE SOUZA SALES 17/2/1999 5,00 8,50 8,00 7,17 CLASS 8 ALESSANDRA DA SILVA CARDOSO FRARES 15/9/1988 5,00 9,00 7,00 7,00 CLASS 9 MICHELLE FERNANDA CORREA EMMER 16/5/1990 5,00 9,00 7,00 7,00 CLASS 10 GRACIELI DA SILVA PEREIRA 28/2/1999 5,00 8,00 8,00 7,00 CLASS 11 LUCILENE ALVES GARCIA 13/12/1979 4,00 8,50 8,00 6,83 CLASS 12 DEBORA ALINE NIED 8/3/1995 5,00 9,50 6,00 6,83 CLASS 13 NAMIER LUIZ MONTEIRO 8/5/1974 5,00 9,00 6,00 6,67 CLASS 14 ANA PAULA DA SILVA 22/11/1983 5,00 8,00 7,00 6,67 CLASS 15 LUCÉLIA GODINHO DE O. BARRETO 27/2/1985 6,00 8,00 6,00 6,67 CLASS 16 MARILZETE AGUSTINHA DA SILVA CAMPOS 18/10/1991 5,00 8,00 7,00 6,67 CLASS 17 ALINE CRISTINA NERIS DA SILVA 14/5/1997 6,00 8,00 6,00 6,67 CLASS 18 SUELI MIRANDA 20/1/1981 4,00 8,50 7,00 6,50 CLASS 19 YASMIN RAYANE LEMES MAGALHAES 27/5/1993 3,00 8,50 8,00 6,50 CLASS 20 EVELYN MERIANE CAMPOS PEREIRA 23/11/1995 4,00 9,50 6,00 6,50 CLASS 21 JUSCELINO VIEIRA DE ARAUJO 7/7/1989 5,00 7,00 7,00 6,33 CLASS 22 DAIANE PEREIRA DE ARAUJO 23/6/1997 5,00 9,00 5,00 6,33 CLASS 23 JULIANE LARISSA BERNADES SILVA 22/4/1998 6,00 7,00 6,00 6,33 CLASS 24 FRANCIELI APARECIDA DE ARAUJO 30/9/1991 4,00 9,50 5,00 6,17 CLASS 25 FRANCIELI BECKER RIBEIRO 11/11/1992 7,00 6,50 5,00 6,17 CLASS 26 ESTEFANAS NUNES DA COSTA 5/4/1991 4,00 6,00 8,00 6,00 CLASS 27 VALQUIRIA GOMIDES DE PAULA 11/12/1992 4,00 7,00 7,00 6,00 CLASS 28 JESSICA DA SILVA CORREA 24/10/1993 5,00 5,00 8,00 6,00 CLASS 29 MARIA ROSIANE GOMES HERCULINA 17/11/1998 4,00 7,00 7,00 6,00 CLASS 30 NAIRA REGINA SANTOS CARDOZO 21/4/1976 5,00 7,50 5,00 5,83 CLASS 31 ANA CRISTINA DE SOUZA OLIVEIRA 6/10/1985 4,00 7,50 6,00 5,83 CLASS 32 TAMIRES CAVALCANTE DA SILVA 4/8/1993 3,00 8,50 6,00 5,83 CLASS 33 ADRIANA SILVA CARDOSO 26/8/1991 3,00 8,00 6,00 5,67 CLASS 34 PAOLA K. B. VIDEIRA 24/7/1999 4,00 7,00 6,00 5,67 CLASS 35 ALYSON FREITAS DOS SANTOS 9/12/1996 3,00 6,00 6,00 5,00 CLASS 36 BEATRIZ CRUZ DA SILVA 29/4/1999 2,00 7,00 6,00 5,00 CLASS ANGELICA MARIA DA SILVA NÃO COMPARECEU JUCIMARA FELICI DE OLIVEIRA NÃO COMPARECEU JOYCE SUCIELY AFONSO BARBOSA NÃO COMPARECEU AGENTE ADMINISTRATIVO PNE NOME DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 TAMAY NATA BARBOSA 29/11/1991 5,00 8,50 2,00 5,17 AP AUXILIAR ADMINISTRATIVO NOME DATA NASCIMENTO NPO AP MF CLASS 1 SILVANA APARECIDA DA SILVA DIAS 19/10/1981 10,00 9,00 9,50 AP 2 EVANICE SILVA SOUZA 24/7/1993 9,00 7,00 8,00 AP 3 ALVINO PEREIRA NETO 2/12/1994 9,00 7,00 8,00 AP 4 MARIA CLARA DOS SANTOS ALVES 17/2/1997 9,00 7,00 8,00 CLASS 5 ANA CRISTINA DE SOUZA GALLO 22/8/1998 8,00 8,00 8,00 CLASS 6 EDINARA SCHIMITT 29/7/1983 9,00 6,00 7,50 CLASS 7 POLYANA ZEIDLER 12/7/1988 9,00 6,00 7,50 CLASS 8 FLAVIANA CAETANO LIMA 17/1/1990 9,00 6,00 7,50 CLASS 9 MARCELA YASMIN DA S. ARAGÃO 16/11/1990 7,00 8,00 7,50 CLASS 10 SAMUEL RODRIGUES DIAS 25/6/1992 7,00 8,00 7,50 CLASS 11 JOSIANE A. DO C. NASCIMENTO 16/6/1983 9,00 5,00 7,00 CLASS 12 ADONIAS DO NASCIMENTO RIBEIRO 18/2/1995 8,00 6,00 7,00 CLASS 13 IVONE DA SILVA 27/1/1984 9,00 4,00 6,50 CLASS 14 ADRIANA OSÓRIO SILVA SOUZA 20/5/1984 7,00 6,00 6,50 CLASS 15 JOELMA FRANÇA DE SOUZA 12/10/1988 6,00 7,00 6,50 CLASS 16 FABIANE MARTINS CEZARIO 30/12/1994 8,00 5,00 6,50 CLASS 17 ALEX PIRES DA COSTA 14/3/1996 6,00 7,00 6,50 CLASS 18 MARIA LUCIA DOS SANTOS DAMASCENO 6/6/1982 7,00 5,00 6,00 CLASS 19 GABRIELLA OLEINIK 8/4/1998 8,00 4,00 6,00 CLASS 20 EDINEIA MENDES 5/5/1986 6,00 5,00 5,50 CLASS 21 REGINALDO ALMEIDA PRADO 15/1/1988 6,00 4,00 5,00 CLASS 22 JOSIANE C. ALVES SANTANA 5/8/1975 6,00 3,00 4,50 REP 23 MARIA DOMINGOS DIAS 8/11/1985 1,00 3,00 2,00 REP MARCO ANTONIO NOFRE NÃO COMPARECEU MAYRA DA SILVA BARROS NÃO COMPARECEU OSAIR PEREIRA LUZ DE JESUS NÃO COMPARECEU TIAGO DELGADO LEITE NÃO COMPARECEU MONITOR DE CRECHE NOME DATA NASC NPO RED AP MF CLASS 1 JULIANA LINA DE PINHO 5/2/1993 7,00 7,50 9,00 7,83 AP 2 JULIANE EVA DE ALMEIDA 15/8/1997 5,00 8,50 9,00 7,50 AP 3 CLESIA SANTOS DE LUNA ARAUJO 15/12/1985 7,00 7,00 8,00 7,33 AP 4 KATIA MARA DE ARRUDA 11/10/1993 7,00 7,00 6,00 6,67 AP 5 ALICE AUXILIADORA DE ALMEIDA 28/9/1987 4,00 8,50 7,00 6,50 AP 6 ARIANA BARBARA PAIO ANTUNES 6/3/1992 5,00 8,50 6,00 6,50 CLASS 7 NEIVA DE OLIVEIRA PIRES 5/6/1996 7,00 7,50 5,00 6,50 CLASS 8 APARECIDA FRANÇA BARBOSA 24/10/1983 6,00 7,00 6,00 6,33 CLASS 9 ELIZABETE PEREIRA DA SILVA 8/3/1987 5,00 7,00 7,00 6,33 CLASS 10 IVANETE DA SILVA LIMA 17/10/1987 4,00 8,00 7,00 6,33 CLASS 11 PAOLA FERNANDA DOS SANTOS 27/6/1997 4,00 9,00 6,00 6,33 CLASS 12 ELISANGELA VIEIRA DOS SANTOS 8/2/1985 7,00 5,50 6,00 6,17 CLASS 13 PATRÍCIA ROSA DE SOUZA 30/4/1987 6,00 7,00 5,00 6,00 CLASS 14 GESSICA SCHIMITT DOS SANTOS 9/1/1996 6,00 5,00 7,00 6,00 CLASS 15 ROSA CAREN LOPES DA SILVA CLAZER 23/6/1987 6,00 5,50 6,00 5,83 CLASS 16 DAIANE CAROLINA ASSUNÇÃO DA SILVA 5/10/1992 4,00 7,50 6,00 5,83 CLASS 17 JOCILEIDE CAMPOS DA SILVA 20/6/1980 4,00 7,00 6,00 5,67 CLASS 18 CATIA APARECIDA DA SILVA 12/4/1989 5,00 6,00 6,00 5,67 CLASS 19 EDIANE DE CAMPOS 2/10/1982 7,00 4,50 5,00 5,50 CLASS 20 SUSANE APARECIDA MÁXIMO DE MORAES 4/4/1992 1,00 8,00 7,00 5,33 CLASS 21 ELIANA DE ANDRADE DUNANTI 16/4/1986 4,00 6,50 5,00 5,17 CLASS 22 ROSICLER FATIMA DOS ANJOS 22/3/1991 3,00 8,50 4,00 5,17 CLASS 24 VANILDES FERREIRA DA SILVA 30/7/1973 3,00 8,00 4,00 5,00 CLASS 25 LENILDA RIBEIRO DE CAMARGO 7/9/1983 3,00 5,50 5,00 4,50 REP 26 RAYANE DA SILVA SOUSA 31/5/1994 0,00 4,50 3,00 2,50 REP BENEDITA FERREIRA DE AQUINO NÃO COMPARECEU JOSILENE FERREI-

RA DA SILVA NÃO COMPARECEU LENICE CORREA NÃO COMPARECEU RECEPCIONISTA NOME DATA DE NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 BEATRIZ APARECIDA BRONDANI 12/10/1994 9,00 9,00 6,00 8,00 AP 2 RAQUEL FRANÇA DE SOUSA 25/12/1985 6,00 8,50 8,00 7,50 AP 3 ANDREA PEDROZO 24/9/1987 8,00 7,50 7,00 7,50 AP 4 LÍDIA MARGARIDA HARTFEIL 19/5/1995 5,00 8,00 9,00 7,33 AP 5 CAMILA SANTOS DE OLIVEIRA 21/11/1997 6,00 8,50 7,00 7,17 AP 6 MÔNICA LEMOS AGULHARE 23/9/1992 6,00 8,00 7,00 7,00 CLASS 7 GESSICA TAMIRES CARDOSO DO PRADO 7/6/1994 6,00 6,50 7,00 6,50 CLASS 8 LUCIMAR DOS SANTOS CORREIA 18/10/1987 4,00 7,50 7,00 6,17 CLASS 9 DÉBORA MORAES VIANA 13/7/1994 5,00 8,00 5,00 6,00 CLASS 10 MAIRA DE ALMEIDA OLIVEIRA PELISÃO OLEINIK 10/5/1992 5,00 7,50 5,00 5,83 CLASS 11 CLEONICE DE ALMEIDA DA SILVA 10/1/1985 3,00 6,50 7,00 5,50 CLASS 12 ANDRESSA VENÂNCIO PEREIRA 10/5/1995 2,00 7,50 6,00 5,17 CLASS 13 DENIZE MARTINS DE SOUZA 4/1/1993 1,00 7,00 6,00 4,67 REP SECRETARIA ESCOLAR/PACOVAL NOME DATA DE NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 FABIANA CARPANEZI 15/11/1982 8,00 8,00 8,00 8,00 AP 2 SUILLA ANTONIA FIDELIS MACEDO 26/2/1995 6,00 7,00 6,00 6,33 CLASS AGENTE DE SAUDE AMBIENTAL NOME DATA DE NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 JUCIMARA SILVEIRA BARROS 30/9/1988 4,00 6,00 6,00 5,33 AP PROFESSOR PORTUGUES NOME DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 LUCIA APARECIDA DA SILVA 20/11/1968 7,00 7,00 6,00 6,67 AP PROFESSOR LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA NOME DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 NELI TEREZINHA DE OLIVEIRA BITENCOURT 9/5/1964 6,00 8,50 8,00 7,50 AP 2 NILZA GUEDES MARTINH OLIVEIRA 25/11/1976 6,00 8,00 7,00 7,00 AP 3 MARCIA REGINA DA SILVA 23/3/1973 4,00 8,50 8,00 6,83 AP 4 LURDINHA PEREIRA ARAUJO 9/10/1976 6,00 7,50 7,00 6,83 AP 5 LIDIA ARACELI GRILO TABORDA 22/10/1985 5,00 8,50 7,00 6,83 AP 6 SILVANA HELENA ALVES DE ARRUDA 11/1/1973 5,00 9,00 6,00 6,67 AP 7 DANIELLY APARECIDA DE CASTRO 28/12/1988 6,00 8,00 6,00 6,67 AP 8 SUELI MARTINELLI TABORDA 18/10/1958 7,00 8,50 4,00 6,50 CLASS 9 PATRICIA DE OLIVEIRA BITENCOURT 9/12/1985 5,00 6,50 8,00 6,50 CLASS 10 JULIANE DE OLIVEIRA 7/6/1986 6,00 7,50 6,00 6,50 CLASS 11 ERIVALDO FRANCISCO MENDES 16/3/1985 7,00 6,00 6,00 6,33 CLASS 12 ALLISSON LUIS DA SILVA 18/5/1988 6,00 8,00 5,00 6,33 CLASS 13 JOANA RIBEIRO DA SILVA 29/7/1990 5,00 8,00 6,00 6,33 CLASS 14 MAGALI DE CAMPOS FERREIRA 20/8/1972 4,00 8,00 6,00 6,00 CLASS 15 LUELY MARIA PINTO DA SILVA 1/4/1982 5,00 8,00 5,00 6,00 CLASS 16 CRISTIANE RIBEIRO 8/9/1986 4,00 8,00 5,00 5,67 CLASS 17 JANIO CANTANHEDES NASCIMENTO 23/3/1989 5,00 7,50 3,00 5,17 CLASS MILTON BENEDITO DA SILVA NÃO COMPARECEU INSTRUTOR DE INFORMATICA NOME DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 BRUNO DOS SANTOS MARTINS 11/10/1998 2,00 7,50 6,00 5,17 AP CONTADOR NOME DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 LUIZ EDUARDO CASTOLDI 14/8/1987 9,00 9,00 6,00 8,00 AP FERNANDO APARECIDO RAMOS NÃO COMPARECEU PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EDUCAÇÃO FISICA NOME DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 GILVANIO DA SILVA LIMA 25/7/1987 7,00 8,00 6,00 7,00 AP 2 CHRISTIAN LARA CARDOSO 16/6/1991 5,00 8,00 7,00 6,67 CLASS 3 DAVID RODRIGO NOLETO DE SOUZA 25/7/1992 7,00 7,00 6,00 6,67 CLASS PROFESSOR LICENCIATURA PLENA CIÊNCIAS NOME DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 AURIANE CRISTINA DE LIMA 27/3/1985 4,00 8,00 7,00 6,33 AP PROFESSOR LICENCIATURA PLENA PEDAGOGIA (PACOVAL I) NOME DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 MARCIA RUTH PAITER 29/4/1961 8,00 7,00 6,00 7,00 AP 2 GENECI ZAHARKO 27/3/1973 4,00 7,50 7,00 6,17 AP 3 NIVIS VANE RODRIGUES DE JESUS 27/1/1985 4,00 7,50 7,00 6,17 AP 4 ROZINETE DE ALMEIDA 14/8/1974 5,00 7,00 6,00 6,00 AP PROFESSOR LICENCIATURA PLENA INGLES NOME DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 EDUARDO SEIBEL CORREA 12/6/1997 4,00 8,00 8,00 6,67 AP LEANDRO MONTEIRO BARROS NÃO COMPARECEU RHELMITON LINS TÉCNICO DE ENFERMAGEM NOME DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 SIRLEI KUPAS 30/5/1977 9,00 9,00 8,00 8,67 AP 2 MARCIA VENANCIO DE ARRUDA 13/11/1983 6,00 8,50 8,00 7,50 AP 3 ADRIANGELA PEREIRA DE PINHO 15/7/1991 6,00 8,50 6,00 6,83 CLASS 4 KARLA CRISTINA FRANCA 10/9/1977 5,00 8,00 7,00 6,67 CLASS 5 JUCILENE SANTOS RIBEIRO 25/12/1978 5,00 7,00 6,00 6,00 CLASS 6 GILVANEIDE MARIA DE JESUS 28/4/1980 4,00 7,50 5,00 5,50 CLASS HELLEN CRISTINA FAJARDO PEREIRA NÃO COMPARECEU PROFESSOR INFORMÁTICA NOME DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 CRISTIANO MIRANDA 10/6/1982 6,00 8,50 7,00 7,17 AP PROFESSOR DE HISTÓRIA NOME DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 REGIANE FRANCIELI BONINI 16/12/1987 6,00 8,00 6,00 6,67 AP MONITOR DE CRECHE PACOVAL NOME DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 PATRICIA VIEIRA DOS SANTOS CUNHA 19/7/1988 7,00 8,00 7,00 7,33 AP 2 JOCIELE DA SILVA SANTANA 18/9/1993 4,00 7,50 6,00 5,83 AP 3 DERLI ELEADORA DOS SANTOS 25/2/1974 5,00 6,50 5,00 5,50 CLASS 4 SIMONE CLAUDIO 19/4/1978 5,00 5,00 4,00 4,67 REP ANALISTA EM INFORMATICA NOME DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 JOAO MARCIO ALMEIDA GAIO 31/10/1986 9,00 7,50 7,00 7,83 AP Santa Rita do Trivelato/MT, 23 de março de 2017.

_____

EGON HOEPERS

Prefeito Municipa

_____

ALINE DE JESUS AZARIAS FERRON

Presidente da Comissão Organizadora

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 024/2017

DE 027 DE MARÇO DE 2017

EXONERA (a pedido) VILMAR CABRAL BATISTA DO CARGO DE SECRETÁRIO municipal de ADMINISTRAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica exonerado (a pedido) o Srº. **VILMAR CABRAL BATISTA,** brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 4.440,287-4 SSP/PR, inscrito no CPF sob o n.º 620.239.509-53, residente na Rua Marechal Rondon, s/n, Bairro Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, do Cargo Comissionado de **SecretÁrio de ADMINISTRAÇÃO.**

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO EM 27 DE MARÇO DE 2017.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2017

EDITAL N° 003

Em cumprimento às determinações do Senhor EGON HOEPERS – Prefeito do Município de Santa Rita do Trivelato – Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Organizadora

do Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº 071/2017, de 23 de Fevereiro de 2017 resolve:

TORNAR PÚBLICO O RESULTADO FINAL do Processo Seletivo para provimento de vagas, que vierem a vagar no quadro de servidores do Município de Santa Rita do Trivelato, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital do Processo Seletivo nº 001/2017.

AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE PACOVAL NOME DATA NASCIMENTO DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 ANA KAROLINA DE OLIVEIRA VILA NOVA 24/4/1994 3,00 7,50 7,00 5,83 AP 2 NILMA PIRES CAMARGO SERAFIM 4/9/1967 2,00 6,00 5,00 4,33 REP AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE NOME DATA NASCIMENTO DATA NASCIMENTO NPO RED AP MF CLASS 1 CRISTINA SINGER OLEINIK 15/12/1974 3,00 8,00 4,00 5,00 AP Santa Rita do Trivelato/MT, 23 de março de 2017.

_____

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

_____

ALINE DE JESUS AZARIAS FERRON

Presidente da Comissão Organizadora

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

LEI MUNICIPAL Nº 677/GP/2017

LEI MUNICIPAL Nº 677/GP/2017

DE 15 DE MARÇO DE 2.017

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha–MT, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, faz saber que Câmara Municipal aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica criado o conselho municipal do **FETHAB**, que será constituído por 05 (cinco) representantes titulares e 02 (dois) suplentes do Poder Executivo Municipal a serem indicados pelo Prefeito, sendo um deles o Secretário de Viação, Obras e Serviços Urbanos que presidirá o Conselho e 05 (cinco) titulares e 05 (cinco) suplentes, representantes da Sociedade Civil.

Parágrafo único. Os representantes das entidades da sociedade civil serão nomeados por ato do Prefeito mediante indicação das entidades abaixo relacionadas:

I- 01 representante titular e 01 suplente da CDL – Câmara dos Dirigentes Lojistas do Município de Santa Terezinha-MT;

II- 01 representante titular e 01 suplente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município de Santa Terezinha-MT;

III- 01 representante titular e 01 suplente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, e;

IV- 01 representante titular e 01 suplente dos Indígena.

V- 01 representante titular e 01 suplente da Câmara de Vereadores.

Art. 2º O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, e posteriores alteração com a redação dada pela Lei nº 10. 480, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 3º Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu Presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasse ao Município feitos pelo Estado por conta do FETHAB e sua aplicação.

Art. 4º O Conselho emitirá relatório trimestral de suas atividades, divulgando-o via eletrônica no sítio do Município e no dia seguinte à deliberação do relatório da prestação de contas enviar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para que o mesmo a cada 4 meses possa enviar a Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística (SINFRA) e Comissão de Infraestrutura Urbana de Transporte da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Art. 5º O Conselho elaborará seu próprio regimento interno.

Art. 6º O exercício da função de Conselheiro do Conselho Municipal do **FETHAB** não é remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha-MT, 15 de Março de 2017.

EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

ATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2017

OBJETO: Aquisição de medicamentos, material hospitalar e de farmácia básica para aproximadamente trinta dias.

FAVORECIDO: RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME.

CNPJ: 12.313.826./0001-90

INS ESTADUAL : 10.478.537-3

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, da Lei nº 8.666/93.

JUSTIFICA: Nº 01/2017

VALOR GLOBAL: R$ 119.003,05 (cento e dezenove mil e três reais e cinco centavos).

Ratifico a Dispensa de licitação em concordância com a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e por se tratar de urgência, nos termos do Art. 24 da Lei 8.666/93 e nas alterações posteriores. Santa Terezinha, 23 de março de 2017.**EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO-**Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 010/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 010/2017

AVISO DE CANCELAMENTO PROCESSO Nº 014/2017/CPL/PP

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes o aviso de CANCELAMENTO do processo licitatório. **Pregão Presencial Registro de preços para futura e eventual Aquisição de Materiais de Construção para Fabricação de Tubos de Concreto Armado,** com base no despacho administrativo emitido pelo S.r. Prefeito Municipal, Miguel Jose Brunetta, que determina o cancelamento do citado processo licitatório, **vez que carece de elementos para sua devida homologação pelas razões explicita no arrazoado, ficando desse modo cancelada por apresentar vícios de procedimentos.**

Santo Antonio do Leste – MT, 27 de Março de 2017.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 085/2017

De 02 de Janeiro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2017 – RESULTADO FINAL

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2017 – RESULTADO FINAL

Art. 1º - A Comissão Técnica Organizadora do Processo Seletivo Público, nomeada pela Portaria nº. 095/2017, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o resultado final (prova escrita objetiva + curso introdutório), referente ao Processo Seletivo Público, aberto através do Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2017, conforme abaixo discriminado:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Nº	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
01	ERICA COSTA DE CASTRO	CLASSIFICADO
02	GISELE BATISTA VIRGOLINA	CLASSIFICADO
03	FERNANDA DE SOUZA CONCEIÇÃO ROBE	CLASSIFICADO
04	NEIVA TAFAREL	CLASSIFICADO
05	CAMILA ADRIELI BORGES ABREU	CLASSIFICADO
06	SANDRA ROSA JACOB	CLASSIFICADO
07	MARIA APARECIDA COSER DOS SANTOS	CLASSIFICADO
08	DEUZELY ALVES DE SOUZA	CLASSIFICADO
09	ZILMA MOURA DOS SANTOS	CLASSIFICADO

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Santo Antônio do Leste - MT, 28 de Março de 2017.

Elaine de Fátima Mors

Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Ronaldo Martins de Amorim

Membro da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

Ita Roberta Soares

Membro da Comissão Organizadora do Processo Seletivo

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL - DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

OBJETO: Contrato nº 017/2017 para LOCAÇÃO DE IMÓVEL, firmado em 22/03/2017, e o IMÓVEL está localizado na Rua Lúcio Vieira de Amorim, nº 212 - CEP - 78.670-000 - Bairro Centro, em São Félix do Araguaia (MT), a ser utilizado para **INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CREAS).**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 001/2017

CONTRATO Nº 017/2017, emitido em 22 de março de 2017.

FAVORECIDO: **ANTONIO CARDOZO**, CPF nº 058.580.168-12

PRAZO DE EXECUÇÃO: **1 ano**

VIGÊNCIA: Com **início em 27/03/2017 e término em 27/03/2018**, podendo ser prorrogado, de acordo com as Leis 8.666/1993 e 8.245/1991

VALOR MENSAL: **R$ 1.500,00** (mil e quinhentos reais)

VALOR GLOBAL: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais)

RECURSOS PRÓPRIOS

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 24, INCISO X DA LEI Nº 8.666/1993 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, COMBINADO COM A LEI 8.245/1991

São Félix do Araguaia (MT), em 27 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 034/2017
CONTRATO (A): PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 034/2017 –05/2017 PREGÃO
OBJETO - CONTRATAÇÃO DE UM ENGENHEIRO CIVIL PARA FISCALIZAR OS SERVIÇOS NESSE MUNICIPIO E OUTROS SERVIÇOS QUE FOR DE SUA COMPETÊNCIA (COMO AUTORIZAR A HABITE SE, APROVAR E ELABORAR PROJETOS E PLANILHAS, FAZER CÁLCULOS DE CUSTO DE OBRAS E FISCALIZAR A EXECUÇÃO E QUALIDADE DOS MATERIAIS CONFORME PLANILHAS, PARECERES TÉCNICOS, ENTRE OUTROS), CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.
VALOR TOTAL- O VALOR GLOBAL DO PRESENTE CONTRATO É DE R$ 25.200,00 (VINTE E CINCO MIL, E DUZENTOS REAIS) CONSTANTE DA PROPOSTA HOMOLOGADA EM 17/03/2017, ORIUNDO DA MULTIPLICAÇÃO DOS VALORES MENSAIS CONFORME DEMONSTRATIVO ABAIXO E PLANILHA-PROPOSTA ANEXA, QUE PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DO PRESENTE INSTRUMENTO:
DA VIGÊNCIA- O PRAZO PREVISTO PARA O PRESENTE CONTRATO SERÁ DE 09 (MESES) MESES, VIGORANDO PELO PERÍODO DE 27 DE MARÇO DE 2017 A 31 DE 12 DE 2017, PODENDO SER PRORROGADO NA FORMA DO INCISO II DO ART. 57 DA LEI N.º 8.666/93 E ALTERAÇÕES POSTERIORES.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 032/2017

CONTRATO (A): LÊDA BORGES NATES

OBJETO - A contratação para o cargo de Professor de Pedagogia (20 horas), conforme a Lei Municipal de nº 517 de 09 de abril de 2012, no Artigo 4º, para atender à necessidade temporária e excepcional interesse público.

VALOR TOTAL- A contratante pagará a contratada o valor global de R$ 2.883,90 (dois mil oitocentos e oitenta e três reais e noventa centavos), pagos mensalmente na quantia de **R$ 1.441,95 (um mil e quatrocentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos)**, cujo pagamento será juntamente com o dos demais servidores municipais.

DA VIGÊNCIA- O presente contrato tem vigência de **13/03/2017 a 13/05/2017**

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - FUNPREV - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTO - 2017

POLÍTICA ANUAL DE INVESTIMENTO - 2017

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao artigo 4°. da Resolução do Conselho Monetário Nacional n° 3.922 de 25 de novembro de 2010, apresenta-se a política anual de investimentos do FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência Social de São José do Povo/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ 15.808.565./0001-77, sediado à Rua José Salmen Hanse,nº924 nesta cidade comarca de São José do Povo/MT, CEP.78.773-000, para 2017.

A Política Anual de Investimentos do FUNPREV tem como objetivo definir o modelo de gestão que será próprio estabelecendo as diretrizes das aplicações dos recursos respeitando os limites de diversificação e concentração previstos na resolução CMN 3.922/2010 com redação dada pela 4. 392/2014 tendo em vista a necessidade de busca e manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial.

2. OBJETIVO DA GESTÃO

O objetivo da alocação dos recursos será a preservação do equilíbrio financeiro econômico – financeiro e atuarial, visando o atendimento da meta atuarial de 6% (seis por cento) ao ano de taxa de juros, acrescida da variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, medido pelo IBGE

– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, obedecendo aos limites de riscos por emissão e por segmento, bem como aos princípios de boa governança, da segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência, estabelecidos nesta Política Anual de Investimentos.

A Política Anual de Investimentos tem ainda, como objetivo especifico zelar pela eficiência na condução das operações relativas às aplicações dos recursos em moeda corrente cuja origem vem das contribuições dos servidores, do ente e das compensações previdenciárias, descontadas as despesas administrativas, buscando alocar os investimentos em instituições que possuam solidez patrimonial e grande experiência positiva no exercício da atividade de administração de grande volume de recursos.

Caso ocorram mudanças na legislação que, de alguma forma, tornem as diretrizes inadequadas, durante a vigência deste instrumento, esta Política e procedimentos dela decorrentes poderão ser revisados no curso de sua execução, de forma a evitar exposição desnecessária a riscos, preservando os interesses dos servidores deste RPPS.

3.DEFINIÇÃO DA METODOLOGIA DE SELEÇÃO DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos contendo, no total de sua composição, a maioria de seus membros certificados[1], constituído por ato será um órgão auxiliar no processo decisório quanto à formulação e execução desta política de investimento.

Zelar pela integridade e imparcialidade dos membros do Comitê de Investimentos, na condução e execução das operações de investimentos e desinvestimentos, com padrão ético e eficiência dos procedimentos técnicos, operacionais e de controle das aplicações, podendo contar com o assessoramento técnico profissional de instituições registradas na CVM que, comprovadamente, atuem na análise do mercado de capitais, de sorte a garantir maior segurança nas decisões que envolvem alocações de recursos.

Os investimentos específicos são definidos com base na avaliação risco/retorno, no contexto do portfólio global do RPPS.

Individualmente, os retornos dos ativos são projetados com base em um modelo que parte do cenário macroeconômico (global e local) e projeta os impactos desse cenário para o comportamento da curva futura de juros no caso da Renda Fixa, e para os diversos setores econômicos e empresas no caso da Renda Variável.

As informações utilizadas para a construção dos cenários e modelos acima descritos serão obtidas de fontes públicas e de consultorias privadas.

Os investimentos poderão acontecer de forma direta e/ou indireta:

Forma Direta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via Títulos Públicos Federais ou operações compromissadas dentro do limite permitido pela Resolução 3.922/10.

Forma Indireta: quando o(s) investimento(s) ou desinvestimento(s) ocorrerem via cotas de fundos investimentos também respeitando os limites desta Resolução.

Para fins de cômputo dos limites definidos nesta Política Anual de Investimentos, as aplicações no segmento de imóveis serão efetuadas exclusivamente com os imóveis transferidos por Lei para este RPPSs.

No caso de investimentos em Títulos Públicos Federais só poderão ser realizadas por meio de plataformas eletrônicas administrados por sistemas autorizados a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou pela Comissão de Valores Mobiliários.

Será permitida a contratação de consultorias independentes para auxiliar na definição dos investimentos e obrigações legais, desde que a consultoria seja devidamente autorizada a funcionar pela **CVM – Comissão de Valores Mobiliários**.

Nos investimentos em Fundos de Investimento Renda Fixa/Referenciada Fundo de Índice Renda Fixa, Funda de Investimento de Renda Fixa e Cotas de Fundos de Índices seus devidos regulamentos deverão respeitas as seguintes subordinações:

Que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País; e

Que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

4. LIMITAÇÕES, RESTRIÇÕES E VEDAÇÕES DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Devem ser observados os limites e as restrições de concentração dos investimentos financeiros na seguinte forma:

Os títulos e valores mobiliários de emissão de pessoa jurídica não podem exceder a 20% dos recursos em moeda corrente *do RPPS*.

As empresas financeiras, recebedoras de depósitos em poupança, não tenham controle societário detido pelo Estado.

As aplicações em títulos e valores mobiliários de emissão de instituição financeira, não podem exceder a 25% do patrimônio da emissora.

Os recursos destinados a investimentos em fundos de renda variável deverão respeitar o limite máximo de 20% dos recursos em moeda corrente *do RPPS*.

Os recursos destinados aos ativos citados na resolução 3922/2010 com redação dada pela 4.392/2014 no art. 7º, incisos III e IV, e art. 8º, inciso I, não podem exceder a 20% (vinte por cento) das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social.

O total das aplicações dos recursos do regime próprio de previdência social em um mesmo fundo de investimento deverá representar, no máximo, 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do fundo.

Está vedado aplicar recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento cujas carteiras contenham títulos que ente federativo figure como devedor ou preste fiança, aval, aceite ou coobrigação sob qualquer outra forma.

Estão proibidos todos os tipos de operações com derivativos, a não ser aquelas para proteção da carteira de fundos de investimentos, ainda assim limitadas a uma vez o patrimônio líquido do fundo.

Está vedado investimentos de recursos na aquisição de cotas de fundo de investimento em direitos creditórios não padronizados.

Está vedado qualquer investimento em Fundos de Investimentos ou Fundo em Cotas de Fundos de Investimentos, que não preveja em seu regulamento a impossibilidade de operações do tipo day-trade.

Estão vedados os investimentos em Fundos de Investimentos em gestoras ou administradoras que não se disponham a fornecer a carteira aberta dos fundos de investimentos, em período máximo defasado de cinco dias úteis da data do fechamento do mês, ou da data do investimento, ou ainda da data da solicitação.

Está proibida a atuação em modalidades operacionais ou negociar com duplicatas, títulos de crédito ou outros ativos que não os previstos na Resolução 3922/2010.

É vedado também aplicação em fundos multimercados com investimento no exterior, conforme trata nota técnica 07/2014/CGACI/DRPSP/SPPS/MPS.

5. CENÁRIO MACROECONÔMICO E PROJEÇÕES ECONÔMICAS

Para embasar as decisões de investimento do RPPS será elaborado cenário macroeconômico com revisões mensais. Para estas projeções com indicadores macroeconômicos de curto prazo do exercício de 2016 serão

usados o relatórios FOCUS do Banco Central e Relatório de Mercado da ANBIMA como base.

5.1 TAXA SELIC

Sendo a taxa SELIC o referencial de juros na economia brasileira, diante do cenário mundial e doméstico, o mercado é praticamente unânime na previsão de fechar o ano de 2016 em 13,50 por cento, e uma inflação que diferente do ano de 2015 até o atual momento permanece abaixo do teto[2] em 5,7 por cento;

A taxa SELIC segundo projeção para 2017 fechará com uma redução na taxa básica de juros em 11,00 por cento, de acordo com o relatório FOCUS do Banco Central divulgado em 28/10/2016.

Há dúvidas sobre as decisões do governo brasileiro a respeito da condução da política fiscal, seu ajuste ou do ritmo de reajustes dos preços administrados, dificultando para o Banco Central indicar para o mercado o comportamento esperado da inflação. Assim, qualquer decisão envolvendo alterações nos juros nesse momento teria um forte componente especulativo. Por essa razão, os prognósticos apontam para estabilidade da SELIC até meados de 2017.

5.2 SELIC META

A taxa básica da economia no Brasil, pois serve como parâmetro para todas as outras praticadas no mercado.

SELIC Meta 2015-2016:

SELIC Mensal 2014-2015:

5.2. INFLAÇÃO

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em 12 meses, até setembro de 2016, somou 8,47%, ultrapassando a meta central (4,5%). Em 2016 após as fortes repercussões na política econômica do Brasil, principalmente a mudança na presidência, que gerou alguns efeitos positivos na economia, apesar de poucos, no índice de inflação já é possível observar a gradual queda nos valores. Em setembro de 2016 o índice fechou com o menor valor mensal em mais de 20 anos no país, em 0,08% no mês. Estes resultados são muito promissores para os investidores que poderão arriscar mais e correr menores riscos.

O relatório FOCUS registrou previsão de fechamento em 2016 de 6,81 por cento e para 2017 de 4,97 por cento, mantendo a diminuição gradual das projeções. A expectativa é de um cenário novo, com maior segurança e liberdade, o Brasil começa a se recuperar da forte recessão econômica que começou no final de 2014, o resultado do ano de 2015 foi muito além do esperado, com uma inflação próxima aos 11 por cento. Este é o cenário aguardado para o ano de 2017 em relação a taxa de inflação.

5.3. PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB

O PIB que é a soma de bens e serviços do país vem sofrendo nos últimos trimestre queda consecutiva, em 2014 fechou muito próximo de zero, o que significa que o crescimento do Brasil estagnou. Porém em meio a um cenário econômico de muitas incertezas e instabilidades, o PIB em 2015 ficou negativo em todos os trimestres representando forte recessão da economia do país. Para 2016 a expectativa era de que o índice continuasse negativo próximo a -1,00 por cento, porém os resultados são piores do que se esperava, o PIB já se encontra a quase – 5,0 por cento com expectativas de fechar o ano de 2016 em -3,30 por cento.

Assim como todos os indicadores econômicos, o PIB também deverá apresentar melhores resultados no próximo ano, para 2017, segundo o Boletim FOCUS, o PIB fechará positivo pela primeira vez em dois anos, com valor positivo de aproximadamente 1 por cento.

5.4. TAXA DE CÂMBIO (2016/2017)

A taxa de câmbio também abaixou e em novembro de 2016 alcançou o valor de R$ 3,17. Para 2017 a expectativa é de abaixar para R$ 3,16. A desvalorização da taxa de câmbio incentiva a indústria que consequentemente melhora os índices econômicos.

"Tampouco a manutenção de uma taxa de câmbio real competitiva e sem grandes flutuações deve ser vista como condição suficiente para a retomada do investimento e para a robustez da atividade industrial; contudo, ela é absolutamente necessária, sem a qual o crescimento sustentado da produção da indústria nacional (à exceção de nichos) dificilmente será retomado." (Conteúdo da rede de internet e computadores[3])

6 ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Diante do cenário macroeconômico que o ano de 2016 vem apresentando e as perspectivas para o ano de 2017 as alocações nos segmentos de renda fixa, renda variável e imóvel deverá permanecer conforme os limites da Resolução 3922/2010 CMN possibilitando a diversificação dos investimentos. Segue abaixo os limites autorizados pela Resolução CMN 3.922/2010 com redação dada pela 4.392/2014, e para esse RPPS:

6.1 Segmento de Renda Fixa:

ATIVOS EM RENDA FIXA	Limite Legal	Limite RPPS
Títulos Tesouro Nacional – SELIC *Art. 7º, I, "a" - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 100%	100%
FI 100% Títulos Públicos TN *Art. 7º, I, "b" - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 100%	100%
Operações Compromissadas *Art. 7º, II - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 15%	0%
Fundo de Investimento Renda Fixa/ Referenciados *Art. 7º, III, "a" - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 80%	80%
Fundo de Índice Renda Fixa *Art. 7º, III, "b" - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 80%	80%
Fundo de Investimento de Renda Fixa *Art. 7º, IV, "a" - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 30%	30%
Cotas de Fundos de Índices *Art. 7º, IV, "b" - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 30%	30%
FI em Direitos Creditórios – Condomínio Aberto *Art.7º, VI - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 15%	5%
FI em Direitos Creditórios - Condomínio Fechado *Art. 7º, VII, "a"- Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 5%	5%
FI Renda Fixa "Crédito Privado" *Art. 7º, VII, "b" - Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 5%	5%
Poupança *Art. 7º, V, "a"- Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 20%	5%
Letras Imobiliárias Garantidas *Art. 7º, V, "b"- Resolução 3.922/2010 com redação dada da Resolução 4.392/2014 CMN*	Até 20%	5%

Para aplicação no segmento renda fixa as premissas abaixo devem ser seguidas:

Quando das operações diretas com títulos públicos, deverão ser observados os seguintes pontos:

a) abertura de conta segregada de custódia; b) pesquisas sobre níveis de preços em entidades reconhecidas; c) processo de tomada de preços via cotações de mercado; e d) uso de plataformas eletrônicas.

Nos investimentos em renda fixa direto via títulos públicos ou operações compromissadas (Resolução BCB 3339/06 e Resolução BCB 550/79) e nos investimentos indiretos via fundos de investimentos deverão ser levados em conta os seguintes riscos envolvidos nas operações:

Risco de crédito dos ativos: possibilidade do devedor não honrar seus compromissos.

Risco sistemático ou conjuntural: são os riscos que os sistemas econômicos, político e social, impõem ao governo.

Risco próprio: consiste no risco intrínseco ao ativo e ao subsistema ao qual o ativo pertença.

Risco de mercado: é o risco de oscilações de preços do ativo.

Risco de liquidez: também chamado risco financeiro. É conhecido pela falta de condição de pagamento do emissor ou ausência de mercado secundário daquele tipo de ativo.

Risco de contraparte: também conhecido como risco de coobrigação, é quando da securitização de dívida existe endosso por parte de terceiros e este também fica sem liquidez.

Risco legal: tipo de risco o qual o ativo objeto do investimento esteja sujeito a interpelação judicial.

Risco operacional: está ligado à incompetência ou à desonestidade dos administradores.

Notas de Rating: os ativos integrantes das carteiras ou seus respectivos emissores, conforme definido na Resolução 3.922/10, serão considerados de baixo risco de crédito, de acordo com classificação mínima (rating) estabelecida, por pelo menos uma das agências classificadoras de risco em funcionamento no País conforme tabela abaixo.

Investimentos em cotas de fundos de investimento classificados como renda fixa ou como referenciados em indicadores de desempenho de renda fixa, constituídos sob a forma de condomínio aberto e cuja política de investimento assuma ocompromisso de buscar o retorno de um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA) ou do Índice de Duração Constante Anbima (IDkA), com exceção de qualquer subíndice atrelado à taxa de juros de um dia.

Aplicações previstas no art. 7º incisos III e IV e alínea "b" do inciso VII deverão determinar nos regulamentos dos fundos que os direitos, títulos e valores mobiliários que compõem suas carteiras ou os respectivos emissores sejam considerados de baixo risco de crédito, com base, dentre outros critérios, em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País e que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

Aplicações previstas no inciso VI e alínea "a' do inciso VII, subordinam-se a que a série ou classe de cotas do fundo seja considerada de baixo risco de crédito e que o limite máximo de concentração em uma mesma pessoa jurídica, de sua controladora, de entidade por ela direta ou indiretamente controlada e de coligada ou quaisquer outras sociedades sob controle comum seja de 20% (vinte por cento).

Nas alternativas de investimentos que exigem avaliação de risco de crédito (rating), este RPPS utilizará a tabela abaixo como parâmetro. Nela estão descritas as notas das principais agencias classificadoras de risco, até a nota mínima aceita. Em caso de avaliação de risco de crédito executada por outra agência sua nota equivalente deverá ser estar compreendida com uma das do mesmo quadro:

Diante do cenário possível para alocação no segmento renda fixa tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente a meta atuarial.

6.2 Segmento em Renda Variável

Ativos em Renda Variável	Limite Legal	Limite RPPS
FI Ações Referenciados(Ibovespa, IBrX ou IBrX-50) *Art. 8º, I - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 30%	5%
FI de Índices Referenciados em Ações *Art. 8º, II - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 20%	5%
Fundos de Investimentos em Ações *Art. 8º, III - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 15%	5%
Fundos de Investimento Multimercado - Aberto *Art. 8º, IV - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 5%	5%
Fundos de Investimentos Imobiliários – cota negociadas em bolsa *Art. 8º, VI- Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 5%	Até 5%
Fundos Investimentos em Participações - Fechado *Art. 8º, V - Resolução 3.922/2010 CMN*	Até 5%	Até 5%

Para aplicação em Fundo de Ações as premissas abaixo devem ser seguidas:

A Política Anual de Investimentos, para a seleção de fundos de ações no que se refere a risco, basear-se-á em que o administrador ou gestor do fundo em questão utilize as seguintes metodologias de forma cumulativa ou isoladamente;

Value at Risk (VaR): fornece uma medida da pior perda esperada em ativo ou carteira para um determinado período de tempo e um intervalo de confiança previamente especificado;

Stress Testing: processo que visa identificar e gerenciar situações que possam causar perdas extraordinárias, com quebra de relações históricas, sejam temporárias ou permanentes;

Coeficiente Beta: unidade de medida que através da covariância entre ativos, mede o potencial que cada ativo isoladamente pode amplificar ou mitigar o risco do fundo através da aderência ao benchmark escolhido, avaliando assim o efeito da diversificação do fundo;

Índice de Sharpe: unidade de medida que através de estudos estatísticos mede a relação risco/retorno do fundo.

Adicionalmente, buscar uma seleção eficiente de gestores de fundo de investimento especializados em cada Artigo, pois trata-se de uma característica do segmento de renda variável.

Diante do cenário possível para alocação no segmento renda variável tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente a meta atuarial.

6.3 Segmento Imóveis

Conforme determina no art. 9º da Resolução 3.922/2010 as aplicações nesse segmento serão efetuados exclusivamente com imóveis vinculados por lei ao RPPS. Os imóveis poderão ser utilizados para aquisição de cotas de fundo de investimento imobiliário (FII), cujas cotas sejam negociadas na bolsa de valores.

Diante do cenário possível para alocação no segmento imóveis tentará buscar um retorno de rentabilidade equivalente a meta atuarial

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a execução desta Política Anual de Investimento e cumprimento da legislação em vigor, será obrigatória a realização de relatórios mensais, trimestrais, semestrais e anuais de rentabilidade, tendo como parâmetro de análise a variação dos Índices e Meta atuarial e o acompanhamento destes nas reuniões periódicas do Comitê de Investimento e/ou Conselho.

No tocante a operacionalidade de credenciamento e seleção de prestadores de serviços serão observados os aspectos determinados pela Portaria MPS 519 alterada pela Portaria 440/13.

São José do Povo, 10 de novembro de 2016.

_____

Eurípedes Garcia de Moura

CPF: 304.028.321-9

Gestor do RPPS

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - FUNPREV - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 002/2016, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016

RESOLUÇÃO Nº 002/2016, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2016

O Conselho Curador Previdenciário do FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência Social, no uso de suas atribuições e competências que lhe são conferidas pela Lei n. 316, de 16 de junho de 2005, por seu Regimento Interno, e

Considerando a deliberação tomada em reunião extraordinária realizada em 10 de novembro de 2016;

Considerando o disposto no Art. 4º da Resolução CMN 3922, de 25 de novembro de 2010, onde determina que os responsáveis pela gestão do

Regime Próprio de Previdência Social, deverão definir a Política Anual de Investimentos dos recursos em moeda corrente;

RESOLVE:

Art. 1o O FUNPREV - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, adotará a Política Anual de Investimentos anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de novembro de 2016.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

São José do Povo/MT, 10 de novembro de 2016.

Osmar Borges da Costa

Presidente do Conselho do Previdenciário

MEMBROS:

Vera Lúcia Guimarães Rodrigues Paulo Gomes de Oliveira

Reinan Silva Souza Juscélia Camilo

Arnaldo Francisco Duarte Rejane da Silva Costa

Dilma Flores Farias Eurípedes Garcia de Moura

Arlene de Souza Oliveira Maria Lopes Duarte

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE CONCESSÃO DE LICENÇA-PRÊMIO

PORTARIA Nº 013/2017 DE 15 DE MARÇO DE 2017

Dispõe sobre **Concessão de Licença-Prêmio** ao Servidor Municipal **MARCOS ANTONIO NUNES** e dá outras providências.

EURIPEDES GARCIA DE MOURA, SECRETÁRIO DE GOVERNO E GABINETE DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO POVO – MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em lei, etc.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Conceder 01 (um) mês de Licença-Prêmio referente ao período aquisitivo de **05/05/2006 a 04/05/2011**; conforme Lei n.º 280/2004 (Regime Jurídico Único Dos Servidores Públicos Do Município De São José Do Povo),Art. 102, considerando os Artigos 103 e 104, ao funcionário**MARCOS ANTONIO NUNES**, Servidor Efetivo**,** portador do RG nº 627021 SSP-MT e inscrito no CPF sob o nº 487.373.051-15, no cargo de Auxiliar de Serviços de Manutenção, lotado na Secretaria Municipal de Obras, **sendo o afastamento em 15/03/2017 e retorno em 15/04/2017.**

ARTIGO 2º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

SECRETARIA DE GOVERNO E GABINETE

São José do Povo – MT; 15 de março de 2017.

_____

EURIPEDES GARCIA DE MOURA

Secretário de Governo e Gabinete

Registrado nesta Secretaria e publicada

No Jornal Oficial da AMM-MT nº_____ ____/____/_____.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 011/2017 – RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar, que o julgamento do certame supracitado resultou vencedora a Empresa: **INVIOLÁVEL SÃO JOSÉ DO RIO CLARO ELETROELETRONICOS LTDA-ME, CNPJ: N°** 17.581.953/0001-93**,** com o valor total de R$ 110.500,00 (Cento e dez mil e quinhentos reais). São José do Rio Claro – MT., 27 de Março de 2017. **Angela Rodrigues de Matos** – Pregoeira Oficial

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro - MT, torna público a todos os interessados a RETIFICAÇÃO da publicação AVISO DE PRORROGAÇÃO DO PREGÃO Nº 013/2017, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso do dia 27 de Março de 2017, pag. 207 e no Jornal Diário de Cuiabá do dia 25 e 26 de Março de 2017, ONDE SE LÊ: 07 de Março, LEIA-SE: 7 de Abril. São José do Rio Claro-MT, 27 de Março de 2017. **Angela Rodrigues de Matos** – Pregoeira Oficial

COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2017 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

O Sr. *VALDOMIRO LACHOVICZ*, Prefeito Municipal de *SÃO JOSÉ DO RIO CLARO*, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público nº. 001/2015, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT, situado na Rua Paraíba, 355, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, munido dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Vigia		
Colocação	**Inscrição**	**Nome**
01	1705	Marisa Aparecida Franco da Silva
02	0744	Rosimar Ribeiro da Silva
03	0962	Valdinei Eustaque Rosa
04	1461	Joanderson Nunes Marinho Vasto
05	0447	Rogério Gomes de Assis
06	1442	Simone de Oliveira Santos
07	0887	Rosenilda Pereira Vicente
08	0133	Daiana Santos da Silva
Cozinheira(Educ)		
06	960	Elizanete Aparecida Lemes
Auxiliar de Serviços Gerais (Educ)		
11	0018	Salete Ribeiro
12	1450	Valquíria Aparecida Bezerra
Monitor de Esportes		
2	770	Claudenir Araujo Bressan

São José do Rio Claro – MT, 23 de março de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2017, CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso, e a Pessoa Física: **JOSÉ CARLOS DA SILVA,** portador da Cédula de Identidade do RG

nº 298.601 SSP/MT e do CPF sob nº 329.597.371-72, residente e domiciliado à Rua Rio Claro, n°. 401, Jardim Popular, nesta cidade e Comarca de São José dos Quatro Marcos – MT. Objeto do presente contrato: **Loca um imóvel residencial localizado na Rua Santa Catarina, nº 563, Quadra 29, Lote 02, Centro, CEP 78.285.000. Tendo como finalidade a locação do imóvel para o Centro de Atendimento do CAPS (Centro de Apoio Psicossocial), com vigência de 12 (doze) meses**. Valor global de **R$ 13. 200,00** (Treze Mil e Duzentos Reais), que será pago em parcelas mensais de **R$ 1.100,00** (Um Mil e Cem Reais).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO N.º 001/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA – MT**, através da Comissão Permanente de Licitação torna público que realizará Licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS** de **nº. 001/2017** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** sob a forma de EXECUÇÃO INDIRETA, em regime de **EMPREITADA GLOBAL,** tendo por objeto**:** "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DO CENTRO DE MÚLTIPLO USO",** nos termos da Lei Federal n.º 8666/93 e alterações posteriores, a realizar-se no **dia 13 de Abril de 2017- 08h30-min - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.saopedrodacipa.mt.gov.br ou na Prefeitura, Rua Rui Barbosa, nº 335, Centro, SÃO PEDRO DA CIPA - MT, das 13:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (66)3418-1500. São Pedro da Cipa-MT, 28 de Março de 2017.Fabiana Nunes Ruiz Silva Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

CONTRATO Nº 005/2017 - PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO nº 05/2016 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SEM DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA.

Que fazem, de um lado, **CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL/MT**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida em Sapezal/MT., na Av. do Jaú, n.º 1.359 SW, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.639.708/0001-50, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **MÁRCIO JORGE BONIFÁCIO**, brasileiro, amasiado, portador da cédula de identidade RG n. 649517 SSP/RO e inscrito no CPF/MF sob o n.º 632.239.532-72, residente e domiciliado na Rua das Azaleias, 942 SW, Cidezal II -Sapezal(MT), denominada CONTRATANTE e, de outro lado a empresa **OI S/A**, com sede na Rua do Lavradio, 71, 2º andar, centro – Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.230-070 inscrita no CNPJ/MF sob nº 76.535. 764/0001-43, neste ato representada pelos seus procuradores, Sra. **KENIA GOMES DE OLIVEIRA**, portadora da Identidade RG nº 91002394654 SSP/CE e CPF nº 584.310.553-91, o Sr. **ROBERTO WAGNER SANDRIN**, portador do Identidade RG nº 23404042-7 SSP/SP e CPF nº 095.661. 468-09, de ora em diante denominada simplesmente CONTRATADA, resolvem aditar o contrato supra citado, mediante os termos das cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo de duração do contrato conforme previsto n a CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA do Instrumento Originário, iniciando-se em 03 de Março de 2017, findando-se em 03 de Março de 2018.

CLÁUSULA SEGUNDA: A celebração do presente aditivo contratual encontra lastro no permissivo contido no art. 57, II da Lei Federal n.º 8.666/93, haja vista a forma continuada de seu fornecimento, especialmente porque significa condição vantajosa à administração pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas e condições do contrato primitivo permanecem inalteradas e ratificadas neste instrumento.

Assim, por estarem em tudo justos e contratados, firmam o presente aditivo contratual em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentárias.

Sapezal/MT., 02 de Março de 2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE SAPEZAL

MÁRCIO JORGE BONIFÁCIO

CONTRATANTE

KENIA GOMES DE OLIVEIRA **OI S/A** **CONTRATADA**	**ROBERTO WAGNER SANDRIN** **OI S/A** **CONTRATADA**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017.

AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Serra nova Dourada - MT torna público aos interessados o resultado da Licitação realizada na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017, cujo objeto e o **Pregão Presencial para a Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para o centro de Saúde da Familia em Serra Nova Dourada – MT, em Atendimento a Portaria n.º 1.743 de 22 de outubro de 2015, Proposta n.º 14117.825000/1150-01, emenda parlamentar do Senador Blairo Maggi.** Aberto no dia 24 de março de 2017, às 09h00min (horário oficial de Brasília - MT), tendo como vencedores as empresas abaixo:

Resultado do Pregão:

RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES – LTDA - ME, inscrito no CNPJ n.º 12.313.826/0001-90.

EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE						
Item	**Cod. Do Item**	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
04	423556-8	**Bomba de Vácuo até 2HP/CV.** **Especificação:** Potência/Vácuo – 0,5 HP/450 mmHg, Ambiente Sala de Curativos.	Unid.	01	R$ 2. 000,00	R$ 2. 000,00
07	184774-0	**Balde a Pedal.** **Especificação:** Capacidade Mínimo de 05 Litros, Material de Confecção em Polipropileno.	Unid.	16	R$ 100,00	R$ 1. 600,00
21	184004-5	**Esfigmomanômetro Infantil.** **Especificação:** Material de Confecção em tecido de algodão, Braçadeira / Fecho em metal.	Unid.	04	R$ 84,00	R$ 336,00
22	145184-7	**Estetoscópio Adulto.** **Especificação:** Tipo Duplo, Auscultador em Aço Inoxidável.	Unid.	03	R$ 100,00	R$ 300,00
24	191685-8	**Esfigmomanômetro Obeso.** **Especificação:** Material de Confecção em Tecido em Algodão, Braçadeira / Fecho em Metal.	Unid.	02	R$ 135,00	R$ 270,00

27	177598-7	**Estetoscópio Infantil.** **Especificação:** Auscultador em Aço Inoxidável, tipo Duplo.	Unid.	02	R$ 90,00	R$ 180,00
29	330449-3	**Balde/ Lixeira.** **Especificação:** Material de Confecção em Aço Inoxidavel, Capacidade de no Minimo 10 Litros, Com Tampa.	Unid.	04	R$ 103,00	R$ 412,00
38	224783-6	**Esfigmomanômetro Adulto.** **Especificação:** Material de confecção em tecido em Algodão, Braçadeira / Fecho em Metal.	Unid.	06	R$ 98,00	R$ 588,00
43	144240-6	**Otoscópio.** **Especificação:** Composição – Mínimo de 05 Espéculos Reusáveis, Bateria Convencional.	Unid.	03	R$ 337,00	R$ 1. 011,00
46	185114-4	**Colposcópio.** **Especificação:** Com Braços, Câmera, Monitor, Aumento fixo.	Unid.	01	R$ 16. 000,00	R$ 16. 000,00
49	242483-5	**Bisturi Elétrico (Até 165 W).** **Especificação:** Função Bipolar, Microprocessado, Potência mínimo de 100W, Com alarmes.	Unid.	02	R$ 2. 000,00	R$ 4. 000,00
50	49105-5	**Detector Fetal.** **Especificação:** Tipo Portátil, Tecnologia Digital.	Unid.	02	R$ 698,00	R$ 1. 396,00
54	428874-2	**Central de Nebulização.** **Especificação:** Numero de saídas 04, Potencia Mínima de ¼ de HP.	Unid.	01	R$ 1. 795,00	R$ 1. 795,00
TOTAL					**R$ 29.888,00**	

OP QUIRINO DISTRIBUIDORA EIRELI-ME, inscrito no CNPJ n.º 22.228.679/0001-03.

EQUIPAMENTOS / MATERIAL PERMANENTE						
Item	**Cod. Do Item**	**Descrição**	**Unid.**	**Quant.**	**Valor Unit.**	**Valor Total**
03	405994-8	**Cadeira.** **Especificação:** Material de Confecção em Aço/Ferro Pintado, Sem Braços, Assento/Encosto em Polipropileno.	Unid.	15	R$ 80,00	R$ 1. 200,00
06	256888-8	**Foco Refletor Ambulatorial.** **Especificação:** Iluminação Halogênio, Haste Flexível.	Unid.	02	R$ 350,00	R$ 700,00
08	387491-5	**Armário Vitrine.** **Especificação:** 02 Portas, Material de Confecção em Aço/Ferro Pintado, Laterais de Vidro.	Unid.	01	R$ 800,00	R$ 800,00
09	174709-6	**Mesa de Mayo.** **Especificação:** Material de Confecção em Aço/ Ferro Pintado.	Unid.	03	R$ 223,50	R$ 670,50
12	258930-3	**Estante.** **Especificação:** Capacidade / Prateleiras - Mínimo de 100 KG / 06 Prateleiras, com reforço.	Unid.	05	R$ 210,00	R$ 1. 050,00
13	281586-9	**Armário.** **Especificação:** Dimensões Mínimas / Material de Confecção: 1,80 x 0,75 M / Aço.	Unid.	15	R$ 360,00	R$ 5. 400,00
14	30392-5	**Mesa de Exames.** **Especificação:** Posição do Leito Móvel, Material de Confecção em Aço/ Ferro Pintado, Acessórios com Suporte para Papel.	Unid.	05	R$ 535,00	R$ 2. 675,00
15	374784-0	**Computador (Desktop-Básico).** **Especificação:** Processador no Mínimo Intel CORE I3 ou AMD A10, Memória RAM 4GB, DDR3, 1600 MHz, Disco Rígido Mínimo de 500 GB, Tipo de Monitor 18,5" (1366 x 768), Mouse UBS, 800 DPI, 2 Botões, Scrol (com fio), Fonte Compatível com o Item, Sistema Operacional Windows 7 Pro (64 BITS), Garantia Minima de 12 Meses, Teclado UBS, ABNT2, 107 Teclas (com fio), Interfaces de rede 10/100/1000 e Wifi, Interfeces de Video Integrada, Unidade de Disco Ótico CD/DVD ROM.	Unid.	04	R$ 2. 000,00	R$ 8. 000,00
16	155321-6	**Mesa para Computador.** **Especificação:** Base em Madeira/MDP/MDF/Similar, Material de Confecção em Madeira/MDP/MDF/Similar, Divisões de 03 a 04 Gavetas, Suporte para CPU, Suporte para o Teclado, Suporte para a Impressora.	Unid.	03	R$ 500,00	R$ 1. 500,00
20	188761-0	**Cadeira para Coleta de Sangue.** **Especificações:** Material de Confecção em Aço/ Ferro Pintado, Braçadeira Regulável.	Unid.	01	R$ 390,00	R$ 390,00
23	31355-6	**Comadre.** **Especificação:** Em Aço Inoxidável, tipo pá, com acabamento polido, livre de arestas ou rebarbas que de alguma forma possa machucar o paciente, com alça para transporte incorporado, com capacidade de no mínimo 2,0 litros.	Unid.	02	R$ 119,00	R$ 238,00
26	257770-4	**Papagaio.** **Especificação:** Material de Confecção em Aço Inoxidável.	Unid.	02	R$ 90,00	R$ 180,00
28	150598-0	**Poltrona Hospitalar.** **Especificação:** Material de Confecção, Armação Baixa em Aço / Ferro Pintado, Assento / Encosto em estofado Courvin, Capacidade de 120 Kg, Reclinação Acionamento Manual, Descanso para os pés integrado.	Unid.	01	R$ 900,00	R$ 900,00
32	153866-7	**Mesa para Impressora.** **Especificação:** Estrutura em Aço/Ferro Pintado, Dimensões Míninas de 80 x 60 x 70 cm, Tampo de Madeira/ MDP/MDF/Similar.	Unid.	02	R$ 160,00	R$ 320,00
33	407021-6	**Longarina.** **Especificação:** Assento/Encosto em Polipropileno, Numero de Assentos 02 Lugares.	Unid.	10	R$ 280,00	R$ 2. 800,00
35	117111-9	**Laringoscópio Infantil.** **Especificação:** Composição em 03 Lâminas Aço Inóx.	Unid.	02	R$ 500,00	R$ 1. 000,00
36	431704	**Reanimador Pulmonar Manual Pediátrico (Ambu).** **Especificação:** Reanimador, Material Silicone, Tipo Manual, Capacidade Cerca de 500 ml, Componentes Reservatório de O2, Máscara Silicone, Tamanho Infantil, Esterilidade Esterilizavel.	Unid.	02	R$ 138,90	R$ 277,80
37	289509-9	**Laringoscópio Adulto.** **Especificação:** Composição de 05 Lâminas Aço Inóx.	Unid.	02	R$ 730,00	R$ 1. 460,00
39	294150	**Reanimador Pulmonar Manual Adulto (Ambu).** **Especificação:** Reanimador, Silicone, Manual, Reservatório com 2.500ml, Mascara tipo Concha, Rigida e Translúcida, Válvula de não Reinalação, Autoclavável, Tamanho Adulto.	Unid.	02	R$ 138,90	R$ 277,80
41	244225-6	**Balança Antropométrica Infantil.** **Especificação:** Modo de Operação Digital.	Unid.	02	R$ 800,00	R$ 1. 600,00
42	228326-3	**Balança Antropométrica Adulto.** **Especificação:** Modo de Operação Digital.	Unid.	02	R$ 1. 185,00	R$ 2. 370,00
44	103634-3	**Mesa Ginecológica.** **Especificação:** Material de Confecção em Aço/Ferro Pintado, Posição do Leito Móvel.	Unid.	03	R$ 1. 035,00	R$ 3. 105,00
47	75907-4	**Lanterna Clínica.** **Especificação:** Material de confecção em alumínio, tipo Led.	Unid.	01	R$ 45,00	R$ 45,00
48	221745-7	**Estadiômetro Portátil.** **Especificação:** Equipamento tipo trena, portátil, compacto e com mola retrátil, para medição de estatura de indivíduos em posição ereta e vertical, com lança de medição, Confecção em lamina de aço inox AISI-304	Unid.	02	R$ 300,00	R$ 600,00

		que possibilite a higienização sem deterioração da escala de medição gravada, Visor frontal com divisão de 1mm, com faixa de indicação mínima de 0 a 210 cm, e com escala numerada a cada centímetro, peso máximo aproximado de 300 g.				
51	57569-0	**Dermatoscópio.** **Especificação:** Aumento de 10X, Iluminação Halogênio.	Unid.	01	R$ 1.185,00	R$ 1.185,00
52	434242-9	**Oftalmoscópio.** **Especificação**: Bateria Convencional, composição mínimo de 03 aberturas e 19 lentes.	Unid.	01	R$ 675,00	R$ 675,00
53	24911-4	**Suporte de Soro.** **Especificação:** Material de Confecção em Aço/ Ferro Pintado, Tipo Pedestal altura Regulável.	Unid.	02	R$ 150,00	R$ 300,00
TOTAL						**R$ 39.719,10**

Os interessados poderão obter informações referentes ao processo na sede da Prefeitura Municipal no horário das 08h00min às 12h00min e as 14h00min às 18h00min ou pelo telefone (66) 3473-1008 e também pelo e-mail – licitacao_snd@hotmail.com.

Serra Nova Dourada - MT, em 27 de março de 2017.

Atenciosamente,

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 011/2017.

P.M.S.N.D.

TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

TERMO DE POSSE EM CONCURSO PÚBLICO

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março de 2017 (dois mil e dezessete) na Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada-MT, sito à Rua Três, S/N Centro nesta cidade, no Gabinete do Prefeito Municipal, na presença do Prefeito Municipal Sr. José Ocimar Gomes da SilvaAguiar e do Secretário de Administração Sr. Mario Augusto de Queiroz Cardoso, toma posse no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais a Sr.ª ROSANGELA DA SILVA PARENTE, portadora da Cédula de Identidade/RG nº 1801342-2 SSP/MT e CPF sob nº 016.182.361-05, em cumprimento ao 6º Edital de Convocação, sendo inicialmente lotada no Setor SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO sob Regime Estatutário de Trabalho e que somente adquirirá a estabilidade no serviço público municipal se for aprovado no estágio probatório durante o período de 36 (trinta e seis) meses, de acordo com as normas do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Serra Nova Dourada-MT.

Em Serra Nova Dourada/MT, 23 de março de 2017.

José Ocimar Gomes da Silva Aguiar Mario Augusto de Queiroz Cardoso

Prefeito Municipal Secretario Administração e Planejamento

Rosangela da Silva Parente

AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017.

AVISO DE RESULTADO LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017.

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Serra nova Dourada - MT torna público aos interessados o resultado da Licitação realizada na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017, cujo objeto e o **Pregão Presencial com Registro de Preço para a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de locação de veiculo com motorista para uso no transporte escolar municipal, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer de Serra Nova Dourada - MT.** Aberto no dia 20 de março de 2017, às 09h00min (horário oficial de Brasília - DF), tendo como vencedor a empresa **JULIANO BIONDO - ME, inscrito no CNPJ n.º 10.595.925/0001-86, dos itens 01 a 04, conforme os valores abaixo registrados:**

ITEM 01					
Descrição.	**Dias Letivos**	**KM / Dia.**	**KM Total**	**Valor por KM.**	**Valor Total.**
LOCAÇÃO DE **MICRO-ONIBUS ESCOLAR** PARA **LINHA 01 – XARÁ (RABISQUIM),** COM MOTORISTA, PARA SEREM UTILIZADOS NO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, TENDO COMO PONTO A SEREM DEFINIDOS DE ACORDO COM A ADMINISTRAÇÃO, SENDO LINHAS NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO. ***CAPACIDADE MÍNIMA DE 14 PASSAGEIROS***, SENDO QUE CADA CRIANÇA CORRESPONDE A UM LUGAR SENTADO NO VEÍCULO, NÃO PODENDO A LOTAÇÃO DO MESMO A SER EXCEDIDA. TODOS OS LUGARES DO VEÍCULO UTILIZADO NO TRANSPORTE DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM CINTO DE SEGURANÇA, DEVIDAMENTE HOMOLOGADOS, CUJA UTILIZAÇÃO É OBRIGATÓRIA. A CERTIFICAÇÃO DOS MOTORISTAS DEVERÁ SER DE ACORDO COM AS EXIGENCIAS DA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO VIGENTES, OU SEJA, CARTEIRA DE HABILITAÇÃO “D” OU “E”. O VEICULO DEVE ESTAR DENTRO DAS NORMAS EXIGIDAS PELA LEI, COM FAIXAS AMARELAS.	200	150	30.000	***R$ 4,50***	***R$ 135.000,00***
ITEM 02					
LOCAÇÃO DE **MICRO-ONIBUS ESCOLAR** PARA **LINHA 02 – NOVA UNIÃO**, COM MOTORISTA, PARA SEREM UTILIZADOS NO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, TENDO COMO PONTO A SEREM DEFINIDOS DE ACORDO COM A ADMINISTRAÇÃO, SENDO LINHAS NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO. ***CAPACIDADE MÍNIMA DE 25 PASSAGEIROS,*** SENDO QUE CADA CRIANÇA CORRESPONDE A UM LUGAR SENTADO NO VEÍCULO, NÃO PODENDO A LOTAÇÃO DO MESMO A SER EXCEDIDA. TODOS OS LUGARES DO VEÍCULO UTILIZADO NO TRANSPORTE DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM CINTO DE SEGURANÇA, DEVIDAMENTE HOMOLOGADOS, CUJA UTILIZAÇÃO É OBRIGATÓRIA. A CERTIFICAÇÃO DOS MOTORISTAS DEVERÁ SER DE ACORDO COM AS EXIGENCIAS DA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO VIGENTES, OU SEJA, CARTEIRA DE HABILITAÇÃO “D” OU “E”. O VEICULO DEVE ESTAR DENTRO DAS NORMAS EXIGIDAS PELA LEI, COM FAIXAS AMARELAS.	200	135	27.000	***R$ 4,95***	***R$ 133.650,00***
IETM 03					
LOCAÇÃO DE **VAN ESCOLAR** PARA **LINHA 03 – EXTENSÃO BORDOLANDIA (MATA)**, COM MOTORISTA, PARA SEREM UTILIZADOS NO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, TENDO COMO PONTO A SEREM DEFINIDOS DE ACORDO COM A ADMINISTRAÇÃO, SENDO LINHAS NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO. ***CAPACIDADE MÍNIMA DE 14 PASSAGEIROS***, SENDO QUE CADA CRIANÇA CORRESPONDE A UM LUGAR	200	86	17.200	***R$ 3,73***	***R$ 64.156,00***

SENTADO NO VEÍCULO, NÃO PODENDO A LOTAÇÃO DO MESMO A SER EXCEDIDA. TODOS OS LUGARES DO VEÍCULO UTILIZADO NO TRANSPORTE DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM CINTO DE SEGURANÇA, DEVIDAMENTE HOMOLOGADOS, CUJA UTILIZAÇÃO É OBRIGATÓRIA. A CERTIFICAÇÃO DOS MOTORISTAS DEVERÁ SER DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO VIGENTES, OU SEJA, CARTEIRA DE HABILITAÇÃO "D" OU "E". O VEÍCULO DEVE ESTAR DENTRO DAS NORMAS EXIGIDAS PELA LEI, COM FAIXAS AMARELAS.					
ITEM 04					
LOCAÇÃO DE **VAN OU MICRO-ONIBUS ESCOLAR** PARA **LINHA 04 – FORTALEZA, CONDÃO, RIOZINHO, ARARÁ E TIO URBANO**, COM MOTORISTA, PARA SEREM UTILIZADOS NO TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO, NO PERÍODO MATUTINO E VESPERTINO, TENDO COMO PONTO A SEREM DEFINIDOS DE ACORDO COM A ADMINISTRAÇÃO, SENDO LINHAS NA ÁREA RURAL DO MUNICÍPIO. ***CAPACIDADE MÍNIMA DE 14 PASSAGEIROS***, SENDO QUE CADA CRIANÇA CORRESPONDE A UM LUGAR SENTADO NO VEÍCULO, NÃO PODENDO A LOTAÇÃO DO MESMO A SER EXCEDIDA. TODOS OS LUGARES DO VEÍCULO UTILIZADO NO TRANSPORTE DEVEM ESTAR EQUIPADOS COM CINTO DE SEGURANÇA, DEVIDAMENTE HOMOLOGADOS, CUJA UTILIZAÇÃO É OBRIGATÓRIA. A CERTIFICAÇÃO DOS MOTORISTAS DEVERÁ SER DE ACORDO COM AS EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO VIGENTES, OU SEJA, CARTEIRA DE HABILITAÇÃO "D" OU "E". O VEÍCULO DEVE ESTAR DENTRO DAS NORMAS EXIGIDAS PELA LEI, COM FAIXAS AMARELAS.	200	140	28.000	***R$ 5,00***	***R$ 140.000,00***

Por apresentar o menor valor e atender todos os requisitos do Edital. Os interessados poderão obter informações referentes ao processo na sede da Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada – MT, no horário das 08h00min às 12h00min e as 14h00min às 18h00min ou pelo telefone (66) 3473-1008 e também pelo e-mail – licitacao_snd@hotmail.com.

Serra Nova Dourada - MT, em 27 de março de 2017.

Atenciosamente,

Jean Flávio dos Santos Milhomem.

Pregoeiro.

Portaria n.º 011/2017.

P.M.S.N.D.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 625/2017

DATA: 24 de março de 2017

SÚMULA: Designa o servidor LIOMAR COSTA REPEZUK para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 002/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor LIOMAR COSTA REPEZUK, matrícula nº 12742, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº 002/2017 que trata da *"Aquisição de Grupo Gerador de 220 KVA, destinado ao Aeroporto Municipal Presidente João Batista Figueiredo em Sinop/MT, atendendo a Secretaria Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamentos"*, referente ao Pregão Eletrônico nº 002/2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 24 de março de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 590/2017

DATA: 17 de março de 2017

SÚMULA: Designa os servidores que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designa os servidores que menciona, conforme segue:

MATR	NOME	CARGO EFETIVO	CE	DESIGNAÇÃO	SECRETARIA	CC	DATA
10184	ALZENI PEREIRA DE OLIVEIRA	ASSISTENTE SOCIAL	25	COORD. 1	ASS. SOCIAL	24	01/03/2017
1999	ANGELA MARIA ALGAYER DOS SANTOS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	COORD. 1	ASS. SOCIAL	24	01/03/2017
7895	CARLENE MARIA OLIVEIRA SODRE	ASSISTENTE SOCIAL	25	COORD. 3	ASS. SOCIAL	26	01/03/2017
1180	DENILSON GRACIANO DO NASCIMENTO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	SUPERVISOR 1	ASS. SOCIAL	28	01/03/2017
2379	LENIR DALLALBA QUALIO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	07	SUPERVISOR 1	ASS. SOCIAL	28	01/03/2017
11923	MARINET APARECIDA MARIANO DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	25	COORD. 3	ASS. SOCIAL	26	01/03/2017
2803	ADEIR DE AMORIM	VIGIA	05	COORD. 3	EDUCAÇÃO	26	01/03/2017
6510	FABIO JUNHIOR DIAS	ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR - 40 HS	30-02	COORD. 3	EDUCAÇÃO	26	01/03/2017

6615	TAIZE AVRELLA	AGENTE DE DES. INFANTIL III	14	COORD. 3	EDUCAÇÃO	26	01/03/2017
11733	EDNILSON JOSE DA SILVA FERNANDES	MOTORISTA IV	14	SUPERVISOR 1	EDUCAÇÃO	28	01/03/2017
0898	ELIGIO JOAO AGNES	MOTORISTA I	07	SUPERVISOR 1	EDUCAÇÃO	28	01/03/2017
7892	DECIO FRANZENER	AGENTE DE DES. INFANTIL III	14	SUPERVISOR 1	EDUCAÇÃO	28	01/03/2017
1479	ALCIDES BOARD	MOTORISTA II	10	SUPERVISOR 1	EDUCAÇÃO	28	01/03/2017
7557	ADEMIS DA SILVA FERNANDES	AUX. COORD. PEDAGOGICA 40 HS	30-02	SUPERVISOR 1	EDUCAÇÃO	28	01/03/2017
9203	FABIANO FERNANDES DE AVILA	ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR - 40 HS	30-02	SUPERVISOR 1	EDUCAÇÃO	28	01/03/2017
2038	ADÃO SEVERO SILVEIRA	MOTORISTA II	10	ASSISTENTE 1	OBRAS	30	01/03/2017
7898	APARECIDO JOSE DE MELO	PINTOR DE OBRAS	10	ASSISTENTE 1	OBRAS	30	01/03/2017
4787	EDELSON GOMES PEREIRA	CARPINTEIRO	10	ASSISTENTE 1	OBRAS	30	01/03/2017
6833	ADILSON ANICETO ROCHA	OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS	08	ASSISTENTE 2	OBRAS	31	01/03/2017
8285	ANTONIO NELSON DE OLIVEIRA	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	16	ASSISTENTE 2	OBRAS	31	01/03/2017
2339	CELSO SILVA FERREIRA	MECÂNICO MANUT. MAQUINAS PESADAS	19	ASSISTENTE 2	OBRAS	31	01/03/2017
7188	EDSON BORGES DE AGUIAR	PINTOR DE LETREIRO	17	ASSISTENTE 2	OBRAS	31	01/03/2017
0704	ELIO DE SOUZA	MOTORISTA II	10	ASSISTENTE 2	OBRAS	31	01/03/2017
0147	GENESIO HENRIQUE CORREA	MOTORISTA II	10	ASSISTENTE 2	OBRAS	31	01/03/2017
0213	MIRO ANTONIO SCHU	OPERADOR DE MOTONIVELADORA	16	ASSISTENTE 2	OBRAS	31	01/03/2017
0067	APARECIDO DONIZETE BENTO DE SOUZA	MOTORISTA II	10	COORD. 3	OBRAS	26	01/03/2017
7587	PAULO FRANCISCO ROSA	MOTORISTA II	10	COORD. 3	OBRAS	26	01/03/2017
2410	VALDIR OLIVEIRA DE LIMA	MOTORISTA II	10	COORD. 3	OBRAS	26	01/03/2017
9264	JEAN RAITZ DA SILVA	MOTORISTA II	10	COORD. 4	OBRAS	27	01/03/2017
2511	WILSON ANICETO ROCHA	OPERADOR DE TRATOR DE PNEUS	08	COORD. 4	OBRAS	27	01/03/2017
9129	JOEL MEYER	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	DIRETOR EX. OBRAS	OBRAS	19	01/03/2017
7356	ADELAIDE CRISTINA BERTI GOMES	EDUCADOR SOCIAL 40 HS	67	GERENTE 2	OBRAS	22	01/03/2017
4249	IVANIR FERNANDES GOMES	TECNICO DE ENFERMAGEM	16	ASSISTENTE 1	SAÚDE	30	01/03/2017
7736	MARCIA CRISTINA BARBOSA	ENFERMEIRO 40 HS	25	ASSISTENTE 1	SAÚDE	30	01/03/2017
8095	NEOCIMAR SARAIVA CORREIA	BIOMEDICO	25	ASSISTENTE 1	SAÚDE	30	01/03/2017
4339	RUBIA VANESCA DAL MASO	ENFERMEIRO 40 HS	25	ASSISTENTE 1	SAÚDE	30	01/03/2017
6652	MICHELLY LAURA SANTANA DE SOUZA	FISIOTERAPEUTA	25	ASSISTENTE 1	SAÚDE	30	01/03/2017
4382	JOVANA FREIRE DE CARVALHO	TECNICO DE ENFERMAGEM	16	ASSISTENTE 1	SAÚDE	30	01/03/2017
8732	ROSELI MARTINS MOIA NAVES	CIRURGIÃO DENTISTA 20 HS	46	ASSISTENTE 1	SAÚDE	30	01/03/2017
9232	ARNALDO BARBOSA DE SOUZA CATELAN	MOTORISTA II	10	COORD. 1	SAÚDE	24	01/03/2017
8730	ANA PAULA MULLER	FARMACEUTICO / BIOQUIMICO	25	COORD. 1	SAÚDE	24	01/03/2017
10372	MARCIO HENRIQUE DE SOUZA	ENFERMEIRO 40 HS	25	COORD. 1	SAÚDE	24	01/03/2017
8298	ELIZ CAROLINA FERDINANDO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	07	COORD. 2	SAÚDE	25	01/03/2017
8530	CAMILA LUNARDI DA SILVA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	07	COORD. 3	SAÚDE	26	01/03/2017
5627	FABIANO TRINDADE	AGENTE DE SERVICOS DE SAUDE	08	COORD. 3	SAÚDE	26	01/03/2017
10370	FRANCIELE LOURENCO BRIZOLLA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	COORD. 3	SAÚDE	26	01/03/2017
10369	RIVKA PEREIRA DUARTE MARTINS	ENFERMEIRO 40 HS	25	COORD. 3	SAÚDE	26	01/03/2017
10381	ETIANE MARTINS DE SA	ENFERMEIRO 40 HS	25	COORD. 4	SAÚDE	27	01/03/2017
7825	LEONICE GUERREIRO CAMPOS	TECNICO DE ENFERMAGEM	16	COORD. 4	SAÚDE	27	01/03/2017
3040	SANDRA MARIA SCHIABEL	FARMACEUTICO / BIOQUIMICO	25	COORD. 4	SAÚDE	27	01/03/2017
9353	MARILENE DE FATIMA PEREIRA	ASSISTENTE SOCIAL	25	COORD. 4	SAÚDE	27	01/03/2017

8695	GERSON DANZER	AGENTE DE SERVICOS DE SAUDE	08	COORD. 4	SAÚDE	27	01/03/2017
2469	JUCELENE APARECIDA DE BRITO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	GERENTE 1	SAÚDE	21	01/03/2017
8888	MARCELO ROBERTO KLEMENT	ENFERMEIRO 40 HS	25	GERENTE 2	SAÚDE	22	01/03/2017
3108	ROBINSON MARTINS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	GERENTE 2	SAÚDE	22	01/03/2017
8889	ANA PAULA FERNANDES	ENFERMEIRO 40 HS	25	SUPERVISOR 1	SAÚDE	28	01/03/2017
8090	LUCELIA BALDASSO ROMERO	FARMACEUTICO / BIOQUIMICO	25	SUPERVISOR 1	SAÚDE	28	01/03/2017
6677	PAULO ROGERIO DA SILVA	AGENTE DE SERVICOS DE SAUDE	08	SUPERVISOR 1	SAÚDE	28	01/03/2017
8637	THIAGO COSTA RODRIGUES	FISIOTERAPEUTA	25	SUPERVISOR 1	SAÚDE	28	01/03/2017
8213	IVONE ODERDENGE	TECNICO DE ENFERMAGEM	16	SUPERVISOR 1	SAÚDE	28	01/03/2017
11882	VILMAR DA SILVA MARTINS	MOTORISTA II	10	SUPERVISOR 1	SAÚDE	28	01/03/2017
2576	JOAO RIBEIRO DA SILVA	MOTORISTA II	10	SUPERVISOR 2	SAÚDE	29	01/03/2017
7294	SELMA DE OLIVEIRA SILVA	TECNICO DE ENFERMAGEM	16	SUPERVISOR 2	SAÚDE	29	01/03/2017
8519	FLAVIO VICENTE VIEIRA	MOTORISTA II	10	SUPERVISOR 2	SAÚDE	29	01/03/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 17 de março de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 596/2017

DATA: 21 de março de 2017

SÚMULA: Delegar aos servidores que menciona a responsabilidade pela aprovação e expedição de documentos junto a PRODEURBS.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Delegar aos servidores abaixo relacionado, lotados no PRODEURBS, a responsabilidade pela aprovação e expedição dos documentos conforme segue:

I – Alvará de Construção, “Habite-se”, Unificação e Desmembramento de Lotes Urbanos e Regularização Predial:

a) Júlio Henrique Verdu Garcia;

b) Raquel Soares dos Reis Mariano;

c) Ítalo **Guzzo Neto;**

d) José Renato Grotto;

e) Eliani Disaró Fangueiro Pereira.

II – Aprovação de Projeto Urbanístico de Loteamento

a) José Renato Grotto;

b) Eliani Disaró Fangueiro Pereira.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 21 de março de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº. 626/2017

DATA: 24 de março de 2017

SÚMULA: Nomeia os membros da Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis Urbanos no município e ratifica o uso da Tabela do INCRA - MT para avaliação de Imóveis Rurais.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear os membros da Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis Urbanos do Município, conforme segue:

I – Comissão de Avaliação de Imóveis Urbanos:

a) José Renato Grotto;

b) Eliani Disaró Fangueiro Pereira;

c) Ronaldo José da Silva;

d) **Ítalo Guzzo Neto;**

e) Raquel Soares dos Reis Mariano;

f) Júlio Henrique Verdu Garcia.

Art. 2º. A Comissão de que trata a presente fará a avaliação mediante laudo circunstanciado, em conformidade com as solicitações feitas pelo Poder Executivo.

Art. 3º. As avaliações imobiliárias terão a assinatura de 03 (três) servidores, dentre os relacionados nesta Portaria.

Art. 4º. A Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis Urbanos não será remunerada pelo exercício da respectiva função, sendo este serviço considerado como relevante ao interesse público.

Art. 5º. Para avaliação dos imóveis rurais do município será utilizada a tabela vigente do INCRA – MT.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, a Portaria nº 095/2016, de 04 de fevereiro de 2016.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 24 de março de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 623/2017

DATA: 23 de março de 2017

SÚMULA: Concede licença prêmio fracionada os servidores que menciona

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e atendendo principalmente o que dispõe a Lei nº 254/93, com redação modificada pela Lei nº 2306/2016, de 31 de maio de 2016;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder licença prêmio fracionada os servidores que menciona, conforme segue:

Mat.	Nome	Cargo	CE	Parc.	Quinquênio	Período
6570	ADRIANA YAMAMOTO	CIRURGIÃO DENTISTA 40 HS	48	01	15.08.2010 A 15.08.2015	22.03.2017 A 20.04.2017
7312	LEDA MARIA DOS SANTOS PRADO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	16	01 e 02	14.07.2006 A 14.07.2011	06.03.2017 A 04.06.2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 23 de março de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2017 DE 06/03/2017

CONTRATO N.º 001/2017 - OBJETO: Locação de um imóvel comercial em alvenaria situado a Rua: Das Cerejeiras nº 595 e 609 (quadra nº 40 lotes nºs 09 e 10) – Jd. Botânico, destinado à instalação de: ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL - Atendendo a SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **LOCADORA:** pessoa Física: Sr. **JOAO DIVINO PERDIGAO,** CPF sob o n.º 157.406.929-20. **VALOR MENSAL:** R$ 18.500,00 (Dezoito Mil e Quinhentos Reais). **VALOR TOTAL:** R$ 444.000,00 (Quatrocentos e Quarenta e Quatro Mil Reais).**LOCATARIA**: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP. **REF:** Dispensa de licitação nº 001/2017 – fundamentada na Lei n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações. **DATA DE INICIO:** 06/03/2017. **EXECUÇÃO:** 24 (Vinte e quatro) meses. **VIGÊNCIA:** 24 (Vinte e quatro) meses.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 622/2017

DATA: 23 de março de 2017

SÚMULA: Concede licença prêmio aos servidores que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e atendendo principalmente o que dispõe a Lei nº 254/93, com redação modificada pela Lei nº 2306/2016, de 31 de maio de 2016;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder licença prêmio aos servidores que menciona:

Matricula	Nome	Cargo	Ce	Qüinqüênio	Período
8700	MARISTEIA CRISTIANE SANTI KRIESER	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	12.11.2008 A 12.11.2013	17.03.2017 A 14.06.2017
4810	LUIS AUGUSTO SILVESTRE CUSTODIO	CIRURGIÃO DENTISTA 20 HS	46	07.08.2003 A 07.08.2008	01.03.2017 A 29.05.2017
7737	LUIS AUGUSTO SILVESTRE CUSTODIO	CIRURGIÃO DENTISTA 20 HS	46	18.06.2007 A 18.06.2012	01.03.2017 A 29.05.2017
3203	EDMILSON ANICETO ROCHA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	17.07.2010 A 17.07.2015	01.03.2017 A 29.05.2017
7611	GILMARA ALBANO DOS SANTOS	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	16	01.12.2006 A 01.12.2011	01.03.2017 A 29.05.2017
3201	GERALDA RAMOS ROSA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	16	05.07.2005 A 05.07.2010	01.03.2017 A 29.05.2017

8897	IVELISE DA CUNHA	PROF. LIC. EM HISTÓRIA 22 HS	29	12.02.2009 A 12.02.2014	01.03.2017 A 29.05.2017
8130	DIVA NUNES DOS SANTOS	ZELADOR	05	06.03.2008 A 06.03.2013	06.03.2017 A 03.06.2017
8463	GISLAINE DA ROCHA ALVIM	TEC. ADM ESCOLAR- ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR 40 HS	30-02	01.08.2008 A 01.08.2013	06.03.2017 A 03.06.2017
4998	ADRIANO DOS SANTOS	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	14	10.11.2003 A 10.11.2008	01.03.2017 A 29.05.2017
7347	VERONICA ALVES TEIXEIRA	PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 38 HS	29	01.08.2006 A 01.08.2011	20.03.2017 A 17.06.2017
8499	ZULEIKA LIMEIRA DAS NEVES COSTA	AUX. MANUT. INFRAESTRUTURA	31	01.08.2008 A 01.08.2013	06.03.2017 A 03.06.2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 23 de março de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 044/2017

DATA: 24 de março de 2017

SÚMULA: Promove alterações no Decreto nº 195/2015, de 24 de agosto de 2015, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SINOP, **ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º. Confere nova redação ao Decreto nº 195/2015, de 24 de agosto de 2015, que dispõe sobre o loteamento denominado Residencial Villa Verde.

Art. 2º. Fica concedido mais 180 (cento e oitenta) dias de prazo para a empresa E 4 – Empreendimentos Imobiliários Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 21.787.089/0001-58, registrar o empreendimento denominado Residencial Villa Verde, aprovado pelo Decreto nº 195/2015, de 24 de agosto de 2015, no Cartório de Registro de Imóveis – CRI de Sinop, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. O prazo descrito no *caput* passa a vigorar a partir da publicação do presente Decreto.

Art. 3º. Ficam os Lotes das Quadras 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 25 caucionados para fins de garantia de execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigidas para o loteamento, conforme disposição da Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que conferiu nova redação ao artigo 11 do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 4º. A liberação para os alvarás de construção obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que modificou a redação do art. 42 da Lei Complementar nº 004/2001, que trata do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO. EM, 24 de março de 2017 **ROSANA MARTINELLI**

Prefeita Municipal

PAULO HENRIQUE FERNANDES DE ABREU

Diretor de Gestão do PRODEURBS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 621/2017

DATA: 23 de março de 2017

SÚMULA: Destitui os servidores que menciona.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, considerando as disposições contidas na Lei Complementar nº 062/2011, de 31 de maio de 2011;

R E S O L V E:

Art. 1º. Destituir os servidores que menciona, a partir de 01 de março de 2017, conforme segue:

Matr.	NOME	CARGO	UNIDADE EDUCATIVA
8406	KELEN APARECIDA GALVÃO PINEIRO	DIRETOR DE UNIDADE EDUCATIVA-I	CMEI – GENTE FELIZ
5408	ROSANGELA GUERRA BESSA PERCINOTO	DIRETOR DE UNIDADE EDUCATIVA-I	CMEI- SÃO FRANCISCO DE ASSIS

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário,

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 23 de março de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 594/2017

DATA: 17 de março de 2017

SÚMULA: Institui Comissão de Processos Administrativos – CPP para atuar em processos administrativos sancionadores e dá outras providências.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Instituir Comissão Processante Permanente para apuração de irregularidades e aplicações das penalidades previstas em Editais e Contratos provenientes de Licitações exceto Contratos e Editais de Licitação com vistas a Construção Civil, com a seguinte composição:

I – DIANES FANTI DE ALMEIDA NOBREGA JACQUES – Presidente;

II – NADIA SIMONE RODAS CORREIA - Membro;

III – ISELDA WEISSHAUPT - Membro.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 563/2016, 20 de maio de 2016.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 17 de março de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
DECRETO Nº 045/2017

DATA: 24 de março de 2017

SÚMULA: Promove alterações no Decreto nº 250/2015, de 25 de novembro de 2015, e dá outras providências.

JUAREZ COSTA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SINOP, **ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso das atribuições legais;

D E C R E T A:

Art. 1º. Confere nova redação ao Decreto nº 250/2015, de 25 de novembro de 2015, que dispõe sobre o loteamento denominado Jardim Copacabana.

Art. 2º. Fica concedido mais 180 (cento e oitenta) dias de prazo para a empresa E 10 – Empreendimentos Imobiliários Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 22.320.703/0001-30, registrar o empreendimento denominado Jardim Copacabana, aprovado pelo Decreto nº 250/2015, de 25 de novembro de 2015, no Cartório de Registro de Imóveis – CRI de Sinop, Estado de Mato Grosso.

Parágrafo único. O prazo descrito no *caput* passa a vigorar a partir da publicação do presente Decreto.

Art. 3º. Ficam os Lotes das Quadras 09, 11 e 12 caucionados para fins de garantia de execução das obras e serviços de infraestrutura urbana exigidas para o loteamento, conforme disposição da Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que conferiu nova redação ao artigo 11 do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 4º. A liberação para os alvarás de construção obedecerá ao disposto na Lei Complementar nº 133/2016, de 12 de julho de 2016, que modificou a redação do art. 42 da Lei Complementar nº 004/2001, que trata do Código de Parcelamento de Solo.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO. EM, 24 de março de 2017 **ROSANA MARTINELLI**

Prefeita Municipal

PAULO HENRIQUE FERNANDES DE ABREU

Diretor de Gestão do PRODEURBS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 627/2017

DATA: 24 de março de 2017

SÚMULA: Retifica termos da Portaria nº. 579/2017, de 15 de março de 2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Retificar termos da Portaria nº. 579/2017, de 15 de março de 2017:

Onde se lê:

MATR	NOME	CARGO EFETIVO	CE	DESIGNAÇÃO	SECRETARIA	CC	DATA
6260	LECILDA RAMOS CORREIA DA SILVA	TELEFONISTA	06	**SUPERVISOR 1**	FINANÇAS	28	01/03/2017

Leia-se:

MATR	NOME	CARGO EFETIVO	CE	DESIGNAÇÃO	SECRETARIA	CC	DATA
6260	LECILDA RAMOS CORREIA DA SILVA	TELEFONISTA	06	**COORD. 4**	FINANÇAS	27	01/03/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 618/2017, de 23 de março de 2017.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 24 de março de 2017

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 624/2017

DATA: 23 de março de 2017

SÚMULA: Designao servidor RONALDO JOSÉ DA SILVA para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 102/2017.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor RONALDO JOSÉ DA SILVA, matrícula nº 8247, para exercer a função de Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 102/2017, oriunda do Pregão Presencial nº 001/2017 – SRP 001/2017, referente à *"Aquisição de Solo Laterítico Estabilizado Granulometricamente*

sem Mistura (Cascalho), para atender às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 23 de março de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
LEI Nº 2411/2017

DATA: 24 de março de 2017

SÚMULA: Promove alterações na Lei nº 1308/2010, de 27 de abril de 2010.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Esta Lei promove alterações na Lei nº 1308/2010, de 27 de abril de 2010, que trata do Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMAM SINOP.

Art. 2º. O §1º do art. 1º da Lei nº 1308/2010 passa a vigorar conforme segue:

"Art. 1º. (...):

§1º. O COMAM SINOP terá a seguinte estrutura:

I – Plenária;

II – Presidente e Vice-Presidente;

III – Secretaria Executiva;

IV – Assessoria Jurídica;

V – Comissão da Junta de Julgamento de Recursos;

VI – Comissão Gestora do Fundo Ambiental do Município;

VII – Câmara Técnica Permanente ou Temporária.

§2º. (...).".

Art. 3º. O art. 3º da Lei nº 1308/2010 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. O Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM SINOP será composto conforme segue:

I – Representantes do Poder Público:

a) 01 (um) representante da EMBRAPA Agrosilvipastoril;

b) 01 (um) representante da Polícia Militar – 11º Batalhão da PM Sinop;

c) 01 (um) representante do Núcleo de Projetos Urbanos de Sinop – PRODEURBS;

d) 01 (um) representante da Procuradoria Geral Municipal;

e) 01 (um) representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

f) 01 (um) representante da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura;

g) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável;

h) 01 (um) representante da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos – SOSU;

i) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;

j) 01 (um) representante da Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA/ Unidade Desconcentrada de Sinop;

k) 01 (um) representante da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT/Campus de Sinop;

l) 01 (um) representante da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT/Campus Sinop.

II – Representantes das Entidades não governamentais e da Sociedade Civil organizada:

a) 01 (um) representante da Associação das Empresas Loteadoras de Sinop – AELOS;

b) 01 (um) representante da Associação dos Engenheiros e Agrônomos do Norte do Estado de Mato Grosso – AENOR;

c) 01 (um) representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Sinop – CDL;

d) 01 (um) representante do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/ Inspetoria de Sinop;

e) 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/ 6ª Subseção Sinop;

f) 01 (um) representante da ONG ADETEC – Agência de Desenvolvimento Sustentável e Tecnológico de Resíduos Sólidos Córrego Limpo;

g) 01 (um) representante da ONG CODENORTE – Conselho de Desenvolvimento do Norte de Mato Grosso;

h) 01 (um) representante da ONG ECODAN – Associação de Ecologia e Defesa da Amazônia;

i) 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sinop;

j) 01 (um) representante do Sindicato Rural de Sinop;

k) 01 (um) representante do Sindicato das Indústrias Madeireiras do Norte do Estado de Mato Grosso – SINDUSMAD;

l) 01 (um) representante da União Sinopense das Associações de Moradores de Bairro – USAMB.

§1º. (...).

§2º. (...).

§3º. Ocorrendo a necessidade de troca de conselheiros durante o decorrer do mandato, a entidade deverá indicar, via ofício, à Secretaria do COMAM SINOP a respectiva substituição.".

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1365/2010, de 08 de setembro de 2010, e a Lei nº 1417/2010, de 14 de dezembro de 2010.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP.

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 24 de março de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 486/2017

DATA: 08 de março de 2017

SÚMULA: Constitui Grupo de Trabalho para revisão e adequação das Leis nºs. 661/2001, 902/2006 e da Lei Complementar nº 096/2013 que tratam

da gratificação por produtividade aos Fiscais Tributários, Fiscais de Obras e Fiscias Sanitários, respectivamente.

ROSANA MARTINELLI, PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Constituir Grupo de Trabalho para revisar e adequar as Leis nº 661/2001, de 18 de dezembro de 2001, nº 902/2006, de 30 de março de 2006, e da Lei Complementar nº 096/2013, de 18 de dezembro de 2013, que instituiram o pagamento da gratificação por produtividade aos Fiscais Tributários, Fiscais de Obras e Fiscais Sanintários, respectivamente.

Art. 2º. O Grupo de Trabalho de que trata a presente terá a seguinte composição:

I – Anna Dias da Costa – Seretária Municipal de Administração;

II – Ivete Mallmann Franke – Secretária Municipal de Planejamento, Finanças e Orçamento;

III – Adeilton dos Santos – Fiscal Sanitário, mat. nº 0577;

IV – Auro Alécio Frabre – Fiscal Sanitário, mat. nº 5003;

V – Joel Arantes Pereira Júnior – Fiscal Sanitário, mat. nº 8684;

VI – Lucemar Félix – Fiscal de Obras, mat. nº 5010;

VII – Valdinei Monteiro da Silva – Fiscal de Obras, mat. nº 8311;

VIII – Samuel de Sousa Vieira – Fiscal de Obras, mat. nº 4988;

IX – Celso Adão – Fiscal Tributário, mat. nº 1908

X – Carlos Augusto Santiago Silva, Fiscal Tributário, mat. nº 4995.

Art. 3º. Dar a Comissão o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 08 de março de 2017.

ROSANA MARTINELLI

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
DECRETO Nº 839 DE 27 DE MARÇO DE 2017.

HOMOLOGA O PREGÃO 10/2017, PROCESSO LICITATÓRIO 10/2017, PARA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA A FROTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA.

O Senhor **HELIO JOSE SCHWAAB**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei;

DECRETA

Art. 1º Fica Homologado o **PREGÃO PRESENCIAL nº 10/2017, PROCESSO Nº 10/2017**, tendo adjudicatária a empresa: **CENTRO AUTOMOTIVO MULTIMARCAS LTDA - ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob nº09.051.300/0001-74**,** conforme consta na Ata da Sessão Pública realizada no dia 24 de março de 2017.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezessete, 40º Aniversário de Emancipação Político Administrativa.

HELIO JOSÉ SCHWAAB

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

NILTON DALLA PRIA

1º Secretário

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO Nº 011/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **GIUSTI & ANDRADE LTDA – ME** / A CONTRATADA, como vencedora do Procedimento Licitatório, modalidade de **CONVITE Nº021/2016**, obriga-se a: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE ARRIMO NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO**, para atender demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social. **R$ 25.804,71(Vinte e cinco mil oitocentos e quatro reais e setenta e um centavos)**. Data de Assinatura: 06/03/2017.

SAD/SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO AO TERMO SUPRESSIVO N° 0001000000060/2016/ADM/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **M. S. DIAGNOSTICA LTDA).** O presente Termo tem por objetivo **SUPRIMIR O VALOR** de **R$84.015,00** (Oitenta e quatro mil e quinze reais) do Contrato Original nº060/2016, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM COMODATO DE EQUIPAMENTOS LABORATORIAIS, COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE REAGENTES E INSUMOS PARA O LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ANÁLISES CLÍNICAS DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, A FIM DE ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO**, equivalente a 8,41%(oito vírgula quarenta e um por cento). Data De Assinatura:27/02/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 34/2017

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 34/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: CLAUDEMIR BARRANCO

OBJETO: PRESTAÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS PROFISSIONAIS DE CLINICA GERAL PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, COMPREENDENDO ATENDIMENTO AMBULATORIAL E EMERGÊNCIA, EM FAVOR DOS BENEFICIÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE.

VALOR: R$ 387.240,00

VIGÊNCIA: 24/03/2017 ATÉ 24/03/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 600

FISCAL DO CONTRATO: ELAINE LEMES DA SILVA

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 33/2017

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 33/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: HANNYE KAROLINE RIZZIERI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL SENDO: CORREÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS

PARA EMISSÃO DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO; ACOMPANHAMENTO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS JUNTO AOS ÓRGÃOS CONCEDENTES; ELABORAÇÃO DE CROQUI E/OU PROJETO SIMPLIFICADO PARA OBRAS PUBLICAS DE PEQUENO PORTE QUANDO FOREM EXECUTADAS COM RECURSO PRÓPRIO. OPERACIONALIZAÇÃO DE SISTEMAS DE RECEBIMENTO DE RECURSO PARA OBRA PUBLICA. SISMOB, SIMEC, SICONV, SIGCON E GEOBRAS.

VALOR: R$ 48.000,00

VIGÊNCIA: 24/03/2017 ATÉ 24/03/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 459

FISCAL DO CONTRATO: *RAQUEL APARECIDA ZDEPSKI*

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 02.2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2017

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte, de um lado o MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.978.212/0001/00, sediado na Av. Cloves Felício Vettorato, n.º 110, Centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o SR. VALTER KUHN, brasileiro, casado, agente político, portador do RG. N. º 0844733-0 SSP/SC e inscrito no CPF sob n.º 790356041-72, residente e domiciliado na rua Teotônio Vilela, n° 167, Centro, Terra Nova do Norte – MT, doravante denominado “MUNICÍPIO”, e do outro lado a empresa AUTO CENTER COMBUSTIVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o n.º. 26.556.415/000-30, e Inscrição Estadual n.º. 51.200.363.320 estabelecida na Avenida Norberto Schawamtes, n.º. 820. Bairro Centro , cidade de Terra Nova do Norte-MT, neste ato representada pelo Sr. Procurador, Sr. Rafael Pavan, residente à Avenida Norberto Schwantes, n.º17, na Cidade de Terra Nova do Norte - MT, Portador da cédula de Identidade RG n.º 954.136 SSP/MT e do CPF n.º 701.271.311-91, doravante denominada “PROMITENTE FORNECEDORA”, nos termos do artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993 e suas respectivas alterações posteriores, e a Lei Federal 10.520/02, bem como nas Leis Complementares 123/2006 e 128/2008, e na Lei Municipal 892/2009 – Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas/Empreendedores Individuais, e o Decreto Municipal 23, de 13 de julho de 2007e alterações posteriores, que regulamenta o Pregão Presencial e o Registro de Preços no Município de Terra Nova do Norte e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017, para REGISTRO DE PREÇOS, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E SUAS CARACTERISTICAS

1.1. Constitui o objeto do presente processo licitatório de Registro de preços para futura aquisição de combustível (gasolina comum, etanol, diesel comum e diesel s10) para abastecimento da frota de veículos e maquinários da prefeitura municipal de TERRA NOVA DO NORTE-MT, na forma de abastecimento em bomba, conforme termo de referência.

1.2. Os produtos deverão ser fornecidos, conforme especificações constantes do TERMO DE REFERÊNCIA em anexo ao presente edital.

1.3. A empresa licitante vencedora deverá fornecer a gasolina do tipo Comum na Sede do Estabelecimento comercial da licitante que deverá ser Localizado na Cidade de Terra Nova do Norte-MT.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E DO REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Os itens registrados serão fornecidos de acordo com a necessidade do Município, nos termos do art. 6º e c/c art. 15 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. Os preços a serem pagos a FORNECEDORA são os aqui registrados, conforme especificações dos itens abaixo:

ITEM	UNIT.	Quantidade	PRODUTO	Valor Uni	Valor Global
01	Litros	66.350	Gasolina Comum	3,89	258.101,50
02	Litros	21.800	Etanol	2,89	63.002,00
03	Litros	191.000	Óleo diesel	3,43	655.130,00
04	Litros	163.500	Óleo diesel S10	3,49	570.615,00

3.1.1.Valor Total: R$ 1.546.848,50 (hum milhão, quinhentos e quarenta e seis mil, oitocentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

3.2. Após a homologação da licitação será emitida Nota de Empenho e Contrato em favor da(s) Adjudicada(s) que, após o fornecimento do combustível, conforme estabelecido no Termo de Referência, Anexo III, deverá protocolizar no Departamento de Contabilidade a Nota Fiscal/Fatura correspondente.

3.3. Para habilitar-se ao pagamento a Contratada deverá protocolar no Departamento de Contabilidade, até o 5º (quinto) dia do mês subseqüente ao mês de referência, especificando o abastecimento e seus correspondentes valores em moeda corrente nacional, devendo estar formalmente atestada pelo Departamento de Contabilidade.

3.4. O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo Contratante da Nota Fiscal / Fatura correspondente, devidamente atestada no Departamento de Contabilidade. O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento.

3.5. A empresa vencedora deverá comprovar a sua regularidade fiscal, anexando juntamente com a Nota fiscal, as certidões de Regularidade Fiscal com a Fazenda Estadual, INSS e FGTS, atualizadas até a data da emissão da Nota Fiscal do mês de sua competência.

3.6. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erros ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado no item 3.4, passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

3.7. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto perdurar pendências em relação à parcela correspondente ou em virtude de penalidade ou inadimplência.

3.8. Nenhum pagamento será efetuado à Fornecedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

3.9. As Notas Fiscais para pagamento deverão conter obrigatoriamente a assinatura dos fiscais responsáveis de cada Secretaria, antes de serem encaminhados para o departamento de finanças.

3.10. As empresas deverão encaminhar as Notas Fiscais ao Setor Administrativo de cada Secretaria, para que os fiscais efetuem a conferência juntamente com a Autorização de Fornecimento.

3.11. A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.12. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.13. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.14. O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório, devendo constar ainda o número do pregão que lhe deu origem.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

4.1. O preço do combustível somente poderá ser reajustado com base nos mesmos índices autorizados pela União, após a publicação no diário oficial, devidamente comprovados.

4.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos materiais, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para fiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

4.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

4.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

4.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

4.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, O Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou item visando à negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

4.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

4.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.

4.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

4.9. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

4.10. Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando à manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados respeitados a ordem de classificação.

4.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

4.12. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE FORNECIMENTO, E DAS CACTERISTICAS DOS SERVIÇOS REGISTRADOS

5.1. A Ata de Registro de Preço firmada por força do presente procedimento terá validade de 12 (doze) meses, iniciados a partir da data da sua assinatura.

5.2. As entregas serão feitas de forma parcelada conforme a necessidade da Secretaria solicitante, através de Solicitação, Pedido ou Autorização de fornecimento na quantidade solicitada; 5.3. O objeto licitado somente será adquirido se houver eventual necessidade de aquisição pelo Município de Terra Nova do Norte – MT.

5.4. O objeto adquirido através deste Pregão deverá ser disponibilizado pela empresa no seu estabelecimento comercial no Município de Terra Nova do Norte, conforme pedido ou autorização de fornecimento expedido pela responsável pela PREFEITURA DE TERRA NOVA DO NORTE-MT.

5.5. Os produtos deverão ser entregues conforme ajustamento com funcionário responsável, estando sujeito à aceite do mesmo.

5.6. Ficará a cargo da contratada todas as despesas com a entrega dos produtos no local indicado pela Administração, incluindo a troca dos que porventura foram fornecidos em desacordo com as especificações contidas no Termo de Referência.

5.7. Não será admitido em hipótese alguma o fornecimento de produtos de má qualidade, ou em desacordo com a especificação contida no Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas relativas a este processo licitatório correrão por conta de recursos previstos em Orçamento Municipal.

Cód. Red.	Órgão	Unid. Orç.	Proj/ativ.	Secretaria
157	04	015	2131	Secretaria Municipal Educação
159	04	015	2132	Secretaria Municipal Educação
239	05	002	2156	Secretaria Municipal Infraestrutura
251	06	007	2100	Secretaria Municipal Agricultura
100	04	006	2122	Secretaria Municipal Educação
155	04	015	2021	Secretaria Municipal Educação
227	05	001	2099	Secretaria Municipal Infraestrutura
511	07	018	2054	Secretaria Municipal de Saúde
597	07	018	2161	Secretaria Municipal de Saúde
566	07	018	2140	Secretaria Municipal de Saúde
577	07	018	2138	Secretaria Municipal de Saúde
386	08	012	2044	Secretaria Municipal de Ação Social
420	08	017	2102	Secretaria Municipal de Ação Social
481	10	006	2040	Secretaria Municipal de Governo

6.1.1. Para o exercício de 2017, será utilizada dotação orçamentária da Lei Orçamentária Anual – LOA/2017.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1.São direitos e responsabilidades do Município:

7.1.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos produtos, objeto da contratação;

7.1.2. Comunicar imediatamente a Contratada, qualquer irregularidade no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação;

7.1.3. Atestar nas notas fiscais e/ou faturas, mediante a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

7.1.4. Aplicar à detentora da ata as penalidades, quando for o caso;

7.1.5. Prestar à detentora da ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

7.1.6. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

7.1.7. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

7.1.8. Conferir e fiscalizar a entrega dos itens objeto da presente licitação.

7.1.9. Receber ou rejeitar os produtos após verificar a qualidade e quantidade do mesmo.

7.1.10. Rejeitar os produtos no todo ou em parte entregues em desacordo com as obrigações assumidas.

7.1.11. Observar para que sejam mantidas, todas as condições de habilitação e qualificação da licitante contratada exigidas no edital, incluindo o cumprimento das obrigações e encargos sociais e trabalhistas pela contratada.

7.1.12. Entregar a contratada a planilha com as datas, horários e quantidades necessárias para atender as requisições dos produtos.

7.1.13. Emitir empenho e ordem de fornecimento no valor e quantidade a ser adquirida;

7.1.14.Receber, analisar e decidir sobre os produtos entregues em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis, atestando a Nota Fiscal e encaminhando para o pagamento;

7.1.15. Realizar pagamento de acordo com o empenho, os itens e as quantidades solicitadas;

7.1.16. Fiscalizar a execução do objeto do contrato;

7.1.17. Comunicar por escrito e tempestivamente ao contratado qualquer alteração ou irregularidade na execução do contrato.

7.2. São direitos e responsabilidades da Detentora da Ata:

7.2.1. Observar a tabela da ANP (Agência Nacional do Petróleo) relativamente à variação dos preços médios dos combustíveis, bem como apresentar as planilhas de custos elaboradas com a finalidade de parametrizar o preço de venda dos produtos, sempre que solicitado pela CONTRATANTE;

7.2.2. Fornecer os combustíveis sempre que solicitado, no período diurno e noturno;

7.2.3. Manter, no ponto de abastecimento, pessoal e equipamentos suficientes para o atendimento, bombas de óleo diesel, óleo diesel S10, álcool e gasolina comum.

7.2.4. Abastecer os veículos, que compõe ou que venham a compor a frota da CONTRATANTE, com produtos de primeira qualidade;

7.2.5. Efetivar o fornecimento mediante a apresentação de requisição especifica (autorização para abastecimento), em duas vias, expedida pela CONTRATANTE, assinada exclusivamente por servidores previamente designados;

7.26. Autorizações para comercialização de combustíveis emitida pela Agência Nacional de Petróleo.

7.2.7. Fornecer combustível que atenda a especificação técnica exigida pela Agência Nacional de Petróleo – ANP – www.anp.gov.br/precos/abert.asp.

7.2.8. A empresa vencedora deverá informar o endereço do posto ou apresentar a relação com endereço, caso seja rede.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. A recusa injustificada em entregar os itens licitados da empresa com proposta classificada na licitação conforme instruções deste edital ensejarão a aplicação das penalidades enunciadas no art. 87 da Lei Federal 8.666/93 com as alterações posteriores.

8.2. O Contratado que atrasar a entrega do objeto ou inadimplir o contrato incorrerá nas penalidades administrativas previstas no art. 86 da Lei n. 8.666/93 e art. 7º da Lei n. 10.520/02.

8.3. A multa moratória, quando cabível, será da ordem de 1% (um por cento) ao dia, até chegar o limite de 10% (dez por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

8.4. A multa por inadimplemento, total ou parcial do contrato, será da ordem de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor da parte inadimplida.

8.5. A aplicação das multas não afasta as demais penalidades, a seguir tipificadas:

a) Não celebra o contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

b) Deixar de entregar a documentação: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

c) Apresentar a documentação falsa: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

d) Atraso na execução do objeto: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

e) Não mantiver a proposta: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

f) Falhar na execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

g) Fraudar a execução do contrato: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

h) comportar-se de modo inidôneo: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

i) cometer fraude fiscal: impedido de licitar e contratar com a Administração Pública por 02 anos.

j) Declaração de Inidoneidade.

8.6. De qualquer sanção imposta, a Fornecedora poderá, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contado da intimação do ato, oferecer recurso à Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte - MT, devidamente fundamentado.

8.7. A segunda adjudicatária, em ocorrendo à hipótese do item precedente, ficará sujeita às mesmas condições estabelecidas neste Edital.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente ata poderá ser cancelada pelo Município, nos casos previstos no art. 77 da Lei n. 8.666/93, ou de comum acordo, sem ônus, o que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 10 (dez) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pela “PROMITENTE FORNECEDORA”.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando: 9.2.1. A detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.2. A detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.3. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.5. Por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados pela Administração. 9.3. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços.

9.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.5. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

9.5.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO CANCELAMENTO ADMINISTRATIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1. A Fornecedora reconhece, expressamente, os direitos da Administração Pública em cancelar a presente Ata de Registro de Preço, em caso de inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 77 da Lei n. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

11.1. Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2017, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela PROMITENTE FORNECEDORA, no certame licitatório

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

12.1. A presente Ata de Registro de Preço obedece aos termos do Edital de Pregão Presencial nº 008/2017, bem como da Proposta de Preço apresentada pela Promitente Fornecedora e ao que determina a Lei Federal 10.520/02, bem como nas Leis Complementares 123/2006 e 128/2008, e na Lei Municipal 892/2009 – Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas/Empreendedores Individuais, e o Decreto Municipal 23, de 13 de julho de 2007e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

13.1. A Fornecedora deverá manter durante a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EFICÁCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

14.1. O Município promoverá a publicação resumida da presente Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, conforme dispõe o art. 61 da Lei Nº 8.666/93:

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, com as devidas justificativas desde que ocorra motivo relevante e devidamente justificado pelo Poder Público.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Atuaram como fiscais da Ata de Registro de Preço originada do presente procedimento, os servidores nomeados através de Portaria especifica para tal finalidade sendo:

a) ELAINE LEMES LEMES DA SILVA, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos inerentes a Secretaria Municipal de Saúde, conforme disciplina a Portaria 06//2017.

b) SILVANA APARECIDA LEITE SILVA, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos inerentes a Secretaria de Educação, conforme disciplina a Portaria 021/2017.

c) VANESSA DOS REIS PEREIRA, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato inerente a secretaria de Assistência Social, conforme disciplina a Portaria 20/2017.

d) ALCEBIADES FRANCISCO LAZANZARINI, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos inerentes a Secretaria de Infraestrutura, conforme disciplina a Portaria 22/2016.

e) ARMANDO DATSCH, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos inerentes a secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, conforme disciplina a Portaria 19/2017.

f) LUCIANO DE ABREU, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos inerentes a Secretaria de Planejamento e Fazenda, conforme disciplina a Portaria 016/2017.

g) RAQUEL APARECIDA ZDEPSKI, como responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos contratos inerentes a Secretaria de Governo, conforme disciplina a Portaria 018/2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

17.1. A Aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos dos itens.

17.1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

19.1. As partes elegem o foro da Comarca de Terra Nova do Norte – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Terra Nova do Norte – MT, 22 de março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

VALTER KUHN/PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA PROMITENTE FORNECEDORA

AUTO CENTER COMBUSTIVEIS LTDA

PROCURADOR/RAFAEL PAVAN

Elaine Maisa Maciel Raquel Aparecida Zdepski

CPF:581.769.181-72 CPF: 020.610.331-05

CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 32/2017

EXTRATO DO CONTRATO: Nº. 32/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: GENIVALDO GOMES

OBJETO:CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA CIVIL SENDO: FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PUBLICAS; ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTOS DE OBRAS PÚBLICAS QUANDO FOREM EXECUTADAS COM RECURSO PRÓPRIO; PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E LEVANTAMENTOS TÉCNICOS, BEM COMO COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS DE MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E SERVIÇOS DE OBRAS PÚBLICAS QUANDO FOREM EXECUTADAS COM RECURSO PRÓPRIO; CORREÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS PARA EMISSÃO DO ALVARÁ DE CONSTRUÇÃO; ACOMPANHAMENTO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS JUNTO AOS ÓRGÃOS CONCEDENTES; ELABORAÇÃO DE CROQUI E/OU PROJETO SIMPLIFICADO PARA OBRAS PUBLICAS DE PEQUENO PORTE QUANDO FOREM EXECUTADAS COM RECURSO PRÓPRIO.

VALOR: R$ 48.000,00

VIGÊNCIA: 24/03/2017 ATÉ 24/03/2018

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 459

FISCAL DO CONTRATO: RAQUEL APARECIDA ZDEPSKI

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 109/2011 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT E A EMPRESA BR CARRARA CONSTRUÇÃO LTDA.

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 109/2011 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT E A EMPRESA BR CARRARA CONTRUÇÃO LTDA.

O Município de Terra Nova do Norte, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.978.212/0001/00, sediado na Av. Cloves Felício Vettorato, n.º 101, Centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. VALTER KUHN,** *brasileiro, casado, agente político, portador do RG. N. º 0844733-0 SSP/SC e inscrito no CPF sob n.º 790356041-72, residente e domiciliado na rua Teotônio Vilela, n° 167, Centro, Terra Nova do Norte - MT*; doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado a empresa BR CONSTRUÇÃO LTDA – ME, estabelecida na Cidade de Nova Santa Helena, Rua Paraná, nº 210, Bairro Centro, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ nº 11.379.894/0001-99, neste ato representado pelo seu procurador Sr. Roque Carrara, brasileiro, casado, pecuarista, portador do RG nº. 237187 SSP/MT e inscrito no CPF 363.043.361-87, residente e domiciliado na Cidade de Nova Santa Helena - MT, resolvem celebrar o presente instrumento, designados simplesmente **CONTRATADO,** celebram o presente instrumento, que reger-se à pela Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, e pelo Edital de Tomada de Preço nº 10/2011 e demais legislações complementares e pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O objeto deste termo aditivo é alterar a Cláusulas Sexta do contrato original, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA"

"Subcláusula Terceira – A vigência do contrato de execução de obra nº. 109.2011 de 07/03/2017 para 05/09/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

A solicitação fundamenta-se devido à pendencias na execução da obra, devido ao fato de atrasos no repasse dos recursos financeiros por parte do Ministério das Cidades e da SINFRA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas do Contrato original não mencionadas neste Termo Aditivo.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente aditamento, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Terra Nova do Norte/MT, 07 de março de 2017.

_____

MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL/CONTRATANTE

_____

BR CONSTRUÇÃO LTDA – ME

SR. ROQUE CARRARA/CONTRATADA

ELAINE MAISA MACIEL RAQUEL APARECIDA ZDEPSKI

CPF:581.769.181-72 CPF: 020.610.331-05

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORIXORÉU

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO E TRANSPARÊNCIA GOVERNAMENTAL
ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 005/2017.

ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 005/2017

O Município de Torixoréu – MT, visando o interesse público, **TORNA PÚBLICO** a anulação do Pregão Presencial para Registro de Preços nº 005/2017, para contratação de empresa(s) especializada(s) em locação de veículos. Maiores informações pelo telefone (66) 3406-1021.

Torixoréu – MT, 27 de março de 2017.

EURICE DOS SANTOS DE FREITASPregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 25/2017

Aos **27 (vinte e sete)** dias do mês de março de 2017, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDELIS, autoriza a Empresa CONSTRUPEL COMERCIO E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO LTDA –ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n°. 09492967/0001-02, com sede na Avenida São Gonçalo, n°. 10, Sala 02, Parque do Lago, Distrito Engordador, Várzea Grande –MT, neste ato representada pela Sócia Administradora a Sra. Rosemeire Aparecida Costa Sousa **a iniciar** a obra de construção de Cobertura de Quadras Escolares Pequenas e Construção de Quadra Poliesportiva Coberta com vestiário – Projeto padronizado FNDE, na EMEB Lenine de Campos Póvoas, sita Avenida Principal, s/n do bairro Eliane Gomes, Várzea Grande – MT, conforme Contrato n°. 029/2017.

.

Várzea Grande, 27 de março de 2017.

Prof° Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação,

Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

ERRATA DE EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

Na Publicação do Extrato de Contrato nº 019/2016, firmado entre a Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a ANDERSON DE SOUZA RODRIGUES, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM), em 27/03/2017, página 276, Retifica-se: **ONDE SE LÊ: Nelço Santos –** Locador**. LEIA-SE: ANDERSON DE SOUZA RODRIGUES** - Locador

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 24/2017

Aos **21 (vinte e um)** dias do mês de março de 2017, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Prof°. SILVIO APARECIDO FIDELIS, autoriza a **Empresa PROTEGE – Sistema de Proteção Atmosférica Ltda, inscrita no CNPJ n°. 03232.014/0001-29** representado por seus sócios administradores Sr. Maurício Souza de Menezes e Sr. Caian Lima de Menezes a realizar os serviços abaixo relacionados, na Casa de Artes, sita a Avenida Couto Magalhães, 1422, Centro Norte, Várzea Grande – MT, conforme contrato n°. 08/2016:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	ORÇAMENTO		
			QUANT.	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
	DEMOLIÇÃO E RETIRADAS				**R$ 80,92**
1038	RETIRADA DE BATENTES DE MADEIRA	unidade	2	R$ 33,52	R$ 67,04
1037	RETIRADA DE FOLHAS DE PORTA DE PASSAGEM OU JANELA	unidade	2	R$ 6,94	R$ 13,88
	INST. HIDROSSANITÁRIAS				**R$ 126,42**
1034	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO COM PREPARO MANUAL. AF_06/2014 DE CHAPISCO APLICADO COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3	Metro quadrado	42	R$ 3,01	R$ 126,42
	REVESTIMENTO EM PAREDES				**R$ 869,82**
1035	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE REBOCO DE MASSA ÚNICA, PARA RECEBIMENTO DE PINTURA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400L, APLICADA MANUALMENTE EM FACES INTERNAS DE PAREDES DE AMBIENTES COM ÁREA MENOR QUE 10M2, ESPESSURA DE 20MM, COM E	Metro quadrado	42	R$ 20,71	R$ 869,82
	ESQUADRIAS / VIDROS E ACESSORIOS				**R$ 1. 068,66**
1050	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE DOBRADICA EM FERRO GALVANIZADO 4X3", COM ANEIS	unidade	6	R$ 9,45	R$ 56,70
1052	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE FECHADURA DE EMBUTIR COMPLETA, PARA PORTAS EXTERNAS, PADRAO DE ACABAMENTO SUPERIOR	unidade	2	R$ 233,27	R$ 466,54
1039	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTA DE MADEIRA COMPENSADA LISA PARA PINTURA, 80X210X3,5CM, INCLUSO ADUELA 2A, ALIZAR 2A E DOBRADICAS.	unidade	2	R$ 272,71	R$ 545,42
	PINTURA E ACABAMENTOS				**R$ 13. 131,70**
1057	APLICAÇÃO E LIXAMENTO DE MASSA LÁTEX EM PAREDES, DUAS DEMÃOS. AF_06/2014	Metro quadrado	165	R$ 8,39	R$ 1. 384,35
1056	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PANOS COM PRESENÇA DE VÃOS DE EDIFÍCIOS DE MÚLTIPLOS PAVIMENTOS. AF_06/2014	Metro quadrado	250	R$ 3,42	R$ 855,00
1096	EMASSAMENTO COM MASSA ACRILICA PARA PAREDES INTERIOR/EXTERIOR	Metro quadrado	57	R$ 8,80	R$ 501,14
1066	EXECUCAO DE PINTURA INC. MATERIAL COM ESMALTE BRILHANTE (2 DEMAOS) SOBRE SUPERFICIE METALICA, INCLUSIVE PROTECAO COM ZARCAO (1 DEMAO)	Metro quadrado	108	R$ 26,84	R$ 2. 898,72
1064	EXECUCAO DE PINTURA INC. MATERIAL COM ESMALTE BRILHANTE PARA MADEIRA, DUAS DEMAOS, SOBRE FUNDO NIVELADOR BRANCO	Metro quadrado	85	R$ 16,70	R$ 1. 419,50
1059	EXECUCAO DE PINTURA INC. MATERIAL COM TINTA LÁTEX ACRÍLICA EM PAREDES, DUASDEMAOS. AF_06/2014	Metro quadrado	250	R$ 8,29	R$ 2. 072,50
1063	EXECUCAO DE PINTURA INC. MATERIAL COM VERNIZ SINTETICO EM MADEIRA,DUAS DEMAOS	Metro quadrado	85	R$ 14,15	R$ 1. 202,75
1055	REMOÇÃO DE PINTURA PVA/ACRILICA	Metro quadrado	471	R$ 5,94	R$ 2. 797,74
	SERVIÇOS ESPECIAIS				**R$ 127,44**
1074	LIMPEZA DE SUPERFICIES COM JATO DE ALTA PRESSAO DE AR E AGUA	Metro quadrado	108	R$ 1,18	R$ 127,44
	INCENDIO				**R$ 458,01**
1136	EXTINTOR DE CO2 6KG - FORNECIMENTO E INSTALACAO	unidade	1	R$ 458,01	R$ 458,01
TOTAL GERAL			**R$ 15.862,97**		

Várzea Grande, 24 de março de 2017.

Prof° Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação,

Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

EXTRATO ERRATA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 038/2016

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa CONSTRUTORA ROCHA EIRELI, inscrita no CNPJ n°. 06. 105.049/0001-95. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação no art. 65 §8º, da Lei nº. 8.666/93 e nas demais alterações introduzidas pela Lei, no Termo de Contrato nº 038/2016, na justificativa da Secretaria Gestora, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESRO Nº 407643. OBJETO: Tem por objeto o item 3.1 e 3.2 "CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR GLOBAL E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA" cujo objeto a contratação de empresa especializada em construção civil para execução de reforma e ampliação na EMEB Profª Maria Barbosa Martins localizada na Av. Gil João da Silva, sem nº. Distrito de Bom Sucesso no Município de Várzea Grande/MT de acordo com as especificações descritas no Termo de Referência. VALOR GLOBAL: Fica reajustado o saldo remanescente de R$ 958.150,85 (novecentos e cinquenta e oito mil, centos e cinquenta reais e oitenta e cinco centavos) em 6,44% (seis inteiros e quarenta e quatro décimos por centos), no valor R$ 64.311,49 (sessenta e quatro mil,trezentos e onze reais e quarenta e nove centavos) passando o valor global de R$ 1.062.937,15 (um milhão, sessenta e dois mil, novecentos e trinta e sete reais e quinze centavos). UO: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DO: 35.03.12.361. 0103. P/A: 2.088. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 1001.

DATA DE ASSINATURA: 21.03.2017.

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONSTRUTORA ROCHA EIRELI

Contratada

PORTARIA Nº 04/GOV/2017

Dispõe sobre a designação de Servidor para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da Ata de Registro de Preço firmado pelo Município de Várzea Grande/MT.

César Alberto Miranda Lima da Costa, Secretário Municipal de Governo, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993, e a Orientação Técnica nº 35/CGM/2015, expedida pela Controladoria Geral do Município.

RESOLVE:

1º. Fica designado a Senhor Gustavo Luiz Mesquita Corrêa da Costa, Brasileiro, Solteiro, Servidor Público, portador da Cédula de Identidade RG nº 1039229-7 SSP/MT e inscrito no CPF nº 695817541-72, Matrícula nº 18845, para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto a **Ata de Registro de Preço nº**. **96/2016** - **Pregão Eletrônico nº**. **48/2016**, firmado com asempresas, **APIS COMÉRCIO INFORMÁTICA** – **EIRELI**, **CNPJ** sob o nº 13.979.479/0001-00, com sede na Rua Epifânio de Oliveira, nº 140, Bairro: Chácara dos Pinheiros, Cuiabá – MT, CEP: 78.080-010, e a empresa **CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA EIRELI, CNPJ** sob nº 20.357.366/0001-20,sede na Avenida Isaac Povoas, nº 475, Subsolo - Sala 1, Bairro: Centro, Cidade: Cuiabá/MT, CEP: 78.005-340, cujo objeto**, APOSTILAR** à **Ata de Registro de Preço nº. 96/2016** que tem por objeto Registro de Preço para futura e eventual aquisição de aparelho telefônico e equipamentos de informática para atender a Prefeitura Municipal de Várzea Grande, conforme edital e anexos, com prazo de vigência de 12 (doze) meses, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993.

2º. Caberá ao Fiscal do Contrato, ora designado, o acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do referido contrato, competindo-lhe:

I – ZELAR pelo fiel cumprimento do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou dos defeitos observados, e, submeter, aos seus superiores, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassarem a sua competência, nos termos da lei;

II – AVALIAR, continuamente, a qualidade dos serviços prestados pela contratada, em periodicidade adequada ao objeto do contrato, e durante o seu período de vigência, propondo a autoridade superior, a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

III – ATESTAR, formalmente, as notas fiscais, antes do encaminhamento ao financeiro para pagamento, devendo realizar o acompanhamento e conferência dos serviços prestados para comprovar a qualidade/quantidade e exigir a garantia do serviço durante toda a contratação;

IV – OBSERVAR se a fatura apresentada pela contratada refere-se ao serviço e todas as despesas foram efetivamente prestadas no período, e havendo duvida, determinar sua correção, bem como recorrer ao auxílio para efetuar corretamente a conferência do atesto fiscal;

V – SOLUCIONAR problemas que afetem a relação contratual, propondo a Secretaria Gestora do Contrato, a prorrogação de sua vigência quando necessário;

VI – ELABORAR, relatório de fiscalização, referente a cada período de execução das atividades constantes na nota fiscal dos serviços prestados, devendo fazer juntada ao processo de pagamento, antes do encaminhamento ao financeiro;

VII – ADOTAR outras medidas legalmente previstas para o integral acompanhamento e fiscalização da execução do objeto contratado.

Art. 3º. O servidor ora designado declara ter pleno conhecimento do objeto contratado pelo Município de Várzea Grande.

Art. 4º. Dê ciência formal ao servidor designado.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande – MT, 24 de março de 2017.

CESAR ALBERTO MIRANDA LIMA DOS SANTOS COSTA

Secretário Municipal de Governo

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 27/2017

Aos **27 (vinte e sete)** dias do mês de março de 2017, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDELIS, autoriza a Empresa RETA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n°. 005418150001-88, COM SEDE NA Avenida Governador José Fragelli, n°. 6000, sala C, bairro Jardim Paulista, Cuiabá-MT, neste ato representado pelos sócios administradores o Sr. José Maria Silva Araújo e o Sr Carlos Henrique de Lima Domingues **a iniciar** a obra de Construção de Cobertura de Quadra Escolar Pequena, padrão FNDE na EMEB "Maria das Graças Pinto" na rua Iara, bairro Jardim Glória II, Várzea Grande-MT, conforme Contrato n°. 028/2017 e consoante com o Termo de Compromisso n°. PAC207507/2013.

Várzea Grande, 27 de março de 2017.

Prof° Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação,

Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇOS N°. 26/2017

Aos **27 (vinte e sete)** dias do mês de março de 2017, neste município, o Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sr. SILVIO APARECIDO FIDELIS, autoriza a Empresa RETA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n°.

005418150001-88, COM SEDE NA Avenida Governador José Fragelli, n°. 6000, sala C, bairro Jardim Paulista, Cuiabá-MT, neste ato representado pelos sócios administradores o Sr. José Maria Silva Araújo e o Sr Carlos Henrique de Lima Domingues **a iniciar** a obra de Construção de Cobertura de Quadra Escolar Pequena, padrão FNDE, na EMEB Emanuel Benedito de Arruda sita a rua Santa Edwirges n°. 582, quadra 26, bairro Santa Maria, Várzea Grande – MT, conforme Contrato n°. 028/2017 e consoante com o Termo de Compromisso n°. PAC207507/2013.

Várzea Grande, 27 de março de 2017.

Prof° Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação,

Cultura, Esporte e Lazer.

Representante da Empresa

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. 03/2017 REGISTRO DE PREÇOS

PROC. ADM. N. 426591/2017 O Município de Várzea Grande-MT torna público aos interessados que o Pregão Eletrônico n.03/2017:REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS/SISTEMA MENOR PREÇO POR ITEM/ COTA RESERVADA, CONFORME CONDIÇÕES E QUANTITATIVOS PREVISTOS NO TERMO DE REFERÊNCIA E EDITAL**, ADJUDICADO e HOMOLOGADO em 24/03/2017**, sagrando-se vencedoras as empresas abaixo.

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.07/2017

Validade: 12 (doze) meses.

R G da PAZ EIRELI EPP CNPJ 21.058.617/0001-38						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**MARCA**	**QUANT**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
1	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EP Arroz - Tipo 1**, longo e fino, polido. Isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade, com grãos inteiros. Apresentando laudo de classificação e registro no Ministério da Agricultura. Embalagem própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. **Pacote de 5 kg**	PCT	KOBLENS	1.000	10,84	10.840,00
2	**TEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Macarrão** – Tipo Espaguetti, massa alimentícia de sêmola de trigo, enriquecida com ferro e ácido fólico, corante natural de cúrcuma e urucum. Isento de matéria terrosa, pedras, parasitas ou larvas, livre de umidade, fragmentos estranhos. Embalagem própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. **Pacote de 500 g**	PCT	DALLAS	1.400	1,34	1.876,00
3	**TEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Sal** – Refinado, iodado, com no mínimo 96,95% de cloreto de sódio e sais de iodo (no mínimo 10 mg e máximo 15 mg, (conforme legislação específica). Embalagem própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. **Pacote de 1 kg**	PCT	LEBRI	300	0,80	240,00
4	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP** **Óleo de Soja** – Produto obtido do grão de soja. Liquido de aspecto oleoso, viscoso refinado, transparente, de cor própria, fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas. Embalagem própria (polietileno – PET), atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. **De 900 ml**	UND	LIZA	3.000	3,15	9.450,00
6	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP** **Feijão** – Carioquinha, tipo 1, constituído de grãos inteiros, novos e sadios. Isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade, fragmentos estranhos e misturas de outras variedades ou espécies. Apresentando Laudo de classificação e registro no Ministério da Agricultura. Embalagem própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. **Pacote de 1 kg.**	PCT	DACASA	500	3,14	1.570,00
7	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Farinha de Mandioca** – Seca, não muito fina, ligeiramente torrada, de cor amarelada. Isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, livre de umidade, fragmentos estranhos. Embalagem própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. **Pacote de 1 kg**	PCT	JANGADA	200	3,24	648,00
8	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Vinagre** – Vinagre de vinho tinto, produto natural fermentado, acético de vinho tinto, isento de corantes artificiais, ácidos orgânicos e minerais estranhos, livre de sujidades, material terroso e detritos de animais e vegetais, acidez de 4,0%. Embalagem em PVC (policloreto de vinila), própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. **Embalagem de 750ml**	UND	VITALIA	100	1,88	188,00
9	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Extrato de Tomate** – Obtido da polpa de tomate por processo tecnológico com no mínimo 6% de sólidos solúveis naturais, preparado com frutos maduros selecionados, sem pele, sem sementes, contendo açúcar. Isento de sujidades e fermentações, com aspecto de massa homogeneizada, cor, cheiro e sabor característicos. Embalagem própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. **Embalagem de 340 g**	UND	BONARI	1.200	1,14	1.368,00
10	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Milho para Canjica** – De cor branca, produto dos grãos de milho provenientes da espécie Zea Mays, L, de primeira qualidade, beneficiado, polido, limpo, isento de sujidades parasitos e larvas. Embalagem de polietileno de baixa densidade, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. **Pacote de 500 g.**	PCT	MIKA	300	1,54	462,00
11	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP** **Biscoito Doce –** Biscoito doce sem recheio, tipo maisena, a base de farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, açúcar invertido, gordura vegetal, sal, estabilizante lecitina de soja, fermento químico (bicarbonato de amônio e bicarbonato de sódio), acidulante ácido láctico e aromatizante. Isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, de primeira linha, biscoitos queimados, duros, quebradiços não serão aceitos. Embalagem própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. **Pacote de 400 g**	PCT	DALLAS	1.200	2,30	2.760,00
12	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Biscoito Salgado** – Tipo cream cracker ou água e sal, à base de Farinha de trigo, enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, amido, sal, extrato de malte, açúcar invertido, açúcar, fermento biológico, fermento químico, bicarbonato de sódio e aditivos. Isento de matéria terrosa, pedras, fungos ou parasitas, de primeira linha, biscoitos queimados, duros, quebradiços não serão aceitos. Embalagem própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. **Pacote de 400 g.**	PCT	DALLAS	1.200	2,04	2.448,00

13	**COTA PRINCIPAL 75% Farinha de Trigo –** Deve ser fabricada a partir de grãos de trigo sã e limpa, isentos de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. Não poderá estar úmida, fermentada, nem rançosa. Especificidade de uso: Preparo de pães caseiros diversos, bolos e biscoitos. Não deverá apresentar cor escura ou mistura com outras farinhas, formação de grumos (umidade), resíduos ou impurezas, nem rendimento insatisfatório. Deve estar intacta, acondicionada em pacotes atóxicos, bem vedado. Prazo de Validade: Mínimo de 3 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. **Pacote de 1kg.**	PCT	RICO	18.750	1,69	31.687,50
14	**IDEM AO ITEM 13 – COTA RESERVADA PARA ME/EPP EM 25%** **Farinha de Trigo –** Deve ser fabricada a partir de grãos de trigo sã e limpa, isentos de matéria terrosa e em perfeito estado de conservação. Não poderá estar úmida, fermentada, nem rançosa. Especificidade de uso: Preparo de pães caseiros diversos, bolos e biscoitos. Não deverá apresentar cor escura ou mistura com outras farinhas, formação de grumos (umidade), resíduos ou impurezas, nem rendimento insatisfatório. Deve estar intacta, acondicionada em pacotes atóxicos, bem vedado. Prazo de Validade: Mínimo de 3 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. **Pacote de 1kg.**	PCT	RICO	6.250	1,60	10.000,00
15	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Farinha de Arroz – Pré cozido -** Farinha de arroz, produto à base de arroz pré-cozido, adicionado de vitaminas e sais minerais, em pó, acondicionado em lata ou depósito plástico apropriados, hermeticamente fechados. Embalagem lata de alumínio. **Embalagem de 400g.**	LATA	URBANO	200	6,24	1.248,00
16	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Fubá –** Enriquecido com ferro e ácido fólico, obtida pela moagem do grão de milho. Qualidade, desgerminado ou não, devendo ser fabricadas a partir de matérias sãs e limpas isentas de terra e parasitas. A embalagem deve estar intacta, acondicionada em pacotes de polietileno transparente, atóxica, bem vedada. Prazo de Validade: Mínimo de 3 meses a partir da data de entrega. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais. **Pacote de 1kg.**	PCT	MIKA	100	1,90	190,00
17	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Flocos de Cereais** - (farinha Láctea) Alimento a base de farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, açúcar, amido, sais minerais, vitaminas, sal e aveia, acondicionados em recipiente de folha de flandres, íntegro, resistente, vedado hermeticamente e limpo, de peso líquido. A embalagem deverá conter externamente, os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número de registro. Embalagem lata de alumínio. **Embalagem de 400g.**	LATA	KELLOGGS	50	9,94	497,00
18	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Amido de milho** -produto extraído de milho, amido. Pacote com 500 g, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação, prazo de validade, peso líquido e de acordo com a resolução 12/78 da comissão nacional de normas e padrões para alimentos - cnnpa. **Embalagem de 500g.**	PCT	MAISENA	50	2,45	122,50
19	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP** **Colorau em pó**, com identificação do produto, marca do fabricante, data de fabricação e prazo de validade. Embalagem própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso. **Pacote de 1Kg**	PCT	KITANA	25	5,94	148,50
21	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Milho para Pipoca-** grãos uniformes, cor característica, isento de sujidades, parasitas e larvas, deverá ter registro no ministério da agricultura. Embalagem própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. **Pacote de 500 g.**	PCT	MIKA	200	1,50	300,00
22	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPPAchocolatado em Pó –** Instantâneo, a base de açúcar, cacau solubilizado, maltodextrina, complexo vitamínico, sal, lecitina de soja e aroma idêntico ao natural. Embalagem original de fábrica, atóxica, intactas, com rotulo que identifique a categoria, identificação do produto, especificação dos ingredientes, informação nutricional, marca de fabricante e informações do mesmo, prazo de validade e peso e rotulagem de acordo com a legislação, carimbo dos órgãos fiscais de inspeção. **Pacote de 1 kg**	PCT	NESCAU	500	5,70	2.850,00
23	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Leite de vaca integral, pasteurizado, longa vida** e processado pelo sistema uht (ultra high temperature). Embalagem tetra pack individual contendo 01 litro, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e capacidade. O produto deverá ter registro no ministério da agricultura e/ou ministério da saúde. **Caixa de 1 litro.**	UN	NENE	3.000	2,34	7.020,00
24	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPPLeite em Pó Integral** – leite em pó integral, instantâneo.Embalagem resistente, atóxica, intacta, bem vedada, livre de parasitas e substâncias nocivas. Embalagem contendo identificação, procedência, informações nutricionais, número lote, validade e registro no Ministério da Agricultura. **Embalagem de 400 g**	PCT	ITALAC	250	10,44	2.610,00
25	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPPFermento Biológicos – (**é o produto obtido de culturas puras de leveduras Saccharomyces cerevisias) por procedimento tecnológico adequado e empregado para dar sabor próprio e aumentar o volume e a porosidade dos produtos forneados. Os fermentos biológicos destinam-se a ser empregados no preparo e certos tipos de biscoitos e produtos a fins de confeitaria. Deverá apresentar: cor creme claro, característico cheiro e sabor próprio. O produto deverá ser fabricado com matérias primas em perfeito estado sanitário, isentos de matérias terrosas e detritos vegetais e animais. Não deverá possui r cheiro a mofo e sabor amargo. No rotulo deverá constar a denominação (Fermento Biológico Fresco) e constar a seguinte recomendação “Mantenha a temperatura inferior a 10° C” ou expressões equivalentes. De acordo com a resolução – CNNPA nº 38, de 1977. Embalagem própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. **Pacote de 500 g.**	PCT	SAF	1.000	11,74	11.740,00
26	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPPRefresco em Pó –** sabores variados, pasteurizado, sem corantes artificiais, com conservação fora de refrigeração, vitaminado ou com vitamina e/ou sais minerais. Embalagem atóxica com dizeres de rotulagem data de fabricação, prazo de validade e registro no MS. **Pacote de 1K**	PCT	QUALIMAX	2.000	5,14	10.280,00
27	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Milho Verde -** em Conserva, com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, peso liquido de acordo com a resolução Anvisa. **Unidade de 200g**	UND	BONARI	200	0,94	188,00
32	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Margarina com sal**, com 80% de teor de gordura, refrigerado, não rançoso, acondicionado em embalagem resistente de polietileno, contendo 500g. Contendo na embalagem a identificação do produto, marca do fabricante, validade, data de embalagem, peso líquido e selo de inspeção do órgão competente. Validade mínima de 06 (seis) meses a contar da data da entrega. **Embalagem de 500g**.	UND	DORIANA	2.200	3,04	6.688,00
35	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Fermento químico em pó**, acondicionado em embalagem de polietileno atóxico, contendo 100g, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega. **Embalagem de 100g**.	UND	ROAYAL	3.000	1,44	4.320,00
38	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Orégano -** desidratado, em embalagem plástica transparente resistente, com identificação na embalagem (rótulo) dos ingredientes, valor nutricional, peso, fornecedor, data de fabricação e validade. Isento de sujidades, parasitas, larvas e material estranho. Validade mínima de 12(doze) meses a contar da data de entrega. **Pacote de 1kg.**	PCT	MIKA	80	32,84	2.627,20
39	**COTA PRINCIPAL 75%Apresuntado -** fatiado e refrigerado, fatias finas em torno de 20g cada Deverá apresentar coloração, odor e aspectos característicos. Contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão	PCT	EXCELENCIA	3.750	7,84	29.400,00

	competente e data de embalagem. Validade mínima de TRINTA (30) dias, a contar da data de entrega. Embalagem de 1 Kg					
40	**IDEM AO ITEM 39 – COTA RESERVADA PARA ME/EPP EM 25% Apresuntado -** fatiado e refrigerado, fatias finas em torno de 20g cada Deverá apresentar coloração, odor e aspectos característicos. Contendo na embalagem a identificação do produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, carimbos oficiais e selo de inspeção do órgão competente e data de embalagem. Validade mínima de TRINTA (30) dias, a contar da data de entrega. Embalagem de 1 Kg.	PCT	EXCELENCIA	1.250	7,85	9.812,50
42	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Alho in natura**, de primeira, sem réstia, bulbo inteiriço, de boa qualidade, firme e intacto, sem lesões, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, parasitas e larvas.	KG	NATURA	120	14,74	1.768,80
43	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Tomate –** Tomate salada, de primeira, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução N.º 12/78 da CNNPA.	KG	NATURA	500	3,24	1.620,00
44	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Batata Doce –** Produto deprimeira linha, tamanho médio, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas, brocas, danos mecânicos. In natura.	KG	NATURA	100	1,34	134,00
47	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP** **Batata inglesa –** Batata inglesa, de primeira, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução Nº 12/78 da CNNPA.	KG	NATURA	200	1,90	380,00
48	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Chuchu –** Chuchu, de primeira linha (Extra ou Cat. I), tamanho médio (250 à 450 gramas), verde escuro ou claro, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, ausência de sujidade, parasitas, podridão, murcho, passado, dano profundo, defeitos de formatos, descoloração, espinhos, manchas profunda e pintado (antracnose).	KG	NATURA	100	0,84	84,00
50	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Cebola –** Cebola, produto de primeira linha, tamanho médio, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidade, parasitas, brocas, danos mecânicos.	KG	NATURA	200	1,90	380,00
51	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Beterraba –** Beterraba, produto de primeira linha, Extra AA, Extra A e Extra, com grau de maturação que permita suporta a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, ausência de sujidade, parasitas, podridão, dano profundo, passado ou murcho.	KG	NATURA	100	1,54	154,00
52	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPPAbóbora verde –** Abóbora verde, produto de primeira linha, extra, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidade, parasitas e larvas	KG	NATURA	100	2,15	215,00
53	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Banana da Terra –** Banana da terra, de primeira, in natura, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas larvas, de acordo com a Resolução N.º 12/78 da CNNPA.	KG	NATURA	300	4,74	1.422,00
54	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Cebolinha,** de primeira, molho, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria. com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. **Maço.**	MAÇO	NATURA	100	1,14	114,00
58	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Charque -** carne bovina, charqueada, traseiro. Embalagem em filme pvc transparente ou saco plástico transparente, contendo identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura, DIPOA n.304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99. Unidade de fornecimento: kg (quilograma).	KG	MARBA	300	19,94	5.982,00
59	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP Limão** - Limão, de primeira qualidade, in natura, tipo thaiti, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	Kg	TAITI	100	3,64	364,00
61	**COTA PRINCIPAL 75% Cesta Básica composta de:** 01 Pct de Açúcar 2 kg 01 Pct de Arroz 5 kg 02 Pct de Feijão 01 kg 01 Pct de Sal iodado 01 kg 01 Pct de Macarrão spagetti 500g 01 Pct de Bolacha água e sal 400g 01 Pct de Bolacha doce 400g 01 Pct de Fubá 500g 01 Pct de Farinha de trigo 01 kg 01 Pct de Café 250g 01 Pct de Sabão em barra c/ 5 unidades 01 Creme dental de 90g 01 Sabonete de 90g 01 Fermento em pó p/ bolo 100g 01 Garrafa de óleo de soja 900ml 01 Molho de tomate de 340g 01 Pct de Leite em pó integral 400g 01 Achocolatado em pó 500g 01 Farinha de Mandioca 01kg	UND	SUPREMA	900	53,50	48.150,00
62	**IDEM AO ITEM 70– COTA RESERVADA PARA ME/EPP EM 25%Cesta Básica composta de:** 01 Pct de Açúcar 2 kg 01 Pct de Arroz 5 kg 02 Pct de Feijão 01 kg 01 Pct de Sal iodado 01 kg 01 Pct de Macarrão spagetti 500g 01 Pct de Bolacha água e sal 400g 01 Pct de Bolacha doce 400g 01 Pct de Fubá 500g 01 Pct de Farinha de trigo 01 kg 01 Pct de Café 250g 01 Pct de Sabão em barra c/ 5 unidades 01 Creme dental de 90g 01 Sabonete de 90g 01 Fermento em pó p/ bolo 100g 01 Garrafa de óleo de soja 900ml 01 Molho de tomate de 340g 01 Pct de Leite em pó integral 400g 01 Achocolatado em pó 500g 01 Farinha de Mandioca 01kg	UND	SUPREMA	300	49,94	14.982,00
VALOR TOTAL R$ 239.329,00(duzentos e trinta e nove mil trezentos e vinte e nove reais).						

METHA SUPERMERCADO LTDA,CNPJ: 08.206.985/0001-18

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QUANT	V. UNIT	V. TOTAL
5	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP - Tempero Completo** – Produto à base de alho, sal, cebola, cheiro verde e ervas, sem pimenta. Embalagem própria, atóxica, intactas, com rótulo que identifique a categoria do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso, carimbo dos órgãos oficiais de inspeção. **Embalagem de 1 kg**	UND	**DIODORO**	300	**3,23**	**969,00**
29	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP - Fórmula infantil em Pó –** formula infantil de partida para lactantes de 0 a 6 meses,com predominância de soro de leite (70/30), e saceina, adicionada de ARA e BHA (LCPUFAS), nucleotídeos, lactose, vitaminas, minerais, arginina, icarnitina, taurina, bitartatato, de colina, inositol, l-histidina. **Lata de 400 g.**	**LATA**	**DANONE APTAMIL**	**200**	**18,69**	**3. 738,00**
33	**COTA PRINCIPAL 75% - Queijo tipo mussarela**, fresco, refrigerado, cortado em fatias finas em torno de 20g cada, embaladas em saco plástico resistente atóxico e transparente. Isento de estufamento, rachadura e mofos. Devendo ser fatiado no dia anterior ao pedido. Contendo 500 na embalagem e a identificação do produto, validade, data de embalagem, peso líquido, marca do fabricante. O produto deverá ter selo de inspeção do órgão competente. Validade mínima de 30 (trinta) dias a contar no ato da entrega. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricional, número do lote, quantidade do produto, número do registro no ministério da Agricultura SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF.	**KG**	**SÃO FRANCISCO**	**3.000**	**21,28**	**63. 840,00**
34	**COTA RESERVADA PARA ME/EPP EM 25%Queijo tipo mussarela**, fresco, refrigerado, cortado em fatias finas em torno de 20g cada, embaladas em saco plástico resistente atóxico e transparente. Isento de estufamento, rachadura e mofos. Devendo ser fatiado no dia anterior ao pedido. Contendo 500 na embalagem e a identificação do produto, validade, data de embalagem, peso líquido, marca do fabricante. O produto deverá ter selo de inspeção do órgão competente. Validade mínima de 30 (trinta) dias a contar no ato da entrega. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricional, número do lote, quantidade do produto, número do registro no ministério da Agricultura SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF.	**KG**	**SÃO FRANCISCO**	**1000**	**20,93**	**20. 930,00**
45	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP - Abobora Madura –** Tipo kabotiã, de tamanhos grandes, uniformes, sem defeitos, turgentes, intactas, firmes e bem desenvolvidas, livre de terra ou corpos estranhos aderentes à superfície externa de acordo com a resolução12/78 da cnnpa. Kg	**KG**	**IN NATURA**	**100**	**2,14**	**518,00**
49	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP - Repolho –** Repolho, produto de primeira linha, limpo, sem cascas protetoras, tamanho médio, com grau de maturação que lhe permita manipulação, transporte e conservação em condições adequadas para consumo, ausência de sujidade e parasitas.	**KG**	**IN NATURA**	**200**	**2,59**	**518,00**
55	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP - Salsa** de primeira, in natura, em maço, apresentando grau de evolução completo do tamanho, aroma e cor própria. com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução 12/78 da cnnpa. **Maço.**	**MAÇO**	**IN NATURA**	**100**	**1,80**	**180,00**
56	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP - Coxa e Sobrecoxa** - de frango congelada embalagem plástica transparente contendo 2 unidades de coxa e sobre coxa, produto próprio para o consumo humano, e em conformidade com a legislação em vigor. OBS: sem acúmulo de líquidos em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, fabricante, validade, temperatura de estocagem. A embalagem deverá conter símbolo impresso do Programa de Aquisição através da agricultura familiar,(anexo IX do edital), produto deverá estar em conformidade com a legislação em vigor e registro nos órgãos competentes.	**KG**	**OURO**	**1000**	**5,69**	**5. 690,00**
TOTAL R$ 96.079,00 (noventa e seis mil setenta e nove reais)						

NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONIAS E HOSPITALARES LTDA-ME CNPJ: 06.372.763/0001-40						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**MARCA**	**QUANT**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
28	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP - Formula Infantil em Pó –** Formula infantil para lactantes desde o nascimento, com predominância proteica de soro de leite (70/30), lactose e amido de milho pré-gelatinizado, gordura vegetal, gordura láctea, vitaminas e minerais. Embalagem, **lata de 400g.**	**LATA**	**NESTLE**	**200**	**23,38**	**4. 676,00**
30	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP - Fórmula infantil em pó** - Fórmula infantil de segmento para lactantes, a partir de 6 meses, fonte proteica de soro de leite e caseína (40/60) lactose, gordura vegetal, adicionada de ARA e cultura de lactobacilos e bifidus, vitaminas, minerais. Embalagem,**Lata de 400g**	**LATA**	**NESTLE**	**150**	**23,95**	**3. 592,50**
60	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP - Formula Infantil em pó –** isenta de lactose , contendo vitaminas, minerais e oligoelementos necessários ao bom desenvolvimento e crescimento. Contém nucleotídeos e lcpufas ácidos graxos poliinsaturados de cadeia longa – DHA e ARA. Indicação: alimento para lactantes menores de 01 ano de idade com intolerância a lactose. Informação nutricional: 66kcal/100ml Embalagem: **lata de 400g**. Ingredientes: Xarope de glicose, óleos vegetais, caseinato, citrato de sódio, citrato de potássio, fosfato de cálcio, cloreto de magnésio, hidrogeno fosfato de potássio, carbonato de cálcio, óleo de peixe, cloreto de colina, L-cisteina, vit. C, Taurina, L-triptofano, inositol, sulfato ferroso, Vit. E, sulfato de zinco, uridina, citidina, L- carnitina, adenosina, inosina, niacina, d-pantotenato de cálcio, guanosina, d-biotina, Vit. A, sulfato de cobre, acido fólico, sulfato de manganês, vitaminas B2, E, B12, B1, D, B6, iodeto de potássio, Vit. K, selenito de sódio, emulsificante lecitina de soja. Não contem Glúten	**LATA**	**NESTLE**	**200**	**48,95**	**9. 790,00**
TOTAL R$ 18.058,50 (dezoito mil e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)						

PANTANAL INDUSTRIA E COMERCIO DE POLPA E FRUTAS LTDACNPJ: 00.675.653/0001-70						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**MARCA**	**QUANT**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
31	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP -Melhorador para pão** – amido de milho e/ou fécula de mandioca, ácido ascórbico, açúcar refinado, estabilizante polisorbato 80, composto enzimático com capacidade de 180 SKBU/g. **Pacote de 1kg**	**PCT**	**SORPAN**	**1.000**	**7,10**	**7. 100,00**
36	**COTA PRINCIPAL 75%Ovos –** Ovos, de primeira, de galinha, branco ou de cor, Classe A, casca limpa, íntegra, sem manchas ou deformações. **Caixas com 360 unidades.**	**CX**	**CMVA**	**450**	**109,99**	**49. 495,50**
37	**COTA RESERVADA PARA ME/EPP EM 25%- Ovos –** Ovos, de primeira, de galinha, branco ou de cor, Classe A, casca limpa, íntegra, sem manchas ou deformações. **Caixas com 360 unidades.**	**CX**	**CMVA**	**150**	**112,00**	**16. 800,00**
Total R$ 73.395,50(setenta e três mil trezentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos).						

B.DA.P.C. FARIAS ME CNPJ: 13.509.893/0001-47						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UNID**	**MARCA**	**QUANT**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
46	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP - Cenoura –** Cenoura, de primeira, apresentando grau de maturação que permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo, com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a Resolução Nº 12/78 da CNNPA.	**KG**	**IN NATURA**	**100**	**2,47**	**247,00**
57	**ITEM EXCLUSIVO PARA ME/EPP - Peito de frango sem osso** – Deve apresentar cor (amarelo rosada) e odor característico. Não deve apresentar gelo superficial, água dentro da embalagem, nem qualquer sinal de recongelamento. Sem osso e sem pele. Embalagem próprias (plástica, transparentes), atóxico, dentro dos padrões de qualidade, devidamente seladas pela indústria, intactos, com rótulo que identifique o produto, peso, marca do fabricante, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais de inspeção.	**KG**	**BELLO**	**1.000**	**9,00**	**9. 000,00**
TORAL 9.247,00(nove mil duzentos e quarenta e sete reais)						

OBS: LOTES CANCELADOS: **20 E 41**

Várzea Grande/MT, 24 de março de 2017.

CONTRATANTE:

Kathe Maria Kholhase Martins

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONTRATADA:

R G da PAZ EIRELI EPP

CNPJ. 21.058.617/0001-38

METHA SUPERMERCADO LTDA,CNPJ,

CNPJ n.08.206.985/0001-18,

NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONIAS E HOSPITALARES LTDA-ME

CNPJ n.06.372.763/0001-40

PANTANAL INDUSTRIA E COMERCIO DE POLPA E FRUTAS

CNPJ n.00.675.653/0001-70

B.DA.P.C. FARIAS ME

CNPJ n.13.509.893/0001-47

PEDIDO DE LICENÇA

A Prefeitura Municipal de Várzea Grande torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, Licença de Extração, para aproveitamento de cascalho laterítico proveniente de serviços de terraplanagem (bota-fora) do loteamento denominado Jardim Novo Mundo, Várzea Grande/MT.

ATO Nº. 274/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Marcelo França Martins no cargo em Comissão de Coordenador de Obras e Projetos – DNS 4, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 22 de março de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 22 de Março de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 001, DE 23 DE MARÇO DE 2017.

Designa servidores para comporem as comissões dos Termos de parcerias entre as organizações da sociedade civil e a Prefeitura de Várzea Grande por meio da Secretaria de Assistência Social para o exercício de 2017 e da outras providências.

Considerando a instituição da Lei nº 13.019 de 31 de julho de 2014 que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecido em planos de trabalho.

Considerando o Decreto Municipal nº 70 de 18 de Novembro de 2016 que regulamenta as parcerias entre o município de Várzea Grande – MT e as organizações da Sociedade Civil, nos termos da Lei Federal nº 13.019/2014.

A Secretária Municipal de Assistência Social de Várzea Grande/MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação, em especial, o artigo 79, inciso I, da Lei Orgânica do Município; RESOLVE:

Art. 1º - Designar os seguintes servidores para comporem a Comissão de Seleção, Avaliação e Monitoramento, em conformidade com o que dispõem os art. 25 e 36 presentes no Decreto Municipal nº 70/2016, das parcerias entre a Secretaria de Assistência Social e as organizações sociais no exercício de 2017:

COMISSÃO DE SELEÇÃO

Membros:

1- Helenita Maria Dall'oglio Moccelini, RG nº 10086463 SSP/MT e CPF nº687.521.489-04, matrícula nº 19034. – SECRETÁRIA DA COMISSÃO.

2- Elzita Rodrigues da Silva Barros, RG nº 0505629 SSP/MT e CPF nº 486.880.881-87, matrícula nº 14564.

3- Bernadete de Miranda Pires Brandolff, RG nº 117980 SSP/MT e CPF nº 064.762.281-53, matrícula nº 6176. – PRESIDENTE DA COMISSÃO.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO

Membros:

1- Adriano Marcelo Ferreira, RG nº 595824 SSP/MT e CPF nº 571.945.721-68, matrícula nº 946; 2- Mirley Gabriel da Silveira Silva, RG nº 2212391 SESP/ES e CPF nº 122.391.147-03, matrícula nº 95458;

3- Helenita Maria Dall'oglio Moccelini, RG nº 10086463 SSP/MT e CPF nº 687.521.489-04, matrícula nº 19034.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande MT, 23/03/2017.

Kathe Maria Kohlhase Martins

Secretária Municipal de Assistência Social

Várzea Grande/MT

ATO Nº. 275/2017

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Diógenes Marcondes no cargo em Comissão de Secretário Municipal - DNS 01, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 27 de março de 2017.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 27 de Março de 2017.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 191/2017

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1°. Conceder **30 (trinta) dias** de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2016/2017**, a vigorar a partir de **08.03.2017 a 06.04. 2017,** a servidora **DALVA JUSTINIANO RODRIGUES**, matrícula n° 9618, Efetiva, exercendo o cargo Agente de Desenvolvimento Econômico Social, lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 15 de Março de 2017.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

ERRATA

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas, faz saber a todos os habitantes deste Município, o seguinte:

CONSIDERANDO a existência de mero erro material da Portaria nº 185/2017, conforme publicação no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM, na data de 23 de março de 2017, página 348;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a retificação da Portaria nº 185/2017

Onde se lê: Praça dos Três Poderes, "Paço Municipal Couto Magalhães", Várzea Grande, 08 de abril de 2013.

Leia – se: Praça dos Três Poderes, "Paço Municipal Couto Magalhães", Várzea Grande, 22 de março de 2017.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande-MT, 24 de março de 2017.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PORTARIA Nº 143/2017

"DEVOLVE SERVIDORA PARA SEU CARGO DE ORIGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA*, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º - Devolver ao seu cargo de origem de Professora de Matemática a Servidora Efetiva **JANAÍNA RODRIGUES DE LARA,** brasileira, residente e domiciliada no bairro jardim Aeroporto, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 1088704-0 SSP/MT e CPF nº **882.161.951-68**, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2017

A Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade -MT, torna público a **RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2017**, processo n. 015/2017, Publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, ANO XII, N. 2.694 do dia 23 de MARÇO de 2017, página 351 e Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso - Ano 6, Edição n° 1079 do dia 24 de março de 2017, na página 207.

ONDE SE LÊ: DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2017.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº. 011/2017**, tendo por objeto a aquisição de materiais para construção e reposição para pequenos reparos prediais**,** resolve **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, as empresas: **LUCENIL BARBOSA MACIEL** com proposta no valor global de **R$ 426.141,96** (quatrocentos e vinte e seis mil cento e quarenta e um reais e noventa e seis centavos) e **PARAFER COMERCIO PARAFUSOS E FERRAGENS LTDA** com proposta no valor global de **R$ 173.443,33** (cento e setenta e três mil quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos)**.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 22 de março de 2016.

ANDERSON GLAUCIO DE ANDRADE

Prefeito Municipal

LEIA-SE : **DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2017.**

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº. 011/2017**, tendo por objeto a aquisição de materiais para construção e reposição para pequenos reparos prediais**,** resolve **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, as empresas: **LUCENIL BARBOSA MACIEL** com proposta no valor global de **R$ 426.141,96** (quatrocentos e vinte e seis mil cento e quarenta e um reais e noventa e seis centavos) e **PARAFER COMERCIO PARAFUSOS E FERRAGENS LTDA** com proposta no valor global de **R$ 173.443,33** (cento e setenta e três mil quatrocentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos)**.**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 22 de março de 2016.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N. 149/2017

"DESIGNA SERVIDORA RESPONSÁVEL PELO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município e art. 4° da Lei Muncipal n° 469/94:

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, por acordo mútuo e Conveniência da Administração Municipal, a servidora **DANIELE KELEN GONÇALVES,** brasileira, residente e domiciliado a Rua Conde de Azambuja, s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG: nº 14273683 SSP/MT e CPF nº 950.582.571-49, **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO**, representante legal do Conselho Municipal de Assistência Social, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 01.709.409/0001-44.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA* PREFEITO MUNICIPAL**

PORTARIA N.146/2017

"DISPENSA SERVIDORA DESIGNADA PARA EXERCER FUNÇÃO DE FISCAL DE CONTRATOS E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS"**.**

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica a servidora municipal, **DANIELE KELEN GONÇALVES,** brasileira, residente e domiciliado a Rua Conde de Azambuja, s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG: nº 14273683 SSP/MT e CPF nº 950.582.571-49, dispensada das funções de Fiscal de contratos da **SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 147/2017

"DESIGNA SERVIDORA PARA EXERCER, TEMPORARIAMENTE, OUTRA FUNÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA*, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, por acordo mútuo e Conveniência da Administração Municipal a servidora efetiva no cargo de **Agente Administrativo DANIELE KELEN GONÇALVES,** brasileira, residente e domiciliado a Rua Conde de Azambuja, s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG: nº 14273683 SSP/MT e CPF nº 950.582.571-49, para exercer o cargo em comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO, a contar desta data.**

Parágrafo único – A designação que trata este artigo é feita em caráter temporário, até ulterior deliberação da Administração Municipal, sem prejuízo dos vencimentos e eventuais vantagens a que faz jus ao referido servidor.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 030/2017, DE 27 DE MARÇO DE 2017.

"***DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO N. 001/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT".***

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Bela da Ss Trindade – MT, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e considerando o interesse público e a necessidade da Administração.

Considerando ainda o item 17, subitem 17.7 do Edital **de Teste Seletivo Nº 001/2017 – A e Edital de Teste Seletivo Nº 001/2017 – F;**

Considerando a urgência na convocação dos aprovados no processo seletivo n. 001/2017.

DECRETA:

Art. 1°. Ficam convocados para contratação os candidatos aos cargos elencados no anexo I deste Decreto, obedecido à ordem de classificação.

Art.2º. Os candidatos a ser contratados deverão atender os seguintes procedimentos:

I - comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, Rua Dr. Mario Correa nº 205, Centro Vila Bela da Ss. Trindade - MT, **no período das 07:30 hs as 11:30 h, na data de 29 de março de 2017 a 06 de abril de 2017**, nos dias úteis, para apresentarem documentações para a contratação.

II - Para a contratação o candidato deverá apresentar documentação original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove o que segue abaixo:

a) Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

b) Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I, da CF/88);

c) Certidão de Casamento ou Nascimento;

d) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); e CPF

e) Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

f) Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

g) Cartão do PIS/PASEP;

h) Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à contratação;

i) Título de Eleitor;

j) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio ou expedida por meio do site: http://www.tjmt.jus.br/paginas/servicos/CertidaoNe... relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

k) Certidão Negativa de Débitos para com o município de contratação;

l) Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido por médico do trabalho;

m) 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes;

n) Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

o) Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

p) Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

q) Declaração contendo endereço residencial;

r) Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

s) Declaração de Bens e valores;

t) Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

u) Número de Conta Corrente.

Art. 3º. . A nomeação dos candidatos aprovados será feita exclusivamente no Regime Jurídico Administrativo Contratual, instituído pela Lei Municipal Nº 1.307/2017, de 27 de janeiro de 2017, sendo vinculados ao Regime Geral de Previdência Social.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 4º - A critério da Administração, poderá ser prorrogado antes do término do prazo final deste ato, o prazo para apresentação da documentação dos candidatos aprovados.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

ANEXO I

DECRETO N. 030/2017

ENFERMEIRO - ZONA URBANA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	L.P.	C.G.	C.E.	NOTA PROVA OBJETIVA	RESULTADO
258625	POLIANA SOARES BARBOSA	10/01/1987	12,0	0,0	48,0	60,0	
258019	LIGIA CRISTINA SAUD DE MATOS	18/06/1988	16,0	4,0	36,0	56,0	

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SETE DIAS do mês de MARÇO DO ANO DE dois mil E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

PREFEITO

PORTARIA Nº 145/2017

"DEVOLVE SERVIDORA PARA SEU CARGO DE ORIGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA*, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º - Devolver ao seu cargo de origem de **Agente Administrativo** a Servidora Efetiva **DANIELE KELEN GONÇALVES,** brasileira, residente e domiciliado a Rua Conde de Azambuja, s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade RG: nº 14273683 SSP/MT e CPF nº 950.582.571-49, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 150/2017

"CONCEDE A SERVIDOR QUE ESPECIFICA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS"**.**

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e considerando o requerimento, protocolado em 27 de março de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora efetiva **CÉLIA DA SILVA LEÃO,** brasileira, residente e domiciliada no Bairro jardim Aeroporto, município de Vila Bela da Santíssima Trindade, portadora da Cédula de Identidade n. **18583806 SSP/MT e CPF n. 030.729.681-44**,lotado na Secretaria Municipal de "Infra Estrutura e Serviços Públicos", no cargo de Gari, **licença para Tratar de Interesses Particulares**, pelo prazo de 02 (dois) anos consecutivos, sem remuneração, **com inicio em 28 de março de 2017 e término em 28 de março de 2019**, com fulcro no Artigo 56 da Lei Complementar Municipal n. 066/2016 de 15 de fevereiro de 2016 e **artigo 99** da Lei Municipal nº 424, de 28 de abril de 1992.

Parágrafo Único - Expirado o Período da Licença a que se refere este artigo, ou havendo sua interrupção na forma da legislação vigente, o servidor beneficiário deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N.151/2017

"DESIGNA SERVIDORA PARA DESEMPENHAR SUA FUNÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO, E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Servidora do Quadro Permanente, **Sra. JANAÍNA RODRIGUES DE LARA**, portadora da Cédula de Identidade n. 1088704-0 SSP/MT, ocupante do cargo de Professora, para desempenhar funções administrativas junto à Secretaria de Assistência Social e Trabalho, com carga horária correspondente ao cargo de origem.

Art. 2º - Fica a referida servidora designada para desempenhar as funções de Fiscal de Contratos da Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, em observação ao disposto no art. 67, da Lei Federal 8.666/93**.**

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS 27 DIAS DO MÊS DE MARÇO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 144/2017

"DEVOLVE SERVIDORA PARA SEU CARGO DE ORIGEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município e art. 4° da Lei Municipal n° 469/94:

RESOLVE:

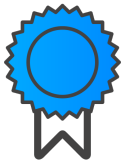
Art. 1º - Devolver ao seu cargo de origem de Professora de Matemática a Servidora Efetiva **JANAÍNA RODRIGUES DE LARA,** brasileira, residente e domiciliada no bairro jardim Aeroporto, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade nº 1088704-0 SSP/MT e CPF nº **882.161.951-68**, **do cargo de representante legal do Conselho Municipal de Assistência Social, devidamente inscrito no CNPJ sob o n° 01.709.409/0001-44.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA **PREFEITO MUNICIPAL**

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Mar 27 22:31:55 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)